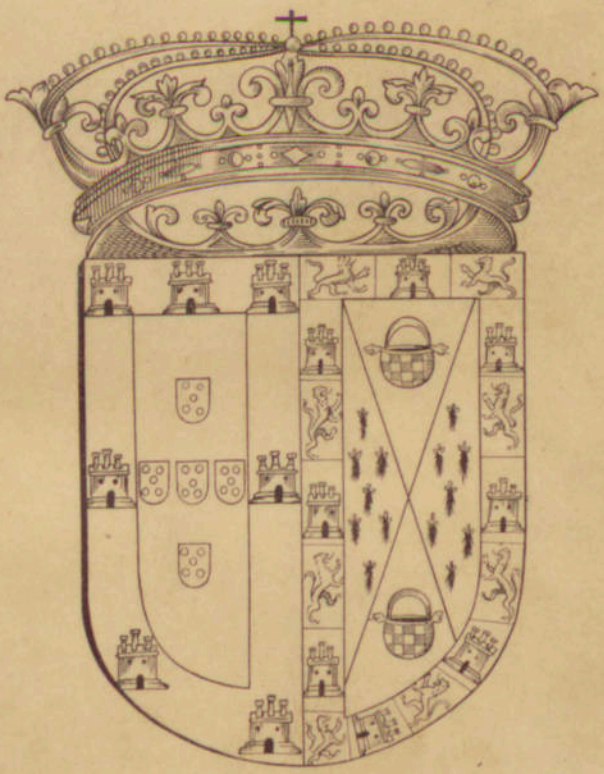
350
50 esp.
434
HG 17830

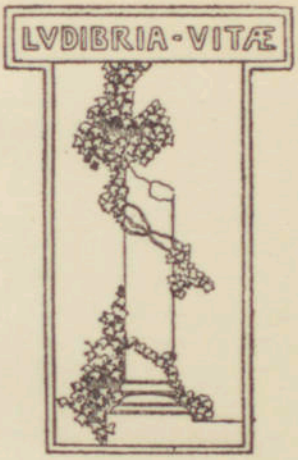
HIPÓLITO RAPOSO

DONA LVISA DE GVSMÃO



EM LISBOA
ANO MCMXLVII

H.G.
17830


LVDIBRIA · VITÆ

Da edição deste livro fez-se
uma tiragem especial
de duzentos exemplares
em papel *vergé:*
os primeiros dez, inumerados
e fora do mercado;
os restantes, numerados
de 1 a 190,
todos rubricados
pelo Autor

D. LVISA DE GVSMÃO

DO MESMO AUTOR:

Coimbra Dovtora (1910).
Boa Gente (1911).
A Expressão no Teatro (1912). *Fora do mercado.*
Livro de Horas (1913).
Sentido do Humanismo (1914). *Esgotado.*
A Questão Ibérica — *A Língua e a Arte* (1916). *Esgotado.*
Outro Mundo (1917).
Ana Maria (1918). *Esgotado.*
Caras e Coracões (1921). *Esgotado.*
Seara Nova (1922). *Esgotado.*
Ana a Kalunga — *Os Filhos do Mar* (1926). *Esgotado.*
O Berço — *Drama da Serra* (1928). *Esgotado.*
Um Sorriso de Santo António (1929).
Dois Nacionalismos (1929).
A Reconquista das Liberdades (1930). *Esgotado.*
Santo António no Teatro Português (1931).
Pedras para o Templo (1933). *Esgotado.*
Força e Beleza (1934).
Areias de Portugal (1935). *Esgotado.*
A Beira Baixa ao Serviço da Nação (1935).
Aula Régia (1936). *Esgotado.*
Pátria Morena (1937). *Esgotado.*
Direito e Doutores na Sucessão Filipina (1938). *Fora ao mercado.*
Mulheres na Conquista e Navegação (1938). *Fora do mercado.*
Amar e Servir — *História & Doutrina* (1940). *Esgotado.*
Lagoa Escura (1941). *Esgotado.*
Descobrindo Ilhas Descobertas (1942).
Insurreição da Carne (1944).
Folhas do meu Cadastro, vol. I (1911-1926). (1945).
Modos de Ver (1947).

A SEGUIR:

Folhas do meu Cadastro, vol. II (1926 a .....).
Nos Caminhos da Esperança.
Estética da Língua Portuguesa.

RAINHA D. LUÍSA DE GUSMÃO

Museu Nacional dos Coches

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

HG
17830

HIPÓLITO RAPOSO

DONA LVISA DE GVSMÃO

DVQVESA E RAINHA

(1613-1666)

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

R 173813

LISBOA
EMPRESA NACIONAL DE PUBLICIDADE
1947

HIPÓLITO RAPOSO

DONA LUISA DE GUSMÃO

DUQUESA E RAINHA

(1613-1666)

1738/3

LISBOA
EMPRESA NACIONAL DE PUBLICIDADE
1942

A

MINHA MULHER

A QUEM LER

Si buscas la verdad, yo te convido a que leas; si no más del deleite y policia, cierra el libro, satisfecho de que tan a tiempo te desengañe...

D. Francisco Manuel de Melo

Folhear papeis para escrever História, equivale a revolver cinzas de mortos, recebendo a proveitosa lição dos efémeros esplendores e inelutáveis misérias do mundo.

Para seguramente se avaliarem acções humanas no exercício de tal ocupação, impõe-se a vigilância de escrupulosa consciência, com o grave respeito por tudo quanto foi e não pode tornar a ser.

Possuido de semelhantes razões, o autor deste livro não poderia esquecer-se das responsabilidades assumidas na sua elaboração, nem daqueles obstáculos em que tentadoramente vacila a imparcialidade, quando a História é escrita pelos naturais do país a que respeita.

Para confirmação de tal perigo, ainda hoje merece recordar-se o parecer há quinhentos anos sagazmente formulado por Fernão Lopes.

O relativo mérito de cada historiador deverá apreciar-se pela sua maior ou menor libertação de esse aliciante pendor de errar.

A muitos parecerão mais fáceis os juízos sobre os mortos, porque se podem emitir sem risco, nem agravo; mas, para o dever da rectidão, mais dificultosos eles se tornam, porque aos julgados está vedada toda a defesa de arguições injustas e caluniosas, ou mesmo de certos louvores que eles próprios teriam de repudiar, se voltassem ao mundo.

Sempre são embaraçosas as travessias pelos semideiros do Passado, quando nos dramas e comédias da vida e respectivas personagens, intervêm influências, sentimentos ou desacertos misteriosos que, muito para além das narrativas e documentos, toldam a claridade da visão e prejudicam os conceitos definitivos.

E não devemos tomar-nos de admiração, se assim acontece a séculos de distância, quando tantas vezes com boa fé nos iludimos na apreciação de pessoas e de factos contemporâneos.

Com o avanço dos anos, também cresce o receio de conclusões de inabalável firmeza; e ao passo que se conhecem os secretos poderes da corrupção na fraqueza e versatilidade dos homens, muita confiança se vai perdendo na infalibilidade dos critérios...

Da época da Restauração, os documentos já são muitos para embaraçar juízos e poucos para esclarecer razões.

Por uma e outra destas realidades, não podia este livro ser completo nem perfeito, contentando-se o autor com a esperança de que outrem algum dia venha a suprir-lhe as deficiências e a corrigir-lhe as imperfeições.

Em obras de tal natureza, nunca deve deixar de dominar ou preponderar a figura central da narrativa, não a distanciando das condições e circunstâncias em que se desenvolve a sua actividade propulsora, para que também não se perca a marcação dos seus passos.

A quem for malévolo e caviloso sempre será possível o gosto de descobrir erros ou de apontar defeitos, muitas vezes superiores ao alcance dos melhores cuidados e esforços. E só por inconsciência poderão alguns jactar-se de perfeições que as obras humanas dificilmente atingem, verificando-se haver muito quem, por desmedida ambição de glória, de trivial vanglória se contente.

Nesta conformidade, é lícito partilhar o terminante desengano de Camões: Ora quanto à obra, se não parecer

bem a todos, o autor diz que entende della menos que todos os que lha puderem emendar.

Como sempre são livres os pareceres, ainda mesmo os dos sandeus, talvez deles haja alguns que nas páginas deste volume, apenas vejam o panegírico de uma Rainha e até a apologia da Realeza.

Ao crítico sereno e judicioso competirá discernir se o autor pretendeu sobrepôr-se ao assunto que tratava, ou se foi a pessoa da biografada e seus feitos que lhe ditaram uma exposição predominantemente laudatória, dentro do respeito à verdade histórica.

Deve advertir-se que só quando a informação documental faltou, lìcitamente e cautelosamente foi adoptado o indispensável recurso da hipótese ou da conjectura.

Assim, se em tão despretenciosas páginas, alguém quisesse ver reflexos de ambição plutarquiana, nenhuma culpa teria o autor, antes algum mérito lhe caberia, por nelas permanecer fiel à visão do retrato que do modelo directamente copiou.

No sincero intento de ver a Rainha D. Luísa como foi, *o autor não se sente repeso de trocar o seu pensamento pela verdade que no livro tinha o dever de transmitir.*

Também não saberá alardear ufania do êxito do próprio esforço, quem não deseja assemelhar-se àqueles usufrutuários de escândalo nos meandros dos palácios, e que toda a vida passada reduzem a um tremedal de torpezas, merecedoras de contínua paracentese, a bico de pena.

À narração e comentário, deu o autor a vivacidade que pôde, certo de que desnudar de toda a expressão artística, sugestiva ou dolorida, a verdade dos factos passados,

seria desumanizar a História, mostrando em frio e igual registo, a virtude e o vício, o esforço e a inércia, o heroísmo e a covardia, a lealdade e a traição.

Se os factores dos sucessos históricos são homens, a viver em sociedade, homem é também o narrador, a quem cabe, além da função expositiva, a tarefa de apreciar, confrontar e julgar em cada caso, os autores dos acontecimentos e as verdadeiras consequências deles.

Deste modo, a História instrui-se como processo de longa experiência humana, de que deve aproveitar-se a lição moral, política e cívica, conforme o espírito do velho conceito ciceroniano, a que o padre António Vieira deu acertado desenvolvimento: A história é mãe da verdade, émula do tempo, depósito de acções, testemunha do passado, exemplo e aviso do futuro. *Na consideração de tantos aspectos, cumpre exercitar com independência e dignidade, a função da crítica construtiva.*

Transcrever ou interpretar documentos com a fria objectividade de um analista de laboratório, enunciar factos sem os correlacionar pelas causas, meios e fins, não tendo em vista as almas que actuaram na sua genética, seria converter a História em catalogação de arqueologia social, negar a vida que nela palpita e em nosso sangue e aspirações se deve continuar por consciente e digna solidariedade.

Podemos incorrer em parcialismo, sem de essa culpa dar conta, é certo; mas tal procedimento não invalida aquela probidade que a Ética sempre exige e que em História não é senão o respeito da verdade, o escrúpulo da exactidão, em ordem à justiça.

E para inteiro vencimento na decisão de uma causa, sempre é preciso lavrar e proferir sentença, para atribuir o ganho a quem o merecer.

Pelo que respeita ao estilo e suas fórmulas, se, em virtude de elas, o autor nada se prezara da censura de cortesão, muito se desprezaria do apodo de rústico, quando, a tratar de assuntos graves e delicados, neste livro não usasse daquele respeitoso comedimento e nobreza verbal que a figura da Rainha lhe havia de impor.

Mas, por tão clara razão, não fez aqui literatura, nem havia necessidade de a substituir à eloquência e ao brilho da própria verdade dos factos.

Por último, não lhe importa que este livro não compreendam nem prezem aqueles cidadãos do mundo, *por engano nascidos em Terra Portuguesa, para quem o sentimento da família nacional é uma superstição; o amor da Pátria, velharia; a tradição, um mito abominável.*

À margem da nossa Comunidade, esses espíritos fortes em negações e ignorância, passam como sinistras sombras, com a azeda melancolia de filhos das ervas, ou a arder no ódio de procuradores de Satanás, não sabendo de onde vêm, nem para onde vão, a crocitar em constante desatino.

Assim podem comprazer-se na vagabundagem mental que sordidamente lhes aconselham a Ciência sem Espírito, o Coração sem Mortos, a Vida sem Moral, a Alma sem Imortalidade e o Mundo sem Deus.

E para remédio deste desacordo da Matéria e do Espírito, em que se revela a crise das crises do nosso tempo, de nada serviria estabelecer no Planeta o reino de Plutão, com o género humano convertido em gado de Epicuro.

O mundo só poderá regenerar-se, regressando às fontes da espiritualidade evangélica, de que brotaram as mais belas flores da civilização europeia.

Se é da doutrina e do sentimento de cristãos reconhecer a unidade moral dos povos da Terra, — contra os dissolventes e conturbadores ímpetos de diabólicos imperialismos, o autor compraz-se em afirmar a sua confiança nas lições e exemplos do passado, de onde nos vieram as individualidades nacionais que tornaram possível o maior florescimento das almas em virtude e heroismo, em letras e artes, por sua variedade oferecendo à admiração dos séculos, o maior encanto do mundo.

*

A decisão de escrever este livro proveio, originàriamente, de um modesto intento de reparação histórica.

No ano dos Centenários, ao publicar no Diário de Lisboa *um artigo sobre a Duquesa-Rainha, o autor foi surpreendido pelo espanto causado em diversos leitores por aquelas rápidas notas de serviços, canseiras e tribulações que a simples verdade lhe mandava enunciar. Assim vinha a confirmar-se a ignorância de uns e a ingratidão de outros, quando nas comemorações oficiais de 1940, também a mulher de D. João IV e o seu transcendente destino histórico, passavam em plano muito distante e ensombrado, aos olhos dos nossos compatriotas.*

Naquelas linhas, exprimia-se o desejo de que alguém ainda viesse a fazer o estudo biográfico da Rainha D. Luísa de Gusmão, com a fundada certeza de que por

justiça bem o merecia quem fora um dos mais poderosos fautores da Restauração da Independência.

Por então, vários companheiros e amigos do autor, com insistente gentileza o incitaram a escrever essa oportuna monografia. Seria preciso árduo trabalho em largo tempo, para conferir diversos estudos fragmentários e divergentes, não oferecendo qualquer deles sólida base de nova construção.

De frei Nicolau Tolentino, monge agostinho, existira há muito em manuscrito uma História da vida desta Rainha, que se deve ter perdido para sempre, e agora só é relembrada em vaga citação. Do livro Elogios das Rainhas mulheres dos cinco Reys de Portugal do nome de João (Lisboa, 1747), *por D. José Miguel João de Portugal, não foi possível colher qualquer informação na parte que nele caberá a D. Luísa, porque a obra é raríssima e não se encontra nas bibliotecas públicas onde foi procurada para consulta.*

O capítulo do Catalogo das Rainhas de Portugal (Lisboa, 1728), *de D. José Barbosa, é uma simples resenha de datas, de nomes de pessoas e lugares, sem intenção narrativa ou crítica. A figura da Rainha em obras de ficção, como no romance de Fère et St. Ives,* Louise de Gusman (Paris, 1866), *ou em diversas cenas de teatro português e estrangeiro, poderia ser objecto de cuidado literário, mas esse aspecto está fora da índole deste livro.*

Até agora, o estudo mais completo foi o de F. da Fonseca Benevides, publicado na sua obra Rainhas de Portugal, *que já conta sessenta e oito anos de existência. Embora a sua actualidade seja bastante recuada, o perfil*

de D. Luísa ainda ali se oferece desenhado com justiça e sem grandes incorrecções.

Depois, a crescente necessidade de ampliar o primitivo plano e diversas outras circunstâncias, algumas de força maior, ocasionariam repetidas demoras na composição e ilustração do volume, que, por infelicidade, não é o que o leitor exigirá, muito menos o que o autor ardentemente desejava, mas tudo o que a sua boa vontade pôde conseguir. E esse pouco obteve-o à custa de persistentes esforços que só sabem avaliar os que a trabalhos similares alguma vez se dedicaram em Portugal.

Num país em que as bibliotecas, os arquivos e outros instrumentos de estudo carecem de organização eficiente, mesmo os pequenos resultados sempre se alcançam com grandes perdas de tempo, com muitos enfados e decepções.

Aos companheiros animadores do trabalho deste livro, deve ligar-se o bem ou mal fadado destino da obra em sua conclusão e seu êxito, com a esperança de que eles, quase-cúmplices, mais fàcilmente desculparão quem tão má-conta lhes vem dar do recado que as suas instâncias encomendaram.

A muitas outras pessoas são devidas concessões, ofertas, facilidades ou auxílios de diversa natureza, e de algumas merecem lembrar-se aqui os nomes, para testemunho de vivo reconhecimento:

Sua Eminência, o Senhor Cardeal-Patriarca de Lisboa, Sua Excelencia Rev.ma o Senhor Arcebispo de Évora, os Ex.mos Senhores duques de Medina Sidónia, D. Pedro Barbadillo Delgado, José Maria Pemán, marquês de Quintanar, D. Olga di Robilant Álvares Pereira de Melo

(Cadaval), Gastão de Melo de Matos, Angelo Pereira, Prof. Dr. Abel de Andrade, J. da Cunha Saraiva, Carlos da Silva Tarouca, Dr. João Couto, Luís Keil, Dr. João de Figueiredo, Eng. Augusto Vieira da Silva, Ernesto Soares, Dr. Rodrigues Cavalheiro, Dr. César Pegado, Dr. A. Gonçalves Rodrigues, Dr. José Emidio Amaro, João Ameal, Dr. Leão Ramos Ascenção, Dr. Durval Pires de Lima, Dr. Caetano Beirão, Dr. A. Gouveia de Carvalho, José de Campos e Sousa.

Também não deve ser esquecida a notável cooperação dos dirigentes e operários das oficinas da E. N. P., *que tão cuidadosos esforços dispensaram ao intento da boa apresentação gráfica do volume.*

Chegando ao fim deste livro, escrito com a devoção de um ex-voto *de justiça à memória de D. Luísa de Gusmão, o autor sentiu na alma o íntimo contentamento de ter praticado uma boa acção.*

Afeito a bater-se, a lutar na vida pelo mandato dos Mortos e por causas justas, embora perdidas, para digno galardão do seu trabalho, bastar-lhe-ia que estas páginas servissem o destino de acreditar a maior das rainhas de Portugal no reconhecimento da Nação que Ela amou, defendeu e serviu com extremados sacrifícios, até aos últimos alentos da vida.

Lisboa, Maio de 1947.

H. R.

LIVRO PRIMEIRO

FAMÍLIA E CRIAÇÃO

... damosle Sant Lucar de Barrameda, con los pobladores que i son e serán de aqui adelante et con todos sus términos e pertenencias et con los pechos e derechos que Nos y havemos e haber debemos, et damosgela que la haya bien e complidamente para siempre jamás por juro de heredat.

Carta de Mercê do Rei Fernando IV a don Alphons Pérez de Guzman (1297).

Tiene el ancho mar de España
Sôbre su arena un brinquiño
De esmalte y beldad extraña,
Limpido mas que blanco armiño,
Pues que el pié le besa y baña;
Una ciudad que es del Moro
Miedo y de España tesoro;
Tan bella, que no dirán
Sino que es la de San Juan,
Hecha de esmeraldas y oro.

Fray Pedro Beltran,
La Caridad Guzmana.

FAMÍLIA E CRIAÇÃO

O BERÇO E O ALTAR

PARA relembrar o alvorecer da vida de D. Luísa de Gusmão, nobre dama de nascença, duquesa por destino, rainha por justiça e amor, vamos andando a caminho de Huelva, terra de úmidos céus, com a sua leziria recortada pelo estuário do Odiel, em muito longas e mansas penetrações atlânticas.

Nestes extremos da Andaluzia, perdem-se os olhos a ver dilatar-se *las marismas* da pesca e do sal, por onde não bracejam árvores nem fumegam casais, mas de que se nutre e abastece a gente.

Há mais de três séculos, nas casas do seu solar daquela cidade, moravam os condes de Niebla, Don Manuel Alonso Pérez de Guzman, filho dos duques de Medina Sidónia, Don Alonso Pérez de Guzman e Dona Ana da Silva y Mendonza, e sua mulher a condessa Dona Joana Lorenza Gómez de Sandoval y la Cerda, filha dos duques de Lerma, Don Francisco de Sandoval e de Dona Catarina de la Cerda (1).

Os condes de Niebla habitavam o andar nobre dessa histórica moradia, em cuja fachada se aprumavam e floriam *rejas* de precioso lavor; e da galaria de esmero quinhentista, por longas tardes de sol e de festa, os ricos senhores podiam ver lidar toiros no seu curral e gozar as brisas da planície marinha.

Para as ordens e para a guarda, em próxima dependência se acomodavam nos baixos do edifício, o pátio das armas, a ruidosa *servidumbre*, as cavalariças, cozinhas e almadravas.

Para triste lição dos homens, desta faustosa residência nada hoje mais resta do que o escudo de armas da Família dos Guzmanes sobre a porta de entrada de uma casa de linhas modernas, a relembrar aos que vão passando as efémeras grandezas do mundo...

Por então, esses donatários ou senhores de terras, ventos e águas, por vilas e lugares de Ayamonte, Lepe, La Redondela, Niebla, Gibraléon, por surgidouros e coutos desde Huelva a Puerto de Santa Maria, com vastos campos de trigo, olivais e armentios a robustecer a suzerania do condado, alegremente viram continuada a sua alta linhagem com nova geração de uma filha, vinda ao mundo a 13 de Outubro de 1613.

E a 24 desse mês e ano, com festivo acompanhamento de familiares, donas, frades e povo, entre cintilações de prata e trémulas plumas, rendas e veludos, o cortejo do baptizado iria subindo até ao adro da igreja de San Pedro, não longe dos muros do castelo medieval.

A paróquia principal era ali, nesse vermelho templo do século XIII, exemplar da arquitectura românica de *ladrillo*, alumiado por simples rosácea e duas frestas laterais, por onde à sombra das naves agora se pressentem a esmorecer os poentes, suspirando e morrendo ao longe, nas violáceas neblinas do Atlântico.

Com a vida da graça no primeiro sacramento, ministrado pelo licenciado Diego Muniz de Léon, tocando como padrinho Don Gaspar Pérez de Guzman, marquês de Casaza, na Sagrada Fonte recebia a menina o nome de Luísa Francisca, com que havia de crescer, chegar a mulher e casar-se, para entrar nas grandezas e infortúnios da História (*).

Nascida em lar da maior nobreza de Espanha, pelas

(*) DOCUMENTOS, I, *in fine*.

linhas paternas e maternas, essa criança vinha a ser descendente de muito ilustres avós que usaram, além de outros, os títulos de condes de Niebla, Belalcazar, Melito, Cifuentes, Lerma, Miranda, Faro e Odemira, de marqueses de Casaza em África, Denia e Ayamonte, de duques de Medina Sidónia, Lerma, Denia, Medina Celi, Pastrana, Béjar e Gandia, e de senhores de Tentúgal, Chamusca, Ulme, Torrão, Nespereira, Mação e Vila Nova de Fozcôa, em Portugal.

Se nos seus avós se encontram parentes e descendentes dos reis de Espanha, essa ìnclita progénie viria também a dar-lhe as grandes honras da consanguinidade de São Domingos e da ascendência de São Francisco de Borja.

É para lembrar ainda que essa menina andaluza chegava à vida, trazendo nas veias sangue da antiga nobreza de Portugal, pelas famílias dos Teles de Meneses, Vilhenas, Castros, Henriques, Melos, Noronhas e outras, e vinha a ser bisneta do célebre Rui Gomes da Silva, pagem da Imperatriz Isabel e depois gentil-homem da câmara de Felipe II e seu valido.

E se dermos inteiro crédito aos genealogistas, D. Luísa Francisca de Gusmão também procedia do célebre Doutor João das Regras, chanceler de D. João I, de quem seria oitava neta.

Do tálamo dos condes de Niebla, futuros duques de Medina Sidónia, por ordem não bem determinada, teriam nascido os seguintes filhos: Alonso que morreu menino, Gaspar que sucederia na Casa, Baltazar que também morreu criança, Belchior que teve geração, Francisco, morto em menino, João, Francisco António, Luísa Francisca, futura Rainha de Portugal, Leonor, Francisca e Catarina, estas últimas todas mortas na infância (²). Dos onze irmãos nascidos, apenas três vingaram para a idade adulta, o que permite suspeitar de enfermidade congénita, talvez provinda de já remota hereditariedade.

Assim, o nascimento desta primeira menina no solar de Huelva, havia de provocar jubiloso alvoroço nas damas, escudeiros, velhos soldados, pagens e mordomo do palácio ducal em Sanlúcar de Barrameda, onde o velho duque de

Medina Sidónia vivia já viúvo de Dona Ana da Silva y Mendonza, talvez em companhia de sua filha solteira, Dona Ana Maria de Aragon y Guzman.

DESTINO GERADOR DE PROFECIA

Velhas histórias contam que por então um mouro, amigo ou escravo de seu pai, profetizara à criança recém-nascida o destino de ser rainha, sem determinação da terra onde viria a erguer-se-lhe o trono.

O prognóstico do mouro, ou o voto de algum familiar lisongeiro, se alguma vez fosse proferido, deveria naturalmente referir-se ao casamento com o Princípe Real de Espanha, futuro Filipe IV, nascido em 1605, oito anos antes de Luísa Francisca. Sendo assim, por pouco tempo se alimentaria tal esperança, pois logo em 1615, apenas com dez anos de idade, já ele desposava na inocência dos sete, a princesa Isabel de Bourbon, filha dos reis de França, Henrique IV e Maria de Médicis (3).

Mas só passados vinte e sete anos, a profecia seria revelada, ou verdadeiramente nascia, quando a Duquesa de Bragança passou a sentar-se no trono de Portugal.

Só então seria vitoriosamente celebrado com auspiciosos e repetidos ecos, este nascimento tão distante...

O fervor de independência dos Portugueses a que um historiador espanhol dos nossos dias desdenhosamente ainda chama *el morbo del separatismo* (4), o longo anseio da libertação do domínio castelhano que se exprimia em sonhos, protestos e aspirações messiânicas, viera envolver em halo de prodígio as pessoas dos Duques de Bragança e o destino de D. João IV.

Esses oráculos, visões ou sinais da astrologia judiciária teriam de abranger agora também a pessoa da Rainha, espanhola de nascimento, para que assim mais se fortalecessem as felizes certezas da Restauração.

Era a fé religiosa a alentar a fé política, reconhecendo no exito da Revolução do 1.º de Dezembro o protector

desígnio do Céu; agora se reacendia o estímulo dos milagres e prognósticos que assinalaram o período áureo do Sebastianismo, procurando também ajustar a história do Povo de Israel aos sucessos da vida do Povo Português (*).

Assim, ao vitorioso resgate da Pátria, muito convinha agora que o nascimento da nova Rainha aparecesse envolto em prestígios de mistério e predestinação, e a esse intuito não faltaram em tal momento os escritores da exaltação nacional.

Gregório de Almeida (Padre João de Vasconcelos) assim escreve:

> «Certifica Dona Margarida de Tavora, molher que foi de D. Martim Affonso de Castro, Visorrey da India, Dona de honor dos Reys Catholicos, que ouvira contar, estando no Paço del Rey de Castella, que nascendo a Rainha nossa Senhora, hum mouro principal dos vezinhos da banda de Africa, mandara dizer ao Senhor Duque de Medina seu pay, que fizesse muito caso daquella filha, por quanto avia de ser Rainha, e que a este respeito lhe chamavão sendo minina: La Reyna».

À falta de documentos suficientemente probatórios e para prevenir naturais reparos, o mesmo autor desenvolve as suas reflexões, acrescentando:

> «O fundamento, com que este mouro disse isto, ou donde ouve esta noticia, não sabemos, o successo mostra, que elle falou verdade, ou porque Deos lha poz na boca sem o mouro saber o que dizia; ou porque o ouvio a algum servo do Senhor, dos muitos que entre aquelles barbaros vivem cativos, a quem Deos o communicasse, ou finalmente, com a probabilidade de conjeituras, e fundamento, com que os Matematicos falão dos nascimentos, considerando a hora e mais circunstancias delles».

E como se fosse menos crível o prognóstico ligado ao nascimento de D. Luísa Francisca, o autor da *Restauração de Portugal Prodigiosa* já se contenta em transferir o episódio da predição para a época do casamento, escrevendo com alguns visos de certeza:

> «Fernão Telles de Menezes, Conde de Unhão, affirma, que a Rainha nossa Senhora contara à Condessa sua molher, que o Senhor Duque de Medina pay de Sua Magestade, lhe dissera, quando lhe beijara a mão para se vir para Villa Viçosa; se viesse muito embora, que avia de ser Rainha de Portugal, mas que o não deixasse Deos chegar [a] esse tempo, porque era muito amigo de seu Rey, lhe custaria muito ver-lhe tão grande perda» (6).

No mesmo empenho de engrandecer a figura da Rainha D. Luísa, o teólogo António Veloso de Lira, um dos maiores criadores de maravilhoso no período da Restauração, repete a história do mouro-profeta, insistindo no episódio da despedida do pai, ao vê-la partir para Portugal: «ide com Deos, pois ides a ser Rainha aonde ides»: disfarçando entam o dito com vir a ser Duquesa de Bragança: bastante fundamento para isso» (7).

Passados muitos anos, já nos tempos da regência por D. Afonso VI, ao enviar de Itália à Rainha D. Luísa os seus conselhos e os almanaques com as previsões astrológicas para 1657, Francisco de Sousa Coutinho, princípe dos diplomatas da Restauração, recordava à Soberana o prognóstico feito ao seu nascimento, para o interpretar como lhe convinha:

> «E pois senhora que estes pronosticos me dão occasião para falar em outros que me são sempre prezentes, ey de lembrar a V. Mag. aquelle que se fes ao senhor Duque de Medina, que Deus tem, logo q̃ V. Mg.ᵉ naceo, de que avia de ser Raynha; pronostico que V. Mg.ᵉ me há de dar licença para que eu o entenda a meu modo.

«Não disse que avia V. Mgd.ª de cazar com hum Rey; trouxera a predição se fora nesta forma, muitas probabilidades para se crer, pois não fora V. Mg.ª a primeira daquella grande Caza em quem se pudera cumprir; falou so em ser Raynha, e sem embargo de que o senhor Duque via que hia V. Mg.ª a ser Duqueza de Bargança, tão seguro estava no que avia pronosticado, que disse a V. Mg. que hia ser R.ª» (8).

Cem anos depois da Restauração, com refolhos de exuberância cortesanesca, ainda D. António Caetano de Sousa relembrava a tradição do vatícinio do mouro na velha Casa de Medina Sidónia.

E embora não atribuisse certeza histórica a tal oráculo, também ainda não se recusava a admitir a crença na sua possibilidade (9).

Do valor e autenticidade de tal profecia, já o leitor terá formado seguro conceito, para que se perca algum tempo a desfazer essa oportuna e proveitosa invenção. Não existindo qualquer documento que provasse a veracidade da previsão, D. Luísa Francisca de Gusmão nunca aparece predestinada para rainha antes de o ter sido. Nasceu para rainha, é certo, mas ninguém então o disse a seus pais; e ela própria só soube qùe o era, quando verdadeiramente o foi. Depois veremos quanto fez para o ser...

A nuvem de maravilhoso de que foi envolvido o seu nascimento, viria a ter alcance na exaltação do espírito da independência nacional, ligando-a por favor celeste ao destino do marido e dos filhos.

Casos similares repetem-se ao longo da História, em todos os tempos e países. Na exigência dos juizos humanos, parece que se destinam a concertar a nossa natureza, consolando-a ilusòriamente da falta de dons proféticos.

Não passando de invenções sem consistência, traduzem impulsos adulatórios muitas vezes, ou satisfazem a necessidade de associar poderes sobrenaturais às empresas deste mundo, reclamando cada um dos contendores, em caso de conflito, o exclusivo da protecção sobrenatural... Por

semelhante desígnio, também interesseiramente se procura atribuir fidalguia a qualquer soês plebeu, a um aventureiro que a sorte enriqueceu ou o mérito elevou a grande altura.

Mas em Portugal havia diversos precedentes que então muito convinha recordar.

Além de outros exemplos, bastará aqui relembrar a previsão do destino do Mestre de Avís, quando era pequeno, e a El-Rei D. Pedro, seu pai, foi apresentado pelo Mestre de Christus, D. Nuno Freire de Andrade ([10]); e na mesma aspiração de prestígios e mistérios, se deve encontrar a razão do diálogo de Nuno Álvares Pereira com o alfageme de Santarém, ao predizer-lhe a honra de Conde de Ourém e a diferir para esse tempo a paga do corregimento da sua espada ([11]). Iria agora impôr-se o valor da tradição destes casos paralelos.

Fàcilmente se compreende que o vaticínio a respeito de D. Luísa Francisca entra na categoria dos horóscopos retrospectivos em que se vê de noite com luz solar, das previsões *a posteriori* ou profecias ao revés, para engrandecer pessoas ou comunidades. Por ele bem se prova o valor dos mitos, a que a insuficiência humana fàcilmente presta adesão, preferindo qualquer sorridente mentira à verdade demonstrada ou à luz da evidência, muitas vezes.

Assim, nos difíceis transes da Restauração, essa crença em revelação superior para engrandecer a Rainha, viria a ter alto valor pragmático, como já na vida nacional acontecera com outros sucessos lendários.

E agora voltemos à infância de D. Luísa Francisca de Gusmão, para lhe seguir os passos da vida no ambiente familiar e social, por outras terras da Andaluzia em que se criou e formou.

A HERANÇA DO SANGUE

A 26 de Julho de 1615, falecia em Sanlúcar de Barrameda Don Alonso Pérez de Guzman, décimo terceiro senhor de Sanlúcar e sétimo duque de Medina Sidónia,

avô paterno de D. Luísa Francisca. Foi levado a sepultar no Santuário de Nuestra Señora de la Caridad, junto de sua mulher, a duquesa D.ª Ana da Silva y Mendonza que findara seus dias em 26 de Maio de 1610 (12).

Sem estes magníficos senhores, estava agora de luto o Palácio de Niebla em Sanlúcar, o que naturalmente ia determinar a definitiva fixação da família dos novos duques na vetusta cidade, capital dos seus domínios por terra e mar, quando D. Luísa Francisca não chegara aos dois anos, ainda *criandose a pechos*.

Os condes de Niebla passavam a ser os duques de Medina Sidónia e viriam a suceder nos respectivos estados, como em todas as rendas, títulos, termos, jurisdições e senhorios da ilustre Casa, desde a embocadura do Guadalquivir até à foz do rio Guadalete. Por uma bem expressa procuração, o novo titular tomava posse de *Sanlúcar de Barrameda, y del señorio, jurisdicción y vassalaje della y de sus fortalezas, castillos y la aduana, regimiento y juraduria y escribania* (13).

O oitavo duque também seria agora cavaleiro do Tosão de Ouro, capitão-general do Mar Oceano e Costas de Andaluzia, conselheiro de Estado e Guerra de Felipe IV e gentil-homem da sua câmara.

Aqui continuaria ele o sangue e a tradição de uma progénie insigne pelas armas, pelas letras, pela vida política e diplomática de Espanha, desde o primeiro senhor de Sanlúcar, Don Alonso Pérez de Guzman, el Bueno, aquele famoso e heróico alcaide do cerco de Tarifa, tão celebrado nas crónicas. Para não entregar a vila em troca do filho, ali trazido preso pelo renegado infante D. João, preferiu vê-lo matar com o próprio punhal, por sua mão atirado do adarve para o campo dos sitiantes.

Por muitos sucessos e memoráveis façanhas, outros avós foram ligando esta Família à História da Espanha e de Portugal no decurso dos tempos, desde a Idade-Média até ao século XVII. Por eles se alçaram pendões e estandartes e se moveram caldeiras contra inumeráveis hostes de mouros e de estrangeiros.

Por dissídios de família com Afonso XI de Castela, em tempos de D. Afonso IV, as galés de Portugal navegaram pelas Costas da Andaluzia com dois mil homens de peleja. Segundo refere a Crónica, muitos deles sairam em terra, invadindo os domínios dos Guzmanes, assaltando e saqueando Lepe, Gibraléon e outros lugares, atrevimento a que depois viriam a corresponder repetidas entradas em povoações portuguesas da fronteira terrestre.

Nos aprestos da contra-ofensiva, vai achar-se envolvido com outros muitos nobres senhores e cavaleiros, Álvaro Pérez de Guzman.

Velejando os navios castelhanos para as águas do Algarve, perto do cabo de S. Vicente se fere uma batalha decisiva, em que a frota portuguesa é completamente derrotada, ficando prisioneiros o almirante Manuel Pessanha e seu filho Carlos. Conduzidos para Sanlúcar de Barrameda, daqui pelo Guadalquivir foram levados até Sevilha onde o rei, embora doente, os quís receber com grandes mostras de alegria pela vitória sobre eles alcançada.

As dissenções que se prolongariam por alguns anos, vieram a terminar com a mediação de um legado pontifício, prometendo o Rei de Castela modificar os maus tratamentos a sua mulher, Infanta de Portugal, *a formosíssima Maria*. Por então se ajustava o casamento do princípe D. Pedro com D. Constança Manuel, uma das causas por que a guerra se ateara. Quando os pendões dos reis da Península se juntaram em cruzada contra a invasão dos mouros de Marrocos e se feriu a batalha do Salado, aí não faltaram homens e armas do segundo senhor de Sanlúcar, Juan Alonso Pérez de Guzman, vindo a compartilhar das honras e a utilizar os proveitos dessa vitória da Cristandade.

Encontra-se também no cerco de Gibraltar, e seu filho Don Alonso entra no de Orihuela onde morreu; outros da sua família vão à conquista de Granada e de Casaza, em África; batalham contra os *comuneros* em tempo de Carlos V, e com os cavaleiros sevilhanos encorpora-se na

expedição a Tunes (1535), Álvaro Pérez de Guzman que teve o título de Conde de Orgaz.

Assim, ascendentes ou avoengos, os Guzmanes sempre tomam a sua parte nas grandes e mais arriscadas empresas da nação. Arrastado pelo juvenil impulso de D. João de Áustria, alista-se Don Diego de Guzman, mordomo da Rainha, quando em 1565 aquele bastardo do Imperador se embarca em Barcelona, para ir defender a ilha de Malta da investida dos Turcos; e pouco depois (1569), quando por encargo de Felipe II, o mesmo arrebatado herói assume o supremo comando das galeras de Cartagena, para limpar de piratas as costas do Mediterrâneo, lá ia com ele Don Juan de Guzman no mais ardido batalhão de voluntários.

Embora considerada ambiciosa de bens e da glória de mandar, só por ganhar honra e fama, a antiga gente deste sangue nenhuma conta fazia da vida e seus regalos.

E o próprio pai do oitavo duque, avô de D. Luísa de Gusmão, aquele que por astuciosa ordem de Felipe II, recolhera e demorara com festas em Sanlúcar o pequeno D. Teodósio, duque de Barcelos, no regresso de Alcácer-Quibir, seria pelo mesmo soberano investido no comando da Armada Invencível contra a Grã-Bretanha.

Partindo da barra do Tejo em 1588 com grandes auspícios, a expedição viria a ser destroçada pelo temporal e pelas audaciosas investidas do almirante Francisco Drake, talvez facilitadas pela imperícia do próprio comandante. Além de tudo, bem se sabe como a sorte das armas é vária e imprevista, muitas vezes zombando do engenho e da experiência dos maiores cabos de guerra em todos os tempos.

Mas no primeiro quartel daquele século, já as virtudes e serviços militares dos Guzmanes eram tão assinalados que esta família merecia ser incluida pelo Imperador Carlos V entre aquelas doze que em seus estados obtinham a grandeza de primeira classe na hierarquia nobiliar.

Da alta antiguidade, ficou este louvor nos versos de

um genealogista português do século XVI, D. João Ribeiro Gaio, bispo de Malaca:

> Um cavaleiro bretão
> que se ajuntou a esta gente
> misturou este brasão
> o qual não foi diferente
> da gótica geração.
> Guzmão quer dizer nobreza
> em arabigo e em vulgar,
> godo magno e com certeza
> pois deles é o solar
> de Torralva, em Tropeza (14).

Alguns destes avós não foram superiores a desvarios, isentos de vícios e condenáveis defeitos que a História de Espanha sombriamente regista. Mas a melhor reserva moral de tão insigne ascendência deverá ter preponderado na energia do espírito e no carácter varonil de D. Luísa Francisca, pelo império daquelas leis biológicas que muito ciosamente ainda guardam os seus mistérios...

A CIDADE E O LAR DOS DUQUES

Esta cidade de Sanlúcar de Barrameda, tão risonha e buliçosa, agrícola e marítima, vem de remotíssimas origens que se escondem em nuvens de Mitologia e de Lenda, mas a sua história prende-se seguramente aos primeiros invasores do Ocidente nas costas da Península Ibérica. Por estas imediações se ergueu a cidade de Tartessos, tão conhecida e celebrada no Oriente pelo seu porto e comércio de metais nobres.

Depois, no decurso dos tempos, por feitos de conquista, de guerras civis e da navegação transatlântica, sempre tem de relacionar-se esta cidade e seus termos com factos da vida histórica de Espanha.

Com o andar dos séculos, o povoado foi descendo das alturas medievais pelos declives dos seus alcantis para o arenoso assento da praia. Pelas suas actuais praças e

ruelas hoje se cruzam gentes de muito diversas origens, tipos humanos com feições de levantinos, de bretões e flamengos. Inteligente e amável povo é este, de índole branda e comunicativa, que mais se aproxima da França ou do Norte de Portugal do que das severas aldeias de Castela, endurecidas em silêncio e solidão.

Pelos traços em que se revelam antigos séculos, ainda é possível reconstituir a fisionomia da velha praça de guerra e do porto marítimo, coroada pela carcomida alcáçova ou castelo de Sant'Iago onde airosamente avulta o moreno prisma da torre de menagem; e dos altos miradouros, os olhos da evocação podem ver desdobrar-se a cinta das s, flanqueadas por baluartes em todo o perímetro, com adarve bem corrido para defesa.

Nos seus panos, abriam-se as quatro reforçadas portas de Jerez, de la Fuente, de Sevilha e de la Mar, e fora delas, como atalaias de almas, algumas ermidas de Santos Protectores vigiavam a amplidão das campinas e do Oceano. A coroar o tumultuário casaredo, os confusos vultos de la Iglesia Mayor, das árvores, dos telhados e galarias do palácio ducal.

Sempre viveram unidas estas duas fundações e ainda hoje se mantém a passagem interior da nobre Casa para as reservadas tribunas da capela-mór de onde a família Medina Sidónia assiste aos actos de culto.

Nuestra Señora de la Ó é um templo de traça ogival, cujo nartex, lavrado em granito brando, se vê sobrepujado de uma cortina de lavores em estilo mudéjar ou gótico-mudéjar, onde orgulhosamente ressaltam brasões de duques e duquesas de Medina Sidónia, revelando-se no interior sucessivas transformações e ampliações até ao século XVIII.

No tecto, conserva-se o alfarge mourisco, talvez renovado em época posterior, com o respeito devido às linhas da primitiva traça e seu efeito decorativo.

À descida de la Cuesta de Belén para a cidade baixa, detem-nos o passo a surpresa de *las Covachas*, nome por que é conhecida uma construção lavrada em gótico florido, com sete arcarias rematadas por altos conopes, entremeadas de pilastras com grandes dragões alados e rompentes.

Deveria ser aqui a Porta do Mar, se não a frontaria de um palácio de grandes proporções, belo exemplar de gótico civil, talvez de influência flamenga, começado nos tempos do primeiro duque e não continuado em obediência a razões até hoje desconhecidas.

De passagem, deve agora relembrar-se que na casa do duque de Medina Sidónia, o nosso Pero da Covilhã se fez homem, aprendeu o manejo das armas e a língua espanhola, de que se serviria até ao Mediterrâneo Oriental, quando foi em demanda do Preste João (15).

Após o descobrimento da América, com o sucessivo acréscimo do tráfico que deu a Sanlúcar de Barrameda as honras e proveitos de porto de Sevilha — pelo Arrabal de la Ribera, em volta das *atarazanas*, começou a alargar-se o bairro marítimo, habitado por calafates, carpinteiros, matalotes e mercadores.

Por ali viriam depois a erguer-se os templos e mosteiros de Santo Domingo e da Madre de Dios, fundações da família ducal, na primeira das quais o arquitecto Francisco Rodrigues exercitaria os seus grandes recursos em linhas severas e hábeis combinações do Renascimento Filipino.

Na serenidade dos céus, as famílias *sanluqueñas* viviam e prosperavam em sossego na época senhorial, enquanto por dia e noite, com voz de paz, os sinos dos mosteiros acordavam todos os fieis cristãos para os deveres da oração e exercícios de penitência.

E do influxo da espiritualidade de outros séculos, ainda são movidas as crianças de hoje, quando correm na rua a beijar o cordão e a receber a benção dos capuchinhos que alegremente passam a lembrar os caminhos de Deus.

Sanlúcar de Barrameda, governada por muito ricos senhores de conquista e navegação, da linhagem dos Guzmanes, era a pequena capital de um empório de tributos e rendas tão avultados com que outro não competiria em toda a Espanha. Servia de opulenta corte a um reino, cujo soberano efectivo só por modéstia usasse o título de duque de Medina Sidónia, gozando as rendas de cento e sessenta mil ducados...

Neste estado de grandeza e prestígio, com dezenas de criados e servidores, iriam passar-se os restantes anos de puerícia e a juventude de Luísa Francisca, em companhia dos irmãos Gaspar e Belchior, e talvez de sua tia e futura cunhada, D. Ana de Guzman.

Desses tempos não se conhecem notícias que seguramente nos possam elucidar sobre a índole e desenvolvimento da personalidade de D. Luísa Francisca de Gusmão.

Os primeiros anos da vida desta menina fidalga, nascida entre sedas e brocados de ouro, iriam decorrer no meio de mimosos afectos da duquesa sua mãe e dos cuidados da aia, damas, e *dueñas* que afanosamente a cercavam para a servir nos toucados e atavios. Competiriam em lhe engalanar os vestidos, encomendando enfeites de laços e rendas espumantes; cuidariam de lhe afofar em chamas os fartos cabelos, perfumando-a e educando-a no rigoroso estilo da corte. A criança mostrar-se-ia senhora antes de o ser pelos anos, aprenderia dòcilmente a fazer mesuras, a manejar o leque com destreza e a usar finuras de etiqueta, conforme os preceitos da arte de galantaria nessa época de imperial esplendor. Assim, entre carinhos e serviços de gente que votava alma e vida à sua felicidade, D. Luísa ia crescendo em porte e graça, com a frescura das suas tranças de menina, presa aos inocentes recreios da sua idade e condição, com passarinhos exóticos, bobos, cavalos, carrinhos e *muñecas*-manequins.

Nesta corte andaluza, para educação e regalo dos irmãos, também não faltariam cuidados de cavalos de bom sangue e seus jaezes, vivendo os dois rapazes entre camareiros, estribeiros, mordomos e outros dignatários da sua Casa e Estado.

Eles ofereciam-lhes a escola da primeira formação para a vida da real corte de Espanha onde seus pais eram dos primeiros vassalos e onde diversas vezes se apresentavam a gosto e ordem do Rei, em festas e recepções.

Naturalmente, deveria ter sido a mãe de D. Luísa Francisca a primeira mestra da sua criação esmerada e severamente cristã; exemplos de virtude lhe poderia dar a nobilíssima duquesa D. Joana de Sandoval, dama da linha-

gem moral de D. Madalena de Ulloa, essa amorável e desvelada ama de D. João de Áustria, e bem comparável àquelas três condessas de Olivares, dignas e austeras, como tantas outras esposas espanholas de todos os tempos que rendem o respeito e admiração de um escritor contemporâneo: *colaboradoras calladas de la obra del esposo, sustén y lustre del hojar; de fina inteligencia; rectas hasta el heroismo y quisá un tanto demasiado puritanas. Sin duda, han sido ellas las depositarias de las virtudes esenciales de la raza y las transmissoras de su vitalidad moral a través los acidentes infinitos de nuestra historia* (16).

Mas com a grave e austera senhora que foi a duquesa D. Joana, não aprenderia D. Luísa a ser mulher, porque a morte lhe haveria de arrebatar a mãe em 1624, deixando-a orfã, apenas com onze anos de idade. Por certo, terá sido esta perda a grande dor do seu coração de criança.

À sua tia paterna D. Ana de Aragon y Guzman viria talvez a caber a continuação de tão alto cargo ou pelo menos a viligância da boa formação de compostura e de inteligência que nela tanto se afirmaria pelo decurso da sua inquieta vida.

Entre mestras de lavores e de línguas, entre mestres de Música e de Humanidades que seriam os próprios frades confessores da família, o seu espírito foi zelosamente cultivado nas letras e bem instruido nas verdades da fé cristã pelas luzes dos sete dons sagrados. Assim, D. Luísa Francisca viria a ser piedosa com fervor, donzela de inteira pureza de alma, esposa amantíssima, mãe de amor extremado e ardente, fiel observante dos preceitos divinos que rigorosamente cumpriria, até render o espírito ao Criador.

Nas rotuladas tribunas da igreja de Nuestra Señora de la Ó, de que os remotos avós haviam sido doadores e de que a sua família manteria efectivo padroado, D. Luísa Francisca, com sua aia e suas damas, iria ajoelhar para ouvir missa e assistir às devoções diárias. Nesses áureos tempos da polifonia clássica, com enlevo receberia na alma a comoção da música e dos cantos sacros; ouviria profundos sermões dos dominicanos, quando assistia a pomposos oficios do Natal, da Semana Santa e da Ressurreição, ou

às repetidas solenidades de *la missa mayor* nos domingos e festas dos Santos.

E por alguns dias do ano, em cortejo familiar, de côche ou de liteira pela porta de Sevilha, iria nas festas e celebrações aniversárias à igreja de Santo Domingo, e por alma dos seus bisavós, Don Juan Claros de Guzman e Dona Leonor Manriquez de Sotomayor, condes de Niebla, lá rezaria diante das estátuas-orantes dos seus túmulos onde os fidalgos doadores, de mãos postas, estão esperando a aurora do novíssimo dia... ([17]).

Quanto lhe cercava os passos, em força ou arte, em grandeza ou religiosidade, em história ou lenda, tudo lhe evocava e relembrava os ilustres nomes da gente do seu sangue, pessoas de alto estado na milícia e na corte, grandes vassalos do Rei, nobres e opulentos senhores em suas terras, honras e jurisdições. Repetem-se aqui as inscrições, além os títulos, multiplica-se a emblemática, florescem os brasões por dentro e por fora das igrejas, aparecendo nas insignias, nas bandeiras, nas alfaias, nos próprios pregos de bronze das portas e das grades. Talvez ainda mais alto do que a glória da Família, constantemente subia o vaidoso intento de a proclamar e recordar...

LEMBRANÇAS HISTÓRICAS

Em tarde de estio, talvez algum dos velhos servidores do tempo de seu avô, lhe contasse a passagem do Rei D. Sebastião de Portugal pelo porto de Cádiz, quando, a caminho da glória ou da morte, seguia para os areais da Mauritânia.

Com essa triste história de um Rei novo que passara a comandar a última cruzada contra os infieis, poderia lembrar-lhe o regozijo com que seu avô, o duque D. Alonso Pérez de Guzman quis honrá-lo na principal praça da cidade, dedicando-lhe uma grande festa taurina, com jogos de canas e outros que o Rei-Cavaleiro presenciaria disfar-

çado numa janela, ocultando a olhares curiosos a sua radiosa adolescência.

Ali esperaria os soldados espanhóis que vinham reunir-se às tropas da expedição, e nesses festejos teria gozado as últimas alegrias da vida, *para o que menos tempo bastava, e também para o mais* (18).

Talvez lhes povoassem a imaginação viva os lances de luta contra *los moriscos*, as histórias das façanhas de avós, tios e parentes, narradas em nobiliários manuscritos e até a tragicomédia do aventureiro Marco Túlio Garzon, aquele ambicioso ou desatinado com quem três ou quatro portugueses encontraram numa igreja de Veneza em 1589. Depois, reinando já Filipe III, esses sonhadores, por loucura de saudade, cuidaram ver nele o Rei D. Sebastião, reaparecido ou ressuscitado por clemência do Céu.

O fervor do sebastianismo e as inflamadas superstições em que tal culto se exercitava, envolveram em alucinada crença o próprio testemunho dos duques de Medina Sidónia que teriam ido reconhecer o verdadeiro D. Sebastião à nau que aportara a Sanlúcar e onde estava preso e em ferros o desgraçado aventureiro italiano (19).

Não é para aqui contar o exaltado entusiasmo desses videntes, fidalgos e frades, o transporte do impostor da Itália para Espanha, nem os esforços tentados para que as cortes da Europa reconhecessem no moço calabrês o neto de D. João III e de Carlos V, o malaventurado D. Sebastião, rei de Portugal.

Mas pelos anais da cidade de Sanlúcar dos tempos do avô de D. Luísa, sempre seriam lembradas as diligências das justiças para obter a captura desses agitadores de sonhos, as prisões e tormentos inflingidos aos desgraçados sebastianistas, de que eram principais arautos o dominicano frei Estêvão de Sampaio e o franciscano Boaventura de Santo António. No ano de 1603, viriam eles a pagar com a vida a sua pertinácia de quererem ver livre de usurpação o Reino de Portugal, sendo ambos condenados à pena capital pelos nefandos crimes de apostasia e de lesa-majestade.

Mas a sentença mais dura de todas seria a da conde-

SANLÚCAR DE BARRAMEDA — *Castelo e Palácio de Niebla*

(Reprod. de litografia antiga) — Fot. *Ed. Portugal*

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

SANLÚCAR DE BARRAMEDA — *Iglesia de Santo Domingo*

(Reprod. da *Revista Geográfica Española*, n.º 13)

nação de Marco Túlio, pois nela decretavam os juizes *fuese arrastrado como traidor; cortada la mano con que firmó el nombre del rey; que fuese ahorcado, y echo cuartos puesto por los caminos, y en las penas de infamia anejas al delito de lesa majestad...* (20).

Passados e sofridos na praça fronteira ao palácio da sua criação, estes horrorosos suplícios não poderiam deixar de ser relembrados por quantos os presenciaram, nem deixar de interessar a quem os ouvisse como história vivida...

Das bandas do mar pela memória de um século, na tradição dos embarcadiços não se perdera a fama das duas viagens de Cristóvão Colombo que neste porto aparelhara as suas naus, zarpando com rota para a América em busca de tesouros; nem estaria no esquecimento a partida de Fernão de Magalhães para a primeira volta do Mundo, nessa temerária e heróica empresa em que um português de boa escola ia ganhar para Espanha, a maior glória das suas navegações.

Não faltariam marítimos a contar proezas de assinalado esforço e perigo contra os piratas argelinos, pertinazmente apostados em infestar as costas da Andaluzia, por título e encargo sempre entregues à guarda e defesa dos duques e seus soldados.

Cantados e acompanhados à viola por cegos mendigos, aos ouvidos da preciosa menina do Palácio de Niebla, chegariam ecos dos velhos romances castelhanos, como aquele do conde Arnaldos:

¡Quien hubiese tal ventura
sobre las aguas del mar,
como hubo el Conde Arnaldos
la mañana de San Juan!
Con un falcon en la mano
la caza iba a cazar,
vió venir una galera
que á tierra quiere llegar.
.....
.....
.....

Ou a relembrar vozes ensanguentadas da terra, os soluços da perdição de Alhama que dolorosamente ecoaram por toda a Espanha:

Paseabase el rey moro
por la ciudad de Granada,
desde la puerta de Elvira
hasta la de Vivarrambla.
¡Ay de mi Alhama!
Cartas le fueron venidas
que Alhama era ganada:
las cartas echó en el fuego
y al mensagero matara.
¡Ay de mi Alhama!
Descabalga de una mula,
y en caballo cabalga;
por el Zacatin arriba
subindo se habia al Alhambra.
.....
.....
.....

RECREIOS, ESTUDOS E SONHOS

Alternariam os severos estudos com as novilhadas andaluzas no terreiro, as revistas das matilhas de seu pai, as gaiolas das aves de presa, os alvoroços das vésperas das caçadas de citraria e montaria. Na lembrança dos seus dez anos, sempre havia de ficar a *caceria* do inverno de 1624, pelo duque seu pai oferecida ao rei Filipe IV no vasto Coto de Doña Ana. O fausto, a ostentação e esplendor dessa festa nos campos e no palácio, em que se gastaram quinhentos mil escudos, chegariam então a provocar, segundo se escreve, a má disposição e inveja do poderoso monarca contra o Senhor de Sanlúcar ([21]).

Por tardes de Primavera e de Outono, para esse celebrado Coto de Doña Ana iam as merendas para as diversões da pesca e passeios de prazer, atravessando-se o Guadalquibir na grande barca tributária da sua família, e pela qual constantemente se ligavam as águas e termos do se-

nhorio de Sanlúcar com as terras e casas do velho condado de Niebla.

Por dias serenos, anunciadores de Primavera, das partes de África vinham pousar e reunir-se nas *marismas* de esse Coto, inumeráveis bandos de aves migradoras. Eram palmipedes multicores, *cercetas, silvones, negretas, pardillas, ânsares, babancos,* com andorinhas, cegonhas, gaios, colhereiros e rolas..., que antes de partir para a felicidade, tantas vezes se deixavam apanhar à borda de água por não poderem vencer o cansaço do vôo sobre o mar. Ali era para todos a câmara ante-nupcial, doce átrio de amores dos voláteis que, ao difundir pelos campos, telhados e praias do continente dos antigos gelos, as galas da plumagem e as estrofes do chilreio, faziam os ninhos para criar os filhos, dando encanto à vida e louvores a Deus-Criador.

Depois, pelas calmarias do Outono, lá se ia ver às marismas a ruidosa alegria do regresso, outras novas gerações de pássaros, separados em espécies, unindo-se um por todos e todos por um, à voz do instinto que neles governa. Às ameaças do frio fugiam as garças, os *alcaravanes,* os tordos, os *chorlitos,* rouxinóis, codornizes, abelharucos, picanços..., procurando para viver as doçuras dos invernos de África, para além do Estreito, onde as colunas de Hércules há muito haviam caído...

Mas as distracções e recreios da sua idade e condição, a que se juntavam as exibições de *titereros* ambulantes e os espectáculos das *comédias famosas* de capa e espada, eram dominados pelos cuidados do estudo e seus horários, ao costume daquele tempo.

Não se lhe recusavam leituras de obras de firme crédito nos lares de boas famílias, como o velho *Espelho de Cristina,* manual impresso ou divulgado em cópias manuscritas, em que se enunciavam os preceitos e conselhos para as mulheres das três classes da sociedade. E à sua imaginação dariam prazer alguns volumes da novelistica espanhola que pudessem ser folheados como lição de gosto e de proveito, sem perigo de crestar a sua alma em flor.

A vida habitual desta donzela seria de recolhimento,

de austeridade e de exemplar observância, à medida que a buliçosa menina se ia transformando na mulher precoce, discreta e concentrada, com a oval do rosto bem iluminada e aquecida pelo brilho dos seus negros olhos de andaluza.

Na atmosfera moral em que fora crescendo, longe da Corte, da sua dissolução e perigos, D. Luísa Francisca ia sendo preparada para mãe de família, dentro dos princípios cristãos e das normas da severíssima ética social daquele século, em que se incluem as sentenças de Fray Luís de Léon:

Como son los hombres para lo publico, asi las mujeres para el encerramiento, y como es de los hombres el hablar y salir à luz, asi dellas el encerrarse y el encubrir-se.

Desenvolvendo as suas reflexões, prossegue o grande teólogo e moralista que no seu tempo se propusera dar conselhos à mulher casada, para assegurar o perfeito bem-estar na harmonia conjugal:

Forzoso es que, como la experiencia lo enseña, pues non tienen saber para los negocios de sustancia, traten, saliendo de poquedades y menudencias, y forzoso es que, pues no es de su oficio ni natural hacer lo que pide valor, hagan el oficio contrario. Y asi es que las que en sus casas cerradas y ocupadas las mejoran, andando fuera dellas las destruyen... ([22]).

Embora dentro do palácio ducal, depois dos quinze anos, a sua atenção e curiosidade começariam a ser solicitadas para a vida e seus mistérios, entregando-se a íntimas meditações e sonhos de ventura, por horas sombrias ou iluminadas de alvores de esperança. Essa alternativa nunca se compreende, ao traduzir-se diàriamente em risos e lágrimas, afectos ou desdens sem objecto, que sempre denunciam o novo mundo no inquieto despertar da adolescência da mulher.

Dos altos eirados e miradouros que ainda hoje podem visitar-se por gentileza dos actuais duques de Medina Sidónia, Luísa Francisca alongaria a vista pelo fulvo areal da praia, demoradamente contemplando *las puestas del sol* para as bandas do Mar Oceano, através das rosadas ex-

SANLÚCAR DE BARRAMEDA

Mirador del Palácio de Niebla

(Reprod. do *Guia Oficial*, 1935)

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

SANLÚCAR DE BARRAMEDA — *Convento de la Madre de Dios*

(Reprod. do *Guia Oficial*, 1935)

tensões da Jara e do Coto de Doña Ana, na suave e moribunda quietação do Outono.

Destes luminosos horizontes lhe ficaria a lembrança dos tempos da venturosa juventude, até aos dias da desdita em Portugal, quando, para fugir às afrontas recebidas no Paço da Ribeira, mostraria preferência por *lugar ancho y ameno, vista de mar, a la qual soy mui inclinada* (23).

Era a saudade fiel aos queridos céus da sua criação, que nunca mais vira nem tornaria a ver.

Do abrigo e recolhimento das arcarias quinhentistas com esbeltos colunelos de mármore, em que graciosamente se revelam os trabalhos de reconstrução e aformoseamento do Palácio de Niebla, por cuidado de sua avó, desses miradouros de sol e larga contemplação, passava-se com regalo para a espessura de frescas alfombras. Desciam os arruamentos até ao pendor da escarpa, aos pés da qual, em remotos séculos, vinha bramir e quebrar-se a queixa do mar, absorvendo na espuma das ondas o perfume do jasmim e da madre-silva que do alto dos muros se ia derramando...

Por lá se dissiparam doces e quietas horas, dias e anos da mocidades de Luísa Francisca, ouvindo por entre rosas, violetas e açucenas, o lento rumor das fontes que há muito secaram e emmudeceram, por não terem senão mágoas que contar...

Havia por ali estátuas alvejantes, mal vestidas de musgos, viçosos ornamentos de buxo e murta, com que se disfarçavam as bocas dos subterrâneos, em que ainda moravam medonhos espectros e por onde, em tempos de acesas guerras, se haviam escoado as heróicas sombras de avós batalhadores.

Meandros misteriosos, aporfiava-se que por eles pudessem passar cavaleiros armados em direcção ao castelo, refugiando-se no último recesso das muralhas, para defender a praça atacada de surpresa.

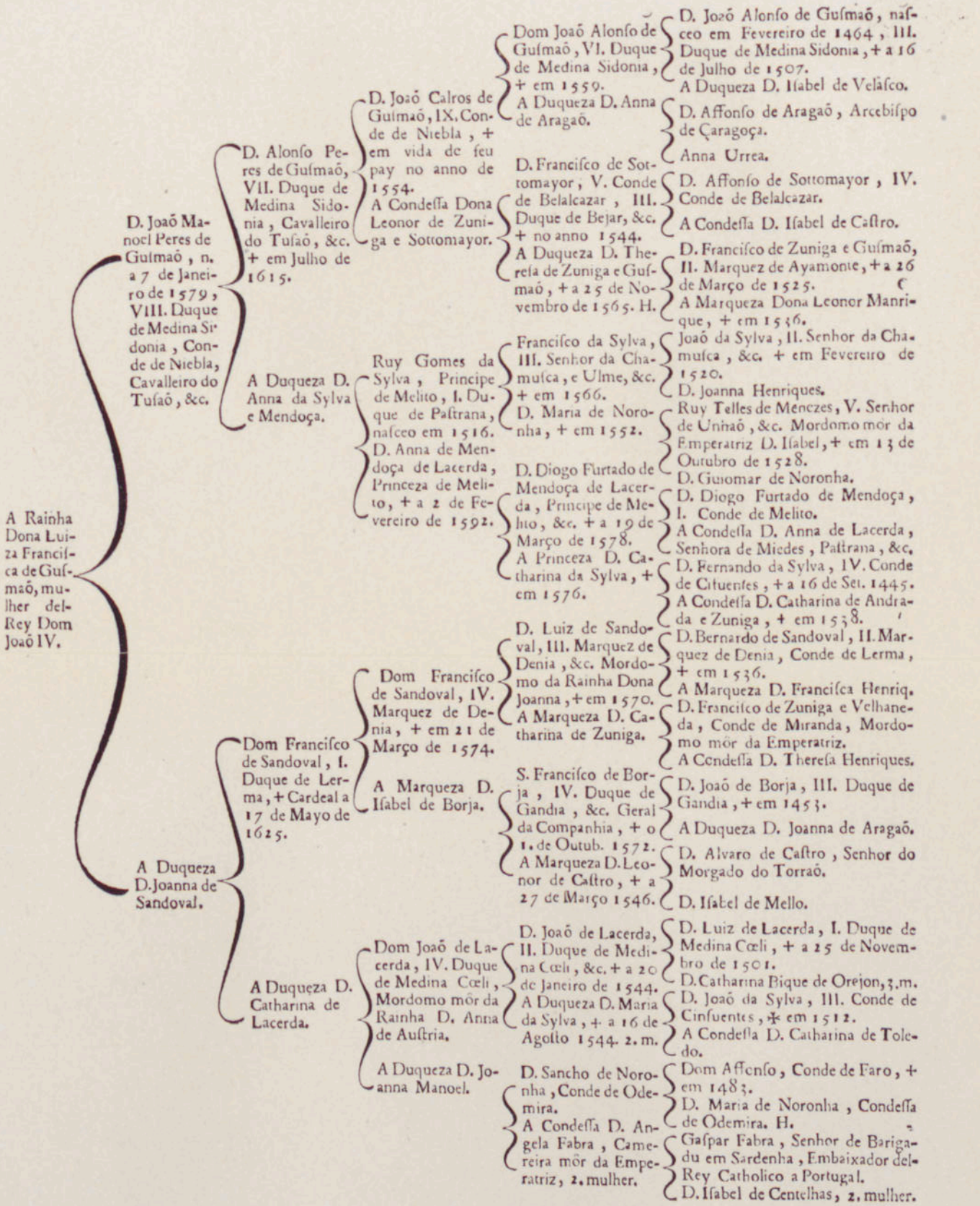
Por estes jardins agora evocados na lembrança, com árvores exóticas e flores raras, a esvair-se em lânguido e tropical odor, adejavam loucamente borboletas multicores

e mansos pintarroxos gorgeavam, na confiança de suave e perpétua Primavera.

Por aqui se foram ampliando os sonhos da mocidade de Luísa Francisca, ardente e contida, fogosa e calma por esforços de vontade e concentrado domínio de si mesma.

Como em todas as cidades marítimas, a maior curiosidade das raparigas ia para o porto em dias de entrada de navios pela ampla barra do Guadalquibir, no juvenil alvoroço de avistar os galeões que vinham da América com tesouros, os da rota do Mediterrâneo com promessas de purpuras e damascos da Itália, outros com jóias do Oriente, a fulgir e a tentar as almas...

E algum dia, a filha do duque de Medina Sidónia, donzela com coração de carne, mais gostoso intento viria a ter, espiando em segredo o horizonte, não entrasse do Norte alguma nau de velas enfunadas, em cujo mastro da mezena tremulasse a branca flama da bandeira de Portugal...



ARVORE DE ASCENDÊNCIA DE D. LUISA DE GUSMÃO

(*Hist. Gen.*, tomo VII, pág. 261)

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

NOTAS AO LIVRO PRIMEIRO

(1) Nos quadros genealógicos de autores portugueses, o pai de D. Luísa de Gusmão aparece com o nome de João Manuel. (*Hist. Gen.*, tomo VII, pág. 261; D. José Barbosa, *Catalogo das Rainhas de Portugal*, pág. 425; Manso de Lima, *Famílias de Portugal*, vol. XII, pág. 347). No assento de baptismo de D. Luísa Francisca de Gusmão, lê-se o nome de Alonso Pérez de Guzman (vid. DOCUMENTOS, I); e na sua *História de Sanlúcar de Barrameda*, ed. de Cadiz, 1942, pág. 34, Pedro Barbadillo Delgado chama-lhe Manuel Alonso Pérez de Guzman, apresentando uma série de quatro Alonsos duques, desde o quarto avô de D. Luísa, cognominado *El Fátuo*. Como os nomes e apelidos eram muitos, os autores mostravam tendência para os reduzir. Remontando até ao século XIV, a ascendência paterna de D. Luísa era constituida por parentes colaterais de São Domingos de Gusmão. Já viúva, a Rainha de Portugal, ao querer recolher-se a um mosteiro para consolo da sua desgraça, lembrar-se-ia do Bom Sucesso, dizendo: ... *y a San Domingo me acojo, como parienta desemparada*, hipótese que aliás reconhece inaceitável. (*Castastrophe de Portugal*, MDCLXIX, pág. 47); *Huelva Ilustrada, &*, por Juan Agostin de Mora, Sevilla, 1762, pág. 6.

(2) *Hist. Gen.*, tom. VII, pág. 261 (Genealogia da Rainha D. Luísa); Carlos da Silva Tarouca, *Antepassados portugueses da Rainha Dona Luisa de Gusmão*, art. in *Brotéria*, vol. XXX, fasc. 4. Lisboa, MCMXL, pág. 427; Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. II, 2.ª ed., págs. 128 e seg.; Carlos Olavo, *João das Regras*, págs. 274 e segs.; Manso de Lima, *Familias de Portugal*, ed. dact.da, vol. XII, fóls. 347-348. O número de onze filhos, foi dado em nota do monógrafo de Sanlúcar, Dr. Barbadillo Delgado.

(3) D. José Barbosa, *Catálogo das Rainhas de Portugal, &*, págs. 416-421.

(4) António Ballesteros Beretta, *Sintesis de Historia de España*, 5.ª ed., pág. 323.

(5) *Amar e Servir*, livro do autor, Porto, 1940, in cap. *Poesia Épica da Restauração*, págs. 179 e segs.

(6) *Restauração de Portugal Prodigiosa pello Doutor Gregorio de Almeida, &*, Lisboa, MDCCLIII, pág. 100. A 1.ª ed. é de 1643. O verdadeiro autor é o jesuita Padre João de Vasconcelos. Vid. *Bibl. Lusit.*, tom. II, págs. 376 e 717. No vol. IV da mesma obra, pág. 588, dá-se por autor do livro ao P. Manuel de Escobar; José Agostinho de Macedo in *Os Sebastianistas*, Lisboa, MDCCCX, pág. 11, e Inocêncio, *Dic. Bibl.*, vol. IV, pág. 49, atribuem a obra a esse mesmo autor.

(7) Antonio Veloso de Lyra, *Espelho de Lusitanos, &*, Lisboa, 1643, pág. 67.

(8) *Alguns documentos da Biblioteca da Ajuda sobre a Restauração*, apresentados e anotados por Eduardo Brasão, 1940, pág. 29.

(9) *Hist. Gen.*, tom. VII, pág. 245 e segs.

(10) *Cron. de ElRei D. Pedro*, por Fernão Lopes, cap. XLV.

(11) *Cronica da Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira*, cap. XVI.

Também a relacionação dos nomes com a vida e destino das pessoas, já era prática da Antiguidade Clássica. Na Idade-Média, Dante para louvar São Domingos de Gusmão, enaltece seus pais pela predestinação dos nomes:

> O padre suo veramente Felice!
> O madre sua veramente Giovanna,
> Se interpretata val come si dice!
>
> *Paradiso*, C. XII, & 79-80

No intuito de realçar as heróicas virtudes de Viriato, também Camões se socorre do seu nome, embora por errada etimologia.

> *Os Lusiadas*, C. III, Est. 22

D. Miguel I de Portugal foi tido e popularmente venerado por legionário apostólico contra os poderes do Diabo, em razão do seu nome de arcanjo.

(12) Pedro Barbadillo Delgado, *Historia de la ciudad de Sanlúcar de Barrameda*. Cadiz, 1942, pág. 34.

(13) *Idem, ibidem*, pág. 73. Para a história mais remota da família, vid. também Pedro Barbadillo Delgado, *Historia Antiga y Medioeval de Sanlúcar de Barrameda*. Cadiz, 1945, passim.

(14) Queiroz Velloso, *O Reinado do Cardeal D. Henrique, &*, Lisboa, 1946, págs. 44 e segs.; Carlos da Silva Tarouca, in *Brotéria* cit., pág. 426; *Elucidário Nobiliarchico*, II, Jan.-1929, n.º 1, pág. 34. Artigo do conde de Sampaio (D. António), *As trovas heraldicas na Litteratura Portuguesa*.

(15) Pedro Barbadillo Delgado, *ob. cit.*, págs. 962 e seg.; *Aula Régia*, livro do autor, Porto, 1936, págs. 253 e segs.; Padre Fran-

cisco Alvarez, *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Indias*. Lisboa, 1883, págs. 127 e segs.

(16) G. Marañon, *El Conde Duque de Olivares*, Madrid, 1936, pág. 11.

(17) Barbadillo Delgado, *ob. cit.*, pág. 354. Segundo a informação particular deste autor, D. Luísa teria ido apenas uma vez à corte de Madrid e algumas a Sevilha.

(18) Jerónimo de Mendonça, *Jornada de Africa*, cap. III; Queiroz Velloso, *D. Sebastião*, 2.ª ed., pág. 303.

(19) Dom Ioam de Castro, *Paraphrase et Concordancia de Alguas Prophecias de Bandarra çapateiro de Trancoso*, págs. 130 e seg.

(20) Barbadillo Delgado, *ob. cit.*, pág. 741 e segs.

(21) *Idem, ibidem*, pág. 34.

(22) Fray Luís de Léon, *La Perfecta Casada*, § XVII.

(23) *Catastrophe de Portugal*. Lisboa, MDCLXIX, págs. 46-47.

LIVRO SEGUNDO

A CÔRTE DUCAL

Nem em Castella, nem em França,
Ha outro mayor Senhor
De Vassallos, que o de Bragança,
De Portugal defensor,
Dos Castelhanos vingança.

D. João Ribeiro Gaio,
Bispo de Malaca

A illustre, & senhorial Villa Viçosa
Nos Principes da estirpe brigantina
Era o empenho da lusa saudade
Na esperança da patria liberdade.

Diogo Ferreira Figueiroa

A CÔRTE DUCAL

A VILA E OS DUQUES NA HISTÓRIA

Vila Viçosa trouxe da Antiguidade a lendária emanação de um lugar eleito, e desde há séculos, pelas cercanias do seu actual assento, os achados de pedras lavradas, inscrições, moedas e outros vestígios de povoamento, deram-lhe seguro crédito na herança de nobres e remontadas tradições.

Assim, a riqueza e amenidade do sítio já as gozaram os Avós Lusitanos que por estes limites, com misteriosos ritos adorariam o deus indígena Endovélico; depois, em seus prados e assomadas viriam estabelecer-se os conquistadores Romanos, também lavradores e mineiros, trazendo com as armas os seus cultos e erguendo um templo à deusa Proserpina, filha de Júpiter e de Ceres, raptada por Plutão, quando colhia flores...

Para enobrecer os foros da vila, procurando equivalência clássica ao seu nome português, mestre André de Resende chamava-lhe *Callipolis*, e assim ficaria a conhecer-se na tradição erudita dos últimos quatro séculos (1).

As obscuras notícias da dominação árabe e da época da Reconquista não impediriam que se enevoassem de famosas ficções esses distantes períodos, deixando lugar a muito poucas certezas históricas.

Conquistada, perdida e resgatada pelos nossos pri-

meiros reis, só com o foral de D. Afonso III (1270) Vila Viçosa viria a receber grande impulso de repovoamento no domínio português.

Em sequência do plano de fortificação das fronteiras, D. Dinis e D. Fernando reforçam-lhe o castelo e a cinta amuralhada, em que a vila de antes se abrigava, e de tão robustas construções alguns lanços e muitas pedras ainda subsistem para testemunho e admiração daquela providência real.

Na crise da Independência, provocada pela sucessão dinástica (1383-1385), a vila vê-se amargamente envolvida nas lutas de Portugueses contra Portugueses-Castelhanos, alterando-se a posse da fortaleza nas mãos ensanguentadas dos contendores, como a outras muitas terras aconteceu.

Poucos dias depois da batalha de Aljubarrota e por mercê de tão grande vitória, a vila é doada ao Condestável por carta régia de 20 de Agosto de 1385, e dela tomaria posse para lá fazer assento em diversos anos da sua vida, enquanto não entrou no cláustro. D. Nuno Álvares Pereira transferiu a donataria para seu neto D. Fernando I, e, desde então, sempre Vila Viçosa ficaria encorporada no património dos Duques de Bragança, seus descendentes directos. Sendo ainda conde de Arraiolos, o futuro duque acompanhou na expedição a Tânger os infantes D. Henrique e D. Fernando, e depois de ter combatido com denodo no cêrco da praça, fundamentou nas cortes de 1438 o seu desacordo para a entrega de Ceuta, em resgate do infante seu tio que por África ficara em reféns (²). Alguns anos depois, pelo regente D. Pedro é escolhido para Capitão General da cidade de Ceuta que seu avô D. Afonso ajudara a tomar, e ali permanece três anos no governo e defesa da nossa primeira conquista de Além-Mar.

O filho deste, D. Fernando II, 3.º duque de Bragança, *o Degolado de Évora*, entra ao lado de D. Afonso V nas empresas de Marrocos, e por seus altos feitos ganha o cognome de *Africano*, com que a História também honraria o próprio Rei de Portugal.

VILA VIÇOSA — *Castelo e muralhas*

(Fot. *Sousa Meneses*)

VILA VIÇOSA — *Porta de Estremoz*

(Fot. *Sousa Meneses*)

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

À maneira de seu pai e avô, D. Fernando II ainda se dispersa pelos principais solares da Casa, por Guimarães, Chaves, Barcelos, Bragança, assistindo nas feitorias dos seus bens de raiz e procurando-lhes o aumento e a prosperidade em folhas de cereais, nas árvores, no gado, até que a sua triste e desgraçada ambição lho consentiu.

Como é geralmente sabido, da sentença proferida no processo da conspiração contra D. João II, veio-lhe a afrontosa morte por degolação, com desonra para si, perseguição e pobreza para a sua família.

É só mais tarde, com seu filho D. Jaime, 4.º duque de Bragança, trineto de El-Rei D. João I e do Condestável, que a residência da família ducal se estabelece e fixa em Vila Viçosa, após a restauração da Casa e Ducado, por cartas de doação e confirmação de D. Manuel, a partir de 1496. Perdoada a pena por clemência real e reabilitados os seus parentes por impulso de afecto e justiça do Venturoso, a Família de Bragança iria retomar posse dos bens confiscados, gozar dos privilégios extintos, das regalias suprimidas por vingança e defesa da autoridade real.

Por tal procedimento, poderia mais tarde escrever D. Francisco Manuel de Melo: *Desta forma, a Casa de Bragança tão exaltada se via pelo Rei que não direi se foi maior o cuidado com que D. João II a quis extinguir ou D. Manuel erguê-la* (3).

A escolha de Vila Viçosa para principal morada dos duques de Bragança, não seriam estranhos o gosto e conveniência da proximidade da Corte Real que tantas vezes e por longos períodos nos reinados de D. Manuel e D. João III se detinha em Évora aonde os duques iam aposentar e cumprir as obrigações e encargos da sua alta representação.

Com sua mãe D. Isabel e seus irmãozinhos, todos fugidos à sanha do Príncipe Perfeito que não os podia perseguir no abrigo de Castela, D. Jaime com cinco anos conhece o desterro e até aos dezassete o sofre, sendo criado em sombria orfandade e doloroso infortúnio.

Restituido ao ducado, desde logo entendeu convenien-

te vencer o encerro das muralhas do castelo medieval onde então vivia com sua mãe, para mandar começar a construir em 1501, no sítio abrigado e amplo da sua Horta do Reguengo, um palácio desafogado e airoso, de bem lavrada e florida pedraria, de que ainda hoje restam o claustro da Capela e diversos vestígios em portas e janelas manuelinas.

Alguns anos depois do seu casamento com D. Leonor de Mendonça, celebrado em 1502, para a nova residência se mudava a Família de Bragança que lá ia encontrar mais amplos aposentos e recreios, bem acomodados às condições da sua vida e estado. Assim começa a verdadeira grandeza de Vila Viçosa, a Corte Ducal, o fastígio do lar que neste século havia de continuar a permutar o seu ilustre sangue com o da Casa Real Portuguesa (4).

Por efeito de essa repetida consanguinidade, desde o duque D. Jaime se começaria a adoptar, entretecida em cordões heráldicos, a célebre divisa ou empresa — *Depois de Vós*, que o duque D. João I, seu neto, completava expressivamente com a adjunção do pronome *Nós* (5).

Assim se queria significar que nenhuma outra casa igualava a de Bragança em nobreza e prosápia, considerando-se esta Família Ducal a para-dinastia, ou contra-dinastia, por indiscutível função supletória na sucessão da Coroa. Quando D. Afonso V embarcou para a África, à conquista de Arzila, D. Fernando I foi nomeado regente do Reino de que era Condestável, e mais tarde o duque D. Jaime, seu neto, seria particularmente jurado herdeiro presuntivo do Trono, para o caso de El-Rei D. Manuel, seu tio, não vir a ter legítima descendência. Assim ficaria com as honras de Infante de Portugal.

Até agora, o escudo de armas da Casa de Bragança e de alguns dos seus ramos, era como o descrevia em seus termos próprios, o poeta palaciano Joam Roiz de Sá:

> Sobraspa fazem mostrãça
> as quynas doutra feyçam,
> cruzes coelas estam,
> armas sam dos de Braguança
> que vem del rrey dom Joam.

Debaixo destas sentendem
tres titulos que dependem
de sangue tam poderoso.
Myra, Tentuguel, Vymyoso,
que todos juntos comprendẽ.

E logo a seguir às armas do Rei e do Princípe, descreve o mesmo poeta as do duque D.Jaime, agora com mais honra diferenciadas das que usaram seus antepassados e mais próximas do escudo real:

A quem fende huũ labeo
de dous escudos rreaes,
sem outros nẽhũs synaes,
que non chegue de voleo
atees quynas deuinais.
Sobrinho de seu senhor,
he de muyto moor primor
do que meu louuor alcança
senhor duq̃ de Bragança
o que tomou Azamor (6).

Qualquer que seja a rigorosa interpretação heráldica a dar aos versos transcritos, todos ficam sabendo que as armas dos duques de Bragança deixaram de ser o escudo em aspa, substituindo-o agora o escudo real, com o lambel, também chamado banco de pinchar, com dois ou três pendentes, de que usavam o Princípe Herdeiro e os Infantes de Portugal.

Depois do nascimento do primogénito de D. Manuel, por diferença do escudo real, no escudo do duque D. Jaime ainda seriam acrescentadas as armas de Castela e as da Inglaterra à direita, e as de Aragão e Sicilia à esquerda do campo, por também essas lhe pertencerem por linha da sua mãe, a duquesa D. Isabel. Destas armas completas usaram os duques sucessores de D. Jaime, designadamente D. Teodósio II, até seu filho D. João II ser aclamado rei de Portugal (7).

Foi este duque D. Jaime homem bravo, sombrio e pondunoroso. Para desafrontar sua honra, em a noite de 1 para 2 de Novembro de 1512, com um punhal tira a vida a sua esposa, a duquesa D. Leonor de Mendoça. Esta nobre dama era filha do oitavo senhor de Sanlúcar de

Barrameda, terceiro duque de Medina Sidónia, Juan Alonso Pérez de Guzman, e de sua mulher e prima D. Isabel de Velasco. Numa câmara do Paço do Reguengo, ainda em obras, em poucos instantes se vive e sofre uma das mais horríveis tragédias da História de Portugal, em que também perece, degolado por um negro, o jovem cúmplice António Alcoforado.

Absolvido das justiças pela letra das Ordenações, *por achar que lhe cometiam adultério*, D. Jaime é convidado por El-Rei D. Manuel, seu tio, a comandar no ano seguinte a expedição a Marrocos para a conquista de Azamor.

Nesta armada, encorpora grande número de soldados seus e emprega para sustento deles, vasto cabedal das rendas do ducado.

Em quatrocentas velas iam dezoito mil infantes com três mil e quinhentos de cavalo, fazendo-se o embarque depois de ser bento o estandarte real no altar de S. Vicente da Sé de Lisboa, e saindo do Tejo a expedição a 17 de Agosto de 1513 (9). Empresa de grande alcance nacional, para o seu bom êxito se concitaram esforços e entusiasmos ardentes, e para acordar nos peitos o necessário estímulo colectivo, escrevera Gil Vicente e representava-se antes da partida de Lisboa, a célebre *Exortação da Guerra:*

Africa foi de Christãos,
Mouros vo-la tem roubada.
Capitães, ponde-lh'as mãos,
Que vós vireis mais louçãos
Com famosa nomeada.
.....
.....

Depois de alcançado o triunfo, também Garcia de Resende não deixaria de o celebrar na sua *Miscelânea:*

Ao duque vimos chegar
A Azamor, logo tomalo
Vimos sobrelle levar
mais de dous mil de cavalo
tantas legoas sobre mar

VILA VIÇOSA — *Pelourinho Quinhentista*

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

VILA VIÇOSA — *Claustro da Capela Ducal*

(Fot. *Sousa Meneses*)

non ha nenhũa memoria
nem sescreveo em historia
de tantos cavallos yrem
sobre mar taõ longe e virẽ
& nam fallo da victoria.

Com o prestígio deste feito, sobe em fama o nome do duque D. Jaime e cresce de importância a sua Casa, a que mais tarde viriam a dar novo lustre as façanhas de seu filho D. Constantino de Bragança, vice-rei da Índia e conquistador de Damão.

GRANDEZA E PRIVILÉGIOS

A extensão e opulência do Estado de Bragança mantem-se e asseguram-se pelos sucessivos ducados de D. Teodósio I, D. João I e D. Teodósio II, no largo período correspondente aos reinados de D. João III, D. Sebastião e Cardeal-Rei D. Henrique, prolongando-se pelas décadas da usurpação filipina, até à Restauração.

Em prerrogativas e magnificência, com o tratamento de *excelência* por D. Sebastião concedido aos seus titulares, a Casa de Bragança excedia todas as extirpes nobres, que não tivessem soberania, atribuindo-se aos duques as honras de filhos de infantes de Portugal, pelo que não ajuntavam qualquer apelido aos seus nomes de baptismo. Por semelhantes razões, também os duques e seus filhos tinham precedência a todos os outros senhores do Reino (10).

Se exceptuarmos os anos de colapso trágico (1483-1495), pela extinção da Casa de Bragança, seus títulos e honras, pela já referida condenação e morte do duque D. Fernando II, os chefes dessa Família que na falta de infantes eram os condestáveis do Reino, vieram a usar ou a dispor dos títulos de duques de Bragança, Guimarães e Barcelos, de marqueses de Valença, Vila Viçosa e Montemór-o-Novo, de condes de Arraiolos, Barcelos, Neiva,

Ourém, Faro, Faria e Penafiel, com os senhorios de Vila do Conde, Chaves, Braga, Monforte, Penela, Alter do Chão e Ilha do Corvo, de numerosas vilas e lugares nas províncias do Alentejo, Entre Douro e Minho, Trás-os--Montes e Extremadura.

Manuel de Galhegos poderia escrever mais tarde no *Templo da Memória:*

> Inclui de Bragança o Senhorio
> Quatrocentos Lugares, cuja gente
> Se disparar de Marte o fogo impio,
> Sombra a Hespanha fará com fumo ardente;
> E vinte e duas Vilas, cujos muros
> De bellico furor vivem seguros.

Nas vésperas da Restauração, contavam-se por oitenta mil os vassalos do duque de Bragança (11).

Todos sabem que o vasto património ducal, depois sucessivamente acrescido, provinha originàriamente das largas doações feitas pelo Condestável D. Nuno Álvares Pereira, a sua filha única, D. Beatriz, para o casamento dela com D. Afonso, filho bastardo, e expressamente legitimado, do rei D. João I. Conde de Barcelos em 1401, viria a ser o primeiro duque de Bragança. Também ele recebia de seu pai em doação numerosas e vastas terras, com privilégios e jurisdições tão amplas que lhe davam poderes soberanos em seus termos, vindo estas mercês a ser aumentadas por favor da consanguinidade dos reis D. Duarte e D. Afonso V.

Com o andar do tempo, a Casa de Bragança tornar--se-ia a mais opulenta de Portugal, chegando os seus domínios a abranger um terço das terras do Reino; e também o duque de Bragança era o mais nobre titular das Espanhas, pois que, além das ligações com a Casa Real, era aparentado com os imperadores, reis e mais altos príncipes da Europa, e da sua estirpe descendiam todos os Príncipes da Cristandade (12).

Em versos de hiperbólica cortesania, o grande Lope da Vega, no meio do fausto de Vila Viçosa e diante da

alta personagem que era o duque D. Teodósio, ousava escrever:

> Ó Gran Teodósio, con quien siempre tuvo
> El Jupiter del Reyno Lusitano
> Partido Imperio, y cuyo Ceptro estuvo
> Por sangre en vós, por leys en su mano:
> La tierra, y mar, que peregrino anduvo
> Sacro Legislador del Orbe Indiano,
> Tambien parte con vós su Monarquia,
> Como en dos Mundos se divide el dia (13).

Entre os seus grandes privilégios, gozavam os duques da especial prerrogativa de conferir nobreza aos seus vassalos e servidores, entre os quais se contam fidalgos como D. Aleixo de Meneses, futuro aio de D. Sebastião, D. João de Eça, Martim Afonso de Sousa (14). E quando se encontravam na Corte, tomavam assento no conselho de Estado, em lugar especial, ao lado do Rei. Para a administração da justiça em seus estados, tinham os duques de Bragança quatro ouvidorias, Vila Viçosa, Ourém, Barcelos e Bragança, abrangendo cada uma delas os juízes de Fora e dos Orfãos das vilas que lhes pertenciam.

Aos recursos para segunda instância atendiam os desembargadores, e por mais alta confiança do Duque, o ouvidor geral da sua justiça.

Apresentavam dezoito alcaidarias-mores e mais de quarenta comendas de Ordem de Cristo, dispersas pelos arcebispados de Braga e Évora, e pelos bispados do Porto, Miranda e Elvas, fazendo delas mercês aos fidalgos e servidores da Casa que excediam o número de quinhentos por todo o Reino.

Exerciam o padroado eclesiástico em mais de sessenta benefícios, conezias, igrejas, incluindo as colegiadas de Barcelos, Guimarães, Ourém e os diversos mosteiros e casas religiosas, de que os duques ou duquesas eram fundadores (15).

Para a sua capela de Vila Viçosa, estes senhores gozavam do raro privilégio *nullius diocoesis*, com as mesmas isenções da Capela Real. Por elas, o seu deão, capelães, mi-

nistros, bens e benefícios estavam isentos de visita, correcção, jurisdição e superioridade do ordinário de Évora e de qualquer outro prelado do Reino, ficando a capela, as pessoas e coisas dela directamente sujeitas à Sé Apostólica.

Na colecta da missa rezava-se por *Ducem nostrum et Ducissam*, e a um e outra se davam a beijar o Evangelho e a Paz, acompanhando os capelães os duques de Bragança para onde quer que fossem, para a regular celebração dos ofícios divinos e administração dos sacramentos ([16]).

Os ofícios do Paço Ducal eram os mesmos ou semelhantes aos do Paço Real: camareiro, estribeiro e copeiro-mor, veador, trinchante, capelão-mor, monteiro, secretário, escrivão da fazenda, escrivão da cozinha, moços fidalgos, fidalgos da Casa, fidalgos escudeiros e fidalgos cavaleiros, guarda-roupas, camareiro pequeno, estribeiro, moço das chaves, mantieiro, moços da câmara, porteiro das damas, porteiros da cana, cavaleiros fidalgos, cavaleiros escudeiros, reposteiros, arautos, passavantes, homens da guarda, moços da estribeira e outros mais, atribuindo-se a cada um deles a respectiva moradia.

As duquesas eram servidas pela camareira-mor, damas, moças da câmara, partilhando elas neste e nos outros aspectos da vida cortesã, de todas as honras concedidas a seus maridos. Tantos eram os privilégios e direitos próprios da Casa de Bragança que D. Teodósio II, depois das cortes de Lisboa em 1619, quando Filipe III o solicitou a pedir mercês, respondeu-lhe a sorrir, com bem disfarçada altivez: *que los Reys aguelos de S. Magestad, y suyos del avian hecho tantas mercedes a aquela su casa, que no le quedava a el lugar para pedir mas, solamente suplicava a su Magestad hiziesse merced a los cavalleros Portugueses* ([17]).

Por sua nobreza de sangue real e de honras militares e cívicas, por alta hierarquia, fausto e opulência, por serviços e benefícios de seus senhores, vistos em serena perspectiva histórica, a Casa de Bragança parece-nos agora que se viera preparando pelo decurso de dois séculos

(1442-1640), para ascender das honras ducais à dignidade real, no mais oportuno momento para a libertação e felicidade da Pátria (*).

O PAÇO DUCAL

O que hoje ainda mais avulta na vista de Vila Viçosa, é o seu castelo, recinto medieval engrandecido com as obras quinhentistas, e a solene arquitectura de mármore doirado do Paço Ducal que ao primitivo edifício de D. Jaime viria a suceder, para mais exigentes comodidades e ostentação da Família de Bragança.

Como agora se apresenta, com a fachada corrida em clássica simetria, as três ordens sobrepostas e os espaços divididos por sóbrias pilastras a toda a altura, a construção deve ter sido iniciada pelo duque D. Teodósio I, cerca de 1550. Continua-se a fábrica com D. João I, é revestida de mármore por cuidado de D. Teodósio II, e só veio a ser ultimada na forma actual pelos reis D. Pedro II e D. João V.

Quando Cosme de Médicis veio a Portugal em 1669, ainda faltava o segundo pavimento à ala norte do Paço, e no desenho que ficou a ilustrar a passagem do príncipe pela vila, bem se vê erguido com suas molduras e corucheus, o alto pavilhão manuelino, mandado construir pelo duque D. Jaime.

Em 1536, havendo necessidade de preparar aposentos para a hospedagem de D. João III e da Corte que viriam assistir às cerimónias e festas do casamento de D. Isabel de Bragança com o infante D. Duarte, o duque D. Teodósio I desloca-se de Évora onde residia desde a morte do pai, para apressar o andamento das obras do Paço. A cerimónia nupcial realizava-se pela Páscoa do ano seguinte com grande júbilo e satisfação geral.

(*) Documentos, II.

Apesar do que escreve D. António Caetano de Sousa, a hospedagem do Rei e da Corte deve ter sido dada no Paço de D. Jaime, pois naquele ano não havia em Portugal arquitectura civil de tal feição, nem tempo suficiente para acabar obra de tão alto destino.

E também se sabe que, por falta de acomodações no Paço Ducal, numerosas pessoas do séquito foram aposentadas por diversas moradas da vila, conforme as suas categorias ([18]).

Da natureza, proporções e traça do edifício do Paço, depreende-se que a construção de D. Teodósio já obedecia aos cânones de Palladio e de Vignola, difundidos por toda a Europa, depois do meado do século XVI. Pelo gosto e ostentação nas construções e adornos, o filho do duque D. Jaime revelava-se um verdadeiro Príncipe do Renascimento, sob a influência italiana.

Por 1571, quando a Portugal chegou o Cardeal Alexandrino, na descrição que João Baptista Venturino faz do Paço de Vila Viçosa, esse cronista da viagem chama-lhe *notável*, belo, exterior e interiormente; mas informa que nele diversos aposentos ainda estavam por acabar.

Alguns teriam sido ultimados à pressa, para que o duque D. João I pudesse condignamente receber o legado do Pontífice Pio V, que se dirigia à Corte de Lisboa, com embaixada para El-Rei D. Sebastião, a pedir-lhe auxílio contra os Turcos.

Por essa relação se sabe que na parte habitada, o Paço estava ricamente mobilado, o que se confirma pelas referências feitas às pratas, tapeçarias, alfaias, registando já na escadaria a pintura a fresco, em memória da tomada de Azamor pelo duque D. Jaime ([19]).

OS RECREIOS DA CAÇA

Próximo do Palácio, começavam os limites da Tapada, grande couto de caça grossa e miúda com mais de três léguas de vedação murada, abrangendo frondosos bos-

ques, fontes, casas de campo ou pavilhões, por onde se monteavam javalis e veados, em que superintendia um fidalgo da Casa de Bragança, com o título de couteiro-mor (20).

No ducado de D. Jaime começou a dispor-se este grande logradouro para exercícios de destreza, caçadas de montaria e altanaria, por entre espessuras, águas, jardins e terras livres.

No sítio do Vergel, cantavam formosas fontes de mármore, com repuxos, jogos de água a irromper por canos secretos, à maneira das vilas de Itália, diversas estátuas pagãs, árvores e flores raras, de rescendentes perfumes.

Nas casas da Tapada se hospedaram muitas vezes ilustres personagens, desde El-Rei D. Sebastião ao cardeal Alberto e sua comitiva, quando, no tempo do duque D. João I, por Vila Viçosa, fez caminho para Lisboa aonde vinha assumir o cargo de vice-rei de Portugal, em nome de Filipe II.

Nenhum dos parentes dos duques, nenhum dos seus hóspedes de honra deixava de visitar a Tapada e de lhe admirar as vistas e os encantos, indo rezar ao seu próprio santuário, e mais tarde na capela dedicada a Santo Eustáquio, primeiro patrono dos caçadores.

Entre os visitantes de qualidade que proclamaram a sua admiração pelas maravilhas deste recreio dos duques, sobressai o grande Lope da Vega. Tendo sido algum tempo hóspede de D. Teodósio II, consagrou depois um poema de mais de cem estrofes heróicas à *Descripción de la Tapada insigne*, em que exalta a magnificência da Família de Bragança, desde o Condestável D. Nuno Álvares Pereira e D. João I, até D. Catarina e D. Teodósio II:

Cinco millas de largo y de contorno
Doze contiene el sitio inaccessible,
Por la muralla que ciñe en torno
A exteriores ofensas impossible:
Por quatro puertas de vistoso adorno
Permite el muro tranzito apacible
Donde hallaran mejor verdes Abriles
Hibleos campos, Niniveos pensiles.

Arroyos dulces, con sonoros saltos
Los campos corren por diversas calles,
Y duplican el monte, montes altos,
Que forman prados, y dilatan valles:
Esconden sombras (de modestia faltos)
Satiros viles, de disformes talles
Las claras selvas a Pomona, y Flora
Y duerme en su jardin siestas la Aurora ([21])

Por tantas estrofes, o poeta espanhol foi também cantor das glórias e direitos da Casa de Bragança, parecendo não querer ficar muito atrás do nosso Rodrigues Lobo, no panegírico e exaltação do *Condestabre*.

São também para ler as páginas de Francisco de Morais Sardinha no *Parnaso de Vila Viçosa*, em que ressuscita a mitologia clássica, concedendo a D. Teodósio II o ceptro de Júpiter, pai dos deuses... ([22]).

E não lhes cederá muito o passo o poeta cortesão Diogo Ferreira Figueiroa, quando ao invocar as belezas da Tapada onde o duque D. João II receberia a secreta embaixada dos que o convidavam a subir ao Trono de seus avós, começa a escrever:

Com graciosa mostra, & verde riso,
Da illustre Villa, breve na distancia,
Emulação do Elisio paraiso,
Se mostra da Tapada a grande estancia;
Sitio em que a admiração com certo aviso
Lisongeando aos olhos na elegancia
Do bello, que intrincado a longes tece,
De gosto laberinthos offerece ([23]).

Descontando nas hiperbólicas descrições em verso e prosa, tudo quanto possa traduzir mais adulação literária do que intento de exactas referências, ainda assim grandes deveriam ser os motivos de beleza e de interesse da famosa coutada onde já nada resta desses graciosos aspectos de outrora: não há fontes, nem pomares, nem arruamentos, como se um século se tivesse imposto o malígno encargo de destruir todos os vestígios do sumptuário requinte de três séculos. Agora, só largo campo de rústicas azinheiras

VILA VIÇOSA — *Convento das Chagas*

(Fot. *Sousa Meneses*)

VILA VIÇOSA — *Claustro Quinhentista do Convento das Chagas*

(Fot. *Sousa Meneses*)

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

de uma herdade alentejana, com seus alqueives de afolhamento e sossegada montanheira de suídeos, em sazões de boa lande. Assim, só à voz de distantes testemunhos se recordam os ginetes ricamente gualdrapados e ajaezados, a relinchar impetuosamente; os palafrens e facas em que com as arandelas a tremular e as saias de tafetá em catadupa, se sentavam senhoras sòlidamente, como em tribunas; os murzelos e os baios da própria caudelaria, com cilhões bordados a ouro, atafais e telizes de veludo para grande honra dos cavaleiros; os lebreus e sabujos a latir, retesando e torcendo as trelas, por lentas madrugadas de outono ou de ásperos invernos. Então, torvelinhava a vozearia de moços e couteiros, revestidos de velhas coiras da guerra, abrigados nos ferragoulos, calçados de grossos borzeguins, e de entre eles se ouviam as buzinas a fustigar os ouvidos, chamando homens e cães à batida, afugentando nos ares torcazes, estorninhos, tordos e calhandras.

Rodeando os duques, vestidos de espavento, aglomeravam-se os seus hóspedes e fidalgos, montados em corceis de bom sangue andaluz.

De feltros arrogantes ou com barretes de chamelote, e as brancas balonas a abater-se sobre os gibões de riço castanho, deixavam eles sobressair os ditosos semblantes, ornados de peras espessas e bigodes ponteagudos.

À esquerda, em vez de espadas compridas, de largos copos, os moços de esporas prendiam-lhes dos talabartes reluzentes chifarotes que não empeçariam as galopadas em campo raso, manejando armas de arremesso ou de tiro.

E com as rédeas seguras nas manoplas, bem calçados os balegões cordoveses, os cavaleiros podiam esticar as pernas à estardiota, ao longo dos loros, até à maior firmeza dos estribos.

Mais para além, a buliçosa e risonha chusma de escudeiros e moços, monteiros de cavalo, monteiros para fazer as vozarias e guardar as armadas, moços de monte para conduzir sabujos e alãos nos trilhos da caça, ou guardar as longas hastes de ferro com que os mais afoitos iriam alcançar os gamos nos próprios tempos da brama.

Para destreza e agilidade, o exercício da caça era das

maiores ocupações dos nobres que por ela se preparavam para o esforço e perigos da guerra, perseguindo, defendendo e matando. Caçavam-se de arcabuz os pássaros, perseguiam-se à lança os cerdos e os veados, armavam-se redes e laços nos cevadouros.

Eram celebradas e cantadas as proezas de caça às lebres a corricão, esses ímpetos sádios em que tomavam prazer ao mesmo tempo, os moços e os velhos.

Um tratadista desta época podia cantar:

Busca o caçador lá no abscondido,
O Cervo fugaz: e pela espeçura,
O bravo Javali, o qual procura
Nunca ser do sabujo conhecido.
.....
.....

Como se lê nas crónicas afonsinas, vinha da nossa tradição medieval o hábito da caça para desenfadamento de reis e fidalgos, *por ser exercício sem pecado e passatempo de príncipes, utilíssimo à saúde do corpo e alma, contrário da ociosidade, mãe de delícias, fonte de vícios, princípio de todos os males e pecados* (24).

El-Rei D. João I escrevera a sua compilação — *Livro da Montaria*, e os infantes seus filhos deram-se com entusiasmo e exito a esses prazeres salutares.

A montear por campinas e fragas, ficaram célebres os passos dos infantes D. João, D. Luís e do Rei D. Sebastião; e mais ainda do que seus irmãos e sobrinhos, o infante D. Duarte, avô de D. Teodósio II e bisavô do futuro D. João IV, *foi mui grande caçador das aves e das feras, que muitas vezes por matar um urso ou veado lhe aconteceu andar sem comer o dia todo, e muitas noites dormir vestido por razão da caça, e sendo reprehendido por um seu familiar, respondeu que os homens não podiam bem exercitar a guerra se não se acostumassem ao trabalho da caça* (25).

E nestes tempos, em Vila Viçosa, ainda tinha maior encarecimento a caça da citraria, com a criação e laboriosa adomação dos falcões, açores, gaviões, esmerilhões e geri-

faltes, e seu avezo ou ensino às buscas dos podengos. Eram ainda emprego que cativava os cuidados dos couteiros e moços, as armadilhas, redes, boizes e aranholas que se dispunham com disfarce pelos jardins e seus arruamentos de buxo, pelas terras frescas e semeadas dos pomares do extenso couto, para novos regalos nesse logradouro da mais luzida companhia de terras de Portugal.

Do próprio Camões, na fala de Venadoro, ficaria para sempre o louvor da caça:

> Aprovada antigamente
> foi, e muyto de louvar,
> a ocupação de caçar;
> e da mais antigua gente
> havida por singular.
> He o mais contrario oficio
> que tem a ociosidade,
> por este limpido exercicio
> se preserva a castidade ([24]).

FESTAS E HOSPEDAGENS

Não cabe nos limites deste livro, descrever as festas de recepção a Reis, Príncipes e Prelados, a altas figuras portuguesas e estrangeiras; as solenidades nos desposórios e bodas dos duques e seus filhos. Destas, merecem, contudo, relembrar-se as do casamento de D. Isabel, filha de D. Jaime e irmã de D. Teodósio I, com o infante D. Duarte, filho de El-Rei D. Manuel, a que vieram assistir o Rei D. João III, os infantes irmãos do desposado e toda a Corte, com grande lida dos aposentadores do Paço Ducal.

Pode recordar-se o regozijo manifestado nas festas esponsalícias de D. Joana, outra filha de D. Jaime, que se casou com D. Bernardino de Cardenas, 3.º marquês de Elche, à volta de 1551; e o incendido entusiasmo com que em Vila Viçosa foram festejados os noivos ducais, D. João I e D. Catarina, filha do infante D. Duarte, rece-

bidos em matrimónio no Paço da Ribeira, em 8 de Dezembro de 1565.

Rebrilharão sempre nas crónicas, os esplendores de recepção e da hospedagem do cardeal Alexandrino, e também as festas, jogos e outras demonstrações que os duques D. João e D. Catarina ofereceram a D. Sebastião, ao voltar da sua visita às praças do Algarve, por 1573.

Depois virão as grandiosas festas do casamento de D. Teodósio com D. Joana de Velasco, a solene espera da desposada na fronteira do Caia, o cortejo para Elvas e a entrada em Vila Viçosa, com danças, músicas e vários jogos de destreza.

Este casamento do duque D. Teodósio II merecera as maiores preocupações a Felipe III que, seguindo o caminho de seu pai, decidia unir o primeiro fidalgo português a senhora da sua confiança e do seu agrado político. Na realização deste propósito, indigitaram-se duas noivas: uma era filha do arquiduque Carlos, duque de Styria, Corinthia e Carniola e conde de Goritzia; a outra seria a princesa Maria de Médicis, filha de Francisco, grão-duque da Toscana e de sua mulher a grã-duquesa D. Joana de Austria, futura esposa de Henrique IV de França. Malogrados estes dois projectos, ao findar o ano de 1599, Filipe III decididamente retoma o propósito de casar D. Teodósio que já ia nos 32 anos; mas desta vez é-lhe destinada para noiva uma espanhola, a fim de que os laços matrimoniais fossem também seguras amarras da Família de Bragança ao trono de Castela. Escreve directamente a D. Catarina e ao duque, a comunicar-lhes a escolha que fizera de D. Ana de Velasco para duquesa de Bragança. Oriunda da mais alta nobreza e filha do condestável de Castela, D. Catarina e o duque D. Teodósio logo aceitam, porque têm de aceitar e vão agradecer o benefício, por suas cartas de 19 de Novembro de 1600. Só lhes restava converter o despeito em brio, ordenando para as bodas as maiores festas até ali vistas no seu Paço.

Concluidas as capitulações, recebidos os nubentes por procuração em Valladolid onde então estava a Corte, D. Ana no meio do faustoso cortejo a que já nos referi-

mos, pela estrada de Borba entra em Vila Viçosa, a 17 de Junho de 1603, passando sob o arco da Porta do Nó, em cujos ornatos se liam as célebres palavras da insistente empresa da Família de Bragança: *Depois de Vós, Nós* (27).

MESSIANISMO BRIGANTINO

Com os bons auspícios do casamento de D. Teodósio e com a desvelada assistência de sua mãe, a Senhora D. Catarina, mais entrou a desenvolver-se à volta da Casa Ducal, o fervor na esperança de libertação. Neste período da usurpação castelhana, a inteligência portuguesa deu muitas provas de servilismo, de acomodação ou de vil interesse perante os Filipes: Luís Pereira Brandão, Diogo Bernardes, André Falcão de Resende, Pedro Mariz, Diogo do Couto, Duarte Nunes de Lião, João Baptista Lavanha, Jerónimo Mascarenhas, Vasco Mousinho de Quevedo são conformistas ou aduladores.

Houve também os que eram castelhanizantes anteriormente à Restauração e que depois se volveriam em apologistas de D. João IV: Manuel Severim de Faria, João Salgado de Araújo, Luís Marinho de Azevedo, sob o pseudónimo de Lucindo Lusitano, e diversos outros.

Mas devemos registar com louvor aqueles mais numerosos escritores que persistiram na devoção política à Casa de Bragança, mantendo por essa fidelidade, no meio dos interesses e dos perigos, o fogoso desígnio da independência: padre João de Lucena, Melchior Estácio do Amaral, Martim Afonso de Miranda, Francisco Soares Toscano, Manuel da Veiga Tagarro, frei Bernardino da Silva, Manuel Bocarro Francês, Manuel de Galhegos, João Pinto Ribeiro, os clérigos, frades e doutores que por mais de um quarto de século iriam dando expressão e estímulo ao intento da separação de Castela, não reconhecendo a legitimidade do seu poder em Portugal (28).

No próprio ano do casamento de D. Teodósio, pela publicação da *Paraphrase et Concordancia de alguas Pro-*

phecias de Bandarra, de D. João de Castro, reacendia-se o Sebastianismo que de ano em ano ir-se-ia transmudando no messiânico resgate da Restauração. O duque D. Teodósio, bem dotado de dons do espírito, sereno e reflectido, fora criado com desvelados esmeros de cultura que aos seus irmãos também dedicaram os bons professores escolhidos pela Senhora D. Catarina. De exemplar observância religiosa e de sólida formação moral, foi amigo dos letrados, grande amador e entendido de música.

A seu respeito escrevia depois D. Francisco Manuel de Melo:

> «*Enquanto moço e não obrigado dos deveres conjugais, considerou a castidade o mais formoso adorno daqueles anos...*
>
> .....
>
> *Jogava a miudo o jogo de Canas, com grande destreza e elegancia.*
>
> .....
>
> *Podia dizer-se que nascera na sela de um cavalo, porque com seis anos de idade, começou a praticar a equitação em cujo contínuo exercício adquiriu desembaraço, força e perfeito conhecimento das coisas de cavalaria* ([29]).

Modesto no vestuário, discreto no parecer, amigo dos pobres e zelador da justiça, homem na força da vida, em sua pessoa se reconheciam os necessários dotes para personificar as mais altas aspirações. Começaria a ser, de facto, o rei dos que no Reino se criam cativos, rei entronizado em desejo e esperança, em cujo sangue continuava a viver a justiça da independência. Se por duas vezes mandara auxílio a Felipe II para repelir os desembarques das tropas estrangeiras, aliadas do Prior do Crato, cujo direito ao Trono tinha de considerar inferior ao do Monarca intruso, também em 1617 se recusa a aceitar a proposta de D. Nuno de Mascarenhas que a Vila Viçosa fora oferecer-lhe os tesouros trazidos da América na armada do marquês de Montes Claros, para custear os encargos da Restauração. Não era tempo oportuno ([30]).

Em 1619 iria às Cortes de Lisboa, acompanhado do seu filho, o duque de Barcelos, aí desempenhando as funções de condestável do Reino e voltando ao seu solar de Vila Viçosa sem nenhum contentamento e sem ter querido aceitar qualquer mercê (31). Entre Madrid e Vila Viçosa, vivia-se de reserva e desconfiança. No desígnio de convencer Portugal, a política dos Filipes ia procedendo com cautela, evitando molestar a Casa de Bragança. Recalcando em frio despeito os seus direitos, D. Catarina e D. Teodósio não faziam afirmações e não praticavam actos que os comprometessem. Não levavam os seus deveres além da correcção, prestavam serviços de portugueses dependentes, mas não se consideravam conscientemente súbditos ou vassalos, para a dedicação a reis estrangeiros, embora não pudessem fugir à obrigatoriedade das fórmulas do convivio político. De Castela ainda não viera o intento de obter por força aquilo que, com o tempo, poderia conseguir-se por meios brandos. Em Portugal, uma exigência extemporânea, qualquer falta de cautela serviria para justificar a violência, em que tudo se perderia. Media-se astúcia por astúcia (32).

*

Em dias da sua fogosa mocidade, por Vila Viçosa andara Francisco Rodrigues Lobo, e é possível que tenha assistido no ano de 1603 às festas do casamento de D. Teodósio. Mas, se não foi presente às manifestações de tal júbilo, não lhe faltaria que admirar no Paço Ducal, onde fora hospedado, desferindo com ímpeto juvenil exaltados louvores às belezas calipolenses desse tempo, na dedicatória de uma das suas *Éclogas:*

> Damas, que estremos sois de aviso & Arte,
> Graça, sangue, primor, & fermosura,
> E de quantos mais dões o ceo reparte
> Por mão daNatureza & da ventura,
> De cujas raras partes qualquer parte,
> ou seja do juizo, ou da figura,
> Para ser celebrada dinamente
> Está pedindo estilo differente...

Depois, pela voz do interlocutor Tirreno, prossegue a desenhar os suaves perfis de Belisa, Ulisa, Aonia, Trisbea e outras beldades, mal disfarçadas em claros véus de anagramas (33).

Reflexos da vida dourada da Corte Ducal, fàcilmente se adivinha que no Paço, nos jardins e pelas alfombras da Tapada, em festins e merendas de aparato, se expandia a saudade dos velhos servidores dos duques, no tempo dos Reis, enquanto as filhas e as netas desses fidalgos incendiavam os corações dos moços poetas e cavaleiros com o sortilégio do seu grácil e venusto encanto. Não se sabe e para sempre se ignorará quem fossem essas senhoras e raparigas, algumas delas filhas das famílias da terra, de D. Luís de Noronha, D. António de Melo, Brito Pereira, Sousa de Abreu, Sousa Pereira e Figueiredo de Brito, aformoseando um grande quadro de figuras femininas, damas, moças de câmara e servidoras que eram mais de duzentas em número. O que se pode saber é de todos os tempos: são os direitos da mocidade que quere cultivar as flores da vida, enquanto não chega a certa colheita de desenganos. Neste convívio fácil e amorável, cruzavam-se motejos, gracejos e galanteios, tantas vezes em versos de amor próprio e de lira alheia, composições que eram formas de sibilinos conceitos ou de perdidos atrevimentos. Davam-se motes, rimavam-se madrigais, cantavam-se vilancicos, para gaudio geral e especial deslumbramento das mais novas, primeiriças nos estilos do Paço, por entre a competição dos moços fidalgos, bem instruidos nos preceitos da galantaria da velha corte portuguesa, ou iniciados no complexo cerimonial da de Espanha.

Além das que são reveladas pelos versos de Rodrigues Lobo, muitas outras sereias ostentariam louçainhas, a enfeitiçar com suplicantes olhares e sorrisos de promessa, os corações dos apaixonados servidores, cavaleiros e poetas, lá pelas câmaras e miradouros do Paço, pelos mais íntimos recessos dos jardins.

Se Vila Viçosa era corte da saudade do Paço da Ribeira, arremedo, vingador arremedo da corte espanhola, felizmente, com esta não pretendia competir na imoralidade e

nos excessos de todos os vícios, em que por nenhuma outra se via igualada e muito menos excedida (34).

Como para escrever *Il Cortigiano*, pela cidade de Urbino andara Baltazar Castiglioni, também por Vila Viçosa Rodrigues Lobo enriqueceria com gratas lições de experiência os seus conhecimentos da vida palaciana, revelados em a *Corte na Aldeia* (1619), em cuja dedicatória a D. Duarte, tio do futuro rei D. João IV, quís escrever, significativamente:

> «Despoys que faltou a Portugal a Corte dos serenissimos Reys, ascendentes de V. Excelencia (da qual as nações estrangeiras tinhão tão grande satisfação, & os vezinhos tão igual inveja) retirados os titulos polas Vilas, & lugares do Reyno, & os Fidalgos & cortesãos por suas quintãas, & casaes, vierão a fazer corte nas Aldeas, renovando as saudades da passada, com lembranças devidas a aquella dourada idade dos Portugueses...»

E por certo, foi deste contacto de jovialidade, nobreza e opulência que nasceu a exaltação do seu estro para celebrar no poema *O Condestabre* (1610), a glória e destino político da Casa de Bragança.

O SUCESSOR E SUA FORMAÇÃO

A esperança dos lares portugueses vira-se também fortalecida pela fecundidade do tálamo ducal que muito felizmente ia assegurando a sucessão. Nove meses exactos depois do casamento de seus pais, em 18 de Março de 1604, nasce D. João, duque de Barcelos, que seria o segundo em nome, o oitavo no título ducal de Bragança, e o futuro rei D. João IV. Com as honras e pompas tradicionais no Paço de Vila Viçosa, com grande contentamento dos fidalgos, criados, servidores e povo da terra, era esse primogé-

nito solenemente baptizado na Capela em 25 de Março, administrando-lhe o Sacramento, seu tio D. Alexandre, arcebispo de Évora.

A 30 de Março de 1605, vinha ao mundo D. Duarte; D. Catarina nascia já em 6 de Abril de 1606, seguindo-se-lhe D. Alexandre, em 16 de Março de 1607 (35).

Passados meses sobre o nascimento deste último filho, falecia a duquesa D. Ana, com vinte e seis anos de idade, deixando a vida com cinco anos de casada e quatro filhos na orfandade.

Morria *acompanhada de infindas virtudes: se foy grande a lástima que deixou, foy maior o exemplo*, segundo escreve D. Francisco Manuel de Melo (36).

Em tão tristes circunstâncias, a velha duquesa D. Catarina, a competidora de Filipe II, a mais legítima pretendente ao trono dos Reis de Portugal, retomava o centro do lar da Família de Bragança e teria de ser nos últimos anos da vida, a carinhosa mãe dos seus netos. Agora, neste ambiente respeitoso, sombrio, mas sempre esperançado, a sua enérgica figura continuaria a dominar até à morte os ânimos dos fieis portugueses, os legitimistas dessa época, descendentes dos mortos, dos presos e dos perseguidos pelos agentes filipinos.

Filha do infante D. Duarte, neta de D. Manuel, sobrinha de D. João III e do Cardeal-Rei D. Henrique, prima de D. Sebastião, também prima co-irmã de D. Joana de Áustria, sua mãe, e de Filipe II de Castela, os títulos da sua fidalguia não tinham competição em Terra Portuguesa.

A honra da *senhoria*, como representante da antiga Casa Real, era superior à da *excelencia* de duquesa de Bragança.

Por isso, os nobres do Reino, as dignidades eclesiásticas, os fidalgos da sua Casa, lhe escusavam o título, chamando-lhe sempre *Senhora Dona Catarina*. E assim mesmo a tratavam os homens e mulheres do povo alentejano, sempre que a mais nobre das portuguesas lhes falava da varanda baixa do *Jardim das Damas*, quando no regresso

das feiras pela estrada de Borba, conduzindo compras e animais, já se encaminhavam para os seus lares.

Em poucos anos, D. Catarina via morrer a duquesa de Bragança, sua nora, a quem tanto queria, a sua filha D. Serafina, casada em Espanha, e os filhos D. Alexandre, arcebispo de Évora e D. Filipe, com poucos dias de intervalo. Muito cedo mortos os outros demais filhos, restavam-lhe apenas D. Duarte, ausente em Espanha, e o duque D. Teodósio, agora entregue à melancolia da sua prematura viuvez. Para lhe aumentar as penas, também havia de ver morrer na infância dos quatro anos, a sua única neta portuguesa, D. Catarina (1610).

Os poucos anos que ainda viveu, votou-os à solicitude e amparo dos três netos, acompanhando e confortando o filho querido nos transes da sua saudosa e inconsolável amargura.

O duque de Barcelos tinha apenas dez anos de idade, quando sua avó D. Catarina deu a alma a Deus, em 5 de Novembro de 1614. Ouvindo tal notícia, o padre jesuita Sebastião Barradas, doutor de Évora, exclamaria tristemente: *Acabaram as Altezas do nosso Portugal.* Mas, reflectindo, emendou: *Ora ainda o Senhor se há-de lembrar deste reino e lhas tornará* ([37]).

Constantemente preso de mágoa profunda, o duque D. Teodósio cada vez se sentia mais distante das alegrias do mundo. Aumentava os rigores da sua austeridade, rezando diàriamente as horas canónicas e entregando-se a práticas de fervorosa devoção, aos cuidados dos cânticos religiosos e da música sacra nos ofícios da Capela Ducal.

Quanto à sua moralidade, ninguém se admirará, ao ler o testemunho de um patrício e contemporâneo:

E se tem por sem duvida vivera no estado conjugal nam conhecendo outra mulher mais do que a sua. E despois do seu falecimento vestiu sempre luto, mostrando o sentimento que o acompanhava em aver perdido huma tam Eicellente senhora ([38]).

Apesar de tudo, nesses anos tristes, continuou no impulso de dar vida às suas fundações: a Casa Professa dos Jesuitas, o Convento de Santo Agostinho, a Capela de

Santo Eustáquio, os aumentos do Cenóbio de São Paulo, o Colégio dos Reis, para o ensino dos servidores do culto e cantores da Capela Ducal.

Para a educação dos filhos, escolhia mestres competentes: D. Diogo de Melo, gentil-homem e cortesão, à antiga portuguesa, criado de sua Casa, e o Dr. Manuel do Vale, varão sábio e virtuoso (39). Os programas deveriam ser em tudo semelhantes àqueles que sua mãe lhe mandara seguir e em que ele ajudara a instruir os seus irmãos mais novos. E do seu cuidado pelo aproveitamento dos estudos dos três filhos, ficou-nos o documento do rigoroso horário por ele prescrito para as diversas épocas do ano, a boa divisão do tempo em devoções, lições, recreios e convívio familiar (40).

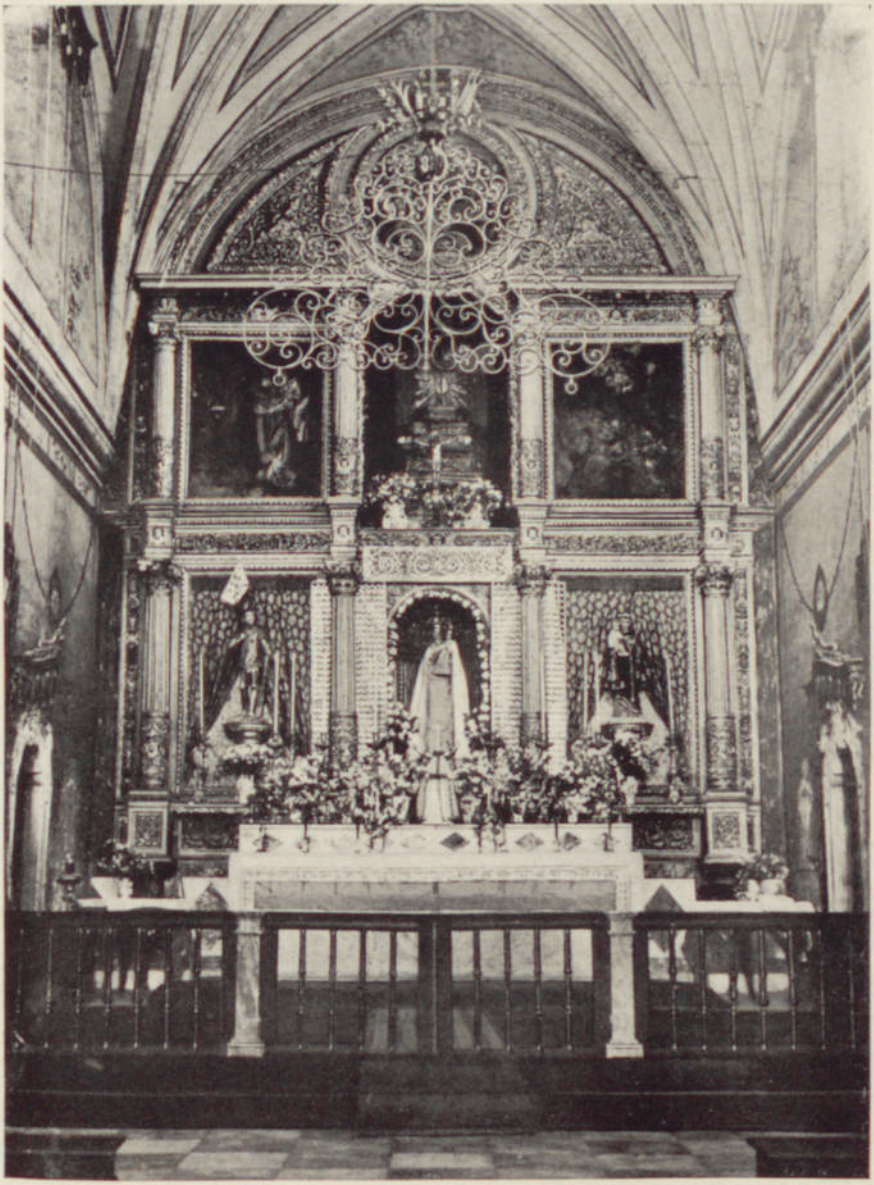
Recebiam a educação literária, moral e religiosa, própria da sua condição, acrescentando-lhe a música, o manejo das armas, a equitação e a caça.

O futuro D. João IV não se revelou notável estudante, não só porque a sua aplicação não seria assídua, mas até pela divergência de critério pedagógico-político nos termos da sua educação. Alguns conselheiros opinavam que a formação daquele educando não deveria ser brilhante, para não se tornar notada e suspeita: *Fizerão entender ao duque Dom Theodozio, que criar hum filho com Magestade, era fazello Reo della, se contentasse com lograllo, qual lhe sahisse, pois pello resplandor do carbunculo perde a vida o animal de que é produzido* (41).

Aprendeu o latim, mais o eclesiástico do que o clássico, sendo obrigado pelo pai a estudar música, para poder conscientemente e com gosto dar honra e lustre às solenidades da sua Capela (42).

Depois viria a revelar grande aptidão de compositor, para o que começaria as lições com o mestre inglês Roberto Tornar, chegando mais tarde a constituir uma notável Livraria de Música que toda deve ter desaparecido nos escombros do terramoto de 1755.

Das suas aptidões viria a escrever depois António de Sousa Macedo: *o Senhor Rey D. João IV não cantava, mas sem cõtroversia, foi na Música o mais sciente de*



VILA VIÇOSA — *Altar-mor de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Reino*

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

: ESTA : OBR
A : MÃDOU FAZE
R : FERNÃ ROIZ
UEEDOR : DE DÕ
FERNÃDO : NETO
DELREI E CÕDE
DARAOLOS : ER
DO NAMTOD : M :
JJJJ.XXXII ANOS

LÁPIDE COM O PRIMITIVO ESCUDO DE ARMAS DA FAMÍLIA DE BRAGANÇA

Castelo de Alter do Chão (Leitura de *J. M. Cordeiro de Sousa*)

(Reprod. do *Inventário Artistico de Portugal — Portalegre*)

ARMAS DA CASA DE BRAGANÇA NOS SÉC. XV e XVI

(Interpretação moderna)

seu tempo; as composições, que com nome supposto, communicava ao Mundo, por superiores erão logo conhecidas por suas em toda Europa; cõ despesa consideravel, & diligencias particulares, (em muitas o servi) ajuntou hũa numerosa livraria das obras músicas melhores, & mais exquisitas, & a tinha disposta com notável curiosidade, & clareza para fácilmente se achar nela qualquer papel... (43).

Menos propenso ao estudo das letras e menos inteligente que seu irmão D. Duarte, o duque de Barcelos, sucessor da Casa e Estado de Bragança, criava-se nas facilidades da opulência e nos perigos da adulação.

Mais o seduziam os prazeres da caça na Tapada e no Bosque de Vila Boim, *entregando-se a esses deleites que la mocedad suele demandar y la honestidad debe negar*, segundo a sentença do historiador Hernando Pulgar (44).

Agora, sem mãe, sem avó, sem outra senhora de família naquele Paço, em que as festas haviam acabado, a juventude de D. João, D. Duarte e D. Alexandre iria decorrendo com demasias e liberdades que o severo D. Teodósio pela sua disposição e idade, já não podia eficazmente evitar nem conter.

Seriam os suspeitos encontros pelos retiros da Tapada, as provocações das cómicas ambulantes e as brisas de dissolução moral que sopravam das bandas de Espanha, a desencaminhar esses três rapazes que tantos cuidados e amor haviam merecido.

Talvez porque D. Duarte se dedicava mais aos interesses do espírito, lendo e escrevendo, ou porque o reconhecia mais obediente à sua vontade, foi manifesta a predilecção de D. Teodósio por este filho segundo, de quem fez no testamento especiais recomendações ao sucessor da Casa.

Nos últimos tempos da vida, o seu maior cuidado, embora secreto, era o casamento do primogénito, deixá-lo amparado pelo natural e previdente desejo de bom pai de família.

Pelas diligências que se conhecem, bem claro ressalta

o intento de escolher nora que não fosse espanhola, receoso de que o futuro duque de Bragança se entregasse demasiado às influências castelhanas e às dos portugueses já desnaturados nos serviços da política de absorção de Filipe IV, pois é certo manter D. João correspondência secreta com íntimos colaboradores do conde-duque de Olivares (45).

As desinteligências com o pai eram frequentes. Quando D. Teodósio quís fazer testamento, incumbindo da sua redacção D. Agostinho Manuel de Vasconcelos que de Évora vinha a Vila Viçosa para cumprir esse encargo, D. João desejava conhecer as cláusulas que traduziam a última vontade de seu pai, e convenceu ou subornou o confidente a revelar-lhe os termos do testamento, antes da morte do duque!

Neste tempo, à volta de 1630, a pessoa de D. João era assim retratada:

Formoso e valente, estatura elevada, cabeça erguida, rosto prazenteiro, peito vigoroso, braços robustos. O estudo alternava-o com os exercícios militares. Nas conversações era avisado, nos conselhos secreto, nas promessas verdadeiro e adornado com toda a especie de virtude (46).

Retrato certamente favorecido por gratidão e cortesania, contudo, devem nele ter sido fixados com verdade os traços fundamentais na descrição do padre Francisco de Mendonça que o conheceu pessoalmente, ou que do duque de Barcelos podia ter exactas informações.

D. Teodósio falecia em 29 de Novembro de 1630, ficando então os seus três filhos a viver juntos no Paço Ducal, com as liberdades e larguezas, as facilidades e os perigos a que os expunham as inclinações e levezas próprias dos seus anos.

Este foi o ambiente histórico, familiar, social e político, em que decorreram a infância e a juventude do que seria o oitavo duque de Bragança, e lá se havia de preparar para ulteriores e decisivos sucessos, com a sua restituição ao trono dos reis de Portugal, de quem era neto, por linha de varonia.

De Vila Viçosa, sua pátria, com razão viria a escrever mais tarde António de Oliveira Cadornega:

> «E por estas excellencias aqui descritas vem a ficar aquella bem afortunada villa a mais feliz de todas, por nella se procrearem tam soberanos principes e ser nella produzido o sol que vai agora saindo do ocaso.
>
> «Erdando o Estado e grandeza de hum tam excellente principe e pai pera ser remedio consolaçam e amparo da naçam portugueza e seu libertador» ([47]).

BEM-AVENTURADAS SOMBRAS

Relembrando estas e outras almas que se alevantaram nos céus da nobre vila e os vultos que magnificentemente passaram nesta província e na vida portuguesa, não deixemos de invocar, nas frias igrejas conventuais, as senhoras e donzelas da Casa de Bragança que aos jardins de virtude dos claustros iam procurar as chaves do Paraíso.

E neste silêncio dos sinos de sete conventos que há muito já deixaram de chamar à recitação das horas, sobre as sepulturas rasas a que se davam os corpos de duques e duquesas, devemos exaltar os sentimentos de cristã humildade que, por último desprezo de tanta grandeza, levava esses altos senhores a desejar o esquife dos pobres da vila, para serem conduzidos ao limiar da Eternidade.

Erros bem arrependidos foram os seus, orgulho morto nos epitáfios singelos, faltas a tempo reparadas, pecados duramente penitenciados.

Por vaidosa ostentação ou legítimo reconhecimento, foram já os reis da Dinastia de Bragança quem depois viria dar aos duques, seus avós, as fúnebres pompas nestes frios sarcófagos da Igreja dos Agostinhos.

Mas as lições das vidas e das mortes de tão nobres donas e magníficos senhores, penetraram na alma da vila,

terra ao mesmo tempo majestosa e discreta, de gente grave e amorável, em quem a compostura e a nobreza de gestos e de palavras, vão do pastor de gado ao aristocrata de sangue. Dão-se os passos com gravidade e respeito, como se ali andassemos em ante-câmara real.

Há lágrimas de velhos servidores e devotadíssimas criadas, para chorar o bem que a vila e Portugal perderam, e já muito tarda a voltar...

Tanto sangue a regar a terra, tantos destroços de malvadez, tudo são danos e vergonhas, sem remédio nem termo. Por atávico pundonor dos lares, por solene firmeza das lembranças que estas pedras testemunham, parece que o depósito da independência nacional sempre aqui se guardou e misteriosamente continúa. Tal sentido de esperança vive infuso nas sombras dos penetrais do Castelo e do Paço, nos pasmados becos da Vila Velha; crê-se prometido em graças suplicadas no altar da Padroeira do Reino; permanece revelado nas torres e naves das igrejas, relembrado nos brasões de velhas estirpes, com altos serviços aos duques, aos reis e ao Reino.

Daqui partiram os duques para serem reis; do Reino foram proscritos para voltarem a ser duques, mantendo a Realeza na razão e no sentimento dos portugueses leais ao melhor destino da Nação.

Sempre Vila Viçosa se orgulhará do berço da Dinastia Restauradora, e, suspensa de si mesma, vai vivendo e esperando, como se a Família Ducal por três séculos andasse ausente e aqui esteja a ser aguardado o seu regresso, na constância daqueles afectos de fidelidade e respeito com que os netos de D. João I e de Nuno Álvares em todos os tempos foram honrados e queridos deste povo.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

ESCUDOS DE ARMAS DOS DUQUES DE BRAGANÇA

(De D. Jaime I a D. João II)

(Fot. *Ed. Portugal*)

LINHA DE VARONIA DE D. JOÃO II
8.º DUQVE DE BRAGANÇA

D. JOÃO I, 10.º REI DE PORTUGAL
em Inês Pires
↓
D. AFONSO, b., 1.º DUQUE DE BRAGANÇA
C. C.
D. Brites Pereira
↓
D. FERNANDO I, 2.º DUQUE DE BRAGANÇA
C. C.
D. Joana de Castro
↓
D. FERNANDO II, 3.º DUQUE DE BRAGANÇA
C. C.
D. Isabel de Portugal
↓
D. JAIME I, 4.º DUQUE DE BRAGANÇA
C. C.
D. Leonor de Mendonça y Guzman
↓
D. TEODÓSIO I, 5.º DUQUE DE BRAGANÇA
C. C.
D. Brites de Lencastre
↓
D. JOÃO I, 6.º DUQUE DE BRAGANÇA
C. C.
D. Catarina de Portugal
↓
D. TEODÓSIO II, 7.º DUQUE DE BRAGANÇA
C. C.
D. Ana de Velasco
↓
D. JOÃO II, 8.º DUQUE DE BRAGANÇA
C. C.
D. Luísa de Guzman

NOTAS AO LIVRO SEGUNDO

(1) *De Antiquitatibus Lusitaniae.* Coimbra, MDCCXC, tomo I, págs. 283 e segs.

(2) Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte,* cap. XL. (In *Inéditos da História Portuguesa,* I, págs. 179-180).

(3) *D. Teodosio II, duque de Bragança,* Porto, 1944, pág. 120.

(4) Na obra *Novus et methodicus tractatus de una et altera Quarta deducenda, &,* do canonista Dr. João de Carvalho, publicada em 1631; lê-se: *Ducis Bracantiae inter omnes Hispaniae, & Europae primi... propter maximam coniunctionem sanguinis, & dignitatis, quae inter serenissimos Duces Bracantiae ac Reges Lustaniae extare cernebatur, ita ut omnes regales proeminetiae aequaliter ipsis competere viderentur & probatur...*

Cit. por Gastão de Melo e Matos, no art. *Um paradoxo literário,* in rev. *Brotéria,* Julho, MCMXLIV.

No mesmo ano, António de Sousa Macedo publicava o livro *Flores de España, Excelencias de Portugal,* onde na fol. 50 se lê: *Demas de la casa Real tiene Portugal la famosissima de Bragança, que por tres vezes desciende de los Reys; porque el primer Duque fue Don Alonso hijo del Key Don Juan el primero de Portugal, que casó con Dona Beatris hija del gran Condestable Don Nuño Alvares Pereira; despues casó Don Fernando tercero Duque de Bragança con Doña Isabel hija del Infante Don Fernando hijo del Rey Don Duarte; tercera vez el sexto Duque Don Juan casó con la señora Doña Catalina, hija del Infante Don Duarte, hijo del Rey Don Manuel, que fue madre del Serenissimo Duque Don Theodósio que oy vive.*

Já antes, o Padre António de Vasconcelos escrevera: *Est Brigantina familia regiae Lusitanae mutuo consanguinitatis foedere arctissime copulata, cum dotales nurus invicem non semel fuerint sociatae.*

Anacephalaeoses, &, t. sec., Conimbricae, A.D. CIↃ.IↃCC. LXXXIII, pág. 358.

(⁸) D. António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, &*, tomo v, pág. 604; tomo vi, pág. 267.

(⁹) *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende, vol. iii, págs. 196-198; *Hist. Gen.*, tomo v, págs. 483-489; tomo vi, págs. 638 e segs.; Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª ed.. Coimbra, 1930, liv. iii, pág. 343.

(¹⁰) Francisco Soares Toscano, *Parallelos de Principes, e varões illustres antigos, &*. Évora, 1623. Dedicatória; António de Villas Boas e Sampayo, *Nobiliarchia Portuguesa, &*. Lisboa, 1676, cap. xxv; *Hist. Gen.*, v, págs. 486 e segs. Para a descendência da Casa de Bragança, vid. António de Sousa Macedo, *Flores de España, Excelencias de Portugal*. Em Lisboa, 1631, fóls. 50 v. e segs.

(¹¹) *Hist. Gen.*, tomo v, págs. 575 e segs.; Luciano Cordeiro, *A Senhora Duqueza*, Lisboa, s. d., págs. 189 e segs.

(¹²) D. Jerónimo Osório, *De rebus Emmanuelis gentis*, Lib. ix; Damião de Goes, *Cronica de D. Manuel*, P. iii, cap. xlvi.

(¹³) *Hist. Gen.*, tomo vi, pág. 666.

(¹⁴) *Hist. Gen.*, tomo vi, págs. 644 e segs.

(¹⁵) *Flores de España, Excelencias de Portugal*, cit., fls. 50 e segs.; António Velozo de Lyra, *Espelho de Lusitanos, &*, Lisboa, 1643, págs. 77 e segs.

(¹⁶) *Hist. Gen.*, tomo vi, pág. 563.

(¹⁷) *Hist. Gen.*, tomo vi, págs. 640, 696 e segs.; tomo v, págs. 571 e segs.

(¹⁸) *Hist. Gen.*, tomo vi, págs. 648 e segs.

(¹⁹) Breve do Pontífice Paulo III, de 3 de Novembro de 1534. *Hist. Gen.*, P., iv, págs. 231 e segs.; Bula de Clemente VIII, de 19 de Setembro de 1601, in *Hist. Gen.*, P., t. iv, págs. 551 e segs.; Santos Abranches, *Fontes do Direito Eclesiástico Portuguez — I — Summa do Bullário Portuguez*, pág. 406.

(²⁰) *Anacephalaeoses*, cit., t. ii, pág. 358; *Flores de España, Excelencias de Portugal*, cit. fól. 36; Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, Lisboa, MDCLXXIX, tomo i, pág. 42; *Hist. Gen.*, tomo vi, pág. 478.

Sobre a vinda de Filipe III a Portugal, podem ler-se as obras: *La jornada que la magestad catholica del Rey Filipe III hizo al reyno de Portugal, y el triunfo y pompa con que le recibió la insigne ciudad de Lisboa, compuesto de varios romances*, por Francisco Rodrigues Lobo. Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1623; e *Entrada y triumpho que la ciudad de Lisboa hizo à la C. y R. M. del Rey D. Filipe III de las Españas y II de Portugal*, por Francisco de Sá Matos. Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1620. Esta última obra contém uma elegia em que se chora o abandono da cidade de Lisboa e sua tristeza pela ausência da corte.

Vid. Domingo Garcia Peres, *Catalogo Razonado... de los Autores Portuguezes que escribieron en castellano*. Madrid, 1890, pág. 361 e segs.

(18) *Hist. Gen.*, tomo VI, págs. 13 e 27.

(19) *Hist. Gen.*, tomo VI, págs. 132 e segs.; Alexandre Herculano, *Opusculos*, VI, págs. 53 e segs.; P.e José de Castro, *Portugal no Concilio de Trento*, VI, págs. 310 e segs.

(20) *Hist. Gen.*, tomo V, pág. 559; tomo VI, págs. 408 e segs.

(21) *Hist. Gen.*, P. IV, págs. 618 e segs. e tomo VI, págs. 561 e segs.; Frei António da Purificação, *Chronica dos Eremitas de Santo Agostinho*, vol. I, fól. 22 v.

(22) Ms. da Biblioteca Nacional; Manuel Thomas, *O Phaenix da Lusitania*. Ruam, MDCXLIX, est. II e seg.

(23) *Theatro da Mayor Façanha, e Gloria Portugueza*, ano 1642. Em Lisboa. Canto Segundo, est. 34.

(24) Diogo Fernandes Ferreira, *Arte da Caça de Altenaria*, 1.ª ed., 1616; 2.ª ed., 1899, vol. I, págs. 13 e 25.

(25) *Idem, ibidem*, pág. 26.

(26) *Auto do Filodemo*, ed. Juromenha, Obras, vol. 4.º, pág. 544. Para referencias literarias à caça, podem ver-se *Livro da Montaria, feito por D. João I. rei de Portugal*. Coimbra, 1918. Prol. de F. Esteves Pereira; Manuel Severim de Faria, *Discursos Varios Politicos*. Évora, 1624, págs. 136 e segs.; Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses, As Caçadas*, 1.ª parte. Évora, 1892; *As Caçadas*, 2.ª parte. Évora, 1893; Rodrigues Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa*, 2.ª ed., 1943, págs. 247-249.

(27) *Hist. Gen.*, VI, 345, 364, 374 e segs.; I. de Vilhena Barbosa, *As cidades e Villas da Monarquia Portuguesa que tem brasão de Armas*. Lisboa, 1865, vol. III, págs. 173-174.

(28) Para conhecer mais autores com obras dedicadas aos Senhores da Casa de Bragança, vid. José Ramos Coelho, *Historia do Infante D. Duarte*, Lisboa 1889, vol. I, págs. 93 e segs.; Teófilo Braga, *Os Seiscentistas* (1916), págs. 508 e segs.; *Amar e Servir*, do Autor, publicado em 1940, no cap. *Poesia Epica da Restauração*, págs. 177 e segs.; em 1628, Francisco Homem de Abreu publicava em Salamanca onde era professor, uma dissertação intitulada *Cholobulemanaction, id est Praeceps judicium Principum*, e no mesmo ano a tradução castelhana da obra com este título: *Desacierto de Principes*, dedicada a D. Francisco de Melo. É uma invectiva contra o rei D. João II, em razão de ter mandado degolar por sentença ao duque de Bragança, D. Fernando II. Pode ler-se na *Hist. Gen.*, P. III, págs. 655 e segs.; a esta obra se refere Francisco Quevedo Villegas, *Obras Completas, Obras em prosa*, Madrid, 1941, pág. 676. Foi este movimento de reivindicação e esperança, revelado nas dedicatórias e cartas, nas referências cautelosas e louvores que D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos chamou *brigantismo*. Vid. Prólogo de *A Intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro*, de Ricardo Jorge, Porto, 1921, pág. XXVI.

(29) *D. Teodosio, Duque de Bragança*, Porto, 1944, págs. 166-167.

(²⁰) *Historia do Infante D. Duarte*, cit., vol. I, págs. 89-91.

É justo recordar aqui que nas *Propuestas del sr. D. Antonio al Rey Filippe II*, para entendimento da sucessão no Trono, se lê a seguinte cláusula do Prior do Crato:

> *Que dandose sentencia por el duque de Bergança, el tomará armas contra el y peleará por su mag.de hasta verle en su pacifica posesion, y esto supuesto que hade declarar su mag.de la mercé que por ello le deve hacer.*

Rebello da Silva, *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, Lisboa, MDCCCLX, tomo I, pág. 547.

(²¹) Referindo-se à viagem de Filipe III a Lisboa e às manifestações de regozijo por ela provocadas, escreve G. Marañon:

> *Es evidente que aquellos artifices y aquellas autoridades y nobles y aquella muchedumbre estaban ya henchidos del espiritu de la independencia, que muy poco despues se lograria. El Conde-Duque, cuando sufrió las amarguras de ver roto el reino peninsular entre sus proprias manos, se acordaria de este viaje y meditaria sobre la vacuidad de los recibimientos populares.*

El Conde Duque de Olivares, pág. 44.

(²²) *História do Infante D. Duarte*, cit., vol. I, págs. 60 e segs.

(²³) Francisco Rodrigues Lobo, *Eglogas*, ed. de Coimbra, 1928, págs. 221 e segs.; Hernani Cidade, *Lições de cultura e literatura portuguesa*, &, Coimbra, 1943, págs. 291 e segs. e 398.

Quando por 1603 ou 1604 esteve em Vila Viçosa, o moço poeta Rodrigues Lobo andaria pelos 23 ou 24 anos. Além dos *Romances* (1596), havia publicado a *Primavera*, 1.ª parte, (1601), seguindo-se *Eglogas* (1605).

(²⁴) G. Marañon, *El Conde Duque de Olivares (La Pasion de Mandar)*. Madrid, 1936, págs. 212 e segs. O donaire e compostura das mulheres portuguesas obedeceria às modas da época, abrangendo os postiços e as pinturas do rosto, embora longe daquela caricatura que Tomé Pinheiro da Veiga, em Valladolid, desenhou da velha D. Francisca de Aragão, mulher de D. João de Borja, a antiga musa de Camões, de Caminha, de D. Manuel de Portugal:

«... D. Francisca de Aragão, com os cabellos tintos de assafrão e as pestanas de verniz, e rostro de almagra, a garganta de gesso e a boca de setim, toda a olio, com huma demão de unto de porco, e outra de manteiga crua, com que ficava:

> Donna si laida, che la terra tutta
> Né la piu vecchia avea, né la piu brutta».

Para notícia dos rídiculos excessos da corte de Filipe III, no que respeita aos adornos femininos, podemos ainda recorrer ao faceto depoimento de Tomé Pinheiro da Veiga:

LADAINHA

Arandelas, lechuguillas,
velos, reboços, listones,
periquitos, gargantillas,
redes, pechos, cabeçones.

Tocas, cafias, y guarines,
trenças nastos, trencadillos,
cintas, bolsos, y vellillos,
guantes de ambar, y jasmines
de flores, perro, y polvillos.

Firmalles, y prendederos,
zebelinas, florezillas,
fluques, cintas, leivos, zeros,
barceletes, y manillas.

Petrinas, y trençaderas,
alça cuellos, abanillos,
reboços, leques, arillos,
arrecadas, y gorgeras,
firmalas, y regalillos.

Guantes de Ocaria, y de flores,
ligas, medias, sapatillos,
chapines, rendas, cintillos,
balonas, apretadores,
piernas, rodillas, tabillos».

Fastigimia, Porto, 1911, págs. 80, 340 e segs.

Outras referências aos arrebiques das mulheres desta época por escritores portugueses, podem ler-se na *Arte de Galantaria*, por D. Francisco de Portugal (ed. do Porto, Domingos Barreira, 1943), e na *Carta de Guia de Casados*, por D. Francisco Manuel de Melo.

(³³) *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 3 e segs.

(³⁴) *Tacito Portuguez*, cit., pág. 7.

(³⁵) Francisco Rodrigues, S. J., *Historia da Companhia de Jesus na Assistencia de Portugal*, tomo III, vol. 1, pág. 329.

(³⁶) António de Oliveira Cadornega, *Descrição de Vila Viçosa*, ms. da Academia das Ciências de Lisboa, fól. 38.

(³⁷) *Tacito Portuguez*, cit., págs. 4 e 150-151.

(³⁸) Carlos da Silva Tarouca, *Familia, nascimento e infancia de D. João IV*, art. in *Brotéria*, Março, MCMXLIV, pág. 251.

(³⁹) *Tacito Portuguez*, cit., pág. 4; *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 5 e segs., onde se reproduzem quase literalmente as palavras da citação anterior.

(⁴⁰) *Hist. Gen.*, P. IV, pág. 600.

(⁴¹) António de Sousa de Macedo, *Eva, e Ave, &.* Lisboa, MDCLXXVI, pág. 116; Joaquim de Vasconcelos, *Primeira Parte do Index Da Livraria De Musica Do Muyto Alto, E Poderoso Rey João o IV*, reprod. da 1.ª ed.; *El-Rey D. João o 4.º*. Porto, MDCCCC; B. V. Moreira de Sá, *Hist. da Evolução Musical*, págs. 127 e segs.; Júlio Eduardo dos Santos, *Polifonia Clássica Portuguesa*, págs. 20 e segs.. Da sua capacidade de crítico musical, deixou D. João IV o

opúsculo: *Defensa de la Musica moderna contra la errada opinion del obispo Cyrillo Franco.* Lisboa, 1649.

(44) Cit. por G. Marañon, in *Enrique IV de Castilla*, pág. 29.

(45) *Tacito Portuguez*, cit., págs. 12 e segs.; *Hist. Gen.*, tomo VI, pág. 487.

Como registo da tradição local, importa reproduzir o testemunho de um natural de Vila Viçosa:

«Pedio o senhor Duque dom Theodosio faculdade a ElRey dom feliphe *(sic)* pera dar estado a seu filho o senhor duque de barcellos. foi lhe respondido que como foce em portugal ou Castella o poderia fazer: evitando com esta resposta e nam fizece esa aliãça com algum principe livre da Italia com quem tinha apertadas razões de parentesco, asim pelo senhor Rei dom Joam o primeiro, como por o senhor Rei dom Manoel, como pelo senhor Rei dom Joam o terceiro...».

António de Oliveira Cadornega, *ob. cit.*, fól. 33.

(46) *Hist. da Companhia de Jesus*, cit., tomo III, vol. I, pág. 332. Cfr. outro retrato, depois de morto, descrito na *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 238 e segs.

(47) António de Oliveira Cadornega, *ob. cit.*, fól. 38.

LIVRO TERCEIRO

NOIVADO E CASAMENTO

Sicut sol oriens mundo-in altissimis Dei, sic mulieris bonae species in ornamentum domus ejus.

Eccl., cap. xxvi, v. 21

Tem 17 p.ª 18 anos, sobre morena, fermoza, olhos negros, grandes...

D. Francisco de Melo

NOIVADO E CASAMENTO

GRANDEZAS E MISÉRIAS

EM 31 DE MARÇO DE 1621, dois anos depois da sua jornada a Portugal, falecia em Madrid Filipe III de Espanha. Após a aclamação do filho e sucessor com o nome de Filipe IV, o governo do vastíssimo império imediatamente passava das mãos do duque de Uceda para o poder do conde-duque de Olivares, então no juvenil vigor dos trinta e quatro anos. Na hora da agonia do soberano, bem certo estava ele da sua sorte, para poder dizer ao último valido do rei, a esse duque de Uceda no transe da sua descaída: *Todo es mio...*

Com retumbantes propósitos de moralização que talvez encobrissem receios de influências nocivas à sua carreira, Olivares começou logo a perseguir e a desterrar os políticos e outras personagens de predomínio no reinado anterior, como o duque de Ossuna, fray Luís de Aliaga, o deposto duque de Uceda e outros. Afastados certos obstáculos e dissipadas algumas sombras, iria afirmar-se em Espanha o sistema do poder pessoal, absoluto e despótico, exercido por um ministro em nome do rei, e com prática de violências e excessos, até ali desconhecidos.

O monarca, moço de dezassete anos, era um fantasma ricamente vestido: fraco de vontade, destituido de critério

e de energia para moderar ímpetos condenáveis, permitia que o novo ministro contentasse a sua ambição de mandar, trabalhando pela unidade, consolidação e engrandecimento do Império, pela total realização dos sonhos de Filipe II.

Desde muito cedo ele se apoderara do ânimo do Príncipe, favorecendo-lhe e lisongeando-lhe as viciosas tendências, de que haveria de dar as mais abundantes e vergonhosas provas no decurso do seu reinado (1).

Com esta efectiva transferência de poderes, ninguém se poderá admirar de que num célebre quadro do Padre Mayno, mestre de pintura do rei, se representasse Filipe IV a ser coroado pela mão do conde-duque de Olivares. É para registar o valor documental e simbólico deste painel do Museu do Prado, em que, por vaidade do ministro, ficou traduzida a inversão das funções e dos destinos destas duas personagens da Espanha seiscentista.

Na *Historia General de España* com razão se escreve: *Hablando con propriedad, debiéramos decir que se hizo señor de su rey y rey de España, pues su poder sobre el ánimo de Felipe IV llegó hasta conseguir que parecieran en las conversaciones, à juzgar por el tono de sus voces, pupilo el monarca y el vassallo su tutor* (2).

São por demais conhecidos os extremos de imoralidade da nova corte, a dissolução dos costumes nas clases ditas elevadas, cujos aspectos literàriamente se reflectem nas novelas pícaras e nas comédias licenciosas; os enleios e confidências de amor lésbico e socrático; as xácaras fesceninas, em que se pregoavam e sugeriam práticas da mais desvairada volúpia (3).

Da sensualidade da época viria a ser triste expoente o próprio rei, pelos anos da sua vida a oscilar de cortejador de freiras e apaixonado de *damas de alquiler*, a crente de tímida religiosidade, que pedia conselhos a sorôr Maria de Ágreda e ouvia as falas do teólogo e filósofo frei João de São Tomás, seu confessor e inquisidor de Castela.

O filho da cómica Calderona, entrava um dia para o Paço Real a contento do povo e com afronta para a

rainha, e pelas alcovas de outras favoritas viviam espalhados nos reinos de Espanha, mais de trinta bastardos de Filipe IV.

Como o rei, seu espelho, a gente castelhana, enquanto se entregava a depravados extremos de paixão amorosa e a viciosos prazeres, também oferecia testemunhos do mais ardente fervor de fé católica nos conventos e no apostolado missionário.

Neste signo babilónico de orgia e devassidão, levantavam-se nos púlpitos e rumorejavam nos confessionários, as importunas e salvadoras vozes dos pregadores, dos franciscanos, dos dominicanos, dos jesuitas. Por eles, muitas famílias se preservavam dos contágios da corrupção geral, para viverem em altas aspirações de virtude e santidade, como católicos de fé e obras. Repetiam-se agora os contrastes já verificados durante os séculos XIII e XV, nas sociedades cristãs da Europa.

E também neste apogeu de escolas ascéticas e místicas, entre disputas de teólogos e sofistas, decorria o século de ouro das Letras, do Teatro, das Artes Plásticas e da Música, em que, por singular destino, a Espanha oferecia à Civilização algumas das mais altas expressões do génio humano em todos os tempos.

Sintoma de especial decadência era o pronunciado gosto por bobos e anões, pelas deformidades físicas e pelas anomalias morais, como se nesse documentário teratónico, os reis e os príncipes procurassem a sincera, a leal humanidade que os elegantes disfarces da vida cortesanesca ocultavam à mais penetrante e sagaz observação.

Enquanto nos escorreitos de corpo haviam de ser quase certas as perversões de alma, nestes degenerados fatalmente se patenteava a realidade humana, a directa expressão dos instintos e dos mais primários sentimentos.

Os dinastas e os grandes teriam de amar a verdade onde a pudessem encontrar, de sala em sala, de pátio em pátio, e admitiam ao seu convívio diário os parvos e os cães, como aqueles a quem melhor saberiam entender: uns, por lhes serem, às vezes, irmãos na desgraça; outros, pela condição de escravos na fidelidade do instinto. E esta

era mais certa e segura do que a jurada com honra pelos homens de corte e a que muitos faltavam, à voz do vil interesse.

Em todas as épocas, as grandes riquezas conduziram a viciosas expressões de requinte, e este sempre foi na vida social e política, o primeiro sinal da decadência histórica. A própria saciedade produz cansaço.

Os declinios morais dos povos provocam a sátira da Poesia e do Teatro, e a doença espanhola que era grande, em diversas formas a revelou e castigou Francisco de Quevedo que ainda era maior (4).

Sobre os portugueses que em Madrid viviam no exercício de cargos ou em voltas de ambição de títulos, honras e mercês, também não podiam deixar de refluir essas ondas de maligno contágio que fàcilmente transporiam a raia para chegar à corte de Vila Viçosa.

Mas, Deus louvado, muita gente de qualidade e o comum do povo ao longe se mantinham nos hábitos de moderação, em obediência àquela disciplina moral e religiosa que vinha na tradição nacional e era a grande fonte da virtude nos lares portugueses.

Contra desmandos e desvarios que se vieram acentuando desde o reinado de Felipe II, manifestavam-se reacções salubres em protestos e intentos de regeneração moral ou em formas de exaltação da graça e gentileza, do bom espírito português.

Neste sentido coube a maior honra ao fidalgo D. Francisco de Portugal, prosador e poeta, avisado discipulo de Gongora, autor da *Arte de Galantaria*, que por seu ensino e exemplo, conquistara lugar de alto prestígio na corte espanhola, *onde foy applaudido, e estimado pelo mais discreto Cortesão daquella idade, causando respeito aos inferiores, enveja aos iguais, e admiração aos mayores* (5).

A este autor podem e devem juntar-se alguns mais escritores moralistas, como Francisco Rodrigues Lobo com a famosa *Corte na Aldeia* (1619, Martim Afonso de Miranda, autor do *Tempo de Agora* (1622), e mais tarde D. Francisco Manuel de Melo pela *Carta de guia de*

casados (1651), *Obras morales* (1664), *Cartas familiares* (1664) e algumas centenas de páginas dispersas pelas suas obras, não devendo aqui esquecer-se a literatura mística e concionatória que era abundante neste período.

Os múltiplos aspectos de grandeza, de luxo e de esplendor podiam encobrir ou disfarçar, mas nunca sustar a decadência da monarquia dos Áustrias, nem suprir a falta das virtudes cívicas e militares da velha Espanha.

No decurso da sua vida política, o conde-duque foi talvez menos feliz que inábil, menos bem-fadado do que catastrófico, epíteto com que, por injusto castigo, certos espanhois cultos costumam deprimir as gerações da família dos Guzmanes. Raramente os revezes estão ao alcance das prevenções: pertencem à fortuna dos políticos e dos guerreiros, procedem dos imponderáveis e muitas vezes não só do imprevisto, mas também do imprevisível. Se assim não fosse, fáceis seriam para todos os triunfos e as glórias de bem mandar.

Não foi desastrada a sua política militar contra os insurrectos da Flandres, sobressaindo nesses exitos a *Rendição de Breda*, glorificada por Velásquez em *Las Lanzas*, uma das mais inspiradas obras do grande pintor de Filipe IV. A tal propósito, é de justiça lembrar a protecção e estímulo concedidos aos artistas pelo rei e pelo Conde-Duque, sem os quais não poderiamos ainda agora admirar tantas obras primas do génio espanhol que dão honra à nossa Civilização.

OS PLANOS DO CONDE-DUQUE

Da política de engrandecimento e consolidação do poder régio que era o próprio poder de Olivares, das suas vistas e intenções em relação a cada um dos reinos e províncias do Império, ficou-nos um documento valioso que a muitos respeitos inquestionàvelmente abona a capacidade de homem de estado e de governo do ministro de Filipe IV, merecimento que diversos autores ainda hoje

lhe negam. Referimo-nos à *Instrucción sobre el gobierno de España* que o Conde-Duque apresentou ao Soberano em 1625. Nela se encontrava o parágrafo intitulado: *Reino de Portugal y sus calidades*. Não deixava de ser lisongeiro e justo para os portugueses o conceito que o poderoso valido tinha da disciplina do clero, da índole da nossa gente, dos altos sentimentos da nobreza, traduzidos nestas palavras:

> «...*los prelados son generalmente atentos y circunspectos y tratan del culto divino con gran decencia y ornato (parte que se extiende a las iglesias menos principales de las ciudades y de las aldeas menores); la virtude de los prelados, si no se observa (cosa que no he oído), es parte que se profesa, y la modestia religiosa, con mayor demonstración que en otras partes; no allo en este punto qui advertir, por parecerme que está bien.*
>
> .....
>
> .....

Depois, vai prosseguindo largamente, com a mesma segurança de observação e de lúcido conselho:

> «Es la nobreza de aquel reino sin duda la de mayor presunción y satisfacción propia, que en ningum otro se habrá visto. Generalmente son entendidos; pero asi en esto como en todas las acciones, tienen afectación; casi daño común y connatural. Los animos de aquela gente, sin duda, son grandes; pero tambien es cierto que fueron mayores. La razon de haber descaecido atribuyen ellos a la falta de los ojos de sus Reyes naturales, y a esta misma causa todos los daños que padece su gobierno. No hay duda de que en lo primero deben de tener razón, siendo impossible que no desaliente infinito la falta de asistencia real, y asi tuviera por convenientisimo para muchas cosas el asistir V. M. en aquellos reinos por algún tiempo, no solo para el remedio de los daños, sino para la conveniencia mayor que pueden tener los negocios públicos,

que miran a la conservación y aumento de lo general de la Monarquia. El segundo daño del gobierno, que ellos consideran también por este mismo accidente, es cierto que no se lo negaré yo, pues sabe V. M. que he reconocido y representádole inconvenientes para el gobierno de la Corte misma donde V. M. assiste, de la falta de sua atención personal, con lo qual no me parece posible dejar de ser la ocasión mayor del mal gobierno, de que hoy se muestran lastimados, y asi me parece muy del servicio de V. M. que estos vasallos vivan con esperanza que V. M. les dé de que assistirá con su Corte en Lisboa por algún tiempo continuado y de asiento, y tanbién juzgo por de obligación de V. M. ocupar a los de aquel reino en algunos ministerios de éste y muy particularmente en Embajadas y Virreinatos, Presidencias de la Corte y en alguna parte de los oficios de su Real Casa, y esto mismo tengo por conveniente haver con los aragoneses, flamencos e italianos, anteponiendo y representando a V. M. con viva instancia, que es esto la cosa que más conviene ejecutar para la seguridad, establecimiento, perpetuidad y aumento de lo general de esta Monarquia; y el medio solo de unirla es la mezcla de estos vasallos, que se reputan por extranjeros, admitiendoles a todas la dignidades dichas, y me atreviera e hacer demostracion a cualquiera de cuan vanas son las instancias que se pueden hacer contra esto, porque sabe Dios que habiendose pensado mucho en los inconvenientes que padece y pueden destruir esta Monarquia, no hallo mayor reparo que esta unión por estos medios, y si yerro en ello, es bien cierto que es error de entendimiento».

.....

Pelo seu significado e importância na revelação da política de unificação preconizada pelo Conde-Duque, muito importa continuar a ler o precioso documento.

Discorrendo agora na *Recopilacón del dictamen de la materia del Estado de todos los reinos*, o astucioso valido quase impunha um preceito:

> «Tenga V. M. por el negocio más importante de sua Monarquia, el hacerse Rey de España; quiero decir, Señor, que no se contente V. M. con ser Rey de Portugal, de Aragón, de Valencia, Conde de Barcelona, sino que trabaje y piense con consejo mudado y secreto, por reducir estos reinos de que se compone España, al estilo y leyes de Castella sin ninguna diferencia, que si V. M. lo alcanza, será el Principe más poderoso del mundo».

Depois, desenvolvendo o programa geral a adoptar para a realização do seu intento, indicava três caminhos, dos quais o primeiro, e talvez o mais difícil, era o da política dos casamentos, para confundir e unificar os vassalos:

> «... seria que V. M. favoreciese los que aquel reino, intriduciéndoles en Castilla, casándolos en ella, y los de acá allá, y con beneficios y blandura los viniese a facilitar de tal modo que viendose casi naturalizados acá con esta mezcla, por la admisión a los oficios y dignidades de Castilla, se olvidasen los corazones de manera de aquellos privilegios que, por entrar a gozar de los de este reino igualmente, se pudiesen disponer con negociación esta unión tan conveniente y necesaria» (6).

O passo que se refere à conveniência de o soberano espanhol vir fazer corte temporária em Lisboa, devemos relacioná-lo designadamente com os votos de Inácio Ferreira Leitão na *Prática* dirigida a Filipe III, na sua entrada em Lisboa, e com o parecer do chantre de Évora, Manuel Severim de Faria, no seu *Discurso Primeiro: Do muito que importará para a conservação, & augmento da*

Monarquia de Hespanha, assistir sua Magestade com sua corte em Lisboa (7).

Tendo este livro sido publicado um ano antes de ser apresentada a *Instrucción*, verifica-se que em Portugal já nesse tempo existia uma *opinião filipina*, cuidadosamente orientada no sentido da absorção. Tanto os portugueses maus como os acomodatícios, eram os verdadeiros paladinos da perda da individualidade nacional. Com eles contava para seus inestimáveis aliados, a política do Conde-Duque.

Em obediência a este plano de aliciante assimilação, os portugueses que até então eram quase só admitidos nos cargos militares e administrativos do Reino e do Ultramar (Oriente, África, Brasil), conforme a letra e o espírito dos capítulos das Cortes de Tomar, passariam agora a ser vice-reis, embaixadores, oficiais palatinos, no que Olivares punha o maior empenho, pois que *es esto la cosa que más conviene ejecutar para la seguridad, establecimiento, perpetuidad y aumento de lo general de esta Monarquia.*

Nos propósitos do ministro e valido, actuava sempre a força de uma alta razão de estado, e assim ele era lógico e tenaz, a servir o seu destino.

É esta a política que vai seguir-se com sistemática e habilidosa coerência. E aqui já podemos verificar que, por natural sequência dos factos e sucessivas limitações de direitos, no progressivo andamento para a unidade peninsular, projectada pela ambição dos Filipes, a encorporação de Portugal foi revestindo três fases: a *união*, pela monarquia dualista nas imediatas promessas de Felipe II (1580-1598); a *anexação*, durante o reinado de Felipe III (1598-1621); e a *absorção*, planeada e activamente executada pelo conde-duque de Olivares, durante perto de vinte anos, sob o ceptro do último usurpador, Filipe IV (1621-1640).

CASAMENTO POR CASTELA

Para sua representação e negócios de despacho, a Casa de Bragança mantinha regularmente na corte de Espanha um residente seu, procurador ou observador, como hoje diríamos.

À morte do duque D. Teodósio II, esse delicado encargo estava confiado a D. Francisco de Melo, fidalgo seu parente, natural de Estremoz, filho de D. Constantino de Bragança e Melo e de D. Beatriz de Castro. Viria a tornar-se amigo e pessoa de toda a confiança do Conde-Duque e feitura sua, gentil-homem da Câmara de Filipe IV e personagem de alto estado na sua corte (8).

De Madrid onde se achava no princípio do ano de 1631, esse D. Francisco de Melo para Vila Viçosa endereçava ao duque D. João II a seguinte carta:

Sñor.

«Entendendo S. Mg.de a necessidade q. v. e. tinha de cazarse, e a conviniencia d'essa caza e como v. e. se resolvia, a q. se lhe desem Guimarãeis, ou q. parecese bem a V. e. em seu lugar, trataria de seña dona Luiza filha do Duque de Medina Sidonia, me mandou advertir pello Conde Duque q. gostaria de q. v. e. efeituasse esse cazam.to per juntar de novo as mayores duas cazas de espanha, p.a que unindose podesem tratar de servizio e de sua conservação, e q. caminhando o negoceo, e estando v. e. consertado com o duque de Medina Sidonia, e pedindolhe ambos merces p.a se efetuar o cazam.to lhe daria toda a satisfação q. deseja dar a v. e. e ao duque de Medina Sidonia e que, conforme a isto, seria a q. v. e. podrá julgar.

Pareceme q. se fará a v. e. m.ta merce alem do dotte e eu por qualquer via estou confiado em q. avemos de pescar Guimarãeis e tenho posto o

D. FRANCISCO DE MELO, CONDE DE ASSUMAR

(Grav. da colecção do Sr. Prof. Dr. A. Gonçalves Rodrigues)

(Fot. *Ed. Portugal*)

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

FILIPE IV DE ESPANHA

Quadro de Velásquez, no Museu do Prado

penso nelle, e em outras conviniencias d'essa caza. respondi q. nessa forma iriamos caminhando, quem queria que fallase, disseme q. elle era ygualmente parente de ambos, e mandou pedir comissão ao de Medina q. eu a tivesse de v. e. e iriamos dispondo, e tratando da concluzão, dandose sempre conta a v. e. de q. espero recado p.ª ir caminhando como chegar a ordem do duque de Medina. e do q. passar irei dando conta ao nosso Patriarcha se parecer a v. e. como agora fis da sua carta que aprovou muito. o duque quer muchissimo a esa filha, e constame q. deseja por estremo entregallo *(sic)* a v. e. tem 17 p.ª 18 anos sobre morena fermoza, olhos negros grandes, e dizeme que estremadas partes. ando negociando o retrato- posto que se recatam muito antes de passar a materia mais adiante. eu disse ao Conde q. lhe não tinha medo q. nos aviamos de vender mui caros; mostrouse sentido de nem por sombra se cuidar q. não quererá ma's p.ª v. e. q. p.ª o de Medina Sidonia. Com o Marquez de Vilhena estive hum dia devagar disseme q. o duque lhe mandara em 8.bro hũa carta p.ª dar a S. Mag.de sobre o passado. elle a não deu porq parece temeo a facção e q. escrevia a v. e. q. lhe mandase o q. devia fazer della, pareceme que v. e. lhe responda q. a queime sem a ver, e q. nem v. e. a quer ver nem lembrarse demais q. das obrigações q. como filho deve a seu pai.

Disseme mais o de vilhena q. o duque lhe encomendara fizesse diligencia com o Marquez d'Este sobre o de Modena e que a fizera mui apertada, e achava que tudo forão quimeras e não tinha ordem p.ª nada, e enfim pontualmente o que eu dezia. pode v. e. mandar ver, o q. lhe sera necessario p.ª sua caza fazer memoreas e buscarse a escritura de contrato q. se fes em o cazam.to do duque q. Ds. tem, e mandarme a copia, e ainda se ouvese noticia da do Duque dom Theodozio, e do duque dom James com a filha do de Medina Sidonia não era

mao enviarenseme as copias d'ellas, perq. avemos de passar por todas em tudo se Ds for servido.

O sñr dom duarte poderá trabalhar por estes papeis com a boa ajuda de Antonio Paeis.

g.^de^ ds a v. e. mt.^os^ annos
md. 4. de Janeiro de 631

Dom fr.^co^ de Mello. (9)»

Escrito em obediência ao plano político do Conde-Duque, deste documento claramente se depreendem as relações de correspondência havidas entre o duque de Barcelos D. João e D. Francisco de Melo, nos últimos tempos de D. Teodósio II.

Contra outros projectos matrimoniais fora ou dentro de Castela, a que davam preferência diversos conselheiros, o casamento de que D. Francisco se mostrava tão astucioso e diligente paladino, era do maior gosto e vontade do rei Filipe IV, ou fosse do conde-duque de Olivares, primo da futura duquesa de Bragança.

Como diz um cronista palaciano: *Filipe III (de Portugal) desembuçou o summo gosto que tinha deste casamento que elle mesmo patrocinou, como couza tanto sua...* (10).

Tratava-se da aliança das duas casas ducais para seu maior engrandecimento e para melhor cooperação nos intentos da unidade do Império.

As exigências e condições anteriormente apresentadas pelo duque de Bragança, seriam satisfeitas; e tanto por seu próprio respeito, como por atenção ao futuro sogro, as mercês não teriam limite...

O negociador afirmava a confiança de *pescar Guimarães*, ou fosse reaver o ducado que D. Teodósio I dera em dote a sua irmã D. Isabel, para casar com o infante D. Duarte, e que depois viria a encorporar-se indevidamente nos bens da coroa, reinando D. Sebastião (11).

Obtidas as credenciais de um e outro duque, futuros

sogro e genro, as negociações prosseguiram com o aplauso do Patriarca das Índias, muito indicado para coadjutor de um casamento pela sua qualidade de eclesiástico e de tio paterno da noiva. Às conveniências materiais, políticas e honoríficas, juntava-se também a alegação dos dotes físicos da nobilíssima donzela que iria ser duquesa de Bragança.

Tornam-se patentes os louváveis esforços de D. Teodósio II que, poucas semanas antes de falecer, ainda escrevia ao marquês de Vilhena, a fim de que ele rogasse a intervenção do marquês d'Este junto do duque de Módena para a realização de um projecto matrimonial, agora considerado inaceitável, e pelo qual se procuraria nas primas da Itália a esposa para o duque de Barcelos, seu filho.

Deverá concluir-se desta carta que D. João II, já duque de Bragança, por esse tempo, muito fora estava dos cuidados da política de independência que norteara o procedimento de seu pai; e por nefastas influências de D. Francisco de Melo e de outros portugueses degenerados ou mal inspirados, achava-se rendido aos prestígios do poder do Conde-Duque, com os olhos muito voltados para Castela.

Para o duque de Bragança não merecer este juizo, seria necessário provar-se que as suas disposições provinham de muito disfarçada conveniência ou de recôndito ardil. Por estes e outros factos, bem parece que, neste tempo, ao neto de D. Catarina não animavam a esperança e a fé de vir a sentar-se no trono dos seus Avós

Ao conde-duque de Olivares, decerto para lisongear ou se mostrar reconhecido, quisera oferecer o título de *Pai*, e manifestava todas as disposições de se entregar ao destino de conformidade ou de integral adesão à corte espanhola, aceitando por esposa uma próxima parente do valido de Filipe IV. O duque de Bragança tinha então vinte e seis anos, era moço e despreocupado...

D. Francisco de Melo entrou a desenvolver grande actividade e destreza, fortalecendo o plano com razões aparentemente desinteressadas, mas pensava-se que *nestas negociaçoens intermetia seus augmentos, tão sutilmente,*

como Phidias o seu nome entre as fimbrias da roupa de Minerva.

Depois de aceite pelas duas partes o projecto do casamento, D. Francisco de Melo não pôde prosseguir nas negociações até ao fim, por ter de ausentar-se da corte para uma embaixada a Saboia, abrindo-se-lhe, com o exito de tal missão, o caminho para as grandes honras, mercês e proventos dos mais altos postos da Monarquia.

Na confiança e encargo de ultimar as capitulações, sucedeu-lhe Francisco de Sousa Coutinho, *Regedor na Corte de Castela e nella seguio mais justificado, quanto menos satisfeito os Acordos do seu antecessor* (12).

Não procurando assegurar a missão de resgate político da Família de Bragança por tal casamento, o duque D. João II trataria de consolidar a sua posição pessoal do maior fidalgo das Espanhas, para reivindicar o ducado que em bom direito lhe pertencia, aumentando assim as grandezas e honras da sua Casa e Estado. Mas, embora parecesse ao escrupulo de muitos portugueses que o duque errava os passos do melhor caminho, por ele começaria á entrar com a segurança de uma secreta predestinação.

Bem certo é que Deus escreve direito por linhas tortas, pois que, nos altos destinos dos povos, vistos em largas e serenas perspectivas, os mais insígnes dominadores apenas servem de instrumento à Providência do mundo.

Da mesma família Guzman já tinham vindo casar a Portugal outras senhoras, a começar em D. Tareja, mulher do conde D. Henrique e mãe do nosso primeiro rei. Como se sabe, tivera por pai a Afonso VI de Leão e Castela e por mãe a D. Ximena Nuñez, filha do conde Nuno Rodriguez de Guzman (13).

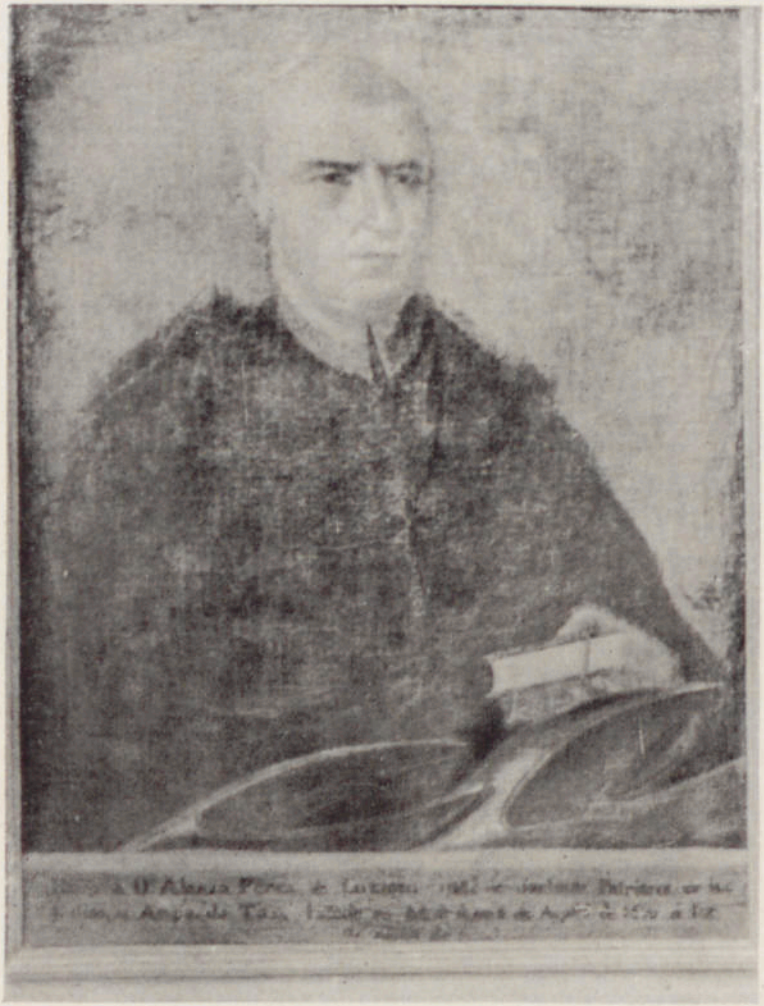
Por 1253, uma criança de nome Beatriz, filha natural do rei Afonso X, o Sábio, e de D. Maria Guillen de Guzman, sentava-se no trono de Portugal como mulher de D. Afonso III, para vir a ser mãe de El-Rei D. Dinis.

No ano de 1502, de Sanlúcar de Barrameda para Vila Viçosa partia D. Leonor de Mendonza y Guzman, filha do 3.º duque de Medina Sidónia, a qual, como vimos, depois de ter dado dois filhos ao duque D. Jaime, às suas

CONDE-DUQUE DE OLIVARES

Quadro de Velásquez, no Museu do Prado

BIBLIOTECA NACIONAL



PATRIARCA DAS INDIAS, D. ALONSO PÉREZ DE GUSMAN

Sanlúcar de Barrameda — *Iglesia de Nuestra Señora de la O*

mãos de marido ultrajado viria a sucumbir em lance atroz e sanguinário.

Parece que nas senhoras desta ilustre família havia misteriosa predisposição para casar em Portugal e assinaladamente influir na sua História (14).

O EXITO DAS NEGOCIAÇÕES

Em Vila Viçosa e pelas províncias de Portugal, vivia-se no inquietante alvoroço de ver concluido o casamento do Duque.

Igualando-se o effeito ao sobre excessivo desejo, que desde esta Corte andava vagão por todo o Reyno: aos 25 de Janeiro de 1632 se publicou o apetecido cazamento do Serenissimo Principe Dom João, deste nome segundo, &Duque de Bragança octavo, com excellentissima senhora Dona Luiza Francisca de Gusmão, unica filha do Duque de Medina Sidonia (15).

Nesse festivo domingo de inverno, o duque de Bragança saía solenemente da sua câmara, acompanhado de seus irmãos D. Duarte e D. Alexandre, para comunicar a feliz notícia aos fidalgos da sua Casa que na sala nobre o esperavam reunidos e engalanados, para lhe beijar a mão.

Descendo todos à Capela onde se achavam o deão e outras dignidades, paramentados com capas de tela e chaparia de ouro, com todos os capelães e cantores, ali se celebrava um solene *Te Deum*, cantado a três coros.

À noite, entre ruidosas aclamações e mostras de regozijo, foi iluminado o Paço com duzentas tochas, encheram-se de risos e festivas luzes as janelas de toda a vila. Então, daqui começava o duque de Bragança a participar em cartas aos seus fidalgos e amigos distantes, a grande notícia do seu próximo casamento.

O acordo dos esponsais, concluido após um ano de negociações, fora reduzido ao contrato de 17 de Novem-

bro de 1632, pelo qual o duque de Medina Sidónia se obrigava a dotar a sua filha com 120.000 ducados em dinheiro e mais 20.000 em jóias, além dos pertences do enxoval, comprometendo-se a conduzir a noiva à sua custa, até à fronteira de Portugal.

Atribuindo-se à Casa de Medina Sidónia a renda de 160.000 ducados, fàcilmente se reconhece o peso do encargo que para o pai da Noiva então representava o dote para ela estipulado.

Adicionando-lhe o custo dos preparativos do enxoval e outras despesas pessoais, o volume dos gastos feitos pelo duque de Medina Sidónia deveria absorver-lhe o rendimento total de um ano, ou ainda mais ([16]).

Por morte de seu pai, D. Luísa viria a receber ainda 23.000 ducados, no caso de não querer ou não lhe convir entrar em partilhas de herança com seu irmão D. Gaspar, conde de Niebla.

E dado que o dote não coubesse nos lotes das legítimas do pai e da mãe, o pagamento ainda era assegurado e seria inteirado pelos rendimentos dos bens que seu irmão recebesse na futura sucessão do ducado.

Para poder dar-se cumprimento a esta cláusula, foi necessário revogar as antigas leis que se lhe opunham. a Pragmática de 1623, as disposições e ordens que limitavam os valores dos dotes em Espanha, ficando ainda autorizados encargos suplementares nas rendas em diversas terras dos Estados do duque de Medina Sidónia, para garantir o pagamento das quantias em dívida ([17]).

Ao duque de Brgança mandava Filipe IV significar que lhe concedia também o título de duque de Guimarães, de juro para ele e seus descendentes, não lhe atribuindo já a jurisdição da vila, em virtude da litispendência que a tal respeito existia. Mas, se agora quisesse tentar pleito ou demanda, todas as facilidades encontraria por parte das justiças. E para evitar mais demoras ou embaraços e prevenir insucessos judiciários, já lhe fazia mercê de 24.000 cruzados, ou fossem mais 14.000 do que a soma em que se computava o valor do rendimento da referida

jurisdição. Esta importância ficava-lhe consignada para a receber no alvitre da canela que por esta causa lhe era prorrogado.

Também lhe queria fazer mercê dos concelhos de Moz, Rebordão, Guster, Castanheira, Verborada e Vale do Prado; concedia-lhe quatro hábitos de Avis e de Sant'Iago, para que na sua Casa houvesse cavaleiros das três Ordens Militares de Portugal; em seu favor se renovavam os despachos e mercês conferidos por Filipe III ao duque D. Teodósio, seu pai, por ocasião do casamento, passando-se-lhe as provisões que pedisse; confirmava-lhe todos os títulos e privilégios da Casa de Bragança, desde a sua fundação até ao presente; e para o caso de oferecerem qualquer dúvida ou parecerem suspeitas tantas concessões, permitia-lhe em Madrid a presença de dois ministros seus que seriam juizes e com o rei tratariam directamente, *cara a cara*, estes complexos assuntos.

Apenas indeferia ao duque de Bragança a proposta de soga e cutelo em qualquer lugar onde assistisse, ficando essa grande mercê reservada para outra vez... (18).

Importa agora relembrar o que D. Francisco de Melo dissera ao Conde-Duque: *que lhe não tinha medo, que nos aviamos de vender mui caros*. Em verdade, parecia que em grande contrato de compra e venda estava recebendo o alto preço o duque de Bragança. E não se poderia ir muito mais longe em concessões, sem perigo de maior escandalo para a corte de Madrid.

Os negociadores portugueses porfiaram em levar as exigências até ao extremo limite de as medir com o interesse político de Castela.

Por estes factos, seguramente se conclui que o projectado casamento era o laço de segura captação do primeiro fidalgo português. E não se poderá negar inteligência, astúcia e decisão ao propósito que dominava o Conde-Duque na sua política unificadora, de harmonia com o plano maduramente congeminado, e já bem expresso na sua *Instrucción sobre el Gobierno de España*.

No mesmo ano do casamento, a princesa Margarida,

duquesa de Mantua, viúva de Francisco Gonzaga, 4.º duque de Saboia, e prima co-irmã do rei Filipe IV, era escolhida para vice-rainha de Portugal.

Neste facto não podemos ver apenas coincidência, pois por tal nomeação deixavam de existir em Lisboa os governadores ou vice-reis portugueses, às vezes maus, mas que sempre se haviam mantido por todo o tempo da usurpação, após o período inicial do vice-reinado do cardeal arquiduque Alberto.

Por ter recaído a escolha em mulher e não estar ela no devido grau de parentesco com o rei Filipe, verificava-se novo desrespeito à doutrina das Cortes de Tomar, mas muito bem se atendia ao desígnio da absorção política, para a qual, como é sabido, conscientemente colaboravam vários portugueses refalsados, em Madrid e em Lisboa.

No fim do ano de 1634, a duquesa de Mântua chegava a Portugal, assumindo pouco depois o encargo do governo supremo.

Era tempo, chegara a oportunidade de utilizar os mais eficientes recursos para dissipar os derradeiros fumos de autonomia, pràticamente reduzindo o Reino de Portugal à humilhante condição de província de Castela

A NOIVA E O NOIVADO

Concluido o ajuste particular do casamento nos últimos meses de 1631, o 8.º duque de Medina Sidónia deverá ter chamado a filha D. Luísa à sua câmara do Palácio de Niebla em Sanlúcar de Barrameda.

No abafado silêncio das colgaduras e reposteiros, em solene segredo lhe comunicaria que por vontade de el-rei Filipe e do conde-duque de Olivares, com aplauso do tio, o patriarca das Índias, e alegre assentimento dele, seu pai, a sua mão de esposa fora concedida a D. João II, duque de Bragança, condestável de Portugal.

Casta e austera, mas já suspeitosa ou talvez advertida pela indiscrição da sua aia, Luísa Francisca era bastante mulher para não sentir inundar-lhe as faces o sangue de um coração puro, virgem de amor.

Com o peito alvoroçado, beijaria respeitosamente a mão de seu pai, para conformar com a vontade dele a sua vontade, em perfeita e terna obediência filial.

Criada em lar opulento e sem mãe, desde pequena, mas educada nas sólidas virtudes da mulher cristã, na modéstia de alma e severa compostura, D. Luísa de Gusmão era uma flor de feminidade, donzela inteligente e dócil, que aceitava o marido indicado por conveniência dos homens e da política real, confiada em receber na graça da união sacramental, a benção de Deus. E hoje mal poderá avaliar-se dos sentimentos, das esperanças e receios que se cruzavam na recondita intimidade da sua alma e do seu coração, desde que se considerava a noiva de um duque remoto, que nunca vira, e a quem se dava por toda a vida em terra muito distante do manso Guadalquivir e do luminoso Atlântico da sua criação, lá para onde havia outros costumes, outra gente, outra língua...

Debaixo da aparência calma e para além dos seus negros e fulgurantes olhos, batia no peito de Luísa um coração ardente, e nele se ocultava aquela excepcional energia de vontade que depois conduziria o seu procedimento de esposa, de rainha e de regente.

A sua aia, as damas, criadas, familiares, frades, freiras e o povo de Sanlúcar logo começariam a despertar-lhe a vaidade, dando à que era ainda a sua menina, as honras e tratamento de senhora duquesa, duquesa como ali fora sua mãe, havia sete anos adormecida na paz da sepultura, e agora tão comovidamente recordada pela saudade e gratidão de todos os que a serviram.

A lembrança da separação de D. Luísa, pelos sombrios corredores do Palácio de Niebla, ou no morto silêncio da sua alcova, alguma velha criada talvez ouvisse ecoar no pesadelo de um sonho, a dolorosa toada do *Romance del Duque de Bergança*, em que se rememorava, chorando,

o triste fim da duquesa D. Leonor que de ali também partira um dia, para mulher de outro duque em Vila Viçosa:

Lunes se decia, lunes,
tres horas antes del dia,
quando el Duque de Berganza
com la Duquesa reñia.
El Duque con gran enojo
estas palabras decia:
traidora me sois Duquesa,
traidora, falsa maligna,
porque pienso que traición
me haceis y alevosia;
no te soy traidora el Duque
ni en mi linaje lo habia.
Echó mano de su espada
viendo que así respondia;
la Duquesa con esfuerzo
con las manos la tenia...
.....
.....
..... (*)

*

Todo o ano de 1632 se passaria em Sanlúcar de Barrameda a receber e a pagar obras feitas, os muito diversos aprestos, metais, panos, adereços e arranjos do enxoval da duquesa de Bragança. Iria desenvolver-se na terra uma actividdae desusada e febril, de que participavam todos os ofícios, desde os mais modestos aos artífices sumptuários: espadeiros, bronzeadores, ferreiros, *latoneros*, sapateiros, *guarnicioneros*, surradores, alquiladores, alfaiates, sombreireiros, douradores, *cerrageros*, carpinteiros, mercadores, paneiros, ourives, joalheiros... (*).

Mandados pagar ao tesoureiro da Casa por inúmeras livranças do Duque, todos estes trabalhos eram necessários para a organização e composição do séquito que acompanharia a Noiva até à fronteira portuguesa.

(*) Documentos, III.

E que eram necessários e bem empregados foram tantos cuidados, sem dúvida o prova a relação do enxoval, briosamente completo, desde os mais ricos vestidos da época, passando pelas pratas, jóias e equipagens, até às trempes, espetos, sertãs e panelas da cozinha (*).

Logo em Fevereiro de 1632, vai a Sanlúcar o fidalgo D. António de Melo com embaixada do duque de Bragança *e nel particular del casamiento de luisa mi hija*, como diz um velho assento da administração da Casa de Medina Sidónia.

O enviado era comendador de Cristo, fidalgo da Casa de Bragança, camareiro-mor e testamenteiro de D. Teodósio e agora também camareiro-mor do duque D. João II ([20]).

Como exigia a solenidade daquela diligência, viajou de coche, fazendo-se acompanhar de doze criados, cujo sustento nos dias de permanência em Sanlúcar, importaria em *600 reales de plata*. Por certo, iria levar cartas com as saudações de cortesia e acertar pràticamente os termos das combinações que deveriam seguir-se ao ajuste do casamento, tratado em Madrid.

Nos arredores de Sanlúcar, talvez já na viagem de regresso, o coche português atolou-se fundamente, ao passar nas enlameadas terras da *marisma*, e para o poder safar *de los malos pasos en el camino*, não bastavam as parelhas da equipagem, pois foi necessário fretar três juntas de bois a Alonso Carretero. Então, para não deter D. António de Melo, à espera de que se removesse este embaraço, também foi alugada uma falua que a remos e vela, subindo lentamente o Guadalquivir, conduziria o fidalgo embaixador a Sevilha, acompanhando-o outro barco com os criados e bagagens. É possível que entrasse a cavalo ou em carro de aluguer no Campo do Paço de Vila Viçosa, depois de algumas semanas de ausência pela Andaluzia, onde o seu coche ficara a reparar.

A retribuição da visita e da embaixada não havia

(*) Documentos, IV.

de tardar. Alguns dias depois, dessa importante missão era encarregado Don Lorenzo d'Avila y Estrada, contador-mor do pai de D. Luísa, que para Vila Viçosa partia com grande aparato, segundo se infere da nota do pagamento de *seiscentos reales que valen vinte mil y quatrocentos res*, mandado fazer a Alonso de Campos, alquinador, *por las azemolas y mulas que a de dar para la jornada*...

CASAMENTO E JORNADA

A estação da missa paroquial de domingo, 19 de Dezembro de 1632, na igreja maior de Nuestra Señora de la Ó, escutava-se com alvoroço, uma solene *amonestación*. Era a primeira proclamação do matrimónio que o duque de Bragança e de Barcelos, marquês de Vila Viçosa, conde de Ourém, de Arraiolos e de Neiva, Condestável dos Reinos e Senhorios de Portugal, filho de D. Teodósio e de D. Ana de Velasco, duques de Bragança, já defuntos, ia contrair com D. Luísa Francisca de Guzman, filha de D. Manuel Alonso Pérez de Guzman, el Bueno, duque de Medina Sidónia, marquês e conde, dos conselhos de Estado e Guerra de Sua Majestade, capitão do Mar Oceano e Costas da Andaluzia, e de D. Juana de Sandoval, sua mulher já falecida. Os contraentes haviam sido dispensados do impedimento do quarto grau de consanguinidade duas vezes. Também se dava conta da dispensa das duas últimas proclamações, por ordem da autoridade episcopal de Sevilha.

Nesse mesmo dia, da uma para as duas horas da tarde, o licenciado Luís de Léon Garavito, vigário da mesma cidade e cura da referida igreja, revestido do mais rico pluvial, comparecia nas tribunas particulares do Palácio de Niebla que davam (e dão) para a capela-mor, nas quais se encontravam o duque de Medina Sidónia e sua filha D. Luísa Francisca.

Vendo e lendo a procuração do duque de Bragança,

autenticada com o selo das suas armas, datada de 3 do referido mês e ano, pela qual conferia ao futuro sogro os poderes necessários para o representar naquele acto, o referido sacredote ali proferia as fórmulas sacramentais, ficando os nubentes legìtimamente recebidos por marido e mulher. À celebração do matrimónio assistiram como testemunhas, o licenciado Jerónimo Abreu y Soria, presidente do conselho do duque de Medina Sidónia, D. João de Liebana, cavaleiro do hábito de Sant'Iago, também do seu conselho e seu secretário de Guerra; o licenciado Rodrigo Simon Enriquez, do seu conselho e corregedor na cidade; D. João de Montedoca, e o licenciado Ramirez de Varientos, ambos do seu conselho, e o licenciado D. Fernando de Altamirano, comissário do Santo Ofício e juiz da Santa Cruzada; o padre frei Fernando de Santa Maria, vigário de Nuestra Señora de la Merced e os prelados dos conventos, D. Diogo Dormaca, cavaleiro do hábito de Sant'Iago e seu mordomo-mor; D. Álvaro de Guzman, cavaleiro do hábito de Sant'Iago e seu camareiro-mor; D. Lorenzo Avila y Estrada, cavaleiro do hábito de Sant'Iago e seu contador-mor; D. Miguel Fernandes de la Cadena, seu cavaleiro-mor; D. João de Olivares, alcaide de suas casas, palácio e tesoureiro; D. Luís del Castillo e D. António Domarca, seus mestres-salas; D. Martim de Reina, cavaleiro do hábito de Calatrava, alcaide do castelo e forças da cidade; D. João de Otañes, cavaleiro do hábito de Sant'Iago e provedor das forças de África, e outras muitas testemunhas, beneficiados e curas de Sanlúcar (*).

Além das pessoas de família, e entre elas seu irmão D. Gaspar, conde de Niebla, que o assento não nomeia, ali estavam os fidalgos da Casa, o clero secular e todos os prelados das religiões da cidade. Na nave da igreja, com certeza seriam presentes as damas e criadas do serviço da Noiva e a gente do povo, uns inquietos de curiosidade, e outros, pesarosos de ver ausentar-se para longe

(*) Documentos, V.

e talvez para sempre, o rosto de suave e discreto sorriso de D. Luísa, o coração compadecido das misérias alheias, as mãos dadivosas por amor de caridade. Havia grande pressa em conduzir ao seu lar a nova duquesa de Bragança, e assim os últimos dias desse mês de Dezembro deverão tê-lo passado em acesa lida todos os servidores do Palácio, para que os luxuosos coches, os *dose arquetones de baqueta* com os vestidos, os *baules* com roupa, os caixões das pratas, os guarda-jóias, os *aposentos para el Camino*, tudo estivesse aprestado devidamente e a horas, para seguir na faustosa e alegre jornada para a raia de Portugal.

*

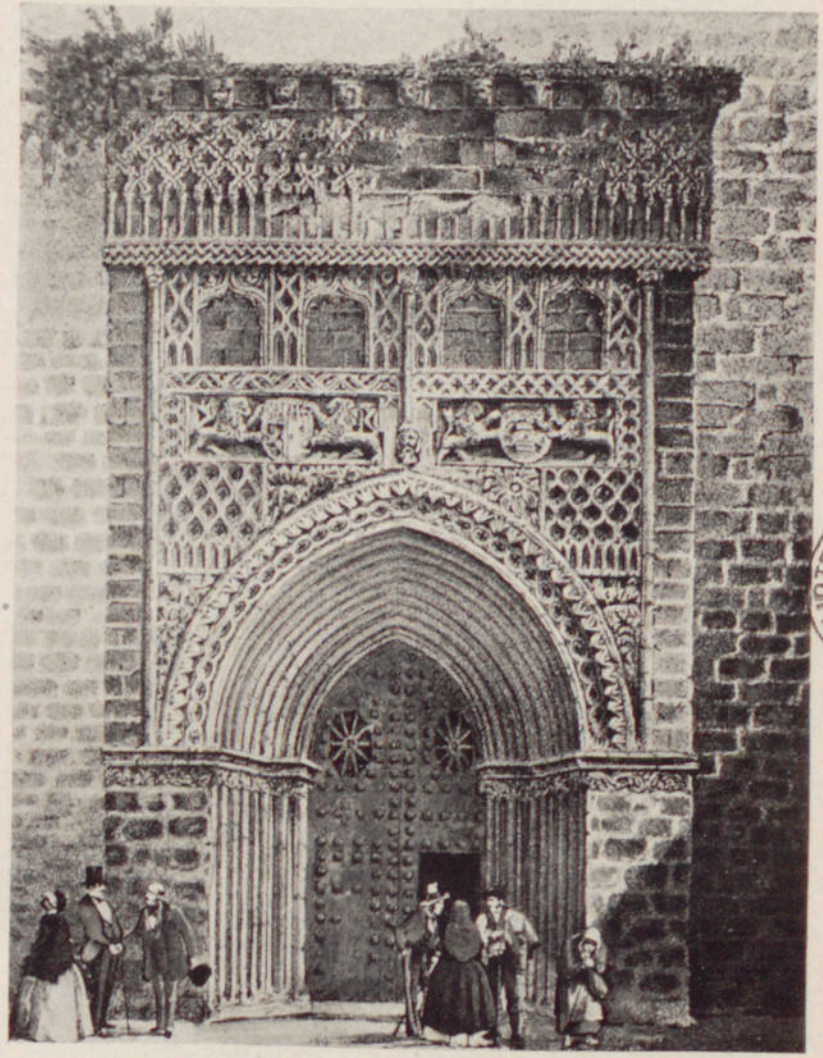
Não se conhecem documentos em que se traduzisse a comoção e o alvoroço dos familiares e servidores, no instante em que D. Luísa para sempre ia deixar a casa e a terra da sua criação.

Ao sair dos portais do Palácio de Niebla, por certo não lhe faltariam as expansões de afecto, os votos e as lágrimas de tantos que lhe queriam bem.

Choravam e sorriam os criados, despediam-se gravemente os mestres e monges, ao ver afastar-se a donzela estremecida, a menina-flor, única filha dos senhores e protectores da cidade. Repetir-se-iam os doces e dolorosos impulsos do sentimento humano em momentos de irreprimível expansão, a transbordante afectuosidade andaluza, os conhecidos transportes da alma cristã e latina. Nessa hora saudosa, consoladora e amarga, o Duque diria ou pensaria dizer, as célebres palavras com que acompanhara a última benção à Filha, e nas quais a credulidade quís ouvir o anúncio de um pressentimento:

— *Ide filha muito contente que não ides para Duquesa senão para Rainha...* ([21]).

O cortejo começara a sair das muralhas de Sanlúcar pela porta de Sevilha, nesse calmo e luminoso dia 3 de Janeiro de 1633. A esse tempo já a Vila Viçosa chegara *a dar os bõs principios do ano a esta Corte hum proprio* com a desejada e feliz notícia ([22]).



SANLÚCAR DE BARRAMEDA — *Nuestra Señora de la O.*
Porta principal

(Reprod. de litografia antiga)

BIBLIOTECA NACIONAL LISBOA

ELVAS — *Antiga Sé Catedral*

Lentamente, os cocheiros e sotas, de pé, diante da caixa, retesando as rédeas, puseram a andar os coches, um de terciopelo carmezim bordado, outro de damasco azul; mais dois de *vaqueta* (coiro), seguindo-se as duas liteiras também de terciopelo, uma azul e outra carmezim, por onde se distribuiam fidalgos e damas do acompanhamento e do serviço. D. Luísa sentava-se com a sua camareira num dos coches; no outro, seguia seu irmão, o conde de Niebla.

Eram precedidos de uma fileira de sessenta e duas cargas com reposteiros, penachos e peitorais de cascaveis, e mais dez cargas com os aprestos viatórios e os objectos da recâmara da duquesa, em que avultavam os reposteiros de veludo encarnado com as armas da sua família, mostrando-se as mulas e azémolas todas engalanadas com peitoris de franjas de ouro, cabeçadas de seda, as ferragens, antolheiras e lâminas brasonadas, todas de prata reluzente.

No vagaroso tropel, entremeavam-se as alimárias de reforço, dezenas de bestas de tiro e sela, com os seus lacaios e arrieiros de fardas coloridas. A cadeirinha de mão levavam-na dois escravos; perto do coche de D. Luísa, iam os do serviço, e mais adiante caminhavam os dois escravos da cozinha.

Era uma numerosa companhia em jornada, uma grande casa que mudava de terra e de reino. Foram seguindo por La Trabujena, por Nebrixa, a caminho de Sevilha onde os aguardavam para os receber no palácio da Família Medina Sidónia, os fidalgos, parentes e amigos dos duques. Depois do necessário descanso, quando o cortejo de centenas de pessoas retomava o caminho, através das terras de trigo e olivedo, outro mensageiro com *velós pressa* chegava a Vila Viçosa, passadas as onze horas da noite do dia de Reis, a anunciar que a Senhora Duquesa já partira de Sanlúcar. E embora fosse tarde para exteriorizar manifestações de regozijo, ninguém se conteve, e do feliz acontecimento deu sinal *hũa horrizona trombeta bastarda* que cortou o sono à população da vila: vieram todos para as ruas e praças, ouvindo-se repiques de

BIBLIOTECA NACIONAL LISBOA

sinos, rufos de tambores e ruidosas aclamações, enquanto para o terreiro do Paço desfilava uma grande manga de arcabuzeiros, a gastar muitas cargas de estrondo, até provocar a artilharia do castelo. Seguiu-se a surriada *tão estupenda de artilharia q. pudera ser efficaz instrumento de temor se não fora traçada para effeitos de alegria* (23).

Alongando-se pelas carreteiras que cortavam as planícies sem fim, os do cortejo iam perdendo a vista de essas vilas baças e hirtas que nos outeiros da Andaluzia ainda hoje se entristecem, porque as suas torres e castelos nunca se gloriam de vencer as nuvens em altura, por mais que o desejem...

No ar aberto e sereno, por cima das vozes de mulateiros e azemeis, na terra larga e submissa onde as searas verdejam, a afolhar, ressoa o tropel das alimárias, o roncear das rodas, a chiadeira do correame novo, o traquinar das campainhas, a matinal risota dos guisos e cascaveis, marcando o passo.

A andar de jornada nas campinas de Espanha, com paciência de suportar espaço e tempo ilimitados, sempre ao longe algum sonido se ouve, ouve-se até mesmo o silêncio das amplidões dos séculos idos. Para além deles, palpitam e presentem-se rumores de vida humana, feitos de cavalaria, vozes de orações e seus ecos, clamores de imprecações, murmúrios de além-campa de quantos mortos, por graça de santidade, continuam presentes nas lidas e anseios dos que andam no mundo.

Como em procissão festiva e reluzente, os viandantes cruzam póvoas e montados, deixam a fumegar, entre pardieiros, as fogueiras dos bandos de ciganos, esses que pelo denso negrume das noites, alegram de cantigas o seu triste fado de vagabundos. Passou o acompanhamento os muros enrugados e morenos de Mérida vetusta, os aposentadores cessam os seus cuidados de *colgar*, para as noites se dormirem em cómodo resguardo, pois já se levanta alvoroço em Badajoz, onde se prepara a hospedagem de tão ilustre companhia. E ao sol da manhã seguinte, logo se vê abrir o brando sorriso da Terra Portuguesa nas solenes muralhas da cidade de Elvas, *chave do Reino*...

PREPARATIVOS E RECEPÇÃO NA RAIA

Por todo o ano do noivado, em Vila Viçosa se procedera a obras de beneficiação do Paço, fazendo reparações necessárias a uma grande casa que, havia vinte anos, nunca mais conhecera aqueles cuidados e esmeros requeridos por senhora que o habitasse como sua dona. Era preciso revestir e engalanar as salas de alcatifas e colgaduras, renovar as roupas e os adornos das câmaras, as louças e os cristais, a opulência e o brilho das paredes. Nestes trabalhos, com ardentes desejos se foram passando as semanas e os meses, após a vinda da embaixada de D. Lorenzo Avila y Estrada, em nome do duque de Medina Sidónia.

Recebera-se o mensageiro com a notícia da partida da duquesa; chegara o próprio a anunciar que a comitiva vinha já a caminho de Portugal. Aproximava-se a data do casamento desejado com os mais risonhos auspícios. Tinham-se expedido participações e convites aos fidalgos da Casa que viviam nas províncias.

Para assistir às cerimónias e festas anunciadas, o primeiro convidado a chegar à Corte Ducal seria o célebre bispo da Guarda, D. Frei Lopo de Sequeira Pereira, que a 2 de Janeiro já dava entrada no Terreiro do Paço, com trinta criados, coches e liteira, alegremente ostentando o seu opulento estadão (24).

A excitação e o entusiasmo iam crescendo de dia em dia com a vinda de outros convidados de diversas terras do Reino, nobres senhores de Lisboa e do Alentejo, o arcebispo de Évora, D. José de Melo, filho do marquês de Ferreira, e outros amigos que de mais longe faziam jornada, para ali participar da magnificência e do júbilo da Família de Bragança.

Já seguira para a fronteira a opulenta *carroça de Roma* que o Duque mandara expressamente construir para uso de sua esposa, e que iria sendo trabalhosamente tirada por mulas, até se cruzar com a comitiva espanhola. Ao encon-

tro da Duquesa que estava chegando a Badajoz, segundo os cálculos da distância, ia agora caminhar para Elvas o Duque, acompanhado de seus irmãos D. Duarte e D. Alexandre, dos oficiais do Paço, dos fidalgos e criados da sua Casa e Estado (25).

D. João II ia vestido de campo de cor parda, com calções e roupeta de damasco frisado, cor de amendoa, de largos alamares, bordados em ramo de rouro; levava farragoulo de chamalote de águas com alamares semelhantes, forrado de tafetá com laçarias de ouro; o chapéu era negro com cintilho de diamantes, ornado de um ramo de quase meio palmo das mesmas pedras, entre plumas pardas; a espada, o cinto e a adaga eram dourados, suspensos em talabartes bordados em relevo; as meias, as ligas e rosas eram também pardas, com pontilha de ouro; ao pescoço, levava um grosso colar de peças de ouro, e de ouro também eram bordadas as mangas do gibão.

D. Duarte e D. Alexandre, igualmente entrajados de cor parda, vestiam calções e roupetas de damasco ondeado, golpeados sobre tela encarnada; cobriam-se de ferragoulos de chamalote sem águas, forrados de tela de flores, com alamares de seis voltas de caracolilho de ouro, cintilho e jóias de diamantes; erguiam-se plumas pardas dos chapéus; douradas eram as espadas, assim também os cintos e adagas; meias, ligas e rosas eram de pontilha de ouro; adornavam-se com grossos colares de peças e mangas com lavores ricamente bordados.

Os três irmãos entravam no coche da viagem, tirado por seis mulas, na opulenta carroça de veludo encarnado e ouro, com pregaria de prata e suas ferragens douradas, que lentamente se punha a caminho de Borba em direcção a Elvas. Logo ali perto, os cocheiros, vestidos de gala, com vaqueiros e gorras de veludo, conduziam à mão as montadas dos irmãos, três cavalos ricamente aparelhados. Mais dois eram conduzidos para a Duquesa, ostentando um deles sobre gualdrapa de veludo negro, um cilhão de ouro, gravado a buril, e meio relevo com diversas figuras, e outras obras de delicado primor.

Seguiam-se os cadeireiros e liteireiros, um trombeta

com libré, os timbaleiros e mais outros trombetas, duzentos soldados de libré verde com ligas e bandas da mesma cor, vinte e quatro moços da câmara, oito moços do guarda-roupa, oito moços-fidalgos, porteiros da câmara do Duque e da Duquesa, seis músicos da câmara, seis porteiros da cana, vinte e quatro moços de estribeira, vinte e quatro homens da guarda do Duque com o seu tambor, comandados pelo capitão Francisco Serrão da Veiga. Ali seguiam na sua altura, quarenta fidalgos e comendadores da Casa de Bragança, todos os criados em coches, liteiras ou a cavalo. E mais de duzentos cavaleiros e pessoas das suas famílias iam na comitiva que, aumentando constantemente, antes de chegar às portas de Elvas, já era constituída por mais de oitocentas pessoas em trajes de gala.

A menos de uma légua da cidade, os três irmãos saíram do coche e montaram nos seus cavalos, sendo esperados pelo magistrado, justiça e nobreza da terra, que vinham recebê-los com perto de trezentos homens de cavalo e vários coches, exibindo-se danças e folguedos, mostrando o povo o seu regozijo por aquele tão desejado desposório.

A seu tempo, para o dever de saudar o Duque, aparecia o bispo da Diocese, D. Sebastião de Matos Noronha, e aproximavam-se os seus sobrinhos com vistoso acompanhamento, encaminhando-se todos para o paço episcopal, onde o Duque e seus irmãos iam receber condigna aposentadoria.

Então, logo partia o fidalgo D. António de Melo, agora estribeiro-mor, com um recado do Duque para a Duquesa, a saber como passara na jornada.

No dia seguinte de tarde, com três coches de criados, dirige-se D. Duarte a Badajoz, a fim de fazer à Duquesa, sua cunhada, a visita de grande cerimónia.

Antes que chegasse à cidade, saiu a encontrá-lo o conde de Niebla com seu aparato de embaixador, e depois de trocadas as saudações em tal acto requeridas, seguiram ambos para a casa nobre onde a Duquesa fora hospedada. D. Duarte, depois de saudar com grandes mostras de afecto e respeito a duquesa de Bragança, demorou-se apenas meia hora na visita. Com a pressa que pôde, re-

gressou a Elvas onde o duque esperaria, alvoroçado, as notícias e impressões colhidas por seu irmão e amigo.

No outro dia de manhã, 12 de Janeiro, os noivos começaram a andar um para o outro em direcção à ponte do Caia, e ali perto se encontrou a numerosa corte do Duque com a comitiva que de Espanha trazia a Duquesa.

Pela primeira vez então se viram aquele marido e aquela mulher, decerto com surpresa de um e outra, pois nunca as informações nem os retratos se conformam a rigor com os originais da natureza...

E nesse perigoso e decisivo instante, *feitas aquelas cortezias a que o respeito obriga*, sussurravam os comentários da confluência dos fidalgos espanhóis com os portugueses, contentes de tão feliz encontro. Na famosa carroça de Roma em que vinha a duquesa D. Luísa, já vestida para a cerimónia das bençãos, tomou assento o duque de Bragança, ficando na sua frente D. Duarte e o conde de Niebla, indo à estribeira direita D. Alexandre. Dirigindo-se para Elvas, caminharam debaixo de abundantes aguaceiros, aceitando-os todos como sinal de bom agoiro para a felicidade do himeneu, segundo a velha crença portuguesa.

BENÇÃOS E FESTAS EM ELVAS

Chegando ao adro da Sé catedral onde solenemente iam receber as bençãos nupciais, a Duquesa, saindo do coche, foi levada na cadeira de mãos por quatro moços da câmara do Duque, até à porta principal do templo. Então, libertando-se do *bohéme* que lhe cobria os ombros, saia em corpo da cadeira para ir receber a água benta da mão do bispo. Entrando todos na igreja,a duquesa tomara o braço de D. Duarte, levando a cauda da cota a camareira-mor e assim foram subindo os tramos da nave manuelina que o génio de Francisco Arruda erguera, havia mais de um século.

Rompia majestosamente a música dos orgãos, ressoa-

vam nas abóbadas as charamelas e atabales, enquanto os duques ajoelhavam sobre ricas almofadas no supedâneo do altar, para comungar da mão do deão da Capela Ducal.

Logo depois, o bispo D. Sebastião, revestido de rutilante pluvial, solenemente ratificava o matrimónio, lançando aos Noivos as bençãos do sacramento.

Nos orgãos e no coro, começaram a erguer-se acordes gratulatórios, composições ensaiadas a primor para tão sumptuosa cerimónia, com papéis expressamente feitos ao intento, por algum mestre do Colégio dos Reis de Vila Viçosa.

A saída da galilé, emoldurados pelas arcaturas do portal redondo da igreja, os duques de Bragança apareciam ao alto, descendo os degraus no esplendor da sua felicidade e das suas galas, enquanto todos os sinos, desde o grande ao mais pequeno, iam proclamando aos ceus a alegria dos desposados e seus familiares, os votos da cidade e do povo dela.

Agora, unidos para sempre um ao outro, sem mais intermediários ou negociadores, o Duque, de seu feitio prazenteiro, sorria abertamente às aclamações dos fidalgos e do povo, que a Duquesa também ia agradecendo com discrição e modéstia, enquanto era levada de mão por seu marido, até à cadeirinha em que viera.

O duque trajava de tabi anogueirado raso, com passamanes de ouro, de grande altura, saindo deles largos ramos volteados, bordados de ouro e pérolas; todo o outro campo do vestido se recobria de enlaçados com aplicações de pérolas, entremeando-se de ramos em forma de flores de lis, feitas de chaparia de ouro. O ferragoulo estava forrado do mesmo tabi de flores; eram de ouro os cento e vinte botões do vestuário, em que se engastavam grandes rubis e diamantes, acompanhados de quatro pérolas de ornato. Este fato recobria-se de dezoito mil pérolas, muitas delas de mais de vinte cruzados, e as mangas do gibão eram de bordados tão espessos que pareciam chapas de ouro. De prata e ouro eram tauxiadas a espada e a adaga assim como o reluzento cinto. Ao pescoço, levava o colar de pérolas e rubis, estimado por oitenta mil escudos de ouro,

o mesmo que El-Rei D. Manuel dera ao duque D. Jaime, seu trisavô. Cobria-se com chapéu negro, enfeitado com cintilho semelhante ao colar, e dele se erguia uma pluma de quase meio palmo de rubis, a pouca distância de vistosas plumas brancas; as meias, ligas e rosas eram brancas, cobertas de pontilha de ouro, calçando sapatos pretos com cintilantes fivelas.

A Duquesa caminhava com solene dignidade, vestida de cota inteira com quatro mangas; as caidas, de pontas cortadas a modo de triângulo, eram abertas e forradas de tabi de prata de flores, aqui e além tomadas com uma jóia de diamantes.

A cota era verde, bordada de laços de flores e ramos de prata e ouro, tão apertados que mal se descobria a cor do pano.

Suspendia-se do pescoço uma banda verde, tecida de ouro e prata, enriquecida com uma valiosa jóia de diamantes.

A volta e *alça-cuello* eram à moda castelhana; os cabelos iam toucados de rosas verdes com pontilhas de ouro e prata; ao ombro, levava o vistoso *bohéme* de cor da cota; o chapéu era branco, coberto de pontas de rendas de ouro e plumas brancas, parecendo que em tão magnificente indumentária, predominavam as cores verde e branca, por bem agoirado simbolismo.

D. Duarte e D. Alexandre caminhavam gravemente atrás dos noivos; um, vestido de lhama anogueirada, com bordados ricos e jóias históricas; outro, de riço verde com aplicações preciosas, ostentando o colar da Ordem de Cristo, guarnecido de diamantes, e a espada de ouro, também ornada de diamantes, com que fora armado cavaleiro seu bisavô, o infante D. Duarte.

Com os outros assistentes e convidados, dirigiram-se para o paço do Bispo, caminhando sempre o Duque junto à vidraça da cadeirinha em que levavam a Duquesa.

O prelado mandara preparar um opulento banquete, em tudo digno de comensais de tal qualidade e em dia tão festivo e solene.

Sentaram-se os duques à mesa e por sua ordem os fidal-

BIBLIOTECA NAC

D. SEBASTIÃO DE MATOS NORONHA
Bispo de Elvas e Arcebispo de Braga
Galeria do Paço Arquiepiscopal de Braga

(Fot. *António de Carvalho*)

ELVAS — *Antigo Paço Episcopal*

gos das duas comitivas, em frente de abundantíssimas e finas iguarias, em que os convivas de honra, segundo parece, apenas tocaram por cerimónia.

Pouco se demoraram os duques de Bragança na residência episcopal, talvez com a razão ou pretexto de ser tarde e terem de fazer a jornada para Vila Viçosa.

Os cronistas do tempo deixam perceber naquele momento, grave desinteligência entre o Duque e o bispo de Elvas, mas não se descobre a verdadeira causa de tal descontentamento, provocado por orgulho ou por despeito de D. Sebastião de Matos Noronha.

Para obsequiar o prelado e de algum modo corresponder à generosidade daquela pompa, a magnanimidade do Duque quís deixar a lembrança de um colar da valia de sessenta mil cruzados, *porque os Duques isentando-se da hospedagem, pretenderão antes pagalla, que merecella* (26).

O bispo de Elvas recusou receber dádiva de tanto preço, contentando-se com os aplausos da sua própria altivez, com a vaidade de que se sustentassem *muitas familias pelo espaço de outo dias com os sobejos da mesa* (27).

Narrando o episódio da oferta e da recusa do presente, Cadornega pretende envolver o oferecimento do duque em astucioso disfarce: deixava o colar ao bispo para ele o guardar até que lho pedisse, em vista de recear perdê-lo ou que os ladrões lho roubassem de noite na viagem que iam fazer para Vila Viçosa. Fácil foi ao bispo responder com prontidão, desfazendo tal pretexto, visto no seu paço certo seria ficar a jóia ainda em maior perigo (28).

Neste surdo conflito se pretendeu depois filiar o procedimento de D. Sebastião de Matos Noronha, já então arcebispo de Braga, ao chefiar a conspiração urdida contra D. João IV, em 1641.

Por agora, não é possível conhecer as determinantes que mais tarde haviam de levar o arcebispo a abraçar com tanta decisão e perigo, o partido de Castela contra Portugal, felizmente restaurado em seu legítimo Rei.

A CAMINHO DE VILA VIÇOSA

Dando-se por findo o banquete e terminados os agradecimentos, pouco antes da noite se pôs o cortejo a andar para Vila Viçosa pelo caminho mais curto.

Pela ordem que foi possível em dia tão chuvoso, com toda a carriagem, coches e cargas da recâmara da Duquesa, seguiu-se pelo velho carreiro de Silados e São Romão, entre tochas e lanternões de campo, erguidos nas mãos dos moços de serviço. Veio a subir-se, alta noite, o Vale Viçoso, passando aos Capuchos, para entrar nas muralhas da vila pela porta da Esperança, entre o convento do mesmo nome à esquerda, e o Castelo à direita.

Em a nave desta igreja sepultadas, as cinzas das duquesas D. Isabel e sua nora D. Leonor de Mendoza y Guzman, deveriam estremecer com o estrondo da artilharia da fortaleza e com as cargas de mosquetaria, disparadas por dois mil arcabuzeiros das ordenanças de Vila Viçosa e Borba, comandados por velhos capitães da Flandres. O cortejo, agora engrossado com as famílias fidalgas da vila, no meio do povo em delírio de contentamento, avançava com lentidão nas ruas molhadas, enquanto repicavam os sinos das igrejas e dos conventos, ressoavam estridulas trombetas, atabales, clarins e tambores; improvisavam-se bailes, soltavam-se gracejos sobre os rumores da multidão jubilosa e anelante, ouvindo-se cantar por entre confuso ruído, algumas redondilhas de boa intenção poética:

Viva, viva o nosso Duque!
Viva elle muitos annos:
Que nos tirou a Duquesa
Do poder dos Castelhanos (29).

Deste festivo alvoroço deveria depois repetir-se o eco nas estrofes do *Templo da Memoria*, do poeta Manuel de Galhegos:

E como as aves quando sahe a Aurora
Dizem cantando que he chegado o dia,
Assi o doce clarim com voz sonora

Que chega Luisa ao ceo dizia.
Quebram-se os sinos; & com som tronante
Fumo o Castello exhala cintilante.

Diluvios pellos ares desatados,
Vibrava a Lua com chuvoso eclipce.
Vinhão queixosos todos, & admirados
De ver escura noite tão felice.
Mas quando da Duquesa os olhos vião
Cuidavão que as estrellas lhe fugião.

(Est. 151 e 152)

O cortejo, a avançar pomposamente, ia penetrando no Rossio, passava pela rua do Cambaia, adro de São Bartolomeu, Corredoura, com todas as janelas guarnecidas de colgaduras.

Entre velas e archotes, vai-se aproximando do Campo do Paço, em cuja fachada estavam ardendo duzentas tochas e muitas luminárias festivas que para longe afastavam as tristes sombras de vinte anos, enquanto das salas e das janelas estiveram ausentes as graças e sorrisos de senhora, que fosse duquesa de Bragança.

Como dedicados familiares, desciam a receber os desposados, o bispo da Guarda, D. Frei Lopo, sua mãe, D. Isabel Pereira de Vasconcelos, D. Filipa de Brito e outras damas que beijavam com honra e afecto a mão da nova duquesa, ao entrar no seu lar.

Pelo braço de D. Duarte e de mão dada a seu marido, D. Luísa ia subir a escadaria do Paço, defrontando no primeiro lanço a grande memória da conquista de Azamor, enquanto D. Alexandre, curvando-se a cada degrau, lhe tomava a cota da frente do vestido para não se embaraçarem os pés, sustendo a cota da cauda a camareira D. Filipa de Brito. À entrada da primeira sala, erguia-se a Cruz Metropolitana de Évora, e ao lado, vestido de ricos paramentos, o arcebispo D. José de Melo, amigo e parente do duque, e que poucas semanas viveria. Feitas as reverências e cortesias devidas às dignidades de tais pessoas e de tão ditoso momento, o velho prelado acompanhava os duque à sua câmara nobre no Paço Velho

de D. Jaime, onde, por mais de um século, se tinham aposentado as duquesas D. Isabel, D. Leonor de Guzman, a Senhora D. Catarina e sua nora, D. Ana de Velasco, mãe do duque D. João II ([30]).

Cerimoniosamente, alguns momentos apenas se deteve o Arcebispo na câmara nupcial, quando já era madrugada, ali deixando finalmente os duques de Bragança, um rapaz de vinte e oito e uma rapariga de dezanove anos.

Então, D. Filipa de Brito que servia de camareira, discretamente mandava correr o reposteiro...

HONRAS E SOLENIDADES

Na manhã seguinte, iam começar as demonstrações de regozijo e maior aparato que dariam honra e celebridade a tão desejado e venturoso acontecimento, a respeito do qual duas obras principais se viriam a escrever: uma crónica palaciana, *Epitome das Festas que se fizeram no casamento, &*, e um poema epitalámico, *Templo da Memoria, &* ([31]).

Acompanhado de seus irmãos e do conde de Niebla, seu cunhado e hóspede, o Duque, para honrar as suas bodas e dar satisfação ao povo, vinha comer em público numa sala bem armada de colgaduras e toda alcatifada, com a mesa posta debaixo de um dossel de veludo carmezim. Defronte, viam-se dois grandes aparadores com seis degraus, guarnecidos de numerosas e ricas peças de prata. À mesa do banquete, os senhores eram acompanhados pelo bispo da Guarda e por D. Fernando de Melo, ficando da parte da direita, todos descobertos, os fidalgos da Casa do Duque e os gentis-homens espanhóis da comitiva da Duquesa. Começaram então a entrar os oficiais e servidores do Paço, os porteiros da cana e da maça com as suas insígnias, os arautos e passavantes, vestindo cotas de raso encarnado e branco com os Castelos e Quinas de Portugal, o veador do Duque e o mantieiro com o gomil e o prato, com que, depois das devidas

cortesias, o trinchante iria dar água às mãos dos comensais. Acompanhados por soldados da guarda do Duque, vieram chegando à sala e começaram a servir-se os mais raros e finos manjares de que se haviam feito símbolos de fantasia culinária, figuras de animais, aves e peixes. Para saudar o festim, o castelo da Vila salvava com toda a sua artilharia, ouvindo-se então ressoar as trombetas, charamelas e atabales, repetindo-se a refeição e as cerimónias em dias sucessivos, no meio do regozijo popular.

De tarde, corriam-se toiros no Campo do Paço, e à noite, reapareciam as iluminação que tanto alegravam a vila, folias e diversos jogos de destreza, além de duas grandes naus de fogo de artifício, em que se exibiram com ruidoso exito, *galantes invenções*. No segundo dia, que eram 14 de Janeiro, o Duque mandava a sua mulher um presente de peças e jóias de rubis, diamantes e pérolas de grande arte e valia. Gostosamente já enfeitada com algumas delas, vestida com uma cota de tabi anogueirado e flores de prata, a Duquesa dirigia-se para a Capela, ajoelhando na sua tribuna, acompanhada da camareira-mor e das suas damas de honor.

Na tribuna fronteira, vinham assistir ao divino ofício o duque com o conde de Niebla e seus dois irmãos, D. Duarte e D. Alexandre, o arcebispo de Évora e o bispo da Guarda.

Enquanto se rezava a missa, cantava a capela o *Te Deum Laudamus*, entoando-se depois jubilosos vilancicos, especialmente endereçados à nova duquesa, os quais se repetiram e renovaram, durante os outros dias das festas.

Pela tarde, assistia-se às carreiras e manejos de cavalos pelo mestre António Galvão, um dos estribeiros do Duque, que mostraria prendas de incrível destreza e audaciosa agilidade na arte da Cavalaria: levantava do chão um lenço, enquanto corria a toda a brida; com o cavalo a galope, saltava para a sela, voltando-se e erguendo-se de pé com a mesma agilidade; e por fim, com mestria, obrigava o cavalo a pôr as ancas no chão, quando quís parar diante dos duques, em especial cortesia.

Depois, representava-se no Terreiro uma comédia pú-

blica em teatro ali armado, para diversão e recreio do povo. Das bandas do Castelo, continuavam a ouvir-se repetidas surriadas da artilharia, a que no campo próximo respondiam centenas de arcabuzeiros, de dia e de noite, com permanente e regalada satisfação.

Lá do arrabalde de São João do Carrascal, começaria a mover-se confusamente uma grande encamisada, em que tomavam parte D. Duarte e D. Alexandre, vendo-se em tal cortejo carros enfeitados, cavalos, mulas, danças, músicas, com que o delirio popular se ia expandindo a caminho do Paço. Sendo admirada e ruidosamente aplaudida por todo aquele concurso de gente, a funçanata foi percorrer diversas ruas da vila, com o mesmo aparato rico que mais realçava ainda a sua intenção burlesca.

Pelos outros dias e noites se repetiram os divertimentos: touradas a cavalo, com fidalgos mui destros, comédia no serão do Paço, caçadas no grande couto da Tapada, em honra do conde de Niebla, jogo de canas reais, dividido em duas quadrilhas, ostentando os cavaleiros várias figurações em suas adargas com as letras das respectivas empresas em latim, à maneira do antigo torneio.

As festas só acabariam no dia 20, quando o conde de Niebla já era chamado de Salúcar de Barrameda, em nome do duque, seu pai.

Na despedida, foram acompanhá-lo à Tapada o duque de Bragança e seus dois irmãos D. Duarte e D. Alexandre. Do Paço já também se haviam ausentado o arcebispo de Évora e o bispo da Guarda.

De tantos convidados e assistentes, na residência ducal ficava agora apenas o marquês de Ferreira, o mais digno parente, e também o mais leal e constante amigo da Casa de Bragança.

D. Luísa de Gusmão viera de Castela para ser o inculpável instrumento da captação do duque de Bragança e da absorção de Portugal, conforme os desígnios políticos do conde-duque de Olivares, ao serviço da grandeza e glória de Filipe IV.

Agora iremos ver como D. Luísa, duquesa de Bragança, lhes contralogrou o intento.

NOTAS AO LIVRO TERCEIRO

(1) Philippe avait, en effet, dix ans, quand cet homme à la fois impérieux et souple, arrogant et cautelleux, accaparant ses jeunes confidences, n'ignorant rien des inquiétudes de sa conscience, de son coeur ou de son corps, l'avait définitivement subjugué, pour se camper plus tard entre le faible souverain et cet empire immense, «vingt fois plus grand que l'Empire Romain», qui faisait peur à l'arrière petit-fils de Charles-Quint.

.....

.....

Un des moyens d'exercer son emprise sur Philippe et de s'emparer du pouvoir avait été, pour Olivares, de le pourvoir largement en femmes, et cela dès sa prime jeunesse. D'ailleurs, plus tard, ce fut pour lui un moyen de le soustraire à l'influence de la Reine.

Le Roi, de l'avis de ses contemporains, se souciait peu du rang social de ses «concubines»; aussi «les maux qui suivent ce débordement n'ont pas respecté sa personne, et il en a souffert la plupart de ceux qui tournent en une si longue amertume le plaisir d'un moment».Le Roi était loin de posséder toutes les vertus de son père, cette chasteté, en particulier, qui faisait passer Philippe III pour un saint aux yeux de ses contemporains. Sa piété n'en était pas moins sincére et fervente, et, comme tout bon Espagnol, il s'adressait plutôt aux saints qu'a Dieu Lui-même. L'Espagne est le pays de l'intercession...

RENÉ BOUVIER, *Philippe IV et Marie d'Agreda. Confidences Royales.* Paris, 1393, págs. 31, 38 e 39.

(2) *Historia General de España*, por el Padre Mariana, &, cont. Madrid, 1850, tomo IV, págs. 38 e segs.

(3) Já em tempos mais antigos, reinando Filipe II, a imora-

lidade da corte espanhola inspirava a André Falcão de Resende o seguinte soneto:

¿Que se haze en Madrid? Gastar dinero
En convites, en juegos, en amores.
¿Quien tiene de las damas más favores?
Aquel que más ducados dá primero.

Volviose Amor en mercader logrero,
En ganancia ha puesto sus primores,
¿A quien dió el arco, á quien los pasadores?
Al interés, su nuevo compañero.

No valdrán ya suspiros, ni canciones,
Lagrimas, ni requiebros, ni paseos,
Velando y lamentando en noche oscura:

Quedarse han en blanco los deseos,
Que solo á los reales y doblones
Se rinde ahora Amor, y aun la ventura.

Catálogo Razonado, &, de Domingos Garcia Peres. Madrid, 1890, pág. 161.

(4) *Obras completas de Don Francisco Quevedo Villegas — Obras en prosa*. Madrid, 1941, págs. 15 e segs. *Vida de la corte y oficios entretenidos de ella*.

(5) *Biblioteca Lusitana*, s. v.; *Arte de galantaria*. Lisboa, por João da Costa, 1670; nova edição, por António Craesbeeck de Mello, 1683; trad. e ed. de vulgarização, por Joaquim Ferreira. Porto, 1943. Embora a primeira impressão já fosse póstuma, nada impedia que os preceitos e os juízos do Autor circulassem manuscritos nos meios palacianos da Espanha e de Portugal.

(6) G. Marañon, *El Conde-Duque de Olivares*, (La Pasion de Mandar). Madrid, 1936, págs. 425 e segs.

(7) *Práctica a ElRei Filipe III, Nosso Senhor na entrada que fez em Lisboa dia de S. Pedro do anno de 1619*. Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1619; *Discursos Varios Politicos, por Manuel Severim de Faria, chantre, & conego na Santa Sé de Evora*. Em Évora impressos por Manoel Carvalho, impressor da Universidade. Anno 1624.

(8) *Hist. Gen.*, VII, págs. 10 e segs.; Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª ed., vol. I, pág. 442. Aí se transcreve o seguinte retrato físico e moral de D. Francisco de Melo:

«Pauvre, ambitieux, il avait quitté l'antichambre de son cousin en disgrâce (le duc de Bragance) pour se donner au primier ministre de Philippe IV, dont il su gagner et conserver la faveur. La carrière de la politique active s'ouvrit devant lui; il en parcourut rapidement

les degrés et s'acquitta heureusement de missions difficiles á Vienne, à Gênes, à Ratisbonne, en Sicile. C'etait un homme d'une quarentaine d'années, trapu, les cheveux touffus, le visage noir, d'aspect trés meridional. Intelligent, adroit, energique, diplomate consommé, administrateur habile, il n'avait ni experience de la guerre, ni connaissances professionelles quand il reçut, avec le titre de gouverneur des Pays-Bas et de Bourgogne, le grade de capitaine général et le commandement d'une armée. La fortune sourit à ses débuts; il créa des ressources, rétablit un peu d'ordre dans le finances et entra en campagne en 1642 avec une armée bien pourvue, à laquelle il sut donner une bonne direction générale».

Duc d'Aumale, *Histoire des Princes de Condé*, vol. IV, pág. 29.

(*) No ms. E, 5-7, da Biblioteca Nacional de Lisboa, encontra-se um traslado da carta de D. Francisco de Melo, cujo original estava na mão de D. José Barbosa.

Presentemente, por amável cedência do investigador Angelo Pereira, está em poder do autor esse próprio original, de que no texto se faz transcrição completa.

Servindo-se do manuscrito da Biblioteca Nacional, Ramos Coelho na *Historia do Infante D. Duarte, &*, tomo I, págs. 118 e segs., deixou passar certas inexactidões, umas já escritas na cópia, outras pela sua errada leitura desta, como por exemplo: *o ponto*, por *o penso; desoito annos de idade*, por *desoito anos; Marquez de Estre* (cópia) e *marquez de Estré* (Ramos Coelho) por *Marquez d'Este*, segundo julgo.

O patriarca que Ramos Coelho supõe designar o conde-duque de Olivares, é Alonso Pérez de Guzman, prelado espanhol, nascido em Sevilha ou em Sanlúcar de Barrameda em 1594, e falecido em Madrid em 1670. Era o terceiro filho do 7.º duque de Medina Sidónia, D. Alonso Pérez de Guzman e de sua esposa, D. Ana da Silva y Mendoza, e, portanto, tio paterno de D. Luísa de Gusmão. Destinando-se à carreira eclesiástica, foi cónego e tesoureiro da catedral de Toledo. Em 1629, dão-lhe os títulos de patriarca das Indias e arcebispo de Tiro.

Enciclopédia Universal Ilustrada (ed. Espasa), tomo 43, pág. 680; Manso de Lima, *Familias de Portugal*, (ed. dact.), tomo XII, pág. 347; A. Fernandez de los Rios, *M. Mision en Portugal, &*, págs. 84 e segs.

O marquês d'Este deve ser Carlos Felisberto (1571-1652), general dos homens de armas do Estado de Milão e do conselho de Estado de Filipe IV. *(Hist. Gen.*, tomo III, pág. 348).

O duque de Modena desta época era Afonso d'Este (1591-1644), casado com a princesa Isabel de Saboia, filha do duque Carlos Manuel. A noiva pretendida por D. Teodósio II para seu filho, a fim de evitar as alianças com famílias espanholas, seria então uma prima italiana, a princesa Catarina d'Este, nascida em 1612 e que em 1630 completava 18 anos. Morreu religiosa em Espanha, por 1644.

Hist. Gen., tomo III, pág. 332; I. de Vilhena Barbosa, *As Cidades e Vilas de Portugal que teem brasão de armas*, vol. III, págs. 173-174.

(10) Diogo Ferreira de Figueiroa, *Epitome das festas que se fizeram no casamento de D. João o II Duque de Bragança, com a senhora D. Luisa Francisca de Gusmão, &.* Évora, por Manuel Carvalho, 1633.

(11) O duque D. Jaime resistira à sugestão de El-Rei D. João III para que desse a sua filha D. Isabel, destinada para casar com o infante D. Duarte, uma das vilas do ducado de Bragança. Por esta recusa, não se realizara o casamento em vida de D. Jaime. Após a sua morte, o duque D. Teodósio I decidiu dotar sua irmã com a vila de Guimarães, suas rendas, assentamentos, senhorios, além de outros bens de vária natureza e proveniência.

A doação foi condicionada à reversão do ducado de Guimarães para a Casa de Bragança, se não houvesse descendência deste consórcio (1536).

Falecendo D. Isabel, por doação dela vinha a suceder no ducado o seu filho D. Duarte, duque de Guimarães (1541-1576), conforme as estipulações ante-nupciais; mas, por morte deste, *a Coroa se meteo de posse desta Villa, e de suas rendas, havendo vivos descendentes dos ditos Infantes.* Reinava El-Rei D. Sebastião (1576). Com a usurpação castelhana, usurpado permaneceria pela Coroa o ducado de Guimarães, até que D. Teodósio II obteve o necessário Alvará para promover a declaração judicial do respectivo direito, suas rendas e honras (23 de Abril de 1602). Mas o processo não teve andamento em sua vida. O duqueD. João II consegue agora alcançar outro Alvará de confirmação do que fora passado a seu pai (8 de Maio de 1638), autorizando-o a começar a demanda com a Coroa para reivindicação da posse. Mas, a menos de um mês daquela data (4 de Junho seguinte), já Filipe IV fazia espontânea doação do ducado de Guimarães, com palavras de grande estilo de simpatia. Era mais um ardil para ilaquar o duque D. João II...

Hist. Gen., tomo III, págs. 425-429; P. II, págs. 605-608.

(12) *Tacito Portuguez*, cit., págs. 27-28.

(13) *Hist. Gen.*, tomo I, págs. 33 e segs.; Frederico Francisco de la Figanière, *Memorias das Rainhas de Portugal*, Lisboa, 1859, págs. 1 e segs.

(14) *Hist. Gen.*, tomo I, págs. 170 e segs.; D. José Barbosa, *Catálogo das Rainhas de Portugal*, págs. 247 e segs.; Figaniére, ob. cit., págs. 105 e segs.; Francisco da Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal*, vol. I, págs. 145 e segs.; Aires de Sá, *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. VIII, 1927, págs. 132 e segs.

(15) Diogo Ferreira de Figueiroa, *Epitome das festas, &*, cit. fól. 2.

(16) Rebelo da Silva, *História de Portugal*, tomo III, págs.

489-496. (Transc. de *Curia española, &*, documento do *Bristish Museum*. A informação respeita a 1615).

(17) *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 12 e segs.; P. VI, págs. 709 e segs.

(18) *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 14 e segs.

(19) Luciano Cordeiro, *A Senhora Duquesa*, págs. 344 e segs.

(20) *Tacito Portuguez*, pág. 24; *Hist. Gen.*, tomo XII, parte 2.ª, pág. 870; P. IV, pág. 600.

(21) *Hist. Gen.*, tomo VII, pág. 246.

(22) «Por licitas cauzas se dilatou o desejado casamento, nos vagarosos meses do passado anno, em os quaes prevenindo-se à pontualidade dos bem advertidos ministros do Duque nosso senhor: com a prestreza do agil filho de Maya a quem nesta occazião com o Caduceo se furtarão todos os petrechos de sua velocidade. O primeiro dia deste Janeiro de 1633, chegou a dar os bõs principios do anno a esta Corte hum próprio, affirmando que de San Lucar partia a Senhora Duqueza a seguinte segunda feira do mesmo mes».

Diogo Ferreira Figueiroa, *Epitome*, cit. fol. 2, v.

(23) «Dia de Reys com velós pressa chegou hũ proprio cõ a felicissima nova de ser já partida de Sanlucar a senhora Duqueza, & suposto que chegou a deshora por ser entre as onze, & meya noute, como para o amor que a benigna afabilidade do Duque tẽ adquirido de todos seus vassalos, não ha deshora para desvelarem a festejar felicidade suas, dãdose do passo sinal cõ hũa horrizona trombeta bastarda, sayo a campo o alvoroço de todos principiado, & proseguido até quazi de madrugada, no alegre tocar dos sinos, & atambores antes que rõcos, & temerozos contentes, & festivais, & entre mil vivas, & emboras que se davão à vinda da Senhora Duqueza, deceo ao cãpo dos passos hũa manga de arcabuzeiros q. gastando muitas cargas em provocarẽ a salva do Castello, alcançarão viesse a rõper em hũ tão estupenda de artilharia q. pudera ser efficaz instrumẽto de temor se não fora traçada para effeitos de alegria.

Figueiroa, *ibidem*, fól. 9.

(24) «O primeiro personagem q. chegou a esta corte aos 2 de Janeiro foi o Bispo da Guarda, particular obrigado desta casa, cõ 30 criados, coches, & liteira, e mais estado licito a hũ prelado tão grande».

Figueiroa, *ibidem*, fól. 9.

Em 30 de Novembro de 1634, este Bispo reuniria um sinodo diocesano, no qual se decidia defender e jurar a Imaculada Conceição da Virgem Maria, antes que outro qualquer prelado português o fizesse. O facto deve ter tido influência na futura resolução de D. João IV.

Vid. José Osório da G. e Castro, *Diocese e districto da Guarda*. Porto, 1902, págs. 443 e segs.

(25) As informações relativas aos cortejos, vestuários e festas

são colhidas do *Epitome*, de Diogo F. Figueiroa e da *Hist. Gen.*, vol. VII, onde em muitos passos integralmente se transcreve aquela obra, escrita por um autor que foi testemunha dos acontecimentos.

(26) *Hist. Gen.*, tomo VII, pág. 27.

(27) *Bibl. Lusit.*, s. v., tomo III, pág. 680.

(28) (O Duque) «lhe mandou hum colar Aquele perlado por hum moso da camara dizendo que por quanto hera Aquela prenda de valor e elle tomava caminho de noite por tempo chuvoso e escuro que receava se lhe perdece, ou furtacem alguns ladrõis que lhe fizece favor de o ter em seu poder ate que elle o mandasse buscar. O perlado como conheceu o lance e nam quis aseitar dizendo que em sua casa he que elle ficava ariscado Aqueles infortunios. que mais seguro hia com sua Excellencia do que ficava com elle. com o que nam teve lugar aquela bizaria e gratificaçam. mas se nam foi por este estilo agradecido logo dali a poucos dias foi promovido em Arcebispo de Braga. que huma carta do serenissimo Senhor valia e podia muito na corte de Madrid. e quanto queria lhe concedia aquelle catolico rei. pessoas que bem conheciam esta prenda por ser antiga da casa Avaliaram em trinta mil cruzados».

António de Oliveira Cadornega, *Descrição de Vila Viçosa*, cit.

(29) *Memorias de Villa Viçosa, &*, por o padre Joaquim José da Rocha Espanca. Tomo I, P. I. Ms. da Biblioteca da Câmara de Vila Viçosa.

(30) Na viagem que em 1669 Cosme de Médicis fez a Portugal, vinha na comitiva do príncipe o pintor Baldi que desenhou Vila Viçosa, como outras mais terras que foi visitando. Por esse desenho, vê-se que a ala direita do Paço não subia além do primeiro andar, a partir da entrada principal, elevando-se ainda do mesmo lado o corpo manuelino do Paço de D. Jaime. Esse edifício quinhentista, porque estava arruinado ou não satisfaiza às novas exigências de habitação real, foi substituido pela construção que actualmente existe, nos reinados de D. Pedro II e D. João V, tendo sido também este ultimo soberano quem mandou completar a obra da fachada do Paço, como agora se encontra. São do cronista da viagem do príncipe Cosme de Médicis, grão duque da Toscana, as seguintes notas descritivas:

«Il Palazzo é de qualche apparenza, essendo una striscia lunghissima con 24 finestre, e tutto quel che si vede di marmi bianchi: ha quattro porti due nel mezzo, e due nell'estremitá.

«Dovrebbe esser tutto a tre ordini, e con tutto questo a proporzion della lunghezza sarebbe; ora peró questo difetto appare maggiormente perché del terzo ordine non é terminata nemmeno la metá. S. A. non fu a vederlo dentro, ma l'abitazioni non dovrebbe esser molta, vedendosi nelle testate stretissimo».

MEDICEAE PALAT. Cod CXXIII. *Cosmi III M. E. Principis iter per Europam voluminibus II.*

In António de Portugal Faria, *Portugal e Itália*, vol. II. Viagem

do Gran Duque de Toscana a Portugal. 1669, págs. 19-99; *Biblos*, vol. 4.º, 1928, art. de Guido Batelli; *Hist. Gen.*, tomo II, págs. 440 e segs.

([21]) *Epitome das festas que se fizeram no casamento de D. João o II, Duque de Bragança, com a senhora D. Luisa Francisca de Gusmão.* Évora, por Manuel Carvalho. 1633; *Templo da Memoria:* Poema epithalamico nas felicissimas bodas do ex.mo sr. Duque de Bragança e de Barcelos, Marquês de Vila Viçosa, Conde de Ourem...

Lisboa, por Lourenço Craesbeeck. À custa do Duque. 1635.

Actualmente, estes livros são espécies raríssimas com informações preciosas e indispensáveis a quem pretenda conhecer o espírito e os estilos da época a que se referem.

LIVRO QUARTO

DUQUESA E MÃE

LIVRO QUARTO

DUQUESA E MÃE

Mulierem fortem quis inveniet? procul, et de ultimis finibus pretium ejus.

Confidit in ea cor viri sui, et spoliis non indigebit.

Reddet ei bonum, et non malum, omnibus diebus vitae suae.

Fortitudo et decor indumentum ejus...

Lib. Proverbiorum, xxxi, 10, 11, 12, 25

Todo o tempo, que assistio em Vila Viçosa, foy venerada como Oráculo, e tão respeitada do Duque seu marido, que na duvida de aceitar a Coroa, o resolveo com a generosa opinião, e prudente máxima, de que era mais conveniente perigar Rey, que Vassallo.

História Genealógica, vii, 247

DUQUESA E MÃE

PRIMEIRAS NUVENS

Como ficou dito, os três filhos de D. Teodósio II, depois da sua morte, continuavam a viver juntos no Paço Ducal, e nessa situação permaneciam à data do casamento do primogénito e sucessor da Casa, o duque D. João II.

Além de serem amigos, também por esse convivio se cumpriam os desejos do seu falecido pai, bem expressos no testamento.

Ao duque de Barcelos recomendava especialmente o irmão D. Duarte, que fora o seu predilecto: *vos pesso muito que tomeis com muitas veras á vossa conta o seu modo de estado, e vida, e seja como o Senhor, e filho desta Caza.*

Prevendo futuras dificuldades que o conhecimento dos filhos e a experiência humana lhe deixavam pressentir, D. Teodósio cautelosamente acrescentava:

Porem, como vos aveis de cazar, depois de conseguido, se não puder continuar aqui, o podereis por em Souzel, por estar perto pera vos poder ver, e communicar com facilidade; porem sempre vos lembrarey que melhor estais hũs com os outros, que apartados, e a Villa mais authorizada he nossa Caza, e grandeza (1).

Muito inteligente e culto, o filho segundo do duque D. Teodósio tinha sobre o irmão mais velho um grande e efectivo ascendente, mas que havia de conter-se para chegar a desaparecer, logo após o casamento de D. João II com D. Luísa de Gusmão.

Naquela nova vida do solar de Bragança, sem qualquer pessoa de família que ali impusesse respeito, mais afrouxavam na disciplina os hábitos dos três irmãos que já não se distinguiriam por exemplar virtude. Rapazes ricos, com estado e honras de príncipes, livres, cercados de aduladores e de fáceis tentações, por eles o Paço Ducal iria naturalmente perdendo com a lembrança da última sombra de D. Teodósio, a fria austeridade dos anos passados. Mas agora, com a vinda e diário convívio da Duquesa, os dois irmãos solteiros tinham de aceitar uma presença vigilante e, a certos respeitos, importuna. Estava ali a dona da casa, e por ela, dentro das mesmas paredes, deveriam impor-se e acatar-se outras normas de correcção e moralidade, haveriam de coibir-se excessos e desmandos que ùltimamente ninguém lhes repreendia nem atalhava.

A duquesa D. Luísa, unindo-se de corpo e alma ao seu marido, humanamente e cristãmente obedecia ao seu destino neste mundo. Nessa rapariga andaluza, discreta e ardente, acordara o primeiro e único amor da sua vida. Dentro daquele palácio, devotara-se aos seus deveres de esposa e futura mãe, em perfeita tranquilidade de ânimo, após o natural alvoroço e inquietação da sua grande mudança de vida e estado.

Nesses tempos da sua primeira ventura de mulher, não poderia prever nem suspeitar os trabalhos e dores com que haviam de provar os seus sentimentos o tempo e a má fortuna. Eram os dias cor-de-rosa e de oiro, com uma felicidade que prometia durar para sempre, a vida sem sombras, flamas sem cinzas de desilusão.

Para voluntária aceitação dos encargos e sacrifícios da mãe de família, não eram menos exigentes do que os espanhóis os moralistas e teólogos portugueses, desde o doutor João de Barros com o *Espelho de casados* (1540) e os diálogos do já referido *Tempo de Agora*, de Martim

Afonso de Miranda, até ao *Casamento Perfeito*, de Diogo de Paiva de Andrade, que acabava de sair a lume (1630), e a todos se avantajava. Neste livro viria a encontrar-se a réplica portuguesa à obra *La Perfecta Casada*, de Fray Luís de Léon, constituindo um pequeno tratado de advertências e conselhos, para a mais feliz e honesta vida conjugal.

Aí se podiam, e podem, ler graves reflexões reprovadoras da ociosidade, dos enfeites supérfluos, da superabundância das palavras, já que na sentença do velho Demócrito, *o fallar pouco hé ornamento das mulheres* (²).

Nas suas páginas se aconselham a moderação, a prudência, a aceitação das dores e sofrimentos, como coroas de virtude, para melhor proveito e espiritual beleza dos lares cristãos.

A estes conceitos bem ajustada fora a formação moral de D. Luísa de Gusmão, criada em lar e ambiente social de fiel observância católica, para que viesse a ser *perfeita casada, espelho de casadas*, conforme os preceitos da lei de Deus que a Santa Madre Igreja manda cumprir.

Com mocidade, honra e fazenda, para Vila Viçosa trazia as condições materiais e morais de felicidade doméstica; mas também o coração vinha preparado e a consciência formada para viver dias de triste sombra e muito desventurosa adversidade.

Aos dezanove anos, mulher casada, com lúcida consciência dos deveres do estado e na plena posse dos direitos de senhora do seu lar e guardiã dos seus prestígios, também dispunha daquela decisão de carácter e energia de vontade que se afirmariam por duras provas no futuro.

Naquela comunhão de casa e de mesa, logo nos primeiros meses o convívio dos Duques e de seus irmãos era perturbado por um censurável incidente de que iria resultar a incompatibilidade de D. Luísa e de seu cunhado D. Duarte.

A mais antiga informação do caso é-nos dada por D. Francisco Manuel de Melo que, aludindo à desinteligência suscitada pela absorção dos afectos do Duque por sua mulher e em desfavor de seus irmãos, acrescenta:

Desta cauza se originou entre os dous reciproca desconfiança, que dizem muitos foy esforço da suspeyta, que a Duquesa teve, de que Dom Duarte olhava reprehensivelmente sua criada, menor de sua familia: se assim fosse, quem extranhará tão ordinário desconcerto? Passou adiante a desconformidade, e buscando-se-lhe remedio, hum só havia: deyxar Dom Duarte o lado e Caza do Duque (3).

Esta passagem aproveitaram depois diversos historiadores, uns para repetir as palavras, outros para escrever romance de saboroso escândalo sobre as razões do dissídio, as quais também se procuram reduzir à revolta do amor próprio de D. Luísa, recusando-se a obedecer às influências do cunhado, por intermédio do marido.

Parece-nos que não será feita violência à realidade e à lógica, se se filiar a principal, senão única, razão deste conflito na severa austeridade da Duquesa, escandalizada por um condenável atrevimento dentro do seu próprio lar. Fraqueza da condição humana, estava muito nas facilidades e estilos do tempo, e era também vulgar expressão da índole amorosa dos portugueses esse leviano desmando de um rapaz de vinte e oito anos.

É possível que a criada apetecida fosse espanhola, daquelas damas e servidoras que de Sanlúcar acompanharam a Duquesa para Vila Viçosa. Seria arrebatador entusiasmo por fruta nova, de enfeitiçadora tentação...

Não admira que o moço D. Duarte, à semelhança dos maridos *que dão em se torcer para suas criadas*, com imoral desejo por então desrespeitasse a casa de seu irmão e de sua cunhada.

Por isso, D. Francisco Manuel, homem de mulheres e experiente cortesão, hàbilmente interroga, como quem não precisa de resposta: *se assim fosse, quem estranhará tão ordinário desconcerto?*

Como era natural, e muito louvàvelmente, D. Luísa censurou o atrevimento pelo império do seu dever de mulher cristã. Deveria ser pouco desculpável a falta ou abuso cometido, para que o duque D. João se conformasse com as suas consequências, vendo sair do Paço o querido

companheiro de juventude, seguido do outro irmão mais novo, D. Alexandre (4).

Deve notar-se que este foi o primeiro caso sabido em que a Duquesa afirmou vitoriosamente a sua decisão, talvez até sobre os sentimentos do amor fraterno do marido, então a viver no período mais ardente da sua paixão carnal.

Amavam-se totalmente, como se o tálamo ducal houvesse sido o prémio de uma afeição demorada e contida, e não o objecto de ávidas e frias negociações, bem longe dos olhos dos futuros desposados, desses olhos que nunca se tinham visto para se poderem inflamar de desejo.

Os corações, porém, adivinhavam-se a distância, e parece que ardiam de longe, para de algum modo e em curto período, se amarem cegamente...

D. Duarte e D. Alexandre sairam do Paço para ir viver durante algum tempo para a Quinta dos Peixinhos, propriedade de Francisco de Lucena, nas cercanias de Vila Viçosa. E dessa residência de empréstimo partiriam mais tarde para Espanha em romagem de devoção ao santuário de Nossa Senhora de Guadalupe.

Entretanto, não reinaria a paz conjugal por muito tempo no Paço dos Duques, embora se tivesse ausentado a *pedra do familiar escandalo de suas vontades; Dom Duarte se apartou, e se descobrirão logo entre os Duques novas causas de descontentamento* (5).

Apesar da felicidade que lhe trouxeram os encantos de uma esposa dedicada e exemplar, o Duque recaía nos desmandos do amor ilícito, agora adúltero, deixando-se prender e seduzir pelas cómicas que costumavam vir nas *compañias andariegas*, e jamais esquecidas dos caminhos de Vila Viçosa e das delícias dos seus refúgios campestres. Ao duque D. João viera-lhe a saciedade, a monotonia de tantos dias venturosos cansara-lhe a natureza fogosa, obrigando a mulher a sofrer a requeimante amargura do ciúme. Para seu desenfadamento, serviam também as manhãs de caça e o convívio dos antigos companheiros no bosque da Tapada.

Não deixava de entregar-se frequentemente aos seus

estudos de composição e execução da Música Sacra e à organização da respectiva livraria, o que por certo à Duquesa daria menores razões de queixa e desconfiança do que as saídas para passeios a distância, em alegres e furtivas cavalgadas...

FILHOS DE BENÇÃO

A pouco mais de um ano do casamento, pelas quatro horas da tarde do dia 8 de Fevereiro de 1634, vinha à luz do mundo o primogénito dos duques de Bragança.

E a 27 desse mês, com as honras e pompas do estilo da Sereníssima Casa, usados nos baptismos de seu pai e de seus tios, o duque de Barcelos era conduzido pelo velho fidalgo Rui de Sousa à Capela Ducal, aonde ia ser baptizado pelo deão António de Brito de Sousa, recebendo na Sagrada Fonte o nome de Teodósio.

Para padrinho do continuador da Família, fora convidado seu tio paterno, D. Duarte, que para esse fim voltava a entrar no Paço de Vila Viçosa (6).

A honra deste convite e a presença de D. Duarte em tão jubilosa festa, deixam supor que se fora dissipando o antigo ressentimento, ou que, ao menos, se interrompia a frieza das relações familiares, ao calor do entusiasmo e do contentamento pela vinda do novo Herdeiro da Casa. No menino que em boa hora nascera, podiam os Duques aquietar-se a ver e rever enlevadamente o fruto do seu amor; e talvez D. João II pudesse ouvir melhor a voz do seu remorso em presença desse primeiro filho *que com novo, e mais delicioso vinculo, unio as vontades dos Duques seus Pays*. Viera a ser o elo da reconciliação.

Mas todos estes factos não bastaram para conduzir D. Duarte à mudança da resolução de se ausentar para longe de Portugal.

Seguia pouco depois para a corte de Madrid aonde chegou acompanhado de Francisco de Sousa Coutinho, seu aposentador-mor; mas aí não encontrou no Rei o

BIBLIOTECA NA

D. JOÃO II, 8.º DUQUE DE BRAGANÇA

(Fot. *Ed. Portugal*)

VILA VIÇOSA — *Paço Ducal, inacabado*
Ao centro, ergue-se o corpo manuelino do Paço do Reguengo. Desenho do pintor Baldi (1669)

(Fot. *Ed. Portugal*)

acolhimento que esperava e julgava ser devido à grandeza da sua estirpe. De Madrid partiu para a Alemanha, acompanhado de sessenta criados, dirigindo-se à corte do Imperador Fernando II que o acolheu benignamente. Por lá ficou a viver com largueza, pois levara cartas de crédito do Duque seu irmão, para as principais cidades da Alemanha, França e Itália (7).

Ainda voltaria a Portugal em 1638, indo visitar a Vila Viçosa os Duques e sobrinhos com a permanência de alguns dias; e, regressando depois à Alemanha, o imperador a quem dignamente andara servindo na guerra, não hesitaria em mandá-lo prender para o entregar aos espanhóis, após o exito da Restauração. Atormentado com tropelias e suplícios, encerrado no castelo de Milão, aí acabaria por morrer de doença e maus tratos, aos quarenta e quatro anos da sua idade. Viria a ser este irmão de D. João IV a primeira vítima do Resgate de Portugal.

Por este consórcio dos duques de Bragança, projectado com alto interesse político, levado a termo sem amor, negociado sem prévio conhecimento pessoal dos noivos, revelava-se na duquesa D. Luísa a disposição da mais fiel e fecunda genitalidade: um filho dado ou prometido em cada ano que passava. Com sucesso ou insucesso, na sua câmara conjugal, essa mulher ia cumprindo o seu dever de boa mãe portuguesa.

Depois de D. Teodósio, nascido em 8 de Fevereiro de 1634, como já ficou notado, vinham ao mundo D. Ana, em 21 de Janeiro de 1635, para viver poucas horas; D. Joana, em 18 de Setembro de 1636; insucesso em Novembro de 1637 (8); D. Catarina, em 25 de Novembro de 1638; segundo insucesso, provàvelmente, em 1639; D. Manuel, em 6 de Setembro de 1640, com poucos momentos de vida.

Depois da Restauração, ainda nasceriam o infante D. Afonso, depois rei, em 21 de Agosto de 1643, e o infante D. Pedro, o que havia de suceder-lhe na maridança e no trono, em 26 de Abril de 1648 (9).

As mortes prematuras, os abortos, as doenças incuráveis levaram alguns médicos-historiadores à persuasão

de qualquer hereditariedade mórbida, atribuível a um ou a ambos os progenitores (10).

Não nos competindo apreciar os aspectos patológicos das pessoas dos duques de Bragança, a não ser pelos seus efeitos ou consequências, e deixando aos entendidos a difícil tarefa e responsabilidade dos seus diagnósticos retrospectivos, podemos deter-nos a considerar a suficiência da harmonia que habitualmente entrara a reinar no lar de Vila Viçosa. Apesar das passageiras nuvens de justificado ciume de D. Luísa — *Qui non amat, non zelat*, diz Santo Agostinho —, a vida dos esposos ia agora decorrendo em saudável reciprocidade de afectos: D. João e D. Luísa novamente se amavam de alma e coração, com entusiasmo e ardor juvenil.

Sendo verdadeiro o amor, como Camões o suspirou em suas rimas, e tem vindo a ser inùtilmente definido desde os gregos aos poetas romanticos de há um século, é vulgar que esse sentimento alcance a mais íntima comunhão de dois seres humanos que assim se completam.

Despertando faculdades e aptidões ocultas, para reciprocamente as transfundir, ou obliterando as tendências de um para as substituir pelas do outro, bastante diversas, às vezes, o amor sempre tende a fortalecer o homem e a mulher, ainda quando se reconheça depois o predomínio de qualquer deles.

Conhecida e revelada a índole de um e outro dos esposos, é o poder do amor que os funde e transmuda, ao reflectirem-se encantadamente nos filhos, flores de vivo sangue, pedaços de suas próprias almas, que nos olhos lhes abrem, a sorrir e a sonhar, janelas do ceu na terra.

Para a transformação que viria a dar-se no espírito, na disposição, nas legítimas aspirações da Casa de Bragança em sete anos deste novo lar, outras razões poderão ter existido, mas a maior ainda foi esse amor dos pais pelos filhos, único egoismo que não deve ser pecado.

E para medir impulsos de tão humano sentimento, não se exaltam perfeições que o movam, nem se agravam defeitos que o repilam. Amor por amor se justifica, pois que de si e para si mesmo vive, enquanto existe. Nele e por

ele, até as ilusões se convertem em realidade, como agudamente observa o padre António Vieira, ao escrever: *Quem estima vidros, cuidando que são diamantes, diamantes estima, e não vidros; quem ama defeitos, cuidando que são perfeições, perfeições ama e não defeitos...*

Do poder de esse *fogo que arde sem se ver*, e todos sentiram ou devem sentir, já também para sempre falara Santo Agostinho, bispo: *Amor facit unum spiritum de duobus: amor facit idem velle et idem nolle.* São dois com uma só alma, a viver de uma só vontade.

E sobre os efeitos alcançados pelo maior dos sentimentos humanos, viria a depor mais tarde a profunda experiência de Balzac: *L'amour crée dans la femme une femme nouvelle; celle de la veille n'existe plus le lendemain.*

D. Luísa, duquesa de Bragança, nacionalizara-se, definitivamente se aportuguesara, dando sucessivos filhos ao seu marido e ao seu coração. O que não lhe persuadira a ambição de mulher, agora lho impunha o amor de mãe: aquela dirige-se às satisfações da vaidade, o amor materno sublima a vida, aceitando os sacrifícios com serenidade e as dores com sorriso.

Além do natural egoismo familiar, dos estímulos da maternidade por ver engrandecida a Casa na pessoa de seu filho, para a firme adesão de D. Luísa à Causa da Independência poderão também admitir-se o convencimento de sua justiça e até a reacção de defesa contra a desconfiança a seu respeito, por ser espanhola de nascimento e criação. E se algum leitor insatisfeito quiser ir mais longe em conjectura na análise deste processo psicológico, poderá ainda aceitar o movimento de repulsa do papel político que lhe destinaram e que ela, agora, em perfeita consciência e sinceridade de legítimo interesse, era levada a compreender e a repudiar.

Pelos anos que vão seguir-se até ao dia da Restauração, em D. Luísa não se documenta, nem se revela orgulho pessoal, ou directa ambição de engrandecer o seu estado de mulher e de duquesa, o que aliás não era fácil.

Não se descobrem aquelas imoderadas aspirações que

geralmente se lhe atribuem, talvez só por adivinhação ou mal inspirado palpite.

Unindo-se e entregando-se pelo casamento ao destino do marido, por ser *castelhana de São Lucar,* no futuro motejo de Sebastião César de Meneses, não deixaria de vir a tornar-se mestra de patriotismo de portugueses e portuguesas, como a seu tempo se há-de ver e provar.

Por seu carácter e pelas virtudes até agora manifestadas, pela exemplar disciplina da sua vida social, por sua piedade e fervor religioso, a duquesa D. Luísa era bem querida e profundamente respeitada dos nobres e do povo de Vila Viçosa. Assim, pelos prestígios da sua inteligência e firmeza de vontade, não poderia deixar de exercer proveitosa influência no ânimo e na individualidade moral do marido, o duque D. João II.

Se em Portugal já era corrente e de vulgar exemplificação o prolóquio — *De Castela nem vento nem casamento,* neste caso teremos de o corrigir com triunfante excepção: *Mau vento e bom casamento...*

TORMENTOSA NOITE, RISONHA AURORA

Em Janeiro de 1635, os governadores do Reino deixaram de existir em Lisboa. Repetiam-se as desinteligências no conselho de Portugal em Madrid. Em nome de Filipe IV, começara a governar o Reino e suas Conquistas a vice-rainha, duquesa de Mântua.

Vivendo Diogo Soares em Madrid e Miguel de Vasconcelos em Lisboa, com prática eficiência estava montado o sistema da escravização política e fiscal.

Havia anos, às mãos de ingleses, holandeses e persas, inglòriamente se perdera a gloriosa fortaleza de Ormuz, e nela se extinguiram para sempres os bronzeos ecos da voz do comando de Afonso de Albuquerque.

No mesmo tempo, já os holandeses nos tomavam no Brasil a cidade da Baía e seria necessário o mais heróico esforço para a reconquistar.

Com razão e ironia se lastimava na corte de Madrid a lira de um poeta anónimo, talvez Quevedo:

> Los ingleses señor, y los persianos
> han conquistado a Ormuz...
> .....
> .....
> el Brasil, en poder de luteranos;
> temerosas, las islas, sus vecinas;
> .....

Por corsários europeus eram assaltadas as nossas armadas da carreira da Índia, tornando ainda mais pesado o luto dos naufrágios com perdas de vidas e fazenda, na volta do Cabo. Largas e duras sombras vinham toldando os horizontes das terras e dos ceus de Portugal. Os domínios portugueses iam sendo mutilados por fraqueza e abandono, mas também, por bom signo de justiça, começaria a desagregar-se e sem remédio, o velho império de Carlos V.

Quando a duquesa de Mântua entrara em Portugal por Elvas, o duque de Bragança mandara o seu aposentador-mor, Francisco de Sousa Coutinho, àquela cidade fronteiriça, a dar-lhe as boas vindas.

Da prática deste arguto embaixador com o conselheiro da vice-rainha, marquês de La Puebla, resultou malograr-se o intento de um encontro, que aliás o Duque estava ou parecia disposto a aceitar, e por este prévio acordo se evitou qualquer funesto dissabor (11).

A Duquesa não passaria por Vila Viçosa, jornadeando directamente para Évora onde seria recebida com honras e cerimónias oficiais nos dias 18-21 de Dezembro de 1634. Hospedava-se nas casas do conde de Basto. Embora o Cabido da Arqui-diocese, então *sede-vacante*, mandasse repicar os sinos, acender luminárias, organizar procissões e cerimónias devotas, a duquesa de Mântua pouco se deteria a gozar as vaidosas delícias da recepção de Évora. E após rápidas visitas ao Convento de Santa Clara, ao Calvário e ao Colégio da Companhia, recomeçava a viagem para Montemór, a caminho de Lisboa. Os duques de Bra-

gança mantinham-se ausentes no seu Paço de Vila Viçosa, e pelas referências da época, depreende-se que houvera na cidade premeditada reserva, pois nem os fidalgos nem o povo acorreram a prestar aplausos e honras àquela estrangeira que se intitulava vice-rainha de Portugal (12).

*

Por estes anos, após um quarto de século, ia renascendo pelos filhos e filhas dos fidalgos da Casa de Bragança, o florente esplendor da corte de D. Teodósio. Repovoavam-se os salões, as câmaras e os jardins, repetiam-se as festas dos baptizados e vinham à vila ducal os poetas, escritores, frades prègadores, capitães, nobres de Lisboa e da província. Lia-se por então com entusiasmo o insulso poema — *Templo da Memória*, de Manuel de Galhegos, em cujas estrofes, a propósito da grandeza e opulência dos Duques, se ressuscitava a sombra de Nuno Álvares para lhe celebrar as façanhas, com o mesmo intento que já animara Francisco Rodrigues Lobo, a respeito de D. Teodósio: exaltar a Casa de Bragança com honras de Dinastia, elevando-a até às alturas do Trono.

Em saudade e desejo, ali se revigorava o espírito português, abatido por tantas humilhações e violências, e por então começaria a clarear nos espíritos mais viva esperança de Libertação.

Eram os áureos tempos da chamada *Escola de Música de Vila Viçosa*, quando com os estímulos e exemplo do duque D. João II, compunham, regiam ou cantavam João Soares Rebelo, o padre-mestre Francisco Martins, o padre Pedro Vaz Rego, continuando-se na Capela Ducal a cultura e o esplendor dos velhos polifonistas da Sé catedral de Évora (13).

Às festas do ano litúrgico e às outras celebrações religiosas a que davam grande solenidade aqueles e outros músicos, os organistas e os coros dos discípulos do Colégio dos Reis, andavam associados os vilancicos, género mixto de devoção e recreio, em que o povo mais fàcilmente participava, cantando e dançando a sua alegria.

No seu poema-crónica, Manuel de Galhegos era levado a escrever das grandezas e pompas a que assistia:

A música, os altares, o aparato,
Aquella igreja celestial, aquella,
Que com divino, & superior ornato
He de seu nobre Paço Real Capella:
Cãtando hymnos aos ceos, aos ceos abrãda
E ja cantada em varias linguas anda.

Mas a preocupação da Música e as diversões venatórias não absorviam todo o tempo ao duque D. João que aliás não descurava os outros deveres da sua vida de grande senhor de terras e de povos.

Neste ano de 1635, resolve criar a representação dos mesteres de Vila Viçosa: *...ei por bem e me pras que daqui em diante haja nesta Vila doze homens que sirvão de misteres dela, assi como o são em muitos logares deste Reino.* Seguia-se o *Regimento* que os eleitos haviam de seguir no exercício daquela magistratura (14).

E cumprindo os intentos e as disposições testamentárias de D. Teodósio e com aplauso da Duquesa, sempre inclinada às manifestações do culto e piedade, a 14 de Junho de esse ano, o duque D. João II lançava a primeira pedra para a reedificação e engrandecimento da Igreja de Santo Agostinho, ao fundo do Campo do Paço.

Com a Restauração de 1640, as obras viriam a ser suspensas, e só pôde concluir-se o actual panteão dos duques de Bragança na paz dos reinados de D. Pedro II e D. João V, como atrás foi referido.

Pelo mesmo motivo da aclamação e ausência do Duque, até hoje ficariam inacabadas algumas outras obras da vila e também as torres da igreja da Casa Professa da Companhia de Jesus.

Alguma razão existe nas queixas de que pela Restauração do Trono vieram a ganhar todas as terras de Portugal, cidades, vilas e aldeias, e apenas Vila Viçosa a tradicional grandeza perdeu, inocente vítima da sua própria glória...

*

Com o pretexto de visitar e felicitar os recem-casados marqueses de Ferreira, D. Francisco de Melo e D. Joana Pimentel, sua sobrinha, a 8 de Agosto desse ano de 1635, de Vila Viçosa saía para Évora, num coche de veludo carmezim, o duque D. João II, acompanhado por seu irmão D. Alexandre. Foram pernoitar a S. Miguel de Machede, a duas léguas da cidade.

À sua chegada às portas de Évora, festivamente repicaram os sinos da catedral, das igrejas paroquiais e dos conventos, sendo ali esperados por algumas companhias de soldados e pelos ministros da Justiça, quando já vinham no séquito dos visitantes, o marquês de Ferreira, o conde de Vimioso e outros fidalgos principais ([15]).

Oiçamos agora o cronista das festas: «foy recebido com taes aplausos de salvas, touros, danças e luminárias, que claramente lhe prometião o Reyno, e prognosticavão a Coroa: pouzou na Cartuxa, e vindo á Sé a assistir a hũa festa, o Cabido o esperava com pálio que ele modestamente rejeytou contra o exemplo dos Duques seos antepassados, mas não pôde evitar a sua modéstia o ouvir os elogios, que no fim do Sermão lhe deo o nosso P. Gaspar Correa, concluindo com lhe augurar a Coroa, mas acrescentando por desmentir sospeytas — *Coroa de Graça, Coroa da Gloria, ad quam nos perducat Dominus Omnipotens. Amen.*

A Universidade o recebeo em corpo gesto com bedeis, insignias e borlas, á porta da Igreja do Collegio, saudando-o hum dos Doutores com hũa elegante oração; o mesmo lhe fizerão desde as tribunas da Igreja outo engraçadas figuras, que representavão os Duques seos antecessores, e bayxando á Sala da Universidade ouvio gostoso o panegirico, com que celebrou a sua vinda o P. Francisco Freyre. Jantou no nosso refeytorio, e porque o rigor louvavel dos Cartuxos não lhe permitio comer carne nos Claustros do seo Convento, e o dia que jantou com nosco, era de peyxe, disse aos padres com muyta graça, que

VILA VIÇOSA — *Tomada de Azamor*
Pintura a fresco na entrada do Paço

(Fot. *Diário de Notícias*)

BIBLIOTECA NA

VILA VIÇOSA — Sala de Medusa do Paço Ducal. *Chaminé seiscentista*

(Fot. *Sousa Mendes*)

tinha vindo a jejuar a Evora, ao que hum respondeo logo: *Sempre os jejuns são precursores das festas, estas esperamos cedo, porque os jejuns já chegaram.*

De tarde vio em hũa magestosa tragicomedia a portentosa vida de Santo Eustachio, obra do P. Andre Fernandez Confessor depois do Principe D. Theodosio, e do mesmo Duque já Rey, e despedindo-se de Evora, do Collegio, e da Universidade, se retirou á Villaviçoza acompanhado dos corações e saudades de todos. Soube-se em Madrid este sucesso, e pretendeo a inveja, e a malicia alterar o coração del Rey contra o Duque, e contra a Cidade, mas elle como politico, e generoso escreveo ao Marquez de Ferreyra, ao Alcayde mór Conde de Basto, e ao Senado de Evora carinhosas cartas, em que lhes agradecia as honras, e applauzos feytos a seo primo o Duque de Bragança» (16).

Desta viagem faustosa, com numerosos criados e ricas equipagens, resultaria um ensaio de triunfo real nas velhas ruas de Évora que, por ser corte tantas vezes, merecidamente se considerava a segunda cidade do Reino. Por então se revelaram claros indícios do estado de consciência e de aspiração política dos eborenses, podendo dizer-se que por sua calorosa sinceridade, o duque D. João II ali fora prè-aclamado Rei de Portugal. Com tão expressivas demonstrações, o ânimo do Duque deve ter sido fortemente estimulado a entrar no caminho do dever e da efectivação do seu direito. O astucioso expediente do Conde-Duque com as cartas de Filipe IV não alcançaria destituir do seu verdadeiro significado este espontâneo e iniludível plebiscito...

Não se sabe o que haverão respondido ao rei de Castela os leais portugueses destinatários das cartas; mas sinceramente gostariam de ter dito que nada fizeram que lhes pudesse merecer tal reconhecimento...

Assim continuariam a corporizar-se messiânicas aspirações do Povo Português, a avivar-se a crença num resgate necessário, o pressentimento de o ver aproximar-se.

Por nele se reconhecer o único socorro possível contra a injustiça e a opressão do domínio castelhano, para o

duque de Bragança cada vez mais se voltavam os vaticínios, os sonhos e os desejos da libertação colectiva. Sentindo-se já de todo perdida a esperança do regresso de D. Sebastião que só poderia ser visto agora com mais de oitenta anos, tratava-se de adaptar às novas condições a letra e melhor ainda o espírito das velhas profecias, para que tão inconsolável saudade de outro modo se tornasse esperança geradora de certeza ([17]).

REACÇÃO PRECURSORA

O ano de 1637 não iria correr feliz para o lar da Corte de Vila Viçosa. No último dia de Maio, falecia o irmão do Duque, D. Alexandre, com trinta anos de idade, deixando em todos os fidalgos e servidores a sempre viva lembrança da sua boa índole e gentileza.

Filipe IV não dera deferimento ao pedido do duque D. João II para que este seu irmão fosse nomeado arcebispo de Évora, continuando-se naquele sólio a tradição dos prelados da Casa de Bragança. Deu-se muito retardado o despacho régio, e no qual se invocaria para a recusa, um simulado pretexto: a falta do grau de doutor na pessoa de D. Alexandre. Contudo, era sabido que frequentemente se concediam rendosas mitras sem tal exigência. Foi talvez este o primeiro sinal de retraimento e frieza da corte de Madrid para com a Família de Bragança. Nesse Verão, o Duque havia de cair gravemente doente e no Outono iria verificar-se no tálamo ducal o segundo insucesso, como já ficou dito.

A cidade de Évora estaria reservado outro pronunciamento que o rei Filipe já não agradeceria, mas que muito rigorosamente desejariam punir o conde-duque de Olivares e os portugueses castelhanistas que em Madrid o rodeavam. Pelo reflexo que tivera no lar da Família de Bragança e pela ameaça que constituia para o seu maior destino político, a sublevação popular, impetuosa e desor-

denada, conhecida por *Alterações de Evora*, merece aqui algumas reflexões oportunas.

Esses tumultos significaram não só a reacção contra as exacções fiscais, mas também, e muito concretamente, a aspiração da liberdade política de Portugal.

Havia alguns anos que fora decretado o imposto da meia anata; estabelecera-se o monopólio do sal, os recursos do Tesouro Português, transferidos para Madrid, iam custear as despesas das guerras ocasionadas pela desagregação do império filipino, na Flandres e na Itália.

No Oriente e no Brasil, ingleses e holandeses invadiam as águas dos nossos melhores portos; tomavam-se praças e perdiam-se fortalezas gloriosas, enquanto se ia arruinando a navegação e o comércio das especiarias e do açúcar.

Agora, com a elevação do imposto do real de água e sua generalização a todo o Reino, e pelo aumento das antigas sisas, subia de ponto a indignação geral, vindo a explodir em protestos e violências na cidade de Évora, em que especialmente haviam de distinguir-se o Juiz do Povo, Sesinando Rodrigues, e João Barradas, seu escrivão.

Nesse mês de Agosto, o motim não tinha cabeça visível, e as ordens, editais e resoluções, eram publicados em nome do *Manuelinho*, ridículo nome por que ficara conhecido na cidade um inofensivo demente.

Por detrás deste disfarce, manobrava a irrequieta solicitude de alguns clérigos regulares, principalmente os padres jesuítas ([18]).

No seu impetuoso movimento de protesto, o povo de Évora não obedecia aos fidalgos; desrespeitava o arcebispo, embora ele se oferecesse para tomar sobre si os novos encargos tributários; desacatava no pátio do seu solar, o velho conde de Basto, D. Diogo de Castro, antigo governador e vice-rei, de família muito afecta aos Filipes; destruía e incendiava móveis e roupas; apedrejava casas e espancava alguns ministros do serviço público, enquanto vozes dispersas iam aclamando rei o duque de Bragança.

Em anos anteriores, já outras reacções se haviam pro-

duzido contra o domínio castelhano, como a recusa dos regimentos de Lisboa a obedecer ao marquês de San-Germano que de Madrid fora enviado para comandar o exército português (1610), e o *Motim dos Maçarocas*, declarado no Porto em 1628, contra o imposto do linho fiado ([19]).

Mas as *Alterações de Evora* haviam de ter mais alto significado e maiores consequências, ocorridas já noutra atmosfera, com o contágio do exemplo a diversas terras do Alentejo, como Sousel e Crato; depois, o incêndio do protesto propagava-se a Santarém, Tancos, Abrantes, Porto e Viana do Minho, a algumas vilas do Algarve, a Bragança, à Beira.

Desta província do País é o duque D. João II que informa: *Na Serra da Estrela, Guarda e outras partes vai agora o diabo com os lansamentos* ([20]).

Em Vila Viçosa, também o movimento teve a sua repercussão uma noite, com tumultos iniciados pelo rapazio da terra, a que logo o povo se associaria para assaltar a casa do *letrado que tinha os papeis das fintas do real d'água*.

Com dificuldade já ele conseguiu sair da sua morada com a família, para escapar à morte. Então, a casa foi saqueada e incendiada, salvando-se alguns haveres pela generosa e prudente intervenção de Manuel Caldeira de Castro e Jerónimo Valejo, moços do guarda-roupa do Duque e cavaleiros de Cristo, voltando-se depois o furor do povo para os doze eleitos dos mesteres. Saindo da Casa Professa, com Crucifixos nas mãos, acudiram ao alvoroço dois padres da Companhia, a pedir aos amotinados que se aquietassem; mas mal conseguiram moderar o ímpeto da vingança popular. Não podendo o Duque sair à rua nessa noite por estar doente de cama, sobre a madrugada apareceram nos lugares da sublevação os seus criados e as justiças da vila, com intimadoras ordens de prender e matar os que persistissem nos tumultos; *e principalmente o que poz o povo d'aquela villa em quietação foi o sair o senhor duque de Barcellos, ainda que de pouca idade posto a cavallo, mostrando-se a toda aquella povoação, que bastou só o verem-no para se tudo aquietar* ([21]).

Não será abusar muito da conjectura, admitir que à duquesa D. Luísa tenha ocorrido o expediente de fazer sair o filho para o meio do alvoroço das ruas, enquanto o marido permanecia enfermo na sua câmara.

De uma janela, com a alma inquieta, veria seguir do Campo do Paço para a vila sublevada o seu filho primogénito, D. Teodósio, duque de Barcelos, que então andava pelos três anos e meio de idade. Assim, a saída desta criança a cavalo, ladeada por fieis servidores, bem pode considerar-se o primeiro acto político da sua vida, curta e fogosa, em que hão-de resplandecer clarões de inteligência e rasgos de bravura, entre flores de virtude.

Como se disse, o Duque estava doente, e com certeza o podemos afirmar contra as denúncias da maledicência, a declará-lo recolhido no Paço, cheio de medo de um povo que era seu e tão fàcilmente se acalmaria à simples presença de um menino, passando a sorrir inocentemente sobre uma sela de veludo.

Motim com graves consequências dentro de Vila Viçosa importaria a perda da autoridade do Duque, a ruina do seu prestígio; mas, se ele estivesse em pé, nem a arruaça chegaria a dar-se ou haveria de cessar nos primeiros instantes. Só assim se explica que ainda durasse pelo espaço de uma noite. E o que mais convinha à sequência dos seus secretos intentos, era abafá-lo, destitui-lo de importância ou valor, para não se poder dizer em Madrid que o Duque, em vez de fiador da disciplina, era provocador de desordens ou incapaz de conter em sossêgo a gente popular das suas terras. Contra a suspeita de tímido ou irresoluto, por não ter aparecido em Évora a dominar as *Alterações*, escrevia ele ao seu amigo e compadre marquês de Ferreira, em 31 de Outubro de 1637: *Muito vai de dizer a fazer, e se os que lhe pareseo mal, não sair eu em huma cadeira estiverão como eu estava, não lhe paresera a cousa tão facil, e eu tenho feito maes do que podia* (22).

Para reprimir em Évora o foco da rebelião, movimentaram-se as justiças, foram magistrados de Lisboa e chegaram cartas e enviados de Madrid, nomeadamente o

conde de Linhares, acompanhado de D. Álvaro de Melo, do inquisidor António da Silveira de Meneses e de D. Francisco Manuel de Melo. Nos longos esforços da acalmação serviria de principal intermediário o duque de Bragança, com o auxílio do marquês de Ferreira, enquanto os sediciosos mantinham em seu poder as ruas e as praças da cidade ([23]).

Avançavam tropas espanholas para a fronteira do Alentejo, e sob o comando do duque de Medina Sidónia, irmão da duquesa de Bragança, outras forças entravam no Algarve onde praticavam violências e depredações. Em 5 de Novembro escrevia o Duque ao marquês de Ferreira: *Sua Magestade determina indireitar com os de Evora e reduzilos por força. Eu tenho apontado outros caminhos maes suaves que entendo são maes de serviço Sua Magestade e bem do Reino e povos. Queira Deus que se mude de intento. Aviso disto a V^a S^a porque possa estar prevenido pera o que os de Evora quiserem intentar a não se achar novo neste negosio. Não esta tempo pera cartas, por isso não escrevo maes largo* ([24]).

Nestas e noutras cartas, já bem definida fica a atitude do duque de Bragança, em relação a Filipe IV, a quem desdenhosamente chamava o *Tio de Madrid, que toma o que lhe dão e não dão.*

Para a pacificação dos motins, a contemporização e a cordura praticadas pelos fidalgos e pelo Duque desviariam para a clemência os primeiros ímpetos da ameaçadora justiça de Madrid: a 20 de Janeiro seguinte, era expedido o alvará de perdão de que apenas se exceptuavam os cabeças de motim e os seus mais próximos cooperadores nos tumultos do Manuelinho de Évora.

VISTAS DA FRANÇA, RECEIOS DA ESPANHA

É bem conhecido o interesse com que o cardeal Richelieu foi acompanhando o estado de descontentamento em Portugal nos últimos anos que precederam a Restauração.

D. GASPAR DE GUSMAN, 9.º DUQUE DE MEDINA SIDÓNIA, ENTRANDO EM PORTUGAL

Quadro a óleo existente no Palácio de Niebla, em Sanlúcar de Barrameda, com a seguinte legenda:

D. Gaspar Alonso Perez de Guzman el Bueno 9.º Duque de Medina Sidónia 15. Conde de Niebla, Capitan General de el Mar Oceano Costas y Exercitos de Andalucia, en el año de 1638 aviendole encargado (la Mag.d de el Rey D. Phelipe IV.) la quietud de las inobediencias y / tumultos populares, que acaecian en el Reyno del Algarbe en Portugal y encargadole el Govierno de la Provincia pasó dela ciudad de Sanlucar ala V.a de Aiamonte donde juntó hasta 8 D hombres y con su gran zelo recogió hasta 150 firmas de los principales, pacificó la Plebe, castigó / las Cavezas de las discuciones, perdenó à los demas culpados, despidió Ministros y reformó el Govierno, todo en tan breve Tiempo que a 9 de Marzo del mismo año bolvió à su Casa, aviendo hecho à su costa un tan glorioso servicio à la Magestad Chatolica *(sic)*

BIBLIOTECA NACIONAL

DUQUESA DE MANTUA, VICE-RAINHA DE PORTUGAL

Museu Regional de Évora

(Fot. *Novais*)

Enviando a Lisboa espiões bem disfarçados ou colhendo notícias dos viajantes que por aqui passavam, Portugal era uma admirável posição e um aliado que muito lhe conviria utilizar em tempo oportuno, para o duelo político-militar com a Casa de Áustria. Os acontecimentos de Évora, generalizados a tantas outras terras, bem justificaram os seus cuidados, servindo de novos estímulos à mais atenta vigilância. Nesse sentido, em 15 de Agosto de 1638, era dada ao senhor de Saint-Pé a célebre *Instrução* para colher informações sobre o estado dos ânimos em Portugal, por intermédio de um agente secreto, oferecendo-se auxílios em tropas e navios, no caso de os portugueses se disporem a recuperar a sua independência, sob o ceptro do duque de Bragança ([25]).

Depois que foram pacificados os motins do Alentejo e das outras províncias com alguns sacrifícios de vidas, tornava-se mais urgente e necessário a Castela prosseguir na empresa da completa absorção de Portugal. Para a consecução de esse desígnio oculto, eram convocados por cartas de Madrid, com o pretexto de lhes ouvir os conselhos, os arcebispos de Lisboa, Braga e Évora, o bispo do Porto e outros eclesiásticos ilustres; chamavam-se também os principais títulos da nobreza de Portugal, a que se foram juntando outros portugueses de representação. Executava-se em perfeita harmonia, o plano combinado entre os cunhados, também sogro e genro, Miguel de Vasconcelos e Diogo Soares: afastar de Portugal todos quantos pudessem oferecer alguma relutância à política unificadora do Conde-Duque. Por lá se conservaram inactivos, sem lhes dizerem o motivo da convocação, até ao dia em que os informaram da resolução do soberano espanhol: em razão da revolta dos povos em diversas partes do País, o rei de Castela julgava-se desobrigado do seu juramento, e Portugal perdia a sua categoria de reino, aquela individualidade política que em cortes lhe fora solemente assegurada. Tomavam-se imediatas providências para esse fim: a armada que ia em socorro da Flandres espanhola, sob o comando de D. António de Oquendo, viria depois a invernar no Tejo para ocupar Lisboa. Feliz-

mente, a frota nunca chegaria ao nosso porto, por ter sido logo destroçada no Canal da Inglaterra pelos holandeses e franceses (26).

Para perfeito complemento do seu plano, Madrid tentaria agora empenhar os últimos esforços para alcançar a expatriação e internamento do duque de Bragança. Durante os dois anos que precederiam a Restauração, ia dar-se o duelo da cilada com a astúcia, enquanto se mandavam entregar navios portugueses a comandantes espanhóis e se tratava do levantamento de levas de tropas em várias províncias do Reino e nos Açores, com o terrífico pretexto de irem servir na guerra da França contra Portugal.

O renegado português Diogo Soares, com razão dissera um dia ao rei de Castela *que não seria senhor de Portugal, em quanto a Praça de Villa Viçosa se não tornasse hum prado sempre verde* (27).

O duque de Bragança fora já convidado a assumir o governo do Ducado de Milão e da Vigararia de Itália, cargos de grande honra e prestígio militar, assim dados por fácil mercê, e muito para tentar a vaidade de um homem, ainda que da mais alta estirpe.

Com a justificativa razão de ignorar os negócios da Itália, o Duque ainda pôde recusar semelhante *benefício*, astuciosamente destinado a engrandecer a sua pessoa (28).

Finalmente, por Carta de Filipe IV, datada de Ventosilla del Tajo, a 28 de Janeiro de 1639, e Carta de Patente da mesma data, o duque de Bragança era nomeado Governador Geral das Armas de Portugal, com o pretexto de que *franceses ajustan gruessa Armada con animo de acometer esse Reyno*.

No desempenho de tal cargo, o duque D. João II ficaria sob a autoridade da vice-rainha, duquesa de Mântua, *devajo de las ordenes de la Señora Princeza Margarita mi Prima*, como quem dissesse do secretário de Estado Miguel de Vasconcelos. Acompanhava aqueles documentos minuciosa *Instrución* político-militar, sendo nomeados na mesma altura quatro mestres de campo que depois comandariam as levas de cavalaria e de infantaria (29).

Desta vez, o duque de Bragança já não podia alegar escusa procedente: o cargo devia ser desempenhado dentro do Reino, na companhia de seu próprio irmão D. Duarte, embora tivesse de aceitar em altos postos militares diversos colaboradores espanhóis, por obediência ao astucioso intento de misturar e confundir os oficiais e os soldados de uma e outra nação.

Em Madrid divergiam os pareceres àcerca desta investidura, uns a considerá-la vantajosa, outros perigosa para a política castelhana. Aqueles entendiam que tal aceitação importava a solene vassalagem do Duque, levando-o ao risco de poder ser preso em visita a qualquer fortaleza ou navio; estes opinavam que imprudentemente se fazia a entrega das armas ao primeiro dos adversários de Castela.

Para o exercício do seu comando, D. João ia agora deslocar-se por diversas terras, de Évora a Lisboa, e nelas a sua majestosa aparição diante do povo, dava-lhe figura e encantamento de libertador. Era, finalmente, a incarnação da Esperança.

Na Primavera desse ano, passa a Almada onde fixaria o seu quartel general, para dirigir as diligências necessárias aos levantamentos de tropas por que continuavam a insistir de Madrid e de Lisboa.

Neste período, pelo disfarce, pelo retraimento e pela resistência passiva às ordens recebidas, pode dizer-se que o Duque fazia reserva de si próprio, para a íntima razão de oportunamente se revoltar pela liberdade do Reino.

Já iam passados dois anos sobre os motins de Évora, em que tamanha lição de realidade política havia recebido.

E da sua índole bondosa, do seu ânimo e secretos intentos falam as cartas escritas para Guimarães ao mestre de campo daquela praça, Álvaro de Sousa (*).

Por sua deliberação ou despacho, nenhum dos soldados foi enforcado por delito de deserção ou rebeldia, pois que, em boa consciência, não poderia ver punidos com a pena capital os humildes soldados portugueses, por não que-

(*) Documentos, VI.

rerem arriscar-se em batalhas aonde ele também se recusava a ir combater.

Essa era a boa prática da doutrina, talvez até o primitivo espírito da união de Portugal a Castela, oficialmente estabelecida e declarada nas cortes de Tomar (30).

À ordem recebida para levantar soldados nas suas próprias terras, ainda procurou resistir o Duque, alegando como razão o insucesso das levas anteriores; mas, não podendo eximir-se às instâncias de Madrid, *mandou occultamente que a leva se fizesse com tanta pauza, que não servisse a diligencia mays que de o não arguirem* (31).

Nesse Verão, durante a permanência no seu quartel de Almada, era necessário fazer a visita de homenagem à Vice-Rainha no Paço da Ribeira. O cerimonial mandado de Madrid era frio, ainda mesmo para ser cumprido em dias do maior calor de Lisboa. Tornava-o hirto e gelado a reciproca desconfiança em que se vivia. Acompanhado da Nobreza da Corte que à vila de Almada concorrera, convocada para este fim, o futuro D. João IV subiu as escadas do Paço onde a duquesa de Mântua o receberia por espaço de meia hora, rigidamente gasta em cumprimentos e saudações corteses. Enquanto a visita se preparava, D. António de Mascarenhas dissera ousadamente ao Duque: *Porque esse dia há de ser nosso, faça-o V. Ex.ª alegre.*

Assim, durante a travessia do Tejo e no regresso à Outra Banda, as instâncias, os rogos, as expansões, os entusiasmos dos portugueses eram tão manifestos e sinceros, que a ninguém já poderiam ficar dúvidas de que naquele dia 1.º de Julho se procurava fazer grande demonstração de lealismo e fidelidade política.

Prudente, vigilante, receoso de que as expansões e intentos dos portugueses comprometessem o seu próprio intento, o Duque mostra-se reservado, distante, talvez contrariado por elementar ardil, deixando apenas vaga esperança na resposta dada ao monteiro-mór, Francisco de Melo: *Que ainda não havia ocasião...*

Em todo o caso, como pôde e soube, não se dispensou de fazer as suas confidências ao futuro conjurado António de Saldanha (32).

O duque de Bragança começava a navegar num mar de sirtes e de abismos, com espiões a seu lado, às vezes disfarçados em leais servidores. Desconfiava, hesitava, e acontecimentos posteriores vieram confirmá-lo nas razões que tinha para ser extremamente cauteloso em descobrir-se. Muitos de quantos o julgavam perplexo, tíbio na fé do seu destino, antes do feito realizado, talvez nas mesmas circunstâncias não fossem capazes de dar para tal cometimento qualquer passo audacioso. Não se podia brincar às revoltas: era imperioso e necessário que se jogasse um dia, mas tudo por tudo, pois que o insucesso importaria de vez a perda da liberdade, da vida, e mais ainda, a morte da Esperança.

Nesse mesmo ano de 1639, D. Agostinho Manuel de Vasconcelos publicava em Madrid um manifesto intitulado: *Sucesión del señor Rey Don Filipe Segundo en la Corona de Portugal.* Com este disfarçado título, iludia-se a censura castelhana, o livro saía após as devidas aprovações e livremente circularia, embora nele fosse a justificação dos direitos da duquesa D. Catarina, e, por conseguinte, dos direitos de seu neto, o oitavo duque, ao trono de Portugal (33).

Era um sintoma e mais um elemento de preparação dos espíritos para as polémicas jurídicas que haviam de travar-se depois, por longos anos, e não menos árduas do que as lutas nos campos de batalha.

PRENÚNCIOS DE TEMPESTADE

Com a necessária autorização que lhe viera de Madrid, o duque D. João regressava ao seu lar de Vila Viçosa, e nele lhe iriam passando os primeiros meses de 1640, no convívio da Duquesa e dos três filhinhos, Teodósio, Joana e Catarina, podendo de novo entregar-se aos dilectos prazeres da música sacra e das recreações da caça, com festivas companhias nas merendas da Tapada.

O íntimo pensamento do Duque não poderia ter dei-

xado de revigorar-se em Almada, ao contacto da Nobreza e do Povo de Lisboa que tão sinceramente como imprudentemente o saudara: *...toda aquella Cidade suspirou, nam ficando grande, ou pequeno, que aly (como a ver seu Rey) nam concorresse* (34).

Pelos ásperos ermos e quietos conventos onde esperavam o ceu religiosos de virtude, vinham-se repetindo os prodígios, ouviam-se vozes misteriosas, espalhavam-se vaticínios e sonhos, cada vez mais se adensava e inflamava a atmosfera das almas crentes (35).

A estas exaltações e visões, a tantas esperanças contidas ou manifestadas, a duquesa D. Luísa não podia deixar de fazer reparo, quando lhes davam crédito e confiança muitos espíritos e dos melhores nas Letras e nas Religiões.

Por mal-estar e desgraça do Reino, de toda a parte se levantavam queixas contra os arbítrios, violências, fraudes, veniagas que desonravam e desacreditavam a política administrativa de Castela, e em que se encontrava suficiente justificação da revolta. Assim escreve o seu depoimento, um autor contemporâneo dos factos: *Affectó el Reyno su desolacion pervertiendose sus naturales, sus animos, sus leyes de tal suerte, que lo divino, y humano se transtornaron, tratandose solamente en Portugal de subsidios, arbitrios, pedidos, tributos, violências, rapinas, injusticias, crueldades, y engaños que dañaron voluntades, y corrompieron affectos* (36).

Por último desdém, os Castelhanos, não sabendo como injuriar os Portugueses, continuavam a chamar-lhes *los catalinos*, com deprimente alusão aos direitos de sucessão de D. Catarina, duquesa de Bragança, pretendente ao trono por morte do Cardeal-Rei.

Escreveu-se nas memórias do tempo que D. Luísa, enquanto duquesa em Vila Viçosa, a todos se impunha pela rectidão da consciência e firmeza de vontade, pela austeridade da sua vida e acêrto dos seus conselhos Como diz D. António Caetano de Sousa, *foy venerada como Oraculo* aquela senhora, a quem mais tarde frei Domingos do Rosário viria a chamar Zenóbia, em para-

lelo da famosa e exemplar rainha de Palmira. Mulher de inteligência e caridade cristã, de fé e mandamentos, assim por toda a vida seria a esposa do duque D. João II.

Enquanto os meses passavam, por instigação de Francisco de Melo, monteiro-mor, os fidalgos de Lisboa iam-se reunindo em conversas ou conciliábulos furtivos, na casa de seu irmão Jorge de Melo, em Xabregas.

Concordavam nos descontentamentos e convinham no remédio para tantos males. Já não seria possível renovar as instâncias a D. Duarte, feitas havia dois anos, por ocasião da sua visita a Lisboa, para o caso de ser a recusa da Coroa a última decisão do Duque, seu irmão. Não havia tempo de prevenir ou de acautelar, era necessário proceder: os acontecimentos sucediam-se com inesperada rapidez e estavam impondo para o lance, a desejada oportunidade que, até ali, bem fizera o duque de Bragança em não reconhecer.

A 7 de Junho de 1640, seguindo usanças e tradicionais gostos da região, *los payeses segadors* desceram das montanhas e chegaram até Barcelona, para assistir à festa de *Corpus Christi*. Vindo já decididos a protestar contra a opressão do centralismo castelhano, com fútil pretexto começaram a percorrer as ruas da cidade, aos gritos de *Muyra lo mal gobern!* Nos motins que se seguem, há saques, violências e crimes, sendo morto, quando fugia, o vice-rei, Don Dalman de Queralt ([37]).

Era o começo de um incêndio que iria generalizar-se às cidades do velho Principado, e o primeiro grande sobressalto de desagregação do Império Filipino, dentro da Península Ibérica. Após estes alarmes na Corte, o duque de Bragança recebe de Madrid nova ordem de passar a Almada para ali retomar o seu posto de Governador das Armas do Reino. Escusando-se de cumprir a ordem com leves e inaceitáveis desculpas, alguns dias depois é o próprio Filipe IV que o manda apresentar-se em Madrid, para o acompanhar à Catalunha e cooperar no movimento de repressão a que ia proceder.

Muitos fidalgos portugueses recebem semelhante intimação para irem dominar pelas armas aquelas sucessivas

sublevaçeõs, incitadas e alimentadas pela política do cardel Richelieu, ministro de Luís XIII.

Mas, à semelhança do Duque, e talvez de concerto com ele, já os fidalgos também não se dispuseram a obedecer a Madrid. Autores de pouco escrúpulo chegaram a insinuar que só por medo de se baterem na Catalunha e noutras partes do império de Filipe IV, os fidalgos se decidiram a precipitar a Restauração. Teriam então sido corajosos por medo e seriamos obrigados a registar um embaraçoso paradoxo, quando é certo que a maior parte dos conjurados de Lisboa vieram a lutar nos campos de batalha e alguns de esses portugueses heròicamente morreram em campanha, de armas na mão.

A CONJURAÇÃO E A DUQUESA

A 12 de Outubro deste ano, em casa de D. Antão de Almada reuniram-se com ele D. Miguel de Almeida, homem de avançados anos, Francisco de Melo e seu irmão Jorge de Melo, Pedro de Mendonça Furtado, alcaide-mor de Mourão, António de Saldanha e João Pinto Ribeiro.

Este último foi admitido ao conciliábulo a convite de D. Miguel de Almeida pelas suas relações com o duque de Bragança, de quem era advogado e agente, além do grande apreço em que todos tinham os seus merecimentos de homem e de letrado.

Nessa reunião, a hesitante atitude do Duque já era àsperamente censurada pelos presentes, e teve de ser defendida por João Pinto Ribeiro, atalhando aquelas razões frívolas: que se resolvessem a declará-lo rei de Portugal e ele aceitaria...

Decidiu-se então que algum deles fosse a Vila Viçosa, a chamar o Duque para o seu dever, oferecendo-lhe o Ceptro e a Coroa de Portugal. Para tão grave missão, algumas vozes indicaram o próprio João Pinto Ribeiro. Fàcilmente se escusou o advogado com o fundamento de que as razões apresentadas por ele seriam suspeitas de

parcialidade e teriam menos poder de persuasão. Apontando Pedro de Mendonça Furtado para o substituir, por todos foi aceite este discreto mensageiro. Dissimulando a perigosa missão com uma jornada de serviço à sua alcaidaria, passou por Évora a encontrar-se com o marquês de Ferreira e o conde de Vimioso, a quem comunicaria o perigoso segredo. Saíndo logo para Vila Viçosa, talvez com cartas destes fidalgos para o Duque, à hora da chegada não o encontrou no Paço, por andar à caça na Tapada, como muitas vezes acontecia. Para lá dirigiu os passos, a procurá-lo sem detença. Ali, no campo, sem receio de intrusos nem de indiscretas presenças, o Duque recebeu-o prazenteiramente, perguntando-lhe pela saúde dos amigos de Lisboa. Então Pedro de Mendonça, com a maior presteza, logo apresentou o seu requerimento a despacho: por eles ali vinha para lhe dizer que num Reino em perigo, nem a dedicação dos Portugueses nem a ocasião já consentiam delongas; que viesse governá-los e regê-los.

Antes que o Duque lhe desse qualquer resposta que, aliás, ainda teria que ser meditada e reflectida, inesperadamente se aproximou deles o bispo de Elvas, D. Manuel da Cunha, sobrinho do arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo, que também vinha visitar o Duque, talvez até com os mesmos secretos intuitos ([35]).

Frustada naquele momento a conclusão da sua embaixada, Pedro Mendonça, com promessa de ali voltar dentro de poucos dias, seguia o caminho de Mourão, completando com esta parte da jornada o seu disfarce de conspirador. Voltando pouco depois para receber a resposta que levaria para Lisboa, o duque de Bragança disse-lhe nesse segundo encontro que tiveram:

— Dentro de três dias irei ao convento da Serra d'Ossa aonde também virão por outro motivo, o marquês de Ferreira e o conde de Vimioso; com eles falarei desse assunto e sem tardança vos mandarei a resposta; no entretanto, devereis estar confiados...

Pedro de Mendonça pressurosamente retomava a jornada do regresso.

Conhecida esta disposição do Duque no seio dos con-

jurados de Lisboa, todos se animaram da maior esperança nos seus intentos, começando desde então a alargar-se o número dos aliciados entre outros nobres, parentes e amigos de cada um deles. Estenderam também o segredo a poucas dezenas de pessoas, incluindo os magistrados populares e alguns eclesiásticos. Resolveram andar sempre apercebidos e armados dali por diante, para evitar surpresas de perdição e mais fàcilmente poderem prestar-se mútuo socorro.

Assim como prometera, o duque de Bragança, depois de ter ouvido na Serra d'Ossa os dois fidalgos seus amigos, voltava logo a Vila Viçosa, comunicando então o plano ao secretário António Pais Viegas. Queria conhecer a opinião de quem era tão dedicado e fiel servidor, embora sobre a sua pessoa até pesasse a suspeita de contrariar a Revolução.

Na revelação feita pelo Duque, ao referir-se às determinações dos conjurados de *formar na ultima desesperação hũa Republica*, conforme de Lisboa o tinham certificado, o fiel e astuto secretário pediu a seu amo que, antes de prosseguir, o tirasse de uma dúvida. O duque de Bragança de boamente assentiu ao seu desejo:

— Na hipótese de se proclamar a República, perguntou o secretário, que partido seguiria ele, o de Portugal ou o de Castela?

Em resposta, o Duque imediatamente lhe afirmou *que sempre estivera deliberado a se não apartar do cõmũ consentimento do Reyno*... Nestas condições, já era fácil o triunfo para a lógica de António Pais Viegas: se se dispunha a servir a Pátria, *Vassalo de hũa Republica*, mais conveniente e glorioso seria oferecer a vida, *sendo Rey de um Reyno, que lhe pertencia de justiça*.

Às lúcidas reflexões do secretário afirma-se que o duque Bragança serenamente respondera:

— *Eu já nisso estava resoluto, mas sem embargo quiz ver o que me dizieis* (39).

Segundo refere o autor de a *História de Portugal Restaurado*, seria nesta conjuntura que o duque de Bragança se dirigiria à câmara da Duquesa, a comunicar-lhe os in-

tentos dos fidalgos e do povo de Lisboa. Nesse momento ou noutro que tenha sido, quando o caso estivesse bem ponderado, o Duque só teria feito como qualquer marido normal faria, em caso de tamanha gravidade, ao decidir-se a arriscar a vida e os destinos da sua Casa, o futuro da mulher e dos três filhos.

De uma passagem em que o conde da Ericeira atribui à duquesa D. Luísa o propósito *mais acertado de morrer reynando do que acabar servindo*, vieram sendo compostas e tecidas frases de sonoro efeito, conforme o gosto, a imaginação e as preferências de cada escritor (40).

A gravidade e o perigo impunham agora uma clara decisão, mas não há documento contemporâneo em que se tenha registado a resposta da Duquesa à comunicação ou consulta do marido, talvez por se ter passado o facto na intimidade da câmara conjugal, ou pela excessiva razão de que não seria necessário comunicar a sua mulher o que ela perfeitamente sabia...

Não se pôde até agora provar se disse ou não disse qualquer das frases que lhe atribuem, ou outra equivalente.

Mas o certo é que a tão conceituoso parecer não fazem referência João Pinto Ribeiro, António de Sousa de Macedo, a *Restauração de Portugal prodigiosa*, a *Relação de Tudo o que se passou na felice aclamação &*, e nem sequer os *Ditos e acções da Rainha D. Luisa* (41).

No entanto, desde os primeiros tempos da Restauração se lhe atribuiu incitamento ao marido para aceitar a Coroa do Reino. E aqui se cruzam os mais levianos juízos, uns a concluir pela simples ambição feminina da Duquesa que *doudejava* por ser rainha, outros a deprimir o Duque pela sua irresolução, apodando-o de tímido e de covarde, em presença da atitude varonil de sua mulher (42).

A celebrada frase ou as suas variantes pouco importa que tenham sido ou não proferidas, quando mais do que palavras solenes e sentenciosas, vale a permanente conformidade de D. Luísa com o marido e com os melhores portugueses desse tempo. E desta é que não pode duvidar-se. Se a Duquesa não concordasse com a planeada

revolução ou por qualquer forma se lhe opusesse, ter-se-ia feito a Restauração? Cremos que não.

Mas, sem a acção de João Pinto Ribeiro, de Francisco de Melo e de outros, também não se entende que tal acontecimento fosse possível naquela oportunidade. Era um sistema de forças a combinar. O Duque poderia vencer a hostilidade, a adversa influência de sua mulher? O ascendente que tinha e sempre teve sobre o marido, também nos leva a optar pela negativa, sem necessidade para ela de recorrer a meios de inibição ou ameaça que não eram compatíveis com a sua dignidade de esposa e de portuguesa adoptiva. Se não forem satisfatórias as respostas a estas ou outras dúvidas, contentemo-nos em verificar que uma espanhola se naturalizara portuguesa de alma e coração, e por tal modo que nunca outra Rainha a excederia em amor e sacrifício para o bem de Portugal.

D. João devia ter informado sua mulher das aclamações de Almada, das combinações dos nobres, das disposições do clero e do povo. As hesitações do Duque que, em verdade, não era audacioso nem fanfarrão, não provinham da falta de vontade ou desejo, mas da insuficiente preparação e do advento da ocasião oportuna (43).

Quando ela se ofereceu, cessou a perplexidade, a prudência converteu-se em pronta resolução e até em ameaça de se levantar só com a sua gente do Alentejo, se os conspiradores de Lisboa faltassem ao prometido.

No princípio de Novembro, o Duque chama de Lisboa João Pinto Ribeiro, e a 17 ou 18 manda certificar os conjurados de que também estava decidido pela liberdade da Pátria a correr todos os perigos; que indicassem o dia escolhido de essa libertação, a tempo de poder prevenir o levantamento dos seus povos. Voltando para Lisboa, João Pinto Ribeiro era portador de duas cartas, uma para D. Miguel de Almeida, outra para Pedro Mendonça Furtado.

Com estas ordens de Vila Viçosa aceleraram-se os preparativos, e as reuniões iam fazer-se agora, quase às escuras, no interior do Palácio do Duque, nos próprios aposentos de João Pinto Ribeiro, entrando e saindo todos

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV NO TERREIRO DO PAÇO

(Fot. *Ed. Portugal*)

JURAMENTO DE D. JOÃO IV NO TERREIRO DO PAÇO

(Fot. Ed. *Portugal*)

por portas escusas. Como sempre acontece, levantaram-se alvitres e discussões sobre o que mais conviria fazer, e as hesitações eram agora dos fidalgos: pronunciar-se primeiro a cidade de Évora, avançando de lá os revoltosos até Lisboa, ou vir o Duque até às proximidades da capital, aparecendo de improviso no meio da revolução para incitar os irresolutos. Ambos os projectos foram rejeitados com fáceis razões, principalmente pela consideração de de que, dominando-se a cabeça, logo os membros haviam de submeter-se...

No domingo, 25, fora resolvido que a revolução estalasse no sábado seguinte, 1.º dia de Dezembro, depois das oito horas da manhã; no dia 26, parte um correio com a notícia para Vila Viçosa; a 28, surgem na reunião as dúvidas de D. João da Costa que fazem oscilar as opiniões dos fidalgos; a 30, decide-se enviar outro correio pelas 4 da manhã, a noticiar o adiamento, enquanto João Pinto se indignava, conferenciava e barafustava, conseguindo por seu ardente entusiasmo que, ao meio dia, terceiro correio fosse despachado para Vila Viçosa, a confirmar o dia de sábado.

Já o Duque havia mandado suspender as ordens dadas para o levantamento das suas terras, quando lhe chegou o último aviso, o da confirmação, o que não lhe permitiria manifestar-se na mesma data, como fora acordado.

Pelas vilas dos arredores andava em segredo António Pais Viegas a convocar as pessoas principais, comunicando-lhes em curtas palavras o que iria passar-se, para que estivessem apercebidos e prontos para secundar o movimento de Lisboa. As notícias e as ordens eram recebidas pelos povos com geral satisfação (44).

As últimas noites da conjura em Lisboa haviam de passar-se a distribuir serviços, a acertar manobras, a aliciar gente, a decidir a morte de Miguel de Vasconcelos, a consultar a autoridade do arcebispo, D. Rodrigo da Cunha (45).

LIBERDADE! LIBERDADE!

A revolução libertadora iniciou-se no Paço da Ribeira nas circunstâncias de todos sabidas, com êxito rápido e quase sem resistência dos dominadores e opressores, que tinham voz e armas por Castela.

Ao meio dia do 1.º de Dezembro, estava finda a inicial jornada da Restauração: morto Miguel de Vasconcelos, presa a Vice-Rainha, duquesa de Mântua, e com ordem passada em seu nome para se entregar o castelo de Lisboa. Seguir-se-ia o apresamento dos navios e a tomada de assalto aos fortes da Barra do Tejo.

Deixemos agora falar um seguro informador:

Entre tanto que os Companheyros descorriam pela Cidade vitoriosos, se recolheu João Pinto Ribeyro a despachar hum correyo, que com carta sua deu a primeyra nova a Sua Magestade, & se tornou ao paço. Na noyte seguinte se partirão Pedro de Mendoça & Jorge de Mello a beijar a mão, que lhe apressaram sua vinda (46).

Este primeiro correio, passando de Lisboa a Aldeia Galega numa falua, teria de vencer quarenta léguas de caminho para receber alvissaras de tão grande e feliz nova, se por tal distância pudesse galopar com a rapidez de um centauro. Levada pelo mesmo portador, com mudas de cavalos, ou transmitida por sucessivos postilhões, prevenidos e escalonados em segredo, a mensagem de João Pinto Ribeiro chegaria no domingo, dia 2, a Vila Viçosa, pelas nove horas da manhã, quando os Duques assistiam à missa na Capela. E com a data desse mesmo dia já El-Rei D. João IV assinava cartas, em que noticiava a Restauração e dava as primeiras ordens às câmaras de Évora, Elvas e Portalegre (47).

A notícia oficial, em nome da Regência, era levada mais tarde pela posta pelos conjurados Pedro de Mendonça e Jorge de Melo (48). Os dois fidalgos davam entrada em Vila Viçosa na manhã de segunda-feira, 3 de Dezembro, quando se celebrava a solene festa de São

Francisco Xavier. D. João IV, ao parecer, calmo, serenamente mandava prosseguir a cerimónia. Mas, pouco depois, apeavam-se à porta do Paço, vindos de Évora onde também já o tinham aclamado, o marquês de Ferreira e o conde de Vimioso que jubilosamente ali se juntavam aos mensageiros de Lisboa.

Então o povo não pôde conter-se por mais tempo: os vivas e os gritos irromperam na Capela, confundindo a música e perturbando a festa. D. João IV levantou-se e entrando num coche com os quatro fidalgos, dirigiu-se por entre aclamações do povo para a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a dar-lhe as graças de tão grande benefício (49).

Do sentimento da rainha D. Luísa em hora de tanto júbilo, cantaria depois um poeta:

> .....
> A digna Espoza, com igual firmeza
> As novas ouve, que publica a fama,
> Reconhecendo em Deus agradecida
> O Estado, a Corôa, o Ceptro, a vida (50).

Vinte e oito anos mais tarde, num sermão prégado na igreja catedral da Baía, o padre António Vieira havia de atribuir-lhe estas rebuscadas palavras de bom sainete seiscentista: *Muitas graças sejam dadas a São Francisco Xavier, que comecei a ouvir missa Duquesa com excelencia, e acaba-la-ei Rainha com magestade.*

Depois das primeiras reverências aos novos Soberanos, com grandes expansões dos fidalgos, dos criados da Casa e dos moradores da vila, D. João IV trata de aprontar-se para partir na manhã seguinte, a caminho de Lisboa.

E como escreve outro poeta do tempo:

> Amante da Rainha se despede,
> E pouco acompanhado a estrada mede (51).

Em tal momento, o príncipe D. Teodósio, criança de sete para oito anos, aproxima-se de seu Pai e Rei, o qual, por zombeteiro remoque a certo fidalgo, que em Lisboa se lhe apresentara de luvas bordadas de ouro, assim narraria esse encontro de despedida:

E me disse quando me parti que se hia por a cavallo para hir mattar hũ porco montes e me pedio hũas luvas. Eu lhe respondi que sendo de idade de quinze anos pedira hũas luvas a meu pai e mas não quizera dar, dizendo que as luvas herão para as molheres e que quando eu tivesse frio esfregasse as mãos... (52).

Logo depois, entrando num coche no Campo do Paço, apenas ladeado daqueles quatro fidalgos e seus leais servidores, começou a caminhar para o Trono, aonde o chamava o dever de assegurar a independência de Portugal.

Seguiam-no de perto alguns cavaleiros e criados de sua Casa, sem outra escolta nem tropa de guarda ou defesa, inteiramente confiado à dedicação e lealdade dos Portugueses nestas longas jornadas, pela Venda do Duque, Arraiolos, Montemor, Vendas Novas, Aldeia Galega.

Por entre aclamações e agitados entusiasmos da gente das vilas e povoados em que passava, ia fazendo com pressa o caminho, vindo a chegar a Aldeia Galega, em a noite de quarta-feira, 5 de Dezembro. Por seu dever, logo ali quís receber algumas pessoas da Nobreza, do Clero e do Povo que o estavam esperando. Na manhã seguinte, embarcava para Lisboa, descendo o Tejo acompanhado apenas de sete pessoas, e indo atracar inesperadamente pelas nove horas à ponte da Casa da Índia, para entrar no Paço da Ribeira onde estavam os Governadores ou a Regência do Reino Restaurado.

Nesse momento, com o alvoroço da chegada a Lisboa, sentiam-se todos envoltos em luz de prodígio: *Ao desembarcar, saltou o Marquez primeiro na ponte para dar a mão a El-Rei, e então lhe lembrou o que já tinha dito ao Rei, que cumpria com outra profecia de Leonor Rodrigues, que lhe dissera que vira a elle Marquez junto do mar dar a mão a El-Rei para saltarem um tablado.*

— Tendes razão, disse El-Rei, disso mesmo me estava eu agora lembrando; vamos, que Deus é connosco (53).

Segundo a tradição local de Vila Viçosa, D. Luísa de Gusmão, debruçada na Varanda de Lisboa sobre a estrada, ao pé da Casa do Fresco, dentro do Jardim da Se-

senhora Duquesa, esperava alvoroçadamente a chegada do mensageiro da Restauração.

Agora, nas aclamações que a envolviam e aos três filhos, podia ler a definitiva sentença de um providencial destino que a elevava de duquesa de Bragança a rainha de Portugal. Assim se cumpria a célebre profecia do mouro, se a tivesse havido...

À secreta esperança de anos, à inquieta dúvida de meses, ao sobressalto de intermináveis dias, à ansiedade das últimas horas, exultantemente respondiam os instantes daquela férvida e humana comoção. Por mais humilde, opulenta ou austera que fosse, nenhuma outra mulher com coração de carne, poderia deixar de sentir-se exalçada na sua pessoa e engrandecida na glória da sua Casa.

Chegando aqui, era lícito julgar, em boa consciência, do assentimento ou da parte que lhe coubera nos antecedentes e génese deste feito, desde que por lei da própria vida, o egoismo do seu lar se viera ampliando em legítimo interesse da Família Nacional. Com jubilosa experiência, agora compreendia que para um Rei, o bem de todos é o seu próprio bem.

A Rainha vira desfilar aquele primeiro cortejo real em momentos de ardoroso entusiasmo, e depois de recolhida à sua câmara, talvez o seu primeiro pensamento já fosse de apreensiva reflexão sobre o futuro de sacrifícios que a liberdade de Portugal iria custar-lhe...

Para o Trono partira o Rei em boa hora, mas com ele por certo seguiam os inquietos cuidados da Rainha, sua mulher, as mais fervorosas orações da Fé e da Esperança, os receios do coração da mãe de três filhos pequenos...

Por bons e maus dias que muitos foram, durante oito anos, em Vila Viçosa, como mulher, esposa e duquesa, D. Luísa de Gusmão sempre soubera cumprir o seu destino com a mais escrupulosa dignidade.

Agora veremos com que ânimo, coragem e sacrifício o vai servir, sendo Rainha de Portugal.

NOTAS AO LIVRO QUARTO

(1) *Hist. Gen.*, P., IV, págs. 600 e segs.

(2) *Casamento Perfeito*, Lisboa, MDCCXXVI, pág. 324.

(3) *Tacito Portuguez*. Rio de Janeiro, 1940, pág. 31; *Hist. Gen.*, tomo VI, págs. 579 e segs.; Padre Espanca, *Memórias de Villa Viçosa*, ms. da Câmara Municipal da Vila.

(4) José Ramos Coelho, *Historia do Infante D. Duarte, &*, tomo I, págs. 146 e segs.

(5) *Tacito Portuguez*, pág. 33; José Emídio Amaro, *Francisco de Lucena, &*. Lisboa, 1945, pág. 115.

(6) *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 263 e segs.

(7) *Hist. Gen.*, tomo VI, págs. 580 e segs.

(8) «*A Duqueza moveo uma ou duas criansas sem cauza maes, que de ser muito sanguinha*». Vid. *A preparação do 1.º de Dezembro de 1640 nas Cartas Reais do Arquivo Cadaval*, por C. da Silva Tarouca, in separata da revista *Brotéria*, vol. XXXVII, fac. 4, de Outubro de 1943.

(9) D. José Barbosa, *Catálogo das Rainhas de Portugal*, Lisboa, MDCCXXVII, pág. 426; Francisco da Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal*. Lisboa, 1879, págs. 88 e segs.

(10) Júlio Dantas, *Outros Tempos*, 3.ª ed., págs. 95 e 101; J. A. Pires de Lima & A. A. Pires de Lima, *A Doença de D. Afonso VI e a Anulação do seu matrimónio*. Porto, 1927, e *D. Afonso VI*. Porto, 1937; G. Marañon, *El Conde-Duque de Olivares (La Pasión de Mandar)*. Madrid, 1936, págs. 19 e 20, onde há referências à mórbida hereditariedade dos Guzmanes.

(11) *Hist. Gen.*, tomo VII, pág. 42; Luciano Cordeiro, *Como se perdeu Ormuz, &*. Lisboa, 1896.

(12) *Arquivo Eborense*, n.º II, 1893, págs. 44-46 (*Livro I dos Accordos*, c. de 18 de 10.bro, fól. 43).

(13) Mário de Sampaio Ribeiro, *A Música em Portugal nos séculos XVIII e XIX*. Lisboa, 1938, págs. 14 e segs.; *Vilancicos de Barro, Musica do Natal Português*. Lisboa, MCMXXXIX, págs. 24

e segs.; Júlio Eduardo dos Santos, *Ob. e lug. citados;* B. V. Moreira de Sá, *ob. e lug. cit.;* Joaquim de Vasconcelos, *ob. cit.*, pág. 196; J. Neuparth, *Os grandes períodos da Música*. Lisboa, 1911.

(14) Padre Espanca, *ob. cit.*, vol. I, Part. I.

(15) *Liv. 20*, fól. 104 v. do Arquivo Capitular. Publ. no *Archivo Eborense* n.º II, 1893, págs. 47-48.

(16) P. Francisco da Fonseca, *Evora Gloriosa, &.* Roma, MDCCXXVIII, pág. 157; P. Francisco Rodrigues, *Historia da Companhia de Jesus na Assistencia de Portugal*. Tomo Terceiro, vol. I. Porto, 1944, págs. 334 e segs.; Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses — As vesperas da Restauração*. Évora, 1887; *Hist. Gen.*, tomo X, págs. 244 e segs.; *Hist. de Port. Restaurado*, ed. anot. e pref. por António Álvaro Dória. Porto, 1945, págs. 81 e segs. e 474 e segs..

(17) *Restauração Portugal Prodigiosa*, cit., págs. 94 e segs.; *Amar e Servir*, do Autor. Porto, 1940. Cap. *Poesia Épica da Restauração*, págs. 177 e segs.

(18) P. Francisco Rodrigues, *ob. e vol. cit.*, págs. 337 e segs.; *Evora Gloriosa*, cit., págs. 158 e segs.; D. Francisco Manuel de Melo, *Epanáforas de Varia Historia Portuguesa*. Coimbra, 1931, págs.17 e segs.; António Francisco Barata, *Evora Antiga*, 1909, págs. 177 e segs.; Camilo Castelo Branco, *Bohemia do Espirito*, Porto, 1886, pág. 29.

(19) António Cruz, *Portugal Restaurado*. Porto, 1940, págs. 15 e segs.

(20) *Cartas Reais do Arquivo Cadaval*, cit., Carta 13.

(21) *Tumultos em Villa Viçosa em 1637*. Extraídos dos n.os 1.387 e 1.388 da *Aurora do Cávado*. Barcelos, 1894. Cópia feita por A(ntónio) F(rancisco) B(arata) da *Descripção de Villa Viçosa.....*; por António de Oliveira Cadornega. Cód. C-III/1-23 da Biblioteca de Évora.

A respeito de D. Teodósio, duque de Barcelos, registava-se o seguinte depoimento:

Ainda menino salvou seu illustre pae da indignação dos Castelhanos, abafando a conspiração de Villa Viçosa. Canais de Figueiredo Castelo Branco, in *Estudos Biographicos ou Noticias das Pessoas Retratadas nos Quadros Historicos Pertencentes á Bibliotheca Nacional de Lisboa*. Lisboa, 1854, pág. 306.

(22) C. da Silva Tarouca, *idem, ibidem.*

(23) *Hist. de Portugal Restaurado*, tomo I, págs. 70 e segs.; *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 52 e segs.; *Cartas do Duque de Bragança a Gonçalo Soeiro de Azevedo*, por J. da Cunha Saraiva. Lisboa, 1942, C. 15, pág. 16; Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Melo*. Coimbra, 1914, págs. 86 e segs.. No ms. da Biblioteca Nacional, E, 5-7, *Memorias da Casa de Bragança*, lêem-se úteis documentos referentes às Alterações de Évora e sua pacificação.

Em Madrid havia quem atribuísse ao duque de Bragança conivência nas Alterações de Évora. No interrogatório feito ao duque

de Hijar, que se revoltou contra Filipe IV para se proclamar rei de Aragão, em 1648, pode ler-se: «dijo espontaneamente..... que a raiz del motin de Evora habia escrito al Conde-Duque desde El Escorial que el Duque de Braganza no era a proposito para sosegar dicho motin, pues juzgaba que habia tomado parte en el mismo juntamente con el marqués de Ferreira, el Conde de Vimioso, un jesuita cuyo nombre no se recordaba y un secretário de Bragança».

Ramon Esquerra, *La Conspiración del Duque de Hijar*. Madrid, 1934, pág. 110.

([24]) C. da Silva Tarouca, *idem, ibidem; O Algarve na Restauração (1640-1668)*, por Joaquim Alberto Iria Júnior, in *Congresso do Mundo Português*, vol. VII, pág. 172.

([25]) *Hist. Gen.*, tomo VII, pág. 51; J. Ribeiro Guimarães, *Summario de Varia Historia*, tomo V, págs. 90-91; Rodrigues Cavalheiro, *Temas da História*, págs. 80 e segs.; *1640, Richelieu e o Duque de Bragança*, págs. 31 e segs.; Ericeira, *Historia de Portugal Restaurado*. Nova ed., anot. e prefaciada por A. Álvaro Dória, págs. 476 e segs.; Academia Portuguesa de História, *Anais*, vol. VIII, págs. 211 e segs.

([26]) D. Francisco Manuel de Melo, *Epanáforas*, cit. *Epanaphora Belica Quarta*, págs. 271 e segs.; Rebelo da Silva, *Hist. de Portugal*, tomo III, págs. 477 e segs.

([27]) *Hist. Gen.*, tomo VII, pág. 50.

([28]) *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 46 e segs.

([29]) *Hist. Gen.*, P., tomo IV, págs. 724 e segs.

([30]) João Pinto Ribeiro, *Discurso sobre os Fidalgos, e soldados Portuguezes não militarem em Conquistas alheas*. Lisboa, 1632.

([31]) *Portugal Restaurado*, tomo I, págs. 84 e segs.

([32]) *Espelho de Lusitanos*, cit. fól. 62 v.; *Port. Rest.*, tomo I, pág. 84; *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 65 e segs.; *A Nobreza na Restauração de Portugal*. Lisboa, MCMXL, tomo I, pág. 6; Eduardo Brasão, *Alguns Documentos da Biblioteca da Ajuda sobre a Restauração*. Lisboa, 1940, págs. 7 e segs.

Sobre o procedimento de D. Teodósio e a prudência do filho, o futuro D. João IV, escreveria Brás Garcia de Mascarenhas, com mais exactidão do que inspiração:

> Nosso Rey, que Deos guarde, o verifica
> E Theodosio seu Pay, que adolescente
> Em desistir do sceptro, herança rica,
> Ao Tyrano pujante, foy prudente.
> Que se menos prudencia então pratica
> Estado, vida, & Reyno juntamente
> Perdera, sem poder recuperarse:
> Bom conselho seguio em socegar-se.

Delle o prudente filho aconselhado
Alguns annos se finge inadvertido;
Mas em vendo occasião tudo o usurpado
Com bom conselho foy delle adquirido.
Logo he discurso bem considerado
O conselho, qual fica definido
Do que deve fazerse, ou não fazerse;
Tal vez hé bom mover, ou não mover-se.

VIRIATO TRAGICO, c. 13, est. 3 e 4

(33) *El alevoso manifiesto* foi asperamente refutado em 1641 por Francisco de Quevedo Villegas, carregando dos mais vilipendiosos epitetos o fidalgo português que tudo merecia e tudo viria a merecer, na sua condição de agente duplo, após a conspiração de 1641, ao serviço de Filipe IV. Vid. *Obras Completas de Dom Francisco de Quevedo Villegas*. Madrid, 1941. *Obras em prosa*, págs. 676 e segs.

(34) *Espelho de Lusitanos*, cit., fól. 62 v.

(35) *Restauração de Portugal Prodigiosa*, cit., págs. 101 e segs.; *Espelho de Lusitanos*, fóls. 54 e segs.; P. António Franco, *Evora Ilustrada*. Pref. e Ind. de A. de Gusmão. Edições Nazareth. Évora, MCMXLIV, cap. XLII.

(36) Lucindo Lusitano (Luís Marinho de Azevedo), *El Príncipe Encubierto*, & Lisboa, MDCXXXXII, fól. 5, v.

(37) *Historia General de España*, &, por el Padre Mariana, cont. Madrid, 1850, págs. 54 e segs.; António Ballesteros Beretta, *Síntesis de Historia de España*. Barcelona, 1942, págs. 321 e segs.; D. Francisco Manuel de Melo, *Guerra de Cataluña*. Madrid, 1912, págs. 38 e segs.

(38) Rodrigues Cavalheiro, *1640, Richelieu e o Duque de Bragança*, págs. 59 e segs.; Academia Portuguesa de História, *Anais*, vol. VIII, págs. 90 e segs.

(39) *Restauração de Portugal Prodigiosa*, II P., pág. 8; *Portugal Restaurado*, tomo I, págs. 91-92; António de Sousa de Macedo, *Lusitania Liberata*, &. Londini, 1645, págs. 547 e segs. A narrativa do texto segue de perto a versão dos acontecimentos apresentada por este autor, contemporâneo dos factos e convivente de todos ou da maior parte dos conjurados. Por estas considerações lhe damos preferência na interpretação das diversas versões, com a sucessão por ele apresentada e que parece a mais lógica de todas as conhecidas.

(40) *Port. Rest.*, tomo I, págs. 92 e segs.

(41) Eduardo Brasão, *Alguns documentos da Biblioteca da Ajuda sobre a Restauração*, págs. 13-18.

(42) D. Fernando Correia de Lacerda, *Catastrophe de Portugal*. Lisboa, MDCLXIX, pág. 16; Gastão de Melo de Matos, «*Antes morrer*

reinando que acabar servindo», in revista *Brotéria*, vol. XXXI, fasc. VI, Dez. de 1940; Rodrigues Cavalheiro, *ob. cit.*, págs. 57 e segs.; *Revista dos Centenários*, n.º 9, págs. 5 e segs.; in Academia Portuguesa da História — *Anais*, vol. VIII, págs. 87 e segs.; Carlos Sombrio, *Beldemonio*. Figueira da Foz, 1942, págs. 141 e segs.; António Ballesteros Beretta, *ob. cit.*, pág. 324; G. Marañon, in *El Conde-Duque de Olivares*, é de opinião que D. Luísa procedeu *por la pasión de mandar*, comum à família dos Guzmanes; na *Hist. General de España*, cit., tomo IV, pág. 71, chama-se enfàticamente à Duquesa *una de esas ambiciones de alto vuelo;* Joaquim de Vasconcelos, *El-Rey D. João o 4.º*. Porto, MDCCCC, pág. XVIII; A. Fernandez de los Rios, *Mi Misión en Portugal*, págs. 77-78; Manuel de Faria e Sousa, *Historia del Reyno de Portugal*. En Brussellas, MDCCXXX, pág. 375.

(43) Joaquim de Vasconcelos, *ob. cit.*, págs. XVIII-XIX.

(44) *Lusitania Liberata, ob. cit.*, págs. 55 e segs.

(45) *Escrúpulo dos Conjurados em 1640*, art. do Autor in *Revista dos Centenários*, n.º 12, Dez. 1939, págs. 1 e segs.

(46) João Pinto Ribeiro, *Uzurpaçam, Retençam e Restauração de Portugal*, in *Obras Várias*. Coimbra, MDCCXXX, pág. 34; *Lusitania Liberata*, cit., pág. 573; *Portugal Restaurado*, págs. 100 e segs.; Rebelo da Silva, *Hist. de Portugal*, tomo IV, pág. 151 e segs.; Eduardo Brasão, *Documentos do Vaticano*, in *Instituto*, vol. 104, págs. 61 e segs.

(47) De essas cartas, todas já publicadas, e bastante semelhantes em seus termos, transcrevemos para documentação, a que foi dirigida à câmara de Elvas:

«Juiz Vreadores, e Procurador da Camara da Cidade de Elvas. Eu El Rey vos envio mt.º saudar, foy Des seruido lembrarse das calamidades deste Reyno ordenando que Lx.ª e outros pouos me declarassem por Rey delle, e espero em sua devina Mag.de que ha desser para se conseguir os augmentos, e alivio que eu desejo como quem como natural tanto deseja que se disponhão estas cousas. Estimarei que logo nessa Cidade se fação as demonstrações que este neg. pede, e como he perto da Raya do Reyno sera necessario que logo facais lista de toda a gente que pode tomar armas para deffensa da terra assim do termo como da Cidade, e que se alistem tambem as armas que ha, e se repartão pellas companhias que se form as quais sedarão capitaes e officiaes, dos homens nobres da terra eleitos nessa camara, onde tambem se elegera capitão m a que todos obedeção emquanto eu não mandar outra ordem e com esta gente e officiaes se trattará de vigiar e guardar a terra e os lugares da fronteira, onde for mais necessario aver m vigilancia emquanto mando acudir com a forca e calor que he resão, e porque sey que para o amor e fidelidade como sempre servistes

aos Sñrs Reys meus predecessores nao he necessario fazeruos mayor recomendacão, vos não digo m Escritta em Villa Vicosa 2 de Dezembro de 640.

Rey

Pera a Camara da Cidade de Elvas»

Esta carta foi levada a Elvas por Brás Soares de Castel-Branco que à cidade chegaria alta noite, já quando a notícia da Restauração ali era conhecida por conduto de um frade de São Paulo, filho de Rui Teles de Meneses, ido mais cedo de Vila Viçosa.

Foi publicada nos *Elementos para um Diccionário de Geographia e Historia Portugueza. Concelho de Elvas*, &, por Vitorino de Almada. Tomo Primeiro, pág. 27 *s. v.* Acclamação.

Vid. também, António Francisco Barata, *Evora Antiga*. Évora, 1909, pág. 183; *Noticia del Reino de Portugal, Progressos de sus Principes; motivos del echo del primer de Dez.º del año de 1640. Aclamacion y Restitucion del Rey Don Joam el quarto su natural. Por Pedro da Cunha*. Ms. da Bibl. Nacional, B. 14-17.

Aí se lê: «llegó la nueva al Rey a villa viciosa el domingo a las nueve del dia estando en su capilla con su muger hijos oyendo missa recibiola con gran gusto porq̃ estava con el cuidado del sucesso q̃ el caso pedia y lo que resto de aquel dia se gasto en alegrias y parabienes de los moradores de su corte y casa y lugares circunvesinos por donde boló luego la nueva q̃ todos acudiran a besarle la mano y reconocerle por su Rey y señor natural y al otro que fue lunes llegaron dos embaxadores de los governadores Jorge de Melo y pº de m.ça q̃ fueron recibidos con igual gusto...»

O autor foi trinchante-mor de D. João IV e depois vedor da rainha D. Luísa; era irmão do bispo de Elvas, D. Manuel da Cunha, capelão-mor, ambos sobrinhos do arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha.

Vid. Francisco Rodrigues, *Hist. da Comp.ª de Jesus*, cit, t. III, vol. 1, págs. 360 e segs.

(**) *Na mesma tarde sairão por mandado dos grandes Pero de Mendonsa Furtado, alcaide-mór de Mourão, e Jorse de Mello, irmão do monteiro-mor, a notificar ao Duque como o tinhão levantado por Rey destes Reynos.*

Vid. *Rellação do notavel successo, e aclamação del Rey Dom João o 4.º, &*, publ. in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, n.os 57-60, 1942, págs. 145 e segs. Art. de Durval Pires de Lima; Manuel de Faria e Sousa, *ob. cit.*, pág. 384.

(**) *Evora Gloriosa*, cit., pág. 163.

(**) *O Phoenix da Lusitania*, cit., liv. IV, est. 26.

(**) Vicente de Guzman Soares, *Lusitania Restaurada*, c. 3, est. 31.

([32]) Rocha Madahil, *Cartas da Restauração*, in *Instituto*, Vol. 96.°, 1940, págs. 292 e segs.

([33]) *Idem, ibidem*, pág. 279; P. António Franco, *Evora Ilustrada*. Pref. e Ind. de A. de Gusmão. Edições Nazareth. Evora, MCMXLIV, cap. XLII, págs. 174 e segs.

LIVRO QUINTO

RAINHA RESTAURADORA

Ninguém menos é rei que quem tem reino.

ANTÓNIO FERREIRA, *Castro*

Sentada no trono, pareceu que não se criara fora delle, logrando tam natural a Magestade, que fora discredito da fortuna não triunfar coroada.

CONDE DA ERICEIRA, *Port. Rest.*

RAINHA RESTAURADORA

A ACLAMAÇÃO EM VILA VIÇOSA

Após a partida de D. João IV para Lisboa, a Rainha D. Luísa ainda teria de permanecer por mais de duas semanas no Paço de Vila Viçosa, assistindo aos serviços e dirigindo os cuidados da mudança da sua casa e estado.

Eram aprestos de grande vulto e aparato, em que não faltariam os panos de armar no caminho, se preciso fosse, cacheiras contra o frio, roupas, alfaias, enxergas, corrediças, cobricamas e coxins, as colchas e os vestidos dentro de arcas encouradas que haviam de seguir em longa carriagem de festivas e guisalhantes mulas, através dos campos do Alentejo. Também tinham de acondicionar-se em cofres, as pratas e guarda-jóias que para sempre se transferiam para a Corte de Lisboa.

Nas ruas e praças da vila ducal, nos adros das igrejas, nas portarias e vestíbulos dos conventos, mantinha-se e diàriamente recrudescia o alvoroço da próxima jornada da Rainha e dos Príncipes, com acompanhamento de damas, fidalgos, criados e moças de serviço, em que também seguiam várias pessoas das famílias da terra.

Cumprindo as ordens dadas de Lisboa para todo o País e mais ainda por obediência ao seu sentimento de

fidelidade, na manhã de 7 de Dezembro, a câmara de Vila Viçosa procedia em auto público à solene aclamação de D. João IV.

Assim o contam velhos papeis:

> «André Dias, porteiro deste concelho, em alta voz para o povo: *ouvi, ouvi, ó meu povo.* E logo o vereador mais velho Fernão Rodrigues de Brito, em voz alta e inteligivel, disse com o estandarte na mão: *Real, Real, Real:* o muito alto, muito catholico, e muito poderoso Rei Dom João o quarto deste nome, Rei de Portugal. E todo o Povo, Câmara e Nobreza responderão: Viva El-Rei de Portugal».

Depois, como era de estilo em dias solenes, pôs-se a caminho o festivo cortejo, seguindo à frente o vereador Rodrigues de Brito, a cavalo, sem chapéu, com o estandarte real na mão e no meio de contínuo entusiasmo, pelos lugares públicos da vila. Por entre fogosas manifestações, desembocaram no adro do convento de Santo Agostinho, alastrando a turba e o seu júbilo pelo Campo do Paço aonde iriam saudar a Rainha com os três filhos, todos ruidosamente aclamados por aquela multidão frenética e pelas pessoas da sua Casa e Corte, aglomeradas nas janelas e nos muros do jardim.

Ao lado de sua Mãe e Rainha, ali se amostrava o pequeno príncipe D. Teodósio, a sorrir às ovações das mesmas vozes e ao contentamento das almas daquela gente que havia três anos ele fora mandado acalmar, de noite, saindo a cavalo pelas ruas e becos da vila, por onde se agrupavam os amotinados.

Antes que as Cortes solenemente a fizessem, esta era já a sua aclamação de Príncipe Real, e nenhum outro povo do Reino nela mostraria maior devoção e sinceridade. Por tal exultação, também se oferecia à Família de Bragança, em nova e grande fidelidade, o sentimento colectivo de Realeza.

Reentrando nas velhas ruas da vila, o cortejo, sucessivamente engrossado, dirigia-se para o adro de São Bartolomeu, passava com estrépito pelo Rossio e Colo da Gaita, para penetrar no portal da muralha de D. Dínis e subir até à igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Descerrada a grade de prata do seu reluzente nicho, à Padroeira da Vila então se davam as devidas graças pela sua declarada protecção ao Reino.

Dali se organizava uma procissão que de cruz alçada se dirigiria à capela do Paço onde o povo já se ajuntava, para assistir ao sacrifício da missa e ao sermão gratulatório que em tão jubilosa festa se havia de prègar.

No velho documento do concelho, o cronista deste feliz sucesso parece ter querido exarar um compromisso de fidelidade à Dinastia que poucos dias antes naquela vila nascera, escrevendo a rematar a sua narrativa:

> «E assi os oficiais da Camara, como o mais povo, aclamou por seu Rei natural ao mui alto e poderoso Rei, D. João o quarto Rei de Portugal; e assi o conhecerão a ele e seus sucessores para sempre em seu nome e de toda esta vila e seu termo» (1).

MUDANÇA PARA LISBOA

Encerradas que foram em Lisboa as demonstrações de regozijo público pela coroação de D. João IV no Terreiro do Paço, a 15 de Dezembro, o marquês de Ferreira e o conde de Vimioso eram incumbidos de ir a Vila Viçosa para acompanhar a Rainha D. Luísa, o Príncipe e as Infantas na jornada para a Corte. Viriam todos juntar-se ao Rei na próxima festa do Natal. Muito honrados foram aqueles fidalgos com tal encargo de serviço real e bem merecedores eram de tanta confiança. Por sua alta nobreza e ofício de Condestável, o marquês de Ferreira levara o estoque desembainhado na cerimónia da coroação; o conde

de Vimioso que também seguira com D. João IV na jornada para o Trono, era agora Capitão General de todo o Reino e o principal cabo na defesa dele.

A partida da Rainha para Lisboa fez-se num coche de gala, talvez na chamada carroça de Roma que, havia menos de oito anos, fora posta à sua disposição para a entrada em Elvas como duquesa de Bragança, no dia do seu casamento. Começava-se esta jornada na manhã de sexta-feira, 21 de Dezembro, em direcção à cidade de Évora. Andamento vagaroso teria de ser o desta comitiva, à mercê dos maus caminhos e com reluzente companhia de fidalgos a cavalo, criadas, servidores e moços de estribeira.

A primeira parada para pernoitar deverá ter sido a meio caminho, na vila de Redondo ou cercanias, embora não se conheça documentado registo da passagem da Rainha D. Luísa por aquela povoação.

E no afastamento do seu lar, por esta longa travessia de searas e alqueives, a D. Luísa sobraria o tempo para a prática das ordens e avisos de cuidados com as crianças e para as cogitações do seu futuro incerto.

Poucos dias antes, vira o seu marido transitar da cómoda e fácil vida de duque de Bragança em Vila Viçosa, para os sobressaltos, trabalhos e incertezas de Rei de Portugal na Corte de Lisboa. Ali vinha agora a seguir-lhe firmemente o destino, sem vaidosas ostentações e sem poder ainda prever que em breve começaria a passar da opulência para as dificuldades, do sossego e bem-estar para a inquietação e constante receio de perigos que até ao fim da vida lhe ameaçariam a Casa e a Família.

Para Lisboa, caminhava a Rainha com decisão e por certo com júbilo, rodeada dos três filhos do seu amor, penhores da continuidade do sangue real em Dinastia e da segurança de um Trono glorioso, poucas semanas antes reerguido e liberto da opressão.

Ao subir à sua nova dignidade, mal poderia essa Mãe suspeitar de que haveria de sofrer a dor de os perder, dois na morte e uma na ausência perpétua para os seus olhos.

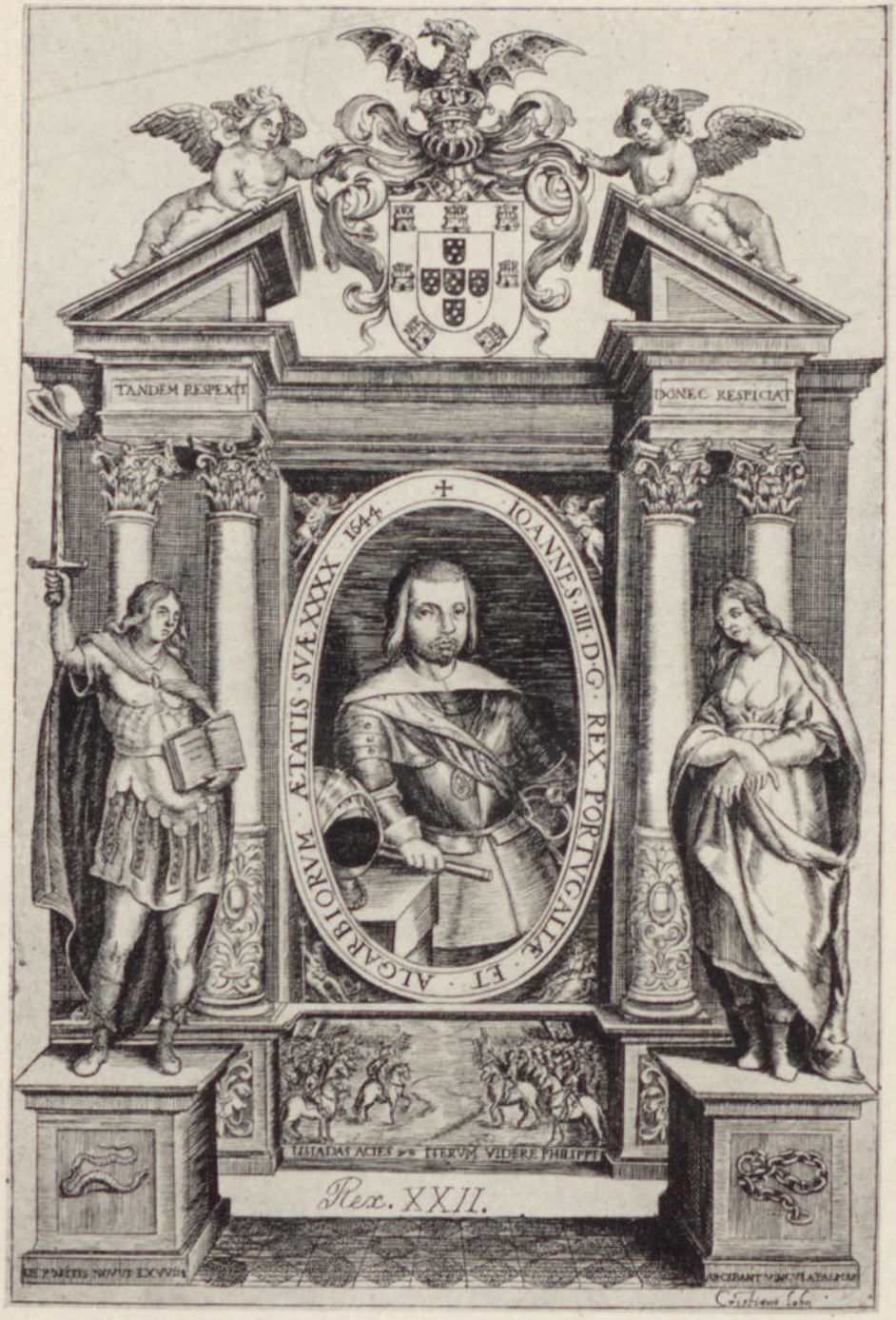
A distância algumas léguas da estrada, por um esta-

EL-REI D. JOÃO IV

Museu Nacional dos Coches

(Fot. *Diário de Notícias*)

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA



ALEGORIA DA RESTAURAÇÃO

(Reprod. da ob. *Justa Acclamação &.*, de Velasco de Gouvea, 1644)

feta mandava recado a Évora de que desejaria ir fazer oração à Sé Catedral. E logo o cabido determinou os necessários arranjos, com as disposições da maior gala e honra: apressadamente se desdobraram alcatifas na coxia e se recobriram de colgaduras as pedras da nave; puseram-se almofadas de tela de ouro nos genuflexórios do altar até onde o dignatário mais antigo levaria o Santo Lenho, a Vera Cruz do Salado, para o dar a beijar à Rainha. Preparava-se para proferir o discurso da saudação o célebre cónego eborense, Álvaro Tinoco.

Mas, com os forçosos atrasos da jornada, o acompanhamento entrava muito tarde em Évora nesse frio anoitecer de 22 de Dezembro, e a Rainha D. Luísa já não pôde cumprir o seu desejo de ir rezar à Sé. Apeando-se à entrada do solar dos marqueses de Ferreira, pela porta manuelina que se abre para Oriente, encimada pelos seis besantes de prata dos Melos, a Rainha era introduzida no pomposo salão onde já a esperavam as senhoras da nobreza da cidade e seu termo. Parecia que então se estava cumprindo o vaticínio da falecida Leonor Rodrigues, ao profetizar um dia ao Marquês *que via em uma sala do seu paço uma Coroa Real...*

Ainda nessa noite, dispunha-se a aceitar também as homenagens dos vereadores da Câmara que se faziam acompanhar de seis taboleiros bem aviados de doces secos, sendo alumiados no caminho por *doze tochas q. levavão cidadãos em corpo.*

No dia seguinte, em tempos de prima, o cabido eborense com os seus cónegos *in nigris,* era recebido na sala nobre da sua casa pelo marquês de Ferreira.

E como ali já muitas comunidades esperassem o momento de beijar a mão da Rainha, no meio do alvoroço da assistência decidiram delegar a representação capitular no chantre Manuel Severim de Faria e no padre Luís de Miranda Henriques que depois vieram a ser benignamente acolhidos pela Soberana.

Mas a jornada para Lisboa havia de recomeçar logo pela manhã, aprestando-se todos os que iam no séquito, muito contentes em suas almas das razões de tal

partida. No coche da Rainha ia o Príncipe D. Teodósio, e ao estribo sentava-se a marquesa de Ferreira, já investida no cargo de camareira-mor. Acompanhando também a Rainha a condessa de Vimioso, assim as duas principais famílias de Évora se deslocavam dos seus velhos solares para ir desempenhar cargos palatinos na nova corte de Lisboa. Na companhia já numerosa, ia também Escolástica Cortês, natural de Évora *que por ser insigne em escrever e debuxar*, a Rainha escolhera para mestra dos seus filhos, dela fazendo grande estimação em vida e na morte.

No momento da partida, quando o coche real ia passando pelo adro da Sé, a capela dos músicos e as charamelas romperam em acordes festivos, enquanto o povo da cidade aclamava a Rainha e os Príncipes, já a caminhar lentamente para Montemór (²).

Saindo das muralhas por entre conventos, com os seus miradouros ruidosos de curiosidade, o séquito ia penetrando nas planuras de seara que se alongavam até à cinzenta amplidão das azinheiras, por largo horizonte; e da banda das novas folhas, estendia-se até se unir com o céu, a terra esventrada dos alqueives, a respirar os úmidos ares e o sol de Deus. Suspendendo o trabalho ou deixando novilhos e ovelhadas a pascer ao longe, nos tristes pousios, pelas dobras da carreteira, assomavam-se às bermas os pastores e campaniços, porqueiros e mulateiros, vestidos de pelicos, calados e solenes, respeitosamente descobrindo as cabeças dos chapéus àbeiros.

Como guardas de um palácio que tem por tecto a imensidade azul, a esses portugueses humildes se comunicava o júbilo da libertação, nessas horas de fria chuva a alternar com sol fugidio, quando vagarosamente atravessava os campos do Alentejo a nova Rainha de Portugal.

Atrás da comitiva iam os olhos e o pasmo daquelas gentes pacíficas, vendo afastar-se o coche, a ranger e a oscilar nas correias, e em cujos assentos essa Mãe ia oferecer à Pátria adoptiva, bem renascida nos seus filhos, o sangue de D. João I, Nuno Álvares e João das Regras.

Nestes três netos alentejanos, sobreviviam os três salvadores de Portugal na crise da Independência em 1383-

-1385 e na subsequente guerra com Castela. Era um alto destino a repetir-se e a glorificar-se humanamente em novos passos da História.

Depois de pernoitar em Montemór, em algum solar da vila, na manhã do outro dia que era véspera do Natal, a Rainha foi à missa ao Calvário, a pé, pelo braço do marquês de Ferreira, dirigindo-se dali o cortejo sem mais detença, para a estrada de Vendas Novas (3).

Com forçadas e sucessivas demoraş no andamento, embora com repetidas mudas das bestas de tiro, no logarejo que então era esse povoado, teve a Rainha de passar a noite do Natal, ainda longe de Lisboa. E só à claridade da outra manhã, foi possível prosseguir no caminho, até alcançar vista de Aldeia Galega.

Assim diz o poeta-cronista da jornada, mais cortesão do que inspirado:

Com regio fausto, pompa & bisarria,
A este tempo a esquadra lusitana,
Que vinha na lustrosa companhia,
Da cesarea Luiza soberana;
Ao passo que a suspiros induzia
A saudosa terra Trantagana,
Que em lagrimas banhadas atras deixava
Para Aldea Galega se chegava.

Na última parte da jornada, foi o séquito salteado por tremenda tempestade, com relampagos, trovoada e inundações que mais dificultaram e retardaram os passos do caminho. Mas por nenhum obstáculo se continham a ansiedade e o júbilo do povo que pelas encruzilhadas se aglomerava à passagem do acompanhamento, para ver e saudar a Família Real, com vivas, aclamações e abundantes lágrimas de alegria:

Quantos da Lusa gente alvoroçada
No vario de quadrilhas diferentes,
Com alegria, & pressa desuzada,
Se hião formando exercitos contentes;

Que ao coche da Raynha venerada,
Lançando, á competencia diligentes,
Os olhos, quando velo merecião,
Ainda só de velo endoudecião.

E cada qual solicito, & zeloso,
De melhorar de sitio, sô tratando
Rompendo porfiado, & fervoroso,
A multidão que o coche hia cercando:
Com ansias, & mais ansias desejoso,
Os olhos, por mil modos aplicando,
Do thesouro que o coche lhe ocultava,
A desejada vista procurava.

E logo que ditoso merecia
Ver aquelle portento de beleza
Da Raynha, a gentil soberania,
Com que admirava em rara gentileza:
Do Principe Theodosio a galhardia,
O credito maior da natureza,
Se pasmo em fermosura soberana,
A bella Catharina, & bella Ioanna.

Entre as vertidas lagrimas contentes
Que o coração aos olhos despachava,
A dar por estas mudas eloquentes
Indicios do alvoroço, que encerrava;
Com alternados vivas diferentes,
Na instancia do fervor, que os incitava
Hião seguindo o coche cuidadosos,
Inda dos olhos seus muitos siosos.

AO ENCONTRO DA FAMÍLIA

Para ir esperar a Rainha e os Príncipes a Aldeia Galega, termo da jornada por terra, embarcava D. João IV no bergantim real no cais do Terreiro do Paço. A pouca distância o seguia a nobreza em cortejo de barcos embandeirados, onde iam fogos de vista, músicas e outros aparatos de festa.

Saltando em terra no desembarcadouro da praia, D. João IV meteu-se a caminho pela posta, ao encontro

da Rainha que se aproximava do povoado na áspera e chuvosa tarde de esse dia de Natal.

Assistindo à natural expansão dos Pais e dos Filhos que outra vez se viam juntos com renovada alegria, o autor da crónica metrificada contínua a sua pomposa narrativa:

Passando hia dos Lusos a quadrilha,
Que no Tejo buscava a alegre praya
Da Virgem, a que o Ceo todo se humilha,
O solitario templo da Atalaya;
Quando a buscar no coche a maravilha,
O Amado JOAM o quarto desejoso,
Com ella se encontrava saudoso.

E o coração, & os olhos recreando
Em ver os atractivos resplandores,
Que estavão peregrinos centilando
No extremo dos charissimos penhores;
A posta com o coche comutando,
Depois que entre dulcissimos amores,
Se regalou na vista da Rainha,
Cos tres penhores bellos se entretinha.

Depois deste encontro, a Família Real dirigia-se à aposentadoria que lhe fora destinada, para pernoitar em descanso, e lá se cuidaria das disposições e dos preparativos requeridos para a entrada solene em Lisboa. No dia seguinte, com manhã muito serena e de claro sol, os Reis de Portugal e os Filhos sairam para a missa, caminhando a pé no meio da multidão que os aguardava para os ver e aclamar de perto, dando serenidade ao seu alvoroço e satisfação ao seu desejo.

Era a restituição dos Reis a Portugal e a de Portugal a seus Reis, depois de um colapso sombrio, em que duramente fora suportada a opressão e sofrida a saudade.

D. João IV, simples e modesto de sua pessoa, aparecia *vestido de pano dozeno pardo*, com o mesmo traje com que em Julho de 1639 se apresentara à duquesa de Mântua e que também envergava no acto da coroação no Terreiro do Paço e na cerimónia da Sé de Lisboa.

A Rainha apresentava-se com vestido de tela de seda

verde, ornamentado de ramos de diversas flores, bordados de fios de prata, talvez alguma das peças da indumentária havia quase oito anos trazida no seu rico enxoval de noiva.

Dos adornos e elegâncias da Rainha, assim escreve Diogo Ferreira Figueiroa, mas sem notória elegância:

Sobre o cabelo em ondas gracioso,
Rosas de prata, & verde, & suspendido
Com graça, do hombro esquerdo, em modo airoso
O Boheme sobraçado, & atrás caido;
Com raras perfeições magestuoso,
Era o rosto hum extremo mais subido,
Mas como a fermosura soberana,
Se atreverá sem culpa copia humana? (*).

O Príncipe D. Teodósio, *presagio de coroas venturoso*, seguia por seu pé, desembaraçadamente; nos braços do conde da Vidigueira, era levada a Infanta D. Joana, enquanto a Infanta D. Catarina ia ao colo da sua ama, *por chorosa e mais minina*.

Depois do jantar, encaminhavam-se todos para o embarcadouro onde festivamente os esperava o bergantim real com a sua armação de toldos de seda sobre os assentos, recobertos de ricas almofadas.

Para formar o cortejo fluvial, ali haviam acorrido todos os barcos da Ribeira de Lisboa e muitos outros de fora da barra, nos quais em grande número iam entrando pessoas da nobreza e corte, em ruidosas e largas demonstrações de alegria, com vivas entusiásticos, acenos de lenços e de chapéus, enquanto os sinos de todos os lados mandavam aos ceus os mais altos e festivos repiques.

A população da cidade, da mesma exultação possuída, entregava-se a danças, chacotas e folguedos, agitavam-se as pélas das peixeiras e regateiras, tocando-se pandeiretas e os mais variados instrumentos músicos, ao aproximar-se o bergantim dos edifícios de São Francisco de Xabregas. No antigo Paço, estava então encerrada e prisioneira a duquesa de Mântua, talvez a meditar na sua vingança, em serviço de Filipe IV de Castela. Ouvindo na sua câ-

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

ESCUDO DE ARMAS DA RAINHA
D. LUISA DE GUSMÃO
(1641)

(Ofic. *Diário de Notícias*)

mara-prisão os ruídos das aclamações em atmosfera ainda revolucionária, a Vice-Rainha deposta ali sentiria a humilhação daquela afronta, em silêncio recalcaria o seu humano despeito e o seu compreensível rancor. Da sua desgraça via nascer a glória de outra mulher, de outra duquesa, e espanhola de nascimento, que nas mansas águas do Tejo ia agora passando em triunfo para o Terreiro do Paço. Trazida para ali após a Restauração, no dia 1.º de esse mês, acompanhada pelo seu confidente, o arcebispo de Braga, talvez desde logo ambos começassem a urdir a teia em que esse prelado filipino e outros maus portugueses viriam a enrolar-se e a perder-se, por não conseguirem perder a liberdade do Reino.

Ao longo da praia, ia suavemente vogando o bergantim real, diante das movediças ondas de povo que até à linha de água descera para ver e festejar a Família Real, a sorrir a toda a gente na doirada luz da tarde.

Desde D. Sebastião que o Povo não gozava a alegria da presença e assistência do seu rei natural. D. Henrique passara pelo Trono como sombra de morte. O júbilo de agora era distante reflexo de saudade para muito poucos portugueses e novo sentimento para quase todos. Por fim, chegando a embarcação à ponte da Casa da Índia, logo se ouviram três salvas de artilharia no Castelo, não lhes respondendo os navios ancorados no Tejo, por mau agouro do desastre ali ocorrido, quando do desembarque de D. João IV, ao chegar a Lisboa no dia 6 desse mês de Dezembro.

Descendo em terra, acompanhados dos marqueses de Ferreira, dos condes de Vimioso e da Vidigueira, e de outros senhores e senhoras da Nobreza, por entre estrondosas aclamações da gente popular, os Reis e os Príncipes foram-se mostrando na passagem dos vãos de três janelas, enquanto caminhavam pelo corredor da galeria que ligava a Casa da Índia com o Paço da Ribeira. E era tão clamoroso e exultante o entusiasmo dos Portugueses, tão dominador o júbilo de se sentirem libertos, que alguns chegaram a enlouquecer com o sentimento de tal felicidade (5).

A CORTE PORTUGUESA RENASCIDA

No Paço da Ribeira onde poucas semanas antes se proclamara com altas e alvoroçadas vozes dos fidalgos e do povo, a libertação de Portugal, entrava agora a Rainha D. Luísa, para ir talvez ocupar os mesmos aposentos em que nos últimos seis anos vivera a duquesa de Mântua.

Transformado pelas obras de Terzi em tempos de Filipe II, o velho Paço manuelino era dos reis de Portugal, e a entrada nele dos duques de Bragança, seus herdeiros e sucessores, dava solene termo a uma usurpação por um acto de ocupação e posse de legítimos senhores (6).

D. Catarina de Áustria, mulher de D. João III, falecera em 12 de Fevereiro de 1578, e já iam passados perto de sessenta e três anos que em Lisboa não se vira a presença e a majestade de outra rainha portuguesa.

A usurpação filipina nunca tivera corte em Portugal, e assim melhor foi ao destino nacional, para que a saudade dela alimentasse a esperança de a ver dignamente restabelecida. E dessa falta da corte, bem cedo os Portugueses se mostrariam desgostosos, para que Rodrigues Lobo pudesse escrever:

> «E desta escolla de seu serviço (como no princípio disse) sahem os homens tão apurados no que convém á honra, primor & discrição, que se não pode esperar delles villania em nenhuma cousa. E porque falta a Portugal ha tantos annos esta criação, tem tão pouca muytos filhos dos illustres do Reyno, que livres deste aprazivel & honrado Senhorio ficárão no de sua vontade» (7).

Com a sua experiência de famoso cortesão, também em conceituosos termos, D. Francisco de Portugal se lamentava da ausência da disciplina do Palácio e das finezas da educação que à volta dos Reis outrora se recebia:

LISBOA — *O Terreiro do Paço, à passagem do coche real*

(Fot. *Ed. Portugal*)

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

D. RODRIGO DA CUNHA, ARCEBISPO DE LISBOA

Galeria do Paço Arquiepiscopal de Braga

«Sin ninguna competencia fue siempre Portugal la escuela de la fina galanteria, de aqui aprendieron todas las naciones finezas; y no falta algun vestigio desta verdad en sus ruinas, que aqui buenos naturales suele haver, pocos son, porq̃ es mui raro lo bueno, y devesele que sin la cultura de Palacio, que es una disciplina de lo politico, la vista de los Reys, la fuerça de la naturaleza produzga aciertos, verdades...» (8).

Como ficou dito, a Rainha D. Luísa trouxera de Évora a marquesa de Ferreira para o cargo de camareira-mor. Nos cuidados da organização da sua Casa, ia rodear-se de senhoras de bom exemplo, das mais ilustres damas da Restauração. Para aia do Príncipe e das Infantas, nomeava D. Mariana de Lencastre, viúva de Luís da Silva. Chamava para o Paço D. Filipa de Vilhena, condessa-viúva de Atouguia, que também viria a ser aia do príncipe D. Teodósio e mais tarde camareira-mor da Rainha. Estas eram aquelas mães que haviam incitado os filhos a pegar em armas na madrugada do 1.º de Dezembro, para ocuparem os lugares dos seus pais que já não eram deste mundo. De D. Mariana eram filhos Fernão Teles e António Teles da Silva; de D. Filipa, Jerónimo de Ataíde e Francisco Coutinho.

Para serviço da Rainha, El-Rei D. João IV nomeava-lhe também os seus altos dignatários: D. Sancho de Noronha, conde de Odemira, por mordomo-mor, D. Luís de Noronha, por estribeiro-mor, e por veador, a Pedro da Cunha que era seu trinchante (9).

Entre as damas portuguesas desse tempo, algumas haveria intimamente indispostas e despeitadas com o novo destino da Duquesa de Bragança, e outras viriam a declarar-se-lhe hostis, por mal contido impulso de rivalidade feminina. Mas, no meio da sociedade da nova Corte, desde logo a Rainha D. Luísa saberia mostrar-se digna do primeiro lugar, com perfeita nobreza e majestade. Assim se lhe refere um historiador:

«On remarqua que dans ce changement de fortune le personnage de Reine ne lui coûta rien, & qu'elle soutint sa nouvelle dignité avec tant de grace & de majesté, qu'elle sembloit être née sur le Trône» (10).

O primeiro Regimento do porteiro-mor e audiências fora expedido com a data de 23 de Dezembro. A este diploma havia de seguir-se com seus oitenta artigos, o *Regimento dos Oficios da Casa Real*, em que a vida da Família Real na Corte, no Paço, na Capela, nas Audiências, ficaria regulamentada com todo o rigor e minuciosidade (11).

Também no Paço da Ribeira teriam de fazer-se obras e reparações necessárias, e para mobilar e decorar algumas das suas câmaras e salões, iriam vindo de Vila Viçosa móveis, alcatifas e panos de armar. Dos frescos do salão de Música era encarregado o pintor José de Avelar Rebelo, trabalhando ali também nos serviços do seu ofício, o canteiro Agostinho Rodrigues (12).

Dos seus propósitos de contribuir, desde logo e com sacrifício, para os gastos da guerra que se avizinhava, fala claro o sentimento popular de Lisboa, pela voz do livreiro-poeta Francisco Lopes:

A Rainha alegre, & leda
Vendo o Rey dar seu thezouro,
Toma muytas pessas d'ouro,
E manda bater moeda:

Que o brocado, tela, & seda,
Que nos seus cofres encerra,
Ella de si os desterra
E que se ponhão na praça
Pera que guerra se faça
A quem nos quer fazer guerra.

Que ella esta determinada
Pois pera a guerra convem,
A dar tudo quanto tem,
E que quer ficar sem nada:
..... (13).

Da administração dos seus bens próprios começara a Rainha por encarregar António Cavide, como se vê pela procuração de 25 de Junho de 1641, com poderes de *cobrar dos oficiais da fazenda de S. Mag.de do Estado de Bragança tudo o que for devido do que estava assentado nas rendas do mesmo Estado para gastos de minha Camara e dar quitações, &* (14).

Em Janeiro deste ano, embora ainda não instituida por diploma legal, já a Casa da Rainha estava fundada e provida do pessoal que lhe era próprio, com assentamento de seus ordenados, moradias e mercês (*).

A instituição legal viria com a Carta Patente de 10 de Fevereiro de 1642, pela qual era restaurada a antiga Casa das Rainhas, dando-se confirmação de validade ao estipulado a tal respeito em 1524, no contrato nupcial de D. Catarina, mulher de D. João III e última rainha portuguesa, antes da usurpação.

Por outra Carta Patente de 9 de Fevereiro de 1643, haviam de ser atribuidos à Rainha D. Luísa, com a condição de ficarem incorporados por suas rendas na Casa das Rainhas, os seguintes bens: as vilas de Chamusca e Ulme e os reguengos de Nespereira de Riba Vouga, Mação e Vila Nova de Fozcôa que, havendo sido doados em 1561 ao príncipe de Êboli, agora passavam à posse da Rainha D. Luísa por ser sua descendente (15).

De outro diploma de 19 de Outubro de 1644, depreende-se que os rendimentos próprios ainda não chegavam regularmente às mãos do tesoureiro da Rainha, tantas seriam as despesas e de tanta urgência as necessidades de pagar o equipamento e armamento para a defesa do País. Por essas razões ou por falta de probidade dos agentes escolhidos, o governo e administração da Casa da Rainha não funcionavam devidamente, fixando-se agora regras de vida nova para o começo do ano seguinte, a fim de que, com as rendas próprias, se evitasse o expediente de recorrer às da Coroa.

(*) Documentos, VII.

Não se dividiria a mesa, mas o Rei acrescentava: *Hei por bem que por minha conta se faça a despeza* (mesa), *pello que toca a Rainha, com obrigação de ella por suas rendas mandar fazer a despeza dos vestidos do Principe meu sobre todos muito amado, e presado filho, do Iffante Dom Affonço, e das Iffantes emquanto não crescerem a mayor idade, e com esta despeza q̃ faz com meus filhos, fica compensada, naque faço com sua pessoa na meza...* ([16]).

Sendo até agora bastante harmónica a união das pessoas do Rei e da Rainha, correspondia-lhe o firme intento da separação dos bens. Mas, pelas circunstâncias do tempo, quase seria impossível consegui-lo. Ia-se buscar dinheiro onde o houvesse...

Era D. Luísa bastante modesta para as exigências do seu estado e vida, não só por se furtar a vãs ostentações, mas também porque todos os aspectos da corte haviam de ressentir-se da penúria geral do País. Como se vê dos documentos, a nómina dos servidores e servidoras da sua Casa nos primeiros anos, não chegava a abranger quarenta pessoas, desde o mordomo-mor até à última das moças de retrete. No ano de 1642, a despesa total da Casa da Rainha seria de 11.600$000 réis, incluindo a sua mesa e cozinha, mesa das damas, vestidos de Sua Majestade e Altezas (estes no valor de 948.000 réis), moradia de criados, cera, estribaria, cocheira e penso de trinta e três cavalgaduras.

Dois anos depois, em 1644, os vestidos da Rainha, do Príncipe e das Infantas importariam em 1.269.307 réis, incluindo nesta conta um vestido de riço da Rainha, ainda não escriturado, a que se atribuia o valor aproximado de 45.000 réis. As contas que se conhecem eram deficitárias desde os primeiros tempos, e, não aumentando as rendas, nunca deixavam de subir as despesas, como as de jóias a criadas, pagamentos a oficiais da Casa e da Fazenda, a juízes de fora das suas vilas, obrigando a administração ao recurso de repetidos suprimentos.

A estes encargos juntar-se-iam despesas extraordinárias em anos sucessivos: aumento do custo dos vestidos

pela idade dos Príncipes, vestidos de criadas e moças da câmara, fatos de reposteiros e moços de estribaria; compras de cavalgaduras para substituir as que morriam, mantiaria, botica, médicos e sangradores; e, finalmente, as verbas para constantes esmolas, missas e obras pias.

O jantar servido às damas vindas ao Paço para ver o auto de fé no domingo, 15 de Dezembro de 1647, seria averbado nas despesas da Casa da Rainha por *trinta & tres mil sento noventa e oitto & meo*, gasto subscrito por Rui de Moura Teles, do conselho de Estado. Na lista do banquete incluiam-se numerosas iguarias, entre as quais seis perús assados, doze galinhas de gigote, trinta palmos de linguiça, doze lombos de porco, seis tortas folhadais, doze galinhas recheadas, vinte e quatro pombos caseiros, ovos, frutas e guloseimas variadas.

Das dificuldades e estorvos para alcançar o equilibrio das contas, logo de príncipio fazia cuidadosa exposição e lembrança o secretário António Cavide.

Por feitio, gosto e conveniência, como em Vila Viçosa, quando simples duquesa, a Rainha continuaria a ser pessoa reservada e muito retraída de convivência desnecessária.

A esse modo de ser se refere a passagem da *Visita das Fontes*, nos *Apologos Dialogais*, em que intervem como interlocutores, o *Soldado*, a *Fonte Nova* e a *Fonte Velha* do Terreiro do Paço, assim discorrendo:

SOLD. — *Melhor será, e bem melhor, que vos appliqueis a ver aquella procissão de coches que lá vem; e é, segundo me parece, (ainda que parecem longe) o acompanhamento da rainha que sahiu fóra: elle é, não me engano.*

FONTE N. — *Déra-vos alviçaras, se m'as pedireis, porque estando já aqui ha dias, não tive até hoje o bom dia de ver sua magestade.*

FONTE V. — *Será assim porque é uma das mais recolhidas e caseiras princezas do mundo! Raras vezes deixa o seu paço; sahe só a visitar os templos e quem os habita* ([17]).

D. LUÍSA JULGADA EM CASTELA

Dos aplausos e sincera estima com que os Portugueses souberam distinguir a pessoa e o procedimento da nova Rainha, são largas e muito honrosas as informações. Mas, para maior realce dos seus merecimentos, importa registar, do lado de Castela, algumas referências históricas, de envolta com censuras e acusações aos duques de Bragança. Era natural que assim acontecesse.

Sabedor do que se havia passado em Lisboa, o Conde-Duque logo reuniu os titulares portugueses e castelhanos residentes em Madrid e a quem o assunto respeitaria, para lhes dirigir um exaltado discurso, no qual *com agresiva palabra, calificó al Duque de Braganza de «bruto irracional», y dolido de la injuria que la Duquesa, su prima Doña Luisa Maria Francisca de Guzman (verdadera animadora de la sublevación) habia hecho a la esclarecida sangre de los Guzmanes, anuncia que habia escrito al Duque de Medina Sidonia, hermano de la insurrecta, «que quemase luego el libro donde estaba escrito su nombre y nacimiento para que no quedase rastro ni memoria suya»* (18).

Bem se compreende esta colérica indignação na boca e na alma de quem via malogrado com tal estrondo o seu habilidoso plano de absorção.

De amarga surpresa e igual decepção também dá testemunho Francisco Quevedo num discurso célebre, dirigido ao conde-duque de Olivares, após a Restauração:

> «El señor rey don Felipe II, el Prudente, cuando en Portugal conquistó su herencia legitima, pudiendo traerse consigo a Castilla toda la casa del duque de Berganza, que habia sido opositora a aquel reino y pretendidole, la dejó en el preferida, sin comparación, a todas las demás; que fué no apagar el fuego, sino envolverle en poca ceniza, de suerte que, en hallando materia dispuesta en que prender, volviese a los humos de reinar...»

Depois de reflexões de desculpa para o rei de Castela e seu valido, o mesmo escritor prossegue com sinistros pressentimentos:

> «Hoy el duque de Berganza ha dispuesto para si lo que aun sus mayores enemigos no supieran rodearle; engañóse en el trueco de una letra: quiso hacerse rey, hizose reo.
>
> «Nunca tuviera seguridad la posesion de Castilla sin esta culpa suya: ella es grave, mas preciosa. Lo que hoy tiene más son crímenes y ser disculpa de dejar de ser lo que era. Cuando pensamos que nos debe, le debemos el habernos justificado la desolación suya, en que él solo ha sido artifice» ([19]).
>
> .....

Dois séculos mais tarde, relatando a acção da Duquesa de Bragança na última resolução do Duque em Vila Viçosa, um historiador traça-lhe em curtas palavras este retórico e desmedido retrato:

> *Un genio vivo, perpicaz y energico concurria á hacer de esta mujer una de esas ambiciones de alto vuelo que, aun ciertas de que el sol les derreteria las alas, se dirigirian a el.*

Apesar de tal juizo que sabemos não ser exacto, não deixa de reconhecer nos mais claros termos, a justiça da Restauração de Portugal:

> *Admira ciertamente que una conspiración tan vasta, que afilió á hombres de tan distintas condiciones é intereses y que se agitaba en medio de sus enemigos, no haya llevado en su seno un espiritu debil ó traidor que la vendiese. Preciso es que la tirania de que se quejaban los portugueses existiese realmente; que el ódio hácia ella fuese general, y unánime el deseo de quebrantar su yugo* ([20]).

Desleal, ambiciosa, traidora, não lhe faltaram as censuras, claras ou disfarçadas, esquecendo-se os acusadores de que a filha dos duques de Medina Sidónia não fizera nem assinara qualquer compromisso de reforçar ou vincular a submissão de Portugal a Castela. Casara e fora mãe. Por essa conjugalidade e maternidade, deveriam ser vencidos naturalmente outros respeitos, até o da terra de nascimento. Servindo Portugal, que adoptara, servia a sua família. Como dizia Francisco Lopes, espelho de livreiros patriotas:

> Que a sua patria amada
> Pois o Ceo o permitia,
> Não he já a que soya,
> Que ella se fez natural
> Do Reyno de Portugal,
> E não do de Andaluzia.

As censuras e reparos dos espanhóis de ontem e de hoje, no século XVII e no século XX, só confirmam a má-fé dos intentos com que se instituiu e continuou por sessenta aos, o regime que agora costuma chamar-se Monarquia Dual. E também valem por contra-prova do carácter de que astuciosamente se revestira a grande missão que a D. Luísa de Gusmão se destinara, sem ela o saber, mas que mais tarde viria por certo a compreender: a unificação peninsular, sob o ceptro de um monarca espanhol ([21]).

A RAINHA E OS TRAIDORES

Desconfiados da firmeza da Restauração, despeitados por vaidade ou descontentes com a gestão dos negócios públicos naqueles primeiros dois meses, resolviam passar-se a Castela o conde de Tarouca, D. Duarte de Meneses com seus filhos, D. Luís e D. Estêvão de Meneses (criança, que depois lealmente voltaria ao Reino); D. João Soares Alarcão, alcaide-mor de Torres Vedras, mestre-sala do Rei D. João IV; D. Pedro de Mascarenhas, seu veador,

e seu irmão D. Jerónimo de Mascarenhas, deputado da Mesa da Consciência, ambos filhos do marquês de Montalvão, vice-rei do Brasil; D. Lopo da Cunha e seu filho D. Pedro; Luís da Silva, único filho de Lourenço da Silva, proprietário do ofício de Regedor da Justiça de Portugal (22).

No louvável propósito de fazer *politica de atracção*, D. João IV não pensara derrogar os títulos, as mercês e despachos feitos pelo governo usurpador, e assim mantinha nos cargos de governador de Ceuta, D. João Soares Alarcão, e no de Tânger, o conde de Tarouca, os quais simulando dirigir-se aos seus postos com a confiança do rei de Portugal, de lá ofereciam as praças do seu comando ao rei de Castela.

Estes e outros factos exasperavam o povo de Lisboa que, por considerar suspeitos outros muitos fidalgos, não cessava de os vigiar, detendo-lhes os coches nas ruas e obrigando-os a dar vivas a D. João IV e morras aos traidores.

Foi necessária a directa intervenção do Rei para dominar estes impulsos de justiça popular, nem sempre recta, nem bem inspirada.

Por suspeita, e com razão, viria a ser detida a marquesa de Montalvão e mandada prisioneira para o castelo de Arraiolos. Seguiam também, fugidos para Castela, outros fidalgos, como D. Francisco de Meneses e Pedro Gomes de Abreu, senhor de Regalados.

Passavam-se estes e outros factos, enquanto se preparavam e despachavam as enviaturas às nações estrangeiras, a solicitar o reconhecimento da realeza de D. João IV e da independência de Portugal; convocavam-se e reuniam-se as Cortes em Lisboa, na Sala dos Tudescos, em que solenemente se jurava o Rei e o seu sucessor, o Príncipe D. Teodósio; os navios iam levando as notícias da Restauração para as Ilhas do Atlântico e para as Províncias do Ultramar, estendendo-se o júbilo da independência a toda a Terra Portuguesa.

Enquanto se lançavam tributos, se pediam sacrifícios e orações, e se procurava reorganizar o exército para conter

as ameaças castelhanas por terra e mar, cá dentro o partido filipino ia crescendo ocultamente e fortalecia-se com as dificuldades que o novo Rei encontrava num país exausto, servido por funcionários corruptos, e sem armas nem navios de guera para lhe assegurar defesa eficaz (23).

Nestas difíceis condições de governo, tomou incremento e veio a definir-se a conspiração contra D. João IV, para a devolução de Portugal ao domínio de Castela. Era chefe dessa conjura o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos Noronha, que para ela aliciara D. Luís de Meneses, marquês de Vila Real, e este por sua vez convidava seu filho, D. Miguel de Noronha, duque de Caminha. Entravam também no segredo o conde de Armamar, Rui de Matos Noronha, sobrinho do Arcebispo, D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, D. Francisco de Castro, Inquisidor Geral, Pedro de Baeça e outros, com vários judeus e cristãos novos (24). Dava-se uma estranha aliança de alto clero e de nobres com judeus para exterminar a Família Feal e restabelecer em Portugal o trono de Filipe IV.

Os conspiradores arcebispo de Braga, marquês de Vila Real e D. Francisco de Castro, inquisidor, haviam sido nomeados por D. João IV para o conselho de Estado, o que equivalia a mantê-los nos cargos que anteriormente já tinham por Castela.

No Arcebispo, mais do que a justiça, o juramento e a lealdade portuguesa, poderia a ambição ou o antigo e inexplicável rancor; no marquês de Vila Real, influiria o imoderado despeito de quem, por ser descendente dos reis de Portugal, poderia também ter sido chamado ao Trono.

Mas, se nos primórdios da conjura de Lisboa alguma hesitação houvesse por motivo de preferência pessoal, nenhuma razão de justiça poderia negar ao Duque de Bragança o direito de suceder na Coroa, por ele restaurada.

Descoberta a conspiração, cujo plano seria denunciado pelo contador da Fazenda, Luís Pereira de Barros, e interceptado o papel do aviso para o conde-duque de Olivares, diz-se, pelos agentes do marquês de Ayamonte, já então disposto à revolta da Andaluzia, tinha de entrar em acção a justiça do Rei de Portugal.

A revolução deveria estalar em 5 de Agosto de esse ano de 1641.

De 24 a 29 de Julho, já eram ordenadas e feitas as prisões de numerosas pessoas implicadas ou suspeitas, com verdadeira causa ou por vil denúncia. Restituidos á liberdade muitos presos sem culpa ou contra quem não se produziam provas, deram-se por concluidos os termos do processo em que promovera o doutor Tomé Pinheiro da Veiga, Procurador da Coroa Real.

Pela sentença proferida no tribunal, eram condenados à pena última os principais réus: arcebispo de Braga, marquês de Vila Real e seu filho, o duque de Caminha, o conde de Armamar, D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, Pedro de Baeça, Belchior Correia da França, Diogo de Brito Nabo e Manuel Valente.

Aos réus eclesiásticos não seria aplicada a pena de morte, em virtude do privilégio do seu estado.

Como é costume em Portugal, logo despertava e começava a crescer o movimento de piedade pelos condenados, sobretudo à roda do duque de Caminha, rapaz muito novo, atraído à conjura por influência do pai. Nas vésperas da execução das sentenças, no cadafalso armado no Rossio, a duquesa de Caminha mandou pedir audiência a D. João IV que logo lha concedeu. Por tal resolução, chegou a supor-se que o Rei estava inclinado à clemência e iria perdoar a morte ao jovem Duque. Desse intento, se o teve, seria o Rei desviado pelo prudente conselho de alguns ministros, António Cavide, Francisco de Lucena, mas com certeza pela influência da Rainha D. Luísa. Para a demover de tal atitude, procurara-se a compadecida e poderosa intervenção do arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, que seria eloquente advogado daquele condenado a morte infamante: o Duque não concordara com a conjuração, não quisera denunciar o seu próprio pai, estava muito arrependido...

Além disso, o doutor Duarte Álvares, juiz no processo, votara contra a pena de morte imposta ao réu, duque de Caminha, pela razão de que o princípio de Bártolo, já reprovado por Baldo, de obrigar os filhos e os pais a

denunciarem-se, *era contra todas as leis da natureza e todos os vinculos morais* (25).

A fala do patrocínio de D. Rodrigo da Cunha só obteria da Rainha uma terminante recusa: *o mais que podia fazer por seu respeito, era guardar-lhe segredo daquela proposta...*

A audiência real fora concedida, vindo ao Paço da Ribeira a duquesa de Caminha, rapariga de vinte anos, coberta de negros véus, acompanhada de sua mãe, a condessa de Faro.

Admitidas à presença do Rei e da Rainha, as duas damas lançaram-se-lhes aos pés, a pedir e a rogar o perdão do marido e do genro.

Não se sabe como se passou essa dolorosa cena de lágrimas e soluços, finda a qual as suplicantes sairam do Paço com algumas consolações. Mas eram vãs as esperanças.

A recusa do perdão real ao duque de Caminha que talvez houvesse de importar, a dar-se, a moderação das penas impostas pelo tribunal aos outros réus, deixando-os vivos, deve ser atribuida, principalmente, à decisão da Rainha D. Luísa.

Se impulsionara ou servira o resgate do Reino pela revolução do 1.º de Dezembro, agora, não se movendo à clemência para com aqueles condenados por crime de alta traição, a Rainha lùcidamente obedecia à voz do seu destino político. E desejando que se cumprissem as sentenças de morte, conforme o Direito do tempo, não mostraria dureza de sentimentos, mas firmeza de ânimo e respeito pela Justiça, sempre a primeira virtude dos governantes, sejam ou não sejam reis.

A partir desse momento, também a mulher de D. João IV se mostrava digna do epiteto de *Restauradora*, para em tudo se considerar legítima consorte do seu marido.

Se não se cumprisse o veredicto do tribunal, se as penas não tivessem sido aplicadas com todo o rigor das sentenças, o partido filipino tomaria novos alentos e a independência de Portugal, por sua vez, estaria com cer-

teza malograda. Eram alarmantes os sintomas, impunham-se extremas decisões de direito e de força, contra tantos e tão poderosos portugueses castelhanizados.

É conveniente relembrar esta sinistra página da nossa vida política, para demonstrar como a felonia daqueles portugueses mais valoriza e dignifica para sempre o procedimento dos outros súbditos da Nobreza, do Clero e do Povo que ofereciam vidas e fazendas para a liberdade do Reino, como logo advertiu D. João IV, ao anunciar aos fidalgos da Corte a prisão dos primeiros conspiradores.

O que a brandura romantica, a esta distância, poderá chamar impulso de rigor ou fria crueldade de uma senhora, foi então um acto político necessário e oportuno, em extremo perigo de salvação pública.

Para escarmento público, o partido anti-nacional só poderia ser decapitado e desfeito com a morte dos réus confessos de traição à Pátria e ao Rei.

Para a serena energia de tal resolução, deve ter passado pela mente pressaga da Rainha uma negra sombra: o receio de ver o marido destronado e infamemente justiçado, os filhos desherdados, sem bens nem honras, e se escapassem da morte, reclusos em algum hospício de Jaen ou Cuenca, e ela toda a vida a penar, coberta de véus de viúva nas fundas e frias sombras de algum claustro castelhano.

Bem certo era que o Trono de Portugal, se dava alta glória, ainda estava vizinho do patíbulo para aqueles que nele se sentavam coroados. Por amor da verdade, é doloroso, mas ainda necessário recordar estes factos execráveis, libertando-nos de ressonâncias retóricas e de sentimentalidades nocivas à verdadeira justiça histórica.

Vistos estes autos de traição nacional, à distância de mais de três séculos, a justiça da posteridade não pode absolver esses culpados e não poderá ser menos severa do que a da sentença coeva, proferida e executada naquele mês de Agosto de 1641 ([26]).

A repressão da conjura de Lisboa iria estimular o projecto da sublevação da Andaluzia. Como se uma fatalidade histórica tivesse de continuar a cumprir-se, estava

a desfazer-se o sonho de Isabel, a Católica, malograva-se o astucioso plano de Filipe II, abalava-se o violento artificialismo do império de Filipe IV.

À desagregação de Barcelona, à libertação de Lisboa e de todo o Reino com as Províncias Ultramarinas, haviam de seguir-se os intentos de sublevação da Andaluzia, para proclamar a sua independência, e desde Janeiro de 1641 que tais rumores em Lisboa se propagavam ([27]).

Dessa conjura era chefe o marquês de Ayamonte, D. Francisco Manuel de Guzman, primo da Rainha D. Luísa, e ao trono da Andaluzia independente haveria de subir o IX duque de Medina Sidónia, D. Gaspar de Guzman, aquele que, sendo conde de Niebla, oito anos antes a Vila Viçosa viera, a acompanhar a irmã por ocasião do seu casamento.

Movidos pelo exemplo de Portugal, talvez de acordo com secretas sugestões de Lisboa, cuja natureza e alcance ainda não estão esclarecidos, os futuros libertadores consideravam que a Andaluzia não valia menos do que a Catalunha, para se fazer senhora do seu destino. Província rica, voltada ao Atlântico, com os melhores portos a receber os navios de comércio e os fabulosos tesouros da América, a sua autonomia era sonho para tentar um louco ou a ambição de um político prudente: pelo desmembramento da unidade ibérica, já podiam procurar-se e obter-se alianças em duas nações, a oriente e a ocidente da Península, ambas revoltadas e em pé de guerra contra Castela.

O futuro rei da Andaluzia que tão dolorosa inquietação causaria a sua Irmã, ao sabê-lo vencido e preso, foi salvo da morte pelo patrocínio de seu parente, o conde-duque de Olivares, que o aconselhou a suplicar a graça de Filipe IV, em termos de inteira abdicação do menos exigente pundonor: *hasta conseguirla no me he de levantar de sus Reales Pies besándolos mil veces para morir en ellos, si no me la concede V. M....*

Não perderia a vida, mas perderia depois a Casa, os senhorios, as honras e os títulos, vindo Sanlúcar de Barrameda a incorporar-se nos domínios da coroa de Castela,

com o maior deslustre para a Família Guzman e dolorosa mágoa para a Rainha de Portugal.

Por último, o mesmo parente e protector chegou a persuadi-lo à ridícula fanfarronada de assinar um cartel de desafio ao Rei de Portugal, seu cunhado, enquanto o marquês de Ayamonte, assumindo nobremente as responsabilidades próprias e alheias, era julgado e condenado à morte, para subir ao cadafalso em Segóvia e ali degolado no 1.º de Dezembro de 1641.

Além destas, outras tentativas de separação viriam depois a revelar-se, como as novas rebeliões da Flandres em que o português degenerado, D. Francisco de Melo, perde dezasseis mil homens, armas e munições, destroçado em Rocroi pelo duque de Engien, filho do príncipe de Condé.

Sentia-se o Império a oscilar para a ruina: Flandres, Sicilia, Nápoles, Catalunha, Portugal, Andaluzia e por último ainda Aragão, de longe e de perto também incitado pela França (1648). Além do chefe da conspiração aragonesa, o duque de Hijar, também seriam condenados à morte os seus cúmplices, Don Pedro da Silva, marquês de la Sagra, Don Carlos de Padilla e Domingos Cabral ([28]).

Os reis de Portugal ficariam então com mais uma advertência naquele exemplo do destino que os poderia esperar, mas esta sucessão de acontecimentos dava-lhes a conhecer o estado de decomposição a que iam chegando os imperiais domínios da Casa de Áustria, sob o ceptro do bisneto de Carlos V.

Connosco a luta havia de ser longa, mas estas repetidas rebeldias, obrigando Madrid a dividir cuidados e forças por tão dispersos reinos, em terra e mar, traziam novos alentos à esperança da vitória de Portugal.

REGENTE POR AUSÊNCIA DO REI

Criada a Junta dos Três Estados e o Conselho Ultramarino, logo jubilosamente aceite e aclamada a Restau-

ração em todas as terras portuguesas da África, da Asia e da América, também obtido o reconhecimento da independência por parte da França, Suécia e Inglaterra, eram assinados com estas potências os respectivos tratados (29).

Então começa a desenvolver-se simultâneamente em diversos pontos da fronteira, a ofensiva castelhana.

Colhido na rede de influências que a acompanhavam, ou vítima de intrigantes, seus inímigos, é preso por traidor e degolado no Rossio, o secretário de Estado, Francisco de Lucena, que até ali fora um dos mais hábeis e seguros servidores da Restauração (28 de Abril de 1643).

Culpado ou inocente, o seu julgamento e condenação à morte aumentariam no Paço da Ribeira o sobressalto e a inquietação. Temiam-se as ocultas forças do subsoio político. Era tempo de vigilância assídua e de acção enérgica contra os vendidos a Castela.

Tendo decidido passar ao Alentejo para estimular as operações e dirigir a campanha, em 19 de Julho de 1643, o Rei fazia entrega do governo à Rainha D. Luísa, deixando-lhe as necessárias instruções na *Memória*, redigida pelo secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva. Ficavam-lhe por assistentes ao despacho o seu mordomo-mor, marquês de Ferreira, o bispo D. Manuel da Cunha, capelão-mor, e o bispo eleito do Porto, Sebastião Cesar de Meneses. Dirigindo-se a Évora, onde entrava solenemente a 30 daquele mês, o Rei iria hospeder-se nas casas do conde de Basto (30).

A Rainha estava no último período de nova gravidez, e o marido, ausentando-se para o campo de batalha, deixava-lhe no formalismo oficial estas palavras de afecto:

Espero da misericordia de Deos dê a V. Magestade tão boa hora de parto como hão mister seus Reynos.

E entre as certezas, conselhos e indicações práticas, ficava este atestado de honra e lealdade ao povo de Lisboa:

«Os moradores desta Cidade se me offerecerão como bons e leaes Vassallos a faserem de dia e de noute guarda ao Paço; deixoos subordinados como elles me pedirão, a Dom Miguel de Almeida do meu Conselho e Veedor da minha fazenda, e porque creo de todos me amão muito

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

RAINHA D. LUISA DE GUSMÃO
Miniatura em cobre, séc. XVII, de 0m,075×0m,095
Pertence à colecção do sr. Leland Gilbert,
que gentilmente autorizou a reprodução

Of. *Diário de Noticias*

como devem, fiará delles qualquer couza que se ofereça de importancia» (31).

Julgando que se aproximava o dia do nascimento, a 7 de Agosto, D. João IV ausenta-se clandestinamente de Évora para Lisboa; mas, certificado de que ainda haveria alguma dilação, decide regressar logo ao Alentejo onde a sua presença era então muito necessária, e por bem entender que o dever de rei era sempre superior ao de marido e de pai. Completado o tempo, o novo filho vinha ao mundo a 21 de Agosto, nascendo e recebendo o baptismo durante essa forçada ausência do Rei.

Nas determinações deixadas à Rainha, já ficava também, conforme o sexo, a indicação do nome para o nascituro: Afonso ou Maria. Observando-se todas as cerimónias e precedências e com as pompas devidas ao primeiro filho que nascia Infante de Portugal, o baptismo foi administrado pelo bispo Capelão-mor, na Capela do Paço, em 13 de Setembro de 1643.

Na tribuna real, à cerimónia assistia a Rainha, com a Infanta D. Catarina e as damas do seu serviço. D. Teodósio e D. Joana, filhos mais velhos, eram os padrinhos do pequeno Infante, seu irmão (32).

Na festa que se fez no Paço da Ribeira, decoraram-se as paredes da Sala dos Tudescos com os Panos de Tunes, e o pavimento foi recoberto das mais sumptuosas alcatifas que havia nas arrecadações.

Na sala da recepção, com admiração geral, ostentavam-se os panos de seda e ouro que para Lisboa tinham vindo do chamado Tesouro de Vila Viçosa (33).

Durante a regência de D. Luísa, enquanto se encontrava no Alentejo, ao lado de D. João IV, D. Francisco Manuel de Melo compunha em honra da Rainha, este bem intencionado soneto histórico:

A la Reyna N. S. retirandose en tiempo de su govierno el poder contrario.

No de laurel, de estrellas coronada
Vivas, Real Luisa, immortalmente,
Palas divina que a la infesta gente
Cada alfiler fulminas como espada.

La Castellana hueste amedrentada,
A tu valor se postra diligente;
A donde la vitoria contingente
Es lo mesmo querida, que alcançada.

Vence de Iuan el braço soberano;
Pero tarda en vencer al duro oppuesto
Lo que tarda en rendirse el Castellano.

Tu vences sin batalla, dando en esto
Mayor triunfo a tu gloriosa mano,
Que si no vence más, vence más presto.

Se a esta composição juntarmos a que anteriormente fora escrita com louvor para a Família Real, a tragédia *La Impossible*, talvez as possamos tomar, além de outros, como títulos justificativos da clemência e brandura com que a Rainha Regente viria a tratar o grande escritor, depois da morte do Rei (34).

Embora não se travasse nenhum combate decisivo, nesses meses de regência de D. Luísa, a disposição das nossas forças não deixava de inquietar o rei de Castela.

Em carta de 4 de Outubro de 1643, Filipe IV cheio de receio pelo futuro da Monarquia, escrevia à sua confidente, sorôr Maria de Jesus de Ágreda, segundo a tradução francesa da sua correspondência:

Notre frontière du Portugal est infestée par les rebelles que agissent contre Dieu et leur Roi légitime. Les affaires de Flandres vont au plus mal et nous sommes même menacés d'un soulèvement si Dieu n'y porte remède... (35).

Da campanha do Alentejo, o Rei voltava para Lisboa em Outubro, vindo encontrar no lar, já com dois meses, o seu novo filho D. Afonso. E à vista do Infante, em boa consciência, talvez não deixasse de sentir-se repeso da sua última infidelidade conjugal. Meses antes, a 30 de Abril, tinha nascido a D. João IV uma filha bastarda, havida de uma *mulher solteira, limpa de sangue*.

Parece que a favorita era uma açafata da Rainha, chamada D. Júlia Negrão, que para esconder aos olhos do mundo a vergonha da sua falta, para sempre se recolheria ao mosteiro de Chelas (36).

No maior segredo foi a menina confiada a António Cavide e em sua casa se criou, até aos seis anos de idade, entrando então para o mosteiro de Santa Teresa de Carnide onde a seu tempo vestiria o hábito com o nome de sorôr Maria da Cruz, e ali vivendo seus dias, meio freira meio infanta, até à morte, em 1693.

Por esta criança veio a ter D. João IV especial afeição, a ponto de perfilhá-la no testamento, quando tinha treze anos, mandando que dali por diante como sua filha fosse tida e havida, e acabando por recomendá-la à estimação da própria Rainha, dos Príncipes e dos Infantes (37).

Ia entrar-se agora no quarto ano da Restauração, mas nem o exército castelhano mal comandado e disperso por várias campanhas, nem as forças portuguesas ainda em período de reorganização, estavam em condições de se bater em recontros decisivos. Continuava suspensa a sorte das armas, e as delongas em submeter Portugal rebelde, já provocavam em Castela vários panfletos e sátiras clandestinas:

La guerra de Portugal
De tal sorte se gobierna,
Que para que sea eterna
Se dispone en todo mal.
O és falta de general
O culpa de los soldados,
Que unos e otros enroscados
En su insaciable codícia,
Afrontan a la milicia
Con robos e con pecados (38).

Como diz um historiografo contemporâneo, a esse mesmo respeito:

> «*Escaramuzas, incursiones, saqueos e incendios, atropellos y robos... y una airada fraseologia por ambas partes: eso era cuanto ofrecia la guerra de Portugal; una guerra que se llevava con desmayo, sin ganas, como por compromiso... Sólo las lenguas hiperbólicas de lusitanos y españoles despachábanse a su gusto*» (39).

Mas com ganho efectivo para os Portugueses, em 26 de Maio de 1644, dava-se por finda uma série de operações, sob o comando de Matias de Albuquerque, conhecidas na História pela batalha de Montijo.

OS AUXÍLIOS CELESTES

Obedecendo a piedoso impulso de hiperdulia, tradicional na Família de Bragança, e talvez para ultrapassar os empenhos de Filipe IV junto da Sé Apostólica, para que fosse definida a verdade da crença na Imaculada Conceição de Maria, D. João IV, em 25 de Março de 1646, jurou esse mistério da Fé Católica e, com aplauso das Cortes, proclamava a Virgem da Conceição *Padroeira e Defensora dos Reinos e Senhorios de Portugal*. E por sua Provisão da mesma data, dispunha que igual juramento fosse observado pela Universidade, constituindo-se o Rei a si e a seus sucessores vassalos e tributários de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçoa. Desde então, nunca mais os Reis de Portugal se apresentariam ou representariam coroados, por haver sido transferido para Mãe de Deus, o símbolo da sua realeza.

Enquanto sob a fervente invocação dos auxílios do Ceu, o Rei e os seus ministros dedicavam os maiores cuidados à administração, às relações diplomáticas, aos levantamentos de tropas nas províncias, à reorganização da Marinha, o governo de Filipe IV não desistia de renovar os seus intentos em sucessivas provocações. Inquietados em diversos pontos das fronteiras por incursões de represália, os castelhanos decidem pôr cerco a Elvas que a resistência portuguesa em breve faria levantar. E valendo-se de meios mais eficazes, Castela preparava um atentado contra a vida de D. João IV, peitando para tal fim um sicário, de nome Domingos Leite Pereira. Escondido numa loja, o criminoso não se atreveu a desfechar, através de um buraco na parede, o tiro que deveria atingir o Rei, encorporado na procissão do Corpo de

Deus (20 de Junho de 1647). Confundido de medo e de remorso, o facinora foi depois descoberto, preso e exemplarmente justiçado.

Por lembrança do salvamento e em acção de graças a Deus, a Rainha D. Luísa mandaria fundar no local do atentado, à Rua dos Torneiros, o Convento do *Corpus Christi*, para frades carmelitas descalços. Começado em 1648 e concluido em 1661, viria a desaparecer totalmente no terramoto de 1755 (40).

Nesse mesmo ano, por causa até hoje não determinada, o Infante D. Afonso ficava hemiplégico do lado direito, deixando alvoroçada e confusa a Medicina, com a mais dolorosa incerteza no coração dos Pais.

Pela saúde do pequeno Infante, assim paralítico dos três para os quatro anos da sua idade, e a quem agora sobreviera qualquer afecção aguda, fizeram-se votos, procissões, sacrifícios e preces nas paróquias e nos mosteiros.

Para único remédio de tal desventura, procurava-se o socorro sobrenatural, implorava-se uma graça do Ceu.

Certa profecia de madre Brisida, das Trinas de Mocambo, preanunciara que D. João IV seria aliviado de grande angústia pela decisiva intercessão de um servo de Deus, o frade loio António da Conceição, já então conhecido pelo nome de Beato António.

Lembrando-se-lhe tal vatícinio, o Rei encarregava D. Manuel da Cunha, capelão-mor, e Rui de Moura Teles, mordomo-mor da Rainha, ambos do conselho de Estado, de irem de noite e em segredo a Xabregas, buscar reliquias à sepultura do frade.

Por qualquer indiscrição de pessoa do Paço, tornou-se conhecido aquele recurso ao milagre, e logo a Nobreza, o Clero e o Povo de Lisboa se alvoroçaram de esperança, correndo também à sepultura do Beato António. As reliquias lá colhidas foram apostas ao pequeno enfermo que imediatamente se viu melhorar, quando o prognóstico dos médicos da Real Câmara o considerava em perigo de vida.

À vista das melhoras tão desejadas como inesperadas, o Rei e a Rainha assinaram sob juramento, as declarações da graça recebida (41).

Na convicção de que o perigo passara e de que o crescimento havia de atenuar ou vencer a paralisia do Infante, renascia no Paço da Ribeira a tranquilidade, pouco depois ainda reanimada pela certeza de outra gravidez da Rainha. Passados alguns meses, num domingo, a 26 de Abril de 1648, o tálamo real alegrava-se com mais um filho varão que viria a ser o Infante D. Pedro, com este nome baptizado em honra de S. Pedro de Rates, no dia da sua festa.

O sacramento foi administrado pelo bispo capelão-mor D. Manuel da Cunha, tocando o neófito como padrinhos seus irmãos, o Príncipe D. Teodósio e a Infanta D. Joana. Celebrou-se o acto com a devida pompa, na presença de toda a Família Real e dos dignatários do Paço, assistindo à Infanta D. Catarina a sua aia, D. Luísa de Meneses, a guarda-mor, senhoras de honor e outras damas (42).

Por dias sucessivos, no Terreiro do Paço haveria manifestações populares de júbilo, jogos de artifício de grande arquitectura, oferecidos por Holandeses e Alemães, representações de combates de guerra, várias corridas de toiros, continuando-se as preces religiosas pela vida e saúde do novo Infante, em todas as igrejas e mosteiros de Lisboa.

O nascimento de D. Pedro também fora acompanhado de um extranho prodígio: tocar-se por si mesmo o sino da igreja paroquial de Sacoias (do padroado da Casa Ducal), termo da cidade de Bragança, de que era orago Nossa Senhora da Assunção.

Por ordem de D. João IV, foi o caso averiguado pelo cabido de Miranda no inquérito a que então se procedeu. E obtendo-se a confirmação do facto, nele quís ver a consciência religiosa do País um sinal de celeste aplauso à determinação do Rei e ao voto das Cortes pela proclamação da Padroeira: *favor q. reconheceo a catholica gratidão da Rainha D. Luiza, offerecendo á sagrada Imagem da Senhora que dá o titulo ao tempo, em q. o sino se repicou, hum vestido de tela branca igualm.te vistozo e rico.*

Ao que depois se disse, esse mesmo sino se faria ouvir em identicas condições, em Novembro de 1668, quando

D. Pedro, em nome de seu irmão incapaz, D. Afonso VI, tomava conta do governo do Reino (43).

POLÍTICA, DIPLOMACIA E FAMÍLIA

Aos júbilos familiares dentro do Paço, juntavam-se as notícias de alguns felizes sucessos nas lutas com castelhanos e holandeses no Brasil, em Angola e S. Tomé, campanhas incessantes que prosseguiriam com repetidos êxitos, até à final libertação dos portos e do nosso território da América e da África. Acabara a guerra dos Trinta Anos. Após o tratado de Vestefália de que Portugal seria excluido contra todos os seus esforços, pelo novo equilibrio das forças na Europa, o Protestantismo começaria a ganhar seguro predomínio. A Espanha ainda procurava fortalecer-se pela paz com os Países Baixos, mas não poderia deixar de sofrer as consequências de outro grande desmembramento do seu Império.

O governo de Filipe IV deveria então supôr-se menos embaraçado no centro da Europa e com mais possibilidades de triunfo em relação a Portugal, pelo aproveitamento de forças e de muitos navios armados, agora livres das missões que lhes haviam confiado.

D. João IV e os seus enviados tinham de redobrar as diligências e as cautelas em difíceis negociações diplomáticas, tão custosas e às vezes não menos heróicas do que as campanhas militares da Independência. Nunca será demasiado repeti-lo. Em rigor, eram também *campanhas da Restauração*, pois nelas se jogavam com audácia e porfia, os vitais interesses do Reino e dos Domínios Ultramarinos.

Dentro do Paço, a Rainha não vivia alheia às vicissitudes da acção política, militar e diplomática, e como desde sempre acontecera, a sua presença junto do Rei era a mais fiel e o seu conselho o mais lúcido; mas os mais directos cuidados do seu espírito consagrava-os à educação dos filhos, entregando-os a aios e aias de saber

e bom exemplo, enquanto se lhes propunham sábios mestres, como o jesuita flamengo Cosmander que instruiria nas matemáticas o Príncipe D. Teodósio. Não lhes faltavam virtuosos confessores que também eram os dos Reis, como os padres João Nunes e André Fernandes (44). Natural seria que as melhores dessas diligências fossem para o Príncipe Herdeiro, D. Teodósio, cujos dotes intelectuais e extraordinária precocidade eram motivos de geral admiração.

Dele diria o padre António Vieira para o marquês de Niza:

«Do Príncipe que Deus guarde, não digo nada a V. Ex.ª porque todo o merecimento é curto para as excelentes partes de que Deus o tem dotado. Não vi engenho em muito maior idade que tanto me admirasse. Lê e entende o latim perfeitamente; argumenta nas questões de filosofia e política com grande juízo. Na astrologia judiciária é tão inteligente que compôs o prognóstico deste ano, com notável disposição, estilo e propriedade. Eu pasmei de o ver responder a argumentos que lhe propús, e de o ouvir aprovar e refutar autores e opiniões com tanta segurança e inteligência como um mestre muito versado. Deus o guarde, que tão grandes fundamentos lhe tem dado para o que dele esperamos» (45).

Assim falava aquele missionário do Brasil que desde o dia de Ano Bom de 1642, erguera a voz de grande pregador na Capela Real, com aplauso e invencível assombro de quantos o ouviam. Depois, em S. Roque, nas Chagas e em outros templos da cidade, o fogoso jesuita tornar-se-ia com o andar do tempo, o mais eloquente intérprete do espírito e da consciência pública, muitas vezes adaptando a letra dos textos sagrados à vida e gloriosos sucessos de Portugal.

Seria amigo fiel, conselheiro leal, embora pouco feliz diplomata do Rei; também seria o melhor mestre do príncipe D. Teodósio e viria a afirmar-se constante e dedicado servidor da Rainha nos difíceis anos da Regência. Pela persuação e prestígio da sua eloquência, se acendia e rea-

cendia em rutilas vibrações a esperança colectiva, envolvendo-se de revelações de prodígio e de luz sobrenatural, a Restauração de 1640: Portugal era o Povo novamente eleito por Deus para o grande Império da Fé, e esse alto destino se proclamava, provado pelas profecias e pelas Sagradas Letras.

Os excessos desses sonhos conduziriam mais tarde o genial pregador a caminhos de desvario e aos cárceres da Inquisição de Coimbra.

A Família Real Portuguesa era claro espelho de observância em práticas, jejuns e orações, dando constante exemplo de fervor e de assiduidade às solenidades religiosas na Capela do Paço onde se ouvia, além da grande música polifónica, a matinada dos vilancicos pelo Natal e pelas festas dos Santos populares.

Das mãos da Rainha iam saindo constantes socorros a necessitados, dotes a criadas e donzelas pobres, esmolas para os conventos, como ao das religiosas inglesinhas, cujo mosteiro de Santa Brisida fora devorado por grande incendio (**).

*

Do valimento e cooperação da Rainha D. Luísa, prestados ao Rei seu marido, escrevem comumente os autores, referindo-se aos anos difíceis e incertos das primeiras campanhas, em que se lutava com as armas de guerra, com as razões do direito e da argúcia nas cortes, e também contra a traição dos vassalos naturais, investidos em altos cargos.

Para essa actividade política impeliam-na as circunstâncias, instigavam-na os impulsos da sua índole animosa e enérgica, com que tantas vezes se completaria a personalidade do Rei:

> «As materias mays importantes da Monarchia consultava com a rainha D. Luiza, porq. reconhecia no seu discurso soberana intelligencia, & era o seu peyto o centro do segredo: virtudes q. tendo por base hũ espirito varonil, que trasluzia pelo veo de

> hum regio semblante muyto decorosamente agradavel, a colocaram viva na estimação de todo o Mundo, morta entre as luzes da melhor esfera: porque combatida das calumnias, & apurada nos infortunios, soube reynar para vencer, & vencer para reynar...» ([47]).

Logo após a Restauração, os seus talentos e acção se começaram a exercitar no sentido de atrair e conciliar as atenções dos governantes estrangeiros, como aconteceu com a carta dirigida em mão de D. Francisco de Sousa Coutinho, à rainha Cristina da Suécia, então em regência por menoridade.

As respostas dos tutores e administradores da Sacra e Real Majestade e do Reino da Suécia para o Rei e para a Rainha de Portugal, vieram trasbordantes de expressões afectuosas que, embora protocolares, não deixavam de ser acompanhadas de grandes promessas e boas certezas ([48]).

Mas tarde a sua propensão para os negócios políticos viria a ser atribuida à formação e educação que lhe fora dada por seu pai, o VIII duque de Medina Sidónia ([49]).

Apreciando a acção de D. João IV no seu zelo pelos negócios públicos, escrevia o Padre António Vieira:

> «E neste particular, não deve menos o reino à Rainha nossa senhora que, não só com acções de piedade e devoção, mas com as de valor e conselho, ajuda muito o bem público, e nesta ocasião da ausência de El-Rei ficaram todos afeiçoadíssimos ao seu governo...» ([50]).

Mas, se alguns testemunhos acerca do valimento da Rainha podem ser suspeitos de cortesania, o mesmo não podemos dizer do juizo que dela fazia o embaixador de França, Chevalier de Jant, dirigindo-se ao cardeal Mazarino:

> «Si les grandes qualitéez de la Reine de Portugal, n'estoient cogneues de Vostre Eminence ainsy

D. DUARTE DE BRAGANÇA, IRMÃO DE EL-REI D. JOÃO IV

(Fot. *Ed. Portugal*)

PRÍNCIPE D. TEODÓSIO

(Fot. *Diário de Notícias*)

que de toutte la France, il luy seroit difficile de se persuader q'une femme peust estre esclairée au point que l'est cette princesse, et que ce qui est en elle de naturel et d'acquis se rencontre au degré d'elevation oú son esprit la porte; son raisonnement est fort solide, son discours poly et sa parolle accompagnée de tant des graces qu'il y a lieu d'admirer qu'il s'y puisse trouver tant de douceur, de fermeté et de resolution. Les langues latine et italienne luy sont aussy communes que le castillan et le portugais».

E para maior prova do conceito em que os seus talentos e a sua cooperação política eram tidos, basta relembrar as cartas que lhe foram dirigidas pelo rei Luís XIV de França (em regência) e pelo cardeal Mazarino e as respectivas respostas, nas quais em elevados termos se revelam a dignidade política e o desassombro da Rainha, a lutar pela justiça devida a Portugal.

Foram escritas a propósito das negociações para um tratado ou liga com a França, missão de que tinha sido encarregado o Chevalier de Jant, e nas quais se envolveria o remoto projecto do casamento de Luís XIV com a Infanta de Portugal D. Catarina. As respostas aos documentos e às solicitações do embaixador não serão do punho da Rainha, mas traduzem no espírito muito da sua razão e firmeza, reflexo daquelas luzes que as cartas do rei de França e do seu ministro lhe atribuiam. Procurara-se captar a sua intervenção junto do Marido, mas a Mulher em todas as suas palavras sempre revelaria o intento da Rainha, a conformar-se com o pensamento e vontade do seu Rei ([31]).

As dificuldades da guerra, às resistências opostas pela acção dos agentes de Castela às relações de Portugal com outras potências, juntava-se a pobreza dos nossos recursos materiais em armas e dinheiro, achando-se muitas praças fronteiriças sem defesa, com as muralhas desmanteladas ou já rotas pela artilharia inímiga.

Por todos estes anos de lutas e inquietações, já

D. Luísa de Gusmão fora sofrendo a mudança do bem estar e opulência de Duquesa de Bragança para a angustiosa penúria de Rainha de Portugal. Para a sua ambição de mulher, se vaidosa fosse, grande castigo já seria este sacrifício que dignamente haveria de suportar o seu amor de esposa e de mãe. Desde a sua coroação até à morte, D. João IV não cessaria de pedir sacrifícios aos nobres, às câmaras, ao clero e ao povo por meio de inúmeras cartas, ordens, alvarás e outros diversos escritos. Em tudo quanto respeitava às rendas eclesiásticas, era aconselhado e auxiliado pelo bispo Capelão-mor. Destes institutos, um dos mais solicitados e mais remissos, era o Cabido Arquiepiscopal de Évora, do qual D. Manuel da Cunha escrevia em carta de 8 de Outubro de 1644: *que na minha opinião e na dos que bem sentem, he o q. tem o prim° lugar em espanha.* Assim, muito rico de rendas, o Cabido Eborense quase sempre foi pobre de lealdade à Restauração, mantendo alguns dos seus membros oculta fidelidade a Filipe IV, como mais tarde se veria, após a tomada de Évora por D. João de Áustria.

Ao contrário do que acontecia por Castela, cujo rei os conselhos e súplicas de sorôr Maria de Ágreda não conseguiam persuadir à mudança da sua vida escandalosa, o Rei e a Rainha de Portugal esforçavam-se por merecer o aplauso do sentimento popular, bem certos de que o amor e respeito dos súbditos são os maiores esteios dos Tronos. Esse e outros deveres lembravam-lhos os tratadistas políticos da época que eram muitos e, entre eles, o padre António de Carvalho Parada com a sua *Arte de Reinar,* publicada pouco depois da Restauração.

Com o mesmo intento, também à Rainha D. Luísa o Dr. Velasco Gouvea dirigia especial dedicatória do seu famoso tratado *Justa Acclamação, &,* publicado em português, antes de o ser em latim, *para que Vossa Magestade honrasse, & authorizasse primeiro a obra com a ler, & pudesse gozar da suavidade, & utilidade della.*

É notória a estimação dispensada por D. João IV aos seus servidores António Pais Viegas, Gaspar de Faria Severim e outros, e louva-se a simplicidade com que tra-

tava a gente humilde, *pois mandava entrar no estribo do seu coche a celebre Maranhoa, que dominava todas as regateiras da Ribeira, para se fazer popular.*

Com as audiências públicas, duas vezes por semana, e as frequentes práticas com o Juiz do Povo, nestas relações de D. João IV com os vassalos, verificava-se a sobrevivência daquele carácter paternal da nossa velha monarquia. Essa bem acentuada feição animara as danças e folguedos de D. Pedro I no Rossio de Lisboa e permitira a D. João II conduzir na garupa da mula até a Alcáçova a mulher do povo Briolanja Henriques que às portas da Sé fora ao seu encontro a tocar num pandeiro, com a alegria do casamento do Príncipe D. Afonso.

Dentro das fórmulas da época, a que não era possível faltar sem desdouro, a Monarquia da Restauração revestia-se de medievalismo, de índole popular e representativa, no mesmo espírito com que se criara e engrandecera o Reino de Portugal (12).

O PRÍNCIPE D. TEODÓSIO

O Príncipe D. Teodósio fora jurado Herdeiro do Trono nas primeiras cortes da Restauração, em 28 de Janeiro de 1641.

Com o andar dos anos, não descurava D. João IV de prestigiá-lo com novas honras e títulos: Coronel da Nobreza (Carta Patente de 2 de Maio de 1642), Príncipe do Brasil e Duque de Bragança, com doação de todo o estado desta Casa, suas jurisdições, rendas e padroados. E assim, com os seus bens pessoais, o Rei aliviava o Erário dos encargos para a sustentação da Casa do Príncipe (Carta Patente de 27 de Outubro de 1645). Era tempo de procurar completar-lhe a formação literária, política e militar que dignamente o preparasse para o ofício de Rei.

Desde os cinco anos, viera sendo o mais assíduo dos seus mestres, o fidalgo irlandês, D. Pedro Pueros, foragido à perseguição religiosa na sua pátria, homem de

grande saber e sólida virtude. Dele seria filho o teólogo agostinho, frei Manuel da Conceição, futuro confessor da Rainha e seu último conselheiro.

Até à puberdade, o Príncipe vivia e dormia nos aposentos mais próximos da câmara de sua Mãe, para ser melhor acompanhado e vigiado. As provas do seu aproveitamento, convém acentuá-lo, provocavam a constante admiração dos mestres e dos companheiros, entre os quais D. Luís de Meneses, futuro conde da Ericeira e historiador da Restauração.

Os programas de estudo compreendiam línguas clássicas e modernas, as artes de Equitação, das Armas, da Guerra e do Governo; Filosofia, Teologia, Medicina, Direito, Matemática e outras disciplinas. Até os ofícios mecânicos eram objecto de estudo e de vivo interesse no espírito de esse rapaz, excepcionalmente dotado. Exprimia-se em espanhol, francês, italiano e latim, chegando a compor nesta língua alguns trabalhos originais.

A partir dos treze anos, assistia normalmente ao Conselho de Estado onde o seu parecer era ouvido com respeito. D. João IV já lhe chamava — *o meu Salomão*. Numa sessão, diante do Pai e da Mãe, ficou célebre o voto decisivo a favor da protecção aos Príncipes Palatinos do Reno, fugidos à perseguição do tirano Cromwel, e que em 1650 procuraram abrigo no porto e cidade de Lisboa, caso que importaria para Portugal complicações e sérios prejuízos, em defesa da humanidade e da justiça.

Por estas e outras demonstrações de seguro juizo, poderia dele escrever-se: *Nas materias em q. elRey seu Pay o consultava, descorria com tanta prespicacia e madureza, q. o seu voto os deffinia; com espanto dos q. ponderavão tão sazonados frutos, como davão as primicias daquella idade* (53).

Por tão extraordinária lucidez e precocidade, reveladas em muito diversas aptidões, podemos crer que nenhum outro Príncipe português mais se aproximara dos *Altos Infantes* da Casa de Avis, sendo justamente considerado o Príncipe Perfeito na Europa do seu tempo. Como ficou

BIBLIOTECA NACIONAL · LISBOA

D. JOANA DE BRAGANÇA, INFANTA DE PORTUGAL

Museu Regional de Évora

(Fot. *Novais*)

D. CATARINA DE BRAGANÇA, INFANTA DE PORTUGAL

Museu Regional de Évora

(Fot. *Novais*)

referido, é de justiça reconhecer na valorização de tais dotes, a diligente obra de sua mãe e educadora.

Aos 15 anos, mandava-lhe o Pai dar casa com seu governo particular, nomeando-lhe dignatários, oficiais e servidores e associando-se então a Rainha, com os maiores desvelos, à preparação do Príncipe seu filho para novo estado.

Nesse sentido, tenta-se uma inesperada solução: o casamento de D. Teodósio com a infanta Maria Teresa, filha e única herdeira de Filipe IV.

Era pretensão audaciosa e arriscada, por entre tantos ressentimentos e agravos reciprocos.

Não se sabe ao certo de quem procederia a repentina ideia deste enlace que seria precedido de cláusulas cautelares para a independência de Portugal, como em outros reinados acontecera. Os Reis de Portugal aceitaram a hipótese, e da tentativa de convertê-la em realidade foi encarregado o padre António Vieira, por meio de uma difícil missão a Roma e a Nápoles, no princípio do ano de 1650.

É muito provável que este plano brotasse da mente do negociador, visionário exaltado na febre do sonho do *Quinto Império*, cuja coroa estaria reservada por Deus àquele Príncipe, seu discípulo querido.

Já anos antes fora incumbido de semelhante embaixada para o projecto do casamento de D. Teodósio com Mademoiselle de Montpensier, ou com outra noiva do agrado da corte de França (34). Para remover a ameaça de grande perigo, do lado de Portugal, tentava-se a renovação da unidade peninsular, sonhada por D. Fernando, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel. Apesar da má lembrança de sessenta anos de domínio e poucos menos de opressão, a desejada união não parecia agora perigosa, desde que o rei seria português e a capital ficaria em Lisboa. Recaía-se no enganoso enlevo político... Talvez também se considerasse naquele ano extremamente grave a situação portuguesa, para ser dominado o escrúpulo de qualquer outro receio para o futuro. Seria manobra de alto e sedutor alcance, em que poderia haver erro, mas em que não se

comprometeria o patriotismo do Rei e da Rainha de Portugal, nem a do habilidoso e sagacíssimo embaixador.

Por felicidade, Filipe IV repudiava decisivamente a ideia de tal consórcio e suas consequências, talvez por se considerar agora mais forte na Península e em condições de submeter a teimosa rebeldia dos portugueses.

*

Querendo afirmar méritos próprios nos campos de batalha, *só aconselhado do seu valor*, e sem conhecimento do Rei nem da Rainha, o Príncipe D. Teodósio decidira fugir dos seus aposentos no Paço da Ribeira, na madrugada de 2 de Novembro de 1651. Dando gosto ao seu espírito irrequieto e satisfação à sua ardente curiosidade, esse rapaz que então ia nos dezoito anos, estaria cansado de ouvir ler e contar feitos de armas aos capitães da Índia e do Brasil, de assistir às discussões sobre as entradas e as campanhas da fronteira que duravam havia dez anos... Não se conteve no impulso de ver e experimentar os perigos e sobressaltos da guerra: queria também ser soldado da Restauração. Apenas acompanhado de D. Luís de Portugal, conde de Vimioso, e de João Nunes da Cunha, gentis-homens da sua câmara, o Príncipe atravessa o Rio para Aldeia Galega, a caminho do Alentejo. Secretamente prevenidos, ali o esperavam os comandantes das operações, D. João da Costa e Diogo de Mendonça, aguardando-o à entrada de Elvas para lhe entregar as chaves da cidade, o general André de Albuquerque, no meio do fervoroso contentamento dos soldados e do povo.

Surpreendido e confuso, D. João IV reunia o Conselho de Estado e Guerra onde logo se mostraram divergentes os pareceres sobre o procedimento a seguir com o Príncipe que se desmandara da obediência à disciplina da Família e da Corte, para tentar exercícios e riscos que poderiam ser funestos à Nação. Na última ponderação do Conselho, prevalecia a opinião de que El-Rei lhe escrevesse a manifestar o seu desagrado, por haver tomado sobre si aquela imprevista resolução.

Não refere a História a disposição de ânimo em que ficaria a Rainha D. Luísa, mas talvez intimamente satisfeita pelo desembaraço do seu filho querido, confiaria em que os comandantes militares do Alentejo não deixariam de adoptar as necessárias precauções, para que tão preciosa vida não se sacrificasse sem necessidade, ao capricho de qualquer impulso juvenil. Em missão conciliadora, por mandado do Rei, parte para o Alentejo o secretário António Cavide com mensagem de bons conselhos e algum dinheiro. Trocaram-se cartas entre o Rei e o Príncipe Herdeiro, entre o Filho e a Mãe.

Merece aqui referência de justiça a primeira carta de D. João IV, documento de admirável admoestação, de firmeza e bom senso, em que se lê:

Se convinha a vossa hida rezão era que a executasseis sabendo-o eu; mas, se ella não convinha, não era rezão polla em execução. Podera ser conveniente entenderse hieis às minhas escondidas para escuzar alguns gastos, mas devia estar pervenido tudo primeiro o que se havia de faser, e saber se tinhamos cabedal bastante para isso .....

.....

.....

O dinheiro que se vos mandou por via dos tres Estados, adiantouse, mas não creceo. O que Antonio Cavide levou he tão pouco como vos sabeis. Dalo o Conselho da fazenda não he possivel, a renda da Casa de Bragança se gasta nessa fronteira, se deste se fizer o vosso gasto, se hade tirar aos soldados...

Das razões de Estado expressas na carta do Rei e Pai, eram diferentes as razões do sentimento da Mãe, orgulhosa de tal filho, a conceder o discreto assentimento do seu coração a um facto consumado:

«No sé responder a tu carta, amarte solo sé, y sentir la falta que me hases y entender, que en ti todo son aciertos y que no lo fueron le pondré siempre gran duda, dixeratalo, y lo defendiera em toda parte, que esto es mi natural para con todos, quanto mas para ti, que eres todo mi amor y unico bien, tu no lo ignoras de que yo estoy muy

presumida de que te festejaron los vecinos, y mucho mas si me dieras tanto gusto como sera pera my responderme acerca de aquello, que te quiero enviar, y tambien de que quieres que seya la guarnicion del capote, y a Dios que te guarde que ya sabes es todo my estudio e no cançarte, y asi hede ser muy breve siempre perdoname los gabaratos, que ni el sentimiento da lugar ni un dedo que tengo muy lastimado. Tus hermanos mil recados y Catarina dize que te acuerdes de responderla. Lisboa, 11 de Noviembro.

Tu madre que mas que a sy te quiere

Reyna» (55)

Presente-se na brandura e afecto destas linhas, o intento de suavizar as asperezas da reprimenda paterna: carta de mulher e de mãe, capaz de se esquecer de que era Rainha, para mandar o seu coração puro ao filho ausente...

Por espaço de dois meses, o Príncipe ia cumprindo as ordens do Rei, a inspecionar fortalezas, a visitar os campos, a conversar com os soldados, desviando-se também até Vila Viçosa, para o prazer e exercício da caça na Tapada.

Por último, convencido pelas justas razões da disciplina, regressa a Lisboa no fim de Dezembro, com a determinação de voltar ao Alentejo antes da quaresma, mas não logrou convencer o Pai de tal projecto. Talvez para o compensar do desgosto e para corresponder às sugestões dos ministros, D. João IV nomeia o Príncipe Herdeiro Governador e Capitão General das Armas do Reino (Janeiro de 1652). Nesta qualidade ainda recebe consultas e dá ordens, mas já começaria a esmorecer o fogo que o abrasava, abandonavam-no as forças que sustentaram os ímpetos da sua galhardia. Ia passando um ano.

A doença entrara a agravar-se por *hũ grande estillicidio*, fluxo pulmonar a que sobreviriam repetidas hemoptises. A Medicina aconselhava mudança de ares, escolhendo-se para a sua cura uma quinta em Palhavã, lugar sádio, onde agora são o palácio e os jardins da embai-

xada de Espanha. Em pouco tempo vinha o desengano das melhoras procuradas, e o Príncipe havia de regressar ao Paço e aos cuidados da Mãe, para logo depois seguir para a quinta de Paulo de Carvalho, em Alcântara, vizinha da casa, jrdins e árvores de recreio que lá tinha a Família Real.

Para essa morada de Alcântara se deslocavam todos, e, maior do que a de ninguém, era a angústia da Mãe e Rainha, a observar o progresso da doença que nenhum remédio atalhava. Nem mèzinhas, nem cuidados, nem orações, rezadas dia e noite em todas as igrejas, conventos e oratórios de Lisboa, podiam deter os passos da morte nesse tempo de Páscoa de Flores.

Enquanto as notícias das fronteiras davam conta das vantagens sucessivamente alcançadas pelas nossas armas, os Reis e os Infantes, Portugal inteiro debruçava-se a soluçar sobre o leito do Príncipe enfermo. Em dias de grandes esperanças, ia extinguir-se aos olhos de todos a maior esperança do Reino.

Com a mais lúcida resignação cristã, D. Teodósio sentia-se morrer, por dias sucessivos a despedir-se dos Pais e dos Irmãos, e fazendo em admirável testemunho espiritual, as últimas recomendações, por entre rezas soluçadas em latim e português: que se pedisse perdão ao Reino dos defeitos do seu governo; que se pagassem logo os serviços aos seus criados; que fossem mandados missionários às Conquistas; que se fizesse um templo no quarto do Paço de Estremoz, em que a Rainha Santa expirara.

Por último, mandava chamar o Juiz do Povo a quem recomendava: *Dizey ao meu Povo que, se Deus me der vida, toda hey de gastar em sua defesa...*

Acabava os seus dias a 15 de Maio de 1653, entre as galas da Primavera e as orvalhadas de lágrimas de todos os olhos que o viram em vida ou na morte. Convocaram-se as Cortes (22 de Outubro), para nelas ser jurado herdeiro nesses dias de luto e dor, o segundo filho varão, o Príncipe D. Afonso, com dez anos de idade, e para serem feitos os necessários assentos de resoluções para a continuação da guerra. Mas ainda não tinham sido encerradas as

sessões, e já a morte levava para a sepultura no cruzeiro do Convento de Belém, a Infanta D. Joana (17 de Novembro). *Era a primeyra filha, e a menina dos olhos de seus progenitores, dignissima de o ser pellas m.tas e singulares prerrogativas, de q. a dotara a natureza* (56).

Desde que D. Duarte, irmão do Rei, dera a alma a Deus no castelo de Milão, em 3 de Setembro de 1649, (depois de se terem malogrado todos os esforços diplomáticos para o resgatar), as mágoas e o luto na Corte de Lisboa haviam de prolongar-se por anos sucessivos. A Rainha D. Luísa recebera na morte de D. Teodósio a maior dor da sua vida: naquele esbelto filho, tão formoso de corpo e alma, perderia a mais alta glória da sua maternidade, o ansioso enlevo dos bons e maus dias, o seu amor fiel, que lhe deixara no peito a mágoa de uma constante saudade, sem remédio nem consolação.

Desaparecendo nas sombras da morte, o vulto doce e melancólico de D. Joana, a seu lado ainda ficava a tenra e delicada Infanta D. Catarina, criança que ia caminhando para mulher na graça e frescura dos quinze anos, companheira e guia de passeios dos seus irmãos mais novos, o Príncipe D. Afonso e o Infante D. Pedro.

De coração ferido pelo sentimento e com ânimo forte para o dever, D. João IV redobrava as instâncias aos corregedores das câmaras e aos governadores das praças, para que não cessassem o levantamento das levas, nem descurassem as fortificações, nem os municiamentos dos presídios. E para se retemperar de cuidados e alvoroços que os sucessos de Castela continuamente ocasionavam, o Rei procurava encher os dias com hábitos de vida metódica, distraindo-se e exercitando-se na caça pela Tapada de Alcantara e recreando-se na música que, no parecer de um cronista gongórico, também era lição militar:

E na muzica ouvia e contemplava todos os preceitos da milicia: as regras, nas pautas; os soldados, nas figuras; na compozição, a forma; as armas, nos tempos; a valentia, nos sostenidos; a fraqueza, nos abemolados; os retiros, nas fugas; a rezistencia, nas esperas; a união, nas consonancias; e nas clauzulas, os sucessos... (57).

As hostilidades abertas entre a Inglaterra e a Holanda e os êxitos das nossas armas na América deixavam agora prometer a recuperação do Brasil.

Por então, mais concentrada no silêncio de frias sombras, a Rainha fortalecia a alma com os socorros da oração, resignadamente oferecendo a Deus e aos Santos do seu oratório, o diálogo das suas íntimas dores pelos filhos que perdera e o ceu ganhara, no espaço de seis meses. E fiel ao seu destino de Mãe e Rainha cristã, aos outros filhos ia dispensando todos os cuidados e desvelos que a criação e formação deles requeriam, entre mestres competentes e zelosos directores espirituais. Filhos seus haviam de ser para Deus e para o Reino, — este era o dever, o cuidado maior do seu coração e do seu espírito.

DOENÇA E MORTE DO REI

Numa quarta-feira, a 25 de Outubro de 1656, D. João IV levantara-se bastante cedo e dirigia-se para a Tapada de Alcântara, acompanhado de poucos servidores, buscando no exercício da caça a libertação de uma cólica renal que o mortificava.

Mas viu contra-logrado o seu propósito, porque o mal de que sofria se lhe agravou, sendo obrigado a voltar de Alcântara para o Paço da Ribeira aonde chegava pelo meio-dia, mais aliviado pela comodidade e repouso do bergantim. Dirigindo-se imediatamente à câmara da Rainha que não o esperava, da surpresa e sobressalto o Rei a recobrou, falando-lhe alegremente e esforçando-se por encobrir a causa daquele súbito regresso.

Na conferência havida entre os médicos do Paço, concordou-se no diagonóstico e no tratamento mais adequado. Começaram a mostrar-se alternativas, com incertas horas de alarme e de esperança.

Ao fim de alguns dias, tinha de reconhecer-se que a enfermidade do Rei era rebelde a mèzinhas e sangrias, agravando-se progressivamente o estado do doente. Dei-

tado ou sentado, a contorcer-se dolorosamente, D. João IV conservava a sua habitual lucidez de espírito, e nos intervalos de acalmia, não deixava de despachar com os secretários de Estado os mais urgentes negócios, sempre acompanhado da Rainha, sempre fortalecido e animado com a sua doce presença.

Tendo pedido conselho ao confessor, resolve fazer o testamento e entregar as disposições da sua última vontade a Pedro Vieira da Silva, para as redigir em termos jurídicos. A seu pedido, nesse mesmo dia recebe o Sagrado Viático que, vindo da igreja de S. Julião para o Paço, era esperado à porta da entrada pela Rainha, pelo Príncipe e Infantes, e pelas pessoas do seu estado real.

Seguem todos no silencioso acompanhamento, atrás da campainha tangida a espaços, subindo escadas, atravessando salas até à câmara de El-Rei, onde D. Manuel da Cunha, capelão-mor vai administrar o Sacramento.

Às perguntas do Prelado oficiante, declarava o Rei *que não sentia em sua consciencia remorso algum que o inquietasse*. Recitando a Confissão, fazia depois a protestação da fé, da obediência à Sé Apostólica e da crença na Conceição Imaculada, e a todos os assistentes pedia perdão das suas faltas de homem e de rei.

Perdoava também o falso testemunho de *dizerem q. divertia as rendas da Coroa para multiplicar thezouros*.

O enfermo continuava a mostrar exemplares disposições de bom cristão para a última jornada, mas não se esquecia dos destinos do Reino. Manda chamar os fidalgos para os exortar aos deveres da lealdade e da honra; despede-se dos homens de guerra, recomendando-lhes que vão ocupar os seus postos; entram as justiças, o senado e o juiz do povo, e a todos dirige recomendações de zelo no serviço do Reino e de fidelidade à Rainha. Reconcilia alguns nobres e eclesiásticos desavindos e leva-os a perdoarem-se mutuamente, por amor de Deus.

Com especial comoção naquela hora, houve-se o diálogo de despedida do Rei moribundo e do fidalgo D. Miguel de Almeida, conde de Abrantes, ancião de noventa anos, que no seu tempo de rapaz ainda vira D. Sebastião

e já fora o mais velho dos conjurados para a Restauração de Portugal em 1640. Em grandes soluços, ali expande a sua dor de fiel vassalo.

Vão entrando na câmara outras pessoas de qualidade que pela última vez desejavam receber ordens do Rei e beijar-lhe a mão com respeito.

À hora do jantar, com a repugnância do fastio, o doente recusa tomar qualquer alimento que se julgava necessário para lhe reanimar as forças.

Mas veio a Rainha para a sua cabeceira, e logo o convenceu a alimentar-se:

Obrigado da prezença q̃. amava, e do rogo q̃, o convencia, forçou a vontade e o pouco bocado deu de mão a tudo, temperando o disgosto da intercessão, com a galantaria de lhe dizer, Vossa Magestade faz quanto quer.

Repetiam-se as visitas da Mãe e dos Filhos, a todos fazendo o moribundo as mais instantes recomendações; entravam frades e servidores, acompanhados pelo padre André Fernandes, seu confessor, e por António Cavide, dedicado secretário e amigo.

E enquanto na cidade se multiplicavam as orações, as procissões, as missas, com geral sentimento de viva piedade e fervor, ia chegando ao Rei a hora da agonia.

O Conde camareiro-mor sustentava-lhe na mão a vela da Fé, a mesma a cuja luz entraram na morte, em Vila Viçosa, os Avós, os Pais e o Irmão (D. Alexandre), e que António Cavide tinha guardada para aquele instante. Perto do meio-dia, em segunda-feira, 6 de Novembro, o Rei D. João IV entregava o espírito a Deus, *deixando a Rainha, o Principe, os Infantes e todos os prezentes, com tanta dor, e suspiros, q. o Paço, verdadeiramente mostrou ser hum vale de lagrimas.*

Ao receber do confessor a triste notícia, a Rainha soube ser forte e conformar-se cristãmente com a dor da sua viuvez, aceitando-a como designio de Deus, abraçada aos seus três filhos.

Sobre a tarde, no quarto mortuário do Rei e na presença do cadáver, reunidos os conselhos de Estado, os oficiais da Casa Real e alguns títulos, o secretário Pedro

Vieira da Silva abria o testamento, em cujas cláusulas se revelava o homem digno, o exemplar cristão e o grande rei que soube ser D. João IV.

Em fundo silêncio, cortado por soluços dos menos animosos, se ouvia nomear a Rainha tutora e curadora dos seus filhos, do Príncipe e dos Infantes, durante a sua menoridade, conformemente às leis do Reino.

Com respeito comovido, o Secretário continuava a leitura:

«E porque da muita prudencia que sempre conheci na Raynha, e da noticia, e experiencia, que tem das cousas destes Reynos, e do muito amor, que tem a meus Vassalos, espero os governará muito bem, como deve, fazendo a todos igual justiça, em que sempre, mais que nas armas, entendi consistir a defensa, e conservação dos Reynos, a nomeio por Regente, e Governadora delles, em quanto o Principe não tiver a idade, que conforme as Leys, e costumes destes Reynos se requerem nas pessoas Reaes, para exercitarem o governo, e o fará a Raynha com toda a jurisdição e authoridade, que eu hoje tenho, e com a mesma, que o Principe ha de ter quando embora governar...»

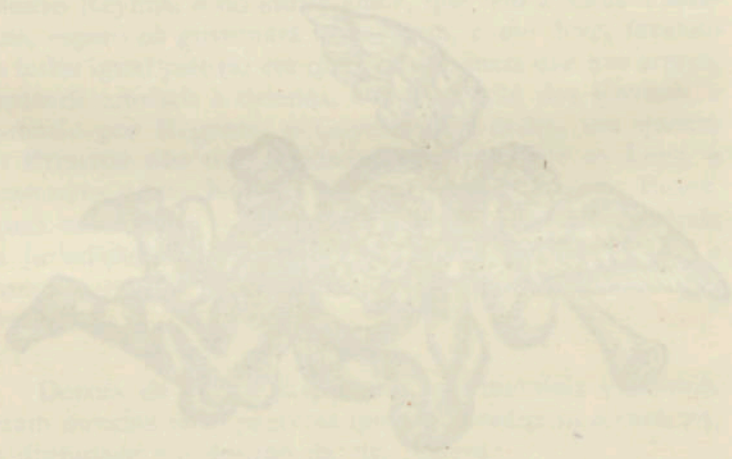
Depois de várias disposições patrimoniais e morais, eram ouvidas estas palavras que bem traduzem o carácter, a dignidade e o destino da sua realeza:

«Os Principes são mais obrigados que os outros homens a justificar os seus procedimentos para com o mundo, principalmente quando delles rezulte honra e crédito para sua nação, e Vassallos; por esta razão tenho por conveniente declarar neste lugar, que pela hora em que estou e pela conta que ei de dar a Deos, me rezolvi a restituirme a esta Coroa, sem nenhum respeito particular de minha pessoa, senão por livrar os Reynos que me pertencem das mizerias, que lhe via padecer em extranha sogeição, e por entender era obrigado a isso em minha

consciencia, sogeitando-me por esta cauza, a vida e trabalhos, poderá ser diferentes da minha inclinação...»

Finda a leitura, por obediência às prerrogativas da suprema Autoridade, imediatamente *se ordenou ao Capitão da Guarda, q. a passasse do quarto de elRey para o da Rainha Mãy* (58).

Era o começo da Regência.



NOTAS AO LIVRO QUINTO

(1) Biblioteca Municipal de Vila Viçosa, *Livro de Vereações*, Titolo, a fols. 54-55.

(2) Arquivo Capitular de Évora, *Livros dos Accordos*, Liv. 21, fol. 96; *Apontamentos dos Livros dos Accordos do Arquivo Capitular de Evora*, pelo Dr. Abel Martins Ferreira, chantre da mesma Sé; *Evora Gloriosa*, cit., pág. 163; P. António Franco, *Evora Ilustrada*, cit., págs. 174 e segs.

(3) Na última página (erratas) de um exemplar da 1.ª edição da *Historia da Vida do Padre S. Francisco Xavier, &*, pelo padre João de Lucena, lê-se a seguinte nota manuscrita:

«... oie 23 de Dezembro da era de 1640 emtrou em montemor a rainha dona luisa molher de ell Rei dom ioão o 4.º em hum couxhe e com ella vinha a marqueza de fereira e aoutro dia segunda feira bespora de natal foi a misa ao Calvario apé bem acompanhada e arimada ao marquez de fereira e loguo da hi separtio caminho de vendas novas..... *(ininteligivel)* couxhe marquez de fer.ª *(talvez:* ao lado do coche, ou seja à estribeira — ia o marquês de Ferreira) ..... *(inintiligivel)* Alves».

O referido livro pertence hoje ao *Asilo Montemorense da Infância Desvalida*, e a esta instituição foi oferecedo em 4 de Março de 1892, por Luís Manuel de Brito Fragoso Amado, conforme nota escrita na página da dedicatória impressa da obra.

Informação obsequiosamente dada pelo sr. engenheiro-agrónomo António Lopes Praça, de Montemor-o-Novo.

(4) Diogo Ferreira Figueiroa, *Theatro da Mayor Façanha, e Gloria Portugueza, &*. Lisboa, 1642, *Canto Quinto*, est. 3, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 22; Na *Historia della disunione del Regno di Portugallo dalla Corona di Castiglia*, por Gio: Bat. Birago, &, Amsterdam, 1647, lê-se a respeito do contentamento da Rainha D. Luísa no encontro com D. João IV: ... *e la fece abbandonare nelle braccia del suo amato marito* (pág. 211).

(5) *Portugal Restaurado*, tomo 1, pág. 115; *Hist. Gen.*, tomo

VII, pág. 110; Rebelo da Silva, *Hist. de Portugal*, tomo IV, pág. 193; Rocha Madahil, *Cartas da Restauração*, in *Instituto*, vol. 96.°, 1940, págs. 288 e segs.

(6) Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, 1.ª ed., pág. 308 (gravura do Paço da Ribeira), págs. 318 e segs.; *Lisboa Antiga*, vol. XII, 2.ª ed., pág. 317.

(7) *Corte na Aldeia*. Lisboa, MDCCXXII, pág. 201.

(8) *Arte de Galantaria*. Lisboa, MDCLXXXII, pág. 125.

(9) *Portugal Restaurado*, tomo I, pág. 115; *Hist. Gen.*, tomo VII, pág. 732 (sobre as funções das camareiras-mores); conde de Sabugosa, *Gente d'Algo*. Lisboa, 1915, págs. 223 e segs.; Angelo Pereira, *As Camareiras-mores das Rainhas Portuguesas*. Lisboa, MCMXLII.

(10) *L'Abbé de Vertot, Revolutions de Portugal*. A Avignon. MDCCLXXXIII, pág. 148.

(11) *Hist. Gen.*, P., IV, págs. 735, 738 e segs.

(12) *A Ribeira de Lisboa*, cit., pág. 327.

(13) *Honra da Patria, &*. Lisboa, 1641.

(14) Biblioteca Nacional de Lisboa, Ms. 4173, fól. 1.

(15) A. Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, MCMXXVII, Liv. II, págs. 137-138.

(16) B. N. L., Ms. 4173, fól. 3.

(17) D. Francisco Manuel de Melo — *Apologos Dialogais — Visita das Fontes*. Lisboa, 1900. Vol. II, págs. 119-120.

(18) G. Marañon, *El Conde-Duque de Olivares*, pág. 136.

(19) Don Francisco de Quevedo Villegas, *Obras Completas* (Prosa). Madrid, 1941, pág. 683.

(20) Padre Mariana, *Historia General de España* (cont.). Madrid, 1850, tomo IV, pág. 71; Marañon, *ob. cit.*, págs. 306-307; Barbadillo Delgado, *ob. cit.*, págs. 753.

(21) António Ballesteros Beretta, *Sintesis de Historia de España*, 5.ª ed., pág. 323.

(22) *Tacito Portuguez*, págs. 88 e segs.; *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 150 e segs.

(23) *Port. Rest.*, págs. 118 e segs.

(24) Sobre a acção anti-nacional dos judeus durante o domínio filipino e à volta da Restauração, vid. Durval Pires de Lima, *A Revolução de 1640 e o Anti-semitismo Português*, in *Bazar*, supl. lit. de *A Voz*, de 8 de Janeiro, 5 e 20 de Fevereiro de 1944; Manuel de Faria y Sousa, *Historia del Reyno de Portugal*. Brusselas, MDCCXXX, pág. 338.

(25) *Tacito Portuguez*, págs. 87 e segs.; Rebelo da Silva, *Hist. de Port.*, vol. IV, págs. 400 e segs.; *Portugal Restaurado*, ed. de A. A. Doria, 1945, vol. I, págs. 499 e segs.; José Emidio Amaro, *Francisco de Lucena, &*. Lisboa, 1945, págs. 125 e segs.

(26) *Port. Rest.*, tomo I, págs. 269 e segs.; Manuel de Faria y Sousa, *ob. cit.*, págs. 390 e segs.

(27) *O Instituto*, vol. 96.º. Coimbra, 1940, pág. 295.

(28) *Tacito Portuguez*, págs. 84 e segs.; Consiglieri Sá Pereira, *A Restauração de Portugal e o Marquês de Ayamonte*. Lisboa, 1930, págs. 99 e segs.; Barbadillo Delgado, *ob. cit.*, págs. 754 e segs.; Ramon Esquerra, *La Conspiracion del Duque de Hijar — 1648*. Madrid, 1934, págs. 11, 14 e 137; G. Marañon, *ob. cit.*, págs. 9, 55,97; Bernardino de Pantorba, *Felipe IV y su epoca*. Madrid, 1945, pág. 533; Gastão de Melo de Matos, in Abade de Vertot, *Historia das Revoluções de Portugal*. Porto, 1945, *Introdução*, págs. XXVIII e segs.

(29) Borges de Castro, *Colleção dos Tratados, Convenções, Contractos, &*. Lisboa, 1856, tomo I, págs. 16 e segs.

(30) Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Melo*, pág. 174.

(31) *Hist. Gen.* P., IV, págs. 339 e segs.

(32) *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 339 e segs.

(33) João Campello de Macedo, *Disposição e ordem com que se celebrou o baptismo do principe D. Affonso, &*. Lisboa, 1644.

(34) Don Francisco Manuel, *Las tres Musas del Melodino, &*. En Lisboa. Año 1649. Págs. 7 v. e 126 v. e segs.

(35) René Bouvier, *ob. cit.*, pág. 44.

(36) P.e A. Alberto Gonçalves, *Portugal e a sua História*, Porto, 1939, pág. 100. Em nenhum outro autor consultado se lê o nome da favorita real, mãe de D. Maria da Cruz. Pelo que vai citado, também não se documenta a sua identificação, devendo aceitar-se sob reserva, até prova definitiva.

(37) Carta de doação, de 25 de Novembro de 1656, por D. Afonso VI (em regência). *Hist. Gen.*, P., IV, págs. 764 e segs.; António Rodrigues Cavalheiro, *Soror Maria da Cruz, filha de D. João IV*, in *Academia Portuguesa de História — Anais*, vol. VIII — Lisboa, MCMXLIV, págs. 9 e segs.

(38) Rocha Martins, *Os grandes vultos da Restauração de Portugal*, págs. 144 e segs.

(39) Bernardino de Pantorba, *ob. cit.*, pág. 272.

(40) João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal, &*. Lisboa, MDCCLXIII, pág. 75; Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IV, págs. 256 e segs.; René Bouvier, *ob. cit.*, págs. 61 e segs.; *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 204 e segs.; *Cortes do Reino de Portugal*, MCMXL, pág. 581; *Portugal Restaurado*, tomo I, págs. 628 e segs.

(41) Manuel Bernardes Branco, *Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Affonso VI e sua Serenissima Esposa*. Lisboa, 1885, págs. 202 e segs. Ano e meio depois, a certidão assinada pela Rainha, era redigida nos seguintes termos, em que se pressente o zelo da glória da Ordem Monástica, mais interessada no milagre:

«Em Outubro de 1647, estando doente o infante D. Affonso, meu muito amado, e presado filho, chegou a doença a termos que os médicos desconfiarão da sua vida, e por elle se fizerão muitas

e muy devotas procissões, com as reliquias e imagens milagrosas de toda esta cidade. Succedeo que em um sabbado, em que se temia repetição da sezão, e que nella Deus o levasse, lembrarão a elrey meu senhor, os milagres do V. servo de Deus, António da Conceição, religioso da congregação de S. João Evangelista, e huma profecia, que affirmava que S. M. se havia de ver em hum grande aperto, e que por intercessão deste servo de Deus, se havia de ver livre delle, e lhe prometeria concorrer para sua beatificação, e mandaria abrir sua sepultura e trazer suas reliquias, como em effeito por ordem de S. M. se trouxerão, e aplicarão ao Infante, e posto que eu n'esta conjunção, em que vierão, estava ja recolhida, tratando de me conformar com Deus, em occasião de tão grande sentimento, os Medicos, passado o perigo da doença, me affirmarão, que depois que se aplicaram ao infante as reliquias daquele santo religioso, não viera, nem repetira mais a sezão, e que sempre fora melhorando; pelo que todos julgarão ser sua vida milagrosa, e mercê particular do Ceo, alcançada pela intercessão daquelle grande servo de Deus, o que tudo affirmarão, e assim o juro e confirmo.

Lisboa, a 19 de Março de 1649

Rainha.»

Catastrophe de Portugal. Lisboa, MDCLXIX, págs. 9 e segs.

(42) *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 425 e segs.

(43) Frei Rafael de Jesus, *Segundo Volume da 18.ª parte da «Monarquia Lusitana»*. Coimbra, 1940. Tomo I, págs. 8, 9, 10, 12 e 13.

(44) P. Francisco Rodrigues, *ob. cit.*, tomo III, vol. I, págs. 503 e segs.

(45) *Cartas*, I (ed. Lúcio de Azevedo), pág. 83.

(46) Frei Rafael de Jesus, *ob. cit.*, tomo I, pág. 250.

(47) *Port. Rest.*, tomo I, pág. 259; *Hist. Gen.*, tomo VII, pág. 145; *Mappa de Portugal*, cit., tomo I, págs. 370 e segs.

(48) *Hist. Gen.*, P., IV, págs. 732 e segs. Das aclamações então feitas ao nome da rainha da Suécia, crê-se provir a conhecida expressão *dar vivas à Cristina*, para designar o entusiasmo de qualquer multidão e a qualquer propósito.

(49) Na obra intitulada *Bellum Lusitanum ejusque regni separatio a Regno Castellensi, &. Auctore R. P. D. Caietano Passarello, &. Lugduni, 1684*, lê-se a respeito de D. Luísa:

Ad haec politicas artes, bonos et malos regiminis dolos, dominationis arcana, humani latibula ingenii, non modo intelligere mulier, sed & pertractare quoque ac provehere, tam natura quam disciplina mirifice instructa fuit.

(50) *Cartas*, tomo I, págs. 82-83; J. Lúcio de Azevedo, *Historia de Antonio Vieira*, tomo I, pág. 58.

(51) Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal*, t. II, págs. 78-86.

(52) *Testamento Politico de D. Luis da Cunha*. Lisboa, 1943, págs. 27-28 e 34; Pedro Mariz, *Dialogos de Varia Historia*. (Cont.). Lisboa, MDCCXLIX, tomo II, págs. 166 e segs.

Sobre a natureza jurídico-política da Monarquia da Restauração, vid. o estudo de João Francisco Aires de Campos (João Ameal), *A Origem do Poder Real e as Côrtes de 1641*, in Academia Portuguesa da História — *Anais*, vol. VI, págs. 407 e segs.

(53) Frei Rafael de Jesus, *Segundo Volume da 18.ª parte da «Monarquia Lusitana»*, tomo I, pág. 80; *Portugal Restaurado*, tomo I, págs. 726 e segs.; P. Manuel Luís, *Theodosius Lusitanus, sive Principis Perfecti vera effigies*. Ebora ex officina Academia. 1680.

(54) P. André de Barros, *Vida do Apostolico Padre Antonio Vieira, &.* Lisboa, MDCCXLVI, págs. 41 e segs.; J. Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira*, Lisboa, 1918. Tomo I, pág. 120; *Historia de Portugal*, ed. da Portucalense Editora, Ltd.ª. Barcelos, MCMXXXIV, vol. VI, pág. 71.

(55) *Portugal Restaurado*, tomo I, págs. 744 e segs.; *Hist. Gen.*, P., IV, págs. 793 e segs.; George Cardoso, *Agiologio Lusitano, &.*, tomo III, págs. 266 e segs., onde se lêem numerosas informações acerca do espírito e virtudes do malogrado Príncipe, nem sempre dignas de fé.

(56) *Portugal Restaurado*, tomo I, págs. 796 e segs.; Frei Rafael de Jesus, *ob. cit.*, tomo I, págs. 309 e segs.; Júlio Dantas, *Outros Tempos*, 2.ª ed., págs. 95 e segs.; *Catastrophe de Portugal*, cit., pág. 14.

(57) Frei Rafael de Jesus, *ob. cit.*, págs. 310 e segs.

(58) *Idem, ibidem*, págs. 247, 248, 251, 260 e 265 e segs.; *Portugal Restaurado*, tomo I, págs. 893 e segs.; *Hist. Gen.*, P., IV, págs. 764 e segs.; Vicente de Guzman Soares *Ultimas Acções delRey D. João IV Nosso Senhor, &.* Lisboa, MDCLVII.

LIVRO SEXTO

RAINHA REGENTE

Raynhas ha muitas, e ouve muitas, mas não basta ser, ou aver sido mulher de Rey, procure V. Mag.ᵉ (o que eu creo fas e fará) que diga o Mundo: a Raynha de Portugal he Rainha.

FRANCISCO DE SOUSA COUTINHO

Amava tanto a Rainha o bem dos vassallos e sua conservação, q̃ mandando juntar Concelho d'Estado, (e foy o 1.º a q̃ assistio depois de Regente) fez propor, q̃ sendo assy conveniente, queria passar a Alem Tejo pª assistir a suas armas, em defensa de seus vassallos. Votou em contrario o Concelho com rezões muy graves; mas aceitou a mercê com q̃ a Rainha se nomeou Capitam Geral de suas armas...

De *Alguns documentos sobre a Restauração.*

...digo que si a todos nos ha de matar este trabajo, que yo tambien quiero morir con todos: pero si yo sola he de vivir moriendo, porque todos vivan, que no lo quiera haser: allá se busquen otro remédio ó Dios le dará...

D. LUÍSA, RAINHA REGENTE

RAINHA REGENTE

ENCARGOS E DIFICULDADES

INICIANDO o governo de Portugal em nome de seu filho menor, não poderiam as qualidades e méritos da Rainha D. Luísa evitar nova demonstração de que a Regência seja a mais grave doença das monarquias. Por ela, sempre se animam as rivalidades, incendeiam-se as invejas e exercitam-se todos os recursos, para alcançar predomínio na esfera do poder supremo.

Na prática, geralmente se revela a degenerescência da Monarquia em República, suscita-se a formação das facções do regente e do regido, para satisfações imediatas e para ambições a limitado prazo.

A própria Rainha o viria a reconhecer mais tarde, quando em triste e dolorosa conjuntura, era levada a escrever: *yo vivo una vida penosa, porque, si reino, es con mõstruosidad por ser con dos cabezas.*

Em condições normais, a regência apenas duraria os meses necessários, para que D. Afonso VI completasse catorze anos. Essa era a tradição política, verificada em D. Afonso Henriques, D. Afonso V e D. Sebastião.

Tendo já sido declarado herdeiro do Trono pelas cortes de 1653, após a morte do Príncipe D. Teodósio, bastaria agora que fosse jurado pelos Conselhos, Tribunais e Nobreza da Corte. Havia de cumprir-se também a simbólica

formalidade da quebra dos escudos. E embora houvesse quem a desaconselhasse por desnecessária, a solenidade do juramento vinha a realizar-se em teatro armado no Terreiro do Paço, a 15 de Novembro, passados que foram os primeiros nove dias de luto na Corte.

Antes da realização de tal cerimónia, logo a Regente teve de decidir uma querela de precedência na honra de conduzir o estoque de condestável, que era disputada pelo duque do Cadaval, parente da Família Real, e pelo conde de Odemira, aio de D. Afonso VI, ambos ainda nomeados por D. João IV.

Por acertada decisão da Rainha, nenhum dos contendores ficava vitorioso, entregandose a cobiçada insígnia ao Infante D. Pedro que naquele acto público comparecia com o estoque desembainhado.

Da formação intelectual do Rei, fora encarregado o Dr. Nicolau Monteiro, prior de Cedofeita, cónego da Sé de Coimbra, homem de grande saber, experiência e autoridade, mas a quem não seria possível obter apreciável resultado do seu esforço pedagógico (1).

Mais do que ninguém, a Rainha-Regente sofria com o doloroso espectáculo da enfermidade do seu filho, a falar com dificuldade pela distorsão da boca, a arrastar a perna direita e com os movimentos do braço bastante tolhidos, embora mais tarde ainda pudesse vir a empunhar a espada e a montar a cavalo. Pensaria a medicina do tempo que os exercícios das armas e da sela conseguiriam anular ou atenuar os efeitos da lesão da infância, vindo o paralítico a alcançar a normalidade pelo próprio desenvolvimento fisiológico.

Ao coração da Mãe e ao espírito da Rainha seria angustioso o confronto do filho morto com o filho vivo e inválido; de D. Teodósio, flórida esperança nas letras e nas armas, com D. Afonso VI, pungente realidade, a oferecer o constante espectáculo do seu irremediável aleijão.

Se não fossem os receios da firmeza da Restauração, os cuidados de evitar as discussões a pretexto da sucessão legítima, para bem da Nação, mais valeria ter jurado logo

o Infante D. Pedro do que deixar ao tempo a última decisão da incapacidade do Rei. Mas, se agora é fácil formular esse juízo, não se podia então prever que havia de ser o que depois foi. Além disso, o respeito pela herança da legitimidade que sempre enobrece e fortifica o poder, e as enganosas esperanças do afecto maternal impunham que se jurasse e aclamasse D. Afonso VI, obedecendo sem demora ao ditado antigo: Rei morto rei posto.

Assim, ao Rei-Restaurador sucederia na História o Rei-Vitorioso, mas apenas no título, pois havia de passar os seus dias a ser vencido no trono, no casamento e na vida, pela mórbida fatalidade que o atingira e pelos sucessos que envolveriam de malignas sombras todo o seu reinado.

Para assistir ao governo da Rainha-Regente ficavam-lhe quatro ministros: os conselheiros de Estado, condes de Odemira e de Cantanhede, e os secretários Pedro Vieira da Silva e Gaspar de Faria Severim.

E para mais atenta vigilância dos negócios públicos, com ministros da sua confiança a Rainha instituia a *Junta Nocturna*, habilitando-se melhor a tomar decisões sobre assuntos graves e a formar juizos sobre as pessoas do real serviço. Eram calorosos os debates na complexidade dos acontecimentos que tinha de defrontar e vencer. No espesso e lúgubre silêncio das câmaras e corredores do Paço, entre brandões acesos, avançava com hirta solenidade o vulto da Rainha, coberta de longos crepes de viúva.

Além dos ministros já referidos, faziam parte da *Junta* o marquês de Niza, o conde de São Lourenço (Martim Afonso de Melo) e Pedro Fernandes Monteiro, antigo secretário de Estado.

Na primeira reunião do Conselho de Estado da sua regência, D. Luísa fazia propor *q̃ sendo assy conveniente queria passar a Alem Tejo p.ª assistir a suas armas, em defensa de seus vassallos.*

Por unanimidade, o conselho votou contra tal propósito, firmando-se em evidentes razões de interesse público (²).

Os quatro servidores principais não se entendiam, e

é provável que se detestassem dois a dois: conde contra conde nas empresas da guerra; jurista contra financeiro na administração do Estado. Vivia-se na Corte em densa atmosfera de despeitos e invejas que agora mais cresciam, na suposição de ser naturalmente débil a autoridade de uma mulher. Homens bravos para defrontar inimigos, mostravam-se fracos para conter os impulsos da sua vaidade ou ambição; rugiam ódios e rancores nas ante-câmaras do Paço e nas próprias sessões dos conselhos, em que os mais graves negócios se discutiam.

Como já antes acontecera, nessas desinteligências de ministros e conselheiros, podia encontrar o inimigo castelhano o seu mais favorável e poderoso auxiliar.

Vimos como os mais temíveis obstáculos á independência de Portugal no começo do reinado do Restaurador, provieram dos maus portugueses, aliados de Filipe IV.

Para vencer Castela, a Rainha D. Luísa precisava de defender Portugal de si mesmo, dominar conflitos abertos ou disfarçados entre políticos e militares, usar de forte prudência em dias e anos de governo, sempre rodeada de ardís e de incertezas.

A conter excessos e desfazer enredos, há-de esforçar-se até ao sacrifício a animosa energia da Regente, e serão esses conflitos que mais lhe dificultarão o governo, enfraquecendo-lhe sucessivamente o poder, até uma das facções lho vir a arrebatar.

Acontecia que os comandantes militares não tinham a preparação exigida para qualquer grande cometimento que, logo de princípio, assinalasse o governo da Regência.

Com bem avisada justeza sobre os intentos da Rainha, assim se pronuncia um historiador: *mais ses généraux étoient plus soldats que Capitaines: il n'y en avoit aucun dans le Portugal qui fût capable de fortifier une Place, ou de conduire un Siège.*

Passando a apreciar os méritos e qualidades dos políticos, o mesmo autor prossegue:

Le Conseil n'étoit pas rempli de plus habiles Ministres: les uns s'appliquoient bien plus á faire de grands discours sur les besoins de l'Etat, qu'à y remédier: d'au-

tres, sans faire attention au peu de forces qu'il avoit dans le Royaume, ne formoient que de vastes projets; & il ne sortoient souvent de ces suprêmes Conseils que des desseins mal concertés & suivis de mauvais succès (3).

Não podendo lutar directamente entre si, as pessoas dos mais altos cargos digladiavam-se por meio da retórica e dos planos políticos e militares: era a sistemática e apaixonada oposição, o exercício do mais condenável e perigoso espírito de contradição. A ouvir opiniões e conselhos opostos, não é de admirar que os juízos e decisões da Regente tantas vezes vacilassem por sucessivas incertezas.

A leitura dos documentos e das páginas da história das Campanhas denuncia, ao primeiro aspecto, a falta de um bem ordenado plano de operações, a ausência de um chefe que unificasse os esforços de todos os corpos de exército, quando, após a guerra defensiva de 17 anos, já seria tempo de se passar à ofensiva, como as circunstâncias peninsulares e os astuciosos intentos da França repetidamente aconselhavam.

Com o País exausto, também tinham de ser limitados em possibilidades os recursos de tropas, sempre mal organizadas e mal pagas.

Fácil é proferir juízos históricos pelo informado critério dos êxitos e dos desastres; mas torna-se muito difícil distribuir a justiça devida aos que melhor trabalharam, oferecendo o sangue e sacrificando a vida, tantas vezes obscuramente.

Obrigada a consagrar aos negócios do Estado os seus maiores cuidados, a Regente ainda velava extremosamente pela educação dos três filhos, confiando-os a bons mestres de letras e de doutrina, e, às horas próprias, com eles cumpria os deveres religiosos, no oratório ou na tribuna da Capela Real.

E nos largos serões do Paço da Ribeira, a Rainha, as damas e as criadas iam desfiando linho para os pensos dos feridos da guerra, e com o mesmo zelo se mandavam para o Alentejo muitas cargas de tabaco para os soldados que por estas finezas chamavam à Regente a *Rainha-Mãe*.

DEFESA MILITAR E SEUS SUCESSOS

Após a morte de D. João IV, cumprindo a sua última ordem, partira para o Alentejo D. João da Costa, conde de Soure, Governador das Armas da Província.

Do seu entendimento com o general da cavalaria André de Albuquerque e outros comandantes, nascia agora a decisão de tomar a ofensiva, penetrando em território espanhol para tomar o castelo de Barcarrota. A operação foi mal sucedida pelas difíceis condições do terreno e pelo mau estado dos caminhos. Tiveram de recuar para as posições anteriores, recolhendo a Olivença e a Elvas, sem perdas de gente e sem glória, mas com estrago considerável no material, antes de terem qualquer contacto com as tropas do duque San German.

O conhecimento da morte de D. João IV animava os intentos de Castela que também pareciam agora mais favorecidos da fortuna: o Príncipe jurado rei de Portugal, era menor e por todos considerado incapaz; o governo político passava das mãos de um homem experimentado para as da sua viúva; a situação dos estados de Filipe IV ia melhorar pela posse de Barcelona e sossego da Catalunha, pela cooperação militar do trânsfuga príncipe de Condé, e pelo favor das dissenções internas da França. A paz assinada em Munster também livrava o governo de Madrid da desmoralização das derrotas e de outros cuidados e sobressaltos com os Países-Baixos.

Chegava a oportunidade de organizar contra Portugal a terminante investida por terra e mar.

O inspirador deste plano era D. Luís de Haro, continuador do Conde-Duque nos pertinazes esforços da recuperação de Portugal.

Em Janeiro de 1657, recebendo-se de Campo Maior a notícia de que Filipe IV vinha pessoalmente fazer a reconquista do nosso País, e de que já em Mérida se preparava aposentadoria para o seu quartel, com o fim de acalmar os assustadiços da Corte de Lisboa, a Rainha D. Luísa

gracejou: *Quando llegase a Merida El Rey de Castilla, ya me hallará en Yelbes* (4).

Dando conta destas prevenções e no intento de preparar a resistência, o conde de Soure escrevia do Alentejo à Rainha, a expor-lhe o seu plano de defesa do Reino, em que incluia o artilhamento de navios, a fortificação de Lisboa e o pedido de novos reforços para a mais ameaçada das nossas Províncias.

Chamado à Corte para melhor desenvolver e executar os seus projectos, viria a cair numa rede de intrigas, tecidas pelo conde de Penaguião e pelos amigos do conde de São Lourenço. O experiente militar, doente de gota e impossibilitado de andar, esteve próximo da morte em cobarde atentado por sicários da facção que lhe era adversa.

Depois destas ofensas e maus tratos, é substituido no Governo das Armas pelo conde de São Lourenço que a opinião mais esclarecida considera inferior em méritos ao conde de Soure. Este é um dos muitos casos de competição palaciana, em que os interesses particulares se disfarçam em zelosas aparências de bem-público, iludindo-se a boa-fé dos Reis, sempre inclinados e mais interessados a servi-lo melhor do que ninguém.

Não estaria o conde de Soure em condições de saúde para continuar a campanha? Tendo de ser afastado, não haveria melhor general que o conde de São Lourenço?

Estas dúvidas assaltariam o espírito da Rainha, antes de tomar a decisão de substituir o valoroso cabo de guerra.

Mandado regressar ao seu posto, recusa-se a cumprir a ordem recebida, talvez com o intento de se defender na Corte contra as maquinações de adversários com quem então poderia defrontar-se. De qualquer modo, firmemente preferia sacrificar o seu alto cargo, em que sem demora vinha a ser substituido.

Solto da prisão onde estava por motivos de velha pendência, o conde de São Lourenço parte logo para o Alentejo, e na praça de Elvas o recebe com as devidas honras André de Albuquerque, dando-lhe conta dos preparativos de além da fronteira e das disposições tomadas pelo duque de San German que em Badajoz estabelecera

o seu quartel general. A ofensiva apresentava-se com carácter de extensa linha, com invasão simultânea de outras províncias arraianas, cujos governadores imediatamente começaram a pedir para Lisboa socorros de soldados, de cavalos e dinheiro. A Província Transtagana era a mais exposta de todas: fronteira aberta, muitas e desguarnecidas praças ou com pequenas guarnições, por não terem ainda chegado as levas e as remontas que a Rainha ordenara por diversas partes. Era difícil e perigosa a situação das nossas forças, embora o exército espanhol também não desse provas de satisfatória moralidade, força e disciplina.

Nesses dias de Março de 1657, a abadessa de Ágreda escrevia a Filipe IV:

L'affaire du Portugal me donne du souci. Il faudrait disposer de forces suffisantes pour le cas où ceux qui nous ont promis leur aide ne tiendraient pas parole. Que Votre Magesté donne ordre aux soldats de ne pas emmener de femmes avec eux et de servir Dieu en se confessant: ce sera leur plus grande force... (5).

A 12 de Abril, o exército de San German pôs-se em campanha, a caminho de Olivença, com pouco mais de oito mil homens. O conde de São Lourenço pede instruções e auxílios a Lisboa; consultado o conselho de Estado, a Rainha ordena o socorro a Olivença. A 28 de Abril, as nossas tropas passam o Guadiana numa ponte de barcas, perto de Juromenha. Vão dez mil infantes, dois mil cavalos, catorze peças de artilharia, com a carriagem de munições e abastecimentos. Demoravam-se os auxílios pedidos às Províncias do Reino, porque elas também retinham as disponibilidades de reforços, com receio de precisarem deles para a sua própria defesa.

Por seu lado, o conselho de Guerra representava à Rainha que não se expusessem as forças de socorro ao risco de uma batalha, para não terem de a perder

Os castelhanos passam semanas nos estudos e preparativos do cerco da praça. Entra-se no período dos pequenos contactos, das repetidas escaramuças que pouco ou nada influiriam no resultado final da campanha. Passado algum tempo, a artilharia castelhana reduz a silêncio as

peças da posição portuguesa, crê-se que mal escolhida, por ficar muito exposta e aberta ao fogo inimigo. Em tal conjuntura, não podendo libertar a praça onde estavam cercados quatro mil homens de armas, o general, conde de São Lourenço, intenta ir sitiar Badajoz, procurando com esta manobra distrair do seu primeiro objectivo as forças castelhanas. Embora aproveitasse reforços mandados ir de Elvas, não obteve com tal diversão o êxito que procurava. Sem grandes dificuldades, Badajoz resistia ao ímpeto de alguns assaltos da cavalaria portuguesa, acabando os nossos por deixar no campo setenta mortos e mais de trezentos feridos.

Refeitas deste revés, as nossas tropas retomam a direcção de Olivença, no intento de mais fàcilmente socorrerem a praça; mas todos os esforços foram vãos, porque a vila não pôde resistir ao aperto do cerco, entregando-se às mãos dos castelhanos o mestre de campo Manuel de Saldanha e toda a guarnição do seu comando.

Animados com o êxito ali alcançado, os castelhanos propõem-se sitiar Mourão, com dez mil soldados de infantaria e quatro mil de cavalaria.

Era governador desse castelo, também na margem esquerda do Guadiana, o capitão de cavalaria João Ferreira da Cunha que para a necessária resistência, apenas contava com a sua companhia e mais três de infantaria. A praça não tinha condições de defesa para suportar um cerco demorado, até que lhe acudissem com auxílios, *sendo as muralhas tão fracas que não podiam resistir quatro dias de sitio*.

De nada valeriam os esforços do conde de São Lourenço, nem as tentativas dos soldados a atravessar o rio a nado e a introduzir-se de noite no castelo, para animar a guarnição. A vila capitulava, após seis dias de cerco, pela acção das minas e da artilharia castelhana.

Nascera funesta a estrela do conde de São Lourenço: retirava-se do Governo das Armas do Alentejo, duramente queixoso de André de Albuquerque que por inveja lhe haveria frustrado os planos, não se podendo agora averiguar de certeza se o insucesso do seu comando resultara

de más-vontades dos companheiros, ou fora simples efeito da sua incompetência.

Para suceder ao conde de São Lourenço, a Rainha mandava apresentar-se em Lisboa Joane Mendes de Vasconcelos, Governador das Armas de Trás-os-Montes, que lhe fora indicado como o cabo de guerra capaz de remediar os erros e desastres do Alentejo.

Aclamado nas ruas de Lisboa como *defensor do Reino* e não pertencendo a nenhuma das facções em luta, o General é recebido pela Regente com especiais demonstrações de agrado e de esperança.

E para lhe vencer o escrúpulo de render um comandante em operações, foi encontrada a formula conciliatória: nomear-se o Rei D. Afonso VI Capitão Geral do Exército, mudando-se os mais altos postos militares, o que também não deixaria de ocasionar grave ressentimento do conselho de Guerra para com a Rainha D. Luísa.

Por maldita constância, na rectaguarda de Lisboa havia de continuar o jogo das competições com vencedores e vencidos, nessas pugnas dos conselhos, das consultas e de ambiciosas intrigas.

Joane Mendes de Vasconcelos toma conta do governo das Armas do Alentejo, e logo começa outro período de entradas e assaltos, em que se davam contínuos recontros, com sorte vária. Com a sua chegada e presença, reanima-se o campo das operações, há um sobressalto de brio militar para a desforra de Olivença e de Mourão. Senhor do governo e seguro da leal cooperação dos comandantes, entre os quais se contavam André de Albuquerque e D. Sancho Manuel, Joane Mendes de Vasconcelos decide-se à empresa de recuperar Mourão. Após alguns actos de heroismo dos nossos soldados, com poucos dias de cerco, a praça é libertada, rendendo-se em 29 de Outubro a guarnição castelhana que a ocupava.

Tomadas as necessárias providências para a defesa da vila e do castelo, Joane Mendes retira-se para Elvas com o grosso do exército, antes que as águas do Guadiana subissem e lhe dificultassem a passagem.

Chamado a Lisboa para se concertarem os planos de

futuras operações, deixa o governo de Armas ao mestre de campo general, André de Albuquerque.

A Rainha e a Corte alegram-se com a nova daquele feliz sucesso militar, pelo qual de algum modo se restaurava o prestígio das nossas armas (6).

Sendo por então moço de vinte e seis anos, na reconquista de Mourão entrava António da Fonseca Soares, o futuro frei António das Chagas, que depois celebraria a glória daquele feito no seu poema *Mourão Restaurado*, duras oitavas de maior entusiasmo do que inspiração heróica (7).

Enquanto se activavam as prevenções e se desenvolviam as acções militares mais urgentes, tratava-se também de fortificar os castelos e muralhas das praças fronteiriças e os portos de mar. Continuava-se agora com Nicolau de Langres e João Gillot, engenheiros franceses, as tarefas de Cosmander, jesuita flamengo que estivera ao serviço de Portugal no reinado de D. João IV e que, como dissémos, fora professor de Matemática do Príncipe D. Teodósio. Essas mesmas disposições de defesa que ainda hoje em tantos dos nossos castelos se patenteiam, seriam continuadas, além de outros estrangeiros, pelo arquitecto português João Nunes Tinoco, e mais tarde pelo engenheiro e cosmógrafo-mor, Luís Serrão Pimentel (8).

LIGA COM A FRANÇA E CERCO DE BADAJOZ

Agora, procurando seguir nas alianças e relações diplomáticas a política de seu Marido, a Rainha retomava o projecto do casamento de sua filha, a Infanta D. Catarina com Luís XIV, rei de França.

Para esse fim, era de novo enviado à corte de Paris um embaixador da sua maior confiança, o frade dominicano, irlandês de origem, Daniel O'Daly, conhecido geralmente por Frei Domingos do Rosário.

Ao mesmo tempo, procurava-se negociar com a França

a formação da liga ofensiva e defensiva contra a Espanha, dando maior firmeza a esse pacto o ajuste do casamento com a Infanta portuguesa que levaria em dote uma das nossas praças marroquinas, Tânger ou Mazagão.

Como nos anos precedentes viera acontecendo, a ardilosa e vesga política de Mazarino prometia muito, exigia tudo, procurando sempre nada conceder.

Tendo-se concluido em Março de 1657 um tratado entre a França de Luís XIV e a Inglaterra de Cromwel, para uma acção decisiva contra os Países-Baixos, parecia então o momento oportuno para se constituir a *liga formal* por que Portugal desde há muito se vinha empenhando, a fim de se poder manter no desigual duelo com a Espanha de Filipe IV.

Nesse sentido, intervinha junto do cardeal Mazarino a diligência de Frei Domingos, a quem por intermédio do conde de Brienne foi prometida a enviatura de um embaixador francês a Lisboa com as devidas instruções, com propostas agradáveis e definitivas.

No entretanto, a ofensiva castelhana repetia-se com vigor, e o Cardeal julgou o momento propício para embaraçar as negociações, aumentando as exigências a Portugal. O enviado da França, general conde de Cominges, em lugar de uma esperança, era portador de uma desilusão: nos termos da instrução secreta recebida de Paris, em vez de prestar auxílio, a França exigia dinheiro que Portugal não tinha para lhe dar, a não ser em pequenas prestações e a longo prazo.

A Rainha, ludibriada na lealdade da sua política, indignou-se com tal procedimento que abertamente desrespeitava e contradizia o que fora combinado, resultando a dupla missão de Frei Domingos-Cominges inteiramente inútil, para qualquer imediato efeito (*).

Como a França não deixava de insistir na necessidade da ofensiva por parte de Portugal para justificar a liga, a Regente e o conselho de Guerra decidiram aproveitar o prestígio que Joane Mendes de Vasconcelos grangeara entre as tropas, confiando-lhe, a seu pedido, missão de maior vulto — o cerco de Badajoz.

Dentro das muralhas encontravam-se os principais comandantes espanhóis, D. Francisco de Tutavilla, duque de San German, governador das Armas, D. Diogo Cavaliero, mestre de campo general, D. Pedro Giron, duque de Ossuna, general de Cavalaria, e D. Gaspar de la Cueva, general de Artilharia. A guarnição compunha-se inicialmente de quatro mil infantes e dois mil cavaleiros.

Do lado de Portugal, comandavam Joane Mendes de Vasconcelos e André de Albuquerque, principalmente, constituindo os efectivos para o assédio dezassete mil homens e vinte canhões.

Sucederam-se desde o começo várias escaramuças e brigas de pequeno êxito, até dar-se o assalto ao forte de S. Cristóvão que foi repelido pelos espanhóis (22 de Junho), que nunca suspenderiam a previdente tarefa de ir introduzindo na praça sucessivos reforços, munições e mantimentos para a resistência.

Apertando mais o cêrco e pela necessidade de forçar a linha dos fortins que o forte de S. Miguel apoiava e dominava, os portugueses atravessaram o Guadiana em 15 de Julho, e, por bem dirigida acção da artilharia, atacaram o referido forte, conseguindo tomá-lo em 24 de Setembro, por efeito principal da cavalaria de André de Albuquerque. Mas as defesas da praça mantinham-se firmemente, aguardando dia a dia o próximo socorro trazido por D. Luís de Haro, constituido por oito mil infantes e quatro mil cavaleiros. Convencidos os comandos portugueses de que seria inútil e desastroso prosseguir no cêrco, e com a certeza de se verem brevemente entre dois fogos, decidiram retirar em boa ordem as forças sitiantes. Já se havia perdido a maior parte dos soldados, mais de dez mil baixas por morte e doença, nos longos meses de verão que durara o assédio (10).

Retrocedendo, os portugueses passavam o Guadiana a 11 de Outubro, para recolher aos quarteis em Elvas.

Grande e vão esforço foi este, à custa de novos sacrifícios de vidas, de armas e de fazenda.

À roda desta infeliz operação militar, foi correndo a versão de que a insistência para a continuação do cêrco

se deveria atribuir a capricho feminino, a teimosia da Rainha Regente, vindo ela assim a considerar-se, historicamente, a responsável de esse desastre das nossas armas. Ainda hoje se cita a frase divulgada pela *Anticatástrophe: João Mendes de Vasconcelos, ou a Badajoz ou ao Céo!*

Ora, a verdade é que a posse de Badajoz era o sistemático objectivo da estratégia portuguesa do tempo, pela grande importância da praça em toda a zona fronteiriça da Estremadura.

A conquista de essa cidade já se apontava nos conselhos oferecidos ao Príncipe D. Teodósio, quando no Alentejo estivera, para vir a ser *o arbitro da guerra, e da paz, escolhendo e não rogando.*

Nesses preceitos de escola militar, que são mais um plano de operações a tentar contra o inimigo, lê-se:

Para abrir a porta a estas esperanças, deve V. A. empreender Badajoz que he a praça de mayor oppinião entre todas as que os Castelhanos guarnecem contra este Reyno (11).

Para a decisão de cercar Badajoz, a Rainha aceitara o plano de Joane Mendes de Vasconcelos, e não seguira os pareceres do conde de Sabugal e de D. Luís de Meneses que eram contrários a essa operação, *inclinando-se sempre o seu valoroso espírito a subir às estrellas por difficuldades* (12). Mas, contra estes, havia outros conselheiros que persuadiam a Regente a aproveitar a força moral alcançada com o recente êxito do resgate de Mourão.

Depois, a demora na investida, os maus sucessos e a peste inutilizaram o estudado plano. É da sorte da guerra a vitória do imprevisto. Verifica-se iniludìvelmente que a opinião da Rainha e do conselho de Guerra, a respeito da continuação do cêrco, não era cega teimosia, nem se impunha por ameaças, mas antes se subordinava às realidades, deixando ao critério dos comandantes nomeados, a resolução que mais conveniente se lhes afigurasse. E as realidades eram tristes: grassava a peste nas tropas, saiam doentes os comandantes e nos registos de um só dia, entravam no hospital mais de dois mil soldados.

Antes de ser recebida, com data de 12 de Outubro, a

carta da Rainha Regente que ao juízo e decisão de Joane Mendes entregava o levantamento do cêrco, já as nossas tropas tinham começado a atravessar o Guadiana para se recolherem aos muros e às casas de Elvas (13).

CERCO DE ELVAS E BATALHA DAS LINHAS

Após a retirada dos portugueses e logo no seu encalço, começava a perseguição em pequenos recontros de recta-guarda, movimentando-se as tropas espanholas na sua maior força, com o intento de ir pôr cerco a Elvas.

Ia repetir-se a tentativa de Dezembro de 1644.

Invertidas as posições dos contendores, reentrava-se na guerra de fortaleza, evitando-se cuidadosamente o perigo das batalhas em campo raso.

Sob o comando supremo de D. Luís de Haro, por 22 desse mês de Outubro, já o exército castelhano assentava seus arraiais à vista dos muros da praça portuguesa, dentro da qual deixara de comandar, para ali ficar humilhantemente prisioneiro, o general Joane Mendes de Vasconcelos.

Por ordens recebidas de Lisboa, assumia o governo das Armas da Província o general de cavalaria André de Albuquerque, em quem alguns críticos exigentes admiram o maior génio militar das campanhas da Restauração.

Enquando lhe foi possível, o novo comandante ia mandando sair de Elvas a maior parte da cavalaria com as carruagens de transporte de feridos e doentes, para não estorvarem os movimentos de defesa da praça.

Em cumprimento das instruções de Lisboa, assim que pôde, acompanhado de Afonso Furtado de Mendonça e de um grupo de oficiais escolhidos, André de Albuquerque atravessa de noite as linhas inimigas, sem ser pressentido, e dirige-se a Estremoz com o fim de apressar a organização de um exército de socorro que ali viria levantar o conde de Cantanhede, por especial e honrosa incumbência da Rainha (2 de Dezembro de 1658).

Mas quando o conde de Cantanhede chegou à praça, já lá estavam André de Albuquerque e os seus companheiros, evadidos das linhas com o maior risco.

O governo de Elvas ficara entregue ao mestre de campo D. Sancho Manuel, cuja missão era resistir ao cerco até ao último extremo, esperando a chegada dos prometidos socorros.

Cumpriu heròicamente o seu encargo nas mais duras circunstâncias e nas mais difíceis provações para os onze mil homens da guarnição. A peste que dizimara as nossas forças no cerco de Badajoz, continuava a vitimar os soldados em tal número que chegavam a morrer aos trezentos por dia. Não havia tempo, nem se encontrava espaço para abrir sepulturas e enterrar os mortos. Muitos dos cadáveres, estendidos e sobrepostos, eram utilizados para servir de parapeito aos mosqueteiros, ou, desrespeitosamente, para assento dos que jogavam os dados.

As roupas dos defuntos aproveitavam-se para vestir os vivos, e *chegou lastimosamente a faltar aos mortos aquelles sete palmos de terra para se enterrarem, que sempre se teve por impossivel succeder aos mays desgraçados.*

E nesses dias de extrema tribulação, viam-se horrores como este: *& sendo mays os mortos do que a terra, tambem veyo a faltar, & por este respeyto forão muytos corpos sepultados nos ventres dos animaes; porque dos que se conservarão algum tempo vivos, faltando-lhes totalmente o sustento, se alimentavão dos corpos mortos com lamentável espectaculo* (14).

Embora noutras províncias também se combatesse e sofresse, nada do que se passava por Trás-os-Montes e Beira e no próprio cerco de Monção, com a sua heróica resistência, poderá comparar-se ao sacrifício dos soldados e da população de Elvas.

Caídos por doença ou mortos pelo fogo dos sitiantes, no fim de dois meses de cerco, não excederiam um milhar os portugueses que ali suportavam o ímpeto das armas de Castela. Não podendo dar-se recontros de grandes contingentes, a luta nunca deixava de prosseguir com repe-

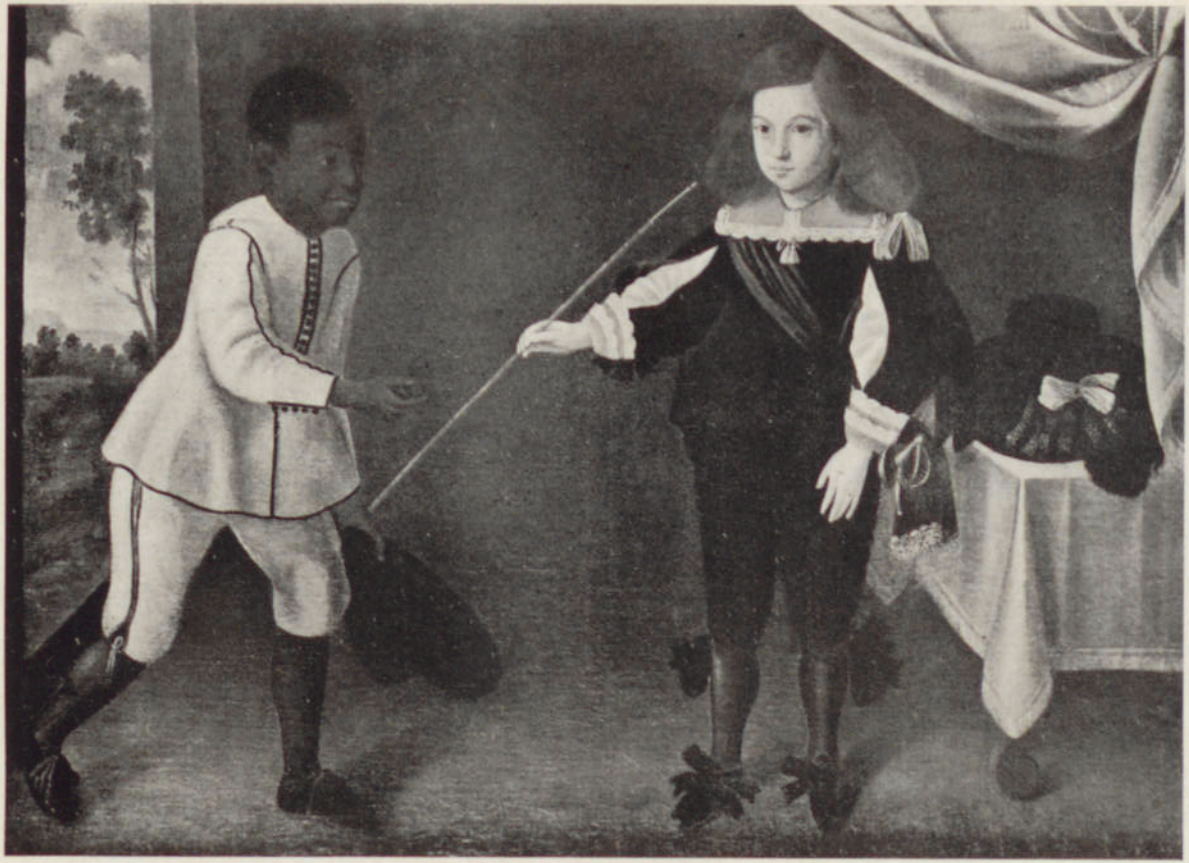
D. ANTÓNIO LUÍS DE MENESES
CONDE DE CANTANHEDE,
1.º MARQUÊS DE MARIALVA

(Fot. *Novais*)

D. SANCHO MANUEL
CONDE DE VILA FLOR

(Fot. *Ed. Portugal*)

BIBLIOTECA NACIONAL · LISBOA



INFANTE D. AFONSO DE BRAGANÇA, DEPOIS D. AFONSO VI, REI DE PORTUGAL

Museu Regional de Évora

(Fot. *Novais*)

tidos assaltos e sortidas, sem que aos nossos fosse possível reparar as suas perdas, enquanto os espanhóis não deixavam de receber auxílios e provisões no seu campo, livres de incómodos e de recontros funestos.

Logo que o exército de socorro se deu por armado e municiado, com incansáveis trabalhos dos seus organizadores, pôs-se em marcha de Estremoz para os campos de Elvas, a 11 de Janeiro de 1659, vindo juntar-se-lhe pelo caminho as guarnições de algumas vilas próximas.

A D. Luís de Haro, o conde de Cantanhede mandava aviso do dia e hora em que se apresentaria no campo de Elvas, à frente das suas tropas. Era uma bravata militar, de que os castelhanos deviam ter sorrido com o antegosto da vitória certa.

Ali vinham oito mil infantes, dois mil e quinhentos cavaleiros e sete bocas de fogo, para se defrontar com catorze mil homens de pé, cinco mil cavaleiros e grande trem de artilharia já em posições escolhidas.

Assim, o exército libertador dos sitiados era pouco mais de metade das forças de Castela que formavam as linhas do cerco, ocupando o convento de S. Francisco e o Monte da Graça, com o seu cordão de fortins.

Dois dias depois, a 13, uma surriada de artilharia portuguesa anunciava às pequenas forças da guarnição e à gente da cidade a sua chegada à vista das linhas inimigas, levantando-se assim o espírito dos soldados e o ânimo dos moradores. A este aviso respondia com alegres salvas a artilharia da praça e a do forte de Santa Luzia. Era o desejado e anunciado diálogo da libertação. Cada qual corria aos adarves e aos baluartes; proviam-se de munições as últimas peças de artilharia; selavam-se os cavalos que restavam. Na angústia e esperança dessas horas, dentro das muralhas, o povo da cidade alvoroçava-se, oferecia serviços, corria, rezava à Virgem e aos Santos, prostrando-se em adoração do Santíssimo, permanentemente exposto na Sé, por devoção e a pedido de D. Sancho Manuel, governador da praça.

Ao amanhecer do dia 14, 3.ª feira, reconhecem os castelhanos que as tropas do conde de Cantanhede não

estavam ainda em disposição de combater, e vendo que o sol, mal nascido, se encobria de nevoeiro, entenderam que nesse dia era impossível dar-se qualquer acção de importância. Pelas oito horas dissipa-se a bruma, brilha no ceu um sol radioso e as tropas portuguesas que tinham ficado ordenadas para investir as linhas à primeira voz, entraram a movimentar-se, quando o inimigo já havia retirado das suas posições grande parte das forças, por entender que uma demonstração feita por um lado, certamente disfarçaria o intento do ataque por outro.

Supunham-se em presença do costumado e sabido ardil de guerra. Ouvidos os clarins e os tambores, desfraldavam-se as bandeiras e as forças entravam em ordem de batalha: mil mosqueteiros escolhidos iam à frente do exército, seguindo-se mais três colunas, a vanguarda com três mil infantes e dois mil cavalos, o grosso das forças com dois mil infantes e novecentos cavalos, e a reserva com dois mil infantes e oitocentos cavalos. A artilharia principal ocupava uma elevação nas proximidades da Amoreira, de onde bem se dominava e batia o campo. Relinchavam cavalos ao perto e ao longe, disparavam-se os mosquetes em linha; com o fumo, subia ao ceu o alarido dos assaltos, e depois do violento silêncio que se seguia à trovoada dos canhões, renascia por espaços a confusão dos dispersos rumores da gente.

Com a surpresa do ataque, o comando castelhano manda reocupar as posições pouco antes desguarnecidas nas linhas do mosteiro de S. Francisco, dos Murtais e do Monte da Graça; mas as ordens cumprem-se em sobressalto e confusão, debaixo de intenso fogo e de impetuoso avanço da infantaria portuguesa. Embora deva registar-se a acção do duque de San German que no meio do tumulto conseguiu cortar alguns terços da nossa vanguarda, separando-a das outras tropas, não lhe foi possível aproveitar a acção conjunta do duque de Ossuna e de D. Nicolau de Córdova, para impedir o rompimento das suas formações. Já as vinte peças de artilharia da praça cooperavam com os assaltantes, e os sitiados vinham saindo das portas das muralhas ao seu encontro. Eram apenas quatrocentos e

cinquenta mosqueteiros e cento e quarenta cavalos, salvos da mortandade da fome e da peste.

Por último, a resistência inimiga concentra-se nos fortins que sucessivamente iriam caindo, entregando-se aos vencedores por toda essa tarde e já pela noite adentro.

D. Luís de Haro retirava-se à pressa para Badajoz, e a praça de Elvas era jubilosamente entrada pelos portugueses à noite, na hora em que se abraçavam dois dos heróis desta acção militar, o conde de Cantanhede e D. Sancho Manuel.

Ao outro dia, nos despojos do inimigo desbaratado que em diversas posições abandonara bagagens, a secretaria, mantimentos e alfaias, encontravam-se quinze mil espingardas e mais de três mil cadáveres. Eram muitos os soldados e oficiais feridos e prisioneiros.

Dos portugueses morreram na peleja o general André de Albuquerque, dois capitães de cavalaria, dez de infantaria, dez alferes, dois ajudantes, quatro sargentos e cento e setenta e sete soldados, sendo recolhidos mais de setecentos feridos em combate ([15]).

O conde de Cantanhede vinha então à Corte receber os aplausos da sua vitória. De Elvas era trazido preso para Lisboa, à ordem da Rainha, Joane Mendes de Vasconcelos, para ser processado e julgado por uma junta de generais pelo seu procedimento e má sorte militar no cerco de Badajoz.

Fazendo-se devassa em longo e rigoroso processo, a sentença declara o antigo governador das Armas absolvido de toda a culpa e ilibado da infamante aleivosia, levantada pela inveja dos seus inimigos e detractores.

Por decreto especial, a Rainha Regente manda soltar o general Joane Mendes de Vasconcelos, determinando que não haja contra ele qualquer procedimento ([16]).

Esta acção militar que inicialmente se destinava a socorrer uma praça sitiada, viria a converter-se numa vitória de efeitos políticos de largo alcance, ficando conhecida na História por *Batalha das Linhas de Elvas*.

Maior do que as grandes perdas nesta derrota, foi ainda o golpe sofrido pelo prestígio do exército castelhano nas

pessoas de alguns dos seus mais famosos cabos de guerra. Para Portugal, esta era a primeira grande vitória alcançada sobre tão poderoso inimigo em dezoito anos de hostilidades.

Nos soldados, na corte, nas cidades e vilas de Portugal, a notícia da vitória ocasionou exaltado contentamento, levantando os ânimos abatidos por longos e duros sacrifícios. Em todos renascia agora a esperança, essa esperança de paz que tantas vezes esmorecia nas almas de políticos e generais e que sempre vivia no coração e na inteligência da Rainha Regente.

Como já haviam sido cantados os feitos de Montijo e de Mourão, este êxito das nossas armas imediatamente havia de merecer aplausos literários de poetas, de poetas-soldados, sempre melhores soldados do que poetas.

Devem aqui relembrar-se o *Panegyrico... ao conde de Cantanhede*, por António da Fonseca Soares que já celebrara, como vimos, a reconquista de Mourão, e o *Panegirico a André de Albuquerque Ribafria...*, por João de Medeiros Correia.

Para memória da posteridade, o primeiro destes poetas, que assistiu à batalha, refere-se ao momento culminante da luta em estrofes do mais hiperbólico gongorismo:

De Marte então co'as iras e rigores
Foy a batalha tão cruel, e ardente,
Que parece que os orbes superiores
Chocavão pelo mundo iradamente:
Todo o campo entre furias e clamores
Era da morte huma rapida torrente,
Sendo hum fatal da vida paroxismo,
Copia do cáos, e original do abismo.

Grazinando os mosquetes, e arcabuzes
Rayos de chumbo entre trovoens ardentes,
O mesmo fogo das funestas luzes
De farol serve aos animos valentes:
Os leoens Estremenhos, e Andaluzes
Por mais que então as garras impacientes
Féros esgrimam, morrem, bem que ufanos,
Entre os Herculeos braços Lusitanos (17).

BATALHA DAS LINHAS DE ELVAS

Grav. de Dirk Stoop — B. N. L.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

Não faltaram outros documentos de exaltação que bem mostram quanto esta vitória dos Portugueses retemperou os soldados e revigorou o espírito público, abatido por efeito de tão repetidos insucessos. Mas, em todos eles, muito mais vale o sentimento do que o estilo literário, a cujos caprichos de mau gosto normalmente se sacrificava a inspiração dos autores, quando a tinham.

INSUCESSOS DA POLÍTICA COM A FRANÇA

Fortalecida a posição de Portugal com a vitória das *Linhas de Elvas*, era ocasião de procurar reatar as negociações com a França, para finalmente se constituir a *liga formal* contra Castela.

Assim, a embaixada já decidida em Dezembro, quando ainda durava o cerco de Elvas, poderia agora encontrar mais seguro êxito junto do cardeal Mazarino. De essa missão era incumbido o experiente militar D. João da Costa, conde de Soure, de novo honrado com a mais alta confiança da Rainha, levando como secretário o arguto Duarte Ribeiro de Macedo.

Qual o fim da embaixada?

Responde o secretário:

«Foy a substancia da instrução que deu ao Conde representar o estado do Reyno, que a perda das tropas velhas, e os sitios de Elvas e Monção fazião duvidoso; pedir a ElRey Christianissimo socorro de mil cavallos, e quatro mil Infantes formados em seis Regimentos e conservados neste Reyno à sua custa; escolher, e capitular com dous sugeitos de experiencia conhecida, para ocuparem os postos de Mestres de Campo Generaes, cuja fidelidade, e préstimo approvassem os Ministros de França, particularmente o Cardeal Julio Mazarino, primeiro Ministro daquella Coroa e que não se podendo conseguir os socorros à custa de França pedisse licença para se lenvantar aquelle numero de gente à custa da fazenda d'ElRey, para o que se passou logo um credito de cem mil cruzados» (18).

Partindo de Lisboa, a 13 de Abril, numa nau inglesa, chegavam ao Havre a 22 de Maio, e logo ali eram informados de que havia sido negociada uma suspensão de armas entre a França e Castela, o que equivalia ao completo malogro da embaixada do conde de Soure.

Apesar da difícil e adversa situação, o diplomata português insistia em conferenciar com Mazarino que só muito discretamente viria a dar-lhe audiência a 9 de Junho.

O ministro de Luís XIV baldadamente pretendeu justificar o procedimento de levar a França a pactuar com o inimigo comum, enquanto se esquecia de Portugal, fiel aliado desde a Restauração, sob os auspícios e compromissos de Richelieu no reinado anterior.

Perante o facto da suspensão das hostilidades, o conde de Soure solicitava do astucioso Cardeal que Portugal fosse incluído nas estipulações da paz a celebrar solenemente entre a França e Castela.

Mas até essa aspiração era inútil, porque dois dias antes já o Cardeal havia assinado os artigos preliminares, pelos quais a situação de Portugal se considerava regressada à que tinha em 30 de Novembro de 1640!

De nada valiam dezanove anos de esforços e sacrifícios, durante os quais a França estimulara e auxiliara a Restauração, embora também no seu próprio interesse. O antigo aliado iria interromper oficialmente as relações com Portugal, recusando-lhe, às claras, qualquer apoio posterior; obtinha-se do governo de Filipe IV, uma trégua de três meses na guerra, para que um enviado francês viesse estudar a forma de regular a situação de Portugal, a contento de Castela...

Ao mesmo tempo, exercitando o seu método de duplicidade política, o cardeal Mazarino aproveitava as boas disposições do marechal de Turenne, partidário da liga de Portugal com a França, para que nos fosse dada alguma assistência, enviando-nos um grupo de oficiais bem reputados por seus méritos. Era alguma coisa e poderia ser muito, como foi, em tão perigosa conjuntura.

A este respeito, deve registar-se o juízo do general Weygand:

«Après la Paix des Pyrennées, la France avait dû cesser de soutenir ouvertement le Portugal; mais Turenne et Mazarin étaient d'accord sur le danger de laisser l'Espagne libre de l'écraser ou de l'absorber. La France eut donc avec son ancien allié des ententes clandestines, dans lesquelles Turenne joua le rôle principal. Se fut lui qui cacha l'envoyé secret du Portugal, le Comte de Source *(sic)*, dans une maison de son neveu, et qui fit lever par son ami le comte de Schomberg des troupes en France pour les faire passer en Portugal. La Reine Mère, informée de ces menées en fut très mécontente et dit un jour au Marechal: «Saves-vous, monsieur de Turenne, que je vois par dessus l'Espagne jusqu'en Portugal?» ([19]).

Na execução deste plano, aconselhava que se contratassem para servir em Portugal, o general alemão conde de Schomberg e o general irlandês conde de Insequin.

Prometia também o Cardeal mandar a Lisboa um enviado extraordinário, a fim de aplanar as dificuldades que supunha haveriam de surgir.

E não se enganaria.

O embaixador português e o secretário inteligentemente alegavam e defendiam a justiça do seu País, formulavam razões, ofereciam grandes vantagens para obter a inclusão de Portugal nas estipulações da próxima futura paz com Castela. Não se alcançava a vitória, mas por esse meio, chegava-se ao fim da guerra...

Dirigindo-se Mazarino para S. João de Luz, ao encontro do plenipotenciário castelhano, D. Luís de Haro, que já vinha a caminho, para lá correu também, por ordem do conde de Soure, o residente português Dr. Feliciano Dourado.

Ao Cardeal ia oferecer um milhão de cruzados e o rico arcebispado de Evora para quem ele quisesse designar. Onde pouco ou nada podiam compromissos ou razões de justiça, talvez mais valimento tivesse o peso do ouro. Do lado da Espanha, dizia-se que D. Luís de Haro pro-

metia ao cardeal Mazarino o apoio de Filipe IV para a sua elevação ao sólio pontifício. Era muito mais...

Entretanto, chegavam de Lisboa as últimas propostas, destinadas a alcançar o que se pudesse em tão decisiva oportunidade: se fosse incluido no tratado, Portugal pagaria quatro milhões de cruzados pelo espaço de oito anos, e daria autorização aos franceses para comerciar nos seus domínios ultramarinos; se não fosse abrangido no tratado, aceitar-se-ia uma trégua longa pelo pagamento de um milhão de cruzados durante quatro anos e a mesma faculdade de comércio; e se o acordo não se ultimasse e tivessem de prosseguir as hostilidades entre a França e Castela, Portugal comprometia-se a pôr em pé de guerra doze mil infantes e três mil cavaleiros, anualmente, enquanto a luta durasse.

Rejeitadas estas propostas, pelo conde de Soure foi apresentado a Mazarino em S. João de Luz, o famoso *Discurso Político*, redigido por Duarte Ribeiro de Macedo, em que se mostra *por 27 razoens forçosissimas, como França por justiça, e por conveniencia não devia fazer a paz sem inclusão de Portugal.*

Era uma larga e lúcida exposição dos direitos de Portugal à independência, e dos deveres e compromissos da França, livremente contraídos, sempre em busca de vantagens próprias (20).

Impresso em francês e divulgado em Paris este manifesto, as suas razões produziram tão grande impressão no espírito dos que as leram, que Mazarino foi levado à extrema violência de o mandar apreender. Seguia-se entre o Cardeal e o embaixador, conde de Soure, uma viva controvérsia histórico-diplomática, de que o representante de Portugal, embora cheio de razão, nenhum resultado prático alcançaria.

Por último e para não lhe ficar remorso, o conde de Soure voltava em Outubro a S. João de Luz para ver se conseguia o seu fim, por meio de repetidas conferências, em que oferecia tudo menos a soberania e independência da Coroa de Portugal. Mas em vão: a 7 de Novembro de 1659, no palácio de madeira da Ilha dos Faisões, em meio

do rio Bidassoa, assinava-se o instrumento diplomático, conhecido na História pelo *Tratado dos Pirineus*.

A França recuperava definitivamente a província do Artois, ao Norte, e a de Roussillon, ao Sul, contentando-se a Espanha, por maior compensação, com as honras de ver casada com seu primo Luís XIV, a Infanta D. Maria Teresa, filha de Filipe IV e de Isabel de Bourbon.

A 22 desse mês de Novembro, já se notavam de Elvas grandes luminárias, ouviam-se cargas de mosquetaria e de artilharia em Badajoz, festejando a paz concluida entre Castela e França. O governador das Armas, conde de Atouguia, receando que as tropas espanholas já libertas de inimigo tão funesto, contra nós agora se voltassem por injúria e ódio de nação, apressa-se a escrever para Lisboa, a pedir providências à Rainha (21).

No Paço da Ribeira, com 21 anos de idade, continuaria encerrada a Infanta D. Catarina, à espera de noivo que as conveniências políticas indicassem a sua Mãe e à Nação, já que se malograra a aspiração de a ver sentada no trono da França (22).

*

Voltando dos Pirineus a Paris com a Corte de França, o conde de Soure dispôs-se a aproveitar o que lhe concediam, embora mal conformado com a terminante recusa do que a Portugal era devido por estipulações anteriores.

Sem perda de tempo, entrou a contratar os oficiais que deveriam acompanhar o conde de Schomberg, já convidado para o posto de Mestre de Campo General, e também a alistar soldados, principalmente mineiros e artilheiros, em número de seiscentos.

Longos meses se passaram nestas diligências, repetidas vezes perturbadas pelos embaraços do embaixador de Castela, conde de Fuente-Saldanha.

Ao cabo de muitos esforços e trabalhos, o conde de Soure dirigia-se para o porto do Havre, onde juntamente com os oficiais , soldados e gentis-homens voluntários, aguardaria a chegada de Schomberg e dos três navios que

ele fora fretar a Inglaterra, a fim de se transportarem para Lisboa. Carlos II, restituido ao trono de seu pai, entrara em Londres a 9 de Junho de 1660. Segundo referem alguns autores, e de acordo com o embaixador de Portugal na Grã-Bretanha, Francisco de Melo e Torres, é possível que Schomberg já entrasse em conversações sobre o projecto do casamento do soberano inglês com a Infanta D. Catarina de Portugal (23).

Assim colaboraria nos intentos de Turenne que, depois da morte do Cardeal, viriam a ser os desejos do próprio Luís XIV, quando abertamente e pràticamente favorecia a realização desse consórcio político.

Embarcados a 29 de Outubro, no Havre, o conde de Soure e o conde de Schomberg com a tropa que os acompanhava, aportam ao Tejo a 13 de Novembro de 1660. Investido simplesmente no cargo de Mestre de Campo General, para não humilhar os chefes portugueses, o conde de Schomberg partia sem demora para o Alentejo aonde iria proceder à organização do nosso exército, vindo a introduzir nele, mais tarde, o moderno sistema alemão dos regimentos de cavalaria.

Embora todos reconhecessem a categoria e méritos do grande colaborador de Turenne, a presença de um general estrangeiro entre as nossas tropas, ocasionaria o natural despeito dos chefes portugueses e nomeadamente do conde de Cantanhede que, no ano seguinte, seria amerceado com o título de marquês de Marialva, em galardão dos seus serviços ao Reino, entre os quais avultava a parte que tivera na vitória das Linhas de Elvas (24).

Com inteira justiça, cumpre desde já assinalar o feliz acerto da Regência de D. Luísa na negociação para a vinda de Schomberg a Portugal. A actividade e disciplina deste organizador militar, aos seus métodos e inovações na preparação de tropas para combate, se ficaria a dever a maior parte do êxito das futuras e decisivas campanhas e designadamente daquela que viria a ter o seu glorioso desfecho na tarde de Montes Claros. Dos serviços do comandante alemão no levantamento e equipamento de novas levas, nas remontas de cavalos e muares, na recons-

trução e reparação das fortalezas, falam com honra os anais militares desse tempo. E como foram grandes as dificuldades e desgostos da sua acção, bem o mostram as suas cartas ao Rei D. Afonso VI. Mau signo do tempo, fraquezas e misérias dos homens...

Continuando ainda o seu processo de engodo, o cardeal Mazarino mandava à corte de Lisboa o marquês de Choupes a anunciar oficialmente a paz da França com a Espanha e a apresentar desculpas, compensando o *pesar* de Luís XIV pela exclusão de Portugal do Tratado dos Pirineus, com a oferta da sua mediação para qualquer entendimento com o governo de Madrid.

Pelas *Instruções* que trazia, deu conta dos termos a propor para esse novo intento de conciliação: a Espanha daria aos portugueses amnistia geral, sendo-lhes restituidos os bens que possuíssem nos domínios de Filipe IV; a Casa de Bragança manteria a plena posse dos seus bens, honras e dignidades, atribuindo-se ao duque o título hereditário de Vice-Rei de Portugal, em nome do rei de Castela; e por último, o rei de França seria fiador do cumprimento deste acordo.

A Rainha Regente nomeou os conselheiros conde de Odemira e marquês de Marialva com o secretário de Estado Pedro Vieira da Silva, para ouvir e discutir as propostas do enviado francês. E quando elas foram conhecidas, provocaram tal excitação e revolta que o marquês de Marialva, interrompendo a exposição, indignadamente exclamou: *Se a nobreza e o povo desta Cidade sabem o que contem as proposiçoens, que lemos, nem nós, nem o Senhor Enviado estamos aqui seguros; e levantando-se, separou a conferencia* ([25]).

Assim, foi de todo em todo inútil esta embaixada, servindo apenas para indispor mais ainda os Portugueses contra os Franceses.

Necessitando de um aliado forte e fiel que o auxiliasse na consolidação da sua independência, Portugal teria de o procurar noutra potência europeia. E diante do crescente perigo para o Reino e para a Dinastia, a Rainha Regente

até pensaria em retomar o plano de D. João IV, retirando-se com os três filhos para o Brasil, a fim de os salvar da morte.

Tempos antes, sob o impulso dos mesmos cuidados, essa *Judith de Portugal*, como Vieira chamara à Rainha D. Luísa, por conselho dos condes de Cantanhede e de Soure, mandara a Francisco de Brito Freire a governar Pernambuco, e também *para prevenir a seus filhos uma retirada segura, no caso em que algum sucesso adverso que então muito se temia, necessitasse deste ultimo remedio* ([26]).

TRAIDORES EXEMPLARES

Às dificuldades da defesa militar, às repetidas dissenções e malquerenças entre os generais e conselheiros de Estado e Guerra, juntavam-se outros embaraços e complicações para amargurar o espírito da Rainha. Em Fevereiro de 1658, mandara por embaixador à Holanda D. Fernando Teles de Faro que levava como secretário o Dr. Luis Alvares Ribeiro. Tinha-se em vista concluir um tratado de paz com as Províncias Unidas, para o fim especial de libertar de novas cobiças as terras do Brasil que haviamos reconquistado com tanto valor e sacrifício. O embaixador começara as negociações a 22 de Julho, nos termos das instruções que levara de Lisboa, mas elas haviam de prolongar-se durante meses pela insatisfação dos mediadores e dos Estados que sempre se recusavam a votar as estipulações formuladas. D. Fernando Teles de Faro tinha secretos entendimentos com o embaixador espanhol Gamarra, pelo qual se deixara subornar. Quando por ele soube que ia concluir-se a paz entre a França e Castela, abandonou imediatamente o seu posto (Julho 1659), levando consigo os papeis de segredo da sua missão e dirigindo-se a Madrid onde receberia pelos seus serviços a recompensa de Filipe IV.

Processado em Lisboa, à revelia, pela sua traição à

Pátria, condenaram-no à pena última, vindo a ser degolado e queimado em efigie, ordenando-se que lhe fossem arrasadas as casas e salgado o assento delas, para depois lá se erguer um padrão infamante (27).

Passados poucos meses, outra deserção ia dar-se, a de D. Raimundo de Lencastre, IV duque de Aveiro, que sob o pretexto de desatenções havidas com a sua pessoa e casa e por elas queixoso, pelo seu despeito foi levado a passar a França com o secreto intento de se dirigir a Madrid e pôr-se a serviço de Filipe IV contra a sua Pátria. Fizeram-se grandes diligências para dissuadir do seu criminoso propósito esse fidalgo, criado em lar castelhanista, descendente e representante de D. João II de Portugal. Merece especial referência a carta da Rainha Regente ao conde de Soure, com data de 20 de Novembro desse ano de 1659, pela qual o nosso embaixador em França era encarregado de persuadir o fugitivo à reconsideração do seu injustificado e condenável procedimento. Cumprindo as ordens da Rainha, o conde de Soure mandava ao duque de Aveiro, então em Bordeus, o seu emissário Dr. Feliciano Dourado. Da conversação havida com o trânfuga, só proveio a certeza de que em breve seguiria para Espanha, aquele que por então se considerava o titular da mais alta estirpe do Reino. Por fim, desiludido de todos os seus esforços de conciliação, o conde de Soure dirigiu ao duque de Aveiro uma carta de exortação e censura, redigida pelo secretário Duarte Ribeiro de Macedo, a qual para sempre ficaria sendo um documento de perfeita dignidade cívica e um exemplar castigo à felonia de um fidalgo sem nobreza.

Essa carta do conde de Soure terminava assim:

Se estas razoens persuadem a V. Excellencia, ainda tem tempo para se resolver, e amigos para o servirem. Se o não persuadem, em passando os Pirineos, busque-nos bem armado, porque todos o havemos de esperar como inimigo.

Em poucas linhas, o duque de Aveiro cìnicamente respondia ao conde de Soure, dizendo-lhe *que sempre o conhecera com o achaque de zeloso do bem publico; e*

nesta consideração lhe prometia fazello seu Alferes mór, quando fosse Rey de Portugal...

Na corte de Madrid, o traidor não encontraria a aceitação que julgava digna do seu serviço, provocando várias desinteligências com fidalgos e cortesãos espanhóis. Só Filipe IV lhe dispensaria atenções, dando-lhe a confiança de o nomear general de uma armada, com a qual duas vezes viria infestar as costas do Algarve, a barra do Sado e as águas das Ilhas Berlengas, sempre sem êxito.

Este era o parente a quem, à hora da morte, El-Rei D. João IV comovidamente abraçara, recomendando-lhe afecto e lealdade à Rainha e aos Príncipes, seus filhos.

Julgado pelo seu crime, a sentença de 1663 condená-lo-ia a ser degolado em estátua, ao banimento e ao confisco dos bens (28).

ALIANÇA LUSO-BRITÂNICA

Por força da conveniência e do interesse nacional, a política diplomática da Restauração era obrigada a mudar de rumo definitivamente: voltava-se para a Grã-Bretanha, em cujo trono restaurado se sentava agora o moço Carlos II, aquele a quem na sua infância, quando foragido na Holanda, Portugal dispensara cuidados e auxílios, por intermédio dos seus representantes. Francisco de Sousa Coutinho fora o único diplomáta que não o abandonara na cerimónia da sua coroação na Haia, em 1649, após a decapitação de seu pai (29).

Aparte o episódio da protecção aos Príncipes Palatinos em 1650, as disposições da Inglaterra em relação a Portugal mantiveram-se regularmente amistosas, e maiores razões haveria agora para as continuar com o advento do novo rei.

Contudo, nas negociações que iam iniciar-se para a conclusão de outro tratado de comércio, de paz e aliança com a Grã-Bretanha, e que abrangia também o casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II, haviam de levan-

tar-se sérios e frequentes obstáculos de ordem interna e externa. A situação de Portugal era cada vez mais aflitiva, pois o País estava exausto de soldados e de recursos, para sustentar a guerra nos mares e nas fronteiras.

Já não seria possível no tom das célebres *Razões* de defesa de Portugal, aquela altaneira resposta, em 1655 dada pela Rainha ao cavaleiro de Jant, acerca do menosprezo com que se tratava a Infanta D. Catarina, durante as conversações do projecto do seu casamento com Luís XIV:

> «Que a França lhe fazia esperar que, quando se tratasse do casamento d'ElRei, se teria uma consideração particular para com a Infanta, sua filha; que elle, de Jant, podia fazer conceito de sua belleza, pois a havia visto; mas que sendo esta a menor de suas qualidades, e sendo a intenção do Cardeal de dar a ElRei de França uma mulher de uma condição branda, submissa e obediente, era Catherina, sua filha, o abbreviado de todas as perfeições, d'um sangue tão illustre como qualquer da Europa, e digna só d'um Rei de França; que todavia soubera com bastante displicencia que a frustravão d'aquella esperança, tomando por pertexto a conduta de Portugal, mas que de tudo nos deviamos consolar neste mundo; que se não houvesse para a Infanta sua filha, Reis na Europa, não lhe faltarião em Lisboa conventos, onde ella, por menos de dois milhões, poderia entrar para servir a Deus o restante de seus dias» (30).

Agora, a sua viuvez, a incapacidade de D. Afonso, a idade da Infanta (22 anos), as crescentes dificuldades da vida do Reino, se não lhe quebravam o ânimo resoluto, moderavam as suas exigências e dispunham a Rainha Regente a alargar as concessões e a aumentar as vantagens que fossem requeridas pela outra parte contratante.

Vinha de longe, desde o ano da batalha do Montijo (1644), a ideia de casar a infanta de Portugal com o prín-

cipe de Gales, futuro Carlos II, devendo ter surgido no tempo da missão do residente, Dr. António de Sousa de Macedo, sendo então insinuada cautelosamente por ele ou por alguém da corte. Seria D. Joana? Seria D. Catarina a noiva procurada ou indigitada? Pouco importa.

Mas os acontecimentos que no ano seguinte começariam a ensanguentar a Inglaterra, a deposição e morte de Carlos I, a República do tirano Cromwel, a perseguição à Família Real Inglesa e seu refúgio na Haia, tornavam o projecto pouco desejável e até inexequível. Por isso se tentara, como vimos, o consórcio na Casa de França, projecto que durante anos serviria à doblez política de Mazarino, para entreter Portugal e ameaçar Castela.

Conhecendo bem as altas personalidades da corte inglesa e tendo alcançado êxitos em anteriores negociações, a capacidade diplomática de Francisco de Melo e Torres iria revelar-se de novo com o *Memorandum* das relações luso-britânicas, desde a Restauração, relembrando os serviços pelo nosso País prestados à dinastia dos Stuarts e enunciando as vantagens que à Grã-Bretanha adviriam de novas convenções, para a continuação e desenvolvimento do comércio entre os dois países.

Para além desse plano, e devidamente autorizado pela Rainha, Melo e Torres entrava logo em assunto mais grave e delicado: o casamento do Rei de Inglaterra com a Infanta D. Catarina, procurando assegurar por essa aliança decisivo apoio a Portugal, em último extremo de dificuldades na guerra da sua Restauração.

Falou ao general Monk, entendeu-se com Lord Chamberlain, conde de Manchester, que levaria a proposta ao próprio rei. Como o caminho tinha sido muito hàbilmente aberto, Carlos II recebeu o projecto da aliança e do casamento com boa disposição e agrado. Desde logo se ofereciam para dote da Noiva, dois milhões de cruzados, a praça de Tânger com a liberdade de comércio aos ingleses em todos os domínios portugueses.

E considerando a inconveniência da diversidade de religião, requeria-se para D. Catarina a liberdade de culto e solicitavam-se os auxílios militares e navais que se

BIBLIOTECA NACIONAL LISBOA

CONDE DE SCHOMBERG

Grav. da colecção do sr. Ernesto Soares

D. CATARINA DE BRAGANÇA, INFANTA DE PORTUGAL, RAINHA DE INGLATERRA

Museu Nacional dos Coches

(Fot. *Novais*)

combinassem e necessários fossem contra a Espanha e a Holanda.

Como também era difícil a situação do tesouro público da Inglaterra, as propostas foram aceites em princípio, e Melo e Torres decidiu partir para Portugal, chegando ao Tejo a bordo de um navio inglês, a 10 de Novembro de 1660.

Era portador de cartas de Carlos II para o Rei D. Afonso, para a Rainha e para a Infanta, e logo que houve conhecimento da razão da vinda do embaixador, levantou-se em Lisboa um grande alvoroço de contentamento. Mas as cláusulas da cessão de Tânger e também de Bombaim, de que não foi possível guardar segredo, iriam ocasionar o desgosto e reprovação de alguns conselheiros de Estado e do povo de Lisboa.

A Rainha Regente, *a todo o custo lhe parecia barato conseguir o casamento da Infanta com ElRei de Inglaterra; porém, os Povos sentião vivamente a entrega de Tangere e Bombaim, por verem ultrajada a Religião Catholica Romana* (31).

Tânger que havia custado sangue e humilhação com o malogro da expedição do Infante D. Henrique, era já uma cidade de descendentes, onde tinham nascido muitas famílias que lá viviam com fundo sentimento da naturalidade portuguesa.

Além do mais, era considerada a única chave do Estreito, desde que Ceuta já estava sob o domínio de Castela.

Enquanto Melo e Torres se conservava em Lisboa, ausente do seu campo de manobras, levantava-se em Londres insidiosa campanha contra o projecto do casamento.

Começaram a aparecer a Carlos II noivas de várias proveniências. Uma sobrinha do Cardeal Mazarino e uma princesa de Parma seriam, porém, as mais temíveis competidoras de D. Catarina, pelas protecções que as impunham e pelas vantagens que ofereciam.

O chefe da intriga era quem devia ser: Batteville, embaixador de Castela na corte de Londres.

Para inutilizar o projecto português, chegara a formar-se uma liga dos representantes de Espanha, da Fran-

ça, da Holanda e da Dinamarca, pela qual estas nações se obrigavam a contribuir para o dote de qualquer outra noiva, a gosto de Carlos II, com quantias que excedessem os dois milhões de cruzados, oferecidos pelo embaixador Melo e Torres.

Faziam crer que Portugal prometia dinheiro que não podia pagar, e assim promoviam o descrédito das negociações.

Simultâneamente, activava-se a campanha da fealdade, da doença e quase certa esterilidade da Infanta Portuguesa.

Na corte de Londres, estavam turvos os ares e em sério perigo o projecto, quando o embaixador Melo e Torres, saindo à pressa de Lisboa e já amerceado com o título de conde da Ponte, desembarcava em Plymouth, a 5 de Fevereiro de 1661.

A 13 de esse mês, era recebido no palácio, apresentando ao rei Carlos II em audiência secreta, as suas credenciais para a conclusão das negociações. Com notável sagacidade e bom-senso, o conde da Ponte foi dominando as dificuldades, as novas exigências daquela almoeda matrimonial e até a indisposição do próprio Rei. Pelo retrato da Infanta que por indicação do nosso embaixador, o padre Russell levara de Lisboa, Lord Clarendon, o duque de York e por fim Carlos II acharam que D. Catarina *era mais do que bela*, fazendo também todos fé pelas subsidiárias informações do mensageiro.

Assim se malograva a campanha da fealdade, embora pareça que D. Catarina não fosse uma formosura daquelas que tantas vezes alteram o curso da História.

Ao contrário da Rainha, sua mãe, era de estatura baixa, castiça andaluza, mas de presença gentil. Doce e amorável para todos, o sorriso de candura que lhe animava a face, havia de chegar a parecer estranho, quase rídiculo, nos salões de uma corte perversa e dissoluta, onde eram notórios e oficiais os amores de Carlos II com a favorita Bárbara Palmer.

Dando brilho de suave expressão à oval do rosto mo-

reno, os olhos de D. Catarina eram escuros e brandos, ainda repousados na inocência dos males do mundo.

Variam muito os retratos da Infanta, alguns dos ingleses bastante dotados de favores da fantasia e da adulação, para que se possa afirmar, por eles, com precisão, a verdade dos seus traços fisionómicos.

Das qualidades morais, aliás sem valor em contratos desta espécie, sinceramente podia D. Luísa de Gusmão escrever depois a seu genro: *entre otras Virtudes, tiene Candidez, mansidumbre, y juicio sin artificio...*

E devia ser exacto este retrato da alma da Filha.

Tendo morrido dois meses antes o cardeal Mazarino, Luís XIV decidira-se agora a interessar a França na causa de Portugal. Incitava o Rei Carlos II, seu primo, a aceitar por mulher uma princesa com quem ele próprio estivera para casar.

E pelo seu enviado secreto, oferecia-lhe auxílios militares para com eles cumprir o tratado que viesse a celebrar-se entre Portugal e a Grã-Bretanha.

Vencidos pelo conde da Ponte os últimos manejos castelhanos e afastado da corte o embaixador, barão de Betteville, a 19 de Maio de 1661, o negociador português pôde ter a satisfação de ver passar o cortejo que acompanhava Carlos II ao parlamento aonde o Rei ia anunciar o seu casamento com D. Catarina de Bragança, Infanta de Portugal ([22]).

O TRATADO DE 1661

Passado pouco mais de um mês, já era possível assinar o tratado por que tanto se vinham empenhando os negociadores ingleses e portugueses, cujas estipulações, em vinte artigos públicos e um secreto, assim foram resumidas e transpostas pelo Visconde de Santarém:

«Tratado de Paz e Aliança entre os serenissimos reis D. Afonso VI e Carlos II, e do casamento de El-Rei da

Grã-Bretanha com a sereníssima Infanta de Portugal, assinado em 23 de Junho de 1661, em Londres no palácio de Whitehall, e ratificado em Lisboa, a 29 de Agosto e pela Inglaterra a 20 de Setembro do mesmo ano.

Começa, declarando que depois de bem consideradas e deliberadas todas as coisas, se acordou mùtuamente entre El-Rei D. Afonso VI, de Portugal, e Carlos pela graça de Deus, Monarca da Grã-Bretanha, França e Irlanda, no casamento do mesmo Rei da Grã-Bretanha com a Princesa D. Catarina, Infanta de Portugal, com a maior brevidade, com que tão grande negócio se podia acabar, assim para estabelecer a paz mais firme entre ambas as coroas, como para promoverem os interesses dos dois povos, dali em diante considerados como próprios, reciprocamente; e que nesse sentido se ajustou e concluiu:

I — Que todos os tratados feitos desde o ano de 1641 até àquele tempo entre a Grã-Bretanha e Portugal, se ratificariam e confirmariam em tudo.

II — Que El-Rei de Portugal com deliberação do seu Conselho, transferia e concedia a posse aos reis da Grã-Bretanha e seus sucessores, para sempre, da cidade e fortaleza de Tânger, com seus direitos, territórios e pertenças com útil, absoluto e inteiro senhorio, declarando-se mais que, tanto que o tratado se assinasse e o contrato de casamento entre El-Rei da Grã-Bretanha e a Senhora Infanta se completasse pelo recebimento, se faria entrega da cidade e fortaleza, comunicando-o assim o governador da praça a El-Rei de Portugal logo depois da ratificação do tratado.

III — Que se permitiria aos soldados e moradores, que quisessem continuar a residir em Tânger, o livre exercício da religião católica, sendo governados no mais por suas leis civis e costumes até então usados. Aos que desejassem voltar para Portugal, tanto soldados como moradores, concedia-se-lhes a plena faculdade de venderem

todos os seus bens, dando-lhes El-Rei da Grã-Bretanha navios para a viagem.

IV — Que tanto a cidade de Tânger como a fortaleza fossem entregues, a armada encarregada de assistir a esse acto, tornaria para Portugal, e na capitania seria recebida a senhora Infanta com as demonstrações e cerimónias adequadas à sua qualidade.

V — Que El-Rei de Portugal se obrigava a dotar a Infanta sua irmã com dois milhões de cruzados, dos quais metade entraria na armada antes de a Princesa se embarcar, e a dita metade ou a porção dela que fosse em dinheiro, se entregaria logo às pessoas que El-Rei de Inglaterra designasse, e a que se carregasse e constasse de pedraria, açúcar e outras mercadorias, não entrando na conta do mesmo rei, seria conduzida ao rio Tamisa e enviada às pessoas que El-Rei de Portugal destinasse, obrigando-se o mesmo soberano a pagar o valor delas inteiro, e em moeda inglesa, dentro de dois meses da data da sua chegada a Londres.

Quanto à outra metade do dote, montando a um milhão de cruzados, El-Rei de Portugal deveria solvê-la dentro do espaço de um ano, depois da entrada da Princesa em Inglaterra, em dois pagamentos, um dentro de seis meses que se seguissem, e o outro até ao fim do ano, fazendo-se um e outro na cidade de Londres.

VI — Que as despesas desde que a Infanta fosse recebida na armada real com todo o seu acompanhamento, correriam a expensas de El-Rei da Grã-Bretanha.

VII — Que tanto à Rainha de Inglaterra como a toda a sua família se permitiria o livre exercício da religião católica, havendo capela destinada para este uso em todos os palácios e casas reais, em que Sua Majestade morasse, e podendo ter consigo o número de capelães e eclesiásticos que se

concederam à Rainha-Mãe, e com os mesmos privilégios e imunidades. El-Rei da Grã-Bretanha afiançaria mais que não daria moléstia a sua esposa nem sofreria que outrem a causasse por motivos religiosos.

VIII — Que dentro de um ano, depois da chegada da Rainha a Inglaterra, lhe constituiria de doação trinta mil libras, moeda do país, cada ano, e um palácio ou umas casas, pelo menos, em que Sua Majestade pudesse residir, tudo mobilado convenientemente, as quais lograria por sua vida no caso de El-Rei falecer primeiro.

IX — Que a família de Sua Majestade se ordenaria depois da sua chegada a Inglaterra, compondo-se do número de oficiais e criados, que pedia a sua dignidade, do mesmo modo que os tivera a Rainha-Mãe.

X — Que no caso de Sua Majestade viver mais tempo do que El-Rei, querendo tornar para Portugal, ou para outra qualquer parte, o poderia livremente fazer, levando consigo todas as suas jóias, bens e móveis, e obrigando El-Rei da Grã-Bretanha por este tratado seus herdeiros e sucessores a tratarem e mandarem conduzir a Rainha segura e honrosamente à sua custa, e a pagar-lhe as trinta mil libras cada ano como se estivesse em Inglaterra.

XI — Que para maior progresso do comércio inglês nas Índias Orientais, e para El-Rei da Grã-Bretanha estar mais habilitado para assistir e defender os vassalos de Portugal naquelas partes contra a força e invasão dos holandeses, El-Rei D. Afonso VI, com a deliberação do seu Conselho, transferia e confirmava o domínio do porto e ilha de Bombaim, com seus direitos e territórios na pessoa de Sua Majestade Britânica e de seus herdeiros e sucessores com o útil e absoluto senhorio e governo soberano, acordando em que se lhes daria deles pacífica posse

a mais breve possível, sob condição expressa de ser livre o exercício da religião católica aos moradores da ilha de Bombaim, que quisessem continuar a residir na ilha.

XII — Que os mercadores ingleses, em todos os senhorios de Portugal, poderiam habitar nas praças, que preferissem, logrando os mesmos privilégios e imunidades, enquanto à mercância, que os próprios portugueses nas cidades e praças de Goa, Cochim e Diu, não podendo, porém, exceder de quatro famílias, o número de subditos britânicos que houvessem de morar em cada uma delas.

XIII — Que os vassalos de El-Rei da Grã-Bretanha gozariam de iguais privilégios na praça da Baía de Todos os Santos, e em Pernambuco e Rio de Janeiro, no senhorio do Brasil.

XIV — Que no caso de El-Rei da Grã-Bretanha ou seus vassalos em qualquer tempo, ao diante, recuperarem dos holandeses ou de outros algumas praças, fortalezas ou territórios, dantes pertencentes a Portugal, D. Afonso VI, com o consentimento do seu conselho lhe concedia o senhorio e absoluto governo deles, exceptuando Mascate.

Que se a ilha de Ceilão por qualquer modo viesse ao poder de El-Rei de Portugal, ele se obrigava por este tratado a transferir ao Rei da Grã-Bretanha a praça e porto da Galle, conservando para si a praça e porto de Columbo, repartindo-se o trato da canela igualmente entre os ingleses e os portugueses.

A mesma obrigação aceitava El-Rei da Grã-Bretanha em referência a Columbo no caso de de Ceilão ser conquistada pelas suas armas.

XV — Que em consideração de todas estas vantagens e concessões, El-Rei da Grã-Bretanha prometia trazer no coração as coisas de Portugal, e defendê-las com as maiores forças suas, assim por mar, como por terra como à mesma Inglaterra;

e que à sua custa mandaria a Portugal dois terços de infantaria de mil homens cada um, armados e equipados, mas que depois de chegados eles militariam por conta de El-Rei de Portugal, obrigando-se El-Rei da Grã-Bretanha a ter sempre o seu número completo, e a enviar os terços e regimentos tanto que a senhora Infanta desembarcasse em Inglaterra, se de Portugal assim lho pedissem.

XVI — Que El-Rei da Grã-Bretanha prometia mais, todas as vezes que Portugal fosse invadido, enviar-lhe dez naus de guerra, e quando fosse infestado por piratas, mandar três ou quatro naus, aparelhadas e tripuladas, com mantimentos para oito meses contados do tempo que dessem à vela de Portugal.

No caso de El-Rei de Portugal ser mais estreitamente apertado dos seus inimigos, todas as naus inglesas que em qualquer tempo estivessem em Tânger, ou no Mediterrâneo, receberiam ordem para nesse caso obedecerem a El-Rei de Portugal e se recolherem para ajuda e socorro.

XVII — Que além da faculdade concedida a Portugal pelos Tratados anteriores para levantar tropas, no caso de Lisboa, do Porto, ou de outra praça marítima ser sitiada, ou apertada pelos castelhanos, ou por outros, que El-Rei da Grã-Bretanha daria os socorros convenientes de soldados e naus, conforme as circunstâncias e a necessidade.

XVIII — Que El-Rei da Grã-Bretanha protestava não fazer a paz com Castela quando por parte desta potência se lhe quisesse pôr o minimo impedimento à liberdade de ele auxiliar Portugal com pleno e inteiro socorro para a sua defesa; que nunca restituiria Dunquerque ou a Jamaica a El-Rei Católico, nem se descuidaria de coisa alguma necessária para a sustentação de Por-

tugal, ainda que por amor dele fosse obrigado a ter guerra com Castela.

XIX — Que em razão do dote, que lhe dava El-Rei de Portugal, a senhora Infanta renunciaria a todos os seus direitos e heranças, assim paternas, como maternos; mas que por nenhum modo renunciaria de direito algum hereditário, título, ou interesse, que de qualquer modo lhe competisse a ela, ou a seus herdeiros e descendentes, à coroa de Portugal, ou a algum dos seus senhorios reservando-os e retendo-os expressamente.

XX — Que os dois Reis aliados observariam sincera e fielmente todas e cada uma das cláusulas deste tratado, e as fariam observar por seus vassalos.

Pelo artigo secreto, junto ao Tratado, acordou-se que El-Rei da Grã-Bretanha empregaria todos os seus esforços para se concluir uma paz firme e durável entre Portugal e os Estados Gerais das Províncias Unidas, incluindo El-Rei de Portugal na confederação que fizesse com a Holanda.

Que no caso de esta se recusar a aceder a condições justas e decorosas para Portugal, El-Rei da Grã-Bretanha, quando mandasse a sua armada a tomar posse de Bombaim, juntamente também enviaria tais forças, que bastassem para defender as terras portuguesas nas Índias Orientais.

Finalmente, que sucedendo, dentro ou depois do tempo, em que El-Rei ofereceu a sua mediação, e os Estados a aceitaram, conquistarem os holandeses alguns lugares e territórios a El-Rei de Portugal, Sua Majestade Britânica se obrigava a instar eficazmente pela restituição.

Este Tratado foi assinado por Francisco de Melo, conde da Ponte, e embaixador extraordinário por parte de Portugal, e por parte da Inglaterra pelos *lords* duque de Albermale, conde de Manchester, conde de Clarendon, conde de Southampton, marquês de Ormond, e pelos Secretários de Estado William Morice e Edmundo Nicholas» (33).

Divulgados os termos do tratado em Madrid, Filipe IV que tantos esforços fizera para inutilizar esse instrumento de consolidação da independência de Portugal, em carta de 24 de Agosto desabafava para a sua conselheira e confidente, sorôr Maria d'Ágreda:

Carlos II e sua esposa merecem os maiores castigos do ceu, um porque traiu o seu Deus, outra porque traiu o seu rei (34).

Para velar pelo cumprimento e ratificação de certas cláusulas, vinha a Lisboa como enviado extraordinário Richard Fanshaw que conhecia muito bem a nossa língua e já fizera para inglês a tradução de *Os Lusiadas* (1655).

Para a sessão do conselho de Estado de 29 de Agosto de 1661, em que deveria fazer-se a ratificação do Tratado, ordenava a Rainha que na leitura fossem omitidos os artigos referentes à entrega da praça e fortaleza de Tânger (*). Como vimos, a revelação dessa cláusula originara desagrado e murmuração, e talvez que de esse primeiro descontentamento proviesse o desfavor com que até hoje tem sido julgado o procedimento da Rainha Regente em tão difícil e perigosa conjuntura.

Tânger e Bombaim que saíam do domínio português, não tinham e ninguém poderia adivinhar que viessem a ter a importância que depois alcançaram. Tânger manter-se-ia na posse dos ingleses até 1693, ano em que a arrasaram e abandonaram, por terem considerado inútil aquela posição. Ainda não estava aberto o Canal do Suez, a dar passagem para o Oriente...

D. Pedro II faria depois propostas à Inglaterra para readquirir a praça, mas não lhas aceitariam os governantes de então, *e elles a largárão depois áquelles mesmos, a quem o valor Portuguez a conquistara* (35).

Em 1667, as despesas para a sua conservação já eram consideradas *crime* do chanceler Clarendon, embora em juízo dos seus adversários (36).

(*) DOCUMENTOS, VIII.

Saindo da posse da Inglaterra para a nova entrada dos mouros, logo se apodera da velha cidade e fortaleza o sultão Mulei-Ismael (37).

A ilha de Bombaim tinha em 1661 tão pouca importância comercial ou estratégica que, ao fim de seis anos de posse, o governo inglês cedia a posição à Companhia das Índias Orientais pela renda de dez libras por ano (38).

As terras, jóias e mercadorias que com a Infanta então se entregaram, foram o preço por que se alcançavam as vantagens de um tratado que, no dizer da Regente, se tinha *pelo total remédio para a deffensão, e conservação d'este Reyno, honra e reputação delle*. E era verdade.

Correspondia a dar alguma coisa, ou muito, por tudo, em hora grave e decisiva. Se não fosse o sacrifício das lembranças e dos portugueses de Tânger, o Tratado não se haveria concluido, a Infanta não se sentaria no trono da Grã-Bretanha e a posição política de Portugal na Europa não se teria fortalecido em condições de manter a luta da sua independência até à vitória. Analisadas bem as circunstâncias e o alcance que se atribuia a este casamento, pode dizer-se que em nenhum tempo qualquer outra infanta da Casa Real Portuguesa pôde proporcionar ao seu país natal semelhantes vantagens que valiam por condições da própria vida nacional.

Terras e fortalezas ainda tinhamos muitas nas Ilhas Atlânticas, nas duas costas de África, no Brasil e no Oriente. Naquele tempo, a maior de todas as necessidades e o mais imperioso dos cuidados nos interesses da colectividade, era a manutenção e defesa da independência do Rei e do Reino de Portugal.

E hoje ninguém poderá dizer que a renovação de firme aliança com a Grã-Bretanha não tivesse efeitos imediatos e não viesse a traduzir-se em futuras compensações de indiscutível alcance político-militar.

PROVIDÊNCIAS FISCAIS E REGOZIJO PÚBLICO

Para dar cumprimento às estipulações pecuniárias do Tratado, não havia dinheiro no erário público. Pouco antes, em reacção contra igual providência do inimigo, o Regimento de 24 de Dezembro de 1660 criava o novo imposto do papel selado que iria originar motins populares. As baixas da guerra em mortos e feridos, diminuiam a população mais válida e limitavam as actividades económicas, reduzindo-se também cada vez mais as produções agrícolas pelas devastações que nos campos faziam as entradas dos castelhanos.

Em 1659, a uma consulta para obter os meios de socorrer a Índia contra os holandeses, o conselho da Fazenda respondia:

Sendo necessários trezentos mil cruzados,... se não podem ajuntar trezentos mil reis. E mais adiante acentua: *...a Fazenda Real totalmente exausta nos juros, tenças, ordenados, e outras consignações do bem publico não só falta para partidos grossos e para pagar o que deve de justiça, mas ainda para despesas miudas; nas ocasiões mais principais quantas vezes não há quinze ou vinte mil reis para gastos de uma caravela que traga da Pedreneira madeiras que estão cortadas; quantas vezes não há quinze ou vinte tostões para pagar um barco que traz os biscoitos dos fornos; quase não se pagam ordenados aos oficiais dos Armazens, servem por pouco mais que esperanças. Chega a não haver de onde se pague uma esmola que V. Majestade manda dar.*

Em Outubro de 1660, já o governo recorrera ao expediente da quedra da moeda que necessàriamente encareceria o custo da vida. Contra essa providência, levantavam-se as vozes do juiz do povo e da câmara de Lisboa.

O despacho do governo a essa reclamação e protesto é dolorosamente elucidativo: *o aperto é grande e a falta de dinheiro a tudo obriga* (39).

Agora, um milhão de cruzados a pagar na ocasião do embarque da Rainha da Grã-Bretanha, representava para a Nação um encargo incomportável.

Para acudir a tal situação, logo em 19 de Julho, é expedida a *Carta Regia para se dobrarem as sizas por dois anos sem excepção dos Privilegiados para o dote da Senhora Raynha da Gram Bretanha.*

Por Alvará de 12 de Agosto, suspendia-se o pagamento dos juros e tenças que algumas pessoas tinham nas tendas da Câmara de Lisboa, porque a Rainha mandara tomar o segundo quartel desses rendimentos para o *negócio de Inglaterra* e por mais de um ano, sem embargos da Ordenação em contrário (40).

Em carta de 2 de Fevereiro de 1662, a Regente comunicava ao governador geral do Brasil, Francisco Barreto de Meneses, o ajuste de casamento de D. Catarina com o rei de Inglaterra, dando-lhe conta do dote a pagar em dinheiro e exprimindo-lhe a necessidade da contribuição dos portugueses da América, tão interessados como os outros na segurança de Portugal.

Embora ao mesmo tempo e noutra carta se pedisse também contribuição para solver a indemnização pela paz com a Holanda, os portugueses do Brasil de boa vontade aceitaram a sua participação no encargo do dote, distribuindo-o pelas diversas capitanias (41).

A estas e outras providências fiscais, juntavam-se os pedidos de emprestimo das pratas dos conventos, das rendas das mitras e cabidos de diversas dioceses, o recurso às jóias da Rainha, já que dos rendimentos próprios de Espanha nenhumas possibilidades lhe restavam, desde Dezembro de 1640.

Não obstante as dificuldades suscitadas pela penúria geral, logo após a ratificação do Tratado, a gente popular manifestou o seu contentamento e entusiasmo, expandindo-se em demonstrações festivas, representações teatrais, corridas de toiros no Terreiro do Paço, fogo de artifício, cortejo alegórico, bailes e folias de toda a espécie. Depois da morte de D. João IV, ia para seis anos, era a segunda vez que o povo de Lisboa sentia verdadeiro regozijo públi-

co, com razões maiores do que as da alegria com que celebrara a própria vitória das *Linhas de Elvas*.

Desses acontecimentos religiosos e profanos que se prolongariam até ao embarque da Rainha D. Catarina, numerosas relações ficaram a documentar o estado de espírito nesses meses e a consciência das vantagens esperadas do Tratado (42).

D. Catarina começaria então a aparecer, a mostrar-se em público, partilhando do júbilo geral, visitando igrejas e assistindo às cerimónias religiosas que pela felicidade do seu consórcio se iam celebrando.

Levara sempre vida retraída, quase freirática, ao lado de sua Mãe, e até à declaração do seu noivado, poucas vezes saira do Paço da Ribeira.

Talvez tarde de mais, a Rainha-Regente cuidava de acostumar a filha ao trato social, a vida mais larga, tão necessária às exigências da ostentosa corte que a estava esperando; muito à pressa, procurava libertá-la do *encojimiento español*, como mais tarde lhe escreveria para Londres.

Com o padre Russell que tanto auxiliara as negociações do seu casamento, a nova Rainha entrava a dar alvoroçadas lições de inglês, de cujo aproveitamento a lisonja cortesanesca contava maravilhas, por certo sem razão, como à chegada a Inglaterra se verificaria...

Vendo ordenar o seu enxoval e reunindo os presentes que lhe ofereciam, D. Catarina enchia de esperança os dias do seu noivado, enquanto recebia na Corte as honras de Soberana, com beija-mão aos portugueses e aos ingleses, seus vassalos, que moravam em Lisboa.

Assim foram passando os últimos meses do ano de 1661 e os primeiros de 1662, durante os quais as notícias dos preparativos para a receber em Inglaterra, a afectiva e ardente fantasia do seu coração já enamorado de um príncipe aventuroso, ausente em terras de bruma, acenderam-lhe no peito o fogo da paixão que lhe viria a dar o paraíso e o inferno neste mundo.

Enquanto a Infanta vivia do seu alvoroço em certezas e esperanças, a Rainha Regente, com diligência cumpria

outro encargo de mãe: cuidava de dar casa ao Infante D. Pedro, tratando das pessoas que o haviam de servir e dos arranjos do palácio da Corte Real onde iria habitar.

A CATIVA PROCURA LIBERTAÇÃO

É por então, em data incerta, que a Regente manda aos conselheiros de Estado um papel escrito de sua mão, que bem revela a pureza das suas intenções, o seu estado de alma e espírito de sacrifício.

Tratado o casamento da Filha, resolvido o juramento de D. Pedro como Príncipe Herdeiro nas cortes a convocar em breve, decidida a entregar o governo a D. Afonso VI, parecia-lhe que a sua missão ia chegando a termo.

Justo era que procurasse entregar-se a Deus para descanso da sua alma, quem pelo Rei, pelo Reino e pelo Povo tantos anos de vida inquieta havia pasasdo. O papel em que a Rainha solicitava o parecer dos conselheiros de Estado, era o retrato de uma grande alma ferida, e dizia assim:

> «El rigor, y incerteza de mi vida, el desseo de mi salvacion, la obligacion que me corre a procurarla, la immensidad de difficultades que me estorvan a conseguir la voluntad que en mi siento, me dan motivo para communicar una batalla en que me trahe la confusion en que vivo, desseosa de hallar un parecer que me quadre despues de bien consideradas todas las dichas difficultades, que propongo, y declararé por el modo seguiente:
>
> Yo vivo una vida penosa, porque, si reino, es con mõstruosidad por ser con dos cabezas. Yo quiero justicia, & seguir razon: el Rei, o no la conoce, e no se la dexan hacer: y assi, aunque yo govierno, el haze lo que quiere, pues concedo yo lo que el gusta, porque es ya hombre, y esto es suyo: y yo tengo cierto el riesgo de perderme el respeto si le

encuentro lo que quiere. Desseo con todas las veras hazer mudança de mi persona con que la salve de tal horror: en este punto pido se haga toda reflexion despues de declarar mis intentos para aconsejarme lo mas conveniente a mi quietud, a mi vida, autoridad, y a mi alma: Mi inclinaciõ me lleva a un Convento de Monjas, no para entrar a serlo, porque las fuerças no lo podran en salida de años de esclavitud tan trabajosa: podrá lo hazer el tiempo: pero en quanto no lo fuesse, no por esso quisiera trafego de criadas, sino algunas que pareciessen a proposito, y que la Prelada sea la que corra con mi hazienda, y ella misma con caixilho firme por mi mis papeles. Mis criados, y officiales no tengo intento de despedirlos, sino tenerlos: pero cõsidere-se que yo quiero un grande retiro, y soledad, y essa es la causa porq̃ concedo corran las Monjas con la administracion de la haziẽda: y tanbiẽn es la occasiõ de no ser luego Religiosa, no puedan por obediẽcia obligarme a algunos alivios fuera del estylo q. llevo. Puede succeder que el Rei quiera escrevir-me, o saber de mi: aqui se me diga, sin encontrar esta mi opinion, que podré hazer con que no falte a la cortesia.

Mi inclinacion me dicta que el Convento sea de S. Teresa: a esto digo, que en Carnide ay la difficultad de D. Maria: no porque yo no viviera donde ella habita, sin ninguna molestia que esso me diera, pero porque me encuentra el modo de vida que me apeteseo de excluir-me de todo trato, y cõmunicacion de gẽte: y estando a su vista, algun contemporizar ha de haver entre las dos: porq̃ ella no faltará a la occasiõ, q̃ le es de obligacion tratarme, y faltar yo a la correspondencia, no perece bien: y talvez si alguna por alguna justa occasion, en mi huviere tristeza, o mal semblante nascida de mui diversa causa, poderia ser que entendiesse era con ella el enfado: y ya se ocasiona daqui, no vivir yo con el descuido que quisiera. En las Carmelitas de

S. Alberto me haze dificultad la limitacion de casa: y parece que quien sale de emparedada, y busca un retiro para donde passar todo lo restante de su vida, que es bien haga eleccion de lugar ancho, y ameno, vista de mar, a la qual soi mui inclinada.

Si de S. Tereza salgo, y a S. Domingo me acojo, como parienta desamparada, que es a quien tengo mucho affecto, hallo para vista y largueza de sitio el Buen sucesso: pero el inconveniẽte de estar en la boca de la barra, donde haviendo occasion de guerra por mar, es el primero Convento que ha de desembarazar. Lisboa es la parte donde quiziera assistir, por ser la que más me he inclinado y donde se hallan todas comodidades, principalmente Religiosos doctos, letrados, siervos de Dios con quiẽ communicar, y dasahogar la consciencia, y confessar.

Fuera de Lisboa, en mis tierras, no hay fundamento a mi proposito: para hazer fundacion, no tengo flema: y siendo cierto que he de hazer dicha ausencia, quisiera tomar resolucion en el modo della: la qual no ha de tardar mucho, porq. me hallo y falta de fuerças, y de animo para continuar en ello: no he de pedir consejo, porque me han de disir que no me vaya, y que no desampare, que es el Rei incapaz, y quiçá alguno de los que lo dixeren, estaran negociando lo contrario: por estas mismas falsedades, me puedo temer que algun dia me digan, que me vaya, y para irme mandada, sera mejor irme antes por mi propria voluntad. Lo que podia detenerme, era el llegar mis hijos a hombres, ya lo son: mi hija casada, ya lo está; el Infante a ser jurado por Principe, para esso ha de haver cortes, y no podia haverlas sin alguna detencion, que yo mal esperaré, pero con todo, hasta ahi podré esperar, porque en partiẽdo la Reina, lo trataré. Pases cõ Castilla no las asseguro: porq̃ yo aunq̃ de mi parte haré toda la diligencia por alcançarlas. tãto podrá succeder haverlas mui brevemẽte, como no concluir-se en mucho tiempo: y assi no las pro-

meto antes de la resolucion de mi persona, ni esta he de dilatar mucho, porque, partida la Reina, entra el juramento, esse acabado, se tratará de guerras, y fronteras, a lo qual no he de llegar en esto puesto; y si esperaré a irme entonces, dirán que los dexo en ella: si me dixeren que goze yo aora del gusto de ver las empresas referidas acabadas, digo, que en mi retiro las gozaré con más gusto: si me dixeren que para la conservacion deste Reino soi aqui necessaria, y aunque me cueste trabajo, y mortificacion, devo no desemparar las cosas, quando infieren que con mi falta quedaran huerfanas: a esso digo, que si a todos nos ha de matar este trabajo, que yo tambien quiero morir con todos: pero si yo sola he de vivir moriendo, porque todos vivan, que no lo quiera haser: allá se busquen otro remedio ó Dios le dará, en quien confio favorecerá mis intentos. Estos me parece tengo manifestado bastantemente, y por falta de tiempo, y sobra de negocios, no los he communicado por palabra tan interamente, y para esse effeto los he puesto por escrito: para que despues de bem considerados, se me dé la resolucion más conveniente, y diga el modo como devo irme: porque si fuera secretamente, parecerá que huyo: si despedida publica, parecerá que quiero que me lo estorven: y no faltará quien lo haga, imaginando me lisonjea, aunque poco monte comigo la diligencia. De todo lo referido, y más circunstancias que qualquiera buen juisio pueda arguir en cada uno de los dichos puntos, buelvo a pedir una buena disposicion, nascida del mas acertado consejo, para que Dios permita alumbrar el entendimiento, que en tal materia huviere de votar» (43).

Não se sabe se a Regente recebeu por escrito de algum dos destinatários qualquer resposta a este doloroso apelo de libertação; mas é indispensável que ele seja divulgado, para conscienciosamente se poder julgar o amar-

gurado destino desta Mãe e desta Rainha de Portugal, quando à sua volta se adensava a nuvem de ambições e de intrigas que haviam de ultrajar a honra dos seus serviços e o exemplo dos seus sacrifícios.

O DOTE E A PARTIDA DE D. CATARINA

Nos termos do Tratado de Whitelhall, a armada inglesa que fora tomar posse de Tanger, vinha subindo o Tejo no 1.º de Março, sob o comando de Eduardo Montague, conde de Sandwich, embaixador extraordinário para receber a Rainha D. Catarina e conduzi-la a Inglaterra. Depois de fundear em frente de Lisboa toda a armada inglesa, composta de catorze navios de guerra, cinco sumacas e uma barca de transporte, o embaixador ia receber as saudações de boas vindas de D. Pedro de Almeida, em nome de D. Afonso VI, sendo na visita acolhidos, ele e a comitiva, com grande aparato e as maiores honras do estilo da época.

No dia 13, o conde de Sandwich desembarcava e ia hospedar-se por alguns dias nas casas da Corte Real em aposentos luxuosamente preparados, e dali faria a sua entrada pública e solene no Paço da Ribeira aonde era conduzido pelo marquês de Gouveia.

Recebido primeiramente pela Rainha Regente na sua câmara, depois pelo Rei D. Afonso VI e por último pela Rainha de Inglaterra em demorada audiência, o embaixador entregava a cada uma das soberanas uma carta de Carlos II, decorrendo as visitas nas mais cordeais e amistosas mostras de contentamento: chegara-se à certeza de que o Rei, embora de longe, já com vivo afecto amava a Infanta, sua mulher. Começando a ordenar-se tudo para a partida, ninguém naturalmente, mostrava mais entusiasmo e mais pressa do que a desposada. No entretanto, era necessário e indispensável cumprir as estipulações do Tratado, no que respeitava ao pagamento do dote. A primeira prestação de um milhão de cruzados

tinha de ser entregue imediatamente, antes do embarque da Rainha D. Catarina.

Como fora convencionado em Londres e ratificado em Lisboa, parte de essa soma poderia ser paga em géneros, pedrarias, açúcar e outras mercadorias, para serem vendidas no Tamisa por conta e ordem do Governo português, integrando-se depois, em dinheiro de contado, com a parte do valor que tivesse sido entregue.

Mas nem essa existia nas disponibilidades do tesouro: as despesas gerais e as dos levantamentos de soldados, o pagamento de armas e cavalos para a reorganização a que andava procedendo o conde de Schomberg, absorviam as receitas de todas as procedências.

Prevendo as dificuldades que depois haveria, o embaixador Melo e Torres, negociador do Tratado, não se cansara de fazer de Londres sucessivas recomendações, para que, na hora própria, não faltasse em Lisboa a soma que fora autorizado a prometer.

D. Catarina mostrava-se ansiosa por partir, o conde de Sandwich e a sua comitiva tinham o maior desejo de ver terminada a sua missão e de acudir com os dinheiros do dote às difíceis circunstâncias do tesouro inglês, e Portugal também carecia de imediatos socorros de homens, de armas e de cavalos que dos portos da Grã-Bretanha lhe haviam de vir.

Neste mal estar de incertezas, pelas altas esferas da Corte iam passando semanas de embaraço e de angustia, pois o comandante da armada e embaixador não atendia a desculpas que lhe apresentavam os ministros, não deixando de insistir pela entrega da parte monetária do dote, indispensável condição para levantar âncoras e conduzir a Rainha a Portsmouth. Com os sucessivos pedidos de impostos, os povos já não suportavam outros, as religiões estavam exaustas ou retraídas, e o prolongamento da guerra viera amortecendo os entusiasmos e esperanças dos mais cautos ou desconfiados.

Perante a fundamentada exigência do conde de Sandwich, para que se honrasse o compromisso tomado dez meses antes, levantaram-se sombras de receio de se anu-

lar o Tratado de Paz e Aliança, e já não faltavam surdas ameaças por parte dos ingleses mais desabridos.

Para bordo dos navios iam entrando sacos de açúcar e de especiarias, a mais do que fora convencionado, afim de com esses valores se compensar a falta do numerário. Formara-se a lenda de que a Rainha Regente zelosamente guardava sacos de ouro num esconderijo, mas não queria tocar-lhes, para que não viesse a negar-se o sustento e o soldo às tropas da campanha.

Os géneros embarcados e os que poderiam carregar-se, eram muitos e de valor certo. Em Londres, com algum tempo e boa oportunidade, e por intermédio dos seus mandatários, Portugal honradamente poderia solver a dívida de agora, entregando o restante dinheiro no prazo estabelecido.

O encarregado da venda em Londres das joias e mercadorias do dote, por procuração da Rainha Regente, com data de 8 de Março, era o antigo perseguido da Inquisição, o judeu Duarte Silva, mercador de grande trato e várias vezes credor da Fazenda Real.

Oferecia-se agora para ir na armada à Inglaterra, *tomando à sua conta os créditos e passagem do dote da S.ma Rainha de Grã-Bretanha*, conforme se diz na Portaria de 17 de Fevereiro. Por justo respeito à diligência do banqueiro, já se conferia ao seu genro, Jorge Dias Brandão, o título de fidalgo da Casa Real.

E mais tarde, pelos seus préstimos, ainda outras mercês seriam concedidas a pessoas da família do mesmo Duarte Silva, por ele nomeadas. Devemos considerar um precioso serviço à Nação Portuguesa, esta intervenção e auxílio do argentário israelita na liquidação da primeira prestação do dote de D. Catarina (44).

A lutar com estas razões amargas, a Rainha vivia triste e dolorosamente sentida, ao reconhecer que a praça de guerra de Tânger e a base naval para a feitoria de Bombaim, a liberdade de comércio para os ingleses em todos os domínios ultramarinos, e uma virtuosa Infanta de Portugal, luz dos seus olhos, não bastavam para ga-

rantia de um crédito com moratória que as circunstâncias do País em boa justiça plenamente justificavam.

E tinha de recalcar o desgosto, ocultava o seu magoado despeito neste aflitivo transe, perante uma dificuldade que se lhe afigurava humilhantemente invencível, no meio dos formalismos e ruidosas aclamações, com que se iam festejando a aliança e o casamento.

Desde a Restauração de Portugal, a penúria era o estado permanente do tesouro público. Nunca será demais acentuá-lo, para perfeito juízo do sacrifício de todos.

Já por 1655, ainda em vida de D. João IV, a Rainha podia afirmar ao cavaleiro de Jant que o Rei tinha gastado com a guerra todas as suas rendas particulares, e para a sustentar chegara a vender a sua mobília e as próprias joias dela. Mas ainda lhe restavam algumas outras, entregues à guarda do seu tesoureiro. Metidas num cofre de veludo carmezim, com toda a pressa são mandadas avaliar na contrastaria.

Eram adereços, numerosas memórias, aneis, faixas de diamantes, relicários, objectos de devoção. A 15 de Abril, em vésperas da partida da filha, o contraste Agostinho Roiz devolvia o cofre a António Cavide com a relação dos valores correspondentes. As verbas de todas essas jóias, em que talvez estivessem as últimas do seu enxoval, perfaziam a soma de 7.419.600 reis. Não chegava a vinte mil cruzados (*).

Para a conta de um milhão que tinha de ser pago imediatamente, era grande a distância, embora incluindo a parte do valor em mercadorias já levadas para bordo. Decididamente, este parecia um caso de trágica insolvência e de extrema turbação.

Em tão amarga conjuntura, deve ter-se dado a decisiva solicitação da Rainha Regente e da Rainha de Inglaterra ao conde de Sandwich, talvez com sacrifício do decoro da majestade real.

Por gentileza, não podendo opor mais resistência,

(*) DOCUMENTOS, IX.

rendeu-se ao império da realidade o marinheiro e diplomata: na impossibilidade de o consultar, transgredia as ordens do seu governo. Mas jamais constou que tivesse sido punida a sua desobediência...

Completavam-se finalmente os preparativos e necessários despachos para o embarque e partida de D. Catarina, agora vestida com fatos trazidos por Sir Richard Fanshawe, em Setembro passado. Ele fora portador da miniatura de Carlos II que devia encantar a Noiva, e começara a agradável tarefa de tradutor da correspondência dos desposados.

Na manhã de 23 de Abril, dia de S. Jorge, a Rainha de Inglaterra saía da ante-câmara da Rainha Regente e à sua direita, precedida dos irmãos, o Rei D. Afonso VI e o Infante D. Pedro. Com grande acompanhamento de fidalgos, damas e servidores, encaminham-se todos para a sala dos Tudescos, então revestida de tapeçarias e de sumptuosos ornatos. No alto da escada que dava para o pátio da Capela Real, se faz a despedida das duas Rainhas em silêncio de profunda comoção, não consentindo a Mãe em tal momento que a Filha lhe beijasse a mão, abraçando-a amorosamente e lançando-lhe a bênção pela última vez. O coche de gala que levava os três irmãos, pôs-se a caminho da Sé, e com refulgentes plumas, pratas e armarias a cintilar, entrava pela Rua Nova, seguindo sempre por debaixo de flores e de arcos enfeitados, entre alas de infantaria em todo o percurso. Salvavam as fortalezas e os navios fundeados no Tejo, de todos os lados se ouvia a festiva matinada dos sinos das igrejas e dos mosteiros, dançando o povo livremente pelas ruas e largos, ao som de adufes e sanfonas com efusivo contentamento.

Chegando à porta da Sé pelas nove horas, encheram-se de povo as três naves do templo, a ouvir o *Te-Deum* de pomposa polifonia por aquele júbilo nacional. Seguia-se a demorada missa gratulatória, durante a qual alguns fidalgos portugueses se ocuparam a entreter no claustro o embaixador conde de Sandwich e alguns dos seus companheiros de missão que não eram católicos.

Findas as cerimónias e as vénias eclesiásticas, o coche real e o cortejo regressavam ao Terreiro do Paço, mas agora por outras ruas igualmente engalanadas, em obediência à superstição que ainda hoje subsiste, para bom auspício dos casamentos.

Depois de voltear a praça, aproximaram-se do Paço Real pelo lado da Campainha onde vicejava e floria um jardim, já muito perto da Ribeira das Naus.

No muro que vedava o recinto, fora mandado abrir um largo portal para o coche real passar, enquanto os outros componentes do cortejo se apeavam para sair por outra porta. Por ali se dirigiam à ponte, caminhando para os bergantins, em que as pessoas reais tomariam assento. O portal aberto para exclusiva passagem da Rainha e de seus irmãos, seria logo entaipado e ninguém mais por ele sairia. Nos bergantins entraram depois as damas e senhoras de honor, o embaixador inglês, os dignatários palacianos, e as damas que acompanhavam D. Catarina a Inglaterra, D. Elvira de Vilhena, condessa de Pontével, e D. Maria de Portugal, condessa de Penalva, subindo depois todos para bordo da nau capitaina, *Royal Charles*. Os vestidos com que estas damas se iam apresentar em Londres, dariam à frivolidade da corte dos Stuarts, uma impressão risível.

Contudo, a esses trajos pomposos, tufados de rendas, afogadores dos encantos carnais, dar-lhes-ia solene e eterna beleza o pincel de Velásquez...

Não permitiu o mau tempo que logo se iniciasse a viagem, sendo forçados a deter-se no Tejo os navios da armada, por dois dias e duas noites, durante os quais a Rainha D. Catarina ia recebendo as visitas dos irmãos, as saudades e afectos da Mãe, servindo de mensageiro para recados e lembranças, o padre António Vieira.

Assim começava a longa correspondência que D. Luísa havia de manter com a filha ausente, na qual as duas almas depois se reflectiriam pelas dores e infortúnios que as mortificavam. Para evitar dispensas e complicações com a Curia Romana que ainda não reconhecara a independência de Portugal e que considerava

D. Catarina apenas uma filha do Duque de Bragança, a Infanta-Rainha seguia como desposada para Inglaterra e lá seria celebrado o matrimónio com as solenes bençãos nupciais...

A armada inglesa levantava ferro a 25 de Abril, nela indo a bordo o conde da Ponte, agora mais enobrecido com o novo título de marquês de Sande, por bem merecido prémio dos seus grandes serviços ao Reino e á Dinastia (45).

Se neste consórcio de fins políticos também se envolvia a vaidade ou ambição de uma mulher, com grandes desgostos e sacrifícios D. Catarina iria expiar esse pecado durante anos, amparada apenas e de longe pelos estímulos, consolações e conselhos das cartas da sua desventurada Mãe, enquanto a morte lha não levou (*).

DESVARIOS DE D. AFONSO VI

Ao longo destes difíceis anos da Regência, fora a maior inquietação da Rainha a doença de D. Afonso VI.

Aos negócios da guerra com Castela, aos cuidados de defesa dos domínios ultramarinos, às dificuldades da Fazenda Real, juntava-se o diário espectáculo das misérias físicas e morais do seu filho, em quem, crescendo em idade, iam diminuindo as esperanças de cura e regeneração. Avançava pelos dezanove anos, e já não se acreditava que o robustecimento da adolescência corrigisse ou atenuasse a lesão trazida da infância.

Para remédio dos seus desvarios e condenáveis inclinações, da nada servia a zelosa correcção da Rainha, nem as brandas advertências dos mestres e do conde de Odemira, seu aio.

No meio do amargo respeito da Corte, os efeitos da

(*) Documentos, x.

anormalidade do Rei diàriamente se patenteavam, sem permitir segurança no equilíbrio das suas faculdades.

Incurável doente de corpo e de espírito, sem domínio de si próprio, sujeito a baixos e cegos impulsos de instinto, embora com alguns intervalos de lucidez, D. Afonso VI estava sempre apto a receber passivamente as mais deletérias influências.

Mais tarde, depois de morto, dele diria o padre António Vieira estas palavras de consoladora resignação:

> *Era manco de um pé, era aleijado de um braço, e naquela parte da cabeça padecia o mesmo defeito, porque a força do mal, de que escapou quase milagrosamente, como diziam os médicos, o partiu pelo meio; mas assim partido pelo meio, o vimos sempre vitorioso; que parece quis mostrar Deus a todas as nações que bastava metade de um Rei de Portugal para resistir e vencer a maior monarquia do mundo* (46).

No exacto valor de tão tristes certezas, deverá buscar-se o criterioso e verdadeiro conceito da sua personalidade, para o juizo histórico deste reinado. Comprazia-se no convívio da matulagem, mouros, vadios, negros de estrebaria, que se ajuntavam em sórdida promiscuidade. E às horas livres da sesta, das janelas que davam para o terreiro, o dementado D. Afonso VI mostrava grande gosto de assistir às lutas de pedrada e de murro, aos jogos da barra do rapazio, aos combates de cães açulados, interessando-se nas liças pelo êxito do bando seu predilecto, para fogosamente o vitoriar.

Desde o princípio destas tendências, entrara a secundar-lhe o aplauso um moço mercador, de origem italiana, chamado António Conti Vintimiglia, que já nascera em Lisboa e tinha loja de quinquilharia e adereços na arcada do pátio da Capela Real.

O Rei sentiu-se atraído para o tendeiro e o tendeiro gostosamente retribuia aquela afeição, começando a ir falar-lhe à Portaria das Damas e a oferecer-lhe dádivas

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

PARTIDA E EMBARQUE DA RAINHA D. CATARINA PARA INGLATERRA

(Fot. *Ed. Portugal*)

PADRE ANTÓNIO VIEIRA

(Fot. *Ed. Portugal*)

de artigos do seu negócio, fundas de seda, facas douradas e outros artefactos em que pudesse encontrar satisfação um interesse infantil.

Desta assídua convivência proveio uma condenável e suspeita intimidade que se procurou atalhar com a proibição de o tendeiro entrar no Paço. Mas por brandura e conformidade com os desejos do Rei, as ordens eram iludidas e a convivência havia de continuar, com disfarçado desprezo dos conselhos dos melhores servidores e das exortações da própria Rainha.

Para conter qualquer ameaça de correcção mais enérgica, o desgraçado Rei opunha o seu protesto de não comer nem dar lições, se dele afastassem António Conti, os irmãos e outros companheiros de distúrbios e de viciosos recreios. E para não enfurecer o caprichoso doente, agravando-lhe porventura os males, certos conselheiros opinavam que era prudente condescender e esperar ainda melhores dias.

De mês a mês, aumentava a chamada *patrulha baixa*, a corte de maltrapilhos, rascões e depravados que deslumbravam D. Afonso com histórias burlescas e lúbricas. Viria a entrar-se no período das excursões noturnas por bordeis e ruas de mancebia, e diversas raparigas da cidade, até então honestas, ambicionavam a honra de se deshonrar no destino de concubinas reais.

Por entre mentiras e fantasias, próprias de um faccioso, o autor anónimo da *Anti-Catástrofe* também deixou no seu manuscrito algumas informações exactas:

> *Governava a Rainha Mãe, a qual via que este homem lhe embaraçava muito a authoridade no Governo, pois que muitas vezes sucedia que a Rainha ordenava uma cousa, e que Antonio Conti a impedia de tal sorte que só se executava o que elle queria...*

António Conti passara a viver no Paço da Ribeira onde lhe destinaram aposentos próprios, demorando-se na maior parte das horas junto do Rei, com aberta preterição do aio, o respeitável conde de Odemira, e com

humilhante dispensa de outros gentis-homens do seu serviço. No ano de 62, na relação dos ordenados e gratificações, pagos pela tesouraria da Casa de Bragança, tem assento o nome de António Conti com a verba anual de 100.000 reis (47).

Concederam-se-lhe honras e mercês, e para nada faltar a um cortesão, até lhe inventaram genealogia de nobre ascendência. Os que tinham ambição de próspera fortuna, cultivavam o agrado deste poderoso valido, fazendo-lhe assídua corte, para alcançar os favores do Rei.

Nos exercícios que mais lhe agradavam, parecia que D. Afonso amava o perigo pelo perigo, com inteiro desprezo da vida, em ímpetos de fanfarrão que soubesse triunfar de todos os riscos e obstáculos.

Nas memórias do tempo ficaram os registos de alguns episódios de consequências deploráveis.

Certo dia, em Azeitão, saindo a cavalo à hora a que jantavam os fidalgos da comitiva, provoca no campo um toiro bravo que imediatamente investe e fere a montada, sendo também derrubado com desastrosa queda o cavaleiro que logo tem de ser conduzido para Lisboa, com graves contusões e ferimentos.

Tratado e cinco vezes sangrado, com extremada solicitude e amor lhe assistia a Rainha sua Mãe, durante a doença na câmara do Paço.

Regressando uma tarde do sítio de Palhavã aonde fora ver os cavalos, no caminho de Campolide adiantou-se da companhia para, de propósito, ir atropelar dois pacíficos transeuntes. Embaraçando-se num deles, derruba-lhe o chapéu, e possesso de impetuosa ira, arranca da espada no impulso de o matar, por não ter logo reconhecido no cavaleiro a sua real pessoa.

De outra vez, passando à noite junto da casa do noviciado da Companhia de Jesus, deteve-se ali, para admirar os cavalos de uma quinta fronteira.

Enquanto esperavam a candeia ou lanterna para lhe alumiar os passos, informaram o Rei de que na cerca dos jesuitas havia alguns cães de guarda muito ferozes.

Sùbitamente impelido pelo desejo de os ver, logo

se esquece dos cavalos, mandando bater à porta do carro para por ela ir ao encontro dos mastins.

Como não fosse imediatamente aberta, quis que a arrombassem, e quando a viu de par em par franqueda, já desistia de entrar na cerca.

E tendo de afastar-se dali, por natural necessidade, para um lugar que julgava oculto, com ele vem topar por acaso três caminhantes que recolhiam à cidade. Mal os avista, compondo-se à pressa, para eles avança de espada erguida, enquanto os desconhecidos, em legítima defesa, desembainham os seus ferros para atacar o agressor, caindo o Rei ferido com um golpe no escroto e funda incisão numa virilha. Embora atribuíveis ao seu estado de enfermo, estes e outros factos não podiam deixar de provocar o desrespeito e ofender o prestígio da majestade real. Como já foi notado, muito podiam os receios de Castela e a legitimidade dinástica, e grande força já tinham as ambições dos adversários da Regente, para que D. Afonso VI não fosse definitivamente afastado da sucessão pela justiça requerida por tão provada e irremediável incapacidade ([48]). E a juntar a tão pesadas razões, o amor de mãe não consentiria que D. Luísa procurasse essa solução ou alimentasse tal propósito.

Como depois se veria, o desgraçado Príncipe não nascera para rei, mas para ser regido — pela Mãe (1656-1662), pelo conde de Castelo Melhor (1662-1667) e pelo Príncipe D. Pedro (1667-1683).

Reunir agora cortes, para consultar sobre caso tão lastimoso, era grave risco de escândalo público, à volta do qual se digladiariam os competidores dos cargos e mercês. Embora todos julgassem D. Afonso incapaz de governar, também tinham a certeza de ver chegar em breve, o último dia da regência de D. Luísa; e quanto mais próximo o pressentiam, mais decrescia a autoridade da Rainha e com maiores estímulos de lisonja excitavam a loucura do Rei.

Por estes dias, os sucessos da guerra do Alentejo mostravam-se desfavoráveis às nossas armas. A 7 de

BIBLIOTECA NACIONAL LISBOA

Maio, D. João de Áustria começara a avançar pelos campos fronteiriços com um exército de catorze mil homens, nove mil infantes e cinco mil cavaleiros, arremetida a que se dispôs a fazer frente o marquês de Marialva, apenas com a tropa que tinha: cinco mil infantes e dois mil homens de cavalo.

Não podendo suster a ofensiva, é obrigado a retirar-se para Estremoz, também para evitar que o inimigo pudesse tomar de surpresa essa praça, verdadeira chave da defesa militar da Província.

Por seu lado, julgando imprudência internar-se demasiado, as forças castelhanas desistem de atacar a vila, exteriormente bem defendida por novo sistema de Schomberg, com linhas de tropa fora dos muros, mas protegidas pela artilharia da praça.

Retrocedendo no caminho, o inimigo saqueia Borba, arrasa Vila Boim, ameaça Vila Viçosa e vai pôr cerco a Juromenha. O marquês de Marialva procura socorrer a praça que resiste denodadamente, até que a guarnição se vê obrigada a capitular, a 9 de Junho, embora com todas as honras militares.

Poucos dias antes, a 4, num domingo, cumprindo-se o intento da Rainha de afastar D. Pedro das más companhias do Irmão, fica o Infante com moradia própria na Corte Real, com os gentis homens conde de São Lourenço, conde de Soure, D. Rodrigo de Meneses e outros servidores seus, atribuindo-se-lhe rendimentos privativos. em que entravam os bens da Casa do Infantado.

Assim se preparava a reserva política e moral que depois havia de ser necessária para a sucessão.

Nesse mesmo dia, a Rainha mandava o secretário Pedro Vieira da Silva a prevenir os conselheiros de Estado da sua resolução de deixar o governo em 21 de Agosto, dia do aniversário de D. Afonso VI. Bem conhecedores dos passos errados e desvarios da vida do Rei, os conselheiros deram à Rainha pareceres contrários a tal intento, com razões muito fáceis de alegar, mas de que a Regente não se dava por convencida.

Neste encontro dos pareceres, prevaleceu a moderada

opinião de que o Rei ainda poderia ser libertado da nefasta convivência em que tanto se comprazia, dando-lhe outros companheiros de recreio e a assistência de pessoas dignas e honradas. Valeria a pena tentar...

Era um imperioso recurso da Rainha *aquella diligencia maternal de querer hir à mão a seu filho a algumas demasias indecorosas a hum Principe, e mal permittidas a hum particular, ate aquelle tempo desculpadas com a edade, e já então mal soffridas pelas consequencias* (49).

Concertada a necessária e urgente intervenção, deu-lhe o seu acordo a Rainha, aconselhada e apoiada em tal providência pelo duque de Cadaval, marquês de Gouveia, marquês de Marialva, bispo de Targa, conde de São Lourenço, conde de Soure, D. Rodrigo de Meneses, Jorge de Melo, dr. Nicolau Monteiro, padre António Vieira e Pedro Vieira da Silva. Não sendo fácil prender António Conti fora do Paço, de onde apenas saia na companhia do Rei, procurava-se prudentemente evitar o escândalo de o capturar dentro da residência real.

Mas não havia outro meio de o conseguir, senão o emprego de enérgico remédio para ainda salvar o decoro e dignidade da Realeza.

Então, assentou-se em que D. Afonso acompanharia a Rainha sua Mãe a despacho na manhã de sábado, 16 de Junho, devendo demorar-se nele algumas horas seguidas, por espaço de tempo suficiente para se dar execução ao plano combinado.

DESTERRO DE CONTI, EXORTAÇÃO AO REI

Apenas o despacho começou, o duque de Cadaval, Luís de Melo, porteiro-mor, com seu filho, Manuel de Melo, e o dr. Duarte Vaz d'Orta Osório, corregedor do crime da Corte, dirigiram-se para os aposentos do Rei, a cumprir a diligência de aprisionar António Conti. Advertido do perigo pela presença de Luís de Melo que andava à procura do Duque, Conti ràpidamente tratou de escon-

der-se numa das ante-câmaras do Rei, fechando-se nela por dentro o mais seguramente que pôde. Com a chave na fechadura, o duque de Cadaval não conseguia abrir a porta; batendo e chamando enèrgicamente, nenhuma resposta dava o perseguido que ali se julgava posto a salvo de qualquer violência ou perigo.

Depois de várias peripécias, os captores trataram de tomar as possíveis saídas do aposento, para evitar que ele se escapasse para fora do Paço, dispondo-se já a escavacar a porta com machados que foram mandados buscar à Ribeira das Naus.

Atraído pelo barulho, ou avisado por algum dos seus aliciados, o conde de Castelo Melhor que estava de samana no Paço, correu a encontrar-se com os captores, entrou a defender Conti, trocando azedas palavras com o duque de Cadaval e procurando aproximar-se do Rei.

Mas estavam bem fechadas e guardadas as portas que davam entrada para a sala do despacho.

Aterrorizado com o perigo e animado com a segurança, dada de fora, de que não o matariam, Conti decidiu entregar-se à prisão. Aberta a porta, foi logo conduzido sob custódia para uma falua, em que o levariam a toda a força de remos para bordo de um navio já aparelhado, e que imediatamente levantaria ferro, com rumo ao Brasil. Na mesma ocasião, eram também presos outros companheiros de estúrdia, João Conti, João de Matos, Baltazar Rodrigues de Matos e o antigo frade Bernardo Taveira. Estes eram considerados os maiorais do bando de Conti.

Informada a Rainha Regente de que as ordens haviam sido cumpridas e de que os presos estavam embarcados, para a mesma sala do despacho onde se conservava com o Rei, mandou dar entrada aos conselheiros de Estado, aos Tribunais, ao Senado da Câmara de Lisboa, aos Títulos e Fidalgos que para aquele acto mandara convocar.

E na presença de esses representantes do bem público do Reino, ordenou ao secretário de Estado Pedro Vieira da Silva, que lesse um documento de queixa, cen-

sura e exortação, provàvelmente escrito pelo padre António Vieira, em que se traduziam a razão e o sentimento de todos. Era do teor seguinte:

«A obediência que a Rainha nossa Senhora deve aos preceitos de Sua Magestade, que Deus tem, & o desejo de consolar estes Reinos, & de corresponder aos vassallos delles, o bom animo com que sempre a assistiram, & servirão, forão os motivos que a obrigarão a tomar sobre si o governallos, quando a sua inclinação, & a sua perda pedião differente resolução: procurou fasello a satisfação de todos, sem perdoar ás vigilias da noite, & ao trabalho dos dias, mas não bastou isso para o conseguir, ou porque Deos quis continuar o castigo, ou por outras rasões que elle só alcança: & porque crescem as queixas commũas, & igualmente os sentimentos da Rainha N. S. & ainda mais o desejo do remédio, teve por conveniente convocar aqui em presença de S. M. o Reino, que em falta de Cortes, se representa nos Conselhos, & Tribunais, para lhe faser presentes os remedios que tem applicado áquellas queixas, & mais principalmente para lhes ordenar (como ordena) que se aquelles não bastarem, lhe representem com toda a liberdade, os mais que lhes parecerem convenientes, certificando-se, que o seu intento é acertar no que for mais conforme ao serviço de Deos, & bem destes Reinos.

He queixa geral a de não se administrar justiça cõ igualdade: & porque esta he a primeira, & mais principal obrigação dos Reis, & que a Rainha N. S. tras mais diante dos olhos, & ella per si não pode resolver as materias contenciosas, nem ainda o costuma fazer as graciosas, se resolveu a mandar visitar todos os Tribunais, & Ministros destes Reinos, para que havendo alguns que justamente dem ocasião nesta queixa, recebão o castigo que merecer sua culpa, & o Reino a

satisfação que se lhe deve em tempo em que por tantas vias padece.

Queixa-se, & desconsola-se muito o Reino, com maior sentimento da Rainha N. S. do que se sabe declarar, que sendo já os annos d'el-Rei N. S. bastantes para poder tomar sobre os seus hombros o peso do Reino, de que a Rainha desejava tanto livrar-se, S. M. se não tenha applicado ao cuidado, & meneo dos negocios tanto como he necessario: antes deixando-se levar dos exercicios das forças, & do valor, tenha tantas vezes posto a manifesto perigo sua vida, & sucessão, em que estão postas todas as esperanças destes Reinos, os quaes nenhũa outra cousa desejão, & hão mister tanto, como verem a S. M. empregado todo naquelles exercicios, que mais lhe podem conciliar a graça com Deos, o amor com os vassallos, & a reputação com os estranhos.

E pois nos achamos todos presentes, quer a Rainha N. S. que todos peçamos a el Rei N. S. se lembre de si, & de nós, gastando o tempo em exercicios dignos de sua real pessoa, & grandesa, encaminhados a ser tão grande Rei, como Deos o fes, consolando os melhores vassallos que nunca teve Rei, pois sem reparar no sangue, nas perdas dos filhos, nas despesas da fazenda que já não tem, estão continuamente dando as vidas, sem outro fim, mais do que o de conservarem os nomes de vassallos de S. M.

Senhor, pello que V. M. deve a hum Deos que o fes tão grande, à consolação de hũa tal mãe, ao remedio de taes vassallos, que chegão aos reaes pés de V. M. com os corações rotos de dor, & de desejos, nascidos do mais interior de suas almas, de verem V. M. com saude nos achaques do animo, assi como suas lagrymas a alcançarão de Deos para V. M. nas doenças do corpo, que mude V. M. os caminhos por que anda, & que nos livre, por sua real clemencia, dos sobresaltos em que

o amor, & desejo da vida, & saude de V. M. nos tras continuamente. Empregue V. M. melhor seu talento, seu valor, & a generosidade de seu animo, imitando, como V. M. tanto deseja as virtudes daquelle tão grande Rei, autor de nossa liberdade, cujas memórias, cujas saudades viverão eternamente em nossos corações: & sofra-nos V. M. fasemos-lhe estas lembranças, porque servir os Reis a seu gosto, he gosto, mas servillos disendo lhes ás veses o que poderá não lhes contentar, he virtude muito propria de vassallos Portugueses: & juramos, como já temos jurado, & juraremos mil veses, prostrados humilissimamente aos Reaes pés de V. M. a maior obediencia, & a maior resolução de dar as vidas pello real serviço de V. M.

Não he menor a queixa do Reino, & o sentimento da Rainha N. S. de se haverem introduzido no Paço, & muito junto à Real pessoa d'el-Rei N. S. sujeitos de inferior qualidade, & de taes costumes, conselhos, & artes, que para se estabelecerem no poder, & favor que tem tomado, semeão desunião entre os grandes, & divertem a natural benignidade d'El-Rei N. S. afim de seus interesses particulares, procurando persuadir-lhe tem necessidade de suas pessoas, para conciliar os animos de seus vassallos: para os por a sua obediencia: para ser Rei entre os mesmos, que para que S. M. o seja lhes parece a cada hum pouco mil vidas: perturbando com a sombra de S. M. os meios do bom governo, & da justiça: cometendo de noite & de dia os delictos, que com tanto escandalo são notorios nesta Corte, que se el Rei N. S. os soubera todos, os castigara com muito rigor: atrevendo-se a intentar discordias, até no sagrado com discursos indignos de toda a imaginação, contra o decoro da fé, do sangue, do amor, do respeito, & da unica, & legítima adoração, que só está na Real pessoa d'el Rei N. S. como esta queixa he a maior, & a que involve

em si todos os outros, porque se falta com ella muito principalmente á justiça: & a principal causa dos divertimentos d'el Rei N. S. & a que muito perturba, & pode perturbar mais gravemente ao adiante o socego commum no mais interior, & sensivel do Reino, se tem representado à Rainha N. S. muitas, & muitas veses com toda a distancia, por grande parte dos ministros que se achão presentes, & por outros que o não estão, & por pessoas zelosas do serviço de Deos, & bem do Reino, de muita edificação na vida, & nas virtudes, convem muito atalhar este danno, de mais de outras rasões, por applacar a ira de Deos Nosso Senhor, que nos castiga tão gravemente: tirando de junto à Real pessoa de S. M. estes inimigos que nos poem a Corte em maior perigo, do que os Castelhanos nos poem nas fronteiras, porque estes, quando muito, nos tirão a vida, & os outros, a vida, a reputação, & o favor, & misericordia de Deos.

Conformando-se a Rainha N. S. com o commum sentir de tantos, & tão graves ministros, & vassallos, o tem mandado executar assi: & o que faser saber a todos os Tribunais juntos, para que tenhão entendido, & por elles todo o Reino, a estimação que V. M. fas, & fará sempre do zelo, advertencias, & conselhos de taes pessoas, & se certifiquem melhor do grande desejo que a Rainha N. S. tem de satisfazer às obrigações de sua consciencia, & da regencia do Reino, em quanto o tem á sua conta.

Senhor, isto que tenho referido o mais brevemente que pude, não he meu na substancia, nem ainda nas palavras, he como tenho dito, dos ministros, & e dos vassallos, a que o zelo, a consciencia, a honra, & o desejo da saude publica obrigou a representar á Rainha N. S. & são tudo causas tão conformes á rasão, & á justiça, de que V. M. he tão zeloso, que esperamos muito con-

fiadamente do juizo de V. M., da sua clemencia, & da inclinação que todos conhecem em V. M. para o melhor, do muito que aborrece a lisonja, & estima a liberdade, & inteiresa dos ministros, que não só approve o que com tão boas considerações está disposto, mas que conheça a igualdade, & o socego do seu real animo, a boa tenção, & o cordeal animo com que o aconselhou, & obrou o Rei por meio de tão grandes vassalos, assi o pedimos prostrados humilissimamente diante do real acatamento de V. M. que Deos guarde como lhe pedimos» (50).

Finda a leitura que seria demasiado longa para o Rei lhe dar atenção, e bastante difícil de compreender para o seu entendimento, todos os presentes beijaram as mãos do Rei e da Rainha, encontrando-se ali frente a frente para, na aparência, serem reconciliados pela Regente, o conde de Castelo Melhor e o duque de Cadaval.

Abrindo o monteiro-mor a porta ao Rei, logo este lhe perguntou, sonâmbulo de inconsciência, se *aquele ajuntamente eram cortes...*

Depois, por ele informado do que se passava e do destino dado aos seus amigos e especialmente ao seu valido António Conti, o Rei pareceu dominado e prostrado por grande pesar. Passados instantes, começou a esbravejar e a gritar de fúria, procurando Conti nos seus aposentos, e mal ouvindo os conselhos do seu leal servidor, para que aceitasse com bom ânimo as resoluções de sua Mãe.

Imediatamente mandou chamar Manuel Antunes, seu reposteiro, também agremiado à facção de Conti, dando ali entrada, pouco depois, o conde de Castelo Melhor.

A porta da câmara foi fechada, e então começaria o ambicioso cortesão a dar os decisivos passos do seu destino, ouvindo e consolando o Rei nas suas tristezas e queixas, dispondo-o a tirar vingança pela fagueira promessa do regresso de António Conti.

E acabando no dia seguinte, domingo, 17, a semana do seu serviço no Paço, o Rei mandava-o continuar na que entrava, como convinha ao plano já delineado.

VINGANÇA DA AMBIÇÃO: FIM DA REGÊNCIA

Como já vimos, no dissídio político que agora vai exacerbar-se de dia em dia, de hora em hora, apoiavam a Rainha as armas insignes, a nobreza sã, o clero ilustre, os secretários fieis.

Castelo Melhor afadiga-se a concertar o golpe de Estado que lhe serviria para se apossar do Rei e do Reino, para isso desenvolvendo contra a Rainha, incansável actividade de calúnias e de enredos, em que era mestre exímio, apesar de ainda não chegar aos vinte e sete anos de idade.

Confidente e amparo do Rei, na falta de António Conti que muito lhe convinha e aprazia substituir, o 3.º conde de Castelo Melhor, Luís de Vasconcelos e Sousa, era um fidalgo de grandes ambições e pouco escrupuloso, *plus capable de conduire une intrigue de Cour que les affaires d'Etat.* (51).

Na segunda-feira, D. Afonso VI ia passear à quinta de Alcântara, levando consigo um acompanhamento de fidalgos, maior do que costumava. No dia seguinte, manteve-se o Rei todo o dia no Paço da Ribeira em aparente sossego, enquanto Castelo Melhor estendia os laços da sua rede, e as calúnias se iam divulgando na Corte e na Cidade: o Rei D. Afonso era bom e são, mas fora má a educação que a Rainha lhe dera; a Regente abusara do poder, ao mandar prender e desterrar pessoas, sem intervenção das justiças; o seu intento secreto era continuar na regência até poder despojar dos seus direitos o filho D. Afonso, entregando o poder ao Príncipe D. Pedro...

Sabe-se que assim não era, como revelam as íntimas cartas da Rainha D. Luísa a sua Filha, embora fàcilmente se reconheça que mais cedo deveria ter sido o que depois houve de vir a ser, com grave escândalo da Nação e descrédito da Dinastia.

Na quarta-feira, 21 de Junho, pelo meio dia, o conde

de Castelo Melhor saía furtivamente do Paço a caminho da quinta de Alcântara, levando consigo numa liteira o Rei D. Afonso VI.

O segredo e intento daquela saída, sem conhecimento nem ordem da Regente, só fora comunicado a D. Jerónimo de Ataíde, conde de Atouguia, que aos títulos precedentes juntava outros, agora dados pela Rainha, os de conselheiro de Estado e general da Armada.

Assim entendido nas voltas da conspiração, seguiu de perto a liteira real, pelo mesmo caminho.

Chegando todos a Alcântara, mandaram aviso a D. Sebastião César de Meneses, homem letrado e de grande talento, mas carácter depravado e sem escrúpulos, aventureiro muito capaz de entrar no triunvirato para o traír, quando necessário fosse, como é suspeito de haver traído a Pátria ([52]).

Logo se expediram numerosas cartas à nobreza da Corte, a comunicar as ordens do Rei D. Afonso VI, para que fossem juntar-se a ele na quinta de Alcântara.

Surpreendidos com tais ordens, muitos títulos e fidalgos foram ao Paço da Ribeira apresentar-se à Rainha, oferecendo-se a seu serviço.

Depois de se terem reunido todos em conselho, foram sugeridas à Regente diversas soluções e providências, para dominar aquela revolta contra a sua autoridade. Mas a Rainha recusou-se a tentar por meios violentos fosse o que fosse, declarando mais uma vez a sua vontade de deixar o governo e o desejo de que os conselheiros ali presentes seguissem para Alcântara imediatamente, a fim de assistirem a seu Filho.

Apenas queria que o Rei viesse aceitar os poderes directamente de sua mão. Era a forma de evitar equívocos e especulações na resolução do conflito aberto entre a sua autoridade e o direito do Rei.

Nestas disposições, por mão do bispo de Targa, foi enviada a D. Afonso VI a seguinte carta:

«Muito alto, & poderoso Principe: Eu a Rainha invio muito saudar a V. M. como aquelle

que sobre todos meus filhos, muito amo, & preso. Agora soube que havieis passado a Alcantara, & que mandáreis levar cama, chamar fidalgos, & alguns officiais de vossa casa, que junto a me não haverdes avisado da vossa ida, parecem a algũas pessoas indicios de intentardes algũa separação de mim: Posto que eu não faltei até agora às obrigações de mãe, me não posso persuadir, que falteis às de filho. Rogovos muito que para faser cessar o rumor deste povo vos queirais logo recolher à minha companhia, certificando-vos que nenhũa das pessoas que vos assistem vos tem tanto amor como eu, nem desejão mais que eu vossa conservação, & acrescentamento, sem me mover a isto nenhum respeito particular, porque todos são de melhor serviço, & credito vosso: & se esta vossa acção se encaminha a querer entrar a governar estes Reinos, sabe Deos que o desejo tanto ou mais que vos, & que só a este fim se encaminharão algũas causas, de que vos sem causa justa, tomarieis sentimento: comigo deveis tratar esta matéria, porque assi podereis conseguir vosso intento, sem estrondo, & com a suavidade, & obediência que deveis a Deos, & a vossos paes: vossos são estes Reinos, & eu os governo em vosso nome, & se forão meus só para vos os quisera: aqui juntaremos o Reino como poder ser, & elle que me entregou este governo, volo entregará antes que qualquer desunião que entre nos haja, o entregue a nossos inimigos, que se achão com tres Exercitos poderosos, & com este, se agora se levantar, mais poderoso que todos, se perderá provàvelmente.

Querei por amor de Deos, por amor destes Reinos, & pello que vos mereço, considerar esta materia tanto para considerar, & para encomendar a Deos, que guarde a V. M., muito alto, & muito poderoso Principe, meu sobre todos, muito ama-

do, & presado filho, & o encaminhe como muito desejo, & lhe peço.

Escrita em Lisboa, a 21 de Junho de 1662.

Vossa boa mãe
Rainha»

Com esta carta cruzava-se outra de D. Afonso VI, trazida por D. Tomás de Noronha, conde de Arcos, a comunicar à Rainha a sua decisão de tomar conta do governo do Reino, nos seguintes termos:

«Muito alta, & muito poderosa Princesa, Rainha de Portugal & dos Algarves daquem, & dalem mar em Africa, Senhora da Guiné, & da conquista, navegação, & comércio de Ethiopia, Arabia, Persia, & da India, minha sobre todas, muito amada, & presada Mãe, & Senhora, eu el Rei invio muito saudar a V. M. Tendo respeito as estado em que este Reino se acha pellos Exercitos do inimigo, & determinar acodir a elles, como obediente filho de V. M. compadecido do continuo trabalho com que V. M. depois da morte d'el Rei meu Senhor, & Pae, governa estes Reinos, cuja conservação se deve ao desvelo, & prudencia de V. M., me resolvi aliviar a V. M., pois segundo as leis do Reino, excedo muito os annos destinados á tutoria: esperando cõ o favor divino, & aprovação de V. M. assistencia e conformidade com o serenissimo Infante D. Pedro, meu irmão, satisfaser a meus vassallos, & triũphar dos inimigos da Coroa destes Reinos de Portugal. Muito alta, & muito poderosa Princesa, Rainha de Portugal, & dos Algarves daquẽ, & dalem mar em Africa, Senhora da Guiné, & da cõquista, navegação, comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, & da India, minha sobre todas muito amada Mãe,

& Senhora, Nosso Senhor haja a V. M. em sua santa guarda.

Escrita em Alcantara, aos 21 de Junho de 1662.

Beija a Real mão de V. M. seu muito obediente filho

Rey.»

Reportando-se à sua primeira carta, a Rainha Regente respondia que o Rei podia vir logo receber o governo, livrando-se ela assim *de la calunia de alguna repugnancia que era solo o de que me temia*, como depois escreveria para Inglaterra a D. Catarina.

A carta de confirmação dos seus desejos, ia redigida nos seguintes termos:

«Muito alto, & muito poderoso Principe: eu a Rainha invio muito saudar a V. M. como aquelle que sobre todos meus filhos amo, & preso. Agora acabei de vos escrever, & de vos mandar offerecer pello Bispo de Targa o mesmo que me pedis por esta vossa carta: & volo disse o dia de sabbado, que foi o em que comecei a dispor entregarvos o governo destes vossos Reinos, livrando-vos para isso dos impedimentos que vos podião faser danno a este intento; & sabe Deos que não tive outro, nem o tenho agora: porem filho querei que faça isto como a vos, a mim & a estes Reinos convem, vindo para vossa casa: & sede certo que logo sem dilação tratarei de vos dar gosto nesta parte, & fiai-vos de hũa mãe que vos criou com muito amor, & que nenhũa outra cousa tem tão diante dos olhos, como vervos governar com grande acerto, & felicidade: assi o espero da misericordia de Deos, & para que elle vos ajude, he necessario entenderdes que o que vos disse na outra carta, & vos digo nesta, he o q̃. vos convem por todos os respeitos.

Muito alto, & muito poderoso Principe, etc.»

Não carecem de esclarecimentos ou comentários palavras de tanta limpidez e lealdade.

No dia 22, já o apressado governo de Castelo Melhor estava a funcionar em Alcântara, escolhendo-se novos conselheiros de Estado para juntar aos antigos, dando-se altos postos a Sebastião César que havia pouco saira da prisão, sob fiança dos carcereiros, e cargos de confiança ao velho secretário António Cavide e ao visconde de Vila Nova de Portimão.

Todos estes conselheiros, novos e velhos, já procuravam conter os impulsos e arbítrios do Rei com reflexões solenes, de bom estilo político.

Discutia-se com ardor se o Rei deveria ir receber os selos ou mandá-los buscar ao Paço da Ribeira por um secretário. Como havia gente para sugerir todas as malsinações, receava-se que a Rainha adoptasse o expediente de atraír o Filho ao Paço da Ribeira, para o mandar prender e aos seus sequazes, ficando depois livre para efectivar as suas aspirações de governo próprio e de sucessão na pessoa do Infante D. Pedro.

Nestas demoras e hesitações, vinha de Alcântara o conde de Pombeiro com recado de saber, finalmente, as verdadeiras disposições da Rainha.

A este enviado era entregue uma carta lacónica, a última da Rainha Regente, que dizia assim:

> «Muito alto, & muito poderoso Principe, etc.
> Amanhã ás dez do dia terão recado os Tribunaes para em sua presença vos entregar os sellos, & com elles o governo destes vossos Reinos na forma em que se costuma, & porque não haverá nisso falencia, vos rogo muito vos queirais achar aqui presente naquella hora.
> Muito alto, & muito poderoso Principe, etc.»

No dia seguinte, entrando num coche a horas próprias, D. Afonso VI vinha de Alcântara para o Paço da Ribeira com o séquito dos seus fidalgos a cavalo, e acompanhado da Nobreza e Tribunais, em grande apa-

rato de gala, no meio de alegres manifestações e aclamações do Povo, a quem ia deitando dinheiro pelos caminhos. Já acompanhado do irmão D. Pedro que viera juntar-se-lhe, subiu D. Afonso VI à presença da Rainha, sua mãe, ficando-lhe à direita e o Infante à esquerda.

Sem demora, o conde reposteiro-mor avançou para diante do Rei uma cadeira rasa de veludo carmezim, com almofada do mesmo estofo, e sobre ela o secretário de Estado depôs a bolsa dos selos reais, entregando-os logo à Rainha. No mesmo instante, a Rainha Regente passava-os à mão do seu Filho, com estas solenes e frias palavras:

> *Estes são os sellos com que os Reinos de V. M. me entregarão o seu governo, em virtude do testamento d'el-Rei meu senhor, que Deos tem, & os entrego a V. M. & o governo que com elles recebi: praserá a Deos que debaixo do amparo de V. M. tenhão as felicidades que desejo.*

Com os selos iam quase seis anos de trabalhos, de cuidados, de aflições e desventuras que consumiram as melhores energias de uma senhora que ainda agora não completara quarenta e nove anos. O Rei imediatamente devolvia os selos ao secretário de Estado, seguia-se o beija-mão às três pessoas da Família Real ali presentes, e assim se dava por finda esta solenidade política.

Pela gratidão de que seria capaz, naquele instante, o conde de Castelo Melhor não se esqueceria de mandar regressar do Brasil o deportado António Conti, seu amigo e sócio no valimento do Rei D. Afonso VI... (53).

NOTAS AO LIVRO SEXTO

(1) *Catastrophe de Portugal*, Lisboa, MDCLXIX, pág. 17; *Gabinete Histórico*, tomo IV, págs. 221 e segs.

(2) *Alguns documentos sobre a Restauração*, cit., pág. 16.

(3) L'Abbé de Vertot, *Révolutions de Portugal*, cit., págs. 219 e segs.; Fortunato de Almeida, *Hist. de Port.*, tomo V, págs. 273 e segs.

(4) *Alguns documentos*, pág. 16; Academia Portuguesa da História, *Cartas dos Governadores da Provincia do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*. Lisboa, MCMXL, vol. II, pág. 252.

(5) René Bouvier, *ob. cit.*, pág. 203.

(6) *Port. Rest.*, tomo II, págs. 1-62; *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 247-248.

(7) *Mourão Restaurado em 29 de Outubro de 1657. Oytavas offerecidas ao Senhor Joanne Mendes de Vasconcelos, por Antonio da Fonseca Soares.* In *Postilhão de Apollo, & Ecco II*, pág. 211. Lisboa, MDCCLXII; *Poesia Épica da Restauração*, in *Amar e Servir*, do Autor. Lisboa, 1940, págs. 228-232.

(8) Gastão de Melo de Matos, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*. Em Lisboa. Ano de 1941. Além de valioso documentário, contém este trabalho as reproduções de plantas de grande número de praças portuguesas, cujo conhecimento é indispensável para o estudo da engenharia militar do período da Restauração. Vid. *Cartas dos Governadores*, cit., vols. II e III, *passim*; Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitano de desenhar fortificações, &.* Lisboa, 1680.

(9) Edgar Prestage, *Frei Domingos do Rosário, &.* Coimbra, 1926, págs. 19 e segs.; *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*. Coimbra, 1928, págs. 67 e segs.; Eduardo Brasão, *A Restauração, &.* Lisboa, 1939, págs. 129 e segs.

(10) *Obras do Doutor Duarte Ribeiro de Macedo, &.* Lisboa, MDCCXLIII, tomo I, pág. 3.

(11) *Alguns documentos sobre a Restauração*, cit., págs. 36-41.

(12) *Portugal Restaurado*, tomo II, pág. 87.

(13) Gastão de Melo de Matos, *As notas do licenciado Crispim Luis e outras relações do século XVII*. In *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. XV, n.os 57-60, págs. 95 e segs.; *Portugal Restaurado*, tomo II, págs. 85 e segs.

(14) *Port. Rest.*, tomo II, págs. 145 e segs.

(15) *Anais das Bibliotecas*, cit., vol. XV, pág. 121.

Deve observar-se que os números dos mortos, feridos e prisioneiros variam de autor para autor.

(16) *Port. Rest.*, tomo II, pág. 218.

(17) *Amar e Servir*, do Autor, págs. 229 e segs.

(18) *Obras do Doutor Duarte Ribeiro de Macedo*. Lisboa, MDCCXLIII, tomo I, págs. 4 e segs. É muito útil a leitura das relações do Autor para o conhecimento da história deste período.

(19) *Turenne*, par le Général Weygand. Paris, 1934, págs. 94-95 e 110-111; Duarte Ribeiro de Macedo, *Obras*, tomo I, págs. 73 e segs.

(20) Duarte Ribeiro de Macedo, *Obras*, tomo I, págs. 109 e segs.

(21) *Cartas dos Governadores a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*, cit., tomo III, págs. 339 e segs.

(22) Ed. Prestage, *Relações Diplomáticas*, cit., págs. 67 e segs.; Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, tomo IV, p. 2 ª, págs. 455 e segs.

(23) *Diálogos de Vária História, Supl.* Lisboa, MDCCXLIX, pág. 177.

(24) E. A. Strasen / Alfredo Gândara, *Oito Séculos de História Luso-Alemã*. Lisboa, 1944, págs. 191 e segs.; Academia Portuguesa da História, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. Afonso VI*. Publ. e pref. por P. M. Laranjo Coelho, vol. III, págs. 104 e segs.

(25) Duarte Ribeiro de Macedo, *Obras*, cit., tomo I, págs. 52 e segs.

(26) Padre António Vieira, *Cartas*, tomo III, pág. 610.

(27) Ed. Prestage, *As Relações*, cit., págs. 243 e segs.; António Cruz, *Uma página da Restauração. A fuga do embaixador D. Fernando Teles de Faro*. Porto, 1939.

(28) Duarte Ribeiro de Macedo, *Obras*, cit., tomo I, págs. 43 a 52; *Port. Rest.*, tomo II, págs. 264-265, 273, 687, 761 e 792.

Talvez pelas suas ligações com sangue espanhol, a Casa de Aveiro muito timbrava de filipina, vindo a tornar-se depois ostensiva adversária da Restauração. Numa sátira dirigida a diversas personagens do tempo, a respeito do IV duque, D. Raimundo, lê-se este agressivo remoque:

Minha May me doutrinou
quando estive em Penella
que morresse por Castella.

Perfis humoristicos da Restauração, por Ernesto Soares, in *Congresso do Mundo Português. Publicações*, vol. VII, pág. 419. A *May* aqui referida há-de ser aquela Duquesa despeitada, D. Juliana, a quem se atribuem comentários depreciativos da recente realeza de D. Luísa de Gusmão.

(30) *Port. Rest.*, tomo I, pág. 704.

(31) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, tomo IV, p. I, págs. 384-392; Virginia Rau, *D. Catarina de Bragança — Rainha de Inglaterra*, in *Instituto*, vol. 98.º, 1941, págs. 17 e segs.

(32) *Hist. Gen.*, tomo VII, pág. 292.

(33) Ed. Prestage, *As Relações Diplomáticas*, cit., págs. 157 e segs.; Virginia Rau, *D. Catarina de Bragança*, cit., págs. 24 e segs.; Caetano Beirão, *As Negociações para o casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II da Inglaterra*, in vol. VII dos *Anais*, Ciclo da Restauração, Academia Portuguesa da História. Lisboa, MCMXLII. Sendo este o trabalho mais completo sobre os antecedentes do casamento de D. Catarina, para ele remetemos o leitor interessado que ali também encontrará copiosa bibliografia.

(34) *Hist. Gen.*, P., IV, págs. 827 e segs.; *Quadro Elementar*, cit., tomo XVII, págs. 118 e segs., e 211-219; Borges de Castro, *Collecção de Tratados, &.*, tomo I, págs. 234 e segs., onde pode ler-se o texto completo nas duas línguas, portuguesa e inglesa.

(35) René Bouvier, *ob. cit.*, pág. 232.

(36) Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, tomo IV, pág. 217; *Vida do famoso herói Luís de Loureiro*, por Lourenço Anastácio Mexia Galvão. Porto, 1946, pág. 174.

(37) Virginia Rau, *ob. cit.*, págs. 168-169.

(38) *Hist. de Port.*, ed. de Barcelos, tomo VI, pág. 90.

(39) Virginia Rau, *ob. cit.*, pág. 53.

(40) *Hist. de Port.*, ed. de Barcelos, tomo VI, págs. 379-381; *Port. Rest.*, ed. A. A. Doria, tomo III, pág. 435, nota J.

(41) *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*. Cód. 39-83. Liv.º 2.º de El-Rei D. Afonso 6.º, fol. 27; *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1657-1674*. Lisboa, 1856, pág. 64.

(42) Sebastião da Rocha Pitta, *História da América Portuguesa*, 2.ª ed., págs. 176-177.

(43) Dos diversos folhetos, o de melhor informação é também o de maior raridade, e intitula-se: *Relacion de las fiestas que se hizieron en Lisboa con la nueva del casamiento de la Serenissima Infanta de Portugal Doña Catalina (ya Reyna de la Gran Bretaña) con el Serenissimo Rey de la Gran Bretaña Carlos Segundo deste nombre. &.* Lisboa, 1662.

Atribui-se geralmente ao Dr. António de Sousa de Macedo. Vid. *Catálogo Razonado*, de Garcia Perez, pág. 542. Vid. *Quadro Elementar*, cit., tomo XVII, págs. 236-256; *Col. Chron. Legisl. Port.*, cit., pág. 75.

(44) *Catastrophe de Portugal*, cit., págs. 45 e segs.; B. N. L.,

Colecção Pombalina, *Cod.* 738; *Port. Rest.*, tomo II, págs. 356 e segs.; *Hist. Gen.*, P., tomo IV, págs. 788-789.

(44) António Baião, *Episódios Dramáticos da Inquisição*, t. II, págs. 383 e segs.; J. Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos Novos Portugueses*, págs. 281 e segs.

(45) *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 285 e segs.; P.e António Vieira, *Cartas*, tomo III, pág. 667; Conde de Sabugosa, *Donas de Tempos Idos*. Lisboa, 1912, págs. 235 e segs.; Virginia Rau, *ob. cit.*, págs. 62 e segs.; F. G. Parry Vidal, *O Casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II, rei de Inglaterra*, in *Revista dos Centenários*, Outubro 1940, em que se publicam várias gravuras.

Para mais completo estudo acerca do noivado, casamento e vida de D. Catarina, podem ler-se, além de outras, as seguintes obras estrangeiras: *Diary* of Lord Sandwich; *Mémoires* de Ed. Hyde, conde de Clarendon, 1827, II vol.; *Mémoires* do conde de Grammont, 1876; Lillias Campbell Davidson, *Catherine of Bragance*, 1908; Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937. Deve aqui observar-se que em muitas destas páginas se trocam as verdades por humorística fantasia dos autores.

(46) *Sermões*. Porto, 1909, vol. XV, pág. 178.

(47) *Anti-Catástrophe, Historia d'El-Rei D. Afonso VI de Portugal*. Lisboa, 1845, pág. 14; «*A Anticatastrophe*», estudo crítico de Gastão de Melo de Matos. Lisboa, 1935; Joaquim de Vasconcelos, *D. João, o 4.º*, cit., págs. 183-185; *D. Afonso VI*, cit., pág. 29.

(48) Sobre a natureza da doença de D. Afonso e seus efeitos, podem ler-se os seguintes autores, já citados: Júlio Dantas, *Outros Tempos*, 3.ª ed., págs. 95 e 101; J. A. Pires de Lima & A. A. Pires de Lima, *A Doença de D. Afonso VI e a Anulação do seu Matrimónio*. Porto, 1927, e *D. Afonso VI*. Porto, 1937. Vid. *Port. Rest.*, ed. A. A. Doria, vol. III, pág. 431, nota A. Não cabendo ao autor fazer o diagnóstico da enfermidade do Rei, limita-se ao dever de registar as consequências político-sociais que dela resultaram.

(49) *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, &. Lisboa, 1888, pág. 1.

(50) *Catastrophe de Portugal*, cit., págs. 60 e segs.; J. I. Roquete, *Cartas Selectas do Padre António Vieira*. Paris, 1856, págs. 302 e segs.; *D. Afonso VI*, apresentado por Eduardo Brasão. Porto, 1940, págs. 32 e segs., e 47 e segs.; Abade de Vertot, *História das Revoluções de Portugal*. Porto, 1945. *Introdução* de Gastão de Melo de Matos, págs. XIX e segs.

(51) Vertot, *ob. cit.*, pág. 230; Gastão de Melo de Matos, *A Falsa História da Restauração*. Lisboa, 1938, págs. 13 e segs.

(52) *Biblioteca Lusitana*, s. v.; Gastão de Melo de Matos, *Nos Bastidores da Política Seiscentista, D. Sebastião Cesar de Meneses*. Lisboa, 1941; Rodrigues Cavalheiro, in *Suma Política*, Prólogo. Lisboa, MCMXLV.

([58]) *Catastrophe de Portugal*, cit., págs. 53 e segs.; *Portugal Restaurado*, tomo II, págs. 468 e segs.; Faria Y Sousa, *Hist. del Reyno de Portugal*. Brussellas, MDCCXXX, págs. 402 e segs.; Gastão de Melo de Matos, *Panfletos do Século XVII*, págs. 121 e segs., in Academia Portuguesa da História, vol. X; Caetano Beirão, *Vinte e oito anos de guerra — Os auxílios externos e a Acção Diplomática — A política de Castelo Melhor — A Paz de 1668*, in *Congresso do Mundo Português*, vol. VII, pág. 709.

LIVRO SÉTIMO

MÃE DE AMOR E DE PAIXÃO

...pollo Scetro Portugues que impunhou, meneado com huma regencia, aceitada com estranho valor, dimitida com singular desapêgo, continuada com huma prudencia, tanto como acertada, ditoza digo, já por lograr, nas perigozas batalhas que V. Magestade emprendeo, tão gloriosas vitorias, que fazendo pezares de tempo, e sem dar lugar ao descuido, as escreve a fama, mais que em marmores, em diamantes, mais que em diamantes, em imortalidades.

FREI ANTÓNIO DA ENCARNAÇÃO

Duquesa, livrou a sua industria ao Duque, de perder o Reino, & ao Reino, de o perder a elle: na perplexidade com que estava de aceitar o Reino, a sua magnanima persuasão o fes resolver, a que o aceitasse: da sua prudencia fiou elRei as mais pôderosas resoluções do governo: Regente, defêdeu com immêso trabalho do corpo, & do espirito, o Reino: desêganada, quis por varias vezes deixar a regencia, & o não fes, porque as occasiões o difficultárão, & homens doutos, com escrupulos de consciencia, lho impedirão:

CATASTROPHE DE PORTUGAL

MÃE DE AMOR E DE PAIXÃO

NO DESTÊRRO POLÍTICO

ENQUANTO o Paço da Ribeira e toda a Corte se alvoroçavam com o novo Governo, as consequentes mudanças de cargos e as surpresas das graças e desgraças reais, a Rainha D. Luísa recolhia-se silenciosamente ao sossego da sua câmara. Ajoelhada no oratório, aos pés de Deus buscaria as consolações e esperanças para a sua alma atribulada, tão desejosa e tão merecedora de melhor vida.

A sua missão política de sobressaltos e aflições estava terminada, e por ela ficaria aguardando os rectos juízos da História que ainda agora não estão findos.

Como vimos, muitos foram os escritores que consideraram predominante e decisiva a acção da Duquesa de Bragança no advento da Restauração.

Para esses, todo o curso do destino nacional proviria do ambicioso capricho de uma Senhora, estrangeira de nascimento.

Aos historiógrafos espanhóis que do seu despeito ainda fazem orgulho para nos humilhar, por ter vindo da Andaluzia esta impulsora do resgate de Portugal, a esses, na segunda metade do século XIX se juntaram os portugueses detractores da Dinastia de Bragança: era preciso desacreditá-la, desde a pessoa do fundador até ao Rei reinante.

para fundamentar as aspirações do espírito republicano ou iberista.

Como no lugar próprio observámos, por muito poderosa que fosse a energia de vontade da Duquesa de Bragança, nunca seria suficiente para empresa de tal magnitude, se outros factores já enunciados não se tivessem conjugado para o êxito do sentimento, da razão e do interesse colectivo.

E se a génese e alcance da Restauração houvessem de ser-lhe atribuidos em tais termos, para sempre teriamos de louvar a vaidade ou ambição dessa Mulher providencial, que por sua mão abrira a página de maior esforço e sacrifício da História de Portugal.

Então, por imperativo de justiça nacional, à fraqueza de esse pecado feminino teriamos de lhe chamar virtude, verdadeira caridade de Pátria...

E descontando aquelas imperfeições inerentes à condição humana, verificamos que de exemplar virtude fora até aqui a vida de D. Luísa de Gusmão, sempre a obedecer e a cumprir.

A filha-donzela obedece ao pai na aceitação do casamento que lhe destinaram, embora com risonhos auspícios; a esposa viverá na graça do estado, sempre fiel e casta na constância do matrimónio; por honra da memória do Rei, esses mesmos sentimentos subsistem nos anos em que foi a digníssima viúva de D. João IV; a mãe desvela-se em cuidados e afectos pelos filhos, desde a extremada ternura aos mais dolorosos sacrifícios; a rainha, ao lado do esposo, mantém com severidade e rigor, o prestígio da majestade real; a regente toma com firme segurança as rédeas do governo, cumprindo o dever de continuar as campanhas e preparar as condições para a paz vitoriosa.

Depois de tantas provas de grande ânimo, aguda inteligência e infatigável perseverança, ainda aparece quem a julgue mais mulher do que rainha, melhor mãe do que política, considerando *...a verdadeira D. Luisa de Gusmão, ciosa do duque seu marido como qualquer mulher de inferior esphera social; mãe amante de seus filhos, e, como tal, fraca, como todas as mães; enfastiada das gran-*

dezas do mundo e d'ellas abdicando, para se acolher à sombra tranquilla de um mosteiro (1).

A calúnia que à Rainha-Regente atribuia a secreta decisão de privar D. Afonso VI dos seus direitos, em favor do Infante D. Pedro, afrontou-a na vida e continuaria a perseguí-la depois da sua morte (2).

Os que julgaram ou possam vir a julgar desfavoràvelmente os anos da Regência de D. Luísa, melhor fariam em demonstrar se mais eficaz e benéfico seria o governo de um conselho, nos casos de ela não existir, não ter saúde ou decisão para governar. Seriam nobres e clérigos os componentes de esse conselho, visto não haver pessoas reais em condições de assumir tal encargo.

Do que esse governo colectivo seria na sua unidade e força, pode cada qual fàcilmente ajuizar, recordando as competições, as dificuldades e repetidas crises, verificadas sob o poder da Regente.

Mais do que nunca, Filipe IV teria visto engrossar e prosperar o seu partido em Portugal onde nunca lhe faltaram adeptos... .

Se por índole e herança da sua estirpe, D. Luísa era mulher política, por vezes também não poderia deixar de se revelar autoritária no seu governo, conduzida por esse incontido impulso de mandar que sempre leva os verdadeiros dirigentes a utilizar os homens pelos seus merecimentos e pelos seus defeitos.

Se esta Rainha teve culpas, também à mais exigente justiça se mostrará que por todas elas viria a sofrer dura e demasiada expiação.

Portugal ia agora entrar em sistema espanhol de governo, desagradável à nossa índole e contrário à tradição política do Reino, até ali sempre governado por monarcas de feição paternal.

Era a abdicação do Rei D. Afonso VI no arbitrio do seu ministro: *Tinha tão rendida sua vontade à do Conde de Castello Melhor, que* (este) *parecia dono de toda ella.*

Acerca do novo sistema, dirigindo-se a D. João V, viria a escrever mais tarde D. Luís da Cunha:

«Em uma palavra, senhor, todo o poder que o primeiro ministro, ou valido, se atribui, não é outra coisa senão uma pura usurpação, por não dizer escandaloso furto que se faz à sagrada autoridade do príncipe. Porém, sem recorrer a exemplos estrangeiros, V. A. tem de casa um tão terrível, se quiser reflectir sobre o perigo a que nos expôs o ministério e valimento do conde de Castello Melhor, e na sua vizinhança o de Filipe III e Filipe IV que, sem embargo de serem tão grandes monarcas, como não viam as coisas dos seus domínios senão pelos olhos dos seus primeiros ministros e validos, não só perderam no mundo a sua reputação, mas também a da mesma monarquia» (3).

Em 2 de Julho, pouco mais de uma semana depois de ter deixado o governo, D. Luísa escrevia a seu genro, o Rei Carlos II, a noticiar-lhe a chegada do conde de Inisequin com vários contingentes de tropas, e a entrada dos navios que de Inglaterra vinham, em cumprimento do Tratado de 1661.

Estes factos que eram fruto da sua política, davam-lhe alegria na grande tristeza dos seus dias, para poder escrever: *biva V. mag.ad mil anños por se acordar de my, y de los trabajos destes Reynos.*

E às solicitações de Carlos II para que não se faltasse com os pagamentos às tropas de linha e às tripulações dos navios, a Rainha dava-lhe inteira razão, acrescentando: *y aun q esto está ya por cuenta de el Rey my hijo, no faltaran sus menistros, en todo lo q. entendieren es servicio y gusto de V. mag.ad y es lo que yo haré siempre.*

Assim, naturalmente sobrepunha aos seus ressentimentos e agravos, o dever de continuar a manter o prestígio de Portugal e a confiar no seu destino de independência e liberdade. Em D. Luísa permaneceriam sempre bem vivas a mãe e a portuguesa.

O espalhado e repetido rumor da sua saída do Paço da Ribeira para o retiro de qualquer convento, determi-

nava perturbação e desagrado em algumas pessoas da Corte e no povo da cidade.

Nesse mesmo dia 2 de Julho, dava-se a primeira manifestação contrária a tal projecto:

> *Ainda o seu juis do Povo, com os 24 foy Domingo pella menham ao Paço e esperando q̃ a Rainha saisse da Tribuna lhe fes hũa pratica persoadindo a S. Mg.de se não auzentasse do Paço nem deixasse a el Rey e Infante. A Rainha respondeu com palavras equivocas com porta pª sahir e para ficar* (4).

Para a consolar do seu exílio político, e talvez para dar boas notícias de D. Catarina, pediu e obteve audiência particular da Rainha, a embaixatriz de Inglaterra que em 14 de Outubro ao Paço se dirigiu *em hũ Coche de cavalarisa, acompanhada de tres filhas, duas criadas e 4 gentis homeñs a Cavalo. Falou-lhe a Rainha, asentada em cadeira e ella em tamborete razo; as filhas se asentaram entre as Damas todas de muy lindas caras, e igual ornato* (5).

Depois, no regresso a sua casa, eram estas senhoras conduzidas no coche de D. Luísa, acompanhadas pelo tenente da guarda de El-Rei, Manuel Caldeira de Castro, seguindo-as de perto o embaixador de Inglaterra, *lord* Fanshaw, em liteira própria.

Passados alguns dias, chegavam a Lisboa já vindos de Inglaterra, o conde de Pontével, Nuno da Cunha de Ataíde, com sua mulher, a condessa D. Elvira de Vilhena, e outras pessoas que fizeram parte da comitiva de D. Catarina na jornada de Abril.

Nas boas notícias do que lá tinham visto, como nas cartas e informações de que eram portadores, encontraria a Mãe e a antiga Regente alguma tranquilidade e consolação. A este facto ela própria se referiria, em carta para a Filha, datada de 24 de Outubro: *Ya son llegados los criados, y criadas q de ay enbiaste. todos trataron de me aliviar con nuebas tuyas, y de como estas servida, y esti-*

mada, mas mys saudades no acetan remedio en tu ausencia.

Cada vez ia sendo mais profunda a dor daquela solidão: as suas saudades não tinham remédio...

ENXOVALHOS, IMORALIDADES, VITUPÉRIOS

Era de contínua suspeita e desconfiança o ambiente em que D. Luísa tinha de viver dentro do Paço da Ribeira.

Embora oficialmente e muito a seu gosto já afastada do governo, a sua sombra estimulava despeitos e parecia ameaça perigosa aos sectários de Castelo Melhor, para quem então se voltavam as ambições e as esperanças: *V. Senhoria tem agora o voto de todos na universal aceitação de seus acertos*, viria a dizer-lhe com lisonja o jesuita padre Manuel Godinho, na dedicatória da *Relação do Novo Caminho, &*, em 1665. Desde o começo do seu governo, eram as fascinações e prestígios do Poder a avassalar espíritos que podiam ser independentes.

A situação da Rainha dentro daquelas paredes, era bastante amarga, incerta e delicada, para poder ser suportada por muito tempo:

> «Depois que el Rei tomou o governo, nunca foi conforme o tratamento que fes à Rainha, porque ainda que quando vinha de Alcantara, lhe fasia as visitas que costumava, & iam juntos para as tribunas, com tudo não lhe dava parte algũa nos negocios: o seu quarto era desassistido, & como o não tinham já por Corte, o tratavam como deserto: como os homens não adorão o Sol que morre, se não o Sol que nasce, & o governo da Rainha se escurecera na sombra do Ocidente, & o de el Rei lusia nos albores do Oriente, fugião das sombras, em q achavão horrores, & seguião as luzes em que esperavão illustraçoens...» (6).

Alguns antigos servidores de D. Luísa prudentemente se afastavam do seu convívio, não fosse também caber-lhes a sorte do desterro, onde outros já estavam: o duque do Cadaval em Tentúgal, o conde de Soure, Manuel de Melo, o Monteiro-Mor, o conde de Pombeiro, o padre António Vieira em diversos lugares, e o secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva a cinquenta léguas da Corte.

O marquês de Gouveia, vendo-se sem amigos e privado dos privilégios de mordomo-mor, pediu e instou para que lhe dessem licença de se ausentar da corte. Concederam-lha, com a condição de a Lisboa não voltar, sem ordem do Rei. Era uma forma indirecta de desterro. Era a vingança por conta e honra de António Conti.

A pretexto de falta de saúde, o Dr. Nicolau Monteiro retirava-se também para o seu priorado de Cedofeita, compreendendo e sentindo que a sua presença era inútil e molesta.

Dos aposentos de D. Luísa foram também arredadas diversas damas que lhe mostravam afeição, ficando apenas ao seu serviço D. Isabel de Castro e D. Maria Francisca, viúva de D. António de Castro, e poucas mais criadas, com a assistência de Rui de Moura Teles, estribeiro-mor, e D. João da Silva, veador.

As demonstrações de desrespeito e ofensas à Rainha desde logo começaram: apedrejavam-lhe o oratório onde sabiam que ia rezar a horas certas, quebrando os vidros das janelas, e de noite, os mais fervorosos do bando dirigiam-lhe em voz alta indecorosas provocações e injúrias.

A estes e outros extremos de velhacaria dos adeptos de Castelo Melhor, D. Afonso VI não punha termo, embora os conhecesse e até os presenciasse.

Mas o senso moral de esse pobre doente não chegava para os coibir e menos ainda para os castigar.

Festejando-se no calendário religioso o dia de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Reino, a Família Real descia pela manhã à Capela do Paço.

Ocupando a Rainha o seu lugar na tribuna, D. Afonso VI dispensou-se de prestar a sua Mãe a honra da cor-

tesia que a pragmática da corte rigorosamente prescrevia naquele encontro.

Acabadas as cerimónias litúrgicas, a Viúva de D. João IV retirava-se pesarosa da tribuna real, para nunca mais ali voltar durante os meses que ainda habitaria no Paço da Ribeira (7).

Pelas repetidas incorrecções, injúrias e vexames que tanto ofendiam a majestade da Rainha, como a dignidade da Mulher, com tristeza compreendeu que lhe seria impossível continuar a ser convivente do Rei, seu filho.

Poucos dias depois de liberta do encargo da Regência, logo ela começara a diligenciar para cumprir o propósito de buscar num convento o abrigo para os seus dias e o descanso para a sua alma, conforme escreveria a sua Filha, para Inglaterra: *Agora todo my cuydado se applica ala eleccion de la parte q cde escojer pª my retiro...*

O doutor Belchior do Rego de Andrade, desembargador dos agravos e seu secretário, era por ela encarregado de examinar diversos locais apropriados para a edificação do futuro convento, alguns dos quais, antes muito espontâneamente oferecidos, agora já se dificultavam no ensejo da cedência e da entrega...

Mas as obras da projectada fundação levariam muito tempo a terminar, e era necessário e forçoso sair, quanto antes, do Paço da Ribeira.

Para ocorrer a esta urgência, a Rainha mandava dar começo à construção de um passadiço que ligasse a sua quinta de Alcântara ao Mosteiro do Sacramento das Religiosas Dominicanas, fundado em 1612 pelos condes de Vimioso (8).

Em carta para a Filha, dizia D. Luísa: *Los pocos dias q̃ me dizẽ ser necessarios a poner la obra ẽ perfecion jusgo una eternidad, pues ẽ ellos no oygo sino continuas supplicas, no faltãdo en ellas tus hermanos (q̃ aun q agradesco me son bien molestas) a q. no ponga execucion esta resolucion tan antigua...*

Mas a obra iniciada não prosseguiu, era abruptamente suspensa, por se terem invocado inconvenientes diversos, e, entre eles, os que prejudicavam a salubridade do lugar...

Na ânsia de se libertar de uma corte que a desfeiteava e oprimia, surgiu o alvitre de ir habitar os Paços de Xabregas, fazendo-se ligação para o Convento da Madre de Deus de Religiosas Capuchas, por uma passagem ali existente, já no tempo de D. Catarina.

Correspondendo às diligências tentadas para ali a encerrarem, a Rainha resignava-se a aceitar esta solução que, aliás, não a satisfazia: *aun q. no es resolucion de my inclinacion ny voluntad, sigo, por no ser obstinada en no acetar el general parecer.*

Devem ter-se levantado novas dificuldades, pois que a saída para Xabregas também não chegou a efectuar-se.

Dando conta à Filha do seu estado de alma e do ardente desejo de se recolher a um claustro, em carta de 27 de Janeiro de 1663, escrevia-lhe:

Q.to a my sy no reparara a te penalisar podiera hazer larga narracion. solo te digo quedo cada dia pª me recojer, en una quinta a enxobregas, es del Marquez de Sande, por q no queriendo nēguna persona largarme un rincon pª dar satisfacion a my deseo me vali de los bienes de los ausentes, e ofrecimientos, q della me avia echo el Marquez, aunque syn otro consentimiento mas expresso, y mandé labrar la clausura, reservando pª despues de my assystēcia la fabrica del monasterio, q fundo de Augustinas descalsas nueba religion, en este reyno.

Era uma quinta ribeirinha no sitio do Grilo, para lá de Xabregas, que seria entregue pelo filho do marquês de Sande, Garcia de Melo Torres, apenas lhe comunicaram a aceitação e desejo da Rainha, assim cumprindo nobremente a promessa de seu pai.

E porque ninguém mais quisera ceder-lhe assento para o futuro mosteiro, dispensar-lhe *un rincon*, em que pudesse erguer-se a nova fundação religiosa, D. Luísa tomava especial cuidado de manifestar o seu reconhecimento ao marquês de Sande que estava em Londres, escrevendo a D. Catarina no dia seguinte: *q tomes por tu cuenta agradecer mucho al Marquez las offertas q̄ me hizo de la quinta y que yo estoy tan enterada de su animo que echê mano*

dellas, y te escribo muy obligada a su termino por q̃ en verdad lo estoy.

Nessa quinta havia umas casas rústicas para morada das pessoas empregadas nos serviços agrícolas, na horta e pomar da propriedade.

Resolvendo a Rainha que nesse local fosse construido o convento, desde logo eram incumbidos da sua traça arquitectos competentes, começando-se a abrir os alicerces para a nova obra que fora delineada de acordo com o Provincial da Ordem dos Agostinhos (⁹).

O plano era de grandes proporções e por muitos que fossem os mestres e oficiais de pedraria e de samblagem a trabalhar assìduamente, as edificações não poderiam dar-se por terminadas, senão ao fim de alguns anos.

*

Embora retirada dos cuidados dos negócios públicos e inteiramente voltada para os caminhos do reino de Deus, a Rainha não podia deixar de amargurar-se com o espectáculo de imoralidade que por então ofereciam a Corte e a sociedade portuguesa. Com a ascensão aos mais altos cargos de tantas pessoas indignas, mais visíveis se tornavam os traços da corrupção e do vício, de tal sorte que a verdadeira virtude até recearia revelar-se, para evitar escândalos de confronto...

A onda de desmoralização invadia o próprio clero, cada vez menos em número e cada vez mais rebelde à disciplina do seu estado. Depois da Restauração, exceptuando o bispo titular de Targa, já tinham falecido todos os prelados, e os eleitos pela Coroa não os confirmava a Sé Apostólica que continuava a não reconhecer a independência de Portugal.

E tão lassa se mostrava a disciplina eclesiástica d'aquem e d'além fronteiras, que muitos soldados ardilosamente conseguiam ordenar-se para escapar à guerra, e certos aventureiros iam às escondidas a Espanha receber também ordens sacras, para as vir exercer em Portugal em forma de rendoso ofício (¹⁰).

D. LUÍS DE VASCONCELOS E SOUSA
3.º CONDE DE CASTELO MELHOR

(Fot. *Novais*)

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

D. JERÓNIMO DE ATAÍDE
CONDE DE ATOUGUIA

(Fot. *Ed. Portugal*)

Como notámos, enquanto se desterrava o padre António Vieira e com amargura se afastava da corte o Dr. Nicolau Monteiro, era eleito arcebispo de Lisboa Sebastião César de Meneses...

Aos velhos e novos validos do Rei, não podia deixar de ser desagradável e molesta a presença da Rainha, dentro das mesmas paredes no Paço da Ribeira.

Cada dia julgavam mais necessário e urgente afastá-la para onde não receassem que a sua influência lhes pudesse vir a ser nociva.

E alguns dos que antes a tinham impedido de se retirar para o mosteiro do Sacramento ou para os Paços de Xabregas, eram os mesmos que agora se obstinavam a impor-lhe a saída, separando-a dos filhos e dos seus mais leais servidores.

Das maquinações desse intuito, regista-se a existência de um miserável documento, escrito por um dos ministros de D. Afonso VI e enviado a outro, e que era do teor seguinte:

«Dois meios se offerecem para esta expulsão: o primeiro desgostalla no que fosse mais sensivel, para que com o sentimento se retirasse, ou désse occasião a se queixar a nosso amo, & virem às palavras, desendo-lhe ultimamente que trate de recolher-se porque isso he o que convem a seu credito, & que não obrigue a que isto se faça de outra maneira.

Pode-se desgostar por estes meios: mandar a Dona Isabel de Castro, que se vá para o seu Convento da Encarnação, que Dona Maria Francisca se vá para casa da Condessa sua mãe; que não entrem no Paço aquelles criados com que se serve com maior confiança.

Com estas cousas, que para o mundo não são sensíveis, a poremos em estado, que o sentimento a faça retirar, ou dizer algũa cousa ao filho, & então a pode desenganar na forma que fica dito: este meio tem seus graos, & he mais conforme com

o que se usa em semelhantes casos, porque he aggravar o castigo com a culpa, & obstinação.

O segundo meio he, mandarmos-lhe dizer pello Confessor, ou pessoa de semelhante autoridade, que convem a seu credito recolher-se á Villa de Alanquer, ou Cintra, assi pello que tem publicado acerca desta resolução, como por outras razões que S. M tem para isso: & que nosso amo deseja, que isto se execute com toda a suavidade, por não chegar a outros meios de sentimento.

Se responder, como eu cudo que responderá, que tem mudado de parecer, & que quer ver as rasões que S. M. tem para esta resolução, podem-se-lhe mandar em hum papel, que lançaremos em que nos desquitemos das insolencias que no seu papel puserão».

O recado que em nome de D. Afonso VI seria mandado à Rainha, escrito com a mesma letra, talvez da autoria de Sebastião César e de acordo com Castelo Melhor, era redigido nos seguintes termos:

«Direis à Rainha minha mãe, & senhora: que tendo respeito ao intento que teve de se recolher, & a outras rasões que lhe são presentes, me acho muito obrigado, contra o grande gosto que tinha de a ter comigo neste Paço, a lhe dizer que convém à sua quietação, & piedade, à imitação de grandes Princesas que fiserão o mesmo, executar seu intento, recolhendo-se no Mosteiro que escolher fora desta Corte, ou retirando-se a hũa Villa sua, aonde viva só para si, & para a memoria d'el Rei meu pae, & senhor, que está em gloria: que fio eu do seu grande juiso queira mostrar ao mundo que foi isto acção propria, & não resolução minha» (11).

Não será fácil exceder os termos de astuciosa perfídia e meditada hipocrisia deste procedimento para com a Rainha que nas conversas, conciliábulos e discussões do

Paço da Ribeira, ia sendo caluniada nos seus propósitos, injuriada nas acções do seu governo e ultrajada na sua dignidade de mulher.

Por esse tempo, o Rei sofreu um desastre na queda de um cavalo, tendo de ser tratado com pensos e repetidas sangrias. Embora não a tivessem prevenido da ocorrência, a Rainha, quando soube que o Filho estava doente, dirigiu-se à sua câmara a visitá-lo, para lhe dispensar cuidados, acareando-o com afectos de mãe.

O enfermo tratou-a com afabilidade e ternura, e à despedida rogou-lhe que não saísse da câmara, sem ouvir cantar os seus músicos.

Procurou D. Luísa escusar-se de tal prazer com a razão do permanente luto da sua viuvez, visto que, depois da morte de D. João IV, seu marido, só ouvira cantar na Capela Real os louvores a Deus. Por impulso de melomania ou capricho de criança de vinte anos, o Rei assentou-se na cama, abraçou a mãe, detendo-a com afagos, até a resolver a ouvir os seus cantores.

Divulgado logo pelos áulicos nos corredores este encontro de afectuoso convívio, e receando-se o perigo da reconciliação ou da harmonia da Mãe como o Filho, os ministros fàcilmente convenceriam D. Afonso VI a mandar-lhe dizer que saisse do Paço dentro de poucos dias. Ao portador do recado da expulsão, D. Luísa apenas respondeu que *podia dizer lho havia dado.*

Embora com as obras do mosteiro apenas começadas, a Rainha não podia deter-se ali por mais tempo, decidindo-se então a deixar o Paço da Ribeira para ir *habitar poucas, & imperfeytas casas, que estavão levantadas na quinta, em que edificava o Convento.*

Tendo resolvido partir em certa manhã, pelo seu secretário mandou dizer ao conde de Castelo Melhor que fosse ordenada a pragmática da sua imediata saída para a Quinta do Grilo.

Para tal fim, entraria agora no seu coche negro, mandado fazer depois da morte de D. João IV, e de que até então nunca se tinha utilizado, *servindo-lhe de túmulo portátil* nesse amargo e triste dia (12).

RETIRO Y SOLEDAD

Pelo meio dia de sábado de Ramos, 17 de Março de 1663, nas ruas de Lisboa começou a ouvir-se o rufo do tambor da Guarda Real, a convocar os seus soldados.

Às duas horas, mandava-se recado ao Infante D. Pedro, que assistia no Palácio da Corte-Real, para vir encorporar-se no cortejo da despedida de sua Mãe.

Dirigindo-se sem detença ao Paço da Ribeira, dispensou-se de entrar na câmara da Rainha, encaminhando-se logo para o quarto do Rei, e nele os dois irmãos esperaram que chegasse o momento da partida. Das quatro para as cinco horas, acompanhados dos seus dignatários e criados, ambos seguiram para a Sala do Dossel onde a triste Mãe os estava esperando, no meio do frio e forçado silêncio de toda a Corte.

Ali compareciam os títulos, fidalgos e oficiais da Casa Real que a este acto deviam assistir, e as servidoras da Rainha, condessa de Atouguia, camareira-mor, e D. Luísa de Meneses, guarda-mor das damas.

Sem qualquer outra demonstração de respeito ou afecto, além da simples mesura, os dois filhos ladearam a mãe, pegando-lhe na mão direita o Rei e na esquerda, o Infante D. Pedro, e assim a vieram conduzindo pelas câmaras e escadaria nobre, até ao pátio da Capela Real.

Devidamente aprestados, ali esperavam nos lugares próprios os coches do Rei, da Rainha, do Infante e do embaixador de Inglaterra, Richad Fanshaw.

Feitas as mesuras do estilo com hirta sobriedade, entre as pessoas reais, no coche do Rei ia sentar-se D. Pedro, e aos estribos o visconde D. Diogo de Lima, estribeiro-mor, e o marquês de Fontes, camareiro-mor.

Com D. Luísa, apenas seguiam as duas damas, camareira-mor e guarda-mor, atrás nomeadas.

Acompanhando os dois coches reais, moviam-se agora, sem precedência, os coches dos fidalgos em silenciosa fileira de rodas e de alazões, com melancólicos passos de

enterro. Lentamente, à beira da água do Tejo, o cortejo caminhava por entre espessas alas de povo, confusa gente de todas as condições que vinha assistir à passagem do *coche negro* que pela primeira e última vez conduzia a Rainha D. Luísa, naquela tarde de sol fugidio, a deslisar como sombra de si mesma, para a beira do túmulo.

Nos comentários alvoroçados, ou na amarga reflexão daquele espectáculo, muitos consideravam que ela fora expulsa do Paço da Ribeira, para ser encerrada em prisão à ordem do Filho, e ateava-se nos corações a surda revolta do sentimento da gratidão e da justiça.

Lágrimas de pena e saudade brotavam de muitos olhos que nunca mais veriam a austera figura da Viúva de El-Rei D. João IV.

Eram espontâneas manifestações do sentimento e do protesto popular contra políticos e cortesãos ambiciosos.

Ao fim do dia, chegava o cortejo à Quinta do Grilo, entre Xabregas e Marvila, pela ordem com que saira do Terreiro do Paço. Ao aproximar-se da porta do coche, o estribeiro-mor, Rui de Moura Teles, foi abrir o estribo que antes fechara no pátio da Capela, e enquanto D. Luísa se apeava pelo braço do seu mordomo-mor, D. João de Mascarenhas, do seu coche também saiam o Rei e o Infante D. Pedro.

Feitas as costumadas mesuras, a Rainha subiu as escadas da humilde aposentaria até uma ante-câmara de *mediocre proporção*, e à porta dela esperou os filhos que de muito perto lhe seguiam os passos.

Então, voltando-se para o Rei, fez-lhe em silêncio a última cortesia que já não foi correspondida; e sem qualquer demonstração de afecto ou de ternura, os dois filhos friamente ali abandonavam sua Mãe, virando costas e afastando-se logo, acompanhados dos criados e fidalgos, enquanto os olhos dela dolorosamente os seguiam na escada, até desaparecerem no pátio.

Por maior pressa, quiseram os dois irmãos regressar a Lisboa a cavalo, e ao tempo em que o Rei D. Afonso VI vinha proferindo contra a Mãe soezes impropérios e *desconsertadas razões*, naquele improvisado paço real proce-

dia-se a uma comovida cerimónia de respeito e homenagem. Coberto por um dossel, fora armado no topo da sala um pequeno estrado, revestido de veludo negro onde agora a Rainha dava beija-mão a toda a Nobreza presente e aos seus antigos servidores.

Por último e triste destino, ali se erguia aquela reduzida imagem do que fora o glorioso trono de El-Rei D. João IV, o Restaurador.

Era já noite, quando a cerimónia findou, com oprimida lástima de uns e secreto contentamento de outros. Desprovidas as salas de qualquer mobiliário, acenderam-se velas em *hũ bofete q unicam.te estava na caza, e disse um guarda Damas q S. Mag.de se queria recolher.*

Por fim, nessa gélida noite, a grande Exilada, entre lamentos das suas antigas damas, de todas se despediu com vivo sentimento, ficando ao seu serviço D. Isabel de Castro, freira do Convento da Encarnação, algumas donas de câmara, as moças, os criados e vinte e cinco soldados da Guarda, enquanto não se acabasse de construir a clausura projectada.

Esta era a sua família, a nova corte *que com diluvios de lagrimas exprimia a sua dor entre paredes sem guarnições da cal, que costuma aperfeyçoalas & sobre taboas mal ajustadas, espalhado & confuso o fatto sem distinção do precioso ao abatido.*

Na confusão e tumulto deste interior de primitiva simplicidade e desconforto, D. Luísa, sentada numa cadeira, ainda dirigia às damas presentes algumas palavras de comoção dolorosa, acerca da sua vida de duquesa e do seu sacrifício de rainha.

E em estado de perfeita satisfação de consciência, com essas expressões abandonava o mundo em que tanto sofrera, a servir Portugal (13).

Na Semana Santa que ia entrar, bem podia oferecer à lembrança da Paixão de Cristo, a realidade da sua paixão de mãe e de viúva.

Deixando a grandeza e esplendor do Paço da Ribeira por uma casa rústica nas hortas de Xabregas, esta Rainha em quem constantemente reinara o cuidado do bem da

Nação, via chegar o tempo de reinar cristãmente em si mesma, na humildade e na pobreza, dispondo-se a dormir em leito de cardos e silvas com os olhos sempre levantados para o trono de Deus.

AS FUNDAÇÕES RELIGIOSAS E OUTROS CUIDADOS

Vem a propósito agora recordar que em acção de graças por D. João IV ter ficado ileso do atentado à passagem da procissão do Corpo de Deus, a Rainha D. Luísa fundava no mesmo local em 1648, um convento de Carmelitas Descalços, sob a invocação de *Corpus Christi*. Por causa do nome da rua, esses frades ficariam a ser chamados *Torneiros*, e ali fizeram vida claustral até ao ano do grande terramoto, no reinado de D. José I.

Depois da batalha das Linhas de Elvas (1659), para cumprir uma das últimas recomendações do Príncipe D. Teodósio, à hora da morte, D. Luísa mandava edificar no castelo de Estremoz, contígua à torre de menagem, uma capela consagrada a Santa Isabel no quarto do antigo Paço Real onde a mulher de D. Dinis falecera, em 1336. D. João IV, a Rainha e o Príncipe, por sua piedade e devoção à Rainha Santa, já em 1647 haviam sido inscritos na sua confraria de Coimbra, para alto exemplo dos nobres e do povo português.

Em 1658, Frei Domingos do Rosário pedia licença à Rainha Regente para fundar um colégio onde os Religiosos da Irlanda pudessem agasalhar-se e educar-se, a salvo da cruel perseguição dos protestantes.

Atendendo o pedido do seu confessor, a Soberana mandava passar a licença para se fundar o Colégio dos Dominicanos Irlandeses em qualquer parte da Corte, podendo abrigar até cinquenta religiosos e dispor de rendas não excedentes a cinco mil cruzados.

E como lhe era muito aceite e agradável essa fundação, quis dotar o Colégio com rendas perpétuas dos seus bens

próprios, prontificando-se desde logo a pagar o terreno necessário para as edificações.

Foi escolhido um campo livre e plano, entre os Remolares e o Corpo Santo, construindo-se o Colégio com a porta da igreja e frontaria para o largo da Corte Real.

Na primeira pedra, destinada à inauguração solene, fora mandada lavrar a seguinte inscrição:

A Sacra Real Magestade da Rainha de Portugal Dona Luiza de Gusmão, fundou este Mosteiro para os Religiosos Irlandezes de S. Domingos, dedicado a Nossa Senhora do Rosario, e ao Patriarcha S. Domingos, em 4 de Maio de 1659.

A cerimónia foi presidida por D. Francisco Sottomayor, bispo de Targa e eleito de Lamego, com a assistência dos inquisidores, ministros dos Tribunais, Prelados, Nobreza e Povo. Ali viria também a comunidade de S. Domingos, a música da Capela Real, tendo sido encarregado do sermão gratulatório Frei Fernando Soeiro, pregador de El-Rei (14).

Em 30 de Junho de 1662, falecia nesse Colégio do Corpo Santo, Frei Domingos do Rosário, e a sua morte era comunicada pela Rainha D. Luísa para Inglaterra a sua filha D. Catarina, nos seguintes termos: *Antes de cerrar esta me disen fue Dios serbido llevar p.ª sy al p.º fray Domingo en el ultimo de junio cõ general sentimiento de los buenos y particular myo.*

Era necessário escolher novo confessor.

Na véspera do dia de Santo Agostinho, a 27 de Agosto de esse ano, a Rainha mandava recado ao Prior-mor dos frades Agostinhos da Graça, para que viessem ao Paço da Ribeira dois religiosos daquela comunidade, um idoso e outro novo, mas ambos virtuosos e doutos. Às horas marcadas, apareceram no Paço frei Cristóvão Cabedo, homem já de anos, e frei Manuel da Conceição Pueros, de origem irlandesa, o qual era ainda moço, mas que viria

a revelar-se mais zeloso e sabedor, no conceito das suas confessadas palacianas.

Passados alguns meses, reconhecendo-lhe grandes luzes de ciência divina e sólidas virtudes, D. Luísa escolhia-o para substituir frei Domingos na delicada missão de seu director espiritual.

Assim, esse frade viria a ser o conselheiro e inspirador da piedosa Senhora, nos graves cuidados da fundação dos dois conventos de Religiosas e Religiosos Agostinhos Descalços.

Estas novas instituições correspondiam a intento de rigorosa reforma da Ordem, sendo-lhes dado início em 2 de Abri de 1663, duas semanas após a chegada da Rainha às casas da Quinta do Grilo.

Do mosteiro de Santa Mónica de Lisboa, sairiam cinco freiras para se *descalçarem* e irem enclausurar-se com D. Luísa no improvisado Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição; sôr Mariana da Soledade e outras viriam do recolhimento de Santa Teresa de Olhalvo (Alenquer), fundação a que a Viúva de D. João IV também dispensara protecção e estímulo, com o auxílio material das suas rendas; do Convento de Nossa Senhora da Graça viriam com frei Manuel da Conceição, quatro irmãos de hábito para outro convento, defronte do primeiro, sob a invocação de Nossa Senhora do Monte Olivete.

Assim se enriquecia de novas casas de oração, o já famoso Vale de Xabregas.

Os frades passariam também a ser agostinhos descalços, depois de cerimónia realizada em dia de Nossa Senhora dos Prazeres, na ermida de D. Gastão Coutinho, à beira do Tejo.

À Rainha D. Luísa e às novas irmãs, com a futura prelada, a madre Maria da Apresentação, todas recolhidas na clausura provisória, diàriamente viriam dar-lhes assistência espiritual os frades agostinhos reformados do vizinho convento.

Para conseguir a mais rápida execução deste plano de grande alcance religioso, no meio de uma sociedade em que se denunciavam tão graves sintomas de dissolução

moral, a Fundadora escrevia para Roma ao cardeal João Baptista Paloto que em Portugal fora colector apostólico com poderes de núncio, a fim de se abreviar a concessão das necessárias licenças (15).

Mas devem ter surgido graves e complicados embaraços, tanto em Lisboa como em Roma, pois em Julho de 1665, ainda Pedro Vieira da Silva escrevia a alguém da estima e confiança da Rainha D. Luísa, lastimando *q dispoes de tantos martirios veio a padecer o mais cruel que he lidar com frades e com clerigos, ainda q tem mtº cultivada a pasiencia* (*).

*

Ao seu retiro terão chegado écos da conjuração de 1663, em Julho de 1664 descoberta e logo desfeita, que já tinha por fim destituir do governo o conde de Castelo Melhor. Segundo o projecto dos descontentes, a Rainha expulsa voltaria ao Paço da Ribeira para governar com D. Afonso VI, assistidos de três governadores, dois dos quais seriam o duque de Cadaval e D. Sebastião César de Meneses, arcebispo eleito de Lisboa e inquisidor geral. Um dos mais fervorosos fautores desta solução da crise política era o famigerado António Conti!

Não está provado se essa conspiração chegou a constituir qualquer perigo para o valimento e estabilidade de Castelo Melhor. Se não foi ardilosa manobra do omnipotente ministro, deve ter-se servido dela por interesse próprio, mandando tirar devassa do enredo, para pretexto de se libertar de alguns amigos de ontem, mandando-os seguir para o desterro.

Com as voltas e refluxos das paixões políticas que os despeitos e vinganças costumam excitar, já os mais terríveis adversários da política da Rainha e seus caluniadores se alçavam em juízes dos seus serviços e em arautos das suas virtudes (16).

(*) DOCUMENTOS, XI.

Nessa humilde casa que se adaptara a convento, D. Luísa acompanhava o coro, assistia aos actos religiosos da pequena comunidade, cumprindo os deveres da vida claustral com grandeza e austeridade, com exemplar modestia e elevação de espirito.

Segundo referências do *Agiológio*, também quisera desprender-se de todos os respeitos da sua condição real, empregando-se nas ocupações servis da casa que fundara, ao lado de sôr Mariana da Soledade, a quem chamava a sua *companheira de cozinha*.

Ali obedecia docemente à regra, quem pela sagacidade e prudência de seu ânimo, seria mais capaz de a fazer cumprir. Desprezadora de vaidades, sem invejas nem rancores, o coração e as melhores esperanças levavam-na para além da morte, lá para onde Deus lhe estava guardando a coroa da glória, prémio dos seus sofrimentos e virtudes.

Mas, fora do claustro, ainda estava o Reino, no mundo viviam os filhos do seu amor...

Embora entregue às suas meditações e exercícios religiosos, a Rainha não deixava de acompanhar os sucessos das armas portuguesas e de se alegrar com as vantagens que por elas se iam alcançando, proveitosos efeitos da sua política diplomática e militar, durante a Regência.

Jubilosamente, comunicava à Filha os êxitos alcançados no Minho e na Beira em uma carta; noutra, pouco depois, dizia-lhe com alvoroço: *no quiero dexar de darte el parabien de la vitoria que de mi fue tan festejada como tu puedes entender*.

A vitória aqui celebrada, era a da batalha do Canal ou do Ameixial, ferida em 8 de Junho de 1663, sob o comando de D. João de Áustria, do lado de Castela, contra as tropas de Schomberg e do conde de Vila Flor. O êxito ali obtido muito viria a influir na sequência das operações, até ao definitivo desfecho de Montes Claros, a que a correspondência da Rainha também faz alusão.

Castelo Melhor viria a ficar na História oficial com as maiores honras das vitórias que foram conduzindo Portugal pelo caminho da paz; mas é de inteira justiça relembrar que a organização do exército estava a ser feita por

Schomberg e pelos nossos generais, quando aquele político assaltou o poder, para dele vir a dispor descricionàriamente, sob o modesto e esquecido nome de escrivão da puridade.

Algumas das cartas que restam, dirigidas à Rainha de Inglaterra, são expressões de exemplar resignação e conformidade cristã.

Escritas da clausura, levavam a D. Catarina os conselhos e consolações de que ela tanto carecia, nas repetidas crises das suas desventuras conjugais.

Em ocasião de maior infortúnio pelos desvarios de Carlos II, e no receio de ver soçobrar a construção da aliança que tantos sacrifícios lhe custara, dizia-lhe em carta de 27 de Janeiro de 1663:

> «Hablando mas temporalmente, hija mia, tu casamiento tiene atenta toda Europa, los fundam.^tos^ con q. se hiso, atropellando por todas las dificultades y aprietos del reyno sabes muy bien, y las esperanças, q nos promettio, hoy despues de Dios todo pẽde de tu prudencia, y syn grandes causas, y consideraciones se no debe cortar el hilo a lo q. por tantas se effectuó, siendo una accion real menos ponderada motibo de inumerables perdidas, y infortunios a lo general, porq siempre las mag.^des^ deben sacrificar lo particular, y tu una vez lo as echo, y espero em Dios continues p^a^ grandes bienes de la Christiandad...»

Com a sua Filha, único amor que se lhe conservava fiel, até ao fim da vida manteria assídua correspondência do mais extremoso afecto.

No meio das pompas e vaidades da sua corte, não atendendo às condições de vida nova que pelo retiro sua Mãe se impusera, D. Catarina mandava-lhe de Inglaterra para o convento, lembranças, mimos e preparados para usos de toucador. Mas já para longe ficaria a D. Luísa a lembrança de colorir a face que tinha mais pálida do que a

outra, e agradecia aquelas finezas, como quem de vãos cuidados para sempre se libertara.

Em Setembro de 1664, escrevia para Londre:

> *Los guãtes, y pomadas sõ lindissimas y mas p' adereço palaciego, q de quien passa neste retiro, seren tuyos tera poder a reçucitar en my semejante cuidado...*

O governo de Lisboa estava agora tratando do casamento de D. Afonso VI com D. Maria Francisca Isabel de Saboia, procedendo em tal negócio com conhecimento e aplauso de D. Catarina; mas a Rainha D. Luísa de nada sabia no seu retiro claustral.

Em carta de Junho de 1665, dizia para a Rainha de Inglaterra: *del casamiento no sé mas de lo que me dizes; sera bueno pues lo apruevas.*

Assim, parece poder concluir-se que a Mãe não se entusiasmava com aquele projecto matrimonial para o Rei, seu filho. Talvez já tivesse seguras e pouco agradáveis informações daquela futura nora.

A 24 de Fevereiro de 1666, na véspera da Rainha cair em cama com a doença da morte, seria assinado em Paris o contrato de esse casamento, também negociado pelo marquês de Sande, agora embaixador de Portugal na corte de Luís XIV.

Em Setembro do ano anterior, falecera em Madrid o rei Filipe IV de Espanha.

Levada à cela do seu convento do Grilo, esta notícia iria favorecer a tranquilidade de espírito da Reclusa e fortalecer a esperança da paz no seu coração de mãe e de portuguesa.

Para sempre desaparecia na morte aquele monarca tão empenhado na absorção e na opressão de Portugal, e contra quem lutara durante toda a sua vida de Rainha e de Regente.

Por desígnio da Providência, o grande inimigo da Independência era apenas uma sombra nas galerias da História. Mais claramente se veria raiar a aurora da paz

nos céus de Portugal. Menos inquieta se lhe tornaria a vida e menos angustiosa a doença que então começaria a miná-la, para poder aceitar com inteira serenidade cristã, a libertação da morte.

A DOENÇA, AS DISPOSIÇÕES E A MORTE

Além das crises nervosas, provocadas pelas contrariedades domésticas e pelas ameaças de perigo nacional, a saúde de D. Luísa, enquanto casada e depois de viúva, não esteve sujeita a graves alterações que lhe perturbassem a normalidade. Sofria de afecções cutâneas, cuja rebeldia se procurava dominar com o uso e aplicações de água do Poço do Borratém, à entrada da Mouraria.

Eram incomodos repetidos, sempre desagradáveis, mas que não envolviam qualquer perigo de vida.

Mas, desde Setembro de 1665, começara a ser molestada por complexa enfermidade que se manifestava por úlceras num braço, depois na mão e no pé do mesmo lado.

Pelas indicações da terapêutica contemporânea, os médicos passaram a tratar a Rainha com drásticos e sangrias, mas os edemas não cessavam de aparecer em diversas partes do corpo. Na terminologia clínica da época a enfermidade era a *opilação a originar a hidropisia*. Como diriam os médicos de hoje, um estado cardio-renal que ir-se-ia agravando até à verdadeira nefrite ([17]).

A 25 de Fevereiro de 1666, em dia de quinta-feira, pelas cinco horas da tarde, sobreveio à doente uma crise de sufocação, que a obrigou a deitar-se na cama. Chamado o Dr. Francisco Morato, médico da sua câmara, fàcilmente reconheceu a gravidade da doença, com a certeza de que a morte se aproximava.

Apesar disso, não deixaram de ser convocados ainda outros clínicos para uma junta no dia seguinte, a fim de se tentarem os últimos recursos.

Ao serviço da Rainha assistiam por então com assidui-

dade, o conde de Santa Cruz, mordomo-mor, Rui de Moura Teles, estribeiro-mor, e o confessor, frei Manuel da Conceição.

Decidiu-se mandar recado ao Secretário de Estado, a preveni-lo do que se passava e dos receios provocados por aquela febre e tão grave moléstia.

Pela manhã de sexta-feira, na sua câmara entravam os médicos, que vinham para a junta, e depois de rápido exame dos sintomas, só tiveram de confirmar o diagnóstico, todos ficando de acordo em que pelos textos da Medicina, aquele mal era de morte.

Quando, por triste dever, o confessor se abeirou do leito da enferma para lhe transmitir a última palavra dos clínicos em unânime parecer, com fé e ânimo de verdadeira cristã, a Rainha não esmoreceu, animou-se, levantando os olhos e as mãos ao Céu, para dizer:

— *Gracias a Dios!*

Mais desejosa de remédios de alma do que do corpo, dispõe-se a receber os últimos sacramentos, com a alegria de quem se sente fortalecer para a definitiva quietação na graça da perseverança final.

Melhor lhe seria o repouso na morte do que a vida em tão lastimoso sofrimento.

Embora a sombra de pecados não lhe turvasse a tranquilidade da consciência, quis ainda confessar-se pela última das últimas vezes, como quem meticulosamente se aprestava para a viagem da Eternidade.

Das mãos do padre confessor e com fervorosa devoção e recolhimento, recebia o Sagrado Viático, tendo feito em voz alta a protestação da fé, como filha obediente da Igreja.

Passado este momento, e numa pausa de acalmia, encarregava o padre confessor de esta missão de extrema humildade: em seu nome, pedir aos criados o perdão das ofensas que lhes tivesse feito ou do mau exemplo que durante a vida lhes houvesse dado.

Cumprindo os desejos da Rainha moribunda, frei Manuel da Conceição saia da câmara e vinha desempenhar-se

de tal encargo, reunindo numa sala próxima os poucos servidores que lhe restavam.

Dando-lhes ali conta da incumbência que recebera, às suas palavras apenas responderam abundantes lágrimas, e soluços repetidos ficaram a ouvir-se no húmido silêncio da casa. Naquele momento, longo e doloroso, as bocas dos que estavam presentes, permaneciam mudas, e só falavam os olhos, inundados de mágoa.

Por último, o conde mordomo-mor, tomando ânimo para falar em nome de todos e com eles chorando, conseguiu então responder: a Sua Majestade não podiam dar perdão, por não haver matéria dele; mas antes ali queriam pedir-lho das faltas cometidas no serviço da Rainha, e bem sabiam que eram muitas.

Como voltasse o mal-estar e com o seu agravamento talvez se aproximasse a agonia, perguntou-lhe o frade confessor se queria receber a Santa Unção.

Da boca da doente logo vinha pronta a resposta: não só a queria, mas a pedia. Por influxo divino, parece que as aflições e dores então se suspendem: a enferma acompanha as cerimónias do Sacramento com o desejo e o fervor dos justos que da morte nada temem, para docemente rejubilar com os alvores da Eternidade. Quem nos difíceis transes da vida soubera ser enérgica sem desfalecimento, mais forte se mostrava na hora da agonia, antevendo o fim dos seus trabalhos na paz eterna.

Com perfeita lucidez, foi recebendo com alegria a imposição do oleo sagrado, indicando o seguimento de algumas cerimónias, bem lembrada do que observara, quando ministraram este sacramento à Infanta D. Joana, sua filha.

A quem amara os filhos mais do que a vida, às portas da morte faltava-lhe o lenitivo da certeza de ver entendido e correspondido o seu amor de mãe. Na câmara do seu retiro, passar-lhe-ia na alma o regelado sopro da ingratidão do Rei, embora mentecapto, e o alheamento do Infante que ia nos dezoito anos, a viver submisso à pragmática e aos caprichos da triste majestade do irmão, assim como às indicações dos áulicos que nem sempre o deixavam ir ao convento visitar sua Mãe.

EL-REI D. AFONSO VI

Museu Nacional dos Coches

(Fot. *Novais*)

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

CARLOS II DA GRAN-BRETANHA E A RAINHA D. CATARINA
Quadro de Jacob Huysmans

(Reprod. da Grande Enciclopédica Portuguesa e Brasileira)

Por estes dias, D. Afonso VI e o Infante D. Pedro andavam a folgar à caça pelas campinas de Salvaterra. Sentindo aproximar-se o fim da jornada desta vida, àquela Mãe dolorosa só lhe restava quebrar os mais fortes laços da carne e do sangue, em último adeus.

Para os filhos ausentes nos prazeres da montaria, e para a filha distante em seu reino, do leito da morte encomendava a Rainha ao secretário as seguintes cartas, para serem levadas a Salvaterra e à corte de Londres, as quais ainda pôde assinar por sua mão:

PARA EL REI

«Filho: fico em tal estado que duvidão os medicos de minha vida, & eu com elles sinto que não posso durar muito: resolvime faser a V. M. este aviso, porque não sei se o tempo dará lugar a outra prevenção: no aperto desta hora só lembra o remedio da alma, & achãdo-me eu impossibilitada para o descargo della, só de vós, como meu filho posso faser esta confiança: tudo vos digo, lembrando-vos que sou vossa mãe, & tudo espero de vós quando reconheçaes as obrigaçoens com que nascestes: aqui espero a morte entre as lagrymas daquelles a que falto, sendo meu maior sentimento o seu desamparo: peço-vos, que depois de faser o que deveis pella minha alma, pagueis por mim o muito que eu devo aos que me acompanhão, & juntamente, que nas minhas fundaçoens acabeis de faser o que eu não pude, pois Deus assim o quer: & se elle permitir que eu acabe sem que vos veja, só a minha benção vos deixo, porque só esta tenho que deixar-vos, advertindo que me não ha Deus de pedir conta de não tratar sempre a V. M. como filho, que espero guarde, & defenda a V. M. largos & felices annos.

Xabregas, 26 de Fevereyro de 1666.

Rainha»

PARA SUA ALTEZA

«Filho: o tẽpo que me pode durar a vida, he tão pouco, que por instantes me vejo acabar: sou vossa mãe, & estando de caminho para a sepultura, não vos quero deixar sem a minha benção, nessa vos encomendo sempre o temor de Deos, & a obediencia de vosso irmão, em que vos fica tudo: & ultimamente, que depois de minha morte, vos lembreis de minha alma, que tudo deveis a meu amor. Deos vos guarde felices & dilatados annos.

Xabregas, 26 de Fevereyro de 1666.

Rainha».

PARA A SENHORA RAINHA DA GRAM BRETANHA

«Filha: o tempo que me pode durar a vida na occasião em que mando fazer esta carta a V. Magestade, he tão pouco, que por instãtes me vejo acabar. O estado em que me acho de presente não dá lugar a maiores legados, que a minha benção, esta vos lanço da cama em que fico, lembrandovos com ella o lugar em que estaes, & as obrigações com que fostes para elle: sois filha da Igreja Catholica, ainda mais que minha: nisto vos digo tudo quanto posso nesta hora, fiando do vosso amor, que vos lembrareis muito de minha alma, que vo-lo soube eu merecer em minha vida.

Xabregas, 26 de Fevereyro de 1666.

Rainha».

Neste estado de lucidez, quis fazer o seu testamento, no qual, por entre as formulas usuais de piedade e devoção, avultavam as disposições relativas aos criados e fidal-

gos que a serviram, ao pagamento das dividas, às fundações dos conventos do Grilo, à cobrança de cinco mil cruzados de juros do seu dote em Espanha, aos rendimentos da Casa de Bragança que lhe pertenciam pelas convenções ante-nupciais.

Nesse documento se lia, por último, uma cláusula especialmente afectuosa, endereçada a D. Catarina:

À Rainha de Inglaterra minha filha deixo a minha benção, pois não tenho outra couza nesta hora, e espero que se lembre muito da minha alma pois sabe que lho mereci no amor.

Acabado o testamento que a Rainha já não pôde firmar, por sua mão o entregou ao tabelião, para ser devidamente aprovado (*).

No desejo de alcançar o perdão de Deus, o seu espírito purificava-se em chamas de amor formoso e de paixão de alma, entre sofrimentos e íntimas dores de que não se queixava.

Para trás lhe ficavam na lembrança todos os cuidados e interesses que não conduzissem aos caminhos do Ceu. Mas, para indirectamente persuadir os filhos a virem receber a sua última benção, ainda não deixara arrefecer os mais ternos afectos do seu coração.

Eram as graças da morte cristã a dignificar uma vida que ia extinguir-se em suave esperança, sem perturbações nem receios, e em clara luz de consciência.

Com agradecido louvor a Deus, a moribunda experimentava o contentamento de poder dizer: *Morro com os meus cinco sentidos.*

Pedia que lhe trouxessem o Crucifixo da sua especial devoção, pois essa imagem também assistira ao último suspiro do Príncipe D. Teodósio, da Infanta D. Joana e do Rei D. João IV.

Com os olhos na face do Redentor, sofria agora de não sentir grande dor dos seus pecados, declarando ao frade confessor que só essa tibieza a fazia temer-se da morte

---

(*) DOCUMENTOS, XII.

próxima. Atentamente ouvia as consolações do seu assistente espiritual, quando começaram entrando as Religiões, para rezar e trazer reliquias à enferma. As freiras da Madre de Deus faziam sair uma procissão com o Santo Sudário que depois era trazido, desdobrado, à cama da Rainha. A doente abraçou-o e levou-o aos lábios, rogando aos presentes *que não lhe pedissem vida, senão perdão dos seus pecados, & salvação da sua alma.*

Aproximando-se do leito o comissário da Ordem Terceira, a moribunda beijou-lhe a manga do hábito, para lhe repetir o seu último desejo: *Mi Prelado, aqui se conocen os amigos en hora tan apretada; quiero perdon de mis pecados, y salvacion de mi anima, y no más.*

Entrava-se pela noite de sexta-feira, os médicos continuavam os tratamentos, mas sem nenhuma esperança para os seus cuidados. Foram passando horas de aflitiva inquietação, até que pela manhã o confessor ali celebrou missa, comungando a Rainha da mão do padre Luís de Lemos Rebelo, vigário dos Olivais, para exemplo de obediência à jurisdição paroquial, o que não se pudera cumprir no dia anterior, pela urgência do socorro.

No fim das orações, ao confessor exprimia o desgosto de deixar as suas fundações ainda em princípio, despedindo-se do mundo sem outro maior cuidado ou encargo.

Os filhos tardavam em vir. Recebidas em Salvaterra as cartas de despedida, parece que o Infante D. Pedro se tomara de grande comoção, enquanto o Rei motejava das lágrimas do irmão, não consentindo que ele partisse logo para Lisboa. Sem pressa se escreveram as respostas, e mais vagarosa seria a partida, talvez para D. Afonso já não encontrar viva a sua Mãe.

Enquanto o confessor confortava a doente com a leitura de páginas piedosas, pelas dez horas lhe deram conhecimento de terem chegado o marquês de Gouveia, mordomo-mor de D. Afonso VI, e Simão de Vasconcelos e Sousa que eram portadores das respostas dos filhos.

A Rainha mandou que deixassem entrar os enviados e de cada um deles recebeu sua cédula. Depois de lhe beijar a mão, retiraram-se da câmara os dois fidalgos.

Então começava o secretário a ler as mensagens, e logo a enferma recobrava algum alento para dar atenção àquelas palavras, com íntima esperança de ainda poder despedir-se dos filhos.

As cartas diziam assim:

CARTA DO REI

«Com o desgosto, que merece esta nova, que por carta de V. Magestade recebo, fico de caminno com toda a pressa, pedindo a Deos, que permita tenha eu a consolação de beijar a mão de V. Magestade, & para que seja a V. Magestade presente esta minha resolução, despacho ao Marquez de Gouveia, meu Mordomo Mayor, ordenandolhe que com a mayor brevidade chegue aos pés de V. Magestade, & acontecendo, que a desgraça seja de maneyra, q̃ eu o não faça a tempo de o dizer a V. Magestade, as obrigações de filho de V. Magestade, com que nasci, me não esquecerão nunca, & conforme a isso experimentarão as pessoas que servem a V. Magestade, que mays, que se a mim fora, estimo eu os serviços, que a V. Magestade tem feyto, & que as fundações de V. Magestade ajudarey com todo o calor, como por esta carta o faço, & espero em Deos que he de dar a V. Magestade muyta vida, para que nela experimente V. Magestade isto que refiro.

Guarde Deos a Real pessoa de V. Magestade, como desejo, & hei mister.

Salvaterra, 26 de Fevereiro de 1666. Beija as mãos de V. Magestade seu muyto obediente filho

Rey».

CARTA DO INFANTE D. PEDRO

«Minha Mãy, & Senhora, se em tam poucas regras pudera explicar as ancias, com que fica o

meu coração, depoys de haver recebido a carta, que V. Magestade me fes merce escrever, conhecera Vossa Magestade como correspondem as lagrimas exteriores ao sentimento, que a alma padece na consideração da falta de hũa tam grande Mãy, como V. Magestade, & de hum tam obediente filho, como eu sou, se pode crer, que pela doutrina de V. Magestade não faltarey nunca no temor de Deos, & na obediencia de El-Rey meu Senhor.

Fio da Misericordia Divina, que me não castigue tam rigorosamente, & que ha de dilatar a V. Magestade por muytos annos a vida, que hey mister A Real pessoa de V. Magestade guarde Deos, como eu mays que todos desejo.

Salvaterra, 26 de Fevereiro de 1666. Filho mays obediente de V. Magestade

O Infante».

A História nada pode registar das impressões recebidas pela doente com a audição das cartas de pragmática que lhe endereçaram os filhos, ausentes na caçada. Por elas, contudo, ainda na alma de D. Luísa não se extinguiria de todo a luz da esperança de os poder abençoar, antes de exalar o último suspiro.

O estado da enferma ia-se agravando progressivamente com a falta de respiração. Já os servidores que lhe assistiam de perto, tinham receio de lhe tocar, não lhes morresse nos braços nesse instante.

Pelas quatro horas da tarde de sábado, 27, entrava na câmara o bispo de Targa, para que a moribunda agora nas suas mãos fizesse a solene protestação de fé, conforme o costume dos antigos Reis. Benignamente, a Rainha quís receber o Bispo, velho e constante amigo seu e da Família Real.

E quando o prelado lhe pedia a mão para tomar o juramento, em extremo impulso de fé, logo a doente estendia as duas para o missal.

Em seguida, como entrasse *em hum accidente mor-*

BIBLIOTECA NACIO
LISBOA

D. PEDRO DE PORTUGAL
PRINCIPE REGENTE

Grav. da colecção do Sr. Dr. Gomes de Carvalho

(Fot. *Ed. Portugal*)

V. P. Fr. Emmanuel a Conceptione Confessor Sereniſſimæ Reginæ Portugaliæ, D. Aloyſiæ Franciscæ Gusmanæ Fundator Regiæ Congregationis Discalceatorum S. Auguſtini in Luſitania; ejusdem que Congregationis Primus Vicarius Generalis Virtutibus, et meritis Conſpicuus; ad Episcopatum Viſeensem electus. Obiit in Conventu Montis Oliveti die 25 Februarii anno 1682 ætatis anno 55 et habitus Religioſi 40.

FREI MANUEL DA CONCEIÇÃO
CONFESSOR DA RAINHA D. LUISA

Grav. da colecção do Sr. Dr. Gomes de Carvalho

(Fot. *Ed. Portugal*)

tal, todos começaram a rezar-lhe o ofício da agonia que D. Luísa bem ouvia e compreendia, rogando ainda aos presentes que dessem graças a Deus por estar morrendo em seu perfeito juízo.

Das sete para as oito horas, esse acidente começava a embargar-lhe a fala e a tolher-lhe os movimentos.

Já com a voz alterada e confusa, nas últimas palavras que lhe ouviram, ainda pedia humildemente perdão — *que lhe perdoassem todos.*

Iam fechar-se-lhe os olhos com o último desejo de ver os filhos e o irremediável desgosto de não os chegar a ver. Trazendo alguém a notícia de que eles já se aproximavam, dispôs-se o mordomo-mor a recebê-los, bem se conhecendo no transfigurado rosto da mãe a última alegria de um coração que em breve ia parar-lhe no peito, arquejante de estertor.

Mas era rebate falso, naquela dolorosa e inquieta espectativa: o Rei ainda navegava nas águas do Tejo, tendo-se enganado os olhos dos que o esperavam, com o aparecimento de alguns fidalgos que vinham à frente da comitiva.

Pouco depois, de novo se levanta alvoroço da chegada do Rei e do Infante, e assim se comunica à Mãe e Rainha, já na sonolência da agonia.

Crendo que a notícia também não fosse verdadeira e sentindo que o seu fim era chegado, D. Luísa, por extremo esforço, quando os olhos do corpo já não veriam, levantou da roupa a mão trémula e lançou a benção destinada aos filhos, para a porta por onde eles deveriam entrar.

As faluas aportavam a Xabregas, já por noite escura. Durante a passagem, o Rei fizera dar diversas voltas ao seu bergantim, abordando os outros barcos, distribuindo matracas, demorando-se com gosto, como em passeata de recreio. Depois das oito horas, à luz mortiça do azeite e das velas, o Rei e o Infante aproximavam-se da cama da moribunda, acompanhados do conde de Castelo Melhor. D. Isabel de Castro afastava a roupa para descobrir as mãos que os dois filhos beijaram, pedindo já em vão naquele momento, a última benção a sua Mãe.

A Rainha estava imobilizada em transe de letargia,

e quando lhe anunciaram que ali eram presentes o Rei e o Infante, ainda chegou a abrir os olhos que decerto já não tinham luz para os ver.

Advertido o Rei pelo seu valido de que bastavam aquelas demonstrações de afecto, ambos os filhos logo se afastaram do leito da Mãe agonizante.

D. Pedro saia com sentimento verdadeiro, e D. Afonso sem sinais de mágoa, limitava-se a dizer: *adeus, adeus!*

Agora, toda a magnificência da Duquesa de Bragança que fora Rainha de Portugal, *se reduzia a hũa cama sobre hum estrado, q. se cobria com hũa colcha branca já velha, & uma taboa nua á cabeceira,* onde se estava dilatando a agonia.

Assistida das suas damas e das freiras da comunidade, para todas era doloroso este passamento, por aquela noite de inverno da Ribeira de Lisboa, com frio a açoitar os corpos e com nevoeiro a cerrar os céus.

Abreviava-lhe Deus os dias e fechava-lhe os olhos, talvez para não ter de assistir à repetição da tragédia de Filipe e de Antipas, com uma Herodíades de nova espécie, sucessiva mulher dos dois filhos que acabavam de sair da sua câmara.

Eram dez horas e meia, e prolongava-se aquela funda prostração da Rainha.

Desejando ainda o frade confessor conhecer o seu estado de consciência, recordou-lhe mais uma vez a dor que dos seus pecados deveria ter. Então em voz alta lhe pediu que, em sinal de arrependimento, lhe apertasse a mão. Assim o fez a moribunda, para imediatamente receber a última absolvição sacramental (18).

E segurando nas mãos o Crucifixo, pelas onze horas e meia da noite de 27 de Fevereiro de 1666, a Rainha D. Luísa de Gusmão entregava a sua grande alma a Deus (*).

(*) DOCUMENTOS, XIII.

O ENTERRO E AS SEPULTURAS

Nos amargos dias da sua doença, a Rainha bem podia recordar-se de quantos na vida lhe faltaram: o marido na infidelidade e na morte; dois filhos arrebatados pela morte na flor dos anos; o rei D. Afonso VI na ingratidão da sua loucura, e o Infante D. Pedro no embaraço da sua timidez; faltara-lhe também a filha D. Catarina, Rainha de Inglaterra, último amor deste mundo, sempre presente para a afligir e sempre ausente para a confortar.

Mas não lhe minguaram dedicados servidores, nem o sentimento dos religiosos e do povo de Lisboa lhe faltou.

Trinta anos passados, num coche de gala e na maior ostentação de oiro e brocados, entrara duquesa em Portugal; no Paço de Vila Viçosa soubera ser esposa e mãe exemplar; no Paço da Ribeira, sempre fora Rainha com Majestade e Regente do Reino durante seis anos, com a prudência, sagacidade e acerto, a que foi feita larga referência. Depois, vexada, caluniada, verdadeiramente impelida para fora do Paço da Ribeira, vinha procurar o sossego e esperar a morte nesta morada conventual, onde se encerrava o ciclo da sua vida em extremos de pobreza e humildade evangélica. No retrato moral desta Princesa e Rainha, bem nítidos se afirmam os traços da mulher forte e piedosa que ao longo da vida sempre soube exercitar as virtudes teologais e cardeais, com todo o escrúpulo procurando observar os mandamentos da lei de Deus.

Rendido de admiração pelo seu vulto histórico, o conde da Ericeira chama-lhe enfàticamente *o espirito mays heroyco, & o animo mais Real, que ornou não só o presente, mas os passados seculos;* e um escritor da última centúria com justiça observa que *a sua morte não foi bem chorada, porque os beneficios que lhe deveu esta terra são pouco para encontrar iguais* (19).

Dos seus exemplos de caridade e fé cristã, com muita razão pode falar a sua biografia, relembrando as esmolas a viúvas; as provisões de géneros a conventos pobres;

a devoção do lavatório de pés a treze viúvas honradas em quinta-feira santa, a quem depois servia à mesa e mandava vestir; o culto a Nossa Senhora da Luz do Convento de Montes Claros; a renda para a lâmpada perpétua a Cristo Crucificado, na Vidigueira, pelas melhoras do infante D. Afonso; devoções aos Santos e às Almas do Purgatório; enxovais aos meninos pobres que em cada Natal nasciam mais perto da meia-noite.

Durante a viuvez, passada em perigos e constante desassossego, para maior perfeição espiritual não se escusou a penitências e jejuns, e para mortificação dos sentidos, não lhe faltaram as disciplinas e cilícios que depois da morte vieram a encontrar-se numa gaveta da sua câmara.

O seu corpo ali jaz agora inerte, amortalhado pelas damas do seu serviço e por outras que ao convento acorreram, suspirosas de dor e saudade.

O cadáver é deposto num caixão de chumbo, dentro de uma tumba de madeira de castanho, forrada de seda clara, recoberta de veludo negro com passamanes de oiro. Nas dobras e remates, corre pregaria miuda, ostentam-se ferragens douradas, estendendo-se sobre a tampa uma cruz de tela branca com galão de oiro.

Três salas se armaram de ricas alcatifas e tapeçarias, e entre estas se desenrolava o célebre pano dos *Planetas*.

Para dar honra àquele féretro, assim se transformava tão modesta morada em opulenta câmara funerária, restituindo-se na morte a glória da majestade a quem de ela se despojara, e para ali viera a refugiar-se dos enganos do mundo.

Ao amanhecer do dia seguinte, reunia-se na quinta do Convento das Agostinhas o conselho de Estado, perante o qual o secretário da Rainha defunta, Belchior do Rego de Andrade, apresentava o seu testamento ao conde de Castelo Melhor.

Aberto e lido pelo corregedor do cível da Corte, ali se tomaram as resoluções necessárias para o enterro que seria ordenado nas condições e estilo do de El-Rei D. João IV. Nas rezas, responsos, orações e sufrágios do velatório, nas missas de todas as igrejas e mosteiros de Lisboa, com

os sinos a dobrar a finados de dia e de noite, rogava-se fervorosamente a Deus pelo eterno descanso da alma de D. Luísa de Gusmão.

Pelo conde de Castelo Melhor, o rei D. Afonso VI generosamente mandava dizer ao conde de Santa Cruz, mordomo-mor, que significasse aos criados da sua Mãe, o seu propósito de atender e prover à situação de todos.

Depois viria a ordenar que prosseguissem as obras começadas para as fundações religiosas, dirigindo nesse sentido as necessárias cartas ao vigário geral dos Agostinhos Descalços e à Prioresa das Agostinhas, em cuja casa D. Luísa havia falecido.

Faziam-se participações oficiais às Juntas, Tribunais e Títulos, para se incorporarem no funeral, prescrevendo-se a forma e duração do luto na Corte.

À noite, antes do saimento, vieram o Rei e o Infante a deitar água benta a sua Mãe, e pegando no ataúde as pessoas para essa honra nomeadas, o corpo da Rainha era conduzido até à liteira fúnebre, acompanhado por seus filhos. Dali então se afastaram, para imediatamente se dirigirem ao Paço, onde permaneceriam recolhidos por espaço de nove dias de luto pesado.

Precedida do coche de respeito, tirada por mulas gualdrapadas e encabeçadas de dó, saia da Quinta do Grilo a liteira negra com o caixão, seguindo-se o grande acompanhamento de Tribunais, Nobreza, Oficiais, Capelães, Dignatários, Conselheiros. Por entre archotes, brandões e lanternas, a tremular na escuridão, com a bandeira das almas e as cruzes das irmandades alçadas, o préstito entrava por azinhagas, através das hortas, subindo para as alturas do campo de Santa Clara, por entre densas alas de povo consternado.

Entrando pela Porta da Cruz, descendo à Ribeira, e tomando pela Rua Nova e Rua dos Ourives do Ouro, o acompanhamento chegava alta noite ao adro de São Nicolau, para entrar com as devidas honras na igreja do Mosteiro do Sacramento *(Corpus Christi)* de Religiosos Carmelitas. Rezadas as orações e acabadas as cerimónias rituais para encomendação dos mortos, o seu corpo era

recebido por termo, e ali ficaria em seguro depósito, até se acabar na Quinta do Grilo, a Igreja das Religiosas Descalças de Santo Agostinho (20).

*

O mosteiro que a Rainha D. Luísa empreendera fundar, era de grande fábrica, e as obras iriam prosseguindo lentamente e com repetidas interrupções, durante largo tempo. Em 1691, ao fim de 25 anos de sepultura provisória na igreja dos Carmelitas, geralmente conhecidos pelos *Torneiros*, o Rei D. Pedro II mandava que ao sarcófago da sua Mãe fosse destinado lugar mais condigno e de maior honra naquele templo. Na presença do Cardeal de Lencastre e de diversos oficiais do Paço e fidalgos, fez-se a trasladação para debaixo do sacrário, em recinto para esse fim preparado e com o devido resguardo, por meio de grades de protecção.

Em 17 de Junho de 1717, achando-se terminadas as obras do convento, El-Rei D. João V encarregava o duque de Cadaval e o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, de promover a trasladação da sua Avó para a definitiva sepultura.

Os restos da Rainha D. Luísa foram então recebidos pela madre Maria da Soledade, prioresa do convento, que por devido termo, se obrigava *por si, e suas sucessoras a dar sempre conta dos ditos ossos* (21). Tinham já passado mais de cinquenta anos sobre o dia da morte de D. Luísa de Gusmão, Rainha de Portugal!

Depois de aceitarem os despojos da sua benemérita Fundadora, as Religiosas Descalças ali ficariam a viver *com aspereza, e continuo silencio, sem trato, nem comunicação alguma com o Mundo.*

Em 1854, ainda alguém podia escrever: *Persevera actualmente esta santa casa, sendo um verdadeiro Seminário de virtude e santidade* (22).

Essas Religiosas Agostinhas, vulgarmente chamadas as *Grilas*, do nome do local do Convento, sempre com fiel

veneração guardaram o ataúde, até que a última delas faleceu.

Então, como a tantos outros já se fizera em nome da Liberdade, o Estado Português apossa-se do edifício do Convento e suas dependências, para começar a pilhagem; a velha igreja é secularizada, para com todos esses materiais se construir depois a Moagem de trigo que seria o início da actual Manutenção Militar.

Mas ia continuar a violenta e impetuosa profanação: em Dezembro de 1888, o caixão da Rainha era deslocado e sacrilegamente violado.

Pelo exame a que as autoridades judiciais procederam, em 23 de Dezembro desse ano, verificava-se que o ataúde fora transportado do seu lugar, detrás do altar-mor, para o meio do cruzeiro da igreja, sem que alguém permitisse tal mudança.

A urna de madeira encontrava-se ainda coberta com um pano de seda rôxa, lavrado a ouro, e sobre ele uma almofada em que assentava a coroa real; levantado o pano, apresentavam-se evidentes sinais de arrombamento nas duas fechaduras. Lá dentro, o caixão de chumbo também estava rompido, tendo sido revolvidas as roupas e os ossos da Rainha.

O vestido com que se amortalhara o cadáver, mostrava ser de seda alvadia. Não se encontraram jóias, ou porque a defunta não fora sepultada com elas, ou porque os violadores as tivessem roubado, pois para esse fim se decidiram àquela criminosa proeza.

A estas conclusões gerais chegava o relatório do exame do corpo de delito, segundo informava a Imprensa da época (23).

Em reparação deste desacato e por honra devida à Majestade, no dia 5 de Janeiro de 1889, pela tarde, o caixão com os ossos da Rainha D. Luísa era trasladado com solene pompa do Convento das Grilas, para a casa dos Reis em São Vicente de Fora, indo alinhar-se no mesão em que também estavam expostos os ataúdes dos Soberanos e Príncipes da Dinastia de Bragança.

No préstito iam quatro coches da Casa Real, seguidos de um esquadrão de Cavalaria 4.

Os oficiais-mores do Paço, duque de Albuquerque e conde de Sampaio, presidiam a esta cerimónia, por incumbência de El-Rei D. Luís I.

À porta do templo de São Vicente, o féretro era aguardado pelo Cardeal Patriarca, pelo Cabido, Irmandades e diversas pessoas de qualidade e representação. No adro da igreja, fazia a guarda de honra o regimento de Infantaria n.° 5 que dava três descargas de fusilaria, no momento em que era depositado o caixão, após ter findado a recitação das orações do Ritual (24).

No ano seguinte, já a Igreja e o Convento das Grilas eram desmoronados, sem reparo nem protesto público.

Do novo ímpeto do camartelo liberal, ficou apenas a lembrança de uma indignada nota do escritor Júlio de Castilho: *O nobre mosteiro acha-se roubado, profanado, e hoje em via de demolição (Setembro de 1890), tendo os despojos mortais da Rainha sido arrancados do sítio onde era a última vontade d'Ella que a deixassem dormir. Isto tudo em nome de uma tirania que se alcunha hypocritamente de Liberdade!!!*

Portugal vai à vela (25).

Depois dos passos de uma vida de quase permanente inquietação e desdita, faltava à Rainha-Restauradora esta afronta póstuma, a perturbação do seu último sono, a ultrajante profanação dos restos do seu corpo mortificado!

O GRÃO JUÍZO ESPERANDO...

Prosseguindo na sua peregrinação tumular, os ossos da Rainha D. Luísa de Gusmão foram depostos ùltimamente ao lado do sepulcro de El-Rei D. João IV, na divisão dos gavetões em que também jazem as suas três filhas, D. Ana, morta à nascença, D. Catarina e D. Joana, abrigando-se todas dentro de sóbrias pranchas de már-

more, a topar na parede, em feição e menor resguardo do que se adopta em qualquer jazigo municipal.

Não tendo sido mandada planear com ornatos nem grandeza, a nova disposição do ossário real, assim mesmo, pelo dispêndio de tal obra, são devidos justos louvores ao Governo da República que as modestas jazidas ordenou, para nelas se recolherem os ataúdes dos Reis e Príncipes da Dinastia de Bragança, até há poucos anos encarreirados em macabra exposição, a provocar gracejos de malvados e curiosos.

Houve o louvável intento de se pôr termo a esse desmazelado abandono que era uma vergonha nacional.

Para averiguação dos efeitos do desacato de 1888, e mais completa documentação deste livro, em 31 de Julho de 1946, o gavetão da Rainha D. Luísa foi destampado, sendo trazida para a claridade da Casa dos Reis, uma grande urna de mogno com a indicação do nome da Soberana e a data da trasladação para São Vicente de Fora, a que acima já se fez a devida referência.

Pelos que ali estavam, podia agora ser observado esse trabalho de baixa marcenaria, exemplar produto do mau gosto da época, em cuja tampa e faces se lavraram lavores da estirpe da mais legítima pirogravura.

E seria necessário descerrar ainda quatro envoltórios, dois de madeira e dois de chumbo, para que os restos mortais de D. Luísa de Gusmão ficassem expostos à vista dos presentes na tórpida luz da nave, por essa tarde de verão (*).

Olhando com respeito para esses tristes despojos, já tão próximos da cinza e do nada, sobre eles se viam dispersos alguns fragmentos dos vestidos, a rolar como folhas mortas, pelas aragens de duzentos e oitenta invernos.

No meio dos ossos que deixaram de cobrir, eram eles as testemunhas da hedionda e talvez perdida ilusão do

(*) DOCUMENTOS, XIV.

celerado que a um sarcófago esquecido fora procurar jóias de preço, para contentar a sua abominável cupidez.

Não eram para vencer o tempo estas seis pranchas de madeira, envoltas em veludo preto, com a cruz de tela branca na tampa, conforme descrevem velhas memórias do funeral.

Inclinando os olhos e as almas para dentro da tumba, das certezas de uma grande vida no mundo apenas agora se elevava a sombra de um vôo, a pairar sobre abismo de esquecimento.

Destas humanas ruinas surdamente se evolavam eternos ecos do Salmista: *como fumo passaram os meus dias e os meus ossos desfizeram-se como raminhos secos; sem cessar me injuriavam os inimigos, e aqueles próprios que me erguiam louvores, também de mim renegavam...*

Àquela que fora Duquesa de Bragança, em felizes dias da mocidade ataviada de sedas e enfeites, reluzente de pérolas e diamantes, só uma espessa camada de terra agora lhe servia de último vestido.

Dos ritos e pompas fúnebres que no seu enterro terão sido vaidade dos vivos, nada se ouvia nem se avistava nestes horizontes da Eternidade, onde todos nos reconhecemos fantasmas de nós próprios.

Para se reduzirem ao mesmo pó, aqui vieram a termo a felicidade e a desventura, a opulência e a miséria, o trono real e o catre monástico, o amor e o desprezo, os doces prazeres e as grandes dores do coração.

Da excelsa Senhora nestas táboas sepultada, ninguém já podia distinguir a mais fugidia imagem: ao separar-se do corpo, a alma levara-lhe com a vida o fulgor dos olhos, deixando na frieza e silêncio destes despojos, a humilhante vitória da morte.

Mas, por verdade e justiça da História, sobre a funérea mudez deste caixão, algum dia deveriam erguer-se reparadoras proclamações contra os indiferentes e facciosos, contra os traidores à honra e proveito da Grei. Se a Portugalidade houver de prezar-se com devoção nos lares e nas escolas do País, a lembrança dos altos exemplos desta

Princesa, deverá vencer os séculos no reconhecimento dos vindouros, até à mais remota posteridade.

Nunca será demais recordar que, enquanto Duquesa e depois de Rainha, sempre a vida de D. Luísa de Gusmão fora de constante firmeza e amor ardente; nos anos da Regência, a mais viva esperança e o mais vigilante zelo conduziram o seu mando; no convento, muito rica de virtudes se mostrara a sua voluntária pobreza, sofrendo a desgraça e as dores com a maior confiança no misericordioso juízo de Deus.

Depositária do destino nacional em anos de atribulado perigo, sustentou o Reino com honra e com ânimo varonil o defendeu, podendo orgulhar-se sem oprimir e sabendo humilhar-se sem degradação. Mulher prudente e enérgica nas decisões, corajosa ao defrontar o desânimo alheio, solícita e extremosa para os filhos, também por índole foi Rainha maternal para os soldados e para o povo, e generosa com os próprios inimigos.

Inteligência clara e poderosa, a sua persuação mais se valia da razão do que da autoridade, antes submissa às condições e conselhos do comando na guerra do que aos prestígios e razões da majestade.

Para acordar do esquecimento muitos portugueses ingratos e esclarecer a boa-fé dos amigos da verdade, aqui foram escritas algumas gloriosas memórias desta Duquesa-Rainha, cristã fiel à lei de Deus, constante no amor da Família e da Pátria, sempre leal ao serviço do Rei e do Reino de Portugal.

NOTAS AO LIVRO SÉTIMO

(1) Luís António Palmeirim, in *Occidente*, tomo VII, pág. 103; *Hist. Gen.*, P., tomo IV, pág. 797.

(2) *Viagem de Cosme de Médicis a Lisboa em 1669*, art. de Rocha Madahil, in *Revista Municipal*, n.os 13 e 14. Lisboa, 1942.

(3) *Testamento Politico de D. Luís da Cunha*. Ed. Seara Nova, págs. 21-22; *A Anti-Catastrophe*, cit., pág. 34.

(4) António de Sousa de Macedo, *D. Afonso VI*, apres. por Eduardo Brasão. Porto, 1940, pág. 55.

(5) *Idem, ibidem*, pág. 72.

(6) *Catastrophe*, pág. 11.

(7) *Port. Rest.*, tomo II, págs. 494 e segs.; *Hist. Gen.*, tomo X, págs. 286 e segs.

(8) *Mappa de Portugal*, cit., tomo II, pág. 101; *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IV, pág. 240.

(9) *D. Afonso VI*, cit., pág. 102.

(10) Academia Portuguesa da História, *Anais*, vol. III, MCMXL, págs. 263 e segs.; Cónego Joaquim Maria Lourenço, *Situação Juridica da Igreja em Portugal*. Coimbra, 1944, pág. 83; *Col. Chron. da Legislação Portugueza*. Lisboa, 1856, vol. VIII, 1657-1672, págs. 1, 7 e 85.

(11) *Catastrophe*, págs. 95-96.

(12) *Port. Rest.*, tomo II, págs. 189 e segs.; *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 248 e segs.

(13) *Mercurio Português*, por António de Sousa de Macedo. 1663. Novas do mês de Março. Bib. Nal., res. 110; *Catastrophe*, págs. 101 e segs.; *D. Afonso VI*, págs. 97 e segs.; *Port. Rest.*, tomo II, págs. 590 e segs.; *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 248 e segs.

(14) A. de Vasconcelos, *D. Isabel de Aragão*, vol. I, págs. 469 e segs.; *Historia de S. Domingos. Lisboa*, 1767, tomo IV, págs. 727 e segs.; Frei Claudio da Conceição, *Gabinete Histórico*, tomo IV, págs. 260 e 284; Júlio Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, 1.ª ed., págs. 510 e segs.

(15) *Mappa de Portugal, cit.*, tomo II, págs. 54 e segs.; P.e Al-

berto Gonçalves, *Portugal e a sua História*. Porto, 1939, págs. 216 e segs.; *Santuário Mariano*, tomo VII, págs. 10 e 132; *Agiologio Lusitano*, cit., tomo IV, págs. 39 e segs.

(16) *Catastrophe*, págs. 117 e segs.; *D. Afonso VI*, págs. 235 e segs.; Padre António Vieira, *Cartas*, tomo II, págs. 22 e segs.; Gastão de Melo de Matos, *Um processo político do século XVIII*. Lisboa, 1942.

(17) Júlio Dantas, in *Primeiro de Janeiro*, de 9 de Dezembro de 1939: *A morte da rainha Luisa de Gusmão*.

(18) *Mercurio Portuguès*, com todas as novas do mez de Fevereiro do Anno de 1666. B. Nal. de Lisboa, res. 110; *Ultimas Acções da Serenissima Rainha D. Luiza Francisca de Gusmão*. Lisboa, 1666. Publicou-se anónimo este folheto, mas o autor é frei Manuel da Conceição, o confessor da Rainha; *Catastrophe*, págs. 131 e segs.; *Port. Rest.*, tomo II, págs. 824-827; *Gabinete Histórico*, tomo IV, págs. 309 e segs.

(19) *Port. Rest.*, tomo II, pág. 590; Canais de Figueiredo Castelo Branco, *Estudos Biographicos*, cit., pág. 304.

(20) *Mercurio Portugués*, cit.; *Catastrophe*, pág. 135; *Port. Rest.*, tomo II, págs. 827 e segs.; *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 249 e segs.

(21) *Hist. Gen.*, tomo VII, págs. 251 e segs. e P., IV, pág. 790.

(22) *Hist., Gen.*, tomo VII, pág. 253; Canais de Figueiredo Castelo Branco, *ibidem*, pág. 224, nota.

(23) *O Occidente*, vol. XII, 12.º anno, 1888, pág. 7; *Diário de Noticias*, de 24 de Dezembro de 1888. Querendo o Autor consultar o processo da investigação nesse ano feita, em vão o procurou no Arquivo Judiciário, no Tribunal da Boa Hora. Ali foi informado de que, com o fim de se obter espaço para outros mais modernos, as colecções de antigos processos criminais haviam sido todas queimadas em 1911!

(24) *Diário de Noticias*, de 6 de Janeiro de 1889.

(25) *A Ribeira de Lisboa*, pág. 478.

DOCUMENTOS

I

CERTIDÃO DO BAPTISMO

Don Julio Gusmán López, p.bro, Doctor en Sagrada Teologia, Licenciado en Filosofia, Cura Proprio de la Iglesia Mayor Parroquial de San Pedro y Arcipreste de esta Ciudad de Huelva y su Partido,

Certifico: Que en libro primero, reorganizado, de Bautismos de esta Parroquia, al folio doiscientos ochenta y cuatro, hay una partida que dice assi:

À margem:

Doña Luysa
francisca

En la villa de Guelva jueves veinte y quatro dias del mes de Otubre año de nuestro Salvador Jesu Cristo de mil y seiscientos y treze años yo el licenciado diego muniz de león visitador general del arzobispado de sevilla baptizé a doña Luysa francisca hija del señor don alonso perez de guzman el bueno y de la señora doña juana de sandoval condes de niebla: fue su padrino el señor don gaspar alonso perez de guzman el bueno marques de casaça y le adverti la congnación espiritual y lo firmé fecha ut supra. D.° de Muniz de Leon = Rubricado =

Es copia. Y para que conste firmo y sello el presente en Huelva a diez y seis de Febrero de mil novecientos cuarenta y quatro.

a) *D. Julio Gusman Lopez*

Selo redondo a tinta, com as armas de S. Pedro e a legenda:

PARROQUIA MAYOR
DE SAN PEDRO
HUELVA

Na obra Huelva Ilustrada, Breve Historia de la Antigua, y Noble Villa de Huelva, *do licenciado Juan Agustin de Mora, &, impressa em Sevilha, em 1762, encontra-se já transcrito o assento de baptismo de D. Luisa Francisca; dão-se algumas notícias da sua vida e reivindica-se para Huelva, em vez de Sanlúcar, a naturalidade desta Rainha de Portugal, contra D. José Barbosa,* in Catalogo das Rainhas de Portugal, *fazendo-se ainda outras correcções. Também ali se refere que o nascimento se deu no palácio do castelo, o que não parece exacto pelas informações obtidas em Huelva, pois em tal época, já os condes de Niebla habitavam o seu solar no centro da cidade e que hoje não existe.*

II

DUCADO DE BRAGANÇA

O primeiro documento em que apparece o título de duque de Bragança, atribuido ao conde de Barcelos, D. Afonso, supõe-se ser a carta régia passada em Évora, a 30 de Dezembro de 1442.

Nos anos seguintes, pela chancelaria de D. Afonso V outras cartas são expedidas, em que a mesma pessoa por este título sempre se nomeia.

Mas os documentos que dão solene firmeza ao título, apparecem em 1449: a carta em que El-Rei D. Afonso V ao duque de Bragança faz doação de juro, e herdade pera elle, e pera seus descendentes, da vila de Bragança com seu Castello, e o Castello do Outeiro de Miranda e Nozelos, com todos os seus termos, rendas e padroados, &; *e a carta de privilégio para a transmissão do título ao primogénito, a qual, por seu especial interesse, aqui se transcreve:*

Dom affonso &. A quantos esta carta virem fazemos saber que comsyrando nos o grande divedo que com nosso tio dõ affonso filho delRey dom Joham meu avoo da gloriosa memoria meu muyto prezado y amado tyo duque de bragança e comde de barçellos e sua bondade e lealdade. E os muytos e grandes serviços que a nos feitos tem e a nossos rreg.os e ao diamte esperamos delle e desseus descemdentes rreceber queremdolho galardoar em alguũa parte com merçees como a boõs Rex e altos primçipes pertemçe fazer assemelhamtes pessoas de nosso moto proprio poder absolluto que nos ds. deu. queremos e lhe outorgamos deste dia p.a todo sempre por memoria delle. que aquelle que delle deçemder que herdeyro for em suas terras. tamto que o dito meu tyo deste mundo falleçer. logo ssem mays outra sollemnidade nem çerimonia seja e se chame duque de bragança e comde de barçellos. E assy dhi em diamte tanto que o deçemdente do dito meu tyo que o dito ducado e comdado

tever se finar, logo o seu filho mayor que esto soçeer seia e sse chame duque e comde como dito he.

E vymdo caso que ds. deffemda que hy nom aja barom sseu deçemdente. a nos praz que a filha deçemdente delle que soçeder as ditas terras segumdo a forma de suas doaçoões seia duquesa e comdeça dellas p. a dita guysa.

E em testimunho dello lhe mandamos dar esta nossa carta ssynada p. nos e sellada do nosso seello do chũbo. damte em a nossa muy nobre e sempre leall çidade de lixboa quatro dias de Julho martim gill a fez anno do naçimento do nosso señor Jhu xpo de mil iiiixlix.

Torre do Tombo, *Mysticos*, liv. III, fol. CXV. Publicada na *Hist. Gen.*,, P., tomo III, págs. 497-, 498, 499 e 500.

Expedidas em Junho e Julho de 1449, pouco tempo depois do trágico recontro de Alfarrobeira, em que o Infante D. Pedro encontrara a morte, estas cartas não deixariam de traduzir a triste recompensa, o ensanguentado galardão concedido ao Duque de Bragança pelos seus serviços na luta contra o antigo Regente, o duque de Coimbra, seu irmão.

*

Em 1496 é passada a Carta de reabilitação dos títulos e restituição da Casa de Bragança por El-Rei D. Manuel a seu sobrinho D. Jaime 1.º, IV Duque, sucessor e herdeiro de seu pai, D. Fernando II, justiçado em Évora. (Hist. Gen., *tomo V, págs. 478 e segs.).*

Em 1498, o mesmo D. Jaime foi jurado herdeiro da Coroa em particular *(fora de Cortes), o que traria a mudança do escudo das armas usadas pelos três primeiros duques de Bragança.* (Hist. Gen., *tomo V, págs. 483-486; Braamcamp Freire,* Brasões, *vol. 3.º, pág. 343).*

Sobre o tratamento dado pelos Reis aos duques de Bragança, vid. Hist. Gen., *P., tomo IV, págs,. 226 e segs.*

III

DESPESAS PARA O CASAMENTO DE D. LUÍSA

No Arquivo da Casa dos Duques de Medina Sidónia, Palácio de Niebla, em Sanlúcar de Barrameda, encontram-se muitas centenas de volumes manuscritos, em que se documentam vários aspectos da vida desta ilustre família espanhola, no decurso de alguns séculos.

Entre eles, figuram os livros intitulados Thesoreria de la Casa de S. Ex.ª — Cuentas de D.r Juan de Olivares y Don Pedro Davila.

Dos códices n.os 112 e 113, referentes ao ano de 1632 que precedeu o da vinda de D. Luísa de Gusmão, duquesa de Bragança, para Vila Viçosa, extraiem-se para aqui algumas notas de gastos feitos, quase todos com os apprestos do seu casamento:

3 de Janeiro — Uma livrança do Duque para se pagar «a Bicente de Crexa espadero dos mill reales q̃ se los mando librar a buena quenta de los aderesos de espadas e dagas dorados y plateados que a de dar para los cocheros y lacayos q̃ an de yr el biage de luisa mi hija q̃ se le an de descontar de lo que ymportan y tomado su rescivo».

12 de Janeiro — Manda o Duque pagar a Juan de duet (?) «as campanillas y cascaveles q̃. esta haciendo y chapas para las prevenciones del biage de luisa mi hija».

13 de Janeiro — Manda pagar «a Juan Lopes cerragero doscientos y doce rreales» por haver feito as ferragens para a «cama de camino p.ª el viaje de Luisa mi hija».

Fim de Janeiro — Relação dos salários da aia, damas e criadas de D. Luísa:

«A dona maria canarias (?) aya de Luisa mi hija seis mil y doscientos y cinquenta reales.

A dona maria de bega dueña tres mill reales de el servício (?).
A dona Luisa de Carmona marin, dueña, &.
A dona beattis de Padilla dama, &.
A dona Catalina barrientos dama, &.
A dona Catalina celis dama, &.
A dona ana de herrera dama, &.
A dona catalina quintanilla.
A dona Isabel gutto (?) de perea.
A Catalina enrriques ayuda de camara.
A Maria de S. Inês (?) ayuda de camara.
A fran.ca de solis y rana (?) ayuda de camara.
A Melchora Rosado ayuda de camara.
A dona Costança Rosas biuda de Fran.co de perea».

Sem data — Uma livrança do Duque, mandando que o tesoureiro entregue por mês a sua filha D. Luísa *dusientos reales* para esmolas, seguindo-se os recibos de dona m.ª de bega.

6 de Fevereiro — «Abono a Pedro Gilesm.er flamenco 325 reales» para obras da casa, e mais «65 para las prevenciones del casam.to de luisa mi hija».

13 de Fevereiro — Lista de vários gastos da Casa e com esta verba: «El gasto q̃ se ba haziendo con El bajador del sr. duq̃ de Verganza».

18 de Fevereiro — Ordem para que se paguem «600 reales de plata» para custear as despesas, «para pagar las Raciones q se dieron a los creados de don ant.o de Melo q bino con embajada del sr. duque de bergança y nel particular del casamiento de luisa mi hija, &.».

Escrevem-se os nomes dos criados que acompanhavam D. António de Melo: Simon basa *(Vaz?)* cochero, Antonio Mereira, Manuel Ferreira, etc. Ao todo, 12 criados.

Na mesma data — Ordens e dinheiro para Don Juan Vallejo y Velasco comprar em Sevilha arranjos para o enxoval da Duquesa de Bragança.

19 de Fevereiro — Encomenda de vários preparos, necessários para as *azemolas* da viagem com a Duquesa de Bragança.

20 de Fevereiro — Livrança para ser pago o frete de uma falua que foi levar de Sanlúcar a Sevilha a D. António de Melo, criado do Duque de Bragança, e de outro barco com criados e bagagens.

21 de Fevereiro — Pagar a Juan de duet (?) «latonero» por conta de «los cascaveles y campanillas que hace p.ª las azemolas q̃ ban el viaje de la duquesa de bergança, mi hija, &».

Mesma data — Conta de calçado variado para a viagem.

Mesma data — Nova ordem de pagamento de calçado para cocheiros e lacaios.

Mesma data — Pagamento a Alonso Carretero por ter levado três juntas de bois a sacar o coche do criado do Duque de Bragança «de los malos pasos en el camino, &».

Mesma data — Ordem para o tesoureiro entregar «17000 mil Reales q valen quinientos y setenta y ocho milhones...» a D. Juan de Vallejo que em Sevilha «hace mios negocios para los gastos dellas aprehensiones que se hacen p.ª el casamiento de Luysa mi hija con el duque de bergança».

Mesma data — Manda pagar a balentim dias «guarnicionero» que em Sevilha fizera despesas para as azemolas da viagem «de la duquesa de bergança mi hija».

22 de Fevereiro — Manda o Duque pagar a «Alonso de Campos, alquilador de mulas seiscentos reales que valem veinte mil y quatrocientos res... por las azemolas y mulas que a de dar para a jornada que por mi ordem haze dõn lorenço davila y estrada mi contador meyor a villa viciosa a bisitar al sr. duque de bergança, & ...».

29 de Fevereiro — A «Bartolomé Garcia calderero» pelos trabalhos do serviço de cozinha para a viagem do casamento da Duquesa de Bragança, &.

3 de Março — Ordem dada a «Pedro Serrano guarnicionero trescientos reales» por obras que fez e faz «para la jornada q. se a de hacer a villabiciosa».

15 de Março — Manda dar a Felipe çurador 192 reales «por doze bezeros curados de yrlanda» e outros guisamentos para adereçar «las guarniciones del coje q llevo d. Pr.º davila a Portugal».

23 de Março — A «Juan Baptista sastre mil reales q̃ valen treinta y quatro mill rs. por la hechura de los bestidos q Hace para las libreas del casami.to de luysa mi hija con el sr. duque de bergança».

2 de Abril — «350 reales, ou 250 de plata a Benito Carrillo para hacer la jornada a Villaviciosa.

7 de Maio — A «Miguel sanchez dorador» por conta del Serraze y dunas cosas que esta dorando para el biage de billaviciosa.

28 de Maio — A «Juan de duet latonero 114 reales y quatro res por ochenta argolas de alaton que entrego para la litera que se esta haciendo para la jornada de mi hija a Villaviciosa, &.».

Mesma data — Pagamento de 332 reales a «Benito Carrillo correo mayor de mi casa para el biage que por mi mandado hiço con cartas mias par El sr. Duque de bergança mi hijo desde esta ciu.ª a Villaviciosa como lo ajusto con el Don lorenzo davila mi contador maior».

Mesma data — Pagamento de 232 reales a Joan de Bargas, Joan Gabriel y Bernardo de Malaga, «guarnicioneros por los pretales pretalillos y otras cosas de su oficio... para los aprestos dela jornada de mi hija a Villaviciosa».

Mesma data — Pagamento «de mil y quatrocentos reales a Quartin Estre mercador por cinquenta prezas de mitan que del se compraron para aprestos de la jornada de mi hija a Villa Viciosa, a precio de beinte y ocho Reales cada una». (Eram para as librés).

29 de Maio — A «Juan Lopez cerragero 400 reales» para pagamento «del serrage que esta haciendo para las cosas que an de servir en el biage de Villaviciosa, &».

4 de Junho — Pagamento a Bar.mé de Medina de 370 reales de obras de seu oficio, «para las prevenciones del viage de la duquesa de bergança mi hija, &».

Mesma data — Pagamento de 937 reales a «Miguel Sanchez dorador por el dorado que a hecho en los hierros de coches literas sillas espuelas y otros generos tocando a el viage de la duquesa de bergança mi hija, &».

18 de Junho — Pagamento de 60 reales a Antonio Rodrigues «por la madera que dio para quatro sillas que an de hazer y servir para la jornada de Villaviciosa».

7 de Julho — Livrança do Duque para que o seu tesoureiro pague a «Pedro Serrano guarnicionero doscientos y beinte seis reales q. se le deven» por serviços feitos para a recamara do Duque, e nesta importancia «tocan a la jornada de mi hija la duquesa de bergança 178 reales» referentes ao pagamento de «quatro sillas».

(Havia o intento de discriminar as importâncias, talvez já pagas pelos rendimentos pessoais de D. Luísa).

8 de Julho — Livrança para pagamento a «B.me de Medina guarnicionero, & de la ciudad de Gemela (?) novecientos y onze Reales q se le deven y los a de aver por la hechura y manufatura (?) de aver guarneçido una litera rica de terçiopelo Carmesin con guarnicion de oro q a hecho para el viage de la duquesa de berganza su hija, &».

21 de Julho — Livrança de pagamento de 40 reales, para dar a «Luis Diaz carpintero para comprar beinte astas delgadas a precio de dos rreales cama una para los penachos de las azemolas que ban el viage de m.ª hija la duquesa de bergança mi hija».

24 de Julho — Mandam-se pagar 100 reales, preço das «chapas y dunas obras q̃ hace para las prevenciones del biaje de la duquesa de bergança mi hija, &».

29 de Julho — Pagamento de 139 ducados por «cinco pessas de sempiterno... para beinte ferreruelos para los pages q. an de yr el biage con la duquesa de Bergança mi hija, &.».

Mesma data — Livrança para se pagar a «Bisente Crexa espadero mill y quinientos reales q. se lo mando librar a buena quenta de los aderesos de espadas que esta dorando y plateando y otras cosas para las prevenciones del biage de la duquesa de bergança mi hija, &».

31 de Julho — 125 reales para pagar «20 serecoletos de Gamer (?) para los cocheros y azemilexos q. ande yr el viaje a Villa Viciosa».

Sem data — Livrança do Duque para pagar a João Baptista, «sastre de mi casa dos mil Reales que se los mando librar a buena quenta de lo que importaren las hechuras de las libreas y demas obras de su of.cio que ha hecho p.ª el casamento de mi hija, &».

Sem data — Pagamento de 455 reales a Jaques Blanco por fornecimento de panos, etc. *(ininteligível)*.

Sem data — Livrança para pagamento a carpinteiros e ajudantes nas obras, «casones para el Viage de la duquesa de Bergança mi hija a Villaviciosa».

Sem data — Livrança do duque para serem pagos a «Juan Lopez, çerragero trecientos reales» por obras feitas «para el viage de Villasiossa».

Sem data — Livrança para pagamento de 2755 reales a Jorge Rodrigues «platero» por várias obras para a viagem da Filha para Vila Viçosa.

30 de Outubro — Pagamento de 48 reales de prata para a ração de um portador do Duque de Bragança que esteve quatro dias em Sanlúcar.

29 de Novembro — Compra de jóias: «Mem.ª de las joias que lleva Don Antonio de osmassa(?) para el ex.mo Duque de Medina Sidonia mi Sr.».

D. Antonio passa recebido pela entrega feita na data indicada.

(As jóias descritas parecem coincidir em parte com as referidas no rol do enxoval que adiante se publica).

7 de Dezembro — Pagamento de 222 reales a «Juan Alonso correyo mayor desta ciudad para socorrer un correo que se despacho a Villa Viciosa de Portugal».

9 de Dezembro — Pagamento a «Miguel Rodrigues sombrerero» de 2206 reales de chapeus para o duque e para a viagem a Vila Viçosa.

(Estes custaram 1.600 reales).

20 de Dezembro (?) — Livrança para pagar a «Juan Daguilar, carpintero 80 reales por exes, valencines y otras cosas para llevar de respeso en la jornada de mi hija y otros veinte reales mas por das husillas pequeñas y dos cochinas, &».

22 de Dezembro — Livrança, mandando pagar ao tesoureiro 105 reales a Pedro Serrano Guarnicionero «por las obras de su off.º que hiço para servicio de la jornada de mi hija la duquesa de Bergança, &».

23 de Dezembro — Manda o duque dar 44 reales em Vellon por 36 de prata «a un correo que vino de Villa Viciosa en Portugal con cartas del sr. Duque de bergança por sua Racion de tres dias, &».

IV

ENXOVAL DA DUQUESA D. LUISA

Memoria de las cosas q. lleva la Recamara de mi Sr.ª D.ª Luiza Fran.ca de Guzman a la Jornada de Portugal.

Vestidos

En dose arquetones de baqueta de moscobia con su bronse dorado forado en Raso guarnecido con Galan de oro va lo seguiente:

—— Una Saya grande con manguas de Punta bordada de oro y Plata todo el campo con sus alamares de pluma bordado de lo mismo al Rededor.
—— Otra Saya Grande encarnada bordada de plata y seda con sus almenillas al Rededor.
—— Otra Saya Grande de chamelote berde bordado todo el campo de plata y oro con dies e ocho Guarniciones al Rededor.
—— Un boémio de chamelote berde gaiado todo de gurneciones vordadas forado en lama berde vordado todo el campo.
—— Un manteo de Govarlan acul quaxado todo el campo de oro y Plata con alamares de plumas bordados al Rededor.
—— Otro manteo de guornalan nacarado vordado de plata con guarniciones vordadas al Rededor.
—— Una almilla acul de tafetan bordada de plata todo el canpo cõ guarneciones de plumas vordadas al Rededor.
—— Otra almilla encarnda *(sic)* bordada de oro y lantexuelas todo el canpo con alamares de plumas bordadas al Rededor.
—— Otra almilla verde vordado todo el campo de lasos de oro y guarneciones vordadas al Rededor.
—— Un bestido entero de damasco plateado y negro guarnecido de Rendas de oro.
—— Otro bestido entero de tabioso pardo guarnecido de pasamanos de oro.

—— Otro bestido entero de tafetan doble noguerado enrexado de abollados de Ras plateado y lasos de cintas plateadas.
—— Otro bestido de chamelote noguerado forado en lama plateada con tomadillos y alamares con botones de plata.
—— Otro vestido de tafetan doble negro guarnecido todo de pasamanos enrexados y el canpo con unos tomadillos vordados.
—— Otro vestido de orbalan plateado sargueado de pespunte y desflocado sobre lama de oro y alamares desflocados con botones de oro.
—— Un avito de lama noguerado bordado todo de Redezilla negra.
—— Otro avito de lama noguerado vordado todo de Redezilla parda.
—— Un guabanete p.ª la Cama de tela de milan encarnada y blanca guarnesido de pasamanos de oro.
—— Una almilla de tela de milan encarnada y blanca con alamares y botones de oro.
—— Unas enaguas de chamelote verde liso con Rendas y Puntas de oro.
—— Otras de chamelote acul con lo mismo.
—— Otras de tafetan doble nacarado con Rendas y Puntas de plata.
—— Otras de chamelote verde con lo mismo.
—— Un tellis p.ª la Cama de espolin verde guarnecido de pasamano ancho de relunbron.
—— Una almilla encarnada guarnecida de Lasos de plata.
—— Otra acul de lasos de oro.
—— Un ferreruelo de tercianela verde p.ª levantarse de la cama lasqueado de pasamanes de oro.
—— Otro tellis p.ª la Cama de espolin de flores acul guarnecido de pasamanes de oro grandes.
—— Otro ferreruelo larguo p.ª levantarse de la cama de tersianela acul gaiado de pasamanes de oro.
—— Un manteo de espolin de flores nacarado guarnecido de pasamanos enrexados de plata.
—— Otro manteo de espolin de flores acul guarnecido de pasamanes enrexados de oro.
—— Unas enaguoas de lama de plata acul lisa con Rendas y puntas de plata.
—— Una jaquetilla de lama acul con sus faldillas guarnecidas.
—— Otra jaquetilla de chamelote verde cõ sus faldillas guarnecidas de pasamanos de oro.
—— Otra jaquetilla de tafetan doble Verde bordada de lasos de oro con sus faldillas.
—— Otra de lama nacarada guarnecida de pasamanes de oro.

—— Otra de tafetan doble nacarado guarnecida diguo bordada de lasos de plata.
—— Un verdugado de tafetan doble carmesi con senetes de tersiopelo y pasamanes de oro.
—— Otro de tafetan doble verde guarnecido de la misma manera.
—— Otro acul con lo mismo.
—— Otro de lama nacarado con sinetes de tersiopelo e guarneciones de oro.

Joias

—— Una banda de diamantes.
—— Una cintura de diamantes.
—— Una rosa de diamantes p.ª la cintura.
—— U.ª joia grande de lasos de diamantes p.ª el peito.
—— Unas arrecadas de diamantes.
—— Una sortija de nove diamantes grandes.
—— Otra de seis diamantes grandes.
—— Una de un diamante grande guarnecido de diamantes pequeños.
—— Quinze dozenas de botones de diamantes.

Plata

—— Cien platos pequeños.
—— Sinquenta medianos.
—— Veinte quatro platones grandes.
—— Quatro fuentes grandes doradas.
—— Quatro medianas.
—— Dos agua maniles.
—— Quatro jaros.
—— Dos talleres con sus aseiteras y asucarero.
—— Quatro frasquos con sus tapaderas.
—— Seis salvillas.
—— Una dosena de candeleros medianos.
—— Dos espaviladeras.
—— Seis vasos e copos de plata dorados de diferentes echuras.
—— Otros quatro vasos pequeños.
—— Dos candeleros de plata de coatro lumbres con sus belas de plata.
—— Un brasero grande con su basia paleta e casuela.
—— Otro mediano con la asta de la paleta de plata y su basia.
—— Uno mas pequeño con su basia.
—— Dos basias de plata grandes.
—— Otros dos medianas.

—— Dos cantimploras grandes.
—— Dos confiteras.
—— Una dozena de cochillos con cavos de plata.
—— Dos dosenas de cucharas pequeñas.
—— Dos Cucharones grandes.
—— Otros dos cucharones medianos.
—— Dos calentadores.
—— Un Velador grande.
—— Un perfumador grande.
—— Un bufete mediano.
—— Quatro peveteros dorados.
—— Dos garrafas.
—— Seis tenedores grandes.
—— Dose pequeños.
—— Un tocador de evano perfilado de plata con dies y ocho presas de plata en los caxones q serven p.ª tocas con su escrivania.
—— Seis pares de chapines con sus hebillas de plata de deferentes labores.

Ropa blanca

—— Dos baules de Ropa blanca de Cama y mesa.

Cocina

—— Seis ollas de cobre coatro grandes y dos medianas.
—— Seis pucheros de cobre.
—— Quatro sartenes.
—— Seis preateras.
—— Dos peroles y seis asadores.
—— Tres cassos grandes y coatro cucharones y dos cuchillos.
—— Dos espeteras tres candelones de cocina.
—— Quatro trenedes dos parrillos y coatro morillos p.ª la chaminea.

Aposentos para el Camino

—— Dos colgaduras la una de tela carmesi y la otra de tela acul p.ª Colgar en el camino.
—— Dos alfombras.
—— Quatro tapetes.
—— Dose almoadas de tela carmesi.
—— Dos sobremesas.
—— Una camilla con su colgadura de tela carmesi i con su sobrecama.

—— Otra de camino con su colgadura de damasco acul y senefas de tela con sobrecama.
—— Otra de tela verde.
—— Dose colchoncillos de Ras.
—— Seis baules de Ropa y Vestidos de sus Criadas.

Carruaje

—— Un coche de terciopelo carmesi bordado.
—— Otro de terciopelo y damasco azul.
—— Dos de Vaqueta.
—— Dos literas de teciopelo la una acul y la otra carmesi.
—— Mulas y azemelas p.ª coches literas Repostero y recamara y criadas.
—— Una silla de manos de vaqueta y los aderesos de adentro de tela acul.
—— Dos esclavos p.ª la silla.
—— Dos esclavos cocheros.
—— Dos esclavos p.ª la cocina.

(Ms. da colecção do Autor).

V

CERTIDÃO DO CASAMENTO

Don Miguel Meniz Vázquez, P.bro Cura Propio de la Iglesia Mayor Parroquial de Ntra. Sra. de la O, de la Ciudad de Sanlúcar de Barrameda, Diocesis de Sevilla y Provincia de Cadiz.

CERTIFICO: Que al fólio 54 y 55 del 5.° de Matrimonio, de su archivo, se encuentra la siguiente

PARTIDA — En la Ciudad de Sanlúcar de Barrameda, en domingo diez y nueve de Dbre. de mil seiscentos treinta y dos años, entre la una y dos horas después del medio dia, yo el Ldo. Luis de Lion Garavito, Vicario en esta dha. ciudad y su Vicaria, Beneficiado y Cura en la Iglesia Mayor Parroquial de esta Ciudad, estando en las tribunas de las casas de palacio del Exmo. Sr. duque de Medina Sidonia, aviendo visto y leido un poder por el cual consta y parece quel Excmo. Sr. Don Ju.° Duque de Bergança e de Braselos, Marqués de Villaviciosa, Conde de Osarem, Dearroyolos Deneiva, Condestable de los Reinos y Señorios de Portugal, se le da y consede al Exmo. Sr. Duque de Medina Sidonia para quen su nombre resiba por esposa a la Exma. Sra. D.ª Luisa Fran.ca de guzman, hija de sua Excia. el Sr. Duque de Medina Sidonia, como consta de su f.ª a tres de deciembre deste presente año de la fha. con una firma, que dise, O Duque, y sellado con el sello de sus armas, aviendose leido una amonestación en la dha. Yglesia al tiempo del ofertorio, que fué del tenor siguiente.

El Exmo. Sr. Duque de Bergança y de Braselos, marqués y conde y condestable de los reinos y senhorios de Portugal, vesino y morador de la villa de Villaviciosa en el dho reino, hijo de los Ecmos Sres. Don Teodocio y Doña Ana Velasco, Duque de Bergança, sus padres difuntos, y la Ex.ma Doña

Luisa Fran.ca de Guzmán natural de esta Ciudad, de Sanlúcar de Barrameda; hija de los Ex.mos Sres. Don Manuel Al.o Perez de Guzman el Bueno, Duque de Medina Sidonia, Marqués y Conde de los Consexos de estado y guerra de sua Majestad y su Capitan General del mar Occeano y costas delandalucia, y de la Exma. Sra. Doña Juana de Sandoval, su mujer, difunta, quieren contraer matrimonio, estando como estan dispensados, canonicamente por su Santidad en el impedimento de consanguinidad de cuarto grado dos veces; es la primera amomstanción..... Procedi al dh. matrimonio por palavras de presente, recibiendo como recibió El Exmo. Sr. Duque de Medina, en virtud del dho. poder a la Exma Sra. Doña Luisa Fran.ca de Guzman, su hija, por esposa y mujer lexitima del Exmo. Sr. Don Ju.o, Duque de Bragança, y su Excia de la Excma. Doña Luisa Fran.ca de Guzman se otorgó por mujer y esposa del dh. Sr. Duque de Bergança y recibió por su esposo y lexitimo marido, y a este matrimonio se hallaram presentes por testigos:

El Ldo. Jeronimo Abreu y Soria, presidente del consejo de su Exia., Don Ju.o de Liebana, Caballero del avito de Santiago, y de su consejo y su secretario de guerra; el Ldo. Rodrigo Simon Euriquez, de su consejo y su corregidor de esta ciudad; Don Juan de Montedoca y el Ldo. Ramirez de Varientos, ambos de su consejo, y el Ldo. Don Fernando de Altamirano, comisario del Sto. Officio y Juez de la Sta. Cruzada en esta Ciudad, El Padre Fray Fernando de Sta. Maria, Vicario General de Ntra. Sra. de la Merced y los Prelados de los conventos de esta Ciudad Don Di.o Dormaca Cavallero del avito de Santiago y su Mayordomo mayor; Don Alv.o de Guzman, Cavallero del avito de Santiago, y su camarero mayor; Don Lorenzo Avila y Estrada, caballero del avito de Santiago y su contador mayor; Don Miguel F.dos de la Cadena, su caballero mayor; Don Ju.o de Olivares, alcaide de sus casas palacio y su tesorero; Don Luis del Castillo y Don Antonio Domarca, sus maestresalas de su Excia.; Don Martin de Reina, caballero del avito de Calatrava, alcaide del castillo y fuerças de esta Ciudad; Don Ju.o de Otañes, caballero del avito de Santiago, y provedor de las fuerças de Africa y otros muchos testigos, Beneficiados y Curas de esta dch. Ciudad. Y este matrimonio se celebró por mandamiento del Sr. doctor Don Luis Vanegas de Figueiroa, Gobernador y provisor de este arcebispado, que dispensó en las dos amonestaciones, el qual mandamiento queda en mi poder, en cuya fé lo firmé. Ut supra. = Ldo. Luis de Leon Garavito. = Rubricado.

Concuerda a la letra con su original. Sanlúcar de Barrameda, vinte y cuatro de Mayo de mil novecientos cuarenta e cuatro.

a) *Miguel Meniz Vásquez*

Sêlo oval a tinta, com as armas da igreja, cercadas pela legenda:

IGLESIA MAYOR PARROQUIAL DE NUESTRA SRA. DE LA Ó SANLÚCAR DE BARRAMEDA

VI

CARTAS DO DUQUE D. JOÃO II

Em um códice de 294 folhas numeradas, em papel de linho com o respectivo índice — Index dos papeis que tem este tomo —, *encontram-se diversas cartas e ordens, de Filipe IV, Princesa Margarida, Duquesa de Mântua, Duque de Bragança, Diogo Soares, Duque de Medina Sidónia, dirigidas ao mestre de campo Álvaro de Sousa, desde a sua nomeação, a 26 de Janeiro de 1639, até à concessão da reforma em Cadiz, a 22 de Setembro de 1640.*

Na sua maior parte, esses papeis são autenticados com o selo branco das armas portuguesas e tratam de assuntos de organização e disciplina do levantamento de tropas, de que o referido Álvaro de Sousa fora incumbido na praça de armas de Guimarães. Dali, as levas seriam conduzidas por terra ao porto de Cadiz, seguindo depois para as operações da Catalunha ou para outros destinos na Europa.

Documentário valioso para o conhecimento da nossa história militar nos últimos anos do domínio filipino, deve ter sido organizado por algum ajudante ou secretário do mestre de campo, e bem merecia demorado estudo.

Pertence o códice à colecção do Sr. Prof. Dr. Abel de Andrade que por gentil deferência o facultou à consulta do autor deste livro.

Juntos ao volume, encontram-se alguns papeis dispersos, de várias proveniências e datas, referentes ao mesmo Álvaro de Sousa e a pessoas da sua família. Entre esses documentos, aparece uma carta da Princesa Margarida. Duquesa de Mântua, em nome de Filipe IV, datada de 23 de Abril de 1636, a preveni-lo de possíveis movimentos dos inimigos da Monarquia contra o Reino de Portugal, e a ordenar-lhe que estivesse pronto a acudir ao primeiro

aviso aonde fosse chamado. Deveriam ser suspeitas dos planos e sondagens de Richelieu, à procura de ligações com o Duque de Bragança. Álvaro de Sousa era por certo militar experimentado e competente, para o incumbirem de missões de tanta confiança.

Os soldados por ele levantados à força nas terras do Norte (Braga, Barcelos, Guimarães, Viana) procuravam escapar-se ao alistamento, ou fugiam depois de encorporados nas suas companhias. De má vontade todos seriam levados para a concentração que se faria em Cadiz, chegando a dar-se uma sedição no terço, perto do lugar da Moita, já a caminho de Setúbal, motim de que pelo juiz de fora desta vila se levantaram numerosos autos a oficiais, sargentos e soldados, arguidos de rebelião ou deserção.

Seguindo para a fronteira espanhola por Serpa, com mais luzida que obediente leva, *como diz D. Francisco Manuel, a 20 de Novembro de 1639 chegavam a Cadiz sete companhias de infantaria, muito desfalcadas pelas contínuas fugas que se verificavam até no próprio presídio em que ali as recolheram.*

Na primeira apresentação da revista, contaram-se duzentos e cinquenta e quatro praças e duzentos e onze soldados. A 4 de Janeiro de 1640, o IX duque de Medina Sidónia, capitão geral dos exércitos da Andaluzia, despacha Álvaro de Sousa à corte de Madrid, a representar a su Mg.ª lo que ynporta a su real servicio. *A 1 de Março escrevia-lhe para lhe significar que fora muito acertada a prática havida com o Conde-Duque. Por carta de 15 de Setembro seguinte, Filipe IV anuncia-lhe que manda* convocar toda a Nobreza e Cavalaria do Reino de Portugal, *para o acompanharem nas cortes que ia fazer aos reinos de Aragão e Valência e para concluir as começadas na Catalunha, prevenindo-o assim para servir em tal ocasião.*

A 22 desse mês de Setembro, o duque de Medina Sidónia volta a escrever a Álvaro de Sousa, anunciando-lhe ter encarregado D. Alonso Perez de Valdez de levar a Itália toda a tropa do seu terço, enquanto o comandante português estava ausente. Por tal razão, não julgara oportuno pedir então a reforma. Mas agora, não se encontran-

do já em Cadiz nenhum oficial ou soldado do terço que lá conduzira, Álvaro de Sousa requeria a sua reforma, e por aquela mesma carta sem dificuldade lhe era concedida pelo duque de Medina Sidónia.

Não fica bem esclarecida a situação criada ao mestre de campo Álvaro de Sousa, a não ser que ele se tornasse suspeito ao Conde-Duque, por denúncia dos portugueses da corte, quando lá foi, ou que o duque de Medina Sidónia nele reconhecesse um valioso parcial do duque de Bragança, seu cunhado, e já o quisesse favorecer. Na confusão desses meses, tudo seria possível. .

Pelas cartas que se transcrevem, verifica-se que Álvaro de Sousa era pessoa de inteira confiança do duque D. João II. Depois da Restauração, viria a receber mercês de D. João IV, sendo já do Conselho de Guerra em 1643. E por uma ordem, datada de Lisboa, a 6 de Abril de 1644, é incumbido de tomar á sua conta, fazer prender nesta cidade e seu termo... todos os officiais e soldados do exercito e fronteiras de Alentejo que andarem fugidos.

E pouco tempo depois, parece que por seu próprio punho, acrescentava o Rei:

> «A mesma jurisdição que nesta cidade concedy a Alvaro de Sousa pello decreto assima lhe concedo tambem em todo o Reyno. em Alcantara a 26 de Abril de 1644.
>
> Rey».

Em 1639, além de Álvaro de Sousa, mais três mestres de campo foram encarregados do recrutamento de soldados no Reino: D. Pedro de Mascarenhas, pela Beira e Estremadura (Castelo Branco); Rodrigo de Miranda, pelo Alentejo (Campo de Ourique); e Jorge de Melo, pelas comarcas do Centro (Coimbra).

O códice a que nos vimos referindo, intitula-se:

Cartas e ordens de Sua Mag.de para Alvaro de souza meu sôr tocantes a praça darmas de guimarais, e marcha q com o terço fes á Cadis.

Seguem-se quatro cartas do duque de Bragança que nesse documentário se encontram:

Recebi a carta de V. M. de 11 do presente, e avendo visto o que nella V. M. me diz acerca de fugirem os soldados, que chegam a essa praça de armas, sem embargo de serem pagos, e soccorridos com pontualidade. A ordem que nisto se podia dar era botarse bando com pena de vida, q̃ ninhum soldado fugisse, e executallo com quem o quebrantasse. Mas porque com gente bizonha, e que vem por força parece q̃ pella primeira vez não he bem mostrar rigor de castigo, poderá V. M. fazer botar bando de tres tratos de corda a qualquer q fugir, e executallo inviolavelmente com os que se ouverem ás mãos. E se, feito o castigo com os dous primeiros, não ouver a emenda, q̃ convem, avisará V. M.; pera q̃ se trate logo do meio mais efficaz. Dẽs g.de a V. M. Almada. 25 de Mayo. 639.

(ass.) *O Duque*

A Alvaro de Sousa Mestre de Campo

Guimarães

Selo ducal de D. João II, em branco.

Fols. 23 do Cód.

Com este correo recebi a carta de V. M. de 11 e logo a remeti a sra Princesa, pera que por todas as vias se tratasse de mandar a V. M. as armas, e monições, que pede, poes sem ellas mal se pode acudir ao soccorro de ninhũa parte, e tem me respondido que por todos os caminhos, e meios se proverá. E emquanto a ter a gente prevenida para acudir com o primeiro aviso ao soccorro de Viana, he attensão muy conforme ao zelo, com q̃ V. M. trata do serviço del Rey meu sôr, e da mesma forma a terá V. M. pera se for necessario a outra das partes visinhas á aquella costa avisando do que se offerecer. Des g.de a V. M. Almada. 19. de Junho. 639.

(ass.) *O Duque*

A Alvaro de Sousa Mestre de Campo na comarca de Guimarães.

Selo ducal de D. João II, em branco.

Fol. 50 do Cód.

Tres cartas tenho recebido de V. M. de 23. 24. e 26 do passado, q̃ se reduzem ao aviso, que o Governador do Porto deo, pera q̃ com a gente desse terço se acudisse a defensa daquella costa, e que despoes de reconhecida, e tratando de polla em defensa, pedio V. M. a camera daquella cidade o necessario pera isso, e q̃ não so lhe não deo mas nem ainda os bastimentos pera a gente do terço por seu dinheiro: e que indo em busca do inimigo fugiram algũs soldados, dos quais está preso hũ, em q̃ convem executar o bando de pena da vida, pellas rasões, que V. M. apponta.

Quanto ao primeiro de V. M. aver acudido com tanta promptidão a defensa do Porto, representei a sr.ª Princesa quão justo era dar a V. M. m.tas graças, como eu faço da minha parte, estimando seu m.to cuydado, e attensão ao serviço delRey meu sõr. E que á Camara do Porto se deve estranhar m.to fazendo com ella hũa grande demonstração, por aver faltado ao que V. M. pedio em tempo, q̃ devia averlhe asistido com tantas vantagẽs.

Quanto ao soldado preso parece q̃ supposto q̃ o bando q̃ V. M. lançou de pena da vida não foy com ordem minha, tem lugar o deixarse de executar com este homem, porém pera exemplo de outros será necessário que V. M. disponha que se leve até a forca, e nella antes de o subir, deixandose rogar de algũas pessoas, lhe conceda appellação, e avise cá pera se lhe dar a sentença, q for justo, reservando V. M. o segredo desta pera si só, pello inconveniente que poderia resultar de se saber. E avendoselhe concedido appellação, como vai ditto, fará V. M. lançar logo bando de pena da vida a qualquer que se ausentar, executandose no que incorrer nelle, e do que se fizer em tudo me avisará V. M. a quem Dẽs g.de. Almada. 6. de Julho. 639.

(ass.) *O Duque*

A Alvaro de Sousa Mestre de campo na comarca de Guima *(sic)*.

Selo ducal de D. João II, em branco.

Fol. 64 do Cód.

Entre outras cousas q̃ escrevi a V. M. aos 6 deste, respondendo a tres cartas, q̃ tive suas, foy que quanto ao soldado, q̃ estava preso, supposto que o bando, q̃ se lançou de pena de morte, não foy com ordem minha, tinha lugar o deixarse de executar com este homem, porém q pera exemplo de outros dispusesse V. M. q̃ se levasse até forca, e nella antes de subido

lhe concedesse appellação, e q̃ avisasse cá pera se lhe dar a sentença, q̃ fosse justo, tendo V. M. isto em todo segredo; e que em lhe avendo concedido appellação, fizesse V. M. lançar bando de pena de morte a qualquer q̃ se ausentasse, executandose no q. primeiro encorresse nelle. E porq̃ se tem considerado q̃ nos acidentes das fugidas pode aver mais, ou menos circunstancias, em q tenha lugar o ouvillos, e ainda q̃. da prudencia de V. M. se cre q̃ procederá em tudo com a attensão q̃ espero, todavia me ha parecido advirtir a V. M., e ordenarlhe, como faço, q̃ em ninhũ soldado q̃ se prender por aver fugido se execute o bando lançado de pena de morte, sẽ dar primeiro conta disto, com as causas, q̃ ouve pera fugir, e do recibo desta, e do mais q̃ se offerecer me avisará V. M. a quem Dẽs g.de. Almada. 15 de Julho. 639.

(ass.) *O Duque*

A Alvaro de Sousa Mestre de Campo na Comarca de Guima *(sic)*.

Selo ducal de D. João II, em branco.

Fol. 73 do Cód.

Lendo-se estas cartas, fàcilmente se revela o sistemático processo de resistência à absorção castelhana por parte dos portugueses leais.

Era a doutrina defendida e preconizada por João Pinto Ribeiro, que já em 1632 escrevia:

Mal pode logo ser acertado o governo, que promete a melhoria, & remédio dos males presentes cõ levantar gente pera Frandes em Portugal, fazendo verdadeyra aquella regra da filosofia, & direito que ensina acabarse, & desfazerse toda a cousa pelas mesmas causas, & vias porque naceu, & sobio.

E mais adiante, com indignada censura do seu sentimento nacional ferido, acrescenta:

A verdade he, que quem desvia a gente de Portugal pera Frandes, & acha ca nisso convenientes, ama pouco a honra, & gloria deste Reyno, & se doe pouco do sucesso da India, & da conservação da Christandade daquelle estado, & quer dar a mão aos Olandeses.

Discurso sobre os Fidalgos, e Soldados Portugueses não militarem em conquistas alheas desta Coroa. Composto por João Pinto Ribeiro. Com todas as licenças necessárias. Em Lisboa por Pedro Craesbeck. Ano 1632. Fol. 3 v., fol 9 v.

Neste desassombrado homem de leis e mestre de patriotismo, seguro conselho, boa e constante lição sempre encontraria o duque de Bragança, o futuro D. João IV.

VII

CASA DA RAINHA D. LUISA

No Códice n.º 4173 dos res. da Biblioteca Nacional, encontram-se reunidos, embora desordenadamente, vários documentos justificativos de rendas e despesas ordinárias e também contas avulsas, recibos, cartas, alvarás e outros papeis referentes à administração da Casa da Rainha, restabelecida e renovada por D. João IV.

Esse documentário, apesar de incompleto, também abrange alguns anos do reinado seguinte.

Por se supor que estejam até agora inéditos, aqui se reproduzem os nomes das pessoas que constituiam a Casa da Rainha e os ordenados que percebiam no primeiro ano da Restauração:

1.º jan.º 641

Nomina das Pessoas q tem ordenado e moradias da Caza da Raynha Nossa S.ª de que o Mordomo Mór háde mandar fazer esta folha cada anno p.to escrivão q. apontar o Mordomo Mór del Rey Nosso Senhor para ser pagua no thez.ro da Caza de sua mag.de aos quarteis assy como se forem vencendo do pr. de jan.ro de 641 em diante.

Ordenados

Dom Sancho de Noronha conde do Demira mordomor sem milreis de ordenado	100.000
Pr. da Cunha veador cento e vinte mil rs. de ordenado	120.000
A elle mais settenta e tres mil rs. p.las iguarias de Manjar Branco e de arros doçe que tem por dia a rasão de Duzentos rs.	73.000

Estevão de Almeyda Porteiro da Camara çento e vinte mil rs. de ordenado 120.000
Manuel da Sylveira Estribeiro Pequeno de ordenado cem mil reis q̃ hé outro tanto como tẽ o del Rey 100.000
Luis da Motta feo Guarda Damas sesenta mil rs. ... 60.000
Jorge Godinho tambem guarda Damas sesenta mil rs. 60.000

Moradias

Damas de honor

Dona Mariana de Alemcastre doze mil rs. 12.000
Dona Maria de Tavora Guarda mayor doze mil rs. ... 12.000
Dona Francisca Couttinha Dona da Camara doze mil rs. 12.000
Dona Luiza de Menezes Guarda da Camara doze mil rs. 12.000
Dona Mariana da Cunha Camareira pequena doze mil rs. 12.000
A ella mais desoitto mil reis de merce ordinária ... 18.000

Damas

Dona Maria de Mendonça dez mil rs. 10.000
Dona Maria de Attayde dez mil rs. 10.000
Dona Luiza Maria de Menezes dez mil rs. 10.000
Dona Fran.ca de Gusmão dez mil rs. 10.000
Dona Luiza Pense dez mil rs. 10.000
Dona Maria Telles dez mil rs. 10.000
Dona Violante de Noronha dez mil rs. 10.000
Dona Isabel de Castro dez mil rs. 10.000
Dona Mariana de Mendoça dez mil rs. 10.000
Dona Lyanor de Menezes dez mil rs. 10.000
Dona Mayor Manoel dez mil rs. 10.000
Dona Mariana de Mendoça dez mil rs. 10.000
Dona Luiza de Mendoça dez mil rs. 10.000
Dona Madalena de Castro dez mil rs. 10.000

Donnas da Camara

Dona Caterina Lopes de quintana seis mil reis 6.000
Dona Lianor de Faria seis mil reis 6.000

BIBLIOTECA NACIONAL LISBOA

Mossas da Camara

Dona Brites de Abreu seis mil reis	6.000
Dona Maria Calada seis mil reis	6.000
Dona Maria despinosa	6.000
Dona Anna Requelme	6.000
Dona Maria Requelme	6.000

Mossas do retrete

Julia moubeira seis mil rs.	6.000
Maria Carvalha seis mil rs.	6.000
Isabel de Boyna (?) seis mil rs.	6.000
Gabriela Gonçalves seis mil rs.	6.000
Lusia tavares seis mil rs.	6.000

VIII

DECRETO DE RESSALVA

No Archivo Historico Portuguez, *vol. VI, págs. 225-226, L. Figueiredo da Guerra veio revelar a existência de um diploma secreto, até então conservado na posse dos descendentes de Gaspar de Faria Severim e muito provàvelmente por ele próprio redigido.*

Como não lhe preencheu a data, poderá concluir-se que não chegaria a usar dele, talvez porque a leitura do Tratado tivesse sido feita sem qualquer omissão, tão divulgadas já andavam as suas cláusulas.

É como segue:

Por quanto conveio a meu serviço que per nenhua maneira pudesse vir á noticia dos moradores da Fortaleza e cidade de Tangere: que ella se dava em dote á Infanta D. Catherina, minha muito amada e prezada irman, casando com El-Rey da Grã-Bretanha, meu bom Irmão e Primo: por não arriscar tão grande tractado, que se tem pelo total remedio para a deffensão, e conservação d'este Reyno, honra e reputação d'elle; pois com o perigo d'aquelles moradores se poderem inquietar debaixo do nome de mayor fidelidade e amor ao seu Rey, e a sua patria; e com este pretexto se resolverem a resistir, se perturbava o effeito d'este accordo e resolução: Ordeney ao Secretario Gaspar de Faria Severim que na copia dos Tractados que vierem ajustados pelo Conde da Ponte, do meu conselho de Guerra e meu embaixador extraordinário áquelle Reyno, e firmados por seus deputados, não lesse no conselho de estado o 2.º e 3.º artigo, e se emendasse o 4.º, 11 e 16 em tal forma que se não fallasse na entrega d'esta Praça ou suposição d'ella no Conselho de Estado, nem diante dos mais ministros e officiais, que he força tenham noticias d'ellas: como iaa com o mesmo motivo lhe havia ordenado deixasse de ler no Conselho de Estado algũas cartas do proprio Embaixador no tocante a esta entrega de Tangere, e forma em que se havia de fazer: não por disconfiar do segredo de meos ministros, nem da sua

aprovação; pois a todos pareceo sempre se fizessem a S. Magestade Britanica muito mayores partidos, que a entrega de tal Praça; mas pera que este tão importante segredo facilitando-se e passando por tantas pessoas de tão differentes qualidades como he precisamente necessario (se se não uzar deste remedio) não arrisque hum tão grande tractado, e tão importante á nossa conservação. E pera que a todo o tempo conste: que assy o mandei expressamente a Gaspar de Faria: houve por bem que se lhe passasse este Decreto, que por ser pera sua guarda e minha lembrança só ficará em seu poder.

Lixboa, a ..... de Agosto de 1661.

Raynha.

O diploma secreto explicava-se por si mesmo: do texto claramente se mostra e justifica a precaução com que em tal momento tinha de proceder-se, para não se verem malogrados tantos esforços e perdidas tantas vantagens. O governador de Tânger, D. Fernando de Meneses, suspeitoso ou já informado, não desejando fazer a entrega da praça aos ingleses, resolvia antecipar o termo do seu encargo, em que viria a ser substituido por D. Luís de Almeida, conde de Avintes. Logo no fim de Junho, decidiu embarcar para Lisboa com geral sentimento dos moradores da cidade. Grande parte da população, não querendo sujeitar-se ao domínio britânico, vinha estabelecer-se no Algarve, para aqui transferindo os haveres que pôde, no mês de Janeiro de 1662.

Tânger era portuguesa, desde 1471, reinando D. Afonso V, seu conquistador.

Port. Rest., *tomo II, pág. 506.*

IX

AVALIAÇÃO DAS JÓIAS DA RAINHA D. LUISA

15. Abril 662.

Joias da Rainha nossa s.ra q̃ se aualearão pelo Contraste Emtregues a Ant.o cauide em 15 de Abril de 662.

1.º	hũ Roza de diamantes com hũ diamante roza grande no meo. E os mais diamantes lascas. Aualiada em hum conto e coatrosentos mil rs.	1.400. rs.
	Em hũ Caxa de talha Encarnada garnesida de ouro.	
1 —	hũ roza toda de Rozas de diamantes Em Caxa garnecida p.r fora de tafatafata encarnado Coalhada de aljofar e p.r dentro de tafata Br.co aualiada Em hum Conto E setecentos mil rs.	1.700. rs.
8 —	oito memorias de ouro de tres	
3 —	ordes. de uermelhetes e tres memorias de hũa ordẽ. aualiadas todas Em uinte mil rs.	020. rs.
2 —	mais duas memorias de hũa ordẽ hũa de Rubis E outra de Robis e diamantes pequeninos aualiados Em des mil rs.	10. rs.
		3.130. rs.

4 — Coatro memorias de uidraças com os Retras.tos de nosso s.or E nossa s.ra E outros santos aualiados Em dose mil rs. 12. rs.

7 — Coatro faxas de memorias de uidros uerdes e tres memorias de hua orde do mesmo Em quinse mil rs. ..... 15. rs.

1 — Mais outra memoria de uidrasas com retratos de nosso s.or E nossa s.ra E santos. Em duas mil e q.tos rs. ..... 2. rs. 500

2 — memorias de maripozas hũa de diamantes E outra de diam.tes E esmeraldas Em uinte mil rs. ..... 20. rs.

1 — huũ Anel esmaltado de preto cheo de agoa de hũ diamante roza achouse ser hũ do Brete Em dous mil rs. ..... 2. rs.

5.181. rs. 500

1 — hũ Anel de Robi grande E outro comprido esmaltado de Branco achouse ser do Brete aualiado em tres mil rs. ..... 3. rs.

1 — hũ Anel de hũ Camafeu com seis esmeraldas pequenas esmaltado de Branco em sinco mil rs. ..... 5. rs.

1 — hũ Anel alionado Com hũu Camafeo em tres mil rs. ..... 3. rs.

1 — outro anel de hũ Camafeo alianado em. dous mil e q.tos rs. ..... 2. rs. 500

3.195. rs. 000

3 — tres memorias de lacadas esmaltadas de preto pezão Coatro mil rs. ..... 4. rs. 000

1 — hũ anel de hũ esmeralda achouse ser do Brete em dous mil rs. ..... 2. rs.

1 — hũ anel de hũa esmeralda mais achouse ser do Brete em dous mil rs. ..... 2. rs.

1 — huũ Anel de hũa esmeralda esmaltado de Br.co E outras cores achouse ser do Brete Em dous mil rs. ..... 2. rs.

1 — hũ Anel de dous diam.tes fundos em dose mil rs. ..... 12. rs.

3.217. rs.

1 — Anel esmaltado de azul com hũ diam.te roza acharão ser do Brete em dous mil rs. 2. rs.

1 — Anel esmaltado de preto Em dous digo mil rs. ..... 1. rs.

1 — hũ Anel com hũ diamãte fundo gr.de esmaltado de preto Em Sento E sincoenta mil rs. ..... 150. rs.

1 — de noue diam.tes sinco fundos e Coatro rozas digo hũ anel Aualiado Em hũ Conto e sem mil rs. ..... 1.100. rs.

1 — hũ anel de hũ Rubi esmaltado de Branco acharão ser do brete em dous mil rs. ... 02. rs.

1 — hũ Anel de duas mãos estimado Em tres mil rs. ..... 03. rs.

4.475. rs.

1 — hũ Anel com onse diamantes fundos E rozas e Rubis aualiado em sincoenta mil rs. ..... 50. rs.

1 — hũ Anel de uinte sinco rubiz Em uinte e sinco mil rs. ..... 25. rs.

1 — hũ Anel de treze diamantes lascas e Rozas aualiado Em nouenta mil rs. ..... 90. rs.

1 — hũ Anel lizo com trinta E tres esmeraldas Em oito mil rs. ..... 08. rs.

1 — hũ Anel decoração de noue diamantes Em doze mil rs. ..... 12. rs.

4.660. rs.

1 — Anel de Coatro rubis E coatro diam.tes e hũa esmeralda no meo em oito mil rs. ... 8. rs.

1 — hũ Anel com trinta e seis esmeraldas piquenas E com sinco majores Em quinze mil rs. ..... 15. rs.

1 — hũ anel de Rubi Cabuxaõ com catorze diamantes a roda Em Corenta mil rs. ... 40. rs.

1 — hũ Anel com sete diam.tes rozas Em sem mil rs. ..... 100. rs.

4.823. rs.

1 —	Anel talha de doze diamantes grandes fundos E dous diamantes pequenos no arco Em trezentos E uinte mil rs.	320. rs.
1 —	hũ Anel de hũ Camafeo piquenos com uinte lascas de diam.tes triangulos Em dezaseis mil rs.	16. rs.
1 —	hũ Anel talha com doze rozas diamantes Em sento E trinta mil rs.	130. rs.
1 —	hũ Anel q̃ tem secenta e tres rozas diamantes. Em Duzentos E sincoenta mil rs.	250. rs.
1 —	hũ Anel de Coronilha que tem Corente e seis diamantes aualiados em setenta mil rs.	70. rs.
		5.609. rs.
1 —	hũ Anel de noue diamantes rozas aualiado em sincoenta mil rs.	50. rs.
8 —	oito memorias de tres ordes e	
8 —	tres memorias de hũa ordẽ turquezadas de azul Em uinte mil rs.	20. rs.
4 —	Coatro memorias de ouro esmaltadas de azul largas Em seis mil e quinhentos rs.	6. rs. 500
2 —	Duas memorias de Calados hũa esmaltada de preto E outra de preto E uerde em dous mil rs.	2. rs.
		5.687. rs. 500
7 —	Sete faxas de diamantes de Coatro ordes: Com seiscentos E oito diamantes Em quinhentos uinte tres mil E seiscentos rs.	523. rs. 600
1 —	hũa faxa de diamantes Com sincoenta E coatro Em sincoenta mil rs.	50. rs.
1 —	hũa faxa com sincoenta e sete diamantes fundos em sem mil rs.	100. rs.
4 —	Coatro faxas de diamantez rozas Com sento trinta e sinco diamantes Em setecentos E quinze mil rs.	715. rs.
		7.076. rs. 100

5 —	Sinco memorias de rozas de diamantes Com seçenta E noue rozas aualiadas Em. digo hũa de Cristais E as 4 de diamantes que se acharão. Em sento E seçenta mil rs.	160. rs.
2 —	Duas memorias de diamantes Em trinta e sete mil rs.	37. rs.
1 —	hũa memoria de duas Bichas Em mil rs.	1. rs.
1 —	hũ Anel de dous diamantes e hũ Rubi Em des mil rs.	10. rs.
1 —	hũ Anel de tres rozas achouse serem do Bretos em tres mil rs.	3. rs.
1 —	hũ Anel de hũ Rubi em sinco mil rs. ...	5. rs.
5 —	sinco memorias de mãos dadas 4 de diam.tes e hũa de hũa turqueza Em uinte mil rs.	20. rs.
		7.312. rs. 100
2 —	Dous aneis hũ de holho de gato piqueno E outro de hũa pedra que ual o pezo do ouro em tres mil rs.	3. rs.
9 —	noue memorias de ouro esmaltadas de negro em oito mil rs.	8. rs.
1 —	hũa memoria de ouro em mil rs.	1. rs.
1 —	hũa memoria de Bicos negros em mil rs.	1. rs.
1 —	hũ Anel de uidraços esmaltado de nº com retrato de santo Ant.º Em mil e quinhentos rs.	1. rs. 500
		7.326. rs. 600
18 —	Dezoito memorias uarias de França. Onse de ouro E as outras não. aualiadas em doze mil rs.	12. rs.
1 —	hũ relicario de Cristal garnesido a Roda com diamanes Em secenta mil rs.	60. rs.
1 —	hũa espadinha de prata dourada garnesida de perolas em oito mil rs.	8. rs.
1 —	todas estas joias estão Em hũ cofre garnecido de ueludo Carmezim E com galão ouro. em oito mil rs.	8. rs.
1 —	hũ relicario de Cristal garnecido de ouro a sercadura em sinco mil rs.	5. rs.
		7.419. rs. 600

Certifico eu Agostinho Roiz Contraste de sua mag.de que eu pezey e aualiey as peças Conteudas e joias nestas secemta e tres adicois atras e asima que me forão aprezentadas pello dotor joão tinoco meira tizoureiro da Rainha nosa senhora que importarão sete Contos e quatrocemtos e dezanoue mil e seis cemtos rs. as quais me reproto e por me ser pedida esta a pacey em Lx.a aos quinze de Abril de 662.

Agostinho Roiz

In Do Governo de Portugal. Das casas dos Reys e das Rainhas.

(Receitas e despeza da Casa da Rainha. 1641. Com outros documentos).—Mrs. 4173.—fol. 53-55.—B. N. L.

X

CARTAS AUTÓGRAFAS DA RAINHA D. LUÍSA

Nesta série, com certeza incompleta, reunem-se cartas da Rainha D. Luísa, por sua mão escritas em lingua castelhana. Algumas já andam há muito publicadas, mas achámos conveniente juntá-las aqui às inéditas, para mais completo conhecimento da personalidade da Autora.

Como num estudo da índole deste livro tem primacial interesse a documentação directa, naturalmente excluidas ficam as cartas-ofícios, redigidas pelos conselhos e secretarias de Estado e apenas assinadas pela Rainha. Contam-se por centenas as de essa natureza que foram expedidas nos anos da Regência.

Não estando datadas algumas das cartas que vão ler-se, também pelo texto delas não foi possível dispô-las rigorosamente por ordem cronológica.

Todas foram dirigidas a Carlos II de Inglaterra, seu genro, e a sua filha, D. Catarina.

A quem devidamente quiser conhecer a intimidade afectiva da Rainha D. Luísa, as extremadas delicadezas da sua alma e do seu coração ferido, muito importa ler com atenção as cartas que a seguir se transcrevem.

São documentos de dolorosa sinceridade, evidentes testemunhos do seu amor de mãe e de fidelidade ao Reino, a exprimir-se humanamente, sem exuberâncias nem pompas do estilo convencional de esse século. Também nelas se reflectem algumas dificuldades e embaraços no começo da viagem de D. Catarina.

Nas páginas do texto deste volume, poucas foram as referências às Cartas, preferindo-se deixá-las aqui falar por si mesmas, integralmente. Com certeza, nenhum livro es-

crito ou por escrever, poderá revelar com maior verdade e sentimento, a alma eleita de quem as assinou.

A maior parte destas cartas encontram-se no Códice 51-VI-32, da Biblioteca da Ajuda, outras na Biblioteca da Universidade de Coimbra e ainda algumas no Arquivo da Casa Cadaval.

I

Senhor Hijo mio llego la armada y con ella el desengaño de quanto mas puede el amor de Esposo, que el de Madre porque sin respecto a mi soledad quiere mi hija partirse muy a prissa, y aun ansi le parece muy de espacio, yo aun que lo sinto lo sufro, porque a ella y a Vuestra Magestad quiero igualmente, y desseo ganarle dias de la compañia de Vuestra Magestad y a Vuestra Magestad muchos de la suya. Al conde de Sanduich he visto y hablado y me parece su sujecto digno empleo de la aficion de Vuestra Magestad yo se la tengo como a coza de Vuestra Magestad y no la encaresco poco, deseo que va con toda satisfacion destes Reinos en que Vuestra Magestad será siempre amado y obedecido como se deve, de mas de otros respectos, al empeño con que Vuestra Magestad dessea su conservacion y ayuda su defensa.

En mi nombre y en el suyo doi a Vuestra Magestad las gracias y le supplico los socorra con hasta veinte navios de su Armada ordenando que se unan con los que de presente se hallan en el estrecho; porque la confiança que tenemos en este socorro fue causa de no haser aqui despezas con otra armada. Russel merece mui bien a Vuestra Magestad la merced que le hase, yo le desseo haser mucha quando me acuerdo que fue uno de los instrumentos de ser

La Madre que mucho quiere a Vuestra Magestad

La Reyna

(Março de 1662).

Hist.. Gen., P., tomo IV, pág. 837

2

À margem:

Carta de saudades
estando a F.ª
ainda embarcada

Mi Catalina y todo my bien es tal my desgracia q asta el de ver ese nabio destas ventanas de q. me sirbo mucho despues q. entrastes en el se me ha quitado seia Dios alabado por todo q. quiere padesca tanto y q̃ ny tenga luguar de le pedir paciencia siendo-me tan necesaria para me ver syn con el trabajo tan contrario a mi natural, e cree hija mia q̃ me tiene de suerte tu falta q̃ a no tener esta prision me parece te seguiera personalmente como hajo con el cuidado y bien sabes fuera el mayor extremo pidote por lo que te amo te dibiertas mucho y mires sy has menester alguna cosa o por lo q ahi te prebienen faltara en tu reyno para q te lo enbie co el mayor gusto. Tus hermanos estan muy saudosos y Pedro ha llorado mucho aca, pidieron me licencia p.ª te ir a ver yo se la dy con grande enbidia y conocimiento de q no son para my los alivios estimo mucho te asistan bien todos y se lo encomiendo y diras tere en memoria como a my Catalina q Dios g.de como decea

tu Madre q mucho te ama

Raynha

(23 de Abril)
de 1662

Biblioteca da Ajuda.

3

À margem:

Carta de grandes
amores e encarecidas saudades
da partida da F.ª

Hija mia y todo mi amor sin ti que sera de mi no te repito mi dolor perenemente por no cançarte ni lastimarte con el, basta lo que lo hacen los otros y dejo a tu consideraçion pondres

(ponderes?) la biolencia con que estava aqui antes de te aucentar agora q lo estas ynposible es continuar y mas con mal que se aumenta el sentimiento con el tiempo careciendo de tu visto yo que de aier sin ella aun en tu percençia ocaçionado de la recistençia y te afirmo estue a pique de caer muerta y despues enbidie a los q te sigieron y lo hajo a quen tiene la dicha de te asistir a los q e bisto e dado muchos agradeçimientos no ocultando la via donde tue la notiçia para que ysieçen maior estimaciõ y se la de tus hermanos te buscar segunda vies y aconpañeles con el coraçon. el esta en tal estado q no me deja proçegir y anoche tube cueles *(crueles?)* tratos con la descomodida *(descomodidad?)* en q te allabas bastaban los de la auçençia syn acrescentarle estotra ániñidura a Dios q te guarde mas que a mi que estoi tan poco baliente como esta mañana en la miça cantada q totalmente perdi el crdito *(credito)* de baronil con las candaloças fuentes que atestemoniavõ corer sin en tanta abundaçia conocer alibio apelo solo a el que tendre si me ocupares en algo de tu gusto.

Deti luenes segundo dia, noche para mi, de tu partida.

tu madre q̃. solo
a ti ydolatra

Luisa de Catalina

(24 de Abril de 1662)

Bibl. da Aj.

O manuscrito aqui reproduzido, acusa na diferença da letra uma grande excitação, encontrando-se também nele algumas passagens pouco claras. Por excesso que acusa grande perturbação, ocasionada pelo afastamento da Filha, D. Luísa nunca mais assinou assim qualquer carta

4

À margem:

Carta cõ mt.os
carinhos e
discrições

My Catalina de mis ojos yo se sentir mejor las saudades q declararlas no se sy es esto effecto dellas sy medio p.a no deslucirlas mas espero deverte el conocimiento do q te amo y q me es mayor verdugo q la soledad cõ q me dexas de q solo me puede aliviar o passares cõ grande commodidad em todo

e hiçe luego deligencia em esto q me dices de dormir ala capucha y me dixeron q no faltava nada mas no se quieta muy cuidado e me avisa por este de lo q es menester q te lo enbiare luego de suerte q no se conosca lo q es e advierte sy te queda alguna cosa de q gustas q todo es tuyo my hija de my alma. ya sabes mis occupaciones q passe ala noche com tantos papeles q no pude responder alos tuios ny decirte lo q siento las inpertinencias co q van a causarte deves responder q los terminos de justicia no estan en my mano y asi lo es ny te puedo responder a esto sin parecer de los menistros. Dios te g.de my hija y te eche su bendicion q yo me voi ala tribuna pedircelo y solo sera medio p.a bivir la consideracion de my conbentillo en q libre de otros exercicios tenga solo este. hagote a saber estoi hecha el obispo de targa a echarte bendiciones de las ventanas

tu madre q te adora

Raynha

(25 de Abril de 1662)

Bibl. da Aj.

5

Señor hijo mio. Enfin me ha Vuestra Magestad quitado el corazon y tan dulsemente que es igual el gusto, con que le doy a Vuestra Magestad al dolor, que me queda de me ver sin mi hija, e companhia mui buena, espero le hara a V. Mag.ad y mejor, si mirare mas para el interior de su animo, que para su persona, porque entre otras Virtudes, tiene Candidez, mansidumbre, y juicio sin artifício capaz de agradar a un animo tan generoso como el de Vuestra Mag.d, y el tiempo ensinará a V. Mag.d que no gano la nobia como madre, Dios la lleve a los braços (à margem: *ou senão parecer bem esta palavra* — a los oyos de Vuestra Mag.d) de Vuestra Mag.d, y me enbie estas nuevas para enxugar mis lagrimas, y de que Vuestra Mag.d está satisfecho, para que tenga en uno dos hijos, y no divida el amor que a entre ambos tengo, no ofresco a Vuestra Mag.d lo mas que queda desta parte, porque con lo que váa doi todo.

Dios guarde a Vuestra Magestad tantos anos como desea

Esta madre que mucho le quiere

Luisa R.

É um rascunho, como se vê do texto. Publ. no Instituto, *vol. 98, págs. 80-81, cit. Torre do Tombo, col. de* S. Vicente, *XX, 308.*

6

Sro hijo mio con dos inimigos é passado harto congoxada estos dias, la ausencia de la Reyna, y el cuidado de los successos de la mar, del primero solo Dios puede aliviarme, del segundo supplico a Vuestra Mag.d me libre avisando-me como se alla V. Mag.ad con ella, q como ella se alla con V. Mag.ad no lo pergunto porq lo se aun sin oirlo.

Estos ultimos dias de su viagen cursaron vientos tan recios q despachando al dia seguinte de ser partido una embarcacion ligera en su seguimiento á voltado sin ver ni aun la armada, todo el trabajo, y peligro es facel de vencer por el dichoso logro de conpanhia de V. Mag.ad q Dios g.de tãtos anños como dece esta.

Madre que mucho quiere a V. Mag.ad

Luisa R.

(Maio de 1662)

Cód. Original Documents relating to Charles II, *fol. 8*, in *Bibl. da Universidade de Coimbra.*

Desta carta existe cópia ou rascunho no ms. 537, fol. 282, da Bib. da Univ.

7

À margem:

Carta discritissima p.a
a F.a a pouco tempo
de se partir

Hija de my alma va mucha diferencia de sentir saudades a escrebirlas, en las mias sobran los excessos, y faltan las razones, q cierto no sé pera q quiere hacer la furtuna mas pruebas, de q no tengo cabedal p.a sus golpes, este q tanto siento es lo mismo, q yo deseaba verte Reyna de tales Reynos, y con tal marido q es lo que sobre todo estimo, mas es pension q se paga de los bienes deste mundo semejantes descuentos, logra tu my Catalina lo que se te debe a trueque de q yo padesca q cõ el alivio de lo saber me contiento, y mi cuidado q no te a dexado de assistir un punto nesta jornada, q la tienes passado muy bien de lo q asta aora no pude tener cierta noticia saliendo frus-

trada la deligencia q hice, de q fisesen, en tu seguimiento unos barcos ligeros q me la truxiesen, y tubiera caido en mayores precipicios sy no me seguraran era el biento q aca corria el mejor p.ª tu navegacion y la esperança de q las primeras seran de estares, en tu Reyno, y en la conpanhia de my hijo q ya sabes es titulo, cõ q nonbro al srõ Rey de la Gran Bretaña (y tu te contentaras cõ el de nuera) de quien te pido muchas nuebas, y encomiendo describas my animo, como quien tanbien le conoce y no deves temer el desempenho de las mayores ofrendas. No te olbides de los consejos, q te dy todos encaminados a serbirle y darle gusto, y es todo my cuidado pedir a Dios aciertes, en ello y por no te tomar el tienpo de acudir a esta obligacion no te digo me escribas menudamiente lo q has passado, y apelo p.ª los q te aconpanharon. Nuebas mias no tengo q̃ darte sy no del extremo cõ q he sentido tu ausencia lo que siendo causa de se me tirar la salud querrian los medicos groceramiente remediarlo lo q̃ recuso por saber no es en su mano minorar la destes effectos. De la Capilla te las enbiare de aver tañido uno destes dias ventura, y siendo q en otros me serbiera de alivio, agora solo de incentibo a la pena, de los mas no ablo por no te la inobar, y a my Amor le afrenta de aver dificultad, q no venciese por darte gusto. Avisame sy 'o tienes de alguna cosa q ya sabes todo es tuyo.

Dios te g.de como deseo y te eche su bendicion.

Tu madre q̃ mucho te ama

Raynha

(Maio de 1662)

Bibl. da Aj.

8

À margem:

Rellata sucessos cõ
D. João de Austria e
hũ prodigio q socce-
deo e lembra o socorro
de Inglaterra

Hija mia abrá ocho dias q te tengo echo essas reglas cuidando se iria el navio q me disẽ q sale deste puerto, y mis occupaciones no me dan lugar a te escribir lo q quisiera, y solo hacerte la supplica acustunbrada de nuebas tuias q espero en Dios puedas mandarme tan buenas como deseo. Las de Alen-

tejo modernas son tener Don juan cercado a geromenha (1) si bien los sitiados estan cõ grãde animo, y buenas provisiones, de Borba nos sertificamos no haver echo daño salvo, en algunas pocas casas e otro ninguno asta aora en la Provincia q parece se enpeña Dios en defender la causa deste Reyno, y lo a mostrado, cõ evidencia abriendose las puertas del sagrario de la madre de Dios el mismo dia q tuviemos el choque de tan conocidas vantajas cõ el enemigo, mas ny en todo sy ande esperar milagros, y cõ essa confiança dexar los medios humanos, y assi es neccessario applicar el soccorro q su mag.ad nos promettió dando ayuda p.a negociarlo al marquez de Sande a quien por la secretaria van mas dilatadas noticias del estado de las cosas, cõ orden de q todo confira contigo q estoi cierta no te olvidarás de las obligaciones de hija de Portugal, y de las prendas q aca dexastes no hablo en tu madre de quien solamiente quiero te acuerdes p.a conocer lo q̃ te ama e desea darte gusto muchos te de Dios en cõpañia de my hijo y te g.de q.to desea.

Tu madre que mucho te adora

Raynha

Bibl. da Aj.

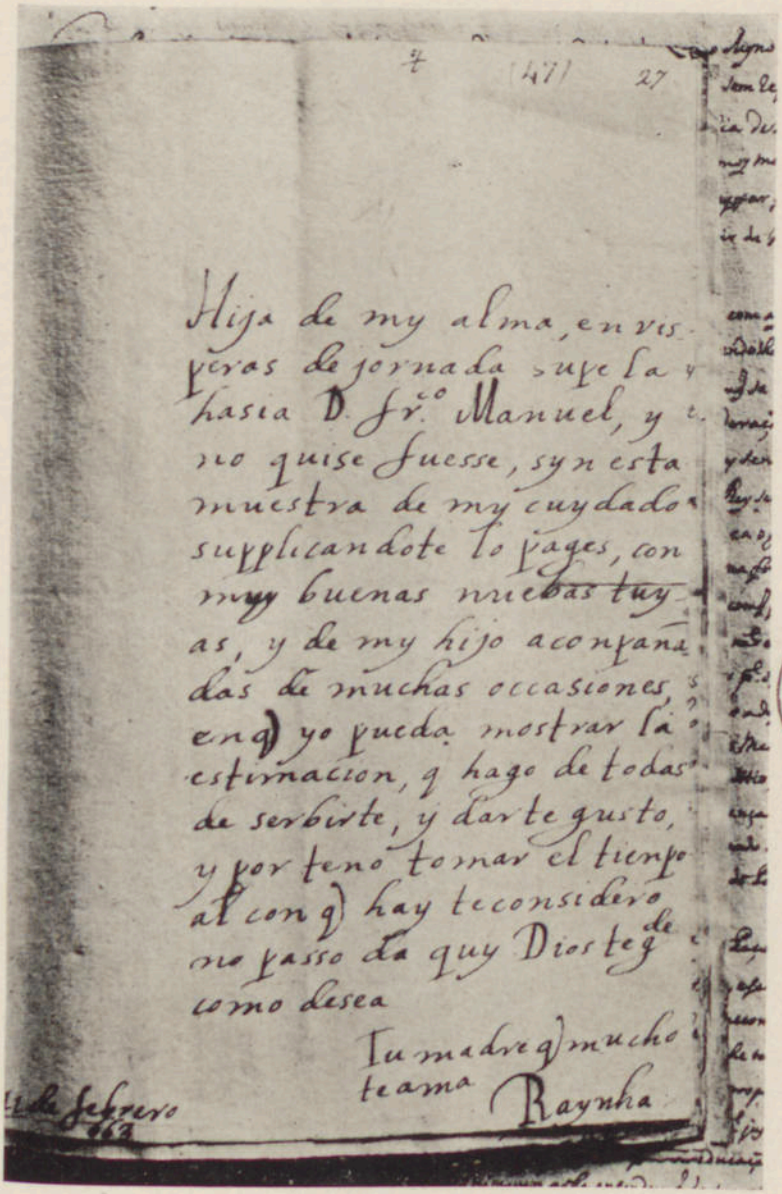
9

À margem:

Carta discritissima de saudades da F.a a pouco tempo de auzente

Hija y todo my Amor dicenme se parte un navio, y no quiero sea syn llevar estos renglones en señal del afecto con q siemprete assisto y bien achrysolado, cõ la dilacion de nuebas tuias, en cuia esperanca aviendo ya el alma agotado la finesa te offrescio el resto del cuerpo, en sacrificio, q como mas grocero se rendio, y los medicos no quieren estar por my informacion (tan buena, como de puertas adientro) de q el remedio esta en la misma causa, y me tienen applicado ya sinco sangrias, y

(1) *16 de Maio de 1662.*



Hija de my alma, en vis-
peras de jornada supe la
hasia D. Fr.co Manuel, y
no quise fuesse, syn esta
muestra de my cuydado
supplicandote lo pages, con
muy buenas nuebas tuy-
as, y de my hijo aconpaña-
das de muchas occasiones,
en q yo pueda mostrar la
estimacion, q hago de todas
de serbirte, y darte gusto,
y por teno tomar el tienpo
al con q hay teconsidero
no passo da quy Dios te g de
como desea

Tu madre q mucho
te ama

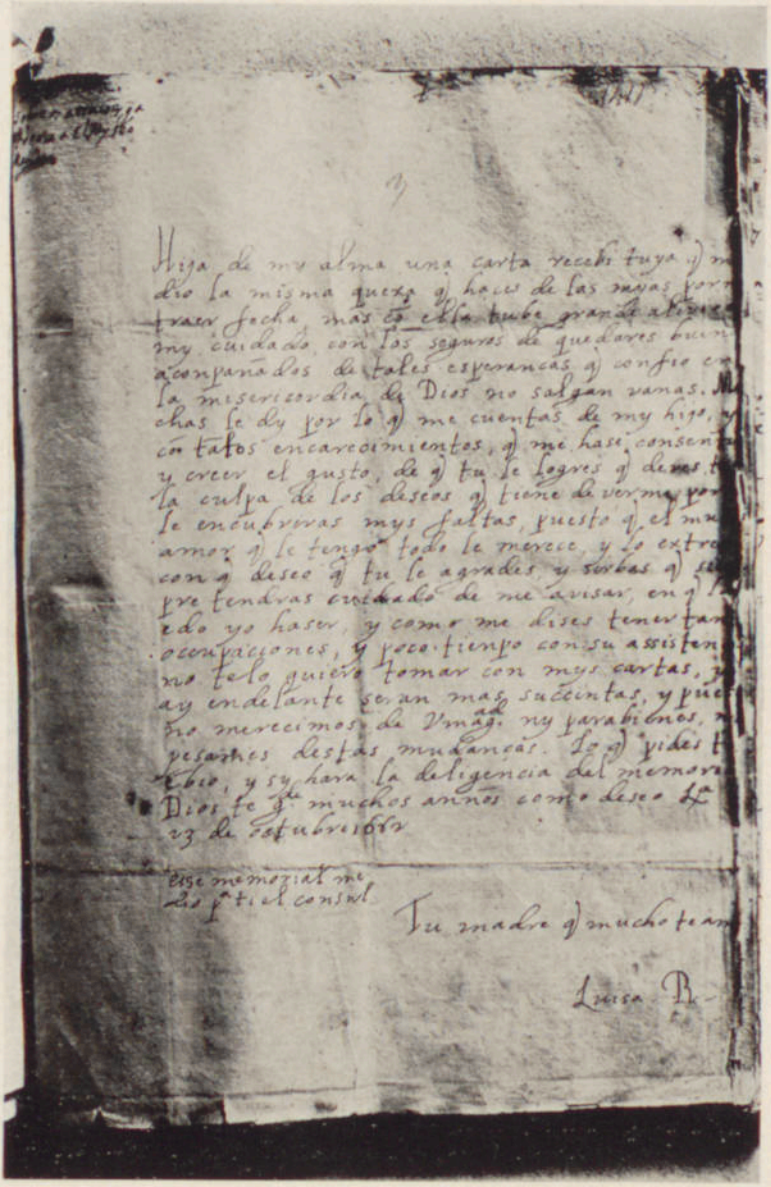
Raynha

de Febrero

CARTA AUTÓGRAFA DA RAINHA D. LUÍSA PARA SUA FILHA D. CATARINA, RAINHA DE INGLATERRA

B. A. Cód. 51-VI-32

(Fot. *Ed. Portugal*)



CARTA AUTÓGRAFA DA RAINHA D. LUÍSA PARA SUA FILHA D. CATARINA, RAINHA DE INGLATERRA

B. A. Cód. 51-VI-32

(Fot. *Ed. Portugal*)

prometen otros tales quera Dios darme salud p.ª oir buenas nuebas tuias, y de my hijo el srõ Rey de la Gran Bretaña, v consideren ambos lo q me deven, digo tu q me conoces pues vengo apetecer alivios, quando los abomino, y la concervacion de la vida p.ª te los ver lograr. Avisame de lo q gusta su mag.ªd porq quisiera enbiarselo q bien sabes es el amor muy confiado, y mas quando confessaré siempre en mys ofertas o seren prendas de deudas y muestra de agradecimiento.

Tus hermanos no te escriben por no tener lugar a la ora q me dan recando desta via, mas sy te recomiendan cõ la mayor ternura y pido a Dios te eche su bendicion y g.de como desea.

Tu madre q mucho te ama

Raynha

Bibl. d'Aj.

IO

À margem:

Carta m.to discreta em resposta da pr.ª q̃ recebeo da F.ª e cõ noticias da prizão do Conti, e outros, e das nossas guerras; e pede soccorro p.ª ellas

Hija de my alma la ultima octava del espirictu sancto fue Dios servido la conociesse por fiesta (puesto q̃ las myas son celebradas cõ lagrimas) recibiendo una carta tuia, aunq̃ abreviada, en q̃ me decias aver llegado al primer puerto de tu Reyno, y passado, cõ salud la jornada, sy bien no me duró mucho este alivio, siempre apensionado a las saudades, entendiendo por la del Marquez de Sande fueras quexosa de hũ braço, lo que me dexo assas de my furtuna por q quisiera solamiente, en my mostrara sus effectos, y no afin de me herir por lo mas sensetivo, experimentar sus golpes lo q mas amo. Mayores fueran los precipicios de my pena a no me segurar ibas mejoradas, y a no irme alentando todos los dias, cõ la esperança q aquel ade ser lo en q tenga noticias estas en conpañia de my hijo, y tan satisfecha q no te acuerdas de Portugal, ny aun de my porq tu conveniencia conprare y siempre hasta a costa de tales disfavores por acreditar mv

finesa; mas hija estas razones son dictadas della q ala verdad y me allo por extremo de tales socorros p.ª poder cõ los continuos trabajos q parece a la porfia me cercan despues q̃ tu me as faltado, y lo que mas con ellos me aflige es jusgar q los sufro antes, cõ desesperacion, q resignada y assi te enpecare a puntar p.ro algunos interiores, y por mayor los q̃ me cercan. Sabras q crecio de suerte el escandalo, y quexas no solo vulgares, mas de los principales menistros contra las personas inferiores, de q tu hermano se servia cõ mas gusto (procedidas de sus exorbitancias, y hasta amenaças de motim) q̃ me obrigaron en conciencia a tratar del remedio, en q bien entiendes las grandes dificuldades q se devian oponer, no siendo la menor el ir contra su voluntad, mas poniendo solamiente por blanco el servicio de Dios mejora suia, y satisfacion de 'os vassallos dy tal orden q sabbado des, y siete de junio estando el Rey comigo, en el despacho sin saber de nada prendieron a los Contys, en su mismo quarto (cõ todo respeto al lugar por no ser possible en otro) y a las mas sabandijas de su sequito onde las hallaron, y a la misma hora enbarcaron todos p.ª fuera; a q succedio entrar el secretario de estado, en nuestra presencia, y luego los tribunales, cõ sus presidentes q a este fin estavan llamados, a quien leió hũ papel como manifesto de las razones q ubo p.ª semejante demostracion. La accion que fue generalmiente bien recebida, y aplaudida, avaliandola por segunda restauracion deste Reyno, en lo particular Dios q conoce los coraçones permita hacer patente el myo al Rey, y los deseos, de q paresca, en todo hijo de su padre, y tu hermano q es solo a q se encaminan estas deligencias.

De los exercitos no falta cuidado porq en Alentejo despues de porfiada resistencia se rendio geromeña al inimigo, y aunq cõ considerable perdida suia, es grande la nuestra en una plaça, q es llave de aquella provincia, jusgasse la perdió la traycion de un soldado estrangero *(á margem:* era francês), q fue dar aviso al enemigo de la parte por onde estava ajustado meterse el soccorro, y frustrada esta occasion fue inpossible cobrarla nuestro exercito, q numeroso esta en cãpaña, porq siendo muy pequeno el circuito de la plaça, y de una parte cercada del rio estava el enemigo fortissimo solo, en dos quarteles, y ainda assi el Marquez lo queria avançar, mas los cabos no le seguiron, y no se sy fue segundo yerro.

Aqui llego algũ principio del socorro prometido por su mag.ad mas poco, y lo demas no se sy vendra a tiempo q sea de servicio, no te olvides de dar toda la ayuda al enbaxador, p.ª q conoscamos los fructos desta aliança, y nuestros enemigos q fueron bien fundados los temores q le causo, y a mi ningun fracaso teniendo buenas nuebas tuias, e seguros de q

estás libre de todos, y cierta en my amor y deseo de te dar gusto. Dios te g.de y eche su bendicion.

Tu madre q mucho te ama

Raynha

Bibl. d'Aj.

Esta carta, escrita depois da queda de Juromenha, a 9 de Junho, e da prisão dos Conti e de mas sabandijas, *a 17, deverá datar-se de 19 ou 20 de Junho de 1662.*

11

Sro. y hijo myo. Tarde ha llegado a mys manos una carta de V. Mag.ad de 15 de n.ro del anno passado puro como nõ recevi otra en este navio q llego me alegre mucho cõ ella, y aun mas cõ las nuevas q la serenissima Reyna my muy amada, y preciada hija me da de la salud de V. Mag.ad y de sus gustos gracias a Dios q la llevo a la compania de V. Mag.ad de q esta tan contenta q a no ser tan cuerda, recelava q sy bolviesse loca, q bien sabe V. Mag.ad hacer una mujer dichosa, el verla en tantos gustos alivia mucho el sentimiento de me ver syn ella, y me lo deve V. Mag.ad aliviar con su cartas como le suplico, por q son p.a my mal el mejor remedio. No hiso aqui falta el tratado porq con lo q acá tengo se hiso, como hara siempre el servicio de V. Mag.ad en q todos mys vassallos desean mucho aciertar, de my nõ tengo q decir sinõ q no me resuelvo en qual de los dos es mas my hijo, sy la Reyna sy V. Mag.ad cuya sereníssima persona Dios. G.de muchos anños como desea

esta q mucho quiere a V. Mag.ad

Luisa R.

Lx.a 30 de Ju.o de 662.

Cód. Original Documents relating to Charles II, *fol. 10. Bibl. da Universidade de Coimbra.*

12

Sro y hijo myo. llego el conde de Insequin, y en su segimiento quatrocentos cavallos, y havian llegado p.ro siento, y sincoenta, la infantaria nõ llego, pero segun las informaciones

tardara pocos dias, y viene en muy buena occasion, porq es mayor el empeño q el inimigo puso en la guerra este anño, q el q hiso en todos los passados.

Tãbien han llegado alguns navios, biva V. mag.ad mil anños por se acordar de my, y de los trabajos destes Reynos, al conde, a las tropas, y a los navios se hara todo el buen passage, no solo en estos pagamientos q V. mag.ad manda se la hajan, mas en todo como es razon, y aun q esto está ya por cuenta de el Rey my hijo, no faltaran sus menistros, em todo lo q entendieren es servicio y gusto de V. mag.ad y es lo q yo hare sienpre. Dios g.de a V. Mag.a como desea

Esta madre q mucho quiere a V. mag.ad

Luisa R.

Lx.a 2 de Jul.o de 662.

Cód. Original Documents relating to Charles II, *fol. 11. Bibl. da Universidade de Coimbra.*

13

À margem:

Carta admiravel da R.a dando conta
á F.a da sua deposição do G.o e dando-lhe
documentos admiráveis do que devia fazer
(Esta rubrica está escrita duas folhas antes da carta que se transcreve em margem de folha cortada; mas parece referir-se a este texto).

Hija y todo my amor el mismo effecto a obrado en my las saudades q el placer porq llegando ambas passiones al extremo quedã inexplicables salvo, q la p.ra siendo triste, y teniendo habitu a los tales en lo poco q della dixere a lo menos no me sera necessario mudar linguage, y en la otra confessar alivio syn tu presencia, y gusto, de q outro goce lo original, y q yo me contente, cõ la copia no me parece bastara toda la retorica p.a lo librar del nõbre de groceria, salvo my amor, q no produce ordinarias finesas, cõ la mayor he dado gracias a Dios de saber estás libre de los peligros de la mar, y cõ principios de la mayor bonãça q nos promette al

conocimiento de S. Mag.ad a tus partes, y la satisfacion cõ q estás de su voluntad q es la principal addicion a hacer los estados felices, Dios por quien es lo permitta assy. yo a el gracias, me allo tãbien mucho en el presente, y cierto no fue poca cordura no enpecarte por tales nuebas este papel, y solamiente la estimação q hago de las tuyas se aventaja a las q tengo de darte, hija estoi libre del yugo del govierno p.a tratar de my alma, syn desculpa q dar a Dios sy assy no lo hiciere, cõ tiempo desocupado p.a te encomendar mucho a el; y finalmente cõ todo q.to deseava, tãto a my satisfacion q estoi escrupulosa q faltãdome tu padre q esta en el cielo, y tu presencia aya cosa q me dẽ tanto gusto, lo q passô en la forma q te dire, mas p.r poderes satisfacer la coriusidad de los q te lo perguntaren, y emmiẽdar las mentiras q ẽ semejantes occasiones se acostũbran decir, q cõ esta narracion quererte mostrar el termino, q se a tenido comigo q a muchos q dizen merecer el nõbre de zelosos no le ã parecido el mejor, no digo yo tal q por mas aspero q fuera lo q me conduxera a este fin lo tubiera siempre por lindissimo. Despues de se aver executado lo q en otra te escribo cõ aq.ellas personas del servicio de tu hermano, y estar todo apaciguado, en la aparencia, y los buenos, cô esperança de mejora algunos sequaces ocultos de los tales, y de diferente calidad q no promettia tal termino, sy apresuraron atropellar todo por dar la ultima mano a la separacion del govierno o por temor, de q no procediendo como devian, y siendo ya en parte conocido su artificio se hiciese cõ ellos alguna demonstracion serviendoles de exemplo a q no se les avia dissimular por sus pessonas la retencicion del Visconde de Villa nueva, en su misma casa por entender yo no era de los q mas mostravan al Rey eran mys acciones dirigidas solo a su mejor servicio, o lleva de la anbicion de governar passion tan comun a todos o por otros causas q observan los especulativos, se resolvieron a dar la execucion o q por todos los adjuntos, ya desterrados estava dispuesto p.a dia de los anños de tu hermano, y assi rebento la mina a los veinte, y uno de junio dia de S. Luys Gonçaga (q te nonbro p.a q le quedes tan obligada como yo lo confessare siempre) a la tarde passo el Rey syn orden myo a Alcantara cõ el Conde de Castel mellor, y atogia (q a la vispera me avia besado la mano por el generalato del Armada) de adonde el segundo hiço cartas p.a toda la noblesa diciẽdo como S. mag.ad ordenava se fuessen hallar cõ el. muchos assustados de la novedad, y los principales me venieron buscar cõ ellas mostrando grande voluntad a my servicio. q llamé luego a consejo en my presencia, y conferindosse varios medios p.a quietar estos principios, y queriendo cada uno mostrar su zelo, en querer ser el mismo en los executar, yo declaré ser la mva de dexar luego el govierno, y de q todos fuessen assistir al

Rey, y lo q solamiente deseava es q el lo veniesse acetar de my mano, y conocer q el gusto cõ q lo largava no era menor al cõ q lo conserve cerca de seys anños deseãdo le quedara muy anplificado, y q yo fuera monarcha de todo el mundo p.ª se lo offrescer, y q esto podia poner en contingẽcia el menor apartamiento, cõ q se resolvio le escribiesse la misma noche enbiandole la carta por el Obispo de Targa, quando ya me trahia otra D. Tomas de Noronha (a q pocos dias antes avia echo la merced de Conde de Arcos) q contenia desirme el Rey queria tomar el govierno, respondile remitiendome, en todo a la p.ra la estimaciõ q dello hacia, y q luego lo podia venir acetar, y livrarme de la calumnia de alguna repugnancia, q era solo o de que me temia. el dia de veynte, y dos passo occupado, ẽ elegir nuebos consejeros de estado, a los antiguos, dar puestos a Sebastian Cesar (q estãdo ya por premission mya en su casa llamo a su assistencia) como tãbien An.to Cabide y el visconde preso. A los veynte, y tres cierto en el deseo q yo tenia de le entregar los sellos, y q syn ellos no quedada valida ninguna cosa se resolvio venir acetarlos acõpañado de toda la noblesa, y tribunales de gala, echandoce dinero por las calles, y las mayores demonstraciones de Alegria, q espero en Dios las avemos poder atribuir a annũcios del buen govierno q promette um prĩcipe moço dotado de gran valor hijo de tal p.e y aguelos, y la submission (cõ q está segundo dise) a my obediencia. Agora todo my cuydado se applica a la elecion de la parte q ede escoger p.ª my retiro alegrandome de lo mucho tienpo q ede tener p.ª contenplar en este tu retrato (q determino poner entre los de my mayor devocion) en q allo grandes motivos de llevantar el coraçon a Dios, pues teniendo tanto por q le alabar en lo q representa, es tan diferente el original, y tanto mas p.ª admirar lo q no conprehende el entendimiento q.to mas los limites de pincel. De my parte da las gracias a S. mag.ad de me lo ẽbiar, y representale lo q estimo su ãbicion, en lo q te toca, y q syendo yo sospechosa me atrevo a jusgarla arezoada. yo te las doy de me occupares, mas no en semejante niñerias, q mando luego sy te remittan cõ tãto q me avises de lo q mas gustares y my hijo q solo p.ª dartolo llegaré a desear la vida. Mucha gracia te hallé en decires me querias ẽbiar algo, ya un guantes, hija a no ser escobas no te canses q no seran de servicio. el socorro me dizẽ ser llegado yo muy conocida de lo q devemos en todo a S. mag.ad Diseme sy te allas descansada del camino q por lo q supe por algunas relaciones menudas fue bien trabajoso, y quita lo q pudieres(como creo abras echo) de la severidad, y encogmiento español, usando de de la facilidad estrangera, y pagando, cõ el mayor agrado el buen termino q tu cunhado contigo a tenido, acetãdo la alegria de los

vasallos cõ benignidad, y sobretodo olvidarte de las damerias, y transformarte al gusto de su mag.ad q en esso aras el myo.

Dios te g.de q.to deseo.

Antes de cerrar esta me disen fue Dios serbido llevar p.a sy al p.e fray Domingo en el ultimo de junio cõ general sentimiento de los buenos y particular myo.

Tu madre q mucho te ama

Raynha

Bibl. d'Aj.

Na primeira via desta carta que se encontra no Arquivo da Casa Cadaval, cód. n.º 2.230, a morte de frei Domingos do Rosário é noticiada num período acrescentado, posteriormente à assinatura da Rainha.

Deverá fixar-se também em 2 de Julho de 1662, como a anterior, a data desta carta, sendo natural que não houvesse demora em comunicar à Rainha da Grã-Bretanha o termo da Regência e a morte do frade, ocorrida em 30 de Junho. (Hist. de São Domingos, cit., *tomo IV, pág. 733*).

14

À margem:

Carta discreta; fala
na mudança do g.º
e em desterrarem
os C.des de Soure,
e Pomb.ro

Hija de my alma muy lastimada ma tiene ver no fue Dios servido conseguiesse, en tãto tiẽpo unos rengrones tuyos q̃ me segurassẽ quedavas buenas, y en tu corte, mas nĩguna evidẽcia es bastante a me persuadir sea tu descuido sy no my desgracia la q̃ quiere. padesca tanto o por la experiẽcia de q siẽpre me ataja los alivios, o cierta, de q te meresco no me los negares, y te desculpo cõ todos los q conocẽ la obligacion q tienes a my amor, y se admiran lo mal q veen correspondido el cõ q no pierdo, mas procuro todas las occasiones de te lo representar en la manera possible. esta se me offresce por via del Conde Insequin, en quien jusgo tienes vassallo de grandes prẽdas, y

cõfidẽcia, y por ẽtender te dara gusto, y a my hijo a quiẽ confieso deber todo sy ha avido cõ tal bisarria, acuerdo, y submission, en estas mudãças q hallo, q me tiene obligadissima, y deseossa del desẽpeño q ade correr por tu cuenta, y tãbien no perder yo la opinion de valida tuya. este hõbre me represento q aviẽdo justado, y otras personas sus remates, cõ my hijo sy le congsinaran *(consignaran)* los pagamientos, en las tierras cõfiscadas, en Irlanda, y como de presente se haja reparticion, ye el esta serviendo esta corona por dar gusto a su mag.ad y no ade desemparar su obligacion por los mayores lucros no sera razon q la falta de su assistencia diminuya la justicia p.a quedar menoscabado ẽ algo. Lo que me pedio fue te lo hiciese a ty de q̃ escribiesses una carta al Duque de Ormon q diz ser virrey deste Reyno p.a q en todo favoresca los interesses del Conde, y particularmiente ẽ esta satisfacion de sus remates porque lo averas assy por tu serbicio parecome q esta es su propuesta, y tu aora me perdonaras los encarecimientos, y creo syn ellos no faltaras alo q estubiere en tu mano. La mya es le escriba el Rey agradeciendole el buen termino q yo le aviso e! a tenido en cumplir lo q su mag.ad le ordeno. Aqui continuan los destierros y enbiaron aora a los Condes de Sore, y Põbero. Lo que deseo son nuebas tuyas, saber en lo q̃ te puedo serbir Dios te eche su bẽdicion y g.de como desea

Tu madre q mucho te ama

Raynha

(Julho de 1662)

Bibl. d'Aj.

15

À margem:

Carta excellente; da noticia
de hũa queda de ElRey
e varios sucessos militares
e desterro do Duque, e outros

No quiero perder occasião my Cathalina de te pedir nuebas tuyas p.a te obligar con my finesa, q atropella el temor de cansarte a q me las ẽbies, y cõ las muestras de my cuydado a le aliviares cõ muy buenas de tu salud, y de my hijo, y assy en sabiẽdo parte algũ baxel no es en my mano cõtenerme a

te las pedir ny aun cõ el susto q passé estos dias, cõ una caida q dio el Rey q Dios g.de andando a cavallo jugando las lanças en el jardin mayor q otras, y le dexa sangrado dos veces mas a el gracias ya p.a se levantar. Tãbien le devemos muchas por los buenos successos, q nuestras armas ã tenido, en el miño, y Beyra, en la segũda haciẽdo huyr el enemigo, cõ perdida del bagaje, y publica verguença, y en la otra no le dexando ganar palmo de tierra, y cõ esperãças de mayores progressos. De la corte ha tu hermano desterrado el Duque de Cadaval y a P.e Viera, en cuyo lugar proveyo An.to de Sosa de Macedo permitta Dios todo sea p.a mas servicio suyo, y bien del Reyno de q te pido veas lo q gustas y te eche su benedicion, y g.de como desea.

Tu madr.e q mucho te ama

Raynha

(Agosto de 1662)

Bibl. d'Aj.

16

À margem:

23. 8.bro 662
Sôbre as atenções
q a F.a devia
a ElRey seo marido.

Hija de mi alma una carta recebi tuya q me dio la misma quexa q haces de las myas por no traer fecha, mas cõ ella tube grande alivio en my cuidado, con los seguros de quedares buena acompañados de tales esperanças q confio en la misericordia de Dios no salgan vanas. Muchas le dy por lo q me cuentas de my hijo, y cõ tãtos encarecimientos, q me hase consentir, y creer el gusto, de q tu le logres q deves tener la culpa de los deseos q tiene de verme por q le encubriras mys faltas, puesto q el mucho amor q le tengo todo le merece, y lo estremo con q deseo q tu le agrades, y sirbas q sienpre tendras cuidado de me avisar, en q lo edo yo haser, y como me dises tener tantas occupaciones, y poco tienpo con su assistencia no te lo quiero tomar con mys cartas, y de ay en delante seran mas succintas, y pues q no merecimos de

V. Mag.ad ny parabienes, ny pesames destas mudanças. Lo q pides te êbio, y sy hara la deligencia del memorial.
Dios te g.de muchos annos como deseo.

Lx.a 23 de octubre 1662.

esse memorial me
dio p.a ti el consul

Tu madre q mucho te ama

Luisa R.

Bibl. d'Aj.

17

À margem:

24. 8.bro 662
Recommenda o
C.de de Insequin
e q são chegados
os criados, q a
acompanharão

Hija de my alma parte el Conde de Insequin, y no quiero perder occasion de pedirte nuebas tuyas, ny acordarte el buen procedimiento deste cavallero, q me pedio te representasse el deseo q tenia de q lo admittiesses a tu presencia, y tratasses, como a los mas familiares encomendandolo al chanceller, mas entiendesse esto no inplicando ala custumbre del pays, q yo no se, y a q sienpre te accomodaras. Ya son llegados los criados, y criadas q de ay enbiaste todos trataron de me aliviar con nuebas tuyas, y de como estas servida, y estimada, mas mys saudades no acetan remedio, en tu ausencia. D. Fr.ca y Geronimo de Abreu me dieron dos cartas tuyas de recomendacion, y aun q̃ todo lo que quisieres le haré sera bueno escribas sobre esto a tu hermano q bien sabes por lo mucho q te ama q no dexará por hacer cosa q̃ le pidas. Todos vienen muy desvanecidos cõ las honras, q recivierõ de S. Mag.ad a quien

daras mys recomendaciones, y en su conpania te g.de Dios mil anños como deseo.

Lx.a 24 de Otubre 662.

Tu madre q mucho te ama

Luisa R.

Bibl. d'Aj.

18

À margem:

24 8.bro 662
cõ nota de serẽ
chegados a este
R.o as pessoas que
forão acompa-
nhando a R.a

Hija, y todo my amor son llegados a este reyno la Condessa de Pontevre, con las mas criadas, y criados q buelta de esse. y despues de me aver informado de todas con particularidad de tu salud, y recebido una tuya de nuebe de Agosto, cerré esta celebridad con assas de lagrimas, despresando mys saudades el alivio, por q anelavan hallandole, en la possession corto a su excesso, y en comparacion de la pena q estos me dan no hago caso de otra ninguna, y asy te mando encomendar a Dios, con todo cuidado p.a q te g.de govierne, y continues con los aciertos, y prudencia, con q me disen procedes en todas tus acciones, p.a q agrades al Rey my hijo. y a tus vassallos, q es mucho p.a le dar gracias lo q me dixeron te estiman, todo a el se deve, y solo sabe lo que nos conviene, assy no pierdas occasion, en essa corona, q te dio de le serbir, con (?) q la merescas, mas por meritos, q furtuna, y vee lo q as menester de acá, con toda la confiança, q assy te lo pido por my amor, y te lo ede ẽbiar con el mayor, y solo p.a ti tomara ser srã del mundo, y quando pienso podras tener la menor falta (lo q Dios no permita) me olvido de todas las q padesco, y solo estas me duelen.

La que tienes de salud trata de remediar no rehusando los remedios, como acustunbravas pues la mudança de clima, y mantenimientos es cierto avian de alterar la conplecion, y no deves dexar arraygar los achaques. Quando no me pedieres escribir no te aflixas, acude a tus obligaciones, y descanso q p.ª my no son necessarios cunplimientos, Dios te g.de y dmucho de su gracia como deseo. Lx.ª 24 de otubre de 662.

Tu madre q mucho te ama

Luisa R.

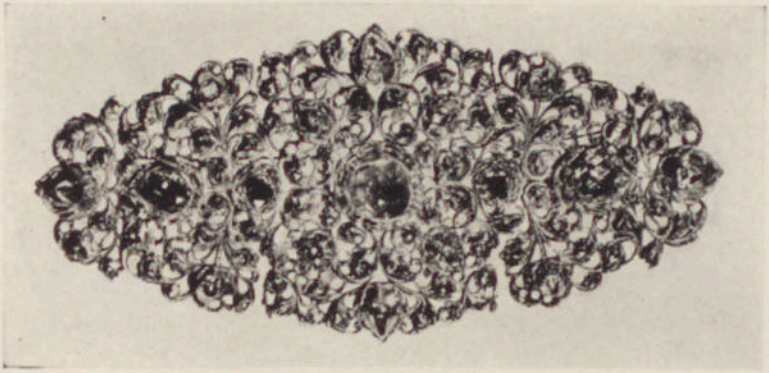
Bibl. d'Aj.

19

À margem:

Carta excellente
dando conta de
se querer retirar
p.ª o Sacramento

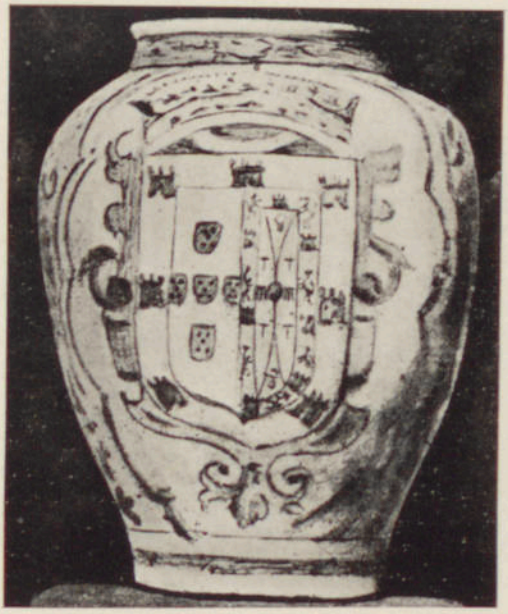
Hija y todo my Amor muy desalentada me dexaron las nuebas, q me dio el consul de quedar una vez sangrada, y aun q̃ me asseguro no passarian a mas por aver cessado la quexa, no se quieta my cuydado, assistiẽdote de la manera q̃ puedo, y solo sirbe a penalisarme, por lo q̃ te amo hija q̃ no pierdas occasion de me aliviar cõ tan buenas nuebas, como espero en Dios me poderas ẽbiar, y es solo lo de q̃ me alimento, ya en posse, ya en esperança, y conoce por la mayor finesa pedirte medios p.ª conservar una vida q̃ no sirbe más q̃ de tormiento, cõ las occasiones presentes (por no le dar otro nõbre) y cõ las memorias passadas, q̃ me traen el alma tan lastimada, y me tiene Dios de suerte privado de todo consuelo q̃ conosco vivir y del mismo veneno. Al monasterio del Sacramento. e ẽbiado añadir, en la misma clausura una quinta q̃ le quedaba contingua, y no de mucha cõsideracion, y esto nõ por querer buscar a Dios (unico refugir, y descanso) cõ mag.des mas por conocer soy tal q̃ solo serviré de desacomodar a las monjas. Los pocos dias q̃ me dizẽ ser necessarios a poner la obra ẽ perfecion jusgo una enternidad, pues ẽ ellos no oygo sino continuas supplicas, no faltãdo ẽ ellas tus hermanos (q̃ aun q̃ agradesco me son bien molestas) a q̃ no ponga ẽ execucion esta resolucion tan antigua, y principal-



JÓIA DE PRATA E DIAMANTES

Museu das Janelas Verdes

Provinda do Convento das Grilas, esta jóia teria sido encontrada no sarcófago da Rainha D. Luísa, depois da violação em 1888, segundo tradição transmitida por Manuel de Macedo



BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

BOIÃO DE CERÂMICA, DECORADO COM O ESCUDO DA RAINHA D. LUISA

(Rep. da revista *Cerâmica Brazonada*)

CONVENTO DAS GRILAS, DEMOLIDO

Fachada Norte. Vê-se a nascença do arco do passadiço que unia
o Convento com a sua cerca
Da colecção do Sr. Eng.º Augusto Vieira da Silva

(Fot. *Ed. Portugal*)

miente por q̃ me quieren divirtir de te ir encomendar a Dios y a my hijo en cuya cõpania te g.de como desea.

Tu madre que mucho te ama

Raynha

(Dezembro de 1662?)

Bibl. d'Aj.

Esta carta foi publicada no vol. 96.º do Instituto *(1940), pág. 182.*

20

À margem:

Carta notavel de saudades
e sobre o seu retiro se
não effeituar, e sobre
não querer fallar nas
novidades do g.º

Hija cõ grande quexa passo de my furtuna, q̃ solo a ella y no a tu descuido q me fuera mas costoso, quiero atribuir la falta de nuebas tuyas, y como tube aquellas noticias de q̃ quedabas sangrada, y sienpre espero della lo peior estoi cõ grande pena asta q̃ tenga q̃ la occasion de la dilacion a sido los festines cõ q̃ te reciben tus Reynos, y vasallos, y el olvido la presencia, y buena cõpania de my hijo, q yo apruebo tanto q̃ por q̃ no pierdas un instante de su presencia y assistencia lo cõpraré a costa de mys saudades, mas aun q̃ prometto tan largo ellas te piden, y merecen algun alivio, ya q̃ no logro lo q̃ pensava de te escribir estos renglones de my retiro, por q̃ sabras q̃ estando ya ẽpeçada la obra se hallaron tantos incõvenientes, y los mas contra la salud q fue preciso suspenderla, y agora ando, cõ nuebas deligencias (q̃ me son bien trabosas [*trabajosas?*] pues obligã a estar, en este sitio en el Palacio de Enxobregas p.ª se encerrar en la clausura, q aun q̃ no es resolucion de my inclinacion ny voluntad, sigo, por no ser obstinada, en no acetar el general parecer. Dios disponga todo, como fuere mas servicio suyo, y medio p.ª la salvacion de my alma. en el nuebo govierno sobre se aver recogido el enemigo de Alentejo no faltã novedades q te n;

coento pues no es razon sea chronista de lo q aborreci siẽpre ser autora.

De Pedro te dare muy buenas nuebas y las que sé asde estimar q es estudiar, y applicarse cõ notable curiusidad aproveitamiento, y satisfacion de sus criados q e experimentado muy buenos, y sobre todo muy tu amante, y conocido de la criacion q te deve, y a q se deve todo, y me cuenta los favores q le hacia de lo castigar, cõ grande reconocimiento echale tu bendicion q continue p.ª le serbir y avisame sy presto p.ª lo hacer en algo q la brevedad, cõ q parte este navio no me da lugar a ser mais dilatada en esta suplica, ny a ninguna muestra de my cuidado a q te no falte lo q quieres deste Reyno. Dios te g.de q.to desea

Tu madre q mucho te ama

Raynha

(Janeiro de 1663?)

Bibl. d'Aj.

21

À margem:

27. Janr.º 663
Carta excellente sobre as perseguições, q teve a R.ª F.ª em Inglaterra; e sobre as miserias da May, e sobre a fundação do conv.to dos descalços em q ja estava *(Ainda não estava no convento).*

Hija de my alma, tan trespassada de dolores, y congoxas, q solo p.ª padecer es sensible con las pr.as noticias, q tube de tus disgustos, por las personas, q te assistieron, en la jornada quedé de suerte, q̃ ny te lo puedo dezir, como lo siento, ny tu faltar, en creerlo sy conoces lo q̃ te amo; mys desconsolaciones, soledades, y trabajos me parecian nada, pues meresco todo, y mucho menos sy fueran a trueque de te conprar el menor alivio, hallandome atajada asta a te escribir lo q̃ tos

deseaba, porq a los papeles temia la furtuna de su dueño; y assy, en esto q ba, con mayores prevenciones te aconsejaré, como madre, q tanto te ama, seguiendo, mas la razon, q los afectos.

My Cathalina acuerdaste del cuydado, q tenias de agradar a Dios, ya con la oracion mortificacion, etc. pues piensa tubiste un ensayo, en Lx.ª de lo q̃ este sr̃o quiere podescas por su mano en Londres; en nuestras obras siempre ba, no se q̃ de propria voluntad, en lo q̃ el nos da a padecer, no se halla esta inperfection, confiartelo es señal, de q el sugeto es capaz de la vitoria, alegrasse (a nuestro modo de hablar) de vernos pelear, mas su braço, sempre está, en medio del açote, bien se q mys peccados merecen q ja mas le alce, mas no ade permittir su misericordia que p.ª tanta parte del castigo a quien no lo tiene, en la ocasion del, sirbete desta p.ª te achrysolares en su amor, y p.ª en todo reccorrieres, a el q lo tiene sugeto todo, y te ayudarás p.ª esto de las oraciones, q̃ hay podieres tener, yo haré por acá lo mysmo, y sera la p.ra y mejor deligencia. Hablando mas temporalmente hija mya, tu casamiento tiene atenta toda Europa, los fundam.tos con q se hiso, atropellando por todas las dificultades, y aprietos del reyno sabes muy bien, y las esperanças, q nos promettio, my despues de Dios todo pẽde de tu prudencia, y syn grandes causas, y consideraciones se no debe cortar el hilo a lo q por tantas se effectuo, siendo una accion real menos ponderada motibo de inumerables perdidas, y infortunios a lo general, porq sienmpre las mag.des deben sacrificar lo particlar, y tu una vez lo as echo, y espero en Dios continues p.ª grandes bienes de la Christianidad. Y descurriendo menudam.te el menor mal q hallo en los q padeces es procedierẽ de una sola causa, y assy faltando ella cessaran (y aun o my condicion no es de passar por semejantes, ny aun ninguna que nuestro natural no sufre igualdad q.to mas preferẽncias, con todo en la applicacion de los remedios al mismo achaque se deve atender el sugeto). Los grandes extremos, y excessos, q me dizes del Rey son lo q promette menos duracion, y constancia, en la affecion principalm.te sy no hallare resistencia accorrer, en ella arienda suelta, mas debes reparar q esta dissimulacion, no ubiera ser despues de te dar por entẽdida del galanteo, q entonces mas es cooperar, en que obren syn ningun temor, q̃ remedio. y se ede dezir todo, yo concediera de grado, y con dissimulacion la p.ra peticion del besamano p.ª me hallar, con mas fuerças a resistir la dela assistencia de Palacio, atrybuyendolo senpre, a q la escoja de las criadas quisiera libre, y no al sugeto, mas los q te aconsejaron sabẽ la custunbre del pays, y desean tu bien.

Hoy en la altura q estan las cosas, y siendo la persona simples te digo no alteres, en los carinos q̃ podra ser se vença dellos a lo menos a no obrar, con malicia, mas sempre es preciso tengas en tu persona el recato possible, con tanto q̃ no de nota, q lo tengo por peior, porq. como dizes son instigados por el partido Castellano, nunqua la prevencion es demas, y se ubiera medios (como es gente a q solo lleva el lucro) a se acrecentar los q dizes tienen por esta via, y ganarmoslos, es sola la q se me oferesce, y a hallarme, con cabedal, no fuera esto syn creditos bastantes, mas no me exymo con aviso tuyo a mas de lo q podiere, q̃ hoy no es nada. el applauso general conserva lo mas q fuere possible, aunque el vulgo, como monstruo de muchas cabeças, con facilidad se muda, assy q̃ ala noblesa haras mucho por adquirir (huyendo sempre del nõbre de parcialidad) y a los q tubieren las armas, en su mano. en particular favorece con buenas palabras los Catholicos q como tienen Ley verdadera se puede esperar tengan los animos. Con el Rey no te muestres de por vida disgustada. Advierte en lo q le agrada p.ª lo haseres, y tiene cuenta, cõ este papel, y sobre todo pone a Dios por blanco de tus acciones, q̃ en el espero las ade coronar, como mereces.

Q.to a my sy no reparara a te penalisar podiera hazer larga narracion solo te digo quedo cada dia p.ª me recojer, en una quinta a enxobregas, es del Marquez de Sande, por q no queriendo nīguna persona largarme un rincon p.ª dar satisfacion a my deseo me vali de los bienes de los ausentes, e ofrecimientos, q della me avia echo el Marquez, aunque syn otro consentimiento mas espresso, y mandé labrar la clausura, reservando p.ª despues de my assystẽcia la fabrica del monasterio, q fundo de Augustinas descalsas nueba religion, en este reyno. en las oraciones de las religiosas q me acõnpañan teras la mayor parte, como, en my coracon q p.ª todo lo q quisieres hallaras sienpre abierto.

Dios te g.de como desea

Tu mad.re q mucho te ama

Raynha

Lx.ª 27 de enero 663

Bibl. d'Aj.

22

À margem:

Manda agradecer
ao Marquez de Sande
dar-lhe as suas
cazas p.ª conv.to

Supe hija y todo my amor por tu enbaxador aqui assistente partia baxel p.ª esse Reyno, y no quise fuesse syn este papel solo a pedirte buenas nuebas tuyas, y a representarte el cuidado, cõ q sempre te assisto, y a my hijo, y deseos, de q no tẽgas ociosa my voluntad permittiendo ambos occasiones, en q cũpla el deseo de darles pues es solo en q lo podré conocer, y por te escusar cansaceo no cõtinuo cõ esta supplica esperando la satisfazas por tu vida q̃ tomes por tu cuenta agradecer mucho al Marquez las offertas q̃ me hijo de la quinta y q̃ yo estoy tan enterada de su animo q echê mano dellas, y te escribo muy obligada a su termino por q en la verdad lo estoy. Dios te g.de como desea

Tu madre que mucho te ama

Raynha

Lx.ª 28 de Enero 663.

Bibl. d'Aj.

23

Hija de my alma, en visperas de jornada supe la hasia D. fr.co Manuel, y no quise fuesse, syn esta muestra de my cuydado supplicandote lo pages, con muy buenas nuebas tuyas, y de my hijo aconpañadas de muchas occasiones, en q yo pueda mostrar la estimacion, q hago de todas de serbirte, y darte gusto, y por te no tomar el tienpo al con q hay te considero no passo da quy Dios te g.de como desea

Tu madre q mucho te ama

Raynha

Lx.ª 11 de febrero
663

Bibl. d'Aj.

24

Hija mia solo en esta ocacion me puedes dever escrivirte q̃ lo hago con un dedo apostemado mas no quiero dexar de darte el parabien de la vitoria q de mi fue tan festejada como tu puedes entender. La mano no puede mas. Dios te guarde como desseo

tu madre
q mucho te
quiere
L.

(? de Junho de 1663).

Bibl. d'Aj.

Carta com a letra alterada por causa do incomodo do dedo nela referido. A vitória por que a Rainha dá parabens à Filha, é a da Batalha do Ameixial, ferida a 8 de Junho de esse ano.

25

My hija supe partia Antonio Herrera, y no quize lo hizieçe syn estas reglas para te dezir, como despues q aqui tuve un gran susto, con las malas de tu salud ya Dios plugo q en breves dias me aliviasse sabiendo quedavas syn peligro te escrebi otras dãdote el parabien de la mejoria, q aora te repito, segurandote la estimacion, q della hajo, q dize muy bien, con la atencion, q siempre tendre a tu gusto, y assy no te quiero dar cansaseo, con mas lectura no lo haltado nunqua, en serbirte Dios te g.de como desea

Tu madre q mucho te ama

Raynha

Lx.a 21 (?) de ebrero 664.

Bibl. d'Aj.

CONVENTO DAS GRILAS, DEMOLIDO

Ala ocidental (da esquerda) e oriental (da direita), vistas do Sul

Da colecção do Sr. Eng.º Augusto Vieira da Silva

(Fot. *Ed. Portugal*)

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

SUPOSTO RETRATO DE D. LUÍSA DE GUSMÃO

Furtlich Hohenzollernsches Museum

Identificação apenas tradicional. A tela é de algumas dezenas de anos anterior à época a que a reportam. Presume-se que o quadro tenha sido levado pela Infanta D. Antónia de Bragança, por ocasião do seu casamento com o príncipe herdeiro de Hohenzollern-Sigmaringen, em 1861. Ligando esta grande dama à Família de Bragança, será D. Ana de Velasco, mãe de D. João IV? Será a mãe de D. Luísa de Gusmão? Ou, menos provàvelmente, D. Catarina, avó do Restaurador?

26

Á margem:

Carta discreta,
e pia.

My hija la mayor estimacion tributé a unas reglas tuyas q me an llegado, con q alente my cuydado, q no se satisfacia de ninguna noticia, salvo agora viendo letra tuya, q me sigura la convalecencia. Alabado sea Dios, q tan misericordiosamente se ha avido comigo pues aunq apuntô el castigo, en la parte mas sensible a my alma detuvo su bondad el golpe, mas q.tu se aventajan los beneficios enpeñan, en la obligacion; se bien a tan gran Dios, quien le podra pagar la menor, conoscolas todas por effecto de su magnificencia y no sé dar mas passo, en el agradecimiento, mas muchos en el conocimiento proprio del poco que las meresco. Bem creio no faltaras de tu parte en le dar las gracias, con tal affecto q se sirva continuar los favores. Mas me dilatara, en referir los q te deseo, mas siempre respectando tu poco tienpo me accommodo ate no cansar. Dios te g.de como desea

Tu madre q mucho te ama

Raynha

À margem: (Lx.ª 11 de Março de 664).

Bibl. d'Aj.

27

My hija mucha estimacion hice de saber passavas, con buena salud, q es my mayor cuidado, Dios te la de sienpre acõpañada de todo lo mas, q te deseo, mas por no lograr nada syn pesadumbre me queda a de me hablares, en quexas, nonbre de q estoi tan olvidada q me costo suspencion para entender se a my se dirigian estas razones. hija está cierta q a mucho tienpo q tengo hecho profecion de no las dar de nada, y a el devo este assiento, porq̃ tomo tanto por su cuenta el desengañarme, q no me dexo esperança de q fustrada me pueda

quexar, lo q solo quiero es serbirte, y no cansarte q es la razon de no passar de aqui Dios te g.de como desea

Tu madre q mucho te ama

Raynha

Lx.a 17 de Mayo de 664

Bibl. d'Aj.

28

À margem:

Carta m.to
discreta e pia

Hija, y my amor es tal my furtuna q no me dexa lograr favores tuyos syn mescla de pena, y estoy en estado q no los se celebrar syno con lagrimas, de q sea la pr.a causa saber no tienes la mejor salud, y la segũda applaudir tu mysma lẽbrança q como son my cõtinuo mãtenimiento a todas luses me sirbẽ Estimare q.to debes creer de my volũtad, y no fio del encarecimiento te halle esta libre de la quexa, q me dizes padecer, yo conosco te ade ser bien sẽsible, pues te priva de lo en q tenias biẽ ẽpregado el gusto, mas sera Cathalina cortar Dios por lo deleitable y querer dexar mas livre y puro el affecto, el myo le deve mucho en el cuidado cõ q a tratado achrisolarte de toda esperãça tẽporal, mas ny cõ esso se adelãta deste conocimiẽto, y te agradesco lẽbrareste de my achaque, ẽ q te no avia hablado por me serem, tan continuos q vendrã a ser las cartas una ordinaria relacion dellos quãdo todo el tiẽpo e menester p.a te dar las gracias de fiares de my tus cabellos q ofresci ala imagẽ de nuestra srã de my Capilla a ella, en sacrificio, y p.a my una continua estimaciõ. De todo q me ẽbiaste la hice, particularmiente del crucifixo, de q te no dexo la Cruz pues el tã misericordiosam.te se nos cõbida allevar el mayor peso. Los guãtes, y pomadas sõ lindissimas y mas p.a adereço palaciego, q de quien passa, neste retiro, seren tuyos tera poder areçucitar, en my semejante cuidado. El de serbirte esta muy vivo, y deseoso de occasiones, en q lo conoscas no

me niegues esta lisonja, y perdona sy tengo excedido, en este papel poniẽdo la culpa alos alientos, q me das, en el tuyo Dios te g.de como desea

Tu madre q mucho te ama

Raynha

À margem: (Lx.ª 6 de Setiẽbre 664).

Bibl. d'Aj.

29

À margem:

Da conta da morte do Irmão
e de ter renunciado a sua caza
em ElRey seo f.º e quererse
recolher e em not.as das
nossas guerras

Hija mia tengo solo por acertado conformarme con la voluntad de Dios, por eso, y por no enfadarte callo mis quexas tan proprias de mi estado q hasta me faltô el consuelo de tener mi hermano vibo. sollo tu y el sr.º Rey aliviaron mi pena acompañamdo mi dolor con la demonstracion del sentimiento, que siendo obligacion de todos tu fuiste unica en cumprirla. del casamiento. no sé mas de lo q me dises sera bueno, pues lo apruevas al Rey escrivo, y le digo las obligaciones q me dises le tienes, atribuyolas a q lo mereces por lo q haçes por le agradar, y aun q me dises te es costoso, tu prudencia benҫe todo. el balor de la condesa merecia meyor suceso, permita Dios darselo en la seg.da cura el te g.de como desseo

tu Madre que mucho te quiere

Luisa

despues de tener escrito me resolvi a lo q sempre desee, renuncié mi estado en las manos del Rey, q lo estimo por todo, algo le abrandó mi resolucion, o por q en ella mira su engaño, o su conveniencia, sea lo q fuere, de mis rentas, reservé beinte mil ducados, lo mas, q̃ lo es, y as jurisdiciones le dexe, y lo

uviera echo antes segun lo deseaba si tuviera la palabra del Rey para los despachos de mis criados como oi le tengo, se salieren me recogo con mis mongas a servir a dios como pudiere y el me enseñare. De la vitoria tendras nuebas por tu hermano fue obra de Dios a quien doi las gracias por lo mucho q faborece este Reyno. a el s.r Rey mi hijo diras de mi parte el parabien de la vitoria q sé la estimará como própria, no le escribo de nuebo en esta ocasion por q̃ lo tengo hecho.
este caballero se bale de mi para que le faborescas en su pretention pidote lo hajas si tuviere lugar sino te cançares a Dios q te guarde como deseo el primero de julio.
va tan de prisa el navio q no lleba los bucaros

(1.º de Julho de 1664)

Bibl. d'Aj.

Esta carta, escrita depois da morte do irmão da Rainha, Don Gaspar, IX Duque de Medina Sidónia, falecido em Novembro de 1664, deve referir-se à vitória portuguesa na Batalha de Montes Claros (17 de Junho de 1665).

Não se conhecendo mais cartas da Rainha para sua filha, nos últimos seis meses da vida, exceptuando a mandada escrever pouco antes da morte, somos levados a concluir que outras se terão perdido em Inglaterra, ou já em Portugal, talvez por falta de cuidado do colecctor, depois do regresso de D. Catarina a Lisboa.

A doença de que D. Luísa começara a sofrer em Setembro de esse ano de 1665, não a impediria de escrever, a menos em os primeiros tempos.

XI

CARTA DE PEDRO VIEIRA DA SILVA

I. S.

Remar em galé com tormenta e contra a augua he bem grande trabalho m.^to^ me compadeso de V. M. mas m.^to^ maes da R.^a^ N. S.^a^ q Ds g.^de^ q.^e^ dispois de tantos martirios veio a padecer o maes cruel que he lidar com frades e com clerigos, ainda q. tem m.^to^ cultivada a pasiensia. E avia lhe de custar esta mortificação, e ainda maes obrigaremna a pidir remedio sem fruto a ministros a quem as humiliasões acabão de botar a perder, aconselhara eu a a Smag.^de^ q. não experimentase maes roins conrrespondensias de Portugueses e q sem tratar de outro remedio, esperara os despachos do geral q. não podem tardar mt.^o^, e offeresa Smg.^de^ a Des a mortificação dessa espera com q. mereserá maes e perdoeme V. M. declararm-tanto q. me doe no maes interior da alma tudo o q. toca ao ser.^ço^ da R.^a^ N. S.^a^ e estou impasientissimo com estas cousas.

Pello q. V. M. me refere dos votos do cab.^o^ entendo q Antão de faria não fes o q. devia nesta ocasião devendo tanto a R.^a^ N. S.^a^ como elle e eu sabemos. o q. posso faser he quebrar com elle e isso mesmo farei com algum maes q. trato naquella comunidade, e se V. M. diser q. devo ou posso faser outra cousa tudo sera mt.^o^ menos q. a vida em q. deseio dar pello ser.^ço^ da R.^a^ N. S.^ra^

Tenho aqui comigo um rapas frade Agostinho com q̃. continuam.^te^ estou raivando sobre estas cousas e ellas são p.^a^ isso e o mesmo faço por cartas com uma cunhada q. ambos deseiam mt.^o^ de se ver ja aos pees da R.^a^ N. Sta e deseião mt.^o^ bem. Ds. g.^de^ a V. M. mt.^os^ annos.

q.^ta^ a 31 de Julho de 665

Mt.^o^ obrigado servidor de V. M.

P. Vieira da sylva

(Ms. da colecção do Autor).

Pedro Vieira da Silva, depois de ter desempenhado diversos cargos judiciários, ainda antes da Restauração, a partir de Novembro de 1643, exerceria as funções de secretário de Estado durante o reinado de D. João IV e a Regência da Rainha D. Luísa. Perto de quarenta anos foi servindo a Coroa a contento, e durante vinte na ocupação de secretário de Estado. Depois da cabala de Castelo Melhor, foi desterrado para cinquenta léguas da Corte, em 4 de Agosto de 1662. Iria então para a sua Quinta dos Manjões, perto de Leiria? É o que parece mais provável.

De esse inquieto destêrro, a pessoa de confiança dele e da Rainha, talvez ao conde de Santa Cruz, mordomo-mor, a Rui de Moura Teles, estribeiro-mor, ou ao secretário Belchior do Rego e Andrade, é dirigida a carta que fica transcrita em que bem se revelam os seus sentimentos de dedicação à Rainha, já recolhida nas casas do Grilo. Magistrado prudente e zeloso, como secretário de Estado prestou grandes serviços ao Reino e à Família Real, com geral reputação de honradez.

Depois de viúvo, ordenou-se de presbitero durante os anos da Regência. Quando o Príncipe D. Pedro tomou conta do governo, foi restituida a maior confiança dos negócios públicos ao velho servidor, que até seria um dos plenipotenciários portugueses com intervenção no Tratado de Paz de 1668.

Foi depois eleito bispo de Leiria, sua pátria, recebendo a confirmação em 1671, para governar com acerto aquela diocese, até à morte, no ano de 1677.

Vid. Gastão de Melo de Matos, Panfletos do Século XVII, *cit.*

Publicações da Academia Portuguesa da História, *vol. X, págs. 120 e segs.*

XII

TESTAMENTO DA RAINHA D. LUISA

Donna Luiza Raynha de Portugal, e dos Algarves dáquem, e dálem mar em Africa senhora de Guiné, e da Conquista de Ethiopia Arabia Persia, e da India &. Estando doente em cama, e não sabendo a hora em que nosso Senhor será servido levarme mandey fazer este Testamento, e ultima vontade pello meu secretario na maneira seguinte.

Em primeiro lugar encomendo a minha alma a Deos nosso Senhor que a criou, e lhe pesso que pellos merecimentos da morte, e paixão de meu Senhor Jesu Christo, e pellos de sua Santissima Mãy a Virgem Santa Maria, e do Bemaventurado Santo Agostinho, e Santa Thereza a quem tomo por especiaes advogados nesta hora, me queira perdoar meus peccados sendo elle servido levarme para si. Mando que meu Corpo se depos'te no meu espicio, e Igreja nova do Santissimo Sacramento, e não podendo hy comodamente ser, se depozitará na Igreja de São Vicente honde está ElRey meu Senhor donde depois de feita a Igreja do meu Mosteiro das descalças de Santo Agostinho será trazido para ahy esperar o final juizo. Mando, que no dia que me enterrar se digão todas as missas das Comunidades desta Cidade por minha alma, e se continuarão por oito dias seguintes, e no mais se fará o que ElRey meu filho ordenar a quem deixo por meu herdeiro, e Testamenteiro fiando da sua grande piedade o fará com o amor que lhe mereço a elle, e ao Infante deixo a minha bençoa que he o mais que lhe posso deixar, e suposto que o não pude ver lhe recomendo muito a meus criados que me acompanharão, e que mande satisfazer minhas dividas fiando de seu amor tome por sua conta as minhas fundações pois Deos não foi servido de que eu as acabasse, e ao meu Convento das Religiozas deixo esta quinta, e Cazas para dellas se fazer o Convento, e aos Religiosos da Conceição a quinta em que estão, que se compre pello preço em que estava consertada a compra. Declaro que do meu dotte me ficarão em Castella na Caza de meu sobrinho o senhor Duque de Medina Sydonia, sinco mil cruzados de juro os quaes havendo pazes se cobrarão, e se darão, dous mil cruzados delles as minhas Relligiozas descalsas, e tambem me deve a Caza

de Bragança as minhas arras, e o que do dote veo a poder delRey meu Senhor que esteja em gloria, e o que se achar me pertencia do dinheiro que o dito Senhor deixou em hum cofre por ser procedido tudo ou a mayor parte dos rendimentos da Caza de Bragança em que eu tinha a ametade.

Ao meu Thezoureiro se levará em conta tudo o que mostrar descarga pello meu Secretario por quanto elle correo com os gastos, e eu com a minha doença não pude dar Decretos rubricados como athegora se fazia.

Ao senhor Rey meu filho deixo muito encomendado aos fidalgos que me servirão, e que lhe agradeça muito o cuidado, e amor com que o fizerão fazendolhe as merces que eu lhe fizera se vivera.

A' Raynha de Inglaterra, minha filha deixo a minha benção pois não tenho outra couza nesta hora, e espero que se lembre muito da minha alma pois sabe lho mereci no amor, e que outra ves torno a encomendar ao senhor Rey meu filho os despachos das petições de meus criados, e criadas que ficão muito dezemparadas esperando que Sua Magestade o faça como delle espero, e por aqui houve estes apontamentos por acabados.

Xabregas vinte seis de Fevereiro de seiscentos sessenta e seis. E tambem encomendo a Dona Isabel de Castro, ao dito senhor que me servio com muito amor que lhe faça a merce que pede.

Raynha

Saybão quantos este Instrumento de aprovação virem, que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil seiscentos sesenta e seis, em vinte seis dias do mes de Fevereiro extramuros da Cidade de Lisboa nos Paços reaes da Raynha nossa Senhora Dona Luiza estando ella ahy prezente doente em cama em todo perfeito juizo e entendimento, e logo de suas reaes maos ás de mim Taballião perante as Testemunhas adiante assinadas, e nomeadas me foi dada a sedulha de seu Testamento atras escrito, e me respondeo as perguntas que lhe fiz que hera seu, e que mandara escrever pello seu Secretario Belchior do Rego e Andrade, e depois de lho haver escrito lho lera todo, e esta a sua vontade assi, e da maneira que lho mandara escrever, e por assi ser o assinara de seu sinal, e que portanto o aprova, e rathefica por seu bom, e verdadeiro Testamento cedulla ou codecilho qual em direito mais firme seja, e lugar haja, e quer que se cumpra guarde, e haja lugar em juizo, e fora delle pella mais abundante via que ser possa por assi ser sua ultima, e deradeira vontade. Testimunhas que forão prezentes chamadas por parte de Sua Magestade, o Marquez de

Marialva o Marquez de Niza Dom Lucas de Portugal o bispo de Targa o Secretario Gaspar de Faria Severim, e o ditto Secretario da Raynha nossa Senhora, e eu Taballião dou fé ser a ditta Raynha nossa Senhora a propria que nesta aprovação assinou com as ditas Testemunhas, e eu Luíz Correa de Almeyda, Cavaleiro fidalgo da Caza delRey nosso Senhor, e Cidadão desta Cidade de Lisboa, e nella, e seu termo Taballião publico de notas pello dito Senhor, que este Instrumento de aprovação fiz, e assiney em publico, e declaro que hindo para assinar pella Raynha nossa Senhora esta aprovação por dizer o não podia fazer mandou ao Conde de Santa Cruz, seu mordomo mor que o assinasse pello não poder fazer em rezão da doença, e eu dito Taballião o escrevio, e os mais abaixo forão prezentes. sinal publico.

Assino por mandado da Raynha nossa Senhora pello não poder fazer em rezão da fraqueza em que se acha. = O Conde Mordomo mór. = O Marquez de Marialva. = Marquez Almirante.= O Conde de Arcos.= Ruy de Moura.= Antonio de Mendonça. = O Bispo de Targa. = Gaspar de Faria Severim. = Dom Lucas de Portugal. =

O Doutor Antonio Lobo de Torneo do Dezembargo delRey nosso Senhor, e seu Dezembargador dos agravos, Corregedor com alçada dos feitos, e cauzas Civeis nesta Corte, e Caza da Suplicação, &. Faço saber aos que esta certidão de abertura virem, que eu fuy chamado ao Paço ahonde na salla donde se faz conselho de Estado perante os Conselheiros delle me foi entregue o Testamento com que falleceo a Raynha Dona Luiza nossa Senhora, pello Conde de Castel-milhor, o qual vinha serrado, e lecrado, cozido com hum fio de retros pretos, escrito em tres laudas de papel, em que entra a da aprovação o que não tinha vicio nem borradura, nem couza que duvida faça, excepto huma meya regra borrada por sima do asinado, sinal da Senhora Raynha, a quarta regra, e para assim constar, e passar na verdade, mandey passar a prezente, por mim assinada, e feita por Manoel Ribeiro de Faria, Escrivão de meu cargo, em Lisboa a vinte oito dias do mes de Fevereiro, de mil seiscentos sessenta e seis annos. E eu Manoel Ribeiro de Faria, a fiz, e sobrescrevi = Antonio Lobo de Torneo.

(*Hist. Gen.*, P., tomo IV, págs. 785 e segs.)

XIII

ASSENTO DE ÓBITO DA RAINHA D. LUISA

À margem:

A Rainha nossa Sr.ª
D. Luisa de Gusmão

Aos vinte e sette dias do mes de fevereiro de seis centos e sesenta e seis, faleceo nesta freguesia de nossa Sr.ª dos Olivais, a Rainha nossa Sr.ª D. Luisa de Gusmão, molher de El Rei D. Joam o quarto a qual vevia ao Grilo, recebeo todos os sacram.tos de minha mão na forma ordinaria. esta enterrada no hospicio dos Marianos junto a igreia de S. Nicolao.
dizem que fes testam.to aprovado de q he Erdeiro seu filho El Rei D. Affonço o 6.º o que fis na verdade dia ut supra.

O Vig.rio Luis de Lemos Rebello.

Livro de Obitos da freguesia dos Olivais do ano de 1666. in Arquivo dos Registos Paroquiais (São Vicente).

Neste termo de óbito, o vigário dos Olivais chama Marianos *aos frades carmelitas do Convento do Sacramento* (Corpus Christi), *fundado pela Rainha D. Luísa em 1648. Assim foram chamados do nome de frei Ambrósio Mariano, um dos religiosos que em 1581 vieram fundar em Portugal a Província dos Carmelitas Descalços. por incumbência de Santa Teresa de Jesus. O edifício e igreja dos Marianos ainda hoje existem na Rua das Janelas Verdes, ao serviço do culto protestante, com o nome de* Presbyterian Church.

XIV

AUTO DA ABERTURA DO TUMULO DA RAINHA D. LUISA DE GUSMÃO

Aos trinta e um dias do mês de Julho de mil novecentos quarenta e seis, pelas cinco horas da tarde, na Casa dos Reis anexa a esta Igreja Paroquial de São Vicente de Fora da cidade de Lisboa, achando-se presentes os senhores Doutor D. Fernando de Almeida, médico, Doutor Alberto de Monsaraz e sua mulher, D. Maria Luísa Corsino Caldeira, Condes de Monsaraz, o Doutor José Hipólito Raposo, escritor, António Gomes Dias, construtor civil, com alguns operários do seu ofício e outras pessoas circunstantes, eu, o presbítero Francisco Estêves, devidamente autorizado por Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel II, mandei proceder à abertura do jazigo da Rainha D. Luísa de Gusmão, mulher de El-Rei D. João IV, para o fim de serem obtidas possíveis informações históricas e verificados os efeitos da violação do seu tumulo em Dezembro de mil oitocentos oitenta e oito na igreja do Convento das Agostinhas Descalças, vulgarmente chamadas as Grilas, no vale de Xabregas.

Do respectivo gavetão de mármore, retirou-se para a nave uma grande urna de mogno, em cuja face anterior estava aposta uma chapa metálica com o nome da referida Rainha e a data da trasladação para este local, feita em cinco de Janeiro de mil oitocentos e oitenta e nove.

Retirada a tampa, ficou a descoberto um caixão de chumbo da mesma época, que foi dessoldado pelas juntas, achando-se dentro dele outro caixão de madeira de castanho, recoberto de veludo preto, e sobre a tampa uma cruz de tela branca, agaloada de oiro, tudo ajustado com miuda pregaria.

Os dois ferrolhos das fechaduras que tinham sido arrombadas por ocasião do desacato na igreja do Convento das Grilas, apresentavam-se agora fixos à madeira apenas por pregos de meio solho, dobrados pelas cabeças.

Ao levantar-se a tampa deste caixão, interiormente forrada de seda cor de marfim, ainda bem conservada, ficaram expostos grandes pedaços da coberta de outro envoltório de chumbo, o

primitivo, que fora irregularmente cortado com tesoura de latoeiro ou grande faca, no momento da violação.

No fundo, via-se em toda a extensão, uma grande camada de terra calcárea, amarelada e muito endurecida.

Do esqueleto, sòmente aparecia o crâneo, meio enterrado, em posição horizontal, encostando-se o *occiput* ao topo do ataúde.

Levantando-se a caveira para ser observada, verificou-se ser de tamanho normal: catorze centímetros de altura dos côndilos ocipitais à parte mais elevada da sutura sagital; o diâmetro antero-posterior (glabela ocipital) era de dezanove centímetros e meio, e o bi-parietal, de catorze centímetros.

A fronte, bastante inclinada para trás, achava-se em parte recoberta, até três centímetros das arcadas orbitárias, pelos restos de tecido amarelado, possìvelmente do hábito da mortalha. Notavam-se mal as suturas por estarem um pouco obliteradas. Havia perdas de substância óssea nas fossas nasais, órbitas e maxilares superiores; os alvéolos dentários destes últimos, estavam quase completamente destruidos ou obliterados, não se vendo um único dente; já não se encontrou o mandibular.

Afastando em vários fragmentos a cal endurecida, com deslocamento mínimo dos ossos do esqueleto, descobriu-se a coluna vertebral com as vértebras todas ainda ligadas, e o conjunto apresentava curvaturas laterais (escolióticas) anormais, formando um S, muito definido.

Do atlas ao promontório, a coluna media sessenta e cinco centímetros. O cúbito esquerdo tinha vinte e três centímetros, e o rádio, vinte e um centímetros, encontrando-se este em situação normal, à esquerda do esqueleto.

A dureza da cal consumidora não permitia observar fàcilmente outros ossos dos membros superiores.

Os ossos da bacia encontravam-se em posição normal, com os ligamentos conservados. Os dois fémures apareciam cruzados no terço inferior e eram iguais, medindo quarenta centímetros da cabeça à extremidade do côndilo interno. As tibias mediam trinta e cinco centímetros.

Somando a altura da cabeça (catorze centímetros) com a da coluna (sessenta e cinco centímetros), o fémur (quarenta) e a tibia (trinta e cinco), encontrou-se o total de cento cinquenta e quatro centímetros, juntando-lhe seis centímetros, como provável distância do vértice do maléolo interno à planta do pé, e mais oito centímetros, resultantes do achatamento das várias articulações (discos intervertebrais, etc.), pode dizer-se que a altura aproximada do esqueleto seria de um metro e sessenta e oito centímetros.

Do vestuário da defunta, apenas se encontraram, dispersos e confusos, alguns fragmentos de seda fina, de cor castanha, que pertenceriam a roupa interior.

Feitas estas observações com todo o respeito devido aos mortos, antes de serem encerrados os despojos da Rainha D. Luísa, na presença de todos, foi rezado um responso em sufrágio da sua alma, que Deus tenha em glória.

Por último, no mesmo estado em que se encontrara, o sarcófago foi reconduzido ao seu lugar, pelas oito horas da tarde, fechando-se de novo o gavetão do jazigo onde se guarda.

Por ser verdade e em todo o tempo constem as circunstâncias de tal diligência e as informações colhidas nesta abertura, lavrei em duplicado este auto, que vai assinado pelas pessoas presentes acima nomeadas e por mim, o Prior Francisco Estêves, ficando um exemplar depositado no arquivo paroquial da Igreja de São Vicente de Fora e sendo o outro entregue ao Doutor José Hipólito Raposo, por assim o desejar para documentação dos seus estudos.

(aa) *D. Fernando de Almeida*

Alberto de Monsaraz

Maria Luísa Corsino Caldeira

José Hipólito Raposo

António Gomes Dias

E eu, o Prior de S. Vicente de Fora, que o subscrevo e assino

Mons. Francisco Estêves

HIC LABOR EXTREMVS, LONGARVM HAEC META VIARVM

ÍNDICES

ÍNDICE DOS LIVROS

LIVRO PRIMEIRO — FAMÍLIA E CRIAÇÃO 1

O berço e o altar 5
Destino gerador de profecia 8
A herança do sangue 12
A cidade e lar dos Duques 16
Lembranças históricas 21
Recreios, estudos e sonhos 24
Notas 29

LIVRO SEGUNDO — A CORTE DUCAL 33

A vila e os Duques na História 37
Grandeza e privilégios 43
O Paço Ducal 47
Os recreios da caça 48
Festas e hospedagens 53
Messianismo brigantino 55
O sucessor e sua formação 59
Bem-aventuradas sombras 65
Notas 67

LIVRO TERCEIRO — NOIVADO E CASAMENTO 73

Grandezas e misérias 77
Os planos do Conde-Duque 81
Casamento por Castela 86
O êxito das negociações 91
A noiva e o noivado 94
Casamento e jornada 98
Preparativos e recepção na raia 103
Bençãos e festas em Elvas 106
A Caminho de Vila Viçosa 110
Honras e solenidades 112
Notas 115

LIVRO QUARTO — DUQUESA E MÃE 121

Primeiras nuvens 127
Filhos de benção 132
Tormentosa noite, risonha aurora 136
Reacção precursora 142
Vistas da França, receios da Espanha 145
Prenuncios de tempestade 151
A conjuração e a Duquesa 154
Liberdade! Liberdade! 160
Notas 165

LIVRO QUINTO — RAINHA RESTAURADORA 173

A aclamação em Vila Viçosa 177
Mudança para Lisboa 179
Ao encontro da família 184
A corte portuguesa renascida 188
D. Luísa julgada em Castela 194
A Rainha e os traidores 196
Regente por ausência do Rei 203
Os auxílios celestes 208
Política, diplomacia e família 211
O Príncipe D. Teodósio 217
Doença e morte do Rei 225
Notas 231

LIVRO SEXTO — RAINHA REGENTE 237

Encargos e dificuldades 241
Defesa militar e seus sucessos 246
Liga com a França e cerco de Badajoz 251
Cerco de Elvas e batalha das Linhas 255
Insucessos da política com a França 261
Traidores exemplares 268
Aliança luso-britânica 270
O tratado de 1661 275
Providências fiscais e regozijo público 284
A cativa procura libertação 287
O dote e a partida de D. Catarina 291
Desvarios de D. Afonso VI 297
Desterro de Conti, exortação ao Rei 303
Vingança da ambição: fim da Regência 310
Notas 317

LIVRO SÉTIMO — MÃE DE AMOR E DE PAIXÃO 323

No desterro político 327
Enxovalhos, imoralidades e vitupérios 332
Retiro y soledad 340
As fundações religiosas e outros cuidados 343
A doença, as disposições e a morte 350
O entêrro e as sepulturas 361
O grão juízo esperando 366
Notas 371

DOCUMENTOS 373

I — Certidão do baptismo 375
II — Ducado de Bragança 377
III — Despesas para o casamento de D. Luísa 379
IV — Enxoval da Duquesa D. Luísa 385
V — Certidão do casamento 390
VI — Cartas do Duque D. João II 393
VII — Casa da Rainha D. Luísa 400
VIII — Decreto de ressalva 403
IX — Avaliação das jóias da Rainha D. Luísa 405
X — Cartas autógrafas da Rainha D. Luísa 411
XI — Carta de Pedro Vieira da Silva 441
XII — Testamento da Rainha D. Luísa 443
XIII — Assento de óbito da Rainha D. Luísa 446
XIV — Auto da abertura do túmulo da Rainha D. Luísa de Gusmão 447

ÍNDICE DAS ESTAMPAS

NA PORTADA:

Rainha D. Luísa de Gusmão.

NO LIVRO PRIMEIRO:

Sanlúcar de Barrameda
Castelo e Palácio de Niebla.
Iglesia de Santo Domingo.
Mirador del Palácio de Niebla.
Convento de la Madre de Dios.
Árvore de Ascendência de D. Luísa de Gusmão.

NO LIVRO SEGUNDO:

Vila Viçosa
Castelo e Muralhas.
Porta de Estremoz.
Pelourinho Quinhentista.
Claustro da Capela Ducal.
Convento das Chagas.
Claustro do Convento das Chagas.
Altar-mor de Nossa Senhora da Conceição.
Armas da Família de Bragança, séc. XV-XVI.
Escudos de Armas dos Duques de Bragança.
Linha de Varonia de D. João II, 8.º duque de Bragança.

NO LIVRO TERCEIRO:

D. Francisco de Melo, conde de Assumar.
Filipe IV de Espanha.
Conde-Duque de Olivares.
Patriarca das Índias, D. Alonso Pérez de Guzman.
Sanlúcar de Barrameda — *Nuestra Señora de la O.*
Elvas — *Antiga Sé Catedral.*
D. Sebastião de Matos Noronha, bispo de Elvas, arcebispo de Braga.
Elvas — *Antigo Paço Episcopal.*

NO LIVRO QUARTO:

D. João II, 8.º duque de Bragança.
Vila Viçosa — *Paço Ducal, inacabado.*
Vila Viçosa, Paço Ducal — *Tomada de Azamor. Chaminé seiscentista.*
D. Gaspar de Guzman, entrando em Portugal.
Duquesa de Mântua, Vice-Rainha de Portugal.
Aclamação de D. João IV no Terreiro do Paço.
Juramento de D. João IV no Terreiro do Paço.

NO LIVRO QUINTO:

El-Rei D. João IV.
Alegoria da Restauração.
Escudo de armas da Rainha D. Luísa de Gusmão.
Lisboa — *O Terreiro do Paço, à passagem do coche real.*
D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa.
Rainha D. Luísa de Gusmão.
D. Duarte de Bragança, irmão de El-Rei D. João IV.
Príncipe D. Teodósio.
D. Joana de Bragança, Infanta de Portugal.
D. Catarina de Bragança, Infanta de Portugal.

NO LIVRO SEXTO:

Marquês de Marialva — Conde de Vila Flor.
Infante D. Afonso de Bragança, depois D. Afonso VI.
Batalha das Linhas de Elvas.
Conde de Schomberg.
D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra.
Partida e embarque da Rainha D. Catarina.
Padre António Vieira.

NO LIVRO SÉTIMO:

Conde de Castelo Melhor.
Conde de Atouguia.
D. Afonso VI.
Carlos II e D. Catarina.
Príncipe D. Pedro.
Frei Manuel da Conceição.

NOS DOCUMENTOS:

Carta autógrafa da Rainha D. Luísa (a).
Carta autógrafa da Rainha D. Luísa (b).
Jóia de prata e diamantes — Boião de cerâmica brazonado.
Convento das Grilas, demolido. Fachada norte.
Convento das Grilas, demolido. Alas ocidental e oriental.
Suposto retrato de D. Luísa de Gusmão.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abranches (Santos) — 68.
Abrantes (Conde de) — V. *Almeida* (D. Miguel de).
Abreu (D. Brites de) — 402.
Abreu (Francisco Homem de) — 69.
Abreu (Jerónimo de) — 428.
Abreu (Pedro Gomes de) — 197.
Abreu (Sousa de) — 58.
Abreu y Soria (Jerónimo) — 99, 391.
Afonso (D.), filho de D. João I — 38, 44, 67, 377, 378.
Afonso (D.), filho de D. João II — 217.
Afonso Henriques (D.), Rei de Portugal — 241.
Afonso III (D.), Rei de Portugal — 38, 90.
Afonso IV (D.), Rei de Portugal — 14.
Afonso V (D.), Rei de Portugal — 38, 40, 44, 219, 241, 377, 404.
Afonso VI (D.), Rei de Portugal — 10, 133, 192, 206, 209, 211, 223, 224, 233, 234, 241, 242, 243, 246, 250, 267, 271, 273, 275, 276, 278, 279, 287, 291, 295, 297 a 303, 309, 310, 311, 313 a 316, 320, 329, 332, 333, 337 a 341, 346, 349, 353, 356, 357, 359 a 363, 423, 425, 446.
Afonso VI, Rei de Leão — 90.
Afonso X, Rei de Castela e Leão — 90.
Afonso XI, Rei de Castela — 14.
Agreda (Soror Maria de) — 78, 206, 216, 248, 282.
Alarcão (D. João Soares) — 196, 197.
Albermale (Duque de) — 281.
Alberto (Cardeal) — 49, 94.
Albuquerque (Afonso de) — 136.
Albuquerque (André de) — 220, 246, 247, 249, 250, 251, 253, 255, 256, 259.
Albuquerque (Duque de) — 281.
Albuquerque (Matias de) — 208.
Alcoforado (António) — 42.
Alexandre (D.), irmão de D. João IV — 60, 63, 91, 104, 106, 108, 111, 113, 114, 131, 140, 142, 227.
Alexandrino (Cardeal) — 48, 54.

Aliaga (Frei Luís de) — 77.
Almada (D. Antão de) — 154.
Almada (Vitorino de) — 170.
Almeida (Estêvão de) — 401.
Almeida (D. Fernando de) — 447, 449.
Almeida (Fortunato de) — 317, 319.
Almeida (Gregório de) — 9, 30.
Almeida (Luís Correia de) — 445.
Almeida (D. Luís de) — V. *Avintes* (Conde de).
Almeida (D. Miguel de) — 154, 158, 204, 226.
Almeida (D. Pedro de) — 291.
Alonso, irmão de D. Luísa de Gusmão — 7.
Alonso (D.), filho de Juan Alonso Pérez de Guzman, 2.º senhor de Sanlúcar — 14.
Alonso (Juan) — 384.
Altamirano (D. Fernando de) — 99, 391.
Alter do Chão (Senhores de) — 44.
Alvares (Duarte) — 199.
Alvarez (Padre Frncisco) — 31.
Amado (Luís Manuel de Brito Fragoso) — 231.
Amaral (Melchior Estácio) — 55.
Amaro (José Emídio) — 165, 232.
Ameal (João) — 235.
Ana (D.), filha de D. João IV — 133, 366.
Andrade (Dr. Abel de) — 393.
Andrade (Belchior do Rego de) — 334, 362, 442, 444.
Andrade (Diogo de Paiva de) — 129.
Andrade (D. Nuno Freire de) — 12.
António (Beato) — V. *Conceição* (Frei António da).
Antunes (Manuel) — 309.
Apresentação (Madre Maria da) — 345.
Aragão (D. Francisca de) — 70.
Araujo (João Salgado de) — 55.
Arcos (Conde de) — 313, 424, 445.
Armamar (Conde de) — 198, 199.
Arraiolos (Conde de) — 38.
Arraiolos (Condes de) — 43.
Arruda (Francisco) — 106.
Ataide (Jerónimo de) — 189, 265, 311, 423.
Ataide (D. Maria de) — 401.
Ataide (Nuno da Cunha de) — V. *Pontével* (Conde de).
Atouguia (Conde de) — V. *Ataide* (Jerónimo de).
Atouguia (Condessa de) — V. *Vilhena* (D. Filipa de).
Atouguia (Condessa de) — 340.
Aumale (Duque de) — 117.
Austria (D. Joana de), grã-duquesa da Toscana — 54.
Austria (D. Joana de), mãe de D. Sebastião — 60.

Austria (D. João de) — 15, 20, 216, 302, 347, 417, 418.
Aveiro (Duque de) — 269, 318.
Aveiro (Duquesa de) — 319.
Avila y Estrada (D. Lorenzo d') — 98, 99, 103, 381, 382, 391.
Avintes (Conde de) — 404.
Ayamonte (Marquês de) — 198, 202, 203.
Ayamonte (Marqueses de) — 7.
Azevedo (J. Lúcio de) — 234, 235, 320.
Azevedo (Luís Marinho de) — 55, 168.

B

Baeça (Pedro de) — 198, 199.
Baião (António) — 320.
Baldi — 120.
Baldo — 199.
Ballesteros Beretta (António) — 29, 168, 169, 232.
Baltazar, irmão de D. Luísa de Gusmão — 7.
Balzac — 135.
Baptista (João) — 383.
Barata (António Francisco) — 166, 170.
Barbadillo Delgado (Pedro) — 29, 30, 31, 232, 233.
Barbosa (I. de Vilhena) — 69, 118.
Barbosa (D. José) — 29, 117, 118, 165, 376.
Barcelos (Conde de) — V. *Afonso* (D.), filho de D. João I.
Barcelos (Condes de) — 43.
Barcelos (Duque de) — 15, 57. (V. *Teodósio II* (D.), duque de Bragança).
Barcelos (Duque de) — V. *João IV* (D.), Rei de Portugal.
Barcelos (Duque de) — V. *Teodósio* (Príncipe D.).
Barcelos (Duques de) — 43.
Bargas (Joan de) — 382.
Barradas (João) — 143.
Barradas (Padre Sebastião) — 61.
Barrientos (D. Catalina) — 380.
Barros (Padre André de) — 235.
Barros (Dr. João de) — 128.
Barros (Luís Pereira de) — 198.
Bártolo — 199.
Basto (Conde de) — 137, 141, 143, 204.
Batelli (Guido) — 121.
Battevile (Barão de) — 273, 275.
Beatriz (D.), filha de Nun'Álvares — 44, 67.
Beatriz (D.), mulher de D. Afonso III — 90.
Bega (D. Maria de) — 380.
Beirão (Caetano) — 319, 321.

Béjar (Duques de) — 7.
Belalcazar (Condes de) — 7.
Belchior, irmão de D. Luísa de Gusmão — 7.
Beltran (Frei Pedro) — 3.
Benevides (Francisco da Fonseca) — 118, 165, 235.
Beretta (António Ballesteros) — V. *Ballesteros Beretta* (António).
Bernardes (Diogo) — 55.
Blanco (Jaques) — 383.
Bocarro Francês (Manuel) — 55.
Borja (D. João de) — 70.
Bouvier (René) — 115, 233, 317, 319.
Boyna (Isabel de) — 402.
Braga (Arcebispo de) — V. *Noronha* (D. Sebastião de Matos).
Braga (Senhores de) — 44.
Braga (Teófilo) — 69.
Bragança (D. Constantino de) — 43.
Bragança (Duque de), D. Afonso — V. *Afonso* (D.), filho de D. João I.
Bragança (Duque de), D. Fernando I — V. *Fernando I* (D.), Duque de Bragança.
Bragança (Duque de), D. Fernando II — V. *Fernando II* (D.), Duque de Bragança.
Bragança (Duque de), D. Jaime — V. *Jaime* (D.), Duque de Bragança.
Bragança (Duque de), D. João I — V. *João I* (D.), Duque de Bragança.
Bragança (Duque de), D. João II — V. *João IV* (D.), Rei de Portugal.
Bragança (Duque de), D. Teodósio I — V. *Teodósio I* (D.), Duque de Bragança.
Bragança (Duque de), D. Teodósio II — V. *Teodósio II* (D.), Duque de Bragança.
Bragança (Duques de) — 38, 39, 43, 45, 46.
Bragança (Duquesa de), D. Ana de Velasco — V. *Velasco* (D. Ana de).
Bragança (Duquesa de), D. Catarina — V. *Catarina* (D.), Duquesa de Bragança.
Bragança (Duquesa de), D. Isabel — V. *Isabel* (D.), Duquesa de Bragança.
Bragança (Duquesa de), D. Leonor de Mendonça — V. *Mendonça* (D. Leonor de), Duquesa de Bragança.
Bragança (Duquesa de), D. Luísa de Gusmão — V. *Luísa de Gusmão* (D.).
Braamcamp Freire — 29, 68, 116, 232, 378.
Branco (Manuel Bernardes) — 233.
Brandão (Jorge Dias) — 293.
Brandão (Luís Pereira) — 55.

Brasão (Eduardo) — 30, 167, 168, 169, 317, 320, 371.
Brienne (Conde de) — 252.
Brísida (Madre) — 209.
Brito (Fernão Rodrigues de) — 178.
Brito (Figueiredo de) — 58.
Brito (D. Filipa de) — 111, 112.

C

Cabedo (Frei Cristóvão) — 344.
Cabral (Domingos) — 203.
Cadaval (Duque de) — 242, 303, 304, 309, 333, 346, 364, 426.
Cadornega (António de Oliveira) — 65, 71, 72, 109, 120, 166.
Calada (D. Maria) — 402.
Caldeira (D. Maria Luísa Corsino) — 447, 449.
Calderona — 78.
Caminha — 70.
Caminha (Duque de) — 198, 199, 200.
Caminha (Duquesa de) — 199, 200.
Camões — 30, 53, 70, 134.
Campos (Alonso de) — 98, 381.
Campos (João Francisco Aires de) — V. *Ameal* (João).
Canárias (D. Maria) — 379.
Cantanhede (Conde de) — 243, 255, 256, 257, 259, 266, 267, 268, 302, 303, 445.
Cardenas (Bernardino de) — 53.
Cardoso (George) — 235.
Carlos (Arquiduque) — 54.
Carlos, filho do almirante Manuel Pessanha — 14.
Carlos I, Rei de Inglaterra — 272.
Carlos II, Rei de Inglaterra — 266, 270, 272 a 276, 282, 291, 295, 330, 348, 411.
Carlos V, Imperador — 14, 15, 22, 115, 137, 203.
Carlos Felisberto — V. *Este* (Marquês de).
Carmona Marin (D. Luísa de) — 380.
Carretero (Alonso) — 97, 381.
Carrillo (Benito) — 381, 382.
Carvalha (Maria) — 402.
Carvalho (Dr. João de) — 67.
Carvalho (Manuel) — 121.
Carvalho (Paulo de) — 223.
Casaza (Marquês de) — 6, 375.
Casaza (Marqueses de) — 7.
Castel-Branco (Brás Soares de) — 170.
Castelo Branco (Camilo) — 166.
Castelo Branco (Canais de Figueiredo) — 166, 372.

Castelo Melhor (Conde de) — 301, 304, 309, 310, 311, 315, 316, 329, 330, 332, 333, 338, 339, 346, 347, 359, 362, 363, 423, 442, 445.
Castiglioni (Baltazar) — 59.
Castilho (Júlio de) — 232, 366, 371.
Castillo (D. Luís del) — 99, 391.
Castro (D. António de) — 333.
Castro (D. Beatriz de) — 86.
Castro (Borges de) — 233, 319.
Castro (D. Diogo de) — V. *Basto* (Conde de).
Castro (D. Francisco de) — 198.
Castro (D. Isabel de) — 333, 337, 342, 359, 401, 444.
Castro (João Bautista de) — 233.
Castro (D. João de) — 31, 56.
Castro (José Osório da G. e) — 119.
Castro (D. Madalena de) — 401.
Castro (Manuel Caldeira de) — 144, 331.
Castro (D. Maria Francisca de) — 333, 337.
Castro (Martim Afonso de) — 9.
Catarina (D.), Duquesa de Bragança — 49, 53 a 57, 60, 61, 67, 89, 112, 151, 152.
Catarina (D.), irmã de D. João IV — 60, 61.
Catarina, irmã de D. Luísa de Gusmão — 7.
Catarina de Áustria (D.), mulher de D. João III — 188, 191.
Catarina de Bragança (D.), Rainha de Inglaterra — 133, 151, 184, 186, 205, 210, 215, 222, 224, 251, 265, 266, 270 a 276, 285, 286, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 314, 319, 320, 331, 335, 344, 348, 349, 355, 361, 366, 403, 411, 413, 440.
Cavalheiro (Rodrigues) — 167, 168, 169, 233, 320.
Cavallero (D. Diogo) — 253.
Cavide (António) — 191, 193, 199, 207, 221, 227, 294, 315, 405, 424.
Cedofeita (Prior de) — V. *Monteiro* (Dr. Nicolau).
Celis (D. Catalina) — 380.
Cerda (D. Catarina de la) — 5.
Chagas (Frei António das) — 251, 260, 317.
Chamberlain (Lord) — 272, 281.
Chamusca (Senhores de) — 7.
Chaves (Senhores de) — 44.
Chouppes (Marquês de) — 267.
Cidade (Hernani) — 70.
Cifuentes (Condes de) — 7.
Clarendon (Lord) — 274, 281, 282, 320.
Clemente VIII, Papa — 68.
Coelho (José Ramos) — 69, 117, 165.
Coelho (P. M. Laranjo) — 318.
Colombo (Cristóvão) — 23.
Cominges (Conde de) — 252.
Conceição (Frei António da) — 209, 234.

Conceição (Frei Cláudio da) — 371.
Conceição (Frei Manuel da) — 218, 344, 345, 351, 372.
Condé (Príncipe de) — 203, 246.
Constança Manuel (D.) — 14.
Conti (António) — 298, 299, 300, 303, 304, 309, 310, 316, 333, 346, 419.
Conti (João) — 304.
Cordeiro (Luciano) — 68, 119, 165.
Córdova (D. Nicolau de) — 258.
Correia (Padre Gaspar) — 140.
Correia (João de Medeiros) — 260.
Corte Real (Diogo de Mendonça) — 364.
Cortês (Escolástica) — 182.
Cosmander (Padre) — 212, 251.
Costa (João da) — 116.
Costa (D. João da) — 159, 220, 246, 247, 261 a 266, 268, 269, 302, 303, 333, 427.
Coutinha (D. Francisca) — 401.
Coutinho (Francisco), filho de D. Filipa de Vilhena — 189.
Coutinho (Francisco de Sousa) — 10, 90, 132, 137, 214, 239, 270.
Coutinho (D. Gastão) — 345.
Couto (Diogo do) — 55.
Covilhã (Pero da) — 18.
Craesbeeck (Lourenço) — 121.
Craesbeeck de Melo (António) — 116.
Crato (Prior do) — 56, 70.
Crexa (Bicente de) — 379, 383.
Cristina, Rainha da Suécia — 214.
Cromwell — 218, 252, 272.
Cruz (António) — 166, 318.
Cruz (D. Maria da), filha de D. João IV — 233, 288.
Cueva (D. Gaspar de la) — 253.
Cunha (João Ferreira da) — 249.
Cunha (João Nunes da) — 220.
Cunha (D. Lopo da) — 197.
Cunha (D. Luís da) — 329, 371.
Cunha (D. Manuel da), Bispo de Elvas — 155, 170, 204, 209, 210, 216, 226.
Cunha (D. Mariana da) — 401.
Cunha (Pedro da), irmão do Bispo de Elvas, D. Manuel da Cunha — 170, 189, 400.
Cunha (D. Pedro da), filho de D. Lopo da Cunha — 197.
Cunha (D. Rodrigo da) — V. *Lisboa* (Arcebispo de).

D

Daguilar (Juan) — 384.
Dantas (Júlio) — 165, 235, 320, 372.
Dante — 30.
Davidson (Lillias Campbell) — 320.
Davila (D. Pedro) — 379, 381.
Davila y Estrada (D. Lorenzo) — V. *Avila y Estrada* (D. Lorenzo d').
Demócrito — 129.
Denia (Duques de) — 7.
Denia (Marqueses de) — 7.
Despinosa (D. Maria) — 402.
Dias (André) — 178.
Dias (António Gomes) — 447, 449.
Dias (Balentim) — 381.
Diaz (Luís) — 383.
Dinis (D.), Rei de Portugal — 38, 90, 343.
Domingos de Gusmão (S.) — 7, 29, 30.
Dória (António Álvaro) — 166, 167, 232, 319, 320.
Dormaca (D. António) — 99, 391.
Dormaca (D. Diogo) — 99, 391.
Dourado (Dr. Feliciano) — 263, 269.
Drake (Almirante Francisco) — 15.
Duarte (D.), Duque de Guimarães — 118.
Duarte (D.), irmão de D. João IV — 60, 63, 88, 91, 104, 105, 106, 108, 111, 113, 114, 127, 129 a 132, 149, 153, 224.
Duarte (D.), tio de D. João IV — 59, 61.
Duarte (Infante D.) — 47, 52, 53, 60, 67, 88, 108, 118.
Duarte I (D.), Rei de Portugal — 44, 67.
Duet (Juan de) — 379, 381, 382.

E

Éboli (Príncipe de) — 191.
Eça (D. João de) — 45.
Elche (Marquês de) — V. *Cardenas* (Bernardino de).
Elvas (Bispo de), D. Manuel da Cunha — V. *Cunha* (D. Manuel da), Bispo de Elvas.
Elvas (Bispo de), D. Sebastião de Matos Noronha — V. *Noronha* (D. Sebastião de Matos).
Encarnação (Frei António da) — 325.
Engien (Duque de) — 203.
Enriques (Catalina) — 380.

Ericeira (Conde da) — 68, 157, 167, 175, 218, 254, 361.
Escobar (Padre Manuel de) — 30.
Espanca (Padre Joaquim José da Rocha) — 120, 165, 166.
Esquerra (Ramon) — 167, 233.
Este (Afonso d') — V. *Modena* (Duque de).
Este (Marquês de) — 87, 89, 117.
Este (Princesa Catarina d') — 117.
Estêves (Padre Francisco) — 447, 449.
Estêves Pereira (F.) — 69.
Estre (Quartin) — 382.
Évora (Arcebispo de) — 147.
Évora (Arcebispo de), D. Alexandre — 60, 61.
Évora (Arcebispo de), D. José de Melo — 103, 111 a 114.

F

Fanshaw (Richard) — 282, 295, 331, 340.
Faria (Antão de) — 441.
Faria (António de Portugal) — 120.
Faria (Condes de) — 44.
Faria (D. Leonor de) — 401.
Faria (Manuel Ribeiro de) — 445.
Faria (Manuel Severim de) — 55, 69, 84, 116, 181.
Faria e Sousa (Manuel de) — 169, 170, 232, 321.
Faro (Condes de) — 44.
Faro (Condessa de) — 200.
Faro (D. Fernando Teles de) — 268.
Feio (Luís da Mota) — 401.
Fernandes (Padre André) — 141, 212, 227.
Fernandes de la Cadena (D. Miguel) — 99, 391.
Fernandez de los Rios (A.) — 117, 169.
Fernando (Infante D.), filho de D. Duarte I — 67.
Fernando (Infante D.), filho de D. João I — 38.
Fernando I (D.), Duque de Bragança — 38, 40.
Fernando II (D.), Duque de Bragança — 38, 39, 43, 67, 69, 378.
Fernando II, Imperador — 133.
Fernando I (D.), Rei de Portugal — 38, 219.
Fernando IV, Rei de Castela e de Leão — 3.
Ferreira (Abel Martins) — 231.
Ferreira (António) — 175.
Ferreira (Diogo Fernandes) — 69.
Ferreira (Joaquim) — 116.
Ferreira (Manuel) — 380.
Ferreira (Marquês de) — 103, 114, 140, 141, 145, 146, 155, 161, 167, 179, 181, 183, 187, 204, 231.

Ferreira (Marquesa de) — 182, 187, 189, 231.
Figanière (Frederico Francisco de la) — 118.
Figueiroa (Diogo Ferreira) — 35, 50, 118, 119, 120, 186, 231.
Filipe (D.), filho da Duquesa de Bragança, D. Catarina — 61.
Filipe II, Rei de Espanha — 7, 15, 49, 56, 60, 78, 80, 85, 115, 188, 194, 202.
Filipe III, Rei de Espanha — 22, 46, 54, 68, 70, 71, 72, 77, 84, 85, 93, 115, 330.
Filipe IV, Rei de Espanha — 8, 13, 24, 64, 77, 78, 79, 81, 85, 86, 88, 89, 92, 94, 114 a 118, 136, 141, 142, 146, 148, 153, 154, 167, 168, 186, 198, 202, 206, 208, 211, 216, 219, 220, 244, 246, 248, 252, 262, 264, 265, 267 a 270, 282, 329, 330, 349, 393, 394.
Fonseca (Padre Francisco da) — 166.
Fontes (Marquês de) — 340.
França (Belchior Correia da) — 199.
Francisca, irmã de D. Luísa de Gusmão — 7.
Francisco, irmão de D. Luísa de Gusmão — 7.
Francisco António, irmão de D. Luísa de Gusmão — 7.
Francisco de Borja (S.) — 7.
Franco (Padre António) — 168, 171, 231.
Freire (Padre Francisco) — 140.
Freire (Francisco de Brito) — 268.
Fuente-Saldanha (Conde de) — 265.
Furtado (Pedro de Mendonça) — 154, 155, 158, 160, 170.

G

Gabriel (Joan) — 382.
Gaio (D. João Ribeiro) — 16, 35.
Galhegos (Manuel de) — 44, 55, 110, 138, 139.
Galvão (António) — 113.
Galvão (Lourenço Anastácio Mexia) — 319.
Gamarra — 268.
Gândara (Alfredo) — 318.
Gandia (Duques de) — 7.
Garcia (Bartolomé) — 381.
Garcia Perez (Domingo) — 68, 116, 319.
Gil (Martim) — 378.
Gillot (João) — 251.
Giron (D. Pedro) — 253.
Godinho (Jorge) — 401.
Godinho (Padre Manuel) — 332.
Goes (Damião de) — 68.
Gomes da Silva (Rui) — 7.
Gonçalves (Padre A. Alberto) — 233, 372.
Gonçalves (Gabriela) — 402.

Gôngora — 80.
Gouveia (Marquês de) — 291, 303, 333, 356, 357.
Gouveia (Dr. Velasco) — 216.
Grammont (Conde de) — 320.
Guarda (Bispo da) — 103, 111 a 114, 119.
Guerra (L. Figueiredo da) — 403.
Guimarães (Duque de) — V. *Duarte* (D.), Duque de Guimarães.
Guimarães (Duques de) — 43.
Guimarães (J. Ribeiro) — 167.
Gusmán López (Júlio) — 375.
Gusmão (A. de) — 168, 171.
Gusmão (D. Francisca de) — 401.
Gutto (D. Isabel) — 380.
Guzman (Alonso Pérez de), Patriarca das Índias — V. *Índias* (Patriarca das).
Guzman (D. Alonso Pérez de), Duque de Medina Sidónia, avô de D. Luísa de Gusmão — 5, 8, 12, 15, 21, 117.
Guzman (D. Alonso Pérez de), filho de Juan Alonso Pérez de Guzman, 2.º senhor de Sanlúcar — 14.
Guzman (Alphons Pérez de) — 3. V. *Guzman, el Bueno* (D. Alonso Pérez de).
Guzman (D. Álvaro de) — 99, 391.
Guzman (Álvaro Pérez de) — 14.
Guzman (Álvaro Pérez de), Conde de Orgaz — 15.
Guzman (D. Ana Maria de Aragon y) — 8, 19, 20.
Guzman (Belchior de) — 7, 19.
Guzman (D. Diego de) — 15.
Guzman (D. Francisco Manuel de) — V. *Ayamonte* (Marquês de)
Guzman (D. Gaspar Pérez de), Conde de Niebla, depois Duque de Medina Sidónia, irmão de D. Luísa de Gusmão — 7, 19, 92, 99, 101, 105, 106, 112, 113, 114, 146, 194, 202, 393, 394, 395, 440.
Guzman (D. Gaspar Pérez de), Marquês de Casaza — 6, 375.
Guzman (D. Juan de) — 15, 21.
Guzman (Juan Alonso Pérez de), 2.º senhor de Sanlúcar — 14.
Guzman (Juan Alonso Pérez de), 8.º senhor de Sanlúcar e 3.º Duque de Medina Sidónia — 42, 90.
Guzman (D. Juan Claros de), Conde de Niebla — 21.
Guzman (D. Leonor de Mendonza y) — V. *Mendonça* (D. Leonor de), Duquesa de Bragança.
Guzman (D. Manuel Alonso Pérez de), Conde de Niebla e depois Duque de Medina Sidónia, pai de D. Luísa de Gusmão — 5, 9, 10, 11, 24, 28, 29, 86, 87, 91, 92, 94, 96, 98, 100, 103, 214, 375, 384, 390, 391.
Guzman (D. Maria Guillen de) — 90.
Guzman (Nuno Rodriguez de) — 90.
Guzman el Bueno (D. Alonso Pérez de), Conde de Niebla e depois

Duque de Medina Sidónia — V. *Guzman* (D. Manuel Alonso Pérez de).
Guzman el Bueno (D. Alonso Pérez de), 1.º senhor de Sanlúcar — 13.
Guzman el Bueno (D. Gaspar Alonso Pérez de) — V. *Guzman* (D. Gaspar Pérez de), Marquês de Casaza.
Guzman el Fátuo (D. Alonso Pérez de) — 29.

H

Haro (D. Luís de) — 246, 253, 255, 257, 259, 263.
Henrique (Cardeal D.), Rei de Portugal — 43, 60, 187.
Henrique (Conde D.) — 90.
Henrique (Infante D.) — 38, 273.
Henrique IV, Rei de França — 8, 54.
Henriques (Briolanja) — 217.
Henriques (Padre Luís de Miranda) — 181.
Herculano (Alexandre) — 69.
Herrera (D. Ana de) — 380.
Herrera (António) — 436.
Hijar (Duque de) — 167, 203.
Hyde (Ed.) — V. *Clarendon* (Lord).

I

Ilha do Corvo (Senhores da) — 44.
Indias (Patriarca das) — 87, 89, 94, 117.
Inocêncio — 30.
Insequin (Conde de) — 263, 330, 421, 426, 428.
Iria Júnior (Joaquim Alberto) — 167.
Isabel (Santa), Rainha de Portugal — 343.
Isabel, a Católica — 202.
Isabel (Imperatriz) — 7.
Isabel (D.), Duquesa de Bragança — 39, 41, 67, 110, 112.
Isabel (D.), mulher do Infante D. Duarte — 53, 88, 118.
Isabel de Bourbon, mulher de Filipe IV — 8, 265.
Isabel de Saboia (Princesa) — 117.

J

Jaime (D.), Duque de Bragança — 39 a 43, 47, 48, 49, 53, 87, 90, 108, 112, 118, 120, 378.
Jant (Chevalier de) — 214, 215, 271, 294.

Jesus (Frei Rafael de) — 234, 235.
Joana (D.), filha de D. Jaime, duque de Bragança — 53.
Joana (D.), filha de D. João IV — 133, 151, 184, 186, 205, 210, 224, 272, 352, 355, 366.
João, irmão de D. Luísa de Gusmão — 7.
João (Infante D.) — 13, 52.
João I (D.), Duque de Bragança — 40, 43, 47, 48, 49, 67, 377.
João I (D.), Rei de Portugal — 7, 12, 39, 40, 44, 49, 52, 53, 54, 66, 67, 69, 72, 182.
João II (D.), Rei de Portugal — 39, 69, 217, 219, 269.
João III (D.), Rei de Portugal — 22, 39, 43, 47, 53, 60, 72, 118, 188, 191.
João IV (D.), Rei de Portugal — 8, 50, 52, 55, 59, 61 a 64, 71, 72, 86, 88 a 91, 94, 97, 98, 103 a 107, 109, 111 a 114, 116, 118, 119, 120, 125, 127, 128, 130 a 134, 136 a 146, 148 a 151, 153 a 162, 166, 167, 169, 170, 177 a 180, 184, 185, 187, 189, 192, 194 a 201, 204 a 211, 213, 214, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 224 a 228, 231, 234, 242, 246, 251, 268, 270, 285, 294, 328, 334, 339, 341, 342, 343, 345, 355, 362, 366, 390, 391, 393 a 400, 442, 446, 447.
João das Regras (Dr.) — 7, 182.
Jorge (Ricardo) — 69.
José I (D.), Rei de Portugal — 343.

L

Lacerda (D. Fernando Correia de) — 168.
Langres (Nicolau de) — 251.
Lapa (Rodrigues) — 69.
Laranjo Coelho (P. M.) — V. *Coelho* (P. M. Laranjo).
Lavanha (João Baptista) — 55.
Leal (Pinho) — 233.
Leão (Duarte Nunes de) — 55.
Leiria (Bispo de) — V. *Silva* (Pedro Vieira da).
Leitão (Inácio Ferreira) — 84.
Leite Pereira (Domingos) — 208.
Lencastre (Cardeal de) — 364.
Lencastre (D. Mariana de) — 189, 401.
Lencastre (D. Raimundo de) — V. *Aveiro* (Duque de).
Leon (Frei Luís de) — 26, 31, 129.
Leon Garavito (Luís de) — 98, 390, 391.
Leonor, irmã de D. Luísa de Gusmão — 7.
Lerma (Condes de) — 7.
Lerma (Duques de) — 5, 7.
Liebana (D. João de) — 99, 391.
Lima (D. Diogo de) — 340.

Lima (Manso de) — 29, 117.
Linhares (Conde de) — 146.
Lira (António Veloso de) — 10, 30, 68.
Lisboa (Arcebispo de) — 147, 155, 159, 170, 199, 200.
Lobo (Francisco Rodrigues) — 50, 57, 58, 59, 68, 70, 80, 138, 188.
Lopes (Fernão) — 30.
Lopes (Francisco) — 190, 196.
Lopes (Juan) — 379, 382, 383.
Lopes de Quintana (D. Catarina) — 401.
Lourenço (Cónego Joaquim Maria) — 371.
Lucena (Francisco de) — 131, 199, 204.
Lucena (Padre João de) — 55, 231.
Luís (Infante D.) — 52.
Luís (Padre Manuel) — 235.
Luís I (D.), Rei de Portugal — 366.
Luís XIII, Rei de França — 154.
Luís XIV, Rei de França — 215, 251, 252, 262, 265, 266, 267, 271, 275, 349.
Luísa de Gusmão (D.) — 5 a 13, 16, 19, 20, 26 a 29, 31, 86, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 100, 101, 104 a 109, 111, 113, 114, 117, 119, 125, 128 a 131, 133 a 136, 138, 139, 145, 146, 151, 152, 156, 157, 158, 161 a 165, 169, 170, 177 a 186, 188 a 196, 199, 200, 202 a 206, 209, 210, 211, 213 a 216, 219, 221 a 228, 231, 233, 234, 239, 241 a 248, 250, 251, 252, 254, 255, 259, 260, 265 a 269, 271, 272, 273, 275, 282, 283, 285, 286, 287, 290, 291, 293 a 297, 299 a 311, 313 a 316, 319, 327 a 336, 338 a 351, 353, 354 e em quase todas as páginas que se seguem.
Lusitano (Lucindo) — V. *Azevedo* (Luís Marinho de).

M

Mação (Senhores de) — 7.
Macedo (António de Sousa de) — 62, 67, 68, 71, 157, 168, 272, 319, 371, 426.
Macedo (Duarte Ribeiro de) — 261, 264, 269, 317, 318.
Macedo (João Campello de) — 233.
Macedo (José Agostinho de) — 30.
Mackay (Janet) — 320.
Madahil (Rocha) — 171, 232, 371.
Magalhães (Fernão de) — 23.
Malaca (Bispo de) — 16, 35.
Malaga (Bernardo de) — 382.
Manchester (Conde de) — V. *Chamberlain* (Lord).
Mântua (Duquesa de), D. Margarida — 94, 136, 137, 148, 150, 160, 185, 186, 188, 393.

Manuel (D.), filho de D. João IV — 133.
Manuel (D. Mayor) — 401.
Manuel (D. Sancho) — 250, 256, 257, 259.
Manuel I (D.), Rei de Portugal — 39, 40, 42, 53, 60, 67, 72, 108, 219, 378.
Manuel II (D.), Cardeal Patriarca de Lisboa — 447.
Maranhoa — 217.
Marañon (G.) — 31, 70, 72, 116, 165, 169, 232, 233.
Margarida (Princesa) — V. *Mântua* (Duquesa de), D. Margarida.
Maria (D.), Rainha de Castela, filha de D. Afonso IV — 14.
Maria Francisca Isabel de Saboia (D.) — 349.
Maria de Médicis, Rainha de França — 8, 54.
Maria Teresa, filha de Filipe IV — 219, 265.
Marialva (Marquês de) — V. *Cantanhede* (Conde de).
Mariana (Padre) — 115, 168, 232.
Mariano (Frei Ambrósio) — 446.
Mariz (Pedro) — 55, 235.
Martins (Padre-mestre Francisco) — 138.
Martins (Rocha) — 233.
Mascarenhas (D. António de) — 150.
Mascarenhas (Brás Garcia de) — 167.
Mascarenhas (Jerónimo) — 55.
Mascarenhas (D. Jerónimo de), filho do Marquês de Montalvão — 197.
Mascarenhas (D. João de) — 341.
Mascarenhas (D. Nuno de) — 56.
Mascarenhas (D. Pedro de) — 196, 395.
Matos (Baltazar Rodrigues de) — 304.
Matos Francisco de Sá) — 68.
Matos (Gastão de Melo de) — 67, 168, 233, 317, 318, 320, 321, 372, 442.
Matos (João de) — 304.
Mayno (Padre) — 78.
Mazarino (Careal) — 214, 215, 252, 261 a 264, 267, 272, 273, 275.
Médicis (Cosme de) — 47, 120.
Medina (B. de) — 382, 383.
Medina Celi (Duques de) — 7.
Medina Sidónia (Duque de) — 18.
Medina Sidónia (Duque de), D. Alonso Pérez de Guzman — V. *Guzman* (D. Alonso Pérez de), Duque de Medina Sidónia.
Medina Sidónia (Duque de), D. Gaspar Pérez de Guzman — V. *Guzman* (D. Gaspar Pérez de), conde de Niebla, depois duque de Medina Sidónia.
Medina Sidónia (Duque de), Juan Alonso Pérez de Guzman — V. *Guzman* (Juan Alonso Pérez de), 8.º senhor de Sanlúcar e 3.º duque de Medina Sidónia.
Medina Sidónia (Duque de), D. Manuel Alonso Pérez de Guzman

— V. *Guzman* (D. Manuel Alonso Pérez de), conde de Niebla, depois duque de Medina Sidónia.
Medina Sidónia (Duque de), sobrinho de D. Luísa de Gusmão — 443.
Medina Sidónia (Duques de) — 5, 7, 13, 22, 26.
Medina Sidónia (Duquesa de), D. Isabel de Velasco — V. *Velasco* (D. Isabel de).
Medina Sidónia (Duquesa de), D. Joana de Sandoval — V. *Sandoval y la Cerda* (D. Joana Lorenza Gómes de).
Meira (João Tinoco) — 410.
Melito (Condes de) — 7.
Melo (D. Álvaro de) — 146.
Melo (D. António de) — 58, 97, 105, 380.
Melo (D. Constantino de Bragança e) — 86.
Melo (D. Diogo de) — 62.
Melo (D. Fernando de) — 112.
Melo (Francisco de) — 150, 153, 154, 158.
Melo (D. Francisco de), filho de D. Constantino de Bragança e Melo — 69, 75, 86, 88, 89, 90, 93, 116, 117, 203.
Melo (D. Francisco de), Marquês de Ferreira — V. *Ferreira* (Marquês de).
Melo (D. Francisco Manuel de) — 39, 56, 60, 71, 80, 129, 130, 146, 166, 167, 168, 205, 232, 233, 394.
Melo (Jorge de) — 153, 154, 160, 170, 303, 395.
Melo (D. José de) — 103, 111, 112, 113, 114.
Melo (Luís de) — 303.
Melo (Manuel de) — 303, 333.
Melo (Martim Afonso de) — V. *São Lourenço* (Conde de).
Melo e Torres (Francisco de) — 266, 272 a 275, 281, 292, 297, 335, 349, 403, 418, 419, 434, 435.
Melo Torres (Garcia de) — 335.
Mendonça (Afonso Furtado de) — 255.
Mendonça (António de) — 445.
Mendonça (Diogo de) — 220.
Mendonça (Padre Francisco de) — 64.
Mendonça (Jerónimo de) — 31.
Mendonça (D. Leonor de), Duquesa de Bragança — 40, 41, 90, 96, 110, 112.
Mendonça (D. Luísa de) — 401.
Mendonça (D. Maria de) — 401.
Mendonça (D. Mariana de) — 401.
Mendonça (Pedro de) — V. *Furtado* (Pedro de Mendonça).
Meneses (D. Aleixo de) — 45.
Meneses (António da Silveira de) — 146.
Meneses (D. Duarte de) — V. *Tarouca* (Conde de).
Meneses (D. Estêvão de) — 196.
Meneses (D. Fernando de) — 404.

Meneses (D. Francisco de) — 197.
Meneses (Francisco Barreto de) — 285.
Meneses (D. Leonor de) — 401.
Meneses (D. Luís de) — V. *Ericeira* (Conde da).
Meneses (D. Luís de) — V. *Vila Real* (Marquês de).
Meneses (D. Luís de), filho do conde de Tarouca — 196.
Meneses (D. Luísa de) — 210, 340, 401.
Meneses (D. Luísa Maria de) — 401.
Meneses (D. Rodrigo de) — 302, 303.
Meneses (Rui Teles de) — 170.
Meneses (Sebastião César de) — 136, 204, 311, 315, 337, 338, 346, 424.
Meniz Vásquez (Miguel) — 390, 392.
Michaëlis de Vasconcelos (D. Carolina) — 69.
Miguel I (D.), Rei de Portugal — 30.
Miranda (Condes de) — 7.
Miranda (Martim Afonso de) — 55, 80, 129.
Miranda (Rodrigo de) — 395.
Modena (Duque de) — 87, 89, 117.
Monforte (Senhores de) — 44.
Monk (General) — 272.
Monsaraz (Alberto de) — 447, 449.
Montague (Eduardo) — V. *Sandwich* (Conde de).
Montalvão (Marquês de) — 197.
Montalvão (Marquesa de) — 197.
Montedoca (D. João de) — 99, 391.
Monteiro (Dr. Nicolau) — 242, 303, 333, 337.
Monteiro (Pedro Fernandes) — 243.
Montemor-o-Novo (Marqueses de) — 43.
Montes Claros (Marquês de) — 56.
Montpensier (Mademoiselle de) — 219.
Mora (Juan Agostin de) — 29, 376.
Morato (Dr. Francisco) — 350.
Moreira (António) — 380.
Moreira de Sá (B. V.) — 71.
Morice (William) — 281.
Moubeira (Júlia) — 402.
Moura (Rui de) — V. *Teles* (Rui de Moura).
Mulei-Ismael — 283.
Muniz de Léon (Diego) — 6, 375.

N

Nabo (Diogo de Brito) — 199.
Negrão (D. Júlia) — 206.
Neiva (Condes de) — 43.

Nespereira (Senhores de) — 7.
Neuparth (J.) — 166.
Nicholas (Edmundo) — 281.
Niebla (Conde de), D. Gaspar Pérez de Guzman — V. *Guzman* (D. Gaspar Pérez de), conde de Niebla, depois duque de Medina Sidónia.
Niebla (Conde de), D. Juan Claros de Guzman — V. *Guzman* (D. Juan Claros de), conde de Niebla.
Niebla (Conde de), D. Manuel Alonso Pérez de Guzman — V. *Guzman* (D. Manuel Alonso Pérez de), conde de Niebla, depois duque de Medina Sidónia.
Niebla (Condes de) — 5, 7, 13, 21, 375, 376.
Niza (Marquês de) — 212, 243, 445.
Noronha (D. Luís de) — 58, 189.
Noronha (D. Miguel de) — V. *Caminha* (Duque de).
Noronha (Rui de Matos) — V. *Armamar* (Conde de).
Noronha (D. Sancho de) — 189, 242, 243, 267, 297, 299, 400.
Noronha (D. Sebastião de Matos) — 105, 107, 109, 120, 147, 187, 198, 199.
Noronha (D. Tomás de) — V. *Arcos* (Conde de).
Noronha (D. Violante de) — 401.
Nunes (Padre João) — 212.
Nuñez (D. Ximena) — 90.

O

O'Daly (Frei Daniel) — V. *Rosário* (Frei Domingos do).
Odemira (Conde de) — V. *Noronha* (D. Sancho de).
Odemira (Condes de) — 7.
Olavo (Carlos) — 29.
Olivares (Conde-duque de) — 64, 70, 77, 78, 81, 82, 85, 86, 88, 89, 93, 94, 114, 115, 117, 141, 142, 147, 167, 194, 198, 202, 246, 394, 395.
Olivares (Condessas de) — 20.
Olivares (D. João de) — 99, 379, 391.
Oquendo (D. António de) — 147.
Orgaz (Conde de) — 15.
Ormond (Duque de) — 427.
Ormond (Marquês de) — 281.
Osmassa (D. António de) — 384.
Osório (Duarte Vaz d'Orta) — 303.
Osório (D. Jerónimo) — 68.
Ossuna (Duque de) — 77, 253, 258.
Otañes (D. João de) — 99, 391.
Ourém (Condes de) — 44.

P

Padilla (D. Beattis de) — 380.
Padilla (D. Carlos de) — 203.
Pais (António) — 88.
Palladio — 48.
Palmeirim (Luís António) — 371.
Palmer (Bárbara) — 274.
Paloto (Cardeal João Baptista) — 346.
Pantorba (Bernardino de) — 233.
Parada (Padre António de Carvalho) — 216.
Passarello (Padre Caietano) — 234.
Pastrana (Duques de) — 7.
Paulo III, Papa — 68.
Pedro (Infante D.), duque de Coimbra — 38, 378.
Pedro I (D.), Rei de Portugal — 12, 14, 217.
Pedro II (D.), Rei de Portugal — 47, 120, 133, 139, 210, 211, 224, 242, 243, 282, 287, 295, 301, 302, 310, 313, 315, 316, 329, 340, 341, 353, 356, 357, 360, 361, 364, 413, 432, 442.
Penafiel (Condes de) — 44.
Penaguião (Conde de) — 247.
Penalva (Condessa de) — 296.
Penela (Senhores de) — 44.
Pense (D. Luísa) — 400.
Perea (Francisco de) — 380.
Perea (D. Isabel Gutto de) — 380.
Pereira (Ângelo) — 117, 232.
Pereira (Brito) — 58.
Pereira (Gabriel) — 69, 166.
Pereira (D. Frei Lopo de Sequeira) — 103, 111 a 114, 119.
Pereira (Nuno Álvares) — 12, 38, 39, 44, 49, 66, 67, 138, 182.
Pereira (Sousa) — 58.
Pereira de Vasconcelos (D. Isabel) — 111.
Pérez de Valdez (D. Alonso) — 394.
Pérry Vidal (F. G.) — 320.
Pessanha (Almirante Manuel) — 14.
Pimentel (D. Joana) — 140.
Pimentel (Luís Serrão) — 251, 317.
Pina (Rui de) — 67.
Pio V, Papa — 48.
Pires de Lima (A. A.) — 165, 320.
Pires de Lima (Durval) — 170, 232.
Pires de Lima (J. A.) — 165, 320.
Pombeiro (Conde de) — 315, 333, 427.
Ponte (Conde da) — V. *Melo e Torres* (Francisco de).
Pontével (Conde de) — 331.

Pontével (Condessa de) — 296, 331, 429.
Porto (Bispo do) — 147.
Portugal (D. Francisco de) — 71, 80, 188.
Portugal (D. Lucas de) — 445.
Portugal (D. Luís de) — V. *Vimioso* (Conde de).
Portugal (D. Manuel de) — 70.
Portugal (D. Maria de) — V. *Penalva* (Condessa de).
Praça (António Lopes) — 231.
Prestage (Edgar) — 166, 233, 317, 318, 319.
Preste João — 18.
Puebla (Marquês de la) — 137.
Pueros (Frei Manuel da Conceição) — V. *Conceição* (Frei Manuel da).
Pueros (D. Pedro) — 217.
Pulgar (Hernando) — 63.
Purificação (Frei António da) — 69.

Q

Queralt (D. Dalman de) — 153.
Quevedo (Vasco Mousinho de) — 55.
Quevedo Villegas (Francisco) — 69, 80, 116, 137, 168, 194, 232.
Quintanilla (D. Catalina) — 380.

R

Raposo (José Hipólito) — 447, 449.
Rau (Virgínia) — 319, 320.
Rebelo (João Soares) — 138.
Rebelo (José de Avelar) — 190.
Rebelo (Padre Luís de Lemos) — 356, 446.
Rego (Padre Pedro Vaz) — 138.
Reina (D. Martim de) — 99, 391.
Requelme (D. Ana) — 402.
Requelme (D. Maria) — 402.
Resende (André de) — 37.
Resende (André Falcão de) — 55, 116.
Resende (Garcia de) — 42, 68.
Ribeiro (João Pinto) — 55, 154, 157 a 160, 167, 169, 398, 399.
Ribeiro (Luís Álvares) — 268.
Richelieu — 146, 154, 262, 394.
Rocha Pitta (Sebastião da) — 319.
Rodrigues (Agostinho) — 190.
Rodrigues (António) — 382.

Rodrigues (Francisco) — 18.
Rodrigues (Padre Francisco) — 71, 166, 170, 234.
Rodrigues (Jorge) — 383.
Rodrigues (Leonor) — 162, 181.
Rodrigues (Miguel) — 384.
Rodrigues (Sesinando) — 143.
Roiz (Agostinho) — 294, 410.
Roquete (J. I.) — 320.
Rosado (Melchora) — 380.
Rosário (Frei Domingos do) — 152, 251, 252, 343, 344, 345, 425.
Rosas (D. Constança) — 380.
Russell (Padre) — 274, 286, 412.

S

Sá (Aires de) — 118.
Sá (Joam Roiz de) — 40.
Sá Pereira (Consiglieri) — 233.
Saboia (Duque de), Carlos Manuel — 117.
Saboia (Duque de), Francisco Gonzaga — 94.
Saboia (D. Maria Francisca Isabel de) — 349.
Sabugal (Conde de) — 254.
Sabugosa (Conde de) — 232, 320.
Sagra (Marquês de la) — 203.
Saint-Pé (Senhor de) — 147.
Saldanha (António de) — 150, 154.
Saldanha (Manuel de) — 249.
Sampaio (António de Vilas Boas e) — 68.
Sampaio (Conde de) — 366.
Sampaio (Conde de), D. António — 30.
Sampaio (Frei Estêvão de) — 22.
Sampaio Ribeiro (Mário de) — 165.
S. Germano (Duque de) — 246, 247, 248, 253, 258.
S. Germano (Marquês de) — 144.
Sanchez (Miguel) — 382.
Sande (Marquês de) — V. *Melo e Torres* (Francisco de).
Sandoval (D. Francisco de) — 5.
Sandoval y la Cerda (D. Joana Lorenza Gómez de), Duquesa de Medina Sidónia — 5, 19, 20, 98, 375, 391.
Sandwich (Conde de) — 291, 292, 294, 295, 320, 412.
Santa Cruz (Conde de) — 351, 363, 442, 445.
Santa Inês (Maria de) — 380.
Santa Maria (Frei Fernando de) — 99, 391.
Santarém (Visconde de) — 275, 318, 319.
Santo António (Frei Boaventura de) — 22.

Santos (Júlio Eduardo dos) — 71, 166.
São Lourenço (Conde de) — 243, 247, 248, 249, 250, 302, 303.
São Tomás (Frei João de) — 78.
Saraiva (J. da Cunha) — 166.
Sardinha (Francisco de Morais) — 50.
Schomberg (Conde de) — 263, 265, 266, 292, 302, 347, 348.
Sebastião (D.), Rei de Portugal — 21, 22, 43, 45, 48, 49, 52, 54, 60, 88, 118, 142, 187, 226, 241.
Serafina (D.), filha da duquesa de Bragança, D. Catarina — 61.
Serrano (Pedro) — 381, 382, 384.
Severim (Gaspar de Faria) — 216, 243, 403, 404, 445.
Silva (Frei Bernardino da) — 55.
Silva (Duarte) — 293.
Slva (D. João da) — 333.
Silva (Lourenço da) — 197.
Silva (Luís da) — 189.
Silva (Luís da), filho de Lourenço da Silva — 197.
Silva (D. Pedro da) — 203.
Silva (Pedro Vieira da) — 204, 226, 228, 243, 267, 302, 303, 304, 333, 346, 441, 442.
Silva (Rebelo da) — 70, 118, 167, 169, 232.
Silva y Mendoza (D. Ana da), Duquesa de Medina Sidónia — 5, 8, 13, 117.
Silveira (Manuel da) — 401.
Simon Enriquez (Rodrigo) — 99, 391.
Soares (António da Fonseca) — V. *Chagas* (Frei António das).
Soares (Diogo) — 136, 147, 148, 393.
Soares (Ernesto) — 319.
Soares (Vicente de Guzman) — 170, 235.
Soeiro (Frei Fernando) — 344.
Soledade (Madre Maria da) — 364.
Soledade (Sôr Mariana da) — 345, 347.
Solis (Francisca de) — 380.
Sombrio (Carlos) — 169.
Sotomayor (D. Francisco) — V. *Targa* (Bispo de).
Sotomayor (D. Leonor Manriquez de) — 21.
Soure (Conde de) — V. *Costa* (D. João da).
Sousa (Álvaro de) — 149, 393 a 398.
Sousa (António de Brito de) — 132.
Sousa (D. António Caetano de) — 11, 48, 68, 152.
Sousa (Luís de Vasconcelos e) — V. *Castelo Melhor* (Conde de).
Sousa (Martim Afonso de) — 45.
Sousa (Rui de) — 132.
Sousa (Simão de Vasconcelos e) — 356.
Southampton (Conde de) — 281.
Strasen (E. A.) — 318.

T

Tagarro (Manuel da Veiga) — 55.
Tareja (D.) — 90.
Targa (Bispo de) — 303, 311, 314, 336, 344, 358, 415, 424, 445.
Tarouca (Carlos da Silva) — 29, 30, 71, 165, 166, 167.
Tarouca (Conde de) — 196, 197.
Tavares (Luzia) — 402.
Taveira (Bernardo) — 304.
Távora (D. Margarida de) — 9.
Távora (D. Maria de) — 401.
Teles (D. Maria) — 401.
Teles (Rui de Moura) — 193, 209, 333, 341, 351, 442, 445.
Teles de Meneses (Fernão) — 10.
Teles da Silva (António) — 189.
Teles da Silva (Fernão) — 189.
Tentúgal (Senhores de) — 7.
Teodósio (Príncipe D.) — 132, 141, 144, 145, 151, 161, 166, 178, 182, 184, 186, 189, 197, 205, 210, 212, 217, 219, 220, 222, 223, 224, 241, 242, 251, 254, 343, 355.
Teodósio I (D.), Duque de Bragança — 43, 47, 48, 53, 87, 88, 118.
Teodósio II (D.), Duque de Bragança — 41, 43, 45, 46, 47, 49, 50, 52, 54 a 57, 61 a 64, 67, 72, 86, 88, 89, 93, 97, 98, 117, 118, 127, 128, 138, 139, 167, 390.
Teresa de Jesus (Santa) — 446.
Terzi — 188.
Tinoco (Álvaro) — 181.
Tinoco (João Nunes) — 251.
Tiro (Arcebispo de) — V. *Índias* (Patriarca das).
Tomás (Manuel) — 69.
Tornar (Roberto) — 62.
Torneo (António Lobo de) — 445.
Torrão (Senhores de) — 7.
Toscana (Grão-duque da) — V. *Médicis* (Cosme de).
Toscana (Grão-duque da), Francisco — 54.
Toscano (Francisco Soares) — 55, 68.
Túlio Garzon (Marco) — 22, 23.
Turenne (Marechal de) — 262, 263, 266.
Tutavilla (D. Francisco de) — 253.

U

Uceda (Duque de) — 77.
Ulloa (D. Madalena de) — 20.
Ulme (Senhores de) — 7.

Unhão (Conde de) — 10.
Unhão (Condessa de) — 10.

V

Vale (Dr. Manuel do) — 62.
Valejo (Jerónimo) — 144.
Valença (Marqueses de) — 43.
Valente (Manuel) — 199.
Vallejo y Velasco (D. Juan) — 380, 381.
Vanezes de Figueiroa (D. Luís) — 391.
Varientos (Ramirez de) — 99, 391.
Vasconcellos (A. de) — 371.
Vasconcelos (D. Agostinho Manuel de) — 64, 151, 198, 199.
Vasconcelos (Padre António de) — 67.
Vasconcelos (Joane Mendes de) — 250, 252 a 255, 259.
Vasconcelos (Padre João de) — 9, 30.
Vasconcelos (Joaquim de) — 71, 166, 169, 320.
Vasconcelos (Miguel de) — 136, 147, 148, 159, 160.
Vaz (Simon) — 380.
Vega (Lope de) — 44, 49.
Veiga (Francisco Serrão da) — 105.
Veiga (Tomé Pinheiro da) — 70, 71, 199.
Velasco (D. Ana de), Duquesa de Bragança — 54, 60, 61, 98, 112, 390.
Velasco (D. Isabel de) — 42.
Velasquez — 81, 296.
Veloso (Queirós) — 30, 31.
Venturino (João Baptista) — 48.
Vertot (Abbé) — 232, 233, 317, 320.
Vicente (Gil) — 42.
Vidigueira (Conde da) — 186.
Vidigueira (Condes da) — 187.
Viegas (António Pais) — 156, 159, 216.
Vieira (Padre António) — 135, 161, 212, 214, 219, 268, 296, 298, 303, 305, 318, 320, 333, 337, 372, 426.
Vignola — 48.
Vila do Conde (Senhores de) — 44.
Vila Flor (Conde de) — 347.
Vila Nova de Fozcoa (Senhores de) — 7.
Vila Nova de Portimão (Visconde de) — 315, 423.
Vila Real (Marquês de) — 198, 199.
Vila Viçosa (Marquês de) — 43.
Vilhena (D. Elvira de) — V. *Pontével* (Condessa de).
Vilhena (D. Filipa de) — 189.
Vilhena (Marquês de) — 87, 89.

Vimioso (Conde de) — 140, 155, 161, 167, 179, 180, 187, 220.
Vimioso (Condes de) — 334.
Vimioso (Condessa de) — 182, 187.
Vintimiglia (António Conti) — V. *Conti* (António).
Viriato — 30.

W

Weygand (General) — 262, 318.

Y

York (Duque de) — 274.

Z

Zenóbia — 152.

MENDA SIC EMENDA

Pág.	Linha			
44	37	da Vega	por	de Vega
49	26	da Vega	»	de Vega
54	9	D. Joana de Velasco	»	D. Ana de Velasco
61	19	5	»	15
68	15	gentis	»	gestis
92	30	Brgança	»	Bragança
96	27	actividae	»	actividade
102	24	presentem-se	»	pressentem-se
99	24	Domarca	»	Dormaca
111	38	duque	»	duques
115	26	1393	»	1939
118	33	ilaquar	»	ilaquear
119	13	prestreza	»	presteza
137	32	Arqui-diocese	»	Arquidiocese
154	1	sublevações	»	sublevações
208	19	para Mãe	»	para a Mãe
210	24	extranho	»	estranho
222	12	Presente-se	»	Pressente-se
225	30	diagonóstico	»	diagnóstico
231	21	oferecedo	»	oferecido
242	13	entregandose	»	entregando-se
250	18	rectaguarda	»	retaguarda
252	9	Cromwel	»	Cromwell
255	7-8	rectaguarda	»	retaguarda
263	7	Se	»	Ce
269	21	trânfuga	»	trânsfuga
272	8	Cromwel	»	Cromwell
275	22	Betteville	»	Batteville
301	4	franqueda	»	franqueada
301	7	vem	»	vêm
320	9	Parry	»	Perry
345	13	Abri	»	Abril
349	3	Londre	»	Londres
440	13	1664	»	1665
440	23	colecctor	»	colector.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

ACABOU DE SE IMPRIMIR
ESTE LIVRO AOS 11 DIAS
DO MÊS DE JUNHO DE 1947
NAS OFICINAS DA EMPRESA
NACIONAL DE PUBLICIDADE

23525